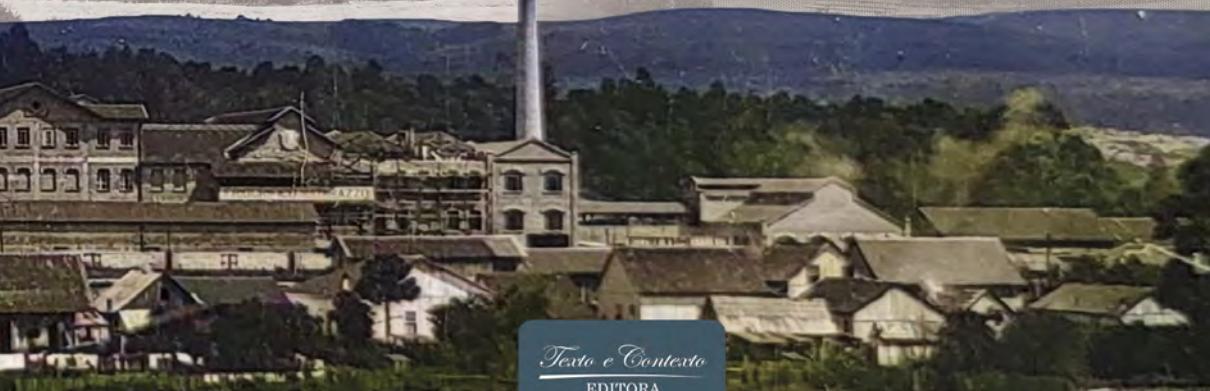


RAFAEL GUSTAVO POMIM LOPES
ORGANIZADOR

JAGUARIAÍVA

200 Anos

HISTÓRIA & MEMÓRIA



RAFAEL GUSTAVO POMIM LOPES
ORGANIZADOR

JAGUARIAÍVA
200 Anos

HISTÓRIA & MEMÓRIA

Texto e Contexto
EDITORA



Copyrigth © 2024 by Rafael Gustavo Pomim Lopes.
Todos os direitos reservados ao organizador.

Capa, projeto gráfico e diagramação: Equipe Texto e Contexto
Revisão final de edição: Karla Roberta Neumann
Fotos da capa: Acervo do Organizador.
Foto do autor (orelha): Tamara Roberta

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Jaguariaíva 200 anos : história e memória /
organização Rafael Gustavo Pomim Lopes. --
Ponta Grossa, PR : Texto e Contexto
Editora, 2024.PDF. Livro eletrônico

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-6080-058-8

1. Ensaios brasileiros 2. Artigos - Coletâneas
3. Jaguariaíva (PR) - História I. Lopes, Rafael
Gustavo Pomim.

24-236822

CDD-981.62

Índices para catálogo sistemático:

1. Jaguariaíva : Paraná : Estado : História 981.62

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

TEXTO E CONTEXTO EDITORA
www.textocontextoeditora.com.br
contato@textocontexto.com.br
Tel. (42) 98883-4226

“Do velho ao jovem”

[...] *O que os livros escondem,
as palavras ditas libertam.
E não há quem ponha
um ponto-final na história [...]*

Conceição Evaristo

Dedicatória

A **Luiz Antônio Rocha Pedroso**, ilustre jaguariaivense que carregou consigo o amor incondicional por esta terra que o viu nascer. Sua paixão pela história de Jaguariaíva era uma chama que iluminava os caminhos do passado, e sua colaboração neste livro é um testemunho eterno desse compromisso. A cada página, sua presença ressoa como um tributo à rica herança desta cidade. Que esta obra seja um reflexo digno da dedicação e amor de Luiz Antônio pela história de Jaguariaíva, perpetuando seu legado para as gerações vindouras.

SUMÁRIO

13 APRESENTAÇÃO

17 PREFÁCIO

19 INTRODUÇÃO

ORIGENS E FORMAÇÃO

Capítulo 1

- Patrimônio Arqueológico em Jaguariaíva-PR:
ressignificando passados e memórias 25
Claudia Inês Parellada

Capítulo 2

- Tropeirismo nos Campos Gerais: notas de pesquisa
sobre o pouso de Jaguariaíva-PR 57
Amélia Podolan Flügel e Milena Santos Mayer

Capítulo 3

- História e memória da Escravidão em
Jaguariaíva-PR, Século XIX 87
Mariani Bandeira Cruz Oliveira

Capítulo 4

- Jaguariaíva-PR nos trilhos do progresso:
a ferrovia como fator econômico, social e cultural 103
Plicila de Brito

CULTURA E COMPORTAMENTO

Capítulo 5

- “Lavores delicados” e “legítima poesia”: escrita feminina em Jaguariaíva-PR nos séculos XIX e XX 119
Mariana Schulmeister Kuhn

Capítulo 6

- Fotobiografia da escritora Maria Cândida de Jesus Camargo 143
Luísa Cristina dos Santos Fontes

Capítulo 7

- Com Mary e Leila, pelos caminhos do poema 168
Luiz Fernando Cheres

COMUNICAÇÃO

Capítulo 8

- Entre “A Cidade” e “O Estilete”: apontamentos acerca da imprensa escrita de Jaguariaíva-PR na década de 1930 188
Cristiane Spicalski

Capítulo 9

- “Vingar como tudo vinga...”: a história da televisão em Jaguariaíva-PR 199
Bruno José Yashinishi

EDUCAÇÃO

Capítulo 10

- Izabel Branco e CERA: Cultura Escolar e Memória em Jaguariaíva-PR 216
Audrey Franciny Barbosa

Capítulo 11

- A Educação Especial e a fundação da
APAE de Jaguariaíva-PR 228
Bruna Alves Lopes

ESPORTE E LAZER**Capítulo 12**

- Nos trilhos dos “graxeiros”: memórias do futebol
ferroviário em Jaguariaíva-PR 246
*Ana Flávia Braun Vieira; Thiago Savio Ingles da Luz e
Miguel Archanjo de Freitas Junior*

Capítulo 13

- O lazer na Associação Atlética Matarazzo: um estudo sobre as
sensibilidades em Jaguariaíva-PR 262
Ana Flávia Braun Vieira e Miguel Archanjo de Freitas Junior

MEMÓRIA E NATUREZA**Capítulo 14**

- Do corte das matas à água na cama: as inundações em
Jaguariaíva-PR (1954-1964) 286
Tayná Gruber e Ivan Rossi

Capítulo 15

- Patrimônio natural de Jaguariaíva-PR 302
Emilyn Diniz e Carlos Alexandre Rogoski

PATRIMÔNIO CULTURAL, IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO**Capítulo 16**

- As memórias que são nossas: a patrimonialização
da Casa da Cultura e Estação Ferroviária 320
Plicila de Brito

Capítulo 17

- Simbologia e representação de um povo:
o Palacete Matarazzo de Jaguariaíva-PR 338
Samara Hevelize de Lima

RELIGIÃO E ESPIRITUALIDADE**Capítulo 18**

- Do oratório particular à elevação da capela e freguesia:
devoção e representação na construção do Santuário
do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria de Jaguariaíva-PR 351
Ronualdo da Silva Gualume

Capítulo 19

- Do Centro Espírita Allan Kardec ao Lins de Vasconcellos:
O Espiritismo em Jaguariaíva-PR 379
Fábio Mauricio Holzmann Maia

SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**Capítulo 20**

- A medicina chegou de trem: O Hospital da Associação
Beneficente 26 de Outubro na cidade de Jaguariaíva-PR 392
Michelle de Paula Pupo

Capítulo 21

- “O maior e mais moderno nosocômio do interior do estado”:
o Hospital Carolina Lupion e a saúde pública
em Jaguariaíva-PR 404
Michelle de Paula Pupo

SOCIEDADE E POLÍTICA

Capítulo 22

- Revolução de 1930: Jaguariaíva no
caminho de Getúlio Vargas 420
Jessica Leme Santos

Capítulo 23

- Jaguariaíva no Front: a construção da memória sobre
a atuação do jaguariaivense Mário Montanha Teixeira
na Força Expedicionária Brasileira 434
Caroline Loise Dähne

Capítulo 24

- Contribuições para a história do Legislativo Municipal
nos primórdios de Jaguariaíva-PR 448
Cleófas Abraham David Kalil Fadel

TRABALHO E INDUSTRIALIZAÇÃO

Capítulo 25

- Fides, Honor, Labor: as Indústrias Reunidas
Fábricas Matarazzo em Jaguariaíva-PR 469
Plicila de Brito

Capítulo 26

- “A gente via o vai e vem de pessoas que trabalhavam na fábrica”:
experiências em comum dos trabalhadores e trabalhadoras do
Frigorífico Matarazzo em Jaguariaíva-PR (1920-1940) 486
Francielle Aparecida Uchak

Capítulo 27

- A filha ausente: chegada, retorno e
despedida final da CIANÊ 504
Juliane Roberta Santos Moreira

Capítulo 28

- Trilhos, marquises e tensões sociais: a fábrica de papel e a urbanização em Jaguariaíva-PR (1920-1940) 520
Osvaldo Carneiro de Matos Neto

Capítulo 29

- Memórias das lutas e vivências do cotidiano, durante a formação da vila operária do Bairro Jangai e os primórdios das Indústrias Sguário 536
Rafaela de Miranda

553

AGRADECIMENTOS

557

SOBRE OS AUTORES

APRESENTAÇÃO

JAGUARIAÍVA. ONTEM, HOJE...¹

Professor José Axt²

A cidade cresceu espontaneamente, exibiu ares de progresso e acolheu a todos os que vieram a encontrar nela a utopia sonhada após ouvirem o canto das nossas sereias políticas.

Hoje, são poucos os casarões remanescentes de uma época vivida por uma sociedade elitista e conservadora nos moldes das oligarquias da velha República. No lado mais antigo da cidade, poucos são os casarões construídos pelos antigos moradores que ainda resistem ao tempo contrastando com as novas construções que surgem repentinamente quebrando a monotonia de um passado não muito distante, mas que vai mudando a fisionomia da velha *city* dos Carneiro Lobo, Xavier da Silva, Sampaio, Ribas, Faria, Marques de Souza..., estampando a nostalgia do que ainda permanece.

A outra parte da cidade, a de baixo, separada pela estrada de ferro do ramal Paranapanema, começou a se expandir bem no começo do século passado, às margens do Rio Capivari, impulsionada,

1. AXT, José. Jaguariaíva. Ontem, hoje... **A Hora de Jaguariaíva**, Jaguariaíva, p. 1 e 6, 5 maio 2003.

2. Licenciado em Geografia e Estudos Sociais pela UEPG. Autor de “*Jaguariaíva: do tropeirismo aos dias atuais*” (Gráfica Guarani, 2000).

primeiro, pelo apito das velhas “marias fumaças”, depois, com as indústrias Matarazzo se instalando lá pelos idos de 1920. Ferroviários de todas as etnias, imigrantes italianos, poloneses, russos, alemães, portugueses, espanhóis e afro-brasileiros começaram a se estabelecer nos arredores da fábrica Matarazzo e da estação ferroviária e, com eles, surgiram os primeiros sírio-libaneses (os turcos) para impulsionar o comércio. Os anos foram passando, a Cidade Baixa crescendo e a rivalidade se acentuando cada vez mais na cidade dividida pelo risco, isto é, pela linha do trem. Parecia até, duas nações antagônicas tal era a zoeira e as brigas da gurizada, a ciúmeira da gente grande, tanto de um lado quanto de outro querendo defender o seu patrimônio.

“Nós prá cá, vocês prá lá”. Era este o grito de guerra da piazada. As provocações eram recíprocas. Ai do piá que atravessasse a linha sozinho. Com certeza levava pauladas.

Os marmanjos briguentos tiravam a diferença na zona do mertrício. Do lado feminino, o requinte se fazia presente nos clubes sociais, na Festa de Agosto e até mesmo na igreja, com seus vestidos de tecidos importados da Europa e para exibir aparência e opulência usavam o que tinham de melhor em jóias em ouro, bijuterias...

Os tradicionalistas da Cidade Alta diziam que a verdadeira cidade era ali, onde moravam e onde começou Jaguariaíva.

Tinham o Santuário do Padroeiro, a tradicional Festa de Agosto, a prefeitura, o fórum, a cadeia pública, o chafariz, o hospital e até mesmo o cemitério, aonde diziam eles, os de baixo um dia iam parar.

Os da Cidade Baixa, por sua vez, se orgulhavam da fábrica Matarazzo, do palacete do Conde, da estação ferroviária, do Cine Avenida, do serviço de alto-falantes da RCE que espalhava som pelos quatro cantos da Praça Getúlio Vargas.

A chamada nata da sociedade jaguariaivense frequentava o Clube União Jaguariaivense, cognominado de Clube Elite, transformado hoje no Clube Recreativo Municipal.

Os da Cidade Baixa não deixaram por menos e construíram o Clube União Operária Recreativa na Vila São Luís, hoje propriedade particular. O Bairro Matarazzo tinha o seu próprio clube, quase sempre frequentado pelos funcionários mais graduados da empresa.

Os ferroviários fundaram o “Quitandinha” na Avenida Antônio Cunha em frente ao antigo bar do Mansur, frequentado por brancos e negros.

A sociedade jaguariaivense era de certa forma, preconceituosa. Os negros, dependendo, evidentemente, da situação econômica, eram barrados nas portas dos clubes, por isso construíram o clube “Flor do Mato”, coberto de zinco, conhecido como “barracão de zinco”, um clube de respeito e muito bem dirigido pelo saudoso Cezário, aonde os filhos dos brancos aprendiam a dançar. Os anos foram passando e, como num passe de mágica a fábrica Matarazzo foi vendida a outra empresa que não durou uma década e foi a falência. A política do transporte ferroviário relegado ao segundo plano pelo governo federal reduziu o número de ferroviários em muitas localidades do país e Jaguariaíva foi uma das cidades que sofreu o impacto. Com essa medida, dezenas de famílias começaram a tomar destinos diversos desfalcando a população da cidade. A economia do município começou a entrar em decadência nos anos 60.

No entanto, Jaguariaíva estava predestinada a se tornar um dos maiores pólos madeireiros e papeleiros do Estado. E assim foi, os campos floridos, ondulados pelo vento, começaram a receber uma nova paisagem em extensas áreas com reflorestamento com a finalidade de produzir matéria-prima para as futuras indústrias madeireiras e papeleiras.

Na década de 1980 uma grande fábrica de papel se instalou e muitas empresas madeireiras começaram a chegar.

Aos poucos a cidade reconquistou a sua debilitada economia. Com a chegada das novas indústrias a cidade deu um salto. Antes da nova era industrial era comum encontrarmos sempre as mesmas pessoas. Foram milhares de caras novas que apareceram para conquistar seu espaço geográfico. A cidade cresceu desordenada nas periferias, novos prédios ocuparam espaços vazios no centro comercial e na antiga vila dos fazendeiros.

Hoje, a cidade é uma só, mas não possui mais aquele encanto, as noites de serestas, a bandinha do coreto da Praça Getúlio Vargas, da Praça Dona Izabel e o toque romântico e nostálgico que a caracterizou por quase um século.

Da antiga cidade ainda se conservam muitos nomes de ruas, de praças, de prédios públicos, de monumentos com nomes de pessoas que nunca conhecemos e, muitas delas, jamais ouvimos falar. Esta imagem nostálgica fica ainda mais fragmentada no momento exato em que fazemos reflexões, comparações e muitas indagações aos nossos botões. Quantas histórias, mistérios, paixões e tragédias aconteceram e ficaram perdidas no tempo sem registro histórico? Para onde foram os remanescentes das tradicionais famílias jaguariaivenses, que viveram alicerçadas na disseminação do gado, nas relações patriarcais e nas tradições conservadoras de uma época romântica, é verdade, mas que ficou sem registro histórico para conhecimento das gerações que se sucedem? Poucas são as pessoas que ainda resistem ao tempo para contar as lendas, os “causos” e as histórias das pessoas, das ruas, das praças, dos velhos casarões e dos monumentos da velha *city* de Dona Izabel Branco e Silva.

Não resta mais tempo e o povo de Jaguariaíva necessita garantir a sobrevivência de sua história. Não basta apregoar que povo sem história e sem memória não é povo; é necessário que os intelectuais de todas as áreas de atuação e as autoridades se sensibilizem para criar um espaço cultural específico, sem cor política partidária e religiosa, dirigido por um conselho cultural composto por pessoas de todos os segmentos da sociedade capaz de recuperar o acervo histórico de quase três séculos, antes que toda memória histórica se dissolva.

“A memória é o legado mais importante de um povo. Se a memória de dissolve, o homem também se dissolve”.³ Pensemos nisto...

3. Fragmento da entrevista concedida à série de TV “América”, em 1989, pelo poeta, ensaísta, tradutor, diplomata mexicano e Prêmio Nobel de Literatura de 1990, Octávio Paz.

PREFÁCIO

JAGUARIAÍVA 200 ANOS: HISTÓRIA & MEMÓRIA

Prof^a. Dr^a. Aída Mansani Lavalle⁴

Fui honrada com o convite do historiador e acadêmico Rafael Gustavo Pomim Lopes para prefaciar a obra *Jaguaraiáva – 200 anos História e Memória*, do qual o mesmo é o organizador.

Deparo-me com um admirável trabalho, dividido em capítulos, cada um apresentando a excelente contribuição de seu autor. Trata-se de uma ampla história da trajetória no espaço-tempo de Jaguaraiáva, iniciando com uma imersão na arqueologia, não só dos traços deixados em pinturas rupestres, como, pela passagem de viajantes. Os primeiros aglomerados humanos, com suas tribos e as expectativas de mais aprofundados estudos são a porta de entrada dessa importante obra de referência.

Em cada capítulo, uma nova revelação, com suas conjuminâncias históricas, sociológicas e culturais. A literatura da região, as figuras femininas inserindo-se no acervo literário com a sua poeta primeira, encantando com seus versos e entusiasmo pelos Campos Gerais.

4. Doutora em História pela UFPR. Fundadora da cadeira nº 36 da Academia de Letras dos Campos Gerais, onde foi Presidente na gestão 2015-2017.

Outros autores retratam assuntos como saúde, esporte, além da parte econômica, onde as análises partem do tropeirismo, da associação com locais de compra e transporte de muares, inventários de antigas fazendas, sobre o poder e mando dos fazendeiros que também abriram e prepararam a região para um ordenamento político.

A ligação de dois núcleos populacionais, Jaguariaíva e Ponta Grossa, através de um esforço conjunto de alguns fazendeiros dessas duas localidades, resultou na concordância de Pedro I em estabelecer as duas Freguesias em 1823, nos liga a um destino comum em seu início. Porém, este trabalho acentua as diferenças e as semelhanças em suas trajetórias, muito embora alguns aspectos ainda nos unam, como é o caso da chegada da ferrovia.

A ocasião propícia dos festejos dos 200 anos de Jaguariaíva será amplamente contemplada com essa oportuna publicação, pois servirá de base a muitas referências isoladas não apenas para os bons leitores, como poderá ser bem explorada no ensino em Jaguariaíva. Essa pertinente obra certamente terá múltiplos desdobramentos como apoio em suas melhores aplicações.

Estendo minhas congratulações formuladas ao organizador, Rafael Gustavo Pomim Lopes, a todos os demais autores aqui representados. Recomendo sua leitura principalmente por historiadores e interessados em história regional, pois, como nos direcionou a estimular esses estudos o insigne historiador Capistrano de Abreu em sua obra monumental *Capítulos de História Colonial – 1500-1800*, para conhecer o todo é necessário conhecer as suas partes.

Fernand Braudel, em sua linha historiográfica da história total, deixa claro, em seu estudo sobre o Mediterrâneo, que o conhecimento começa sempre pelos rumos da arqueologia e da geografia para inserir os pontos ao longo do espaço-tempo. Assim, ratifico que conhecer tantos bons autores como nessa publicação organizada sobre a História de Jaguariaíva foi muito proveitoso. Prevejo o seu sucesso sempre.

INTRODUÇÃO

DA NECESSIDADE DE DIVULGAÇÃO DA HISTÓRIA JAGUARIAIVENSE

*Rafael Gustavo Pomim Lopes
Organizador*

O título desta introdução é uma homenagem à abertura do primeiro volume da quadrilogia clássica intitulada “História do Paraná”, publicada pela Grafipar em 1969, cujos autores são os eminentes historiadores Altiva Pilatti Balhana, Brasil Pinheiro Machado e Cecília Maria Westphalen.¹ A referida abertura, redigida por Bento Munhoz da Rocha Netto,² figura notável dotada de clareza ideológica, pensamento profundo, erudição, perspicácia sociológica e distinção como orador, demonstra uma preocupação significativa do autor em estimular a reflexão da sociedade paranaense sobre a importância do registro de sua história em diversas esferas, visando à preservação de fontes e memórias. Motivado pelo mesmo espírito do ilustre intelectual paranaense, surgiu a concepção deste presente livro.

1. BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969. v. 1.

2. NETTO, B. M. da R. Da necessidade de divulgação da história paranaense. In: BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969. v. 1.p. 11-23.

Neste contexto, durante o ano em que Jaguariaíva, situada na região dos Campos Gerais do Estado do Paraná, celebra o bicentenário da fundação da Freguesia do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria, por meio do Alvará Imperial promulgado por Sua Majestade Imperial Dom Pedro I, datado de 15 de setembro de 1823, tomamos a decisão de consolidar em uma única obra diversos capítulos relevantes que correspondem a significativas porções da história local.

A concepção e materialização da presente publicação representam uma evolução progressiva de uma ideia original, culminando na edição deste livro. Esta obra visa fornecer à comunidade de Jaguariaíva e além dela, acesso aos resultados de pesquisas até então desconhecidas, ao mesmo tempo em que incentiva a atenção voltada à preservação do patrimônio histórico, cultural e documental da região.

A história de Jaguariaíva tem sido objeto de estudo, documentação e divulgação em diversas ocasiões, principalmente através dos meios de comunicação locais e regionais. Este livro desempenha um papel crucial ao resgatar uma série de trabalhos pioneiros, atualmente de difícil acesso, que representam fontes primárias de grande relevância para a pesquisa da história local. Destacam-se, entre eles, a obra notável de Brasilino de Carvalho, “Interpretação da realidade brasileira: centenário de Jaguariaíva”, bem como as pesquisas valiosas dos memorialistas Augustinho Argemiro Ludwig, Bertoldo Ihlenfeldt, Carlos João Thon, George Abrão, José Axt, José Carlos Veiga Lopes, Orlando Frizanco e Silas Gerson Ayres, que serviram como base para os estudos apresentados nesta obra.

A proposta de reunir parte desses estudos em uma obra única foi concebida com base na observação do crescente corpus de conhecimento e perspectivas sobre a história local e regional. Este livro não apenas evidencia as contribuições para o entendimento da história da região, mas também reconhece e valoriza as instituições e famílias que preservam seus acervos e, por conseguinte, a memória local.

Em um mundo em constante transformação, onde as mudanças acontecem em ritmo acelerado, a história de uma cidade torna-se um ancoradouro essencial. Essa história é um testemunho da jornada da comunidade, dos desafios superados, dos triunfos celebrados e das metamorfoses que moldaram o que a cidade é hoje.

A preservação e a divulgação da história de Jaguariaíva é um ato de respeito pelos pioneiros que lançaram as bases, pelos líderes que guiaram o caminho e pelos cidadãos que contribuíram para o tecido social. Cada edifício antigo, cada rua pavimentada e cada relato transmitido oralmente são peças de um quebra-cabeça que forma a identidade única da localidade. Além disso, a história da cidade é uma fonte inestimável de lições aprendidas. Ao revisitar os desafios enfrentados no passado, as comunidades ganham uma perspectiva valiosa sobre como superar obstáculos presentes. A compreensão da própria história é uma luz que ilumina o caminho a seguir, uma bússola que orienta as escolhas futuras.

Nesse sentido, a preservação da história não apenas mantém viva a memória coletiva, mas também fortalece o senso de pertencimento. Conhecer as origens e os eventos que moldaram a cidade é um elo que une os residentes, criando uma teia de conexões que transcende as barreiras do tempo. Assim, cada narrativa histórica compartilhada é um fio que entrelaça os habitantes de Jaguariaíva, formando uma comunidade mais unida e consciente de sua trajetória e herança.

No tocante à organização, uma abordagem foi adotada para estruturar o conteúdo do livro em onze partes distintas, as quais foram subdivididas em eixos temáticos para uma compreensão mais clara e sistemática. Esses eixos temáticos, a saber: “Origens e Formação”, “Cultura e Comportamento”, “Comunicação”, “Educação”, “Esporte e Lazer”, “Memória e Natureza”, “Patrimônio Cultural, Identidade e Representação”, “Religião e Espiritualidade”, “Saúde e Assistência Social”, “Sociedade e Política”, e “Trabalho e Industrialização”, foram concebidos com o intuito de proporcionar uma abrangente cobertura dos aspectos relevantes da comunidade estudada. Cada capítulo, que está associado a um dos mencionados eixos temáticos, é considerado como uma peça essencial no quebra-cabeça da narrativa coletiva, contribuindo para a compreensão dos momentos de triunfo e desafio, bem como para o desenvolvimento e aprofundamento do conhecimento acerca da história local.

À medida que mergulhamos nos diversos aspectos da história de Jaguariaíva, encontramos não apenas uma narrativa do passado,

mas também um convite para contemplar o futuro com gratidão e esperança. Cada cidadão, cada rua, cada evento contribui para a riqueza dessa história em constante evolução, que pulsa e respira a cada novo amanhecer. É através de relatos, fotografias e documentos que convidamos os leitores a descobrir a essência cultural, social e econômica que torna esta cidade um lugar verdadeiramente único.

Esta obra não se limita a preservar o passado; ela aspira a inspirar as gerações futuras a assumirem o protagonismo na continuidade deste legado. Ao celebrar os 200 anos de Jaguariaíva, prestamos homenagem àqueles que nos precederam, reconhecendo suas realizações e absorvendo as valiosas lições que a história nos oferece. Que este livro seja o ponto de partida para uma série de iniciativas e parcerias que promovam pesquisas de qualidade sobre a história de nossa cidade, proporcionando espaços para participação e divulgação de novos trabalhos.

Mais do que uma simples publicação, este livro que agora temos em mãos representa um compromisso contínuo com a preservação e o compartilhamento do nosso rico patrimônio histórico.

Ao folhear suas páginas, somos transportados através do tempo, mergulhando nas narrativas e memórias que moldaram as fundações da nossa cidade. Cada fotografia, cada documento e cada relato capturados nessas páginas são tesouros preciosos que merecem ser apreciados e protegidos.

No entanto, enquanto celebramos este marco importante, também é vital refletir sobre a plena necessidade de preservar não apenas os registros escritos, mas também os artefatos tangíveis que contam a nossa história. Possuir fotos, documentos e objetos considerados históricos e se negar a compartilhá-los com a sociedade de forma correta não é preservar a história; é um ato de mesquinhice que compromete o legado que tanto valorizamos. Pois, afinal, de que adianta acumular conhecimento se ele não é acessível àqueles que desejam aprender e se conectar com suas raízes?

É imperativo que reconheçamos o papel fundamental que cada um de nós desempenha na preservação e disseminação da história de Jaguariaíva. Devemos abrir nossos arquivos, nossos álbuns de família e nossos corações para compartilhar generosamente esses tesouros

com a comunidade. Somente assim podemos garantir que as futuras gerações possam se beneficiar do conhecimento e da riqueza cultural que nossos antepassados nos legaram.

Portanto, ao celebrarmos este livro, comprometamo-nos também a continuar esta importante missão de preservação e compartilhamento da história de Jaguariaíva. Que cada página deste livro seja um lembrete constante do nosso dever coletivo de honrar e proteger o passado, enquanto olhamos com esperança para o futuro.

Que a história de Jaguariaíva continue a inspirar e enriquecer as vidas de todos nós, hoje e sempre.

Viva Jaguariaíva e sua história!

Origens e Formação



CAPÍTULO 1

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO EM JAGUARIAÍVA-PR: RESSIGNIFICANDO PASSADOS E MEMÓRIAS

Claudia Inês Parellada

Introdução

Conhecer melhor o passado permite recuperar memórias e patrimônios dispersos no tempo e compreender a diversidade cultural no presente. Também colabora no planejamento de novos horizontes para a gestão patrimonial e ambiental, e na seleção de estratégias visando ampliar e articular a conservação e o desenvolvimento sustentável.

Na região de Jaguariaíva é grande o potencial para a educação patrimonial e o turismo cultural e de aventura, sendo fatores relevantes a existência de um rico mosaico de paisagens de grande beleza cênica e valor ambiental, além de evidências de ocupações humanas de diferentes períodos, especialmente abrigos com arte rupestre, com importante destaque na literatura nacional e internacional (PARELLADA, 2005, 2009, 2015; APPOLONI et al., 2010; MENEGUZZO, 2015; LOPES et al., 2017).

Assim, analisar as materialidades entrelaçadas com memórias ressignificadas, através de filtros teóricos abrangentes e sob perspectivas decoloniais, certamente contribuirá com visões mais amplas de uma história, de longa duração, articulada com os momentos atuais,

como destacam Hamilakis (2016, p.678), Ribeiro (2017, p.212), e Ruibal & Vila (2018, p.14). A palavra arqueologia vem do grego *archaios*-antigo e *logos*-tratado, ou seja, abrange o estudo do que é considerado antigo.

A arqueologia, como ciência com arcabouço teórico complexo, busca estudar, especialmente, os povos passados, com as análises integrando espaços e materialidades, como exemplos, artefatos em pedra e cerâmica inseridos em contextos de habitação, aspectos da paisagem, narrativas gráficas, e vestígios biológicos, entre outras possibilidades. Em parte dos sítios arqueológicos, locais onde se concentram evidências de diferentes grupos humanos, podem ser documentadas as representações simbólicas em vários suportes, como as pinturas e gravuras rupestres, observar discussões em Zedeño & Bowser (2009) e Prous (2019).

Ainda, nos estudos arqueológicos se caracterizam assentamentos, como acampamentos, aldeias, cidades, áreas de domesticação e manejo de fauna e flora, redes de entrelaçamento e circulação de saberes, identidades e territórios, sob diversas perspectivas, inclusive caminhos antigos, como o milenar traçado indígena do Peabiru, e o das Tropas, descrito depois do século XVIII, entre outros.

O cotidiano e parte do universo social de diferentes populações conseguem ser caracterizados através da contextualização de evidências, permitindo acessar aspectos de memórias desconhecidas sobre contextos paranaenses, num período que ultrapassa 15 mil anos e chega aos dias atuais (PARELLADA, 2020).

Assim, a arqueologia busca entender como viviam os povos em vários ambientes, as respostas às mudanças climáticas, as tecnologias para elaborar artefatos com diversas matérias-primas, o manejo florestal, a agricultura, e as reações, de aliança e/ ou conflitos, à chegada de outras populações. Em sítios mais bem preservados, existe a conservação de materiais orgânicos e podem ser observadas e documentadas as estratégias e a complexidade no sepultar os mortos, ou mesmo aspectos da saúde e da alimentação.

As paisagens podem estar relacionadas a temporalidades, não apenas como cronologia, mas como atos vinculados às memórias in-

dividuais e coletivas, em espaços múltiplos impregnados de passados (INGOLD, 2012).

Na Constituição Federal Brasileira, de 1988, os bens arqueológicos, nos artigos 215 e 216, estão incluídos como patrimônio cultural nacional com direitos assegurados pelo Estado; e no artigo 20, X, os sítios arqueológicos são apontados como bens da União. A Carta de Lausanne, de 1990, do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), organização civil internacional ligada a UNESCO, considera que o patrimônio arqueológico engloba todos os vestígios da existência humana e compreende todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo o tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como todos os materiais a eles associados.

Os sítios arqueológicos podem ser identificados quando o solo e subsolo são impactados, ou seja, como exemplos, uma estrada, fazenda ou bairros em cidades são abertos ou ampliados, ou revira-se o solo em plantações agrícolas, ou na construção e gestão de obras civis. Os materiais arqueológicos, bens da União, devem ser conservados e, no decorrer dos estudos, direcionados a instituições de guarda, como museus e universidades, como estão previstas em normativas do IPHAN (LIMA, 2007, p.5).

Estudos arqueológicos no Paraná: contextualizando Jaguariaíva

Pesquisas anteriores evidenciaram a existência de bens arqueológicos, então, para caracterizar este patrimônio realizou-se uma síntese de dados de sítios conhecidos na área de estudo, através de análise bibliográfica referente à arqueologia, etno-história e história da região e circunvizinhanças, além da utilização de informações inéditas relativas ao acervo do Departamento de Arqueologia do Museu Paranaense. Essas informações estão detalhadas na arqueologia regional. Deve ser comentado que houve a análise de relatórios de pesquisa (acessados através do Sistema Eletrônico de Informações – SEI/IPHAN), fichas do antigo Cadastro Nacional de Sítios Arqueológi-

cos (CNSA) e, de atuais, do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), gerenciadas e disponibilizados digitalmente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e na Superintendência do IPHAN no Paraná, situada em Curitiba.

Os diversos sítios arqueológicos estudados no Paraná foram agrupados, a partir de 1960, segundo metodologia do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, em tradições e fases, sendo que a tradição representaria um grupo de sítios onde uma série de elementos ou técnicas tem persistência temporal. Apesar de não ser a única estratégia classificatória, a tradição ainda se configura na mais usual no Brasil, permeando a maioria das discussões regionais (PARELLADA, 2005).

No Paraná, os vestígios de caçadores-coletores podem ser classificados em tradições, como Paleoíndios, Umbu, Humaitá, e Sambaquieiros; os agricultores e ceramistas em Itararé-Taquara ou Jê Arqueológico Meridional, Aratu e Tupiguarani. As pinturas e gravuras rupestres podem ser relacionadas às tradições Planalto, Cosmológica ou Astronômica, Geométrica e Meridional (PARELLADA, 2005, 2015; PROUS, 2019).

Possivelmente, em datas anteriores à 15.000 anos atrás, em territórios que hoje abrangem o sul do Brasil e o nordeste da Argentina já existiam povos caçadores-coletores. No interior do Paraná esses grupos estão representados pelos Paleoíndios, e 10.000 anos atrás já se tem vestígios de populações Umbu e Humaitá, observar tabelas 1 e 2 (PARELLADA, 2005, 2016, 2020). Com o clima mais quente e úmido, há cerca de 8.000 anos atrás, em espaços atualmente abrangidos pelo estado do Paraná, adensaram-se os caçadores-coletores: Umbu em áreas mais abertas, de campos e cerrados, Humaitá em regiões florestadas, e Sambaquieiros na costa litorânea e no vale do rio Ribeira.

Desde 4.000 anos atrás ocorrem vestígios de ceramistas e agricultores, de povos Jês Arqueológicos Meridionais ou, conforme classificação mais antiga, Itararé-Taquara, e a partir de dois mil anos chegam povos da família linguística Tupi-guarani, na arqueologia convencionou-se chamar a cultura material desses grupos de Tupi-

guarani, sendo que alguns pesquisadores subdividem em arqueologia Guarani e Tupinambá ou Tupi.

Tabela 1 - Periodização arqueológica para a região de Jaguariaíva e circunvizinhanças.

ARQUEOLOGIA	PERÍODO	POVOS OU CONJUNTOS DE MATERIALIDADES	TRADIÇÕES ARQUEOLÓGICAS OU ABRANGÊNCIA	
Pré-colonial	Com mais de 15.000 anos AP (antes do presente) até 8.000 anos AP	Caçadores e coletores	Paleoíndios	
		Caçadores e coletores	Umbu	
			Humaitá	
		Pinturas e gravuras rupestres	Planalto	
	Desde 10.000 anos AP		Cosmológica	
			Geométrica Central	
			Meridional	
	Desde 4.000 anos AP	Agricultores e ceramistas	Jê arqueológico	
			Tupiguarani	
			Aratu	
Histórica	A partir do século XVI	Indígenas, africanos, membros de expedições de conquista, tropeiros, comunidades tradicionais imigrantes	Diversidade histórica pós-século XVI Contemporânea	

Outros povos da família linguística Jê, com evidências materiais possivelmente relacionadas à tradição Aratu, entre os séculos XV a XIX, parecem ter ocupado o centro-norte e o nordeste do Paraná, nos municípios de Apucarana (SCHMITZ & ROGGE, 2008), Jaguariaíva, entre outros (PARELLADA, 2015). Eram, provavelmente, os outrora denominados: Kayapós do Sul, Ofaiés ou Oti-Xavantes,

descritos nas circunvizinhanças, no início do século XX (MARTINS, 1925; NIMUENDAJU, 1981).

Em sítios ceramistas, no Paraná, foram documentadas evidências de contato com luso-brasileiros, depois do século XVI. São ricos os relatos etnográficos, de viajantes e tropeiros, sobre Jaguariaíva e circunvizinhanças, descrevendo áreas com acampamentos e aldeias indígenas com povos de língua Jê, Guarani e Xetá, especialmente entre os séculos XVII a XXI (BORBA, 1904, 1908; NIMUENDAJU, 1981; CARSTEN, 2012).

A rede de caminhos do Peabiru, como se denominava na Província do Guairá, nos séculos XVI e XVII, reunia um sistema viário complexo que incluiu espaços do município de Jaguariaíva. Alguns trechos e estudos foram compilados por diferentes autores, sintetizados por Maack (1968) e Parellada (2021), entre outros, observar figura 1. Em 1552/ 53, o lansquenete Ulrich Schmidel usou o Peabiru para chegar a São Vicente, costa Atlântica, e percorreu provavelmente áreas do atual município de Jaguariaíva (MAACK, 1968; CARDOZO, 1970). Esta rede de caminhos era conservada através da plantação de uma espécie de gramínea rasteira, que impedia o crescimento de vegetação de maior porte, fazendo com que a trilha não fosse encoberta pela mata.

Junto ao *Peabiru*, a partir de 1554, os espanhóis iniciam a criação de núcleos coloniais na *Província del Guairá*, primeiro com *Ontiveros*, às margens do rio Paraná. Em 1556, fundaram *Ciudad Real del Guairá*, junto à foz do rio Piquiri no Paraná, para onde foram transferidos os habitantes de *Ontiveros*. Em 1570, foi fundada, pelo capitão Melgarejo, *Villa Rica del Espíritu Santo*, às margens do rio Cantu, afluente do Piquiri, depois transferida para junto à foz do rio Corumbataí no Ivaí, em 1589, sendo destruída e abandonada em 1632. A atividade econômica principal era a colheita e a exportação das folhas da erva-mate, planta nativa da região do Guairá, escoada por caminhos terrestres associados a rios pertencentes à bacia do Paraná, observar detalhes em Parellada (2021).



Figura 1 - Mapa de localização da Província do Guairá com as comunidades espanholas e missões jesuíticas do final do século XVI/ início do século XVII, e apontando os prováveis traçados de alguns ramais do Peabiru, que sofriam alterações devido a conflitos entre diferentes povos e ao longo do tempo, fonte: adaptado de Maack (1968) e Parellada (2021).

Em 1609, padres jesuítas, atendendo a Coroa espanhola que buscava alternativas de ocupação dos territórios indígenas com menor quantidade de conflitos, criaram várias missões fixas no Guairá com indígenas de línguas Guarani e Jê, de diferentes variedades dialetais. Estas missões tiveram curta duração, pois até 1631 os bandeirantes paulistas já tinham destruído todas elas, e em 1632 as cidades espanholas foram transferidas para outros locais (PARELLADA, 2018).

Muitos dos ramais do *Peabiru* originaram estradas dos colonos na conquista e ocupação do território, como apontam narrativas em Keller & Keller (1866), Paraná (1899), e Moreira (1975), e depois acessos e trechos de rodovias. Entre o final do século XIX e o início do século XX, o médico Murici (um dos fundadores do Museu Paranaense) e Telêmaco Borba (1908) iniciaram a reunião de materiais arqueológicos e etnográficos desta região, depois direcionados a instituições públicas, como universidades, museus e espaços de mediação e comunicação cultural (MARTINS, 1925; PARELLADA, 2005).

Desde 1956, sítios com pinturas rupestres nos Campos Gerais, nos vales dos rios Tibagi, Iapó e afluentes, foram documentados, inicialmente pelos arqueólogos Annette Laming, Joseph Emperaire e

Oldemar Blasi (LAMING & EMPERAIRE, 1968), e depois as pesquisas foram ampliadas por Blasi (1972), e Blasi et al. (1991, 2002).

Atualmente, no estado do Paraná, sul do Brasil, são conhecidos cerca de 400 abrigos com pinturas rupestres, sendo a maioria em rochas areníticas, especialmente nos Campos Gerais, no vale do Tibagi e afluentes. Desde 1970, equipes de arqueologia do Museu Paranaense desenvolvem pesquisas nos municípios paranaenses de Tibagi, Castro, Jaguariaíva, Piraí do Sul e Sengés (PARELLADA, 1993, 2005, 2009, 2015).

O arqueólogo Antonio Cavalheiro (2004) escreveu dissertação de mestrado, na USP, sobre aspectos tipológicos e documentação de sítios rupestres nos Campos Gerais. O artista plástico Ney Barbosa (2004) publicou livro didático sobre arte rupestre no Paraná, localizando abrigos nos Campos Gerais, temática ampliada por Gomes (2011)..

Várias pesquisas de licenciamento ambiental relativas à instalação e monitoramento de obras civis, como rodovias, barragens, linhas de transmissão de energia, pequenas centrais elétricas, têm sido realizadas, como exemplos estão relatórios organizados por Chmyz (2001, 2002); Parellada (2004), Gaissler (2007), Herberts (2010), Faria (2014), entre outros. Chmyz (2001, 2002) e colaboradores da UFPR pesquisaram trechos, entre Ponta Grossa e Imbaú, da rodovia federal BR-376, além de partes da rodovia estadual PR-151, entre Piraí do Sul e Jaguariaíva, onde foram recuperados 44 indícios de ocupações ceramistas relacionados às tradições Jê Arqueológica Meridional, Tupiguarani e posteriores ao século XVI, e três pré-ceramistas de Paleoíndios e Umbu.

Entre junho de 2002 e março de 2004, Parellada (2004) coordenou os estudos arqueológicos da Linha de Transmissão em 230kV entre Bateias, em Campo Largo, e Jaguariaíva, uma parceria entre o Museu Paranaense e a COPEL. Foram coletados vestígios materiais em 45 das 305 torres, e em seis áreas próximas aos vãos entre as torres e acessos, caracterizando-se tanto a presença de caçadores-coletores, como a de povos ceramistas Jê Arqueológicos Meridionais e Tupiguarani e descendentes, inclusive após o século XVI. Em Jagua-

riaíva, foram cadastrados 2 abrigos areníticos com pinturas rupestres, em vãos entre torres: o Jaguariaíva 1 e o Butiá 1.

Em 2006, Gaissler pesquisou propriedades da Stora Enso Araçápoti Empreendimentos Agrícolas Ltda, documentando vários sítios arqueológicos, em áreas de reserva legal, preservação permanente e plantio florestal dos Distritos Caetê, em Curiúva, Barra Mansa e Matarazzo, em Arapoti e Jaguariaíva, São Nicolau, nestes últimos dois municípios e em Piraí do Sul, e Coqueiros, em Reserva e Imbaú.

Herberts (2010) coordenou estudos na arqueologia preventiva da Linha de Transmissão em 230 kV, entre Itararé/ SP e Jaguariaíva/ PR. Garcia (2014) mapeou o sítio lito-cerâmico Rio Bravo, a 300 metros do rio Jaguariaíva, em topo de morro, junto à área de torre de transmissão entre Jaguariaíva e Castro. Aluizio Carsten (2012) defendeu mestrado na Universidade Estadual de Maringá, orientado por Lúcio Mota, discorrendo sobre a arqueologia da bacia do rio das Cinzas.

No município de Jaguariaíva, revisando pesquisas e publicações disponíveis, foram reunidos dados relativos a 25 sítios arqueológicos (tabela 2), com ocupações que abrangem desde os Paleoíndios, com períodos que ultrapassam oito mil anos, como no abrigo Jaguariaíva 1, até evidências de ocupações históricas. Na tabela 2 não foram incluídos os sítios ou bens históricos relativos a caminhos, quilombos e diferentes estruturas associadas a fazendas de invernadas, que já foram apontadas por vários autores, como Saint-Hilaire (1978), Lange (2002), e Chmyz (2016), bem como áreas urbanas e industriais, pois serão descritas em outros capítulos desta publicação. Devem existir mais bens e sítios arqueológicos a serem caracterizados, sendo aqui disponibilizados dados para colaborar em reflexões sobre as potencialidades em paisagens tão diversas em Jaguariaíva. Isso destaca a importância de pesquisas contínuas e sistemáticas na região.

Tabela 2 – Alguns sítios arqueológicos cadastrados no município de Jaguariaíva, Paraná

Nº	Sítio Arqueológico	Coord. UTM, ponto central, SIRGAS 2000, 22J ou Distrito	Altitude (m)	Tradições e/ou Período	Referências Bibliográficas
1	Abrigo Jaguariaíva 1 ou Matarazzo 1	7.315.196 632.428	883	Umbu, Jê Arqueológico Meridional, Planalto, e Jês dos séculos XVII e XIX	Parellada, 2004; Lopes et al., 2017; Fogolari, 2020
2	PE Vale do Codó 1	7.314.083 632.525	850	Planalto	Moro, 2012
3	PE Vale do Codó 2	7.312.685 632.823	850	Planalto	Moro, 2012
4	Parque Lago Azul	7.314.585 632.676	855	Planalto	Moro, 2012
5	Abrigo do Butiá 1	7.309.343 630.711	1005	Umbu, Geométrica	Parellada, 2004; Fogolari, 2020
6	Mariano	7.305.085 641.320	1070	Geométrica	Parellada, 1993, 2005, 2009
7	Abrigo Fazenda das Almas	7.311.503 607.276	890	Planalto	Gaissler, 2007; Moro, 2012
8	Abrigo Cercado Grande I ou Lapa da Seta	7.304.777 606.675	978	Planalto	Parellada, 1993; Barbosa, 2004; Gomes, 2011; Fogolari, 2020; Silva et al., 2022
9	Abrigo Cercado Grande II ou Lapa do Tatu	7.304.953 606.413	971	Planalto	Parellada, 1993; Barbosa, 2004; Gomes, 2011; Fogolari, 2020; Silva et al., 2022
10 a 12	Abrigos Cercado Grande III a V	Cânion do Cadeado, rio das Cinzas		Planalto	Silva et. al, 2022
13	Abrigo Cercado Grande VI	7.308.274 605.113		Planalto	Silva et al., 2022
14	Abrigo Cercado Grande VII	Cânion do Cadeado, rio das Cinzas		Planalto	Silva et. al, 2022
15	Torre 250 LT230kV Bat-Jag	7.296.436 627.363	978	Jê Arqueológico Meridional	Parellada, 2004
16	Torre 252 LT230kV Bat-Jag	7.297.377 627.647	977	Jê Arqueológico Meridional	Parellada, 2004

17	Torre 253 LT230kV Bat-Jag	7.297.854 627.829	1007	Umbu, Jê Arqueológico Meridional	Parellada, 2004
18	Torre 254 LT230kV Bat-Jag	7.298.179 627.928	973	Histórico	Parellada, 2004
19	Torre 255 LT230kV Bat-Jag	7.298.537 628.036	931	Tupiguarani	Parellada, 2004
20	Torre 256 LT230kV Bat-Jag	7.299.098 628.206	944	Jê Arqueológico Meridional	Parellada, 2004
21	Torre 259 LT230kV Bat-Jag	7.300.285 628.566	983	Jê Arqueológico Meridional	Parellada, 2004
22	Torre 260 LT230kV Bat-Jag	7.300.917 628.758	963	Jê Arqueológico Meridional	Parellada, 2004
23	Rio Bravo	A 300m do rio Jaguariaíva		Ceramistas	Garcia, 2014
24	Fazenda Conceição I	Distrito Cachoeira		Jê Arqueológico Meridional	Coleção MUPA 6.90
25	Fazenda Conceição II	Distrito Cachoeira		Tupiguarani	Coleção MUPA 7.90

Arqueologia regional em Jaguariaíva: conhecendo melhor as diversidades do passado

Os primeiros povos, os Paleoíndios ou Bituruna, chegaram à região de Jaguariaíva, há mais de 15.000 anos, vindos de terras altas do centro e oeste sul-americano, encontrando aqui um clima diferente, mais frio e seco, com a vegetação de campos e cerrados. Viviam em pequenos grupos, convivendo com animais da megafauna, como a preguiça gigante, o mastodonte, e o tigre dente-de-sabre, elaborando grandes pontas de projéteis, caçando aves, pequenos mamíferos e roedores, além de praticarem a pesca.

Sepultamentos humanos dessa época, devido à fragilidade dos restos orgânicos, dificilmente são recuperados, somente em situações muito especiais, como locais muito secos ou muito úmidos, é que acontece a conservação destas evidências.

As pontas de projétil rabo de peixe ou “fishtail”, raras, porém já encontradas nos vales dos rios das Cinzas e Jaguariaíva, são diagnósticas desses povos mais antigos, que ocuparam a região há mais

de 10.000 anos. Moro (2012) analisou a biogeografia junto a áreas de cerrado nos Campos Gerais discutindo a relação entre a existência de sítios arqueológicos e remanescentes de cerrados, o que ajuda a caracterizar povos relacionados a ambientes diferenciados, associados a épocas mais recuadas, com climas mais secos.

Há 8.000 anos, com o clima ficando cada vez mais quente e úmido, outros grupos caçadores-coletores migraram para o Paraná, e ocuparam em momentos diversos tanto o vale de grandes rios como topes de morros e montanhas, inclusive abrigos rochosos e o litoral, como pode ser observado em discussões em Parellada (2005, 2008). No sul do Brasil são denominados Umbu, Humaitá e Sambaquieiros.

Eram nômades, permanecendo tempos curtos em cada acampamento, caçando, coletando frutos e raízes, e muitas vezes deixando representações simbólicas de seus mitos e histórias através de gravuras, pinturas e esculturas nas rochas. Para caçar usavam armadilhas, arpões e flechas com pontas de osso, madeira e pedra, e preparavam os alimentos usando talhadores, raspadores e facas lascadas principalmente em silexito, quartzo e arenito silicificado (PARELLADA, 2005).

Behling et al. (2004) observam que os planaltos do sul do Brasil, há 7.400 anos cal AP (datação radiocarbônica com idade cronológica calibrada através do programa CALIB 4.2, fornecido pela Universidade de Washington e desenvolvido por STUIVER e REIMER, 2000), estavam dominados por campos, em um clima mais frio e seco que o atual, e as araucárias provavelmente se restringiam a vales fechados e profundos e vertentes costeiras mais úmidas. Em épocas posteriores a 4.320 anos cal AP as araucárias se expandiram em redes de matas de galeria.

A Tradição Umbu compreende os sítios pré-cerâmicos caracterizados, especialmente, pela grande presença de pontas de projéteis, além de artefatos, muitos com pequenas dimensões e tecnologia bastante complexa (KERN, 1981). Essas populações ocuparam áreas a céu aberto, com habitações, como também em abrigos rochosos. Existem sítios multifuncionais com reocupação frequente, sendo que alguns configuraram estações de caça (SCHMITZ, 1991). Muitos sítios Umbu localizam-se próximos a arroios, rios, banhados ou lagoas, e,

mais raramente, junto ao mar. No Paraná já foram registrados nos vales dos rios Iguaçu, Ivaí, Tibagi, Ribeira, Paranapanema, na Serra do Mar e no litoral.

Os artefatos líticos típicos seriam pontas de projétil pedunculadas, triangulares, foliáceas, de formas e dimensões variadas, lascas, raspadores, furadores e percutores, aparecendo ainda talhadores, buris, grandes bifaces, lâminas polidas de machado, polidores e picões. Discussões consistentes sobre os assentamentos, estilos tecnológicos e possíveis modelos de mobilidade Umbu podem ser observados em Dias (2003).

Em Jaguariaíva já foram caracterizados níveis Umbu nos abrigos Jaguariaíva 1 e Butiá 1, além do sítio a céu-aberto Torre 253 LT 230kV Bat-Jag, observar detalhes em Parellada (2004). O abrigo Jaguariaíva 1 situa-se a 250m do rio Jaguariaíva, próximo à malha urbana, inserido em bloco testemunho arenítico, em área de campos naturais, apresentando duas faces (nordeste e noroeste) com pinturas rupestres nas paredes e tetos, observar figuras 2 a 4. O bloco arenítico mede 17 x 21 x 5,20m (comprimento x largura x altura máxima), e atualmente está junto a reflorestamento de *Pinus* sp, e a 250m da torre 293 da Linha de Transmissão em 230kV entre Bateias e Jaguariaíva, conforme Parellada (2004) e Lopes et al. (2017).

A análise estratigráfica do solo no interior do abrigo revelou seis camadas ocupacionais e uma camada superficial perturbada relacionada ao final do século XIX. A periodização das pinturas rupestres em 3 momentos foi possível devido a placas de rochas pintadas em níveis estratigráficos diferentes, além de sobreposições de imagens de animais de tamanhos variados, como veados, e grades, geralmente associados à tradição Planalto.

A cronologia foi obtida através de datações absolutas, pela análise radiocarbônica de fragmentos de carvão coletados em seis contextos escavados em subsuperfície. As duas camadas mais antigas, associadas a ocupações por caçadores e coletores Umbu, datam de 7.680 – 7.516 cal AP (AP significa antes do presente, ou seja, antes de 1950, data de criação do método de datação radiocarbônica) e de 6.913 – 6.656 cal AP (LOPES et al., 2017), conforme tabela 3.

Tabela 3 – Datações radiocarbônicas por AMS ^{14}C e intervalos calibrados obtidos para amostras de carvão de níveis em subsuperfície do abrigo Jaguariaíva 1, conforme Lopes et al. (2017).

Identificação da amostra e do laboratório	Nível	Quadra, face	Profundidade (cm)	Anos 14C (AP)	Idade calibrada (cal AP) 95.4%
LACUFF 160197	6	1, leste	25	390 ± 89	540 – 152
LACUFF 160198	5	1, sul	35	1846 ± 97	1995 – 1526
LACUFF 160199	4A	1, sul	50	1966 ± 77	2080 – 1701
LACUFF 150050	3B	2, oeste	30	2858 ± 35	3058 – 2796
LACUFF 150052	2	1, sul	105	5985 ± 50	6913 – 6656
LACUFF 150051	1	1, leste	85	6795 ± 42	7680 – 7516

São quatro as camadas relativas a povos ceramistas Jês Arqueológicos Meridionais: a camada 3 datada de 3058 – 2796 cal anos AP, seguida do nível 4, com data entre 2080-1701 cal AP. Camadas 5 e 6, mas recentes e superficiais, foram datadas de 1995-1526 cal anos AP e 540-152 cal anos AP.

As pinturas do Jaguariaíva 1 aparecem na parede e no teto do abrigo, de 0,5m a 1,90m de altura na face noroeste, e de 1,80m a 3,60m na face nordeste. No painel principal (face NO) foram documentadas pinturas sobrepostas de animais e barras (grades), as mais antigas, ou primeira fase, são grandes figuras chapadas de cervídeos, totalmente preenchidas com pigmento vermelho.

Os mais recentes, ou terceira fase, são pequenas figuras de animais castanho-avermelhados com cabeça preenchida e corpo em silhueta, preenchido com traços, esses pictogramas poderiam ser pintados com pequenas espátulas de madeira e usando bastões de minerais de ferro como giz de cera (*crayon*), conforme observado por meio de análise morfotécnica. Na face nordeste, há barras e figuras humanas em vermelho e círculos preenchidos em amarelo e/ ou vermelho que delimitam pequenas concavidades naturais no arenito configurando figuras emblemáticas (e assim poderiam definir territórios de clãs originários), que parecem estar associadas à segunda fase das pinturas.

A segunda e a terceira fases da arte rupestre, como as pinturas pontilhadas e pequenos animais em silhueta, parecem se relacionar com ceramistas Jês Arqueológicos Meridionais, como ocorreu em ou-

tos abrigos com pinturas no Paraná, especialmente em sítios com estruturas funerárias (PARELLADA, 2009), sendo que a terceira fase pode estar relacionada a períodos nos séculos XVIII e XIX. As figuras de animais, totalmente preenchidas com vermelho, provavelmente estavam associadas aos caçadores Umbu, como indica o arenito pintado caído na camada mais antiga.

Nas camadas subsuperficiais de Jaguariaíva 1, misturadas com restos materiais, encontramos ricas concreções argilosas em ferro, além de hematita, limonita e goethita. Seções caídas de arenito pintado em Jaguariaíva 1 estão associadas aos níveis 1, 3 e 4, algumas com pinturas quase totalmente apagadas e diferentes tipos de minerais de ferro com vestígios de cores diferentes nos níveis escavados. As sobreposições das pinturas, bem como as diversas técnicas de execução das pinturas, sugerem três fases de pinturas.

Minerais com óxidos de ferro foram frequentemente utilizados para produzir pigmentos vermelhos e amarelos, e o manganês associado à matéria orgânica foi utilizado para produzir preto nas pinturas rupestres do abrigo Jaguariaíva 1, conforme demonstrado por análise de fluorescência de raios X (APPOLONI et al., 2010).



Figura 2 – Vista da face nordeste do abrigo Jaguariaíva 1, onde ocorrem parte das pinturas rupestres, município de Jaguariaíva, Paraná (crédito fotográfico: Cláudia Inês Parelada, 2019).



Figura 3 – Vista da face noroeste do abrigo Jaguariaíva 1, onde se concentram as pinturas rupestres, município de Jaguariaíva, ao fundo o vale do Jaguariaíva (crédito fotográfico: Claudia Inês Parellada, 2019).

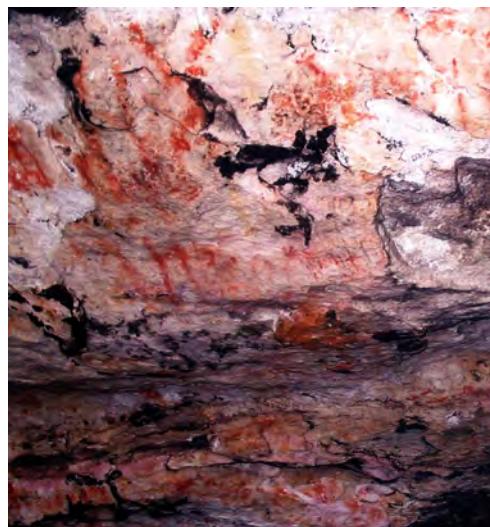


Figura 4 – Algumas pinturas rupestres, com sobreposições, da face noroeste do abrigo Jaguariaíva 1, onde se concentram as pinturas rupestres (crédito fotográfico: Claudia Inês Parellada, 2019).

Duas quadras, medindo 1 x 1m, foram escavadas, no lado oeste do abrigo Jaguariaíva 1, em profundidades variadas até atingir o arenito Furnas. A matriz sedimentar foi peneirada com malha inferior a 2 mm. Na parte noroeste da quadra 1, a rocha estava a 1,27m de profundidade, sendo que nos níveis Umbu ocorriam artefatos líticos,

como lascas e pontas de projéteis em silexito e quartzo. Na quadra 1, em quatro níveis superiores de ocupação, entre 0,15m e 0,72m, existiam fragmentos cerâmicos e artefatos líticos em silexito e arenito, de povos Jês Meridionais. Os perfis estratigráficos das quadras 1 e 2 mostram camadas sub-horizontais a lenticulares, com seis diferentes níveis de ocupação humana e uma camada superficial perturbada. As camadas possuem dimensões e distribuição diferentes, sendo que na camada 4 foi identificada uma estrutura de cremação juntamente com uma placa caída de arenito com pinturas.

Artefatos líticos Umbu, ver figura 5, foram caracterizados no nível inferior do sítio arqueológico Torre 253 LT 230kV Bat-Jag, na profundidade entre 30 e 50cm.



Figura 5 – Alguns materiais líticos Umbu recuperados junto ao sítio arqueológico Torre 253 LT 230kV Bateias-Jaguariaíva, município de Jaguariaíva, Paraná (crédito fotográfico: Claudia Inês Parellada).

A tradição Humaitá compreende sítios pré-cerâmicos do interior que não possuem pontas de projétil líticas, mas tem uma grande proporção de artefatos sobre bloco, onde se destacam bifaces, talhadores, enxós, raspadores e furadores, associados a uma grande quantidade de lascas (KERN, 1981; SCHMITZ, 1991).

Os assentamentos característicos são sítios-acampamento, multifuncionais, a céu-aberto, próximos a drenagens e, mais raramente, em abrigos. Concentram-se em vales de rios, que possuíam cobertura de floresta tropical semi-úmida e subtropical, ou seja, no Paraná situam-se principalmente nos vales dos rios Paranapanema, Ivaí, Tibagi

gi, Iguaçu e Paraná, e há vários sítios datados no Paraná e sul de São Paulo. Existem muitas discussões sobre os sítios Humaitá, pois parte deles foi identificada apenas pela presença de muitos artefatos em bloco, sendo que podem representar acampamentos de outros grupos culturais, inclusive ceramistas (DIAS & HOELTZ, 2010).

Há cerca de 4.000 anos atrás, com o clima tornando-se mais quente e úmido, as florestas de araucária já em expansão, e as áreas de campos e estepes diminuindo, aparecem os primeiros vestígios de agricultores e ceramistas em território atualmente compreendido pelo Estado do Paraná, os povos Jês Arqueológicos Meridionais ou os Itararé-Taquara; e há dois mil anos atrás já se tem assentamentos Tupíguarani.

É nesse momento que ocorreram mudanças, afinal havia a necessidade de aumento do alimento para a subsistência de grupos maiores, ou seja, a sobrevivência das aldeias dependeria de novas estratégias para obter mais alimentos, e sistemas de gestão de recursos naturais associados à estocagem permitiriam esse fato. A ampliação do manejo de espécies florestais com frutos, como o pinhão, e o início da prática agrícola, podem ter permitido o aumento populacional e a ocupação intensiva de novos espaços. O cultivo agrícola também poderia ter origem na escassez de alimentos causada por mudanças climáticas, como aponta o mito da agricultura Kaingang, relatado por Borba (1908).

Os territórios precisavam ser delimitados, pois aumentava a densidade demográfica, e as áreas manejadas, para a garantia da coleta, caça, extração de matéria-prima, como rochas, minerais, madeiras, plantas para trançado e cestaria, argila para cerâmica, além de locais para cultivo agrícola. A cerâmica, nesse caso, parece estar associada a uma maior estabilidade habitacional, apesar da possibilidade dela já estar sendo confeccionada mesmo sem a domesticação de plantas.

Os primeiros povos agricultores e ceramistas chegaram ao Paraná há 4.000 anos, eram os Proto-Jê ou Itararé-Taquara, ancestrais de indígenas de línguas Jês, como os Kaingang, os Xokleng, e/ ou Laklão, que vivem até hoje no sul do Brasil, e que provavelmente fizeram alianças e trocaram conteúdo genético com os caçadores-coletores antes ali estabelecidos.

Parte dos agricultores Jês Arqueológicos Meridionais morava em aldeias, que poderiam ter entre 200 a 300 pessoas divididas em 4 a 6 casas comunitárias. Plantavam milho, amendoim, feijões e abóboras, e enquanto aguardavam o crescimento das plantações dividiam-se em pequenos grupos, para caçar e pescar, além da coleta de mel, pinhão e outros frutos, como pode ser observado em Schmitz (1991). Ainda existiam várias estratégias de captura de animais, como os “pari”, armadilhas de pesca, comuns no rio Tibagi (NOELLI et al., 1996).

Assim, contribuíram na expansão de áreas com pinheiro araucária, pitanga, jaboticaba, araçá, jerivá e palmito. A agricultura podia ser melhor monitorada pelo conhecimento das fases lunares, e por sistemas de observação astronômica que incluíam monolitos em rochas duras, algumas vezes formando conjuntos circulares, verificar em Parellada (2005, 2016). Estes povos faziam armadilhas também para caçar especialmente aves e mamíferos, além de bordunas. Algumas flechas possuíam pontas-virote para caçar animais e derrubar pinhas, além de pilões de pedra para moer grãos e frutos, lâminas de machado polidas petalóides para cortar, e os machados semilunares em rituais.

No século XIX, Telêmaco Borba (1908, p.130) relatou que nos municípios de Curitiba até os sertões de Tibagi, que incluíam Jaguariaíva, existiam as “covas”, que seriam estruturas semi-subterrâneas, associadas a ancestrais de indígenas da família linguística Jê. Nesses locais, Borba comenta que haviam vasilhames cerâmicos, lâminas de machado, pontas de flecha, tembetás, entre outros. Essas estruturas também poderiam servir para estocagem de alimentos e sepultamentos, observar Parellada (2005, 2016).

Em parte das áreas foi possível observar possíveis conjuntos de paleo-habitações, evidências imagéticas que auxiliam na caracterização e limites de sítios arqueológicos, especialmente os relacionados a povos ceramistas e os históricos posteriores ao século XVI. A maioria das plantas das prováveis habitações parece retangular, apesar da aparência elíptica nas imagens, causada pela decomposição da matéria orgânica das paredes e da cobertura original. As paleoaldeias, visualizadas em imagens de satélite, são circulares a elípticas, especial-

mente situadas em meia-encosta e em topo de morro, como acontece em vários sítios em Jaguariaíva.

O manejo florestal pelos indígenas Jê pode ser visualizado através de imagens do século XIX: pinheiros araucária, pitanga e outras espécies. Enterravam os mortos construindo aterros, algumas vezes sob a forma de estruturas circulares, chamados de danceiros, que ocorrem no Paraná. Os sepultamentos podiam acontecer em abrigos rochosos, e algumas temporalidades associados à elaboração de painéis com pinturas e/ ou gravuras rupestres estilizando narrativas míticas e elementos de práticas rituais. A cremação acontecia em parte dos grupos, em determinados períodos.

Certas materialidades, como cestaria e cerâmica, possuíam e possuem estética refletida em padrões geométricos complexos, relativos a diferentes grupos clânicos. A onça, grande mamífero da América do Sul, é um dos animais mais importantes na mitologia Jê, e assim parte das pinturas corporais, expressões de identidade do grupo, de metades ou individuais, desenhos em tecidos em fibras de urtiga brava, e motivos decorativos impressos, carimbados e/ ou incisos na cerâmica podiam estar relacionadas a padrões circulares ou riscados inerentes a estes animais (PARELLADA, 2005).

A cerâmica Jê Arqueológica Meridional possui geralmente forma cilíndrica, assemelhada a porongos, frutos de cucurbitáceas, e espessura fina, algumas vezes recoberta por camadas com pigmentos negros ou vermelhos. A cerâmica decorada podia apresentar impressão de malhas ou incisões, geralmente geométricas, e as técnicas de manufatura eram o acordelado, o paleteado e o modelado (PARELLADA, 2016).

No município de Jaguariaíva, foram cadastrados níveis e sítios Jês Arqueológicos Meridionais (tabela 2) no abrigo Jaguariaíva 1, e nas Torres da LT em 320kV entre as subestações Bateias e Jaguariaíva de números: 250, 252, 253, 256, 259, e 260, além do sítio Fazenda Conceição I, no distrito Cachoeira.

Nos materiais analisados, de Jaguariaíva, a técnica de confecção da cerâmica é variada, tanto através da modelagem, do acordelado - por roletes superpostos depois alisados, e pelo paleteado – com a percussão de seixos e paletas de madeira em cones de argila, sendo a

queima quase sempre incompleta, observar figura 6. As bases, geralmente planas, podem ser côncavas e convexas, e as formas cilíndricas, esféricas e ovais. Foram caracterizados, em vários fragmentos, engobo negro ou vermelho, devido a técnicas como o esfumamento através de reações de combustão, que possibilitam a carbonização e maior impermeabilização das peças, e o uso de pigmentos minerais ricos em óxido de ferro para potencializar vários tons de vermelho e laranja.

Os materiais líticos identificados foram raspadores, facas e bifaces, em silexito, calcário silicificado, quartzo cristalino e quartzito; verificar figura 7. Em alguns sítios foram coletadas lâminas de machado polidas, mãos de pilão e batedores, sendo também identificadas estruturas de combustão, como fogueiras e fogões (PARELLADA, 2004).



Figura 6 – Cerâmica Jê Arqueológica Meridional recuperada no sítio Torre 253 LT 230kV Bateias-Jaguaraiáva, município de Jaguariaíva, Paraná
(crédito fotográfico: Claudia Inês Parellada).



Figura 7 – Alguns materiais líticos Jês Arqueológicos Meridionais recuperados junto ao sítio Torre 252 LT 230kV Bateias-Jaguaraiáva, município de Jaguariaíva, Paraná
(crédito fotográfico: Claudia Inês Parellada).

Nos sítios arqueológicos históricos relativos às comunidades espanholas e missões jesuíticas do início do século XVI, bem como em aldeias descritas por viajantes dos séculos XVIII a XIX, como Elliot (1847), Keller & Keller (1865) e Bigg-Wither (1974), já foram recuperados inúmeros vestígios de povos Jês Arqueológicos Meridionais.

Há 2.000 anos chegaram ao Paraná populações filiadas à Tradição Tupiguarani, ancestrais de indígenas Tupi e Guarani, cujos descendentes vivem até hoje no Brasil e em países vizinhos. Vieram de áreas amazônicas, ocupando primeiro o norte e oeste paranaense. Agricultores, plantavam mandioca, milho, batata-doce e feijão, e moravam geralmente em aldeias com 300 a 400 pessoas em grandes casas comunitárias, como discutem Metraux (1948), Brochado (1980), e Meliá et al. (1987).

Sepultar mortos em vasilhames cerâmicos tampados era prática comum, que eram inseridos dobrados ou como ossos de um sepultamento secundário junto com objetos pessoais do morto. Enterravam-se estas urnas no subsolo de antigas habitações, que em seguida eram queimadas, podendo ser reconstruídas novas casas no mesmo local. Os vasilhames cerâmicos serviam para armazenar grãos, fermentar bebidas e preparar alimentos, só depois as panelas e tigelas mais significativas do indivíduo, ou da família, eram selecionadas para conter e tampar seus restos mortais.

A cerâmica arqueológica Tupiguarani apresenta rica variedade decorativa, como a corrugada: com impressões de polpas dos dedos, a unkulada: marcada com unhas, a pintada com motivos geométricos, principalmente em faixas e linhas vermelhas e pretas, algumas estilizações geométricas geralmente espelhadas, sobre camada de tinta branca.

Padrões estéticos vinculados aos mitos Tupis e Guaranis repetem-se nos trançados, na cestaria e nos carimbos cerâmicos, sendo importante destacar o papel de aves de rapina, como o urubu, a harpia e o condor, como animais totêmicos destes povos.

Os principais artefatos em pedra encontrados em sítios Tupiguarani são lâminas de machado polidas ou lascadas, adornos labiais em forma de “T” (tembetás), raspadores, talhadores, polidores em

canaleta e adornos polidos. No Paraná ocorrem bens arqueológicos Tupiguarani em quase todo o território, aparecendo com maior frequência nos vales dos grandes rios: Paraná, Ivaí, Tibagi e Iguaçu.

No município de Jaguariaíva foram cadastrados sítios arqueológico Tupiguarani (tabela 2) junto à Torre 255 da LT em 320 kV entre as subestações Bateias e Jaguariaíva, além do sítio Fazenda Conceição II, no distrito Cachoeira (figura 8).

A existência de diversas aldeias de índios Guarani, localizadas ao longo do rio Tibagi foram citadas em documentos dos séculos XVI e XVII, como MCA I (1951), Taunay (1925) e Montoya (1985), e no século XIX por Elliot (1847), Keller & Keller (1865), Metraux (1946) e Nímuendaju (1981).



Figura 8 – Alguns materiais cerâmicos Tupiguarani recuperados junto ao sítio Fazenda Conceição II, município de Jaguariaíva, Paraná
(crédito fotográfico: Claudia Inês Parellada).

Nos sítios arqueológicos históricos relativos às comunidades espanholas e missões jesuíticas dos séculos XVI e XVII, bem como em aldeias descritas por viajantes dos séculos XVIII a XIX, grande parte dos vestígios possui características indígenas tradicionais, aparecendo alguns híbridos com influência europeia, por exemplo, apresentando também alças e base plana.

As pinturas e gravuras rupestres que ocorrem no Paraná podem ser classificadas, ao menos, em quatro tradições: Planalto, Cosmológica, Geométrica e Meridional. A Planalto, geralmente, está relacio-

nada a figuras pintadas em vermelho, e, em menor proporção, pretas ou amarelas; com representações de fauna e flora associadas a figuras humanas e sinais (PROUS, 2019). A Geométrica e a Meridional caracterizam-se por apresentar, predominantemente, sinais geométricos, especialmente círculos, muitos concêntricos, linhas geométricas que se repetem, e nelas reúnem-se as gravuras e parte das pinturas encontradas no Paraná, no vale dos rios Iguaçu e Paraná, e parte das pinturas rupestres que ocorrem nos arenitos Furnas e Itararé. A Cosmológica reúne abrigos com pinturas e gravuras com temáticas astrológicas, de mitos e representações celestes.

No município de Jaguariaíva, já foram documentados com arte rupestre, representações simbólicas de populações diversas, nos abrigos Jaguariaíva 1, Butiá 1, Mariano, Fazenda das Almas, Cercado Grande I (figura 9) a VII, PE Vale do Codó 1 e 2, e Parque Lago Azul, conforme detalhes na tabela 2.



Figura 9 – Vista da face onde se concentram as pinturas rupestres no abrigo Cercado Grande I, , município de Jaguariaíva, Paraná
(crédito fotográfico: Claudia Inês Parellada, 1991).

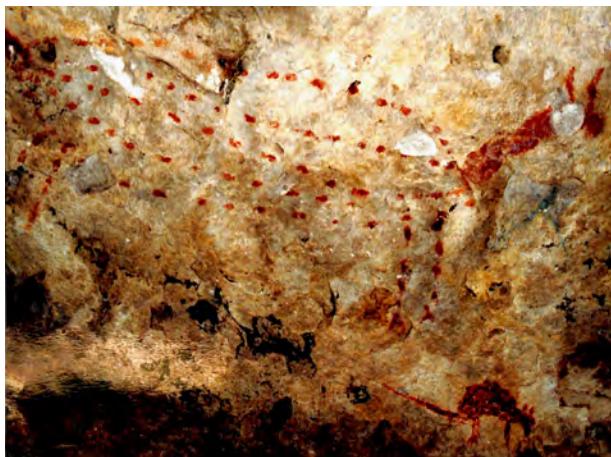


Figura 10 – Algumas pinturas rupestres com representações de cervídeo e tatu, em vermelho, do abrigo Cercado Grande II, município de Jaguariaíva, Paraná (crédito fotográfico: Claudia Inês Parellada, 1991).

No centro-leste do Paraná, onde se insere o município de Jaguariaíva, as pinturas rupestres geralmente possuem cores avermelhadas e/ ou marrom acastanhadas, secundariamente são pretas, e mais raras as amarelas. Predominam cenas com figuras de animais, principalmente cervídeos, em perfil, como nos abrigos Jaguariaíva 1 (figura 4) e Cercado Grande II (figura 10), entre outros.

Também foram representados pássaros, inclusive terrestres, tanto em perfil e de frente, voando ou em posição de observação, alguns em movimento, outros estilizados, compondo conjunto de penas ou mesmo em formas híbridas, em associação com figuras humanas e de outros animais. Aparecem com menor frequência lagartos, cobras, batráquios e taus; em alguns poucos casos aparecem representações assemelhas a peixes e quelônios, como tartarugas. Também ocorrem cenas com plantas nativas e seus frutos, como de pinheiros araucária, palmeiras, aroeiras e, mesmo, bromélias e fibras tecidas, além de plantas domesticadas, como milho e mandioca, que podem se relacionar com aspectos míticos e rituais (PARELLADA, 2022).

As figuras humanas aparecem muito, podendo estar associadas a representações da fauna, da flora e de sinais geométricos. Os seres humanos podem estar muito estilizados, como bastonetes, ou compondo cenas rituais, com máscaras, diademas e adornos, aparecendo

seres híbridos – mesclando características humanas e da fauna silvestre, que podem representar identidades clânicas, com marcas estéticas. Também foram documentados painéis mostrando animais com comportamento humano: dançando, tocando instrumentos musicais, ou mediando possíveis ritos de passagem. Existem várias representações de animais, enfileirados junto a grades, cercados ou armadilhas, além de cenas de possível pesca e de mediações com o mundo dos mortos, observar Parellada (1993, 2009, 2015, 2022).

A delimitação de territórios, a domesticação de plantas e o manejo florestal, de espécies, como pinheiros Araucária, aroeiras e frutos, como o pinhão, a pitanga e o araçá, podem compor elementos das representações em narrativas estéticas complexas, já identificadas em diferentes abrigos e cavernas dos Campos Gerais no Paraná, inclusive em Jaguariaíva. Muitas vezes, pintar e gravar nas rochas fez parte de diferentes rituais, inclusive funerários. Alguns sítios possuem figura geométrica emblemática relacionada a esses pontos, o que é importante na caracterização de territórios pré-coloniais, e alguns conjuntos de figuras geométricas mais recentes destacam-se pela conservação.

As gravuras ocorrem em áreas de afloramentos de basaltos e andesitos da Formação Lavas da Serra Geral, de arenitos e conglomerados Furnas, e de arenitos e diamictitos Itararé. Em algumas gravuras já foram observados vestígios de pigmentos, ou seja, parte das gravuras rupestres era pintada (PARELLADA, 2015).

Os sítios com pinturas e gravuras rupestres no sul do Brasil, apesar de diferentes estudos, ainda não conseguiram ser analisados com abrangência suficiente para configurar cronologias e contextualizações regionais. Assim, é fundamental ampliar as pesquisas arqueológicas, com prospecções e documentações sistemáticas utilizando inovações, bem como revisar e complementar dados de sítios rupestres relevantes, parte da história da ciência arqueológica no Brasil. Novas pesquisas e tecnologias de documentação imagética vêm possibilitando caracterizar um grande mosaico com diferentes povos relacionados à arte rupestre. Conjuntamente devem ser pensadas estratégias para documentar memórias locais e do imaginário em relação

ao patrimônio arqueológico e histórico, e comunicar os bens arqueológicos entrelaçados com as histórias das comunidades tradicionais.

A conservação de sítios arqueológicos está diretamente relacionada a uma maior efetividade na comunicação de dados oriundos de pesquisas, especialmente da comunidade regional e de escolares, aliado a um monitoramento contínuo com parcerias entre instituições públicas, privadas e proprietários individuais de áreas onde se insere este rico patrimônio. Assim, é importante discutir a implementação de diferentes ações de educação patrimonial integradas com escolas, associações regionais, parques em áreas públicas e privadas, instituições culturais, empresas e guias de turismo, em conjunto a ampliação de estudos arqueológicos. Com esta síntese da arqueologia, pode-se perceber a diversidade de populações que já ocupou a região de Jaguariaíva e circunvizinhanças.

É necessário ampliar a conscientização em relação à comunicação e proteção de bens culturais no Brasil, pois muitos espaços e saberes, que conseguiram ultrapassar as fronteiras do tempo, acabam sendo esquecidos e destruídos por desconhecimento, vandalismo, ações predatórias e mesmo mudanças relacionados ao Antropoceno. Patrimônios com riscos potenciais, devido a diversas fragilidades no monitoramento e gestão, podem diluir nossos legados, heranças e memórias. Assim, criar novas estratégias visando ampliar a comunicação, realizar ações de educação patrimonial e possibilitar o desenvolvimento sustentável, com turismo cultural aliado à economia criativa, em áreas com bens culturais, poderão possibilitar novos horizontes para preservar nosso patrimônio.

Referências

Livros, artigos e relatórios

- APPOLONI, Carlos R.; LOPES, Fábio; MELQUÍADES, Fábio; PARELLADA, Claudia I. “In situ pigments study of rock art Jaguariaíva I archaeological site (Paraná, Brasil) by portable energy dispersive x-ray fluorescence (EDXRF)”. In *Fundamentos*, São Raimundo Nonato, 2010, v.9, p. 555-562.

AROEIRA, Fundação. Relatório Final de Campo – Trecho E30 à E97 do Projeto de Levantamento Arqueológico da Área de Implantação da LT-Jaguaraiá - Castro, PR. Trecho 01 (Jaguaraiá - Piraí do Sul). Goiânia, 2014.

BARBOSA, João Nei A. **Arte rupestre**: a história que a rocha não deixou apagar. Curitiba, JNA Barbosa, 2004, 117p.

BEHLING, Hermann; PILLAR, Vivian D.P.; ORLÓCI, Lisa; BAUERMANN, S.G. “Late Quaternary Araucaria forest, grassland (Campos), fire and climate dynamics, studied by high-resolution pollen, charcoal and multivariate analysis of the Cambará do Sul core in southern Brazil”. In **Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology**, 2004, v.203, n.3-4, p.277-297.

BLASI, Oldemar. “Aspectos da arte pré-histórica no sul do Brasil”. In **Actes de Valcamonica Symposium Int. d'Art Pre-Historique** Capo di Ponte, 1970, p.461-465.

BLASI, Oldemar. “Cultura do índio pré-histórico. Vale do Iapó, Tibagi- PR”. **Arquivos do Museu Paranaense / nova série arqueologia**, Curitiba, n. 6, 1972.

BLASI, Oldemar; PONTES, Almir; MULLER, Célia R.M. “Apreciação resumida sobre a arte rupestre nos Campos Gerais do Paraná”. In **Fundamentos**, São Raimundo Nonato, 2002, v.1, n.2, p. 209-218.

BORBA, Telêmaco M. “Observações sobre os indígenas do Estado do Paraná”. In **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, 1904, v.6, p. 53-62.

BORBA, Telêmaco M. **Actualidade indígena**. Coritiba, Typ. e Lytog. Impressora Paranaense, 1908, 171p.

BROCHADO, José Joaquim P. “A tradição cerâmica Tupiguarani na América do Sul”. In **Clio**, Recife, 1980, n.3, p.47-60.

CARDOZO, Ramon I. **El Guairá, historia de la antigua provincia (1554-1676)**. Asunción, El Arte, 1970, 195p.

CHMYZ, Igor (coord.). **Relatório técnico do Projeto para constatação de patrimônio arqueológico na área de duplicação da Rodovia BR-376, trecho Mauá da Serra –Imbaú, no Estado do Paraná**. Curitiba, CEPA/UFPR, FUNPAR, 2001, 54p.

CHMYZ, Igor (coord.). **Relatório técnico do Projeto para constatação de patrimônio arqueológico nas áreas de duplicação da Rodovia PR-151, trecho Jaguariaiva – Piraí do Sul**. Curitiba, Rodonorte, UFPR, FUNPAR, 2002, 69p.

CHMYZ, Igor (coord.). **Relatório final do diagnóstico arqueológico, histórico e ambiental na área do sítio PR TI 9, Fazenda Capão Alto, município de Castro, estado do Paraná**. Curitiba, CEPA-UFPR, 2016, .

DIAS, Adriana S.; HOELTZ, Sirlei E. “Indústrias líticas em contexto: o problema Humaitá na arqueologia sul brasileira”. **Revista de Arqueologia**, SAB, São Paulo, 2010, v. 23, n. 2, p. 40-67.

ELLIOT, John H. “Resumo do itinerario de uma viagem exploradora pelos rios Verde, Itarere, Paranapanema e seus afluentes, pela Paraná Ivahy, e sertões adjacentes, emprehendida por ordem do exmo. Sr. barão de Antonina”. In **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 1847, v.9, n.1, p.17-42.

FOGOLARI, Éverson (coord.). **Relatório de Recadastramento e Sinalização de 83 Sítios de Grafismos Rupestres do Estado do Paraná**, Habitus/ Ambev/ Iphan, 2020, 860p.

GAISSLER, M. (coord.). **Levantamento, cadastramento e proteção de sítios arqueológicos nas áreas de reserva legal, preservação permanente e plantio florestal da Empresa Stora Enso Arapoti Empreendimentos Agrícolas Ltda.** Relatório Técnico, Curitiba, Ygaribá, 2007, 450p.

GARCIA, José L.L. **Relatório Final de Campo – Trecho E30 a E97 do Projeto de Levantamento Arqueológico da Área de Implantação da LT Jaguariaíva-Castro, PR. Trecho 01 (Jaguariaíva –Piraí do Sul)**. Fundação Aroeira, Goiânia, 2014, 80 p.

GOMES, Cinara S. **As representações geométricas e zoomorfas da Tradição Planalto**. Curitiba: SEEC-PR, 2011.

GONZÁLEZ RUIBAL, Alfredo; AYÁN VILA, Xurxo. **Arqueología: una introducción al estudio de la materialidad del pasado**. Alianza, Madrid, 2018, 552 p.

HAMILAKIS, Yannis. “Decolonial archaeologies: from ethnoarchaeology to archaeological ethnography”. In **World Archaeology**, 2016, v. 48, n.5, p. 678-682.

HERBERTS, Ana Lúcia (coord.) **Relatório Final da Arqueologia Preventiva na Área de Intervenção da Linha de Transmissão em 230 Kv entre Itararé- SP e Jaguariaíva-PR**. Curitiba: Scientia, BioDinamica, Londrina Transmissora, de Energia, 2010. 146 p.

INGOLD, Tim. “Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais”. In **Horizontes Antropológicos**, 2012, v. 18, n. 37, p. 25-44.

JORGE, Marcos, PROUS, André; RIBEIRO, Loredana. **Brasil rupestre: arte pré-histórica brasileira**. Curitiba: Zencrane Livros, 2007, 265p.

KELLER, Joseph; KELLER, Franz. “Exploração dos rios Tibagy e Paranapanema”. In **Relatório ao Presidente de Província André Augusto de Pádua Fleury**, 1866.

LAMING, Annette; EMPERAIRE, Joseph. “Descobertas de pinturas rupestres nos planaltos paranaenses. Tradução de José Maria de Menezes”. In **Revista do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas**, Curitiba, 1968, n.1, p. 81-93.

LANGE, Francisco Lothar P. **Campos Gerais: visões do paraíso**. Curitiba: Francisco Lothar Paulo Lange, 2002.

LIMA, Tania A. “Um passado para o presente: preservação arqueológica em questão”. In: LIMA, Tania A. (org.) Patrimônio arqueológico: o desafio da preservação. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, IPHAN, Brasília, 2007, n.33, p.5-21.

- LOPES, Fábio; PARELLADA, Claudia; GOMES, Paulo; APPOLONI, Carlos; MACÁRIO, Kita; CARVALHO, Carla; LINARES, Roberto; PESSENDA, Luiz. “Investigating a rock art site in Paraná, State, South of Brazil”, In **Radiocarbon**, Oxford, 2017, v.59, p.1691-1703.
- LOVATO, Leda. “A contribuição de Franz Keller a etnografia do Paraná”. In **Boletim do Museu do Índio, Antropologia**, Rio de Janeiro, n.1, novembro 1974.
- MAACK, Reinhard. **Geografia física do estado do Paraná**. Curitiba, Pap. Max Roesner, 1968, 350p.
- MACHADO, B.P. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. **Boletim da Universidade do Paraná, departamento de História**, Curitiba, n.3, p.1-27, 1963.
- MARTINS, Romário. **Museu Paranaense, catalogos e estudos**. Curityba, Livraria Mundial, 1925, 42 p.
- MCA I Manuscritos da Coleção De Angelis I. **Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1549-1640)**. Introd. Jaime Cortesão. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1951.
- MELIÁ, Bartomeu; SAUL, M.V.A.; MURARO, V. F. **O Guarani: uma bibliografia etnológica**. Santo Ângelo, FUNDAMES, 1987.
- MENEGUZZO, Isonel S. “Geoturismo na região do Parque Estadual do Vale do Codó, Paraná, Brasil: potencialidades e limitações”. In **Boletim de Geografia**, Maringá, 2015, v. 33, n. 1, p. 53-63.
- METRAUX, Alfred. “The Caingang”. In: STEWARD, J.H. (ed.) **Handbook of South American Indians**. Washington: Bureau of American Ethnology, 1946, Bul.143, v.1, p.445-475.
- METRAUX, Alfred. “The Guarani”. In: STEWARD, J.H. (ed.) **Handbook of South American Indians**. Washington: Bureau of American Ethnology, 1948, Bul. 143, v.3, p.69-94.
- MONTOYA, Antonio R. **Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraná, Paraguai, Uruguai e Tape**. Porto Alegre, Martins Livreiro Ed., 1985.
- MOREIRA, Júlio E **Caminhos das comarcas de Curitiba e Paranaguá: até a emancipação da Província do Paraná**. v.3. Curitiba, Imprensa Oficial, 1975.
- MORO, Rosangela S. (org) **Biogeografia do cerrado nos Campos Gerais**. Ponta Grossa, Editora UEPG, 2012.
- NIMUENDAJU, Curt U. **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú**. Rio de Janeiro: Fund. IBGE/ Fund. Nacional Pró-Memória, 1981.
- NOELLI, Francisco; MOTA, Lúcio T.; SILVA, Fabíola. “Pari: armadilha de pesca no sul do Brasil e arqueologia”. In **Coleção arqueologia**, Porto Alegre, 1996, v.1, 2: 435-446.
- PARANÁ, Sebastião. **Chorographia do Paraná**. Coritiba, Typ. Livraria Economica, 1899, 700p.

PARELLADA, Claudia I. (coord.) **Relatório final do projeto Cavernas de Morro Azul**. Museu Paranaense/ Fundação Boticário de Proteção à Natureza, Curitiba, 120p. 1993.

PARELLADA, Claudia I. (coord.) **Relatório Final do Programa de Salvamento Arqueológico da Linha de Transmissão em 230 Kv entre Bateias e Jaguariaíva – Paraná**. Curitiba: Museu Paranaense, Copel, IPHAN, 118p. 2004.

PARELLADA, Claudia I. “Arqueologia dos Campos Gerais”. In: MELO, Mário S.; MORO, R.S.; GUIMARÃES, Gilson B. **Patrimônio Natural dos Campos Gerais do Paraná**. Ponta Grossa, Editora UEPG, 2007, p. 163-170.

PARELLADA, Claudia I. “Revisão dos sítios arqueológicos com mais de seis mil anos BP no Paraná: discussões geoarqueológicas”. In **Fundhamentos**, , São Raimundo Nonato, 2008, v.7, p.117-135.

PARELLADA, Claudia I. “Arte rupestre no Paraná”. In **Revista Científica de Artes**, FAP/ Unespar, Curitiba, 2009, n.5, p. 73-89.

PARELLADA, Claudia I. “Arte rupestre no Paraná: novas discussões”. In **Revista Tecnologia e Ambiente**, Criciúma, 2015, v.21, n.1, p. 45-69.

PARELLADA, Claudia I. “Paisagens transformadas: a arqueologia de povos Jê no Paraná, sul do Brasil”. In **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, 2016, n.27, p.158-167.

PARELLADA, Claudia I. “Missões jesuíticas, cidades espanholas e aldeias indígenas no Guairá (1610-1631), América do Sul: territórios e espaços transformados”. In: FLECK, Eliane C.; ROGGE, Jairo H. **A ação global da Companhia de Jesus: embaixada política e mediação cultural**. São Leopoldo: Editora Oikos, 2018, p. 329-355.

PARELLADA, Claudia I. “Arqueologia em Prudentópolis: memórias e patrimônio no Paraná”. In RAMOS, O.F.; OLINTO, B.A. 2020. **Prudentópolis: cultura, história e sociedade**. Guarapuava: Ed. Unicentro, p. 69-100, 2020.

PARELLADA, Claudia I. “Arqueologia do Peabiru: entrelaçando caminhos e conflitos”. In **Habitus**, Goiânia, 2021, v.19, n.2, p. 276-301.

PARELLADA, Claudia I. “Fauna e flora ressignificadas em sítios rupestres do Paraná: entrelaçando bioarqueologia, etnobiologia e identidades regionais“. In **Anais da 33 Reunião Brasileira de Antropologia**, Curitiba, 2022, p. 1-20.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira: a pré-história e os verdadeiros colonizadores**. Cuiabá, Archaeo, Carlini & Caniatto, 2019, 880 p.

RIBEIRO, Loredana. “Crítica feminista, arqueologia e descolonialidade: sobre resistir na ciência”. In **Revista de Arqueologia**, SAB, v.30, n.1, p. 210–234.

SAINT-HILARIE, Auguste. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. Belo Horizonte- São Paulo, Editora Itatiaia- EDUSP, 1978.

SILVA, Alessandro G. C.; JUNGHANS, Rodrigo; MASSUQUETO, Laís L.; PONTES, Henrique S. O potencial rupestre do núcleo arqueológico Cercado Grande, Campos Gerais do Paraná In: MOMOLI, R. S.; STUMP, C. F.; VIEIRA, J. D. G.; ZAMPAULO, R. A. (org) **Anais do 36 Congresso Brasileiro de Espeleologia**, 2022, Brasília. Campinas: SBE, 2022. p.506-512.

SCHMITZ, Pedro I. “Áreas arqueológicas do litoral e do planalto do Brasil”. In **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 1991, n.1, p. 13-20.

SCHMITZ, Pedro I.; ROGGE, Jairo H. “Um sítio da tradição cerâmica Aratu em Apucarana, PR”, In **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 2008, n. 18, p. 47-68.

SOUZA, Marcos A. T. “Introdução ao estudo dos sítios arqueológicos históricos”. In: SYMANSKI, Luís Claudio P.; SOUZA, Marcos A. T. **Arqueologia histórica brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 21-46, 2022.

TAUNAY, Alfredo E. “Documentação espanhola”. In **Anais do Museu Paulista, tomo II**, 2 parte, São Paulo, Officinas do Diário Officia, 1925.

ZEDEÑO, María Nieves; BOWSER, Brenda J. “The archaeology of meaningful places”. In BOWSER, Brenda J.; ZEDEÑO, María N. (ed.) **The archaeology of meaningful places**, University of Utah Press, Salt Lake City, p.1-14, 2009.

Trabalhos acadêmicos

CARSTEN, Aluizio A. **Ocupação humana da bacia do rio das Cinzas: uma história dos povos sem história**. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012, 131 p.

CAVALHEIRO, Antonio C. M. **Pinturas rupestres dos Campos Gerais, Paraná**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004, 146 p.

DIAS, Adriana S. **Sistemas de assentamento e estilo tecnológico**: uma proposta interpretativa para a ocupação pré-colonial do alto vale do rio dos Sinos. Tese (Doutorado em Arqueologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003, 401 p.

KERN, A. **Le preceramique du Plateau Sud-Brésilien**. Tese (Doutorado em Arqueologia) École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1981.

KOCHINSKI, Ana Claudia. **Turismo arqueológico no Paraná**: um panorama dos sítios arqueológicos dos Campos Gerais e a sua potencialidade turística. Monografia (Graduação em Turismo), Curso de Turismo, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014, 100 p.

PARELLADA, Claudia I. **Estudo arqueológico no alto vale do rio Ribeira: área do gasoduto Bolívia-Brasil, trecho X, Paraná**. 271 f. Tese (Doutorado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2005, 271p.

CAPÍTULO 2

TROPEIRISMO NOS CAMPOS GERAIS: NOTAS DE PESQUISA SOBRE O POUSO DE JAGUARIAÍVA-PR

*Milena Santos Mayer
Amélia Podolan Flügel*

Os Campos Gerais, assim chamados devido à sua vasta extensão, não constituem uma comarca nem um distrito. Trata-se de um desses territórios que, independentemente das divisões políticas, se distinguem em qualquer região pelo seu aspecto e pela natureza de seus produtos e de seu solo; onde deixam de existir as características que deram à região um nome particular – aí ficam os limites desses territórios. Na margem esquerda do Itararé começam os Campos Gerais, região muito diversa das terras que precedem do lado do nordeste, e eles vão terminar a pouca distância do Registro de Curitiba, onde o solo se torna desigual e as verdejantes pastagens são substituídas por sombrias e imponentes matas. Esses campos constituem inegavelmente uma das mais belas regiões que já percorri desde que cheguei à América. (...) Até onde a vista pode alcançar, descortinam-se extensas paisagens; pequenos capões onde sobressai a valiosa e imponente araucária surgem aqui e ali nas baixadas, o tom carregado de suas folhagens contrastando com o verde claro e viçoso do capinzal (SAINT-HILAIRE, 2020, p. 11-12)

Eis o modo como o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire, no ano de 1820, apresentou e descreveu os Campos Gerais, região localizada na então 5^a Comarca da Província de São Paulo.¹ Suas im-

1. Em data de 29 de agosto de 1853, D. Pedro II, Imperador Constitucional do Brasil, sancionou a Lei Imperial nº 704, elevando a Comarca de Curitiba à categoria de Província, com a

pressões e anotações sobre a flora, a fauna, os usos e os costumes dos lugares por onde passou, são fontes que oferecem elementos para compreendermos, a partir da perspectiva de um estrangeiro europeu que viveu entre os séculos XVIII e XIX, os desdobramentos da colonização neste território, observações acerca de aspectos econômicos, humanos e culturais.²

A introdução deste capítulo é pautada em apresentar aos leitores trechos destes comentários, uma vez que tal viajante registrou sua passagem por Jaguariaíva, objeto desta análise. Na sequência, aprofundaremos os assuntos apontados pelo naturalista, dialogando com autores que se dedicaram a pesquisar as histórias desta região, com ênfase para a atividade tropeira e seus desdobramentos para este município e para o Paraná.

O capítulo é, portanto, uma exposição sobre a formação de Jaguariaíva a partir de determinadas narrativas. Aqui reuniremos considerações acerca de documentos já pesquisados e de discursos produzidos ao seu tempo e suas circunstâncias. Apresentaremos apontamentos acerca das principais sesmarias e fazendas que atualmente circunscrevem o território jaguariaivense, discorreremos sobre o *tropeirismo* e suas implicações econômicas, sociais e culturais até o tempo presente.

Introdução

No ano de 1820, após passar por um “lugarejo” denominado Itararé, atual município do estado de São Paulo e pela Fazenda Morungava,³ adentrando o território do Paraná, Saint-Hilaire chegou a

denominação de Província do Paraná. Com a emancipação e instalação, que ocorreu no dia 19 de dezembro de 1853, o Paraná deixou de ser a 5^a Comarca da Província de São Paulo, e Zacarias de Góes e Vasconcelos tomou posse como Presidente da Província do Paraná.

2. Reiteramos que trata-se de um viés marcado pela posição social de um homem europeu do século XIX que produziu uma narrativa respondendo a uma determinada demanda do seu tempo e de seus financiadores. Sobre os relatos de viagem do século XIX nos Campos Gerais ver: RUNDVALT, Darcio. **Para além do cenário, do palco ou do pitoresco:** a paisagem dos Campos Gerais no Paraná nos relatos de viagem do século XIX—Auguste de Saint-Hilaire, Thomas P. Bigg-Wither e Visconde de Taunay. 2016. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2016. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/378/1/Darcio%20Rundval.pdf> Acesso em 19 out. 2022.

3. A Fazenda Morungava pertenceu ao Brigadeiro Raphael Tobias de Aguiar, esposo da

Fazenda Boa Vista, propriedade do Coronel Luciano Carneiro Lobo. Assim como em outras fazendas da região, a criação de gado é descrita como a atividade central. O naturalista registrou que o proprietário não residia no local e que o responsável pela direção das tarefas era um dos sujeitos escravizados que ali vivia. Segundo a viagem, parou as margens do rio Jaguariaíva para pernoitar. Entre a Boa Vista e aquele rio, Saint-Hilaire observou “profunda solidão e nenhum sinal de terra cultivada” (SAINT-HILAIRE, 2020, p.30), apenas uma cruz pelo caminho, demonstrava a presença humana, um símbolo que marcava a violência e os conflitos entre os colonizadores e os povos originários.⁴ Vejamos o que ele diz sobre o curso de água que empresta seu nome à cidade e sobre suas redondezas:

O rio corre com grande celeridade entre dois morros. No ponto onde é feita a sua travessia, e que é chamado de Porto do Jaguariaíba, veem-se em suas duas margens alguns casebres esparsos, rodeados de laranjeiras. Uma mata sombria, formada quase que inteiramente de araucárias, estendia-se sobre a margem esquerda do rio, e a pouca distância das casas tinha sido feita uma plantação de milho.(...) O Jaguariaíba é vadeável no tempo da seca, na estação das chuvas as pessoas o atravessam de canoa, e os burros a nado. (SAINT-HILAIRE, 2020, p.30)

O topônimo *Jaguariaíba*, hoje *Jaguariaíva*, de origem tupi foi registrado por Saint-Hilaire (2020) como uma derivação dos termos “yaguarai”= cachorro e “ayba” = mato. No entanto, outras fontes, como por exemplo o *Vocabulário Tupi-Guarani Português* de Silveira

Marquesa de Santos. Estava localizada em uma área que corresponde a uma das mais antigas sesmarias, concedida por Carta Régia em 21 de janeiro de 1721. “Morungava é palavra abanheen que significa assemblea ou grande reunião de guerreiros, localizada no morro de mesmo nome da fazenda” (LEÃO, 1926, p. 1373 apud GOMES, 2007, p. 103). Segundo Gomes (2007), em 1772 a Fazenda Morungava pertencia ao Sargento-mor Antônio Francisco de Andrade, morador da Parnaíba. Entre os anos de 1783 a 1788, os herdeiros de Antônio Francisco de Andrade venderam a fazenda para o alferes José Novais Dias. O último proprietário a usar mão de obra de escravizados foi o Coronel Jordão do Canto e Silva, falecido em 1918. Herança de seu bisavô, o capitão-mor José Felix da Silva. Ver: GOMES, Josélia Maria Loyola de Oliveira. Significações e Ressignificações do Patrimônio Cultural: as Fazendas Históricas e o Turismo nos Campos Gerais do Paraná. 2007.162p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007.

4. No trecho em que Saint-Hilaire descreve sua passagem por Jaguariaíva uma das principais questões abordadas é justamente os confrontos com os indígenas. O botânico registrou que Luciano Carneiro Lobo era o responsável pela distribuição da pólvora e do chumbo enviados pelo governo para o confrontamento aos povos originários. Além disso, relatou que na Fazenda Jaguariaíva mulheres indígenas aprisionadas durante os conflitos viviam e trabalhavam naquele local (SAINT-HILAIRE, 2020, p.32)

Bueno (1984) e o dicionário a Língua Tupi na Geografia do Brasil de Orlando Bordoni (1990) consideram mais adequadas as seguintes traduções: “jaguar”= onça, “í”= água/rio e “áiva” = brava/ruim. Sendo assim, o termo Jaguariaíva denota a expressão “rio da (s) onça (s) brava (s)”.⁵

Retomando a viagem, no dia seguinte, após ter feito seu pouso à beira do Jaguariaíva, o viajante foi recebido por Luciano Carneiro Lobo na sede da fazenda de mesmo nome:

A Fazenda de Jaguariaíba compunha-se de uma dúzia de choupanas para os negros, de algumas construções necessárias às atividades da propriedade, e da casa do dono. Esta era maior que todas as que havia visto desde que deixara Sorocaba, mas teria sido considerada uma das mais modestas na parte oriental de Minas Gerais. Ao chegar, entra-se num comprido corredor, que dá acesso a três salinhas escuras reservadas aos visitantes. Uma porta do quarto das mulheres dava para o corredor, em cujas extremidades havia uma saleta, uma delas transformada em oratório. (...) Poucos instantes depois da minha chegada, o coronel levou-me para ver as suas vacas e bezerros, que estavam chegando ao curral. Os vaqueiros, a cavalo, iam tocando os animais à sua frente, e se alguma vaca se desgarrava do rebanho, eles a cercavam a galope e a traziam de volta. (SAINT-HILAIRE, 2020, p. 31)

A pecuária é caracterizada como a principal atividade econômica do seu anfitrião, “somente na Fazenda de Jaguariaíba, o coronel Luciano Carneiro, não contava com menos de duas mil vacas, sem falar nos touros e bezerros” (SAINT-HILAIRE, 2020, p. 16). Contudo, esta informação não se restringe ao “próspero fazendeiro”, em todo o trecho sobre a região dos Campos Gerais, é possível perceber a centralidade de tal ocupação, por meio de expressões generalizantes, característica destes escritos. Os costumes da região são observados pelo viajante que declarou que os homens estavam “sempre a cavalo” e andavam “quase sempre a galope” e que os meninos aprendiam “desde a mais tenra idade a tirar o laço, a formar rodeio e a correr atrás dos cavalos e dos bois” (SAINT-HILAIRE, 2020, p.15).

5. Esta tradução é considerada a versão oficial do município, constando inclusive na Lei Nº 1636/2005 que dispõe sobre a criação, forma e padrão de apresentação dos símbolos do município de Jaguariaíva. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/j/jaguariaiva/lei-ordinaria/2005/164/1636/lei-ordinaria-n-1636-2005-dispoe-sobre-a-criacao-forma-e-padroao-de-apresentacao-dos-simbolos-do-municipio-de-jaguariaiva-e-revoga-as-leis-n-525-67-e-n-1091-90>. Acesso em: 19.out.2020.

Não se deve pensar, porém, que os habitantes dos Campos Gerais permaneçam sempre em sua terra. Homens de todas as classes, operários, agricultores, no momento em que ganham algum dinheiro partem para o Sul, onde compram burros bravos para revendê-los em sua própria terra ou em Sorocaba" (SAINT-HILAIRE, 2020. p. 15,)

August de Saint-Hilaire estava se referindo ao comércio das tropas de muares no Brasil meridional, movimento iniciado em meados do século XVIII e que consistia no transporte, manutenção e venda de animais carga.

As excelentes pastagens dos Campos Gerais são aproveitadas como invernada para as numerosas tropas de burros que vem do Rio Grande do Sul, divididas em pontas de quinhentos a seiscentos animais. As tropas chegam em fevereiro, depois atravessam o sertão de Viamão, entre Lapa e Lajes, onde perdem muito peso. Comumente, em lugar de forçarem os animais a prosseguir viagem, os tropeiros deixam-nos descansar nos Campos Gerais até outubro, quando então seguem para Sorocaba (SAINT-HILAIRE, 2020, p.20)

É neste contexto, evidenciado aqui pela narrativa de um viajante e escritor francês, sob a égide do seu tempo e de suas concepções, que enunciamos que Jaguariaíva tem em suas raízes as marcas socioeconômicas e culturais do tropeirismo.

FIGURA 1: Limite da Província de São Paulo e Coritiba – *Jean-Baptiste Debret*



Fonte: BANDEIRA, Júlio; LAGO, Pedro Corrêa do. Debret e o Brasil. Obra completa 1816-1831. Rio de Janeiro: Capivara, 2008, p.290

Figura 2 – O Jaguaricatu (Jaguarhÿ catu Coritiba) – Jean-Baptiste Debret



Fonte: BANDEIRA, Júlio; LAGO, Pedro Corrêa do. Debret e o Brasil. Obra completa 1816-1831. Rio de Janeiro: Capivara, 2008, p. 291

Figura 3 – Porto de Jaguariaíva (Porto de Javuaiaiva) – Jean-Baptiste Debret.



Fonte: BANDEIRA, Júlio; LAGO, Pedro Corrêa do. Debret e o Brasil. Obra completa 1816-1831. Rio de Janeiro: Capivara, 2008, p. 283.

Tropas e tropeiros nos Campos Gerais do Paraná

A atividade pecuária no Brasil tem início no período colonial, a partir da necessidade de abastecimento e transporte, decorrência da invasão e ocupação da Coroa Portuguesa. Há registro de tropas de gado de corte, equinos e asininos não apenas nos limites dos domínios lusitanos, mas em toda a extensão ocupada pelos colonizadores na América do Sul. No Brasil, a locomoção destes rebanhos rece-

beu múltiplas denominações como: comboios, boiadas e tropas. Da mesma forma, seus condutores também foram chamados de tocadores, boiadeiros, vaqueiros, carreiros e tropeiros... Especificidades regionais e culturais resultantes da pluralidade de um território continental. No sul da colônia, além das “fazendas de criar” estabelecidas após a cessão de terras a influentes proprietários pelo sistema das sesmarias,⁶ foram desenvolvidas também as atividades de invernada, motivadas principalmente pelo comércio do gado muar.

As tropas de mulas eram transportadas da região dos pampas e do extremo Sul do continente americano, que atualmente correspondem aos territórios da Argentina, do Uruguai e também do estado do Rio Grande do Sul, até a então Vila de Sorocaba, na Província de São Paulo. Na sequência eram vendidas para serem aproveitadas em outros pontos do país como meio de transporte às pessoas e também para a movimentação de provisões e mercadorias. Desta forma, foram delineados extensos caminhos que possibilitaram a integração de parte do território brasileiro que estava distante do explorado e relativamente “povoado” litoral.⁷ Os tropeiros, homens que conduziam e comercializavam estes animais, necessitavam pernoitar ou assentear para o próprio descanso e para o restabelecimento das tropas.

6. As chamadas sesmarias constituíam-se de grandes extensões de terras cedidas pela Coroa portuguesa para a ocupação e povoamento. Segundo Marina Lourdes Ritter (p.65) “a Metrópole com o objetivo de motivar a organização econômica da Colônia procurou facilitar a aquisição de terra. Assim, as sesmarias acompanharam todas as fases de ocupação e exploração econômica do período colonial. Sua participação foi tão expressiva que conforme a situação geográfica, e principalmente a atividade econômica que o sesmeiro se propunha a realizar, proporcional seria a dimensão da terra a ser concedida. Dessa maneira torna-se possível estabelecer um critério de classificação, ainda que próprio, para demonstrar que a sesmaria não foi um direito pleno de uso da terra, determinado de maneira rígida. Ela foi concedida de variadas formas, atendendo-se à exigência própria de cada atividade econômica nas diversas áreas da Colônia. Assim surgiram as Sesmarias do Litoral no ciclo do açúcar; do Sertão, nas áreas pastoris do Nordeste; das Minas, na fase da mineração; dos Caminhos, para agricultura de subsistência durante o tropeirismo; Invernadas para engorda e descanso de gados e ainda as Sesmarias Urbanas – terras entregues no termo da vila para incentivar a concentração urbana”. Ver: RITTER, Marina Lourdes. **As sesmarias do Paraná no século XVIII**. Curitiba: IHGEP, 1980.

7. Os caminhos mais antigos que atravessavam os planaltos paranaenses, teriam sido originados de caminhos indígenas, como o *Caminho do Peabiru* e suas variantes. Por estas trilhas andaram os povos originários, os bandeirantes paulistas e os primeiros mineradores que alcançaram os Campos de Curitiba, durante o século XVII. Sobre o *Caminho do Peabiru* ver: PARELLADA, Cláudia Ines. ARQUEOLOGIA DO PEABIRU: ENTRELAÇANDO CAMINHOS E CONFLITOS. **Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 19, n. 2, p. 276-301, 2022. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/9178/5515> Acesso em 19 de outubro de 2022.

Como vimos na narrativa de Saint-Hilaire, um dos principais pontos de parada e de invernada era a região dos Campos Gerais, no atual estado do Paraná. Em *Tropas e tropeiros na formação do Brasil (1961)*, José Alípio Goulart escreveu que “não se pode falar de tropas, de tropeiros e de camaradas sem mencionar o pouso, cujo surgimento na paisagem interior de certa parte do Brasil deveu-se especialmente ao mencionado sistema de transporte” (GOULART, 1961, p. 129). Essa é uma perspectiva presente também na historiografia regional desde Romário Martins e a sua *História do Paraná* publicada originalmente em 1899 e que foi significativamente ampliada em uma segunda edição em 1937, até as publicações de pesquisadores ligados a Academia como Ruy Christovam Wachowicz (1966), Altiva Pilatti Balhana, Brasil Pinheiro Machado e Cecília Westphalen (1969).

O “*Caminho de Sorocaba*” originou diversas povoações como: Itararé, Jaguariaíva, Lança (Piraí), Iapó (Castro), Carrapatos, Santa Cruz (origem de Ponta Grossa), Palmeira, Campo Largo – que eram primitivamente lugares de pouso e currais de descanso ou invernadas de gado (MARTINS, 1995, p. 109)

Sabe-se que não havia uma única rota até Sorocaba, encontram-se registros sobre diferentes trajetos e ramificações que partiam e passavam por diferentes locais da região Sul. No entanto, o mais afamado e predominante itinerário deste comércio de animais, é o chamado *Caminho do Viamão*. A literatura indica como um marco inicial a viagem do português Cristóvão Pereira de Abreu que ocorreu entre os anos de 1731 e 1732. Durante esta comitiva, considerada a “inaugural” do movimento tropeirista, foram conduzidas aproximadamente 3000 mulas, instituindo assim um caminho que ligava a região de Viamão aos campos de Curitiba (GOULART, 1961, p.37). Este trajeto estava sendo assentado desde 1727 por Francisco de Souza e Faria, sob ordem do governador da capitania de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel. “O mesmo governador teria criado, em fevereiro de 1732, o Registro de Curitiba, instituição que controlaria a cobrança dos impostos de circulação de animais naquele novo caminho” (GIL, 2009, p.45).

No ano de 1750 foi instituído o Registro de Sorocaba, local onde se desenvolveu o maior ponto de comércio da rota, inclusive com

o estabelecimento de uma feira anual: a Feira de Sorocaba. Desde os primeiros anos esse percurso foi largamente utilizado e o tráfego de tropas e tropeiros intenso, conforme os números abaixo:

Um documento de finais do século XVIII estima que entre janeiro de 1734 e setembro de 1747, o rendimento foi de 42:326\$580. Considerando-se que o tributo pago nesta época, tanto para cavalos como para mulas, era de 1\$000, concluímos que passou o equivalente a mais de 42000 animais, ao longo de treze anos e alguns meses, numa média aproximada de 3200 anuais. Entre outubro de 1747 e setembro de 1759, quando o rendimento foi dividido em dois, metade para a Real Fazenda, metade para Cristóvão Pereira de Abreu como mercê por seus feitos, o rendimento da metade da Real Fazenda foi de 84:396\$810. Para este período há uma listagem de tropas, individualmente listadas e descritas, relativa ao ano de 1751, que registrou a passagem de 9502 cabeças de gado (GIL, 2009, p. 45).

Contudo, foi durante o século XIX que a atividade atingiu o apogeu e também seu declínio.⁸ Autores como Capistrano de Abreu (1998), Oliveira Viana (2005), Sérgio Buarque de Holanda (1975) e Caio Prado Junior (2011) reiteraram que ao longo destes períodos a região dos Campos Gerais se constituiu enquanto uma zona pasto-rial e local para invernagem das tropas provenientes do extremo Sul.⁹ Além destas análises, pesquisas acadêmicas posteriores que investigaram a proveniência de condutores e financiadores de tropas que passaram pelas barreiras de cobranças de impostos, demonstram a significativa presença de “paranaenses” nesta atividade. Como Carlos Eduardo Suprinyak (2006, 2008), por exemplo, que realizou um

8. Alfredo Ellis Junior que foi professor da cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo publicou um artigo intitulado *O ciclo do muar (1950)*. Baseado nas pesquisas de Aluísio de Almeida sobre a Feira e o Registro de Sorocaba, Ellis Junior apresentou os seguintes números: “De 1731 a 1754, provavelmente passaram mais de 2.000 muares por ano. De 1750 1780, provavelmente passaram mais de 5.000 muares por ano. De 1780 a 1800, provavelmente passaram mais de 10.000 muares por ano. De 1800 a 1826, provavelmente passaram mais de 20.000 muares por ano. De 1826 a 1845, provavelmente passaram mais de 30.000 muares por ano. De 1845 a 1855, provavelmente passaram mais de 50.000 muares por ano. De 1855 a 1860, provavelmente passaram mais de 100.000 muares por ano. De 1875 a 1900 provavelmente passaram mais de 20.000, 15.000, 10.000, 5.000 muares por ano” (ELLIS JUNIOR, 1950, p. 73).

9. Sobe reflexões acerca do lugar do tropeiro e do tropeirismo na historiografia, ver: MAYER, Milena Santos. **Museu, Historiografia e Patrimônio:** a trajetória do Museu do Tropeiro e a institucionalização de um *lugar de memória*. 2022. 333 f. Tese. (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Assis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/234958> Acesso em 20 out. 2022.

levantamento da documentação elaborada por registros e barreiras imperiais de fiscalização e cobrança de impostos de Rio Negro (PR) e Itapetininga (SP), concluindo que:

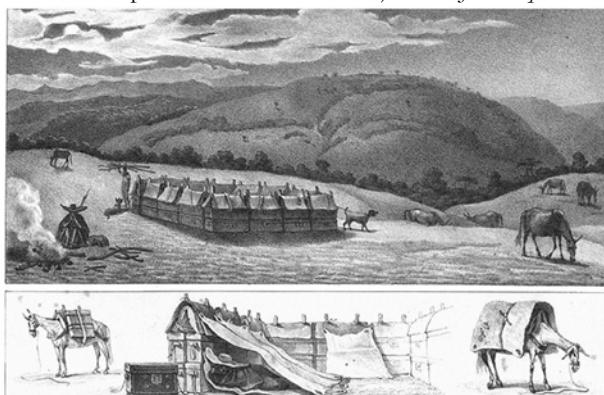
No caso de Rio Negro, **houve predomínio absoluto de fiadores paranaenses**, seguidos por paulistas da região sul, juntos, estes dois grupos responderam por quase 95% das tropas e animais conduzidos. Registrhou-se 45 localidades diferentes, e **as três mais relevantes foram localidades paranaenses**: em primeiro lugar Rio Negro, o próprio local do registro, seguido por Lapa e **Castro**, localizadas nas imediações. No caso dos locais de invernada, repetiu-se o mesmo padrão. **Predominaram por larga margem as estações paranaenses**, seguidas por aquelas do sul de São Paulo. Foram registrados 57 locais de invernada diferentes, dentre os quais se destacaram **Castro, Lapa e Ponta Grossa**, três localidades da **região dos Campos Gerais** que, juntas, foram responsáveis pela invernagem de aproximadamente 45% das tropas e animais. Além disto, uma parcela significativa das tropas (10%) registrou apenas a indicação genérica “**Campos Geraes**”, reforçando ainda mais o predomínio desta região como principal centro de invernagem das tropas (SUPRINYAK, 2008, p. 337, grifos nossos).

Para Holanda (1975) a atuação dos tropeiros vai além da questão comercial, diz respeito principalmente a ocupação territorial desencadeada pelos extensos deslocamentos e a necessidades de pousos e invernadas (percepção comum entre os pesquisadores mencionados) e também à disseminação de determinados hábitos culturais, a circulação de bens e a transmissão de informações. Esses sujeitos conduziam as tropas e carregavam consigo “as notícias mais frescas”, as almejadas encomendas e o modo como falavam, vestiam e se alimentavam.

Longas viagens que duravam meses. Um dia de marcha correspondia a três léguas e meia, em média. À frente ia o madrinheiro, responsável pela égua madrinha e pelo preparo das refeições. A dieta era farta, embora pouco variada, resumindo-se principalmente ao feijão, ao charque, a farinha de mandioca e ao café. O lugar escolhido para o pouso deveria ter água e pasto para os animais. Apetrechos utilitários e bagagens de viagem como canastras, bruacas e ligais compunham a estrutura destes acampamentos (FLUGEL, 2008;2020).

Os memorialistas regionais (BORBA, 1986; ROSAS, 1993) apontam que o rio Iapó, por sua característica de tornar-se alagado, obrigava os tropeiros que por ali passavam a aguardar e acampar. É neste cenário, ainda no período colonial, que nasce a “Paragem do Iapó” ou o “Pouso do Iapó” que em 1774 é constituído como Freguesia de Sant’Ana do Iapó e em 1789 é elevado à categoria de Vila Nova de Castro, tornando-se então umas das primeiras organizações administrativas da região dos Campos Gerais.

Figura 4 – Acampamento noturno de viajantes - *Jean-Baptiste Debret*.



Fonte: BANDEIRA, Júlio; LAGO, Pedro Corrêa do. Debret e o Brasil. Obra completa 1816-1831. Rio de Janeiro: Capivara, 2008, p.575.

A Jaguariaíva tropeirista

Embora houvesse colonizadores ocupando esparsamente os “Campos Gerais de Curitiba” desde os anos 1690, os mesmos só foram oficialmente apropriados pelos primeiros sesmeiros a partir de 1700. A sesmaria da “Paragem do Iapó”, que contemplava significativo espaço territorial incluindo os atuais municípios de Jaguariaíva e Ponta Grossa, por exemplo, foi requerida pelo paulista Pedro Taques de Almeida em 1704 e abrangia o território desde o rio “*Yguaricatu*” até o “*Itanhembé-hua*”, abraçando uma vasta extensão de campos propícios para o criatório de animais.¹⁰

10. Estes dados foram consultados em uma publicação do Arquivo do Estado de São Paulo. Ver: DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Documentos Avulsos de Interesse para a História e Costumes de São Paulo**: Documentos relativos ao “Bandeirismo” paulista e questões conexas no período de 1701 à 1705, peças históricas existentes no

Dentro deste patriarcado, o povoamento dos campos da Paragem do Iapó, ficou a cargo dos herdeiros de Pedro Taques que aos poucos foram tomando a posse efetiva dos terrenos através de cartas de datas de sesmarias menores. No entanto, foi nas décadas seguintes que a crescente demanda de alimento e transporte necessários para viabilizar a exploração do ouro nas chamadas Minas Gerais propiciou o surgimento de outro ciclo econômico: o tropeirismo.

Como explanado anteriormente, a atividade tropeira que consistia no deslocamento de homens para o sul do continente a fim de buscar principalmente tropas de muares que eram conduzidas desde lá até a Capitania de São Paulo onde então eram vendidas aos mineiros, incrementou o desenvolvimento de toda a região, pois diversos fazendeiros atentos a este crescente movimento das tropas que circulavam entre os territórios meridionais, estabeleceram currais e invernadas onde os tropeiros poderiam arrendar campos de engorda e descanso para os animais.

A posse de tais campos foi se dando através da concessão de grandes extensões de terras que por sua vez foram se subdividindo em fazendas menores. Assim as propriedades Morungava, Boa Vista, Limoeiro, Tucunduva, Pinheiros, Jaguariaíva, Barreiro Cinza, Furnas, Monte Negro, Caxambu, Curralinho, Vorá, Santo Amaro e São José foram sendo paulatinamente assenhорados. É preciso salientar mais uma vez que esse território não estava “vazio”, pois assim como em todo o continente Americano, os colonizadores confrontaram, afugentaram ou extinguiram os povos originários.

Os campos de Jaguariaíva, embora anteriormente ocupados, reiteradamente tem suas origens administrativas vinculadas a Luciano Carneiro Lobo, morador da Vila de Castro e que em “24 de outubro de 1795, por escritura lavrada na cidade de São Paulo, adquiriu do tenente Manuel Pacheco Gato e sua mulher Custódia Ribeiro Leite, e ao irmão desta, alferes Francisco de Sales Brito, a fazenda Jaguariaíva” (LOPES, 2002, p.63).

A primeira esposa de Luciano, Francisca de Sá, faleceu em 1806, deixando ao marido e seus oito filhos os campos da fazenda Jaguariaíva, gado vacum, muares e escravizados. Nesta partilha a fa-

zenda ficou inteiramente para o cônjuge Luciano Carneiro Lobo, o qual deixou a Vila de Castro e passou a residir definitivamente naque-las terras, dedicando-se ao criatório de gado vacum, cavalar e muar. Em 1810, casou-se com Izabel Branco e Silva,¹¹ herdeira das vizinhas fazendas do Limoeiro e Boa Vista, casamento no qual nasceram mais oito filhos.

Em 1811, Luciano Carneiro Lobo recebeu da Coroa Portuguesa o título de Capitão Mór de Jaguariaíva, pois tal qual o “lendário” José Felix da Silva Passos,¹² da fazenda Fortaleza, ele também exercia a função de defensor dos interesses da Coroa perante os confrontos com os indígenas, distribuindo aos moradores a munição proveniente da Vila de Castro.

O prestígio deste tropeiro perante as autoridades e a crescente prosperidade das atividades criatórias nos sítios e invernadas da região propiciaram a Jaguariaíva o desmembramento de Castro. Assim, em 15 de setembro de 1823, o imperador Dom Pedro I criou a freguesia consagrada ao Senhor Bom Jesus da Pedra Fria. A instalação física da capela, no entanto demorou décadas ainda, sendo somente concretizada após a morte de Luciano, quando em 1866, a viúva dona Izabel Branco e Silva assinou a escritura de doação do terreno para a construção da mesma. O Coronel faleceu em 12 de maio de 1842, com testamento lavrado em 1831 na Vila da Lapa.

11. Filha do Ouvidor de Paranaguá Doutor Manuel Lopes Branco e Silva, D. Izabel casou-se em 1810, com o Coronel Luciano Carneiro Lobo, passando a residir na fazenda Jaguariaíva onde viviam da criação de gado bovino e muar e também de plantações. Após o falecimento de seu marido em 1842, doou de sua parte na herança os terrenos para fundação da freguesia do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria de Jaguariaíva, fato que gerou em seu entorno o início do processo de urbanização. Em 1866, Dona Izabel assinou a escritura definitiva do terreno da referida capela, que mais tarde viria a se tornar a Igreja Matriz. Faleceu no dia 17 de agosto de 1870 sendo sepultada no subsolo da Igreja por ela fundada.

12. José Félix da Silva Passos foi proprietário de grandes extensões de terra, como as fazendas Fortaleza, Taquara, Maracanã e Monte Alegre, constituindo-se num dos maiores latifundiários dos Campos Gerais. Tinha como atividade econômica principal a pecuária, mas também mantinha na região a mineração de ouro, além de ter sido o primeiro juiz ordinário da Vila de Castro. A historiografia regional destaca seu protagonismo nos conflitos com os povos originários e nos massacres resultantes dos processos de colonização destes territórios. Além disso, o intelectual paranaense David Carneiro, baseado nos relatos de Saint-Hilaire escreveu um livro chamado *O Drama da Fazenda Fortaleza* publicado em 1941. O romance narra entre outras questões a relação entre José Félix e sua esposa Onistarda do Rosário, a quem manteve em cárcere privado em sua propriedade. Ver: CARNEIRO. David. *O Drama da Fazenda Fortaleza*. Curitiba: Ed. Dicesar Plaisant, 1941.

Auto de contas de testamento
Ano: 1846
Testamenteira: Dona Izabel Branca e Silva
Testador: Coronel Luciano Carneiro Lobo
<p>Em nome de Deus, eu Luciano Carneiro Lobo, estando em boa saúde, por cautela e ignorando o dia em que ei de falecer faço este meu testamento para ser aprovado na forma da lei. Declaro que sou natural e batizado na Capela de Nossa Senhora do Carmo do Capão Alto, Comarca de Curitiba, filho legítimo dos falecidos Capitão Francisco Carneiro Lobo e de sua mulher Quitéria da Rocha. Declaro que fui casado com Dona Francisca de Sá de cujo matrimônio ficaram oito filhos que são: José, Francisco, Maria, Escolática, Delfina e Ana, além de Manoel e Luciano que são falecidos sem dependentes, os quais são meus legítimos herdeiros com os mais que abaixo declaro. Declaro mais que antes destes filhos legítimos tive um filho natural de nome João Carneiro, havido de mulher desempedida, o qual reconheço por filho e como tal o eduquei e é o filho que mais me tem ajudado e por isso o instituo meu herdeiro igualmente com os do matrimônio. Declaro que passei ao segundo matrimônio com Dona Izabel Branca e Silva do qual até o presente já temos oito filhos que são Francisco, Luiz, José, Joaquim, Maria Jesuína, Maria Rita, Balbina e Maria Eufrazia, os quais todos e algum outro que nascer serão meus herdeiros legítimos com os mais acima nomeados. Nomeio por meus testamenteiros em primeiro lugar minha mulher Dona Izabel Branca e Silva, em segundo ao dito meu filho João Carneiro, em terceiro ao meu filho Capitão Mor José Carneiro Lobo e cada um aos quais rogo queira [ilegível] vista este meu testamento para o cumprirem na forma que determino. Por minha morte minha mulher como cabeça de casal dará à inventário todos os bens do monte mor, se pagarão algumas dívidas que houverem, da mesma meação se tirará qualquer despesa que se fizer no meu funeral, do resto se a de tirar a terça e desta os sufrágios e legados que eu determinar e do remanescente da mesma terça instituo por herdeiro a dita minha mulher Dona Izabel ficando salva as terças partes da minha meação para as legítimas de meus filhos, meu funeral será feito como for da vontade de minha mulher a quem só recomendo que evite toda a pompa que nada serve para a alma. Declaro e quero que no dia de meu falecimento e no seguinte até o oitavo se diga por minha alma missas de corpo presente de esmola de 64#000 e só ao meu Reverendo Vigário se dará 4#000 pela primeira missa de corpo presente. Assim mais meu testamenteiro mandará dizer por minha alma duas capelas de missas de esmola. Uma capela pelas almas de meus pais e vinte e uma missas pela alma de minha primeira mulher. Declaro mais que da mesma minha terça sairá o importe [ilegível] da avaliação do mulato José de Godoy para ficar liberto, atento aos bons serviços e lealdade com que me tem acompanhado. Declaro que todos os meus filhos do segundo matrimônio são menores e como eu conheço a capacidade de sua mãe, minha mulher eu a nomeio tutora de todos os menores para ela os educar e zelar do que lhes pertencer [ilegível] de por sua morte. Declaro que como minha mulher é [ilegível] em todos os bens e além disso fica herdeira de minha terça e por outra parte ela a de reger as legítimas de seus filhos menores, por isso convém [ilegível] rogo ao Sr. Juiz de Órfãos faça inteira justiça adjudicando a fazenda toda para pagamento da inventariante e das legítimas dos órfãos menores pois como além da fazenda posso coisa de sessenta escravos queão desnecessários a fazenda e além disso tenho trastes de valia e poderei deixar algum dinheiro em moeda por isso para os herdeiros do primeiro matrimônio fica bens suficientes para serem inteirados de suas legítimas e quando falte o que não espero [ilegível] que a inventariante por si e seus filhos responderá a [ilegível] qualquer excesso que houver fazendo-se a partilha na forma que tenho dito e que [ilegível] conformidade da lei. Por ser esta minha última vontade faço este testamento que vai solenemente por mim assinado para ser aprovado nesta Vila do Príncipe de Santo Antônio da Lapa aos 30 de abril de 1831.</p>
Luciano Carneiro Lobo

Fonte: MUSEU DO TROPEIRO. Inventários e testamentos: Cartório Cível de Castro. Ano 1841 a 1850. Organização e transcrição de VILLELA, Léa Maria Cardoso; FLÜGEL, Amélia Podolan. (Orientadoras); HEY, Fabiana. (Paleografia); MARTINS, Daniele Cristine. (Digitação). Ano: 1846.

Castro, 2003, p.126.

A expressividade e a dimensão das atividades econômicas desenvolvidas por Luciano Carneiro Lobo e demais fazendeiros da região podem ser analisadas a partir de documentos como os inventários *post mortem*, cujos os originais estão sob guarda da Comarca de Castro e as transcrições podem ser encontradas no Museu do Tropeiro na mesma cidade. É o caso do inventário de João Carneiro Lobo, primogênito do Coronel Luciano, reconhecido e mencionado no testamento de seu pai. O conteúdo do documento apresenta indícios das características da cultura material da região, bem como demonstra o desenvolvimento da atividade tropeira nos Campos Gerais.

É possível perceber no arrolamento de bens do finado João Carneiro Lobo, campos para invernadas, estrutura para a atividade pecuária, gado de corte, de carga ou transporte e também mão de obra de homens, mulheres e crianças escravizadas. Observa-se também o poder aquisitivo pelo número de bens, pelo arrolamento de algumas joias em ouro e utensílios em prata. Além disso, ficou registrado uma tropa de mulas que seria negociada na Feira de Sorocaba em São Paulo. Este tropeiro faleceu dois anos depois de seu pai.

Inventário <i>post mortem</i>	
Ano: 1844	
Inventariado: João Carneiro Lobo	
Inventariante: Dona Ana Estevão Carneira	
Título de herdeiros:	Francisco com 14 anos Antonio com 12 anos Candido com 7 anos Joaquim, com 22 dias Maria Clara, com 13 anos Theodora, com 10 anos
O inventariado faleceu dia 18/12/1843 sem testamento na Fazenda de Jaguariaíva.	
Avaliadores: Manoel Ignacio do Canto e Silva e Antonio José de Sampaio.	
Avaliação dos bens	
Semoventes	
Um burro exór avaliada em 50#000	
Vinte e seis éguas de manada de burro, cada uma avaliada em 8#000, somando 208#000	
Uma [ilegível] retalhado avaliada em 5#000	
Oito mulas, cada uma avaliada em 10#000, somando 80#000	
Cinco mulas de ano, cada uma avaliada em 6#000, somando 30#000	
Um potrilho de dois anos avaliado em 4#000	
Sessenta e um bois carreiros, cada um avaliado em 18#000, somando 1:098#000	

Bens de raiz

Uma sorte de campos denominada Invernada do Barreiro nos fundos dos campos de Jaguariaíva avaliada em 12:000#000

Uma sorte de terras lavradias com paiol nas costas de Sertão anexa ao dito campo ou invernada acima dita avaliada em 1:000#000

Um segundo paiol com mangueiras e mais benfeitorias na mesma Invernada do Barreiro avaliado em 100#000

Uma parte de campos junto aos valos da Invernada do Barreiro avaliada em 128#000

Um piquete e capões avaliados em 200#000

Uma casa coberta de telhas e piladas de taipa com seus móveis sendo louças e trastes de madeira e todas as mais benfeitorias como senzala, paióis, cozininha, mangueiras, quintal, valor do potreiro da casa, tudo avaliado em 1:000#000

Vinte cangalhas com seus ligais, reatas e cabrestos avaliadas em 90#000

Dois carros com suas competentes cangas avaliados em 16#000

Dois carretões avaliados em 4#000

Trinta e quatro bestas mansas, cada uma avaliada em 19#200, somando 652#800

Duas bestas de sela, cada uma avaliada em 30#000, somando 60#000

Setenta bestas crioulas, cada uma avaliada em 20#000, somando 1:400#000

Nove bestas com defeito, cada uma avaliada em 5#000, somando 15#000

Um égua baia madrinha avaliada em 10#000

Trinta cavalos mansos, cada um avaliado em 11#000, somando 330#000

Dois cavalos gateados de sela, cada um avaliado em 32#000, somando 64#000

Quinze cavalos redomões, cada um avaliado em 16#000, somando 240#000

Oitenta e um carneiros grandes, cada um avaliado em 2#000, somando 162#000

Vacum

Cento e quarenta e três vacas soltas, cada uma avaliada em 11#000, somando 1:573#000

Oitenta e uma vacas com cria, cada uma avaliada em 12#800, somando 1:036#800

Vinte e oito novilhas, cada uma avaliada em 7#000, somando 196#000

Dezesseis bois de três anos, cada um avaliado em 8#000, somando 128#000

Sessenta e seis terneiros de ano, cada um avaliado em 4#000, somando 264#000

Nove touros, cada um avaliado em 16#000, somando 144#000

Sete novilhos, cada um avaliado em 14#000, somando 148#000

Escravos

Mariano, crioulo com 25 anos, carpinteiro, avaliado em 800#000

Salvador, de nação, alfaiate com 30 anos avaliado em 800#000

Caetana, crioula, mulher do dito Salvador com 30 anos avaliada em 500#000

Agostinho, de nação com 30 anos avaliado em 550#000

Eufrazia, de nação com 25 anos, mulher do dito Agostinho avaliada em 500#000

Francisco Ignacio, crioulo com 20 anos, domador avaliado em 600#000

Maria, crioula com 30 anos, mulher do dito Francisco Ignacio avaliada em 500#000

Félix, crioulo com 40 anos avaliado em 400#000

Vicencia, crioula com 45 anos mulher do dito Félix avaliada em 400#000

José, de nação mombojé com 40 anos avaliado em 400#000

Ana de nação, com 30 anos, mulher do dito José avaliada em 500#000

João, de nação com 35 anos avaliado em 500#000

Manoel, de nação com 40 anos avaliado em 450#000

Joaquina, de nação com 45 anos mulher do dito Manoel avaliada em 350#000

Efigenia, mulata com 25 anos avaliada em 550#000

Gertrudes, crioula com 18 anos avaliada em 500#000
 Joana, crioula com 16 anos avaliada em 500#000
 Tomazina, crioula com 16 anos avaliada em 500#000
 João, de nação com 12 anos avaliado em 450#000
 Felipe, crioulo com 8 anos avaliado em 350#000
 Ignacio, crioulo com 8 anos avaliado em 350#000
 Clemente, crioulo com 8 anos avaliado em 350#000
 Eugenio, crioulo com 7 anos avaliado em 300#000
 Serafim, crioulo com 4 anos avaliado em 200#000
 Bento com 3 anos avaliado em 150#000
 Floriano, crioulo com 3 anos avaliado em 150#000
 Serafim, crioulo com 3 anos avaliado em 150#000
 Modesto, crioulo com 2 anos avaliado em 120#000
 Barbara, crioula com 5 anos avaliada em 250#000

Meliana, crioula com 5 anos avaliada em 250#000
 Severina, crioula com 18 meses, filha da escrava Eufrazia avaliada em 100#000
 Januário com 1 mês, filho de Joaquina, avaliado em 50#000
 Maria com 2 meses, filha de Ana, avaliada em 50#000

Ouro em obras

Um cordão de ouro avaliado em 22#500
 Um relicário avaliado em 19#500
 Um cordão de lantejoulas avaliado em 55#500
 Um par de pentes de ouro avaliado em 16#500
 Um par de bichas de ouro avaliado em 3#000
 Um par de bichas com coração avaliado em 3#000
 Um par de bichas com pedrinhas avaliado em 4#500
 Uma manilha de corais avaliada em 12#000
 Um rosário com cruz avaliado em 16#500
 Um pente grande com pedras avaliado em 4#000
 Um par de pentinhos avaliado em 2#000
 Um par de brincos de ouro avaliado em 10#000
 Um par de brincos de ouro avaliado em 14#000
 Uma memória de pedras avaliada em 1#600

Prata em obras

Quatorze cabos de facas para mesa avaliados em 50#400
 Doze garfos de prata avaliados em 60#480
 Doze colheres de prata avaliadas em 47#520
 Uma colher para peixe avaliada em 13#560
 Uma colher para sopa avaliada em 12#480
 Uma colher para arroz avaliada em 8#400
 Doze colheres para chá e uma para açúcar avaliadas em 16#920
 Cinco colheres e cinco garfos avaliados em 35#880
 Um cabo de faca avaliado em 3#840
 Um copo com corrente e salva avaliado em 61#440

Um aparelho de espada avaliado em 46#080
 Um par de estribos com bocais avaliado em 64#800
 Um par de esporas avaliado em 20#640
 Um par de esporas maiores avaliadas em 30#240
 Um chapeado avaliado em 43#200

Móveis

Um par de canastras cobertas de sola avaliadas em 16#000

Três canastras avaliadas em 24#000

Várias roupas do falecido avaliadas em 30#000

Aparelhos de cama avaliados em 50#000

Aparelhos para mesa avaliados em 20#000

Nove enxadas avaliadas em 5#760

Dez foices avaliadas em 10#000

Nove machados avaliados em 14#400

Três tachos avaliados em 12#000

Uma pistola fulminante avaliada em 3#000

Uma espingarda avaliada em 4#000

Avaliação dos bens da Fazenda Vorá**Escravos**

Um escravo de nação de nome Luiz, campeiro com 25 anos avaliado em 600#000

Um escravo de nação de nome Bernardo, campeiro com 26 anos avaliado em 600#000

Um escravo crioulo de nome Manoel dos Santos, domador com 35 anos avaliado em 600#000

Um escravo crioulo de nome Feliciano, aleijado e doentio avaliado em 250#000

Um escravo de nação de nome Apolinario com 40 anos avaliado em 450#000

Um escravo crioulo de nome Amaro, campeiro com 12 anos avaliado em 450#000

Uma escrava crioula de nome Catarina, mulher do escravo Manoel dos Santos com 20 anos avaliada em 500#000

Um escravo de nome Fabrício, filho dos ditos, com 1 ano avaliado em 100#000

Uma escrava crioula de nome Paula com 45 anos, aleijada de uma perna avaliada em 250#000

Gado Vacum

Cento e sessenta e três vacas com cria, cada uma avaliada em 11#500, somando 1:874#500

Trezentas e três vacas soltas, cada uma avaliada em 10#000, somando 3:030#000

Sessenta e oito novilhas, cada uma avaliada em 6#000, somando 435#200

Cinquenta e nove bois, cada uma avaliado em 7#000, somando 413#000

Quarenta e dois terneiros, cada um avaliado em 4#000, somando 168#000

Seis bois carreiros, cada um avaliado em 14#000, somando 84#000

Um boi avaliado em 8#000

Um boi de 5 anos na fazenda de Dona Izabel avaliado em 14#000

Quarenta e oito touros, cada um avaliado em 12#000, somando 576#000

Animais Cavalares

Cento e trinta e cinco éguas soltas, cada uma avaliada em 9#000, somando 1:215#000

Cento e setenta éguas com cria, cada uma avaliada em 10#000, somando 1:700#000

Cento e uma potrancas de 2 anos, cada uma avaliada em 6#400, somando 646#400

Dezoito pastores, cada um avaliado em 20#000, somando 360#000

Cinquenta e sei potros de 3 anos, cada um avaliado em 16#000, somando 896#000

Sessenta e cinco potros de 2 anos, cada um avaliado em 10#000, somando 650#000

Quatro éguas com crias de burro, cada uma avaliada em 14#000, somando 56#000

Trinta éguas andadeiras com crias, cada uma avaliada em 12#000, somando 360#000

Quarenta e duas éguas soltas andadeiras, cada uma avaliada em 11#000, somando 462#000

Três pastores andadores, cada um avaliado em 40#000, somando 120#000

Muares

Oitenta e seis bestas crioulas de quatro anos, cada uma avaliada em 24#000, somando 2:064#000

Quatro bestas com defeito, cada uma avaliada em 5#000, somando 20#000
 Uma besta de dois anos avaliada em 20#000

Invernada da Cruz

Duzentas e vinte e duas bestas coloniais, cada uma avaliada em 24#500, somando 5:439#000
 Uma égua madrinha de cor pampa avaliada em 11#000
 Uma égua de cor zainha já velha avaliada em 5#000
 Vinte e dois cavalos mansos, cada um avaliado em 11#000, somando 242#000
 Dezoito vacas com crias, cada uma avaliada em 11#000, somando 198#000
 Seis vacas soltas, cada uma avaliada em 1#000, somando 60#000
 Dez novilhas de 6 anos, cada uma avaliada em 14#000, somando 140#000

Cinquenta e oito vacas de 3 anos, cada uma avaliada em 8#000, somando 464#000
 Cinquenta e três vacas de 4 anos, cada uma avaliada em 12#000, somando 636#000
 Sete touros, cada um avaliado em 14#000, somando 98#000
 Quatro machados avaliados em 6#400
 Duas foices avaliadas em 2#000
 Quatro enxadas avaliadas em 2#560
 Oito couros de vacas avaliados em 25#600
 Uma alavanca avaliada em 2#000

Ovelhas

Quarenta e uma ovelhas, cada uma avaliada em 1#600, somando 65#600

Bens de raiz

Uma casa com paredes de mão, coberta de telha com alguns trastes usados de madeira, com quintal, mangueira e mais benfeitorias avaliada em 500#000
 Os campos com seus capões de plantar na Fazenda Vorá avaliados em 30:000#000

Escravos

Simão, de nação, com 30 anos, ofício de roceiro avaliado em 300#000
 Miguel, de nação, com 20 anos, ofício de roceiro avaliado em 450#000
 Francisco, de nação, com 32 anos, ofício de roceiro avaliado em 500#000
 Tereza, de nação, mulher do dito com 30 anos avaliada em 400#000
 João, mulato crioulo com 24 anos, ofício de campeiro e domador, doentio, avaliado em 600#000
 Matheus, de nação com 36 anos, ofício de roceiro avaliado em 500#000
 Rafael, crioulo com 10 anos avaliado em 300#000

Gado vacum

Duzentas e duas vacas xucras com crias, cada uma avaliada em 8#000, somando 1:616#000
 Duzentas e oitenta e nove vacas soltas, cada uma avaliada em 6#000, somando 1:734#000
 Vinte novilhas de dois anos, cada uma avaliada em 20#000, somando 100#000

Noventa e uma terneiras, cada uma avaliada em 4#500, somando 409#500
 Sessenta e nove bois, cada um avaliado em 5#000, somando 345#000
 Oitenta e quatro bois, cada um avaliado em 8#000, somando 672#000
 Trinta e um bois, cada um avaliado em 7#000, somando 217#000
 Cento e trinta e seis vacas mansas com crias, cada uma avaliada em 11#000, somando 1:496#000
 Trinta e nove vacas soltas, cada uma avaliada em 9#000, somando 351#000
 Cinquenta e duas terneiras, cada uma avaliada em 4#000, somando 208#000
 Sessenta e três touros, cada um avaliado em 12#000, somando 756#000
 Seis bois carreiros, cada um avaliado em 18#000, somando 108#000

Animais cavalares

Nove éguas com crias, cada uma avaliada em 10#000, somando 90#000

<p>Seis éguas soltas, cada uma avaliada em 6#000, somando 36#000 Três potrancas, cada uma avaliada em 6#000, somando 18#000 Quatro potros, cada um avaliado em 10#000, somando 40#000 Um pastor avaliado em 20#000 Dezesse sete cavalos mansos, cada um avaliado em 12#000, somando 204#000 Dois machos mansos, cada um avaliado em 30#000, somando 60#000 Três mulas mansas com defeito, cada uma avaliada em 20#000, somando 60#000 Quatro ovelhas pretas, cada uma avaliada em 2#000, somando 8#000 Uma ovelha branca avaliada em 1#600</p>
Ferramentas
<p>Quatro machados avaliados em 8#960 Quatro foices avaliadas em 8#000 Quatro enxadas velhas avaliadas em 2#560 Seis couros de vacas avaliados em 19#200 Os campos da Fazenda Curralinho avaliados em 20:000#000 Uma morada de casas na mesma fazenda com alguns trastes de madeira com seu quintal, mangueiras e mais benfeitorias avaliada em 550#000 As terras de plantas acostadas ao Monte Negro avaliadas em 150#000 As terras no bairro da Enxovia avaliadas em 20#000</p>
Bens da Fazenda São Tomé
<p>Oito éguas com crias de bestas, cada uma avaliada em 8#000, somando 64#000 Dezesse sete éguas soltas, cada uma avaliada em 8#000, somando 54#000 Um burro exór avaliado em 40#000 Um retalhado muito velho avaliado em 5#000 Um potro de ano avaliado em 4#000 Dois bois carreiros, cada um avaliado em 18#000, somando 36#000</p>
Bens de raiz
<p>Três campinas no Burcão na fazenda São Tomé com terras de plantas ordinárias e um bom erval, tudo avaliado em 600#000 Duas partes de campos na mesma fazenda avaliadas em 640#000 Uma morada de casas nesta Vila, com dois lanços, paredes de mão, coberta de telhas, com uma sala forrada e assoalhada, um pequeno quintal fechado com muros, uma mesa grande com três gavetas, dois catres ordinários tecidos de couro, tudo avaliado em 400#000 Um aparelho de socar taipas com todos os seus pertences avaliado em 6#400 Umas taipas de pilão e um terreno no pátio da Igreja Matriz, avaliados em 250#000 Uma escrava de nome Pulquéria, com 30 anos avaliada em 450#000</p>
<p>Pelo procurador da inventariante foi declarado que existe uma tropa de bestas invernadas para se dispor para o ano futuro na feira de Sorocaba ou onde melhor convier a qual tropa é de sociedade com Manoel José da Trindade, a qual a esta tratando a fim de a levar à feira conforme o papel de trato da dita sociedade passado em vida do finado marido da inventariante, por cujo motivo a inventariante não deu a carregação não deu a carregação do presente inventário, porém sem dará depois de concluída a sociedade o seu produto para sob partilha.</p>
Monte partível: 156:395#460

Fonte: MUSEU DO TROPEIRO. Inventários e testamentos: Cartório Cível de Castro. Ano 1841 a 1850. Organização e transcrição de VILLELA, Léa Maria Cardoso; FLÜGEL, Amélia Podolan.(Orientadoras); HEY, Fabiana. (Paleografia); MARTINS, Daniele Cristine. (Digitação). Ano: 1844.Castro, 2003,p. 108.

O criatório, a invernagem e o tropeirismo constituíram-se em significativos fatores para a formação da estrutura fundiária e econômica não só de Jaguariaíva, mas também dos Campos Gerais como um todo, pois nos séculos XVII e XVIII esse era o modelo produtivo que predominava no planalto paranaense (BALHANA;MACHADO, 1968). Cabe, no entanto, evidenciar que nessas grandes sesmarias e fazendas era comum a formação de sítios que, através da implantação das roças de subsistência, da construção de moradas e benfeitorias tais como mangueiras e paióis e da prestação de serviços dos trabalhadores escravizados e agregados, permitiram a formação de uma cultura amplamente ligada ao campo, com domínio dos afazeres tradicionais de doma, ronda e apartação de animais, assim como a confecção de artefatos em couro, lã, taquara e/ou madeira como os laços, chicotes, selas, coxonilhos, pelegos, cangalhas, jacás entre tantos outros utensílios necessários ao serviço diário.

Com o declínio do tropeirismo, a partir do fim do século XVIII, essas figuras campeiras que detinham estes saberes começaram a flutuar sazonalmente entre o campo e os meios mais urbanizados, à procura de novas oportunidades de diversidade das atividades econômicas, fosse como casa de comércio, selaria, ferraria ou algo do gênero. Assim, ao final do século XIX a vida rural foi lentamente se tornando urbana, porém mantendo a influência campeirista que ainda hoje remete às origens do município de Jaguariaíva e que compõe o patrimônio cultural local.¹³

Portanto, consideramos que a história dessa atividade econômica não deve ser associada apenas a chamada “elite campeira” do “Paraná tradicional” (BALHANA, MACHADO, WESTPHALEN, 1969).¹⁴

13. Fruto da organização e anseios da sociedade jaguariaivense, desde o ano de 2014 comemora-se no dia 12 de maio o “Dia Municipal do Tropeiro”. A data diz respeito ao dia do falecimento de Luciano Carneiro Lobo e foi instituída pela Lei Municipal Nº 2507/2014. Anualmente a administração municipal realiza eventos como cavalgadas, palestras e demais atividades culturais relacionadas ao tema. Além disso, o município mantém também um espaço público denominado “Parque Ruy Cunha - Bosque dos Tropeiros”. Às margens do Rio Jaguariaíva este é um *lugar de memória* com potencialidade para o desenvolvimentos de ações de educação patrimonial. Ver: JAGUARIAÍVA. Lei nº 2507 de 03 de julho de 2014. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/j/jaguariaiva/lei-ordinaria/2014/251/2507/lei-ordinaria-n-2507-2014-ementa-institui-o-dia-do-tropeiro-de-jaguariaiva-e-da-outras-providencias?q=dia+do+tropeiro>

14. Segundo Cecília Westphalen (1995) entre os anos 1842 e 1888, foram outorgados na região do Paraná oito títulos de nobreza, sendo seis destes títulos para tropeiros: Barão de Antonina, Barão do Tibagi, Barão dos Campos Gerais, Barão de Guarapuava (depois Visconde de Guarapuava).

Não somente o dono da tropa ou então aqueles com poder aquisitivo suficiente para deixar testamentos, inventários e registros documentais podem ser chamados de tropeiros. Como nos lembra Aluísio de Almeida, “tropeiro é o cozinheiro que montado vem na égua madrinha, como é tropeiro o senhor Barão de Antonina...” (ALMEIDA, 1968, p.78). Além disso, essa perspectiva que considera a análise dos demais ofícios e saberes que viabilizaram ou foram fomentados por esta atividade, bem como o entendimento de que há uma linha tênue e com contornos indistintos entre “cultura material tropeira” e artefatos presentes no cotidiano rural dos séculos XVIII e XIX, ampliam as possibilidades e potencialidades do estudo desta temática.

Obras de referência acerca de uma história nacional abordam a pecuária como uma atividade acessória, de segunda importância no que diz respeito a estrutura econômica da Colônia. No entanto, a atividade mercantil com animais de carga e de transporte onde o gado muar era o protagonista, assumiu contornos de assunto de primeira ordem em determinados contextos. As mulas foram operadas como principal meio de transporte terrestre no Brasil até o advento das ferrovias no fim do século XIX, sendo definitivamente substituídas com a implantação das estradas de rodagem em meados do século XX. Autores como José Alípio Goulart (1961) e Aluísio de Almeida (1968;1971) contribuíram para a difusão do conhecimento acerca desse ofício, explicando, por exemplo, que as características físicas das mulas (resistência e capacidade de se locomoverem por difíceis condições territoriais) justificariam a preferência desses animais perante os outros equinos.

No que diz respeito a narrativa sobre os sujeitos, para a historiografia paranaense,

a imagem do tropeiro foi construída a partir das oposições e aproximações com outro sertanista, o bandeirante. Este último apresentado como um explorador, que abriu caminhos, expandiu fronteiras, mas que não perseguia o propósito da fixação em determinado território. Além de ser associado à violência para com os povos originários. Já o tropeiro, também seria o responsável pela expansão de fronteiras, igualmente aventureiro e corajoso, contudo, deveria ser lembrado como “plantador de cidades”, relegando ao esquecimento

va), Barão de Guarauna e Barão de Monte Carmelo. Ver: WESTPHALEN, Cecília Maria. **O Barão dos Campos Gerais e o comércio de tropas.** Curitiba: CD Editora, 1995.

as narrativas de conflitos com os povos indígenas e toda a problemática do sistema escravista daquele período (MAYER, 2022, p.278)

A partir dessas considerações, concluímos propondo que estudantes e pesquisadores aprofundem a construção de conhecimento sobre essa temática a partir de distintas perspectivas. Em outras palavras, é importante que refletem sobre a concepção de Jaguariaíva além dos registros de posses e propriedades, com o objetivo de compreender as especificidades da história do tropeirismo e suas implicações socioculturais. Ao longo dessa reflexão, percebemos que o tema revela potencialidades para fundamentar políticas patrimoniais no município. No entanto, é necessário investigar quais são as ressonâncias desse passado na contemporaneidade.

Reconhecemos que patrimônio cultural é uma categoria interdisciplinar, constituída ao longo do tempo, marcada por disputas políticas, econômicas e sociais. Do ponto de vista da História, interpretamos que esta categoria assim como a própria noção de passado e o conceito de memória são construções do presente, elaborados a partir de processos de criação, seleção, substituição ou supressão.

A necessidade de usar e reutilizar o conhecimento memorial, e de esquecer assim como lembrar, força-nos a selecionar, destilar, distorcer e transformar o passado, acomodando as coisas lembradas de acordo com as necessidades do presente (LOWENTHAL, 1985, p. 194).¹⁵

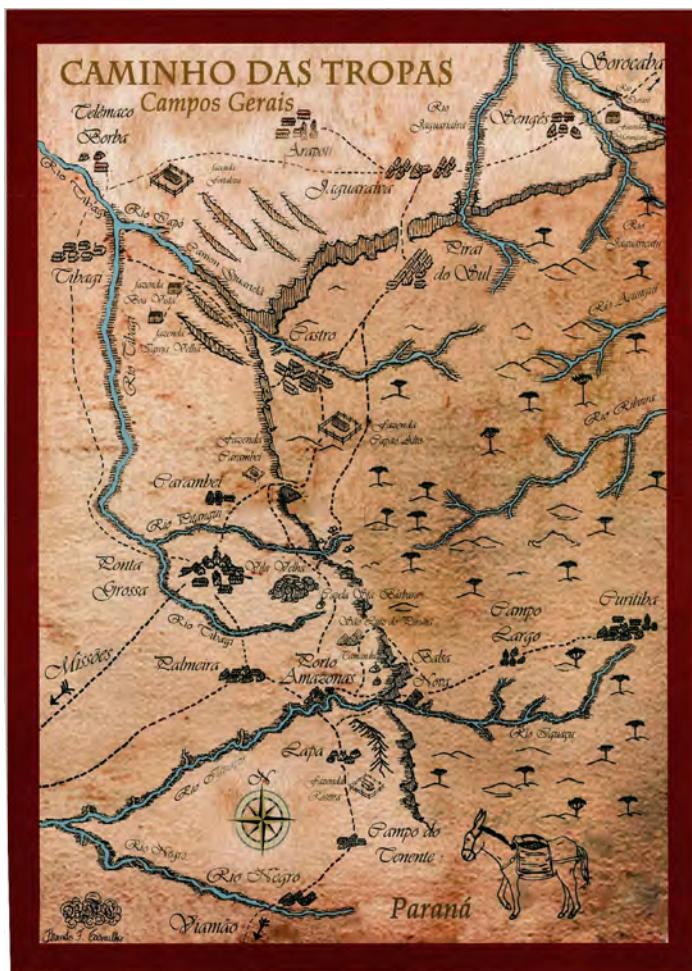
Além disso, a construção de uma identidade passa pela perspectiva de uma memória em comum e de um pertencimento, o que significa afirmar que

a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 5).

Em síntese, consideramos que o tropeirismo pode ser analisado como um movimento ou um fenômeno não só econômico, mas também social e cultural. Elemento significativo do processo de ocu-

15. Tradução livre, no original: “The need to use and reuse memorial knowledge, and to forget as well as to recall, forces us to select, distil, distort, and transform the past, accommodating things remembered to the needs of the present”.

pação e integração territorial do Brasil meridional, podendo ser estudado a partir de múltiplas fontes como documentos produzidos pelo Estado ou pela Igreja, artefatos tridimensionais salvaguardados em museus e também por meio da História Oral através do registro e da construção de fontes fundamentadas em memórias individuais e coletivas. Esperamos que estas observações ofereçam subsídios e despertem o interesse de pesquisas plurais que busquem compreender à diversidade cultural deste movimento em Jaguariaíva problematizando suas especificidades, continuidades e silenciamentos.



Mapa elaborado por Brendo Francis Carvalho e Antonio Liccardo. Publicado originalmente em: LICCARDO, Antonio; PIEKARZ, Gil. **Tropeirismo e Geodiversidade no Paraná**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2017. p.26.

Referências

- ALMEIDA, Aluísio de. **O Tropeirismo e a Feira de Sorocaba**. Sorocaba: Luzes, 1968.
- ALMEIDA, Aluísio de. **Vida e morte do tropeiro**. São Paulo: Martins, 1971.
- BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. **Campos Gerais: estruturas agrárias**. Curitiba: UFPR, 1968.
- BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecilia Maria. **História do Paraná**. Curitiba: GRAFIPAR, 1969. v. 1.
- BANDEIRA, Júlio; LAGO, Pedro Corrêa do. **Debret e o Brasil**. Obra completa 1816-1831. Rio de Janeiro: Capivara, 2008.
- BORBA, Oney Barbosa. **Os iapoenses**. 2.ed. Curitiba: Lítero-Técnica, 1986
- BORDONI, Orlando. **A língua tupi na geografia do Brasil**. Apoio Cultural BANESTADO, O Banco do Paraná, 1990.
- BUENO, Silveira. **Vocabulário Tupi-Guarani Português**. São Paulo: Brasilivros, 1984.
- FLORES, Moacyr. **Tropeirismo no Brasil**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1998.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande& senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48.ed. São Paulo: Global, [1933] 2003.
- FLUGEL, Amélia. **Tropeirismo 1**. Castro: Museu do Tropeiro, 2008.
- FLUGEL, Amélia. **Tropeirismo 2**. Castro: Museu do Tropeiro, 2020.
- GIL, Tiago Luis. **Coisas do Caminho**: tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810). 2009. 372f. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- GOMES, Josélia Maria Loyola de Oliveira. Significações e Ressignificações do Patrimônio Cultural: as Fazendas Históricas e o Turismo nos Campos Gerais do Paraná. 2007.162p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007.
- GOULART, José Alípio. **Tropas e Tropeiros na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LICCARDO, Antonio; PIEKARZ, Gil. **Tropeirismo e Geodiversidade no Paraná**. Ponta Grossa:Estúdio Texto, 2017
- LOWENTHAL, David. **The past is a foreign country**. New York: Cambridge University Press, 1985.

LOPES, José Veiga. **Primórdios das Fazendas de Jaguariaíva e Região**, 2002.

LOPES, José Veiga. **Fazendas e Sítios de Castro e Carambeí**, 2004.

MAYER, Milena Santos. **MUSEU, HISTORIOGRAFIA E PATRIMÔNIO**: a trajetória do Museu do Tropéiro e a institucionalização de um *lugar de memória*. 2022. 333 f. Tese. (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Assis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/234958> Acesso em 20 out. 2022.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1962.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**. Volume 5,

1992. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf. Acesso em: 24.ago.2021

RITTER, Marina Lourdes. **As sesmarias do Paraná no século XVIII**, Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1980.

ROSAS, José Pedro Novaes. **A Fundação da Cidade de Castro**: apontamentos históricos. Castro: S/ed., 1993

SAINT-HILAIRE, August de. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. Belo Horizonte: Garnier, 2020.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. 10.ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1995.

CAPÍTULO 3

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO EM JAGUARIAÍVA-PR, SÉCULO XIX

Mariani Bandeira Cruz Oliveira

A escravidão negra em Jaguariaíva é registrada desde os primórdios da colonização. A historiografia mostra que as primeiras sesmarias foram distribuídas pela coroa portuguesa nas primeiras décadas do século XVIII e tratam-se de extensas propriedades que foram exploradas para a engorda e criação de animais. Os primeiros sesmeiros eram provenientes das áreas paulistas, Paranaguá e dos Campos de Curitiba e contavam com grande número de gados e escravos.

Augustinho Argemiro Ludwig e Orlando Frizanco afirmam que:

Os primeiros proprietários de grandes extensões de terra eram pessoas privilegiadas da aristocracia, da guarda nacional, do clero e outras, com ambição de riqueza e poder. Muitos deles, não querendo deixar o conforto das cidades grandes, deixavam que capatazes cuidassem de suas propriedades, principalmente na lida campeira (LUDWIG & FRIZANCO, 2006, p. 27).

No início os sesmeiros lá instalados não deslocaram com suas famílias para a efetiva ocupação das terras, pois, ali “tratava-se apenas de um negócio a ser explorado comercialmente. A fundação e manutenção das fazendas ficavam ao encargo dos prepostos e escra-

vos" (HARTUNG, 2005, p. 146). No decorrer do tempo, algumas mantiveram a administração escrava. No entanto, a ocupação dessas terras com invernadas foram levadas adiante por proprietários quase sempre absenteistas, sendo a exploração da mão de obra escrava elemento fundamental no processo.

Jaguariaíva desenvolveu-se ligada ao tropeirismo e as atividades pecuária. Geograficamente inseria-se na rota dos tropeiros que transitavam entre as áreas do sul e o interior paulista, com localização na direção ao rio Itararé rumo à São Paulo. Nas primeiras décadas do Setecentos nas proximidades do rio Jaguaryahyba formou-se um pouso de parada de tropas, conhecido como Porto Velho. Era via obrigatória dos tropeiros que seguiam pelo Pouso do Iapó (atual Castro) rumo à Sorocaba. A constante utilização dessa rota pelos tropeiros contribuiu na ampliação das atividades de pecuárias e favoreceu para o surgimento do povoado que prestava assistência aos tropeiros que buscavam o comércio no interior paulista.

A condição de fronteira agrária provavelmente contribuiu para o acesso à terra e as atividades produtivas. A fronteira deve ter sido receptiva não somente a elite agrária como também as pessoas pobres. Por ser uma região onde os meios de acumulação eram mais intensos, provavelmente dificultava o acesso às pessoas pobres, mas não os impediam do acesso à terra.

Na passagem do século XVIII para o século XIX os Campos de Jaguariaíva eram parte integrante da vila de Castro que foi a primeira área a ser habitada nos Campos Gerais, contando com número significativo de escravos em sua população. Desse modo, Jaguariaíva constituía-se como um dos bairros de Castro e estava situada na segunda Companhia de Ordenança e com a redistribuição em 1818 passou a integrar a quinta Companhia de Ordenanças da vila de Castro.¹

1. Castro foi elevada à categoria de vila em 1789 e abrangia uma extensa área nos Campos Gerais do Paraná. No início o território de abrangência da vila ficou organizado em três grandes Companhias de ordenanças, contando com quatorze bairros e depois com a redistribuição em 1818 foram transformadas em seis Companhias e vinte sete bairros (ver: PINTO, 1992, p. 81; 85-88).

Mapa 01: Principais vilas e freguesias - Paraná 1810-1841



No início do Oitocentos a vila de Castro integrava as quatro principais vilas da 5^a Comarca paulista (território do atual Paraná) com maior número de habitantes e também com mais de 900 escravos no conjunto da população.² Em 1801 a vila somava uma população de 4.347 habitantes (PINTO, 1992, p. 96), sendo que cerca de 947 indivíduos viviam na condição de servidão,³ equivalente a 21,7% do percentual da população. Se observamos os dados apenas para Jaguariaíva, nota-se que na localidade havia uma concentração expressiva de escravos, pois, no mesmo ano, com uma população em torno de 269 habitantes (PINTO, 1992, p. 86), pelo menos, 73 indivíduos vivia no cativeiro,⁴ o que corresponde a 27,5% do conjunto dos moradores da área.

De modo geral, o território da vila de Castro nas primeiras décadas do século XIX, abrigava um contingente significativo de escravos. Em 1816 era a área do Paraná com maior percentual de cativos e manteve essa posição durante toda primeira metade do século XIX. No mesmo ano, o litoral paranaense e o planalto curitibano apresen-

2. Em 1798 Curitiba (planalto) e Paranaguá (litoral) eram as vilas mais populosas no território do atual Paraná, contando com livres e escravos somavam 6.478 e 4.848 habitantes, respectivamente. Na sequência estavam Antonina (litoral) com 3.354 habitantes e Castro (planalto) com 3.340 habitantes no total da população (GUTIÉRREZ, 1986, p. 68).

3. Arquivo do Estado de São Paulo. **Lista Nominativa de Habitantes da vila de Castro, 1801.** Foram consultadas cópias pertencentes ao Departamento de História da UEPG.

4. Idem.

tavam percentuais de 18,5% e 12,4% da população escrava respectivamente; enquanto nos Campos Gerais onde estava situada a vila de Castro (Jaguariaíva incluída), somavam mais de 20% (WESTPHALEN, 1997, p. 35). Em 1830 nos campos de Jaguariaíva, conforme dados das Listas Nominativas de Habitantes, concentravam em torno de 162 escravos, equivalente a 10,8% da população cativa computada para toda a vila nesse período.

Nessa área predominava as extensas propriedades dedicadas à lavoura, à criação e engorda de animais, sobretudo com uso sistemático da mão de obra escrava. O levantamento populacional realizado em 1801 mostra que nos campos de Jaguariaíva havia pelo menos quatro grandes propriedades que exploravam a força cativa, sendo que em algumas delas seus proprietários viviam ausente, pois moravam em outras localidades: a fazenda Boa Vista, a fazenda Jaguariaíva, a fazenda dos Pinheiros e a fazenda Morungaba.

A fazenda Boa Vista pertencia ao Corregedor Manoel Lopes Branco e Silva, era voltada à criação de vacas, cavalos, bois e muares e contava com a posse de 33 escravos. A fazenda Jaguariaíva pertencia ao capitão-mor Luciano Carneiro Lobo, morador do rocio da vila e era dedicada a criação de cavalos, vacas e ovelhas. Era administrada por Miguel Sutil de Oliveira e contava com a presença de pelo menos três escravos. A fazenda dos Pinheiros pertencia ao coronel José Joaquim da Costa Gavião, morador de São Paulo. Era administrada por Claudio Furquim e voltava-se a criação de cavalos e vacas, contando com a atuação de pelo menos quatro escravos. Por fim, a fazenda Morungaba, do capitão José Novais Dias também morador de São Paulo. Essa unidade era dedicada a plantação de milho e feijão, em 1801, conforme consta nos dados da lista, havia a presença de pelos menos oito escravos e a mesma era administrada pelo escravo crioulo Pascoal.

Da população cativa

Os estudos sobre a população escrava no Paraná demonstram que, em sua maioria, era constituída por sujeitos nascidos e criados na região ou circunvizinhança. Horácio Gutierrez afirma que, na

primeira metade do século XIX, na vila de Castro (onde inseria-se Jaguariaíva) a proporção de africanos não chegava a 15% da população cativa (GUTIÉRREZ, 1988, p. 169).

No tocante aos escravos africanos, os dados das Listas Nominativas de Habitantes mostram que 1801 na vila de Castro havia 137 cativos de origem africana e em 1830 havia pelo menos 222 escravos africanos, equivalente a 15% e 22,3% respectivamente⁵ do total da população cativa. Se comparada a outras áreas da Província paulista a proporção de africanos na vila iapoense era mais reduzida, nem por isso, menos importante. Em Franca, por exemplo, em 1836 os africanos representavam 32,7% dos cativos (CUNHA, 2009, p. 64). Nas áreas onde a economia agroexportadora predominou o número de africanos em comparação a Castro de fato é ainda mais distante. Em Bananal (município produtor de café no Vale do Paraíba) 78,2% do total de cativos eram africanos em 1829 (MOTTA, 1999, p. 98). Em Campinas, “em 1801, os africanos constituíam 70,1% dos cativos acima de 15 anos de idade. A proporção provavelmente se manteve próximo ou até superior a este patamar até o final do tráfico” (SLENES, 1999, p. 79).

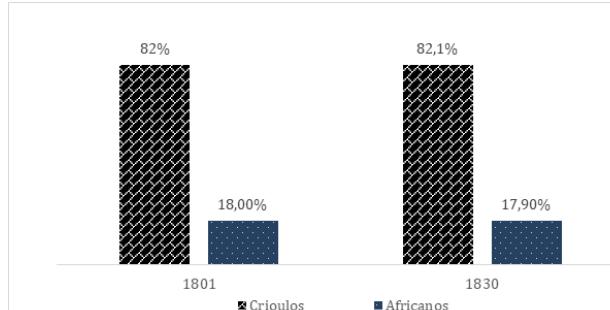
Em Jaguariaíva nas três primeiras décadas do século XIX, a proporção de africanos na população cativa não era muito diferente do conjunto da vila de Castro, conforme mostra o gráfico 01. Dos 73 escravos computados no levantamento populacional realizado em 1801, 55 cativos eram de origem crioula, ou seja, nascidos no Brasil; 12 escravos eram provenientes do continente africano e 6 deles não identificamos a procedência. Já em 1830, o levantamento populacional registrou a presença de 29 africanos e 133 crioulos. Se considerarmos apenas aqueles com dados da procedência, nota-se que a representação africana não ultrapassava 18% do percentual cativo.

Por outro lado, apesar do número reduzido de africanos, eles dividiam com crioulos e indígenas o mesmo espaço e, como afirma Bruna Portela, “além de conviverem com seus conterrâneos africanos, se deparavam com uma maioria de escravos nascidos no Brasil,

5. Arquivo do Estado de São Paulo. Listas Nominativas de Habitantes da vila de Castro, 1801 e 1830.

com quem também trocavam experiências e mantiveram relações” (PORTELA, 2007, p. 63).

Gráfico 01 – População cativa segundo a origem. Jaguariaíva, 1801 e 1830.



Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo. Lista Nominativa de Habitantes de Castro, 1801 e 1830.

Desde os primórdios da colonização a força do trabalho de escravos crioulos e africanos foi explorada nessa para a formação e manutenção das unidades de engorda e criação de animais que se constituíram no decorrer dos séculos XVIII e XIX. Além desses, também foi utilizada a mão de obra forçada de indígenas. Desde o princípio da colonização nativos que habitavam a região eram capturados e levados para desempenhar os trabalhos nas propriedades juntamente com os cativos africanos e crioulos. A historiadora Cacilda Machado em estudo sobre o Paraná colonial, ressalta que nessa área “cativos de origens e histórias muito heterogêneas eram reunidos num mesmo plantel, passando a conviver cotidianamente, respondendo a um mesmo senhor, dividindo as tarefas e labuta diária” (MACHADO, 2008, p. 38).

Nas fontes pesquisada para a elaboração deste ensaio não foi identificado a descrição de cativos indígenas, mas isso não quer dizer que a servidão indígena tivesse sido extinta ou não existisse. Importante ressaltar que desde o Setecentos as legislações utilizadas na América Portuguesa a respeito dos indígenas não permitiam que aqueles que viviam em estado de servidão fossem nomeados como escravos. Stuart Schwartz ao estudar as relações de compadrio escravo em Curitiba, entre 1685 e 1709, informa que nos documentos investigados (registros paroquiais), de fato, não aparecia a designação de “escravo”

para o indígena em estado de servidão, mas era usado os termos “servo” e depois “administrado” (SCHWARTZ, 2001, p. 278).

O “servo” ou “administrado”, como reforça Schwartz (2001), não podia ser nomeado como escravo nos registros, porém, nada impedia que fosse arrolado em inventários, entrar em partilhas e ser vendido, como acontecia com os africanos e crioulos (SCHWARTZ, 2001, p. 278). No entanto, tais nomeações não impossibilitavam a reprodução de relações escravistas e, embora houvesse as recomendações das autoridades para que deixassem de escravizar nativos em bandos, era comum entre os moradores locais os aprisionamentos de indígenas.

A literatura de viajantes do século XIX registra a presença de cativos indígenas nas propriedades de criação em Jaguariaíva. O naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire ao passar pela localidade na década de 1820 hospedou-se na fazenda Jaguariaíva do coronel Luciano Carneiro Lobo (atual território do município de Jaguariaíva). Na ocasião destacou que nesta propriedade vivia “uma índia dessa tribo [dos coroados] que havia sido aprisionada e o coronel conservava em sua casa” (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 35). Saint-Hilaire também mencionou que ocorria na região a caçada aos indígenas, assim o descreve:

Poucos dias antes da minha chegada a Jaguariaíba eles tinham sido vistos rondando a propriedade. O coronel mandou buscar imediatamente alguns de seus soldados, para que perseguissem os índios [...] eles saíam a procura de rastros dos índios, e os seguiam até as suas moradas, caindo sobre eles de surpresa. Os homens empreendiam a fuga sem se defenderem, tão logo ouviam os tiros de fuzil, e os atacantes se apoderavam das mulheres e das crianças (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 35).

Pela narrativa do viajante os conflitos envolvendo indígenas e os moradores locais eram constantes, resultando em mortes, fugas ou aprisionamento dos nativos, sobretudo, de mulheres e crianças. As guerras e a escravização da população indígena contribuiu para a desorganização social e o declínio demográfico dos nativos. John Monteiro afirma que o apresamento e o usufruto do trabalho dos índios se mostra a aventura do bandeirante, na qual o indígena “desempenhava um papel apenas secundário e efêmero, ocupando a ante-sala

de um edifício maior onde reside a escravidão africana" (MONTEIRO, 1994, p. 8).

No conjunto da vila de Castro, sobretudo em Jaguariaíva, no grupo de africano havia um contingente maior de homens, diferentemente da população crioula na qual a proporção entre homens e mulheres era próxima do equilíbrio. Gutiérrez no estudo sobre a população cativa do Paraná demonstrou o equilíbrio entre os sexos, que as atividades econômicas pouco condicionaram a predominância masculina nessa área, uma vez que, "determinaram, na verdade, um equilíbrio entre os sexos, e a reprodução natural da população escrava pode ter exercido papel importante na preservação dessa harmonia" (GUTIÉRREZ, 1986, p. 107). Desse modo, o relativo equilíbrio entre os sexos na população cativa revela a importância da força de trabalho feminina nessa área, sendo requisitada nos plantéis a mão de obra das mulheres tanto quanto dos homens.

No que se refere à idade dos escravos, Gutiérrez afirma que no Paraná entre 1798 e 1830 predominava uma população com característica relativamente jovem, com idade mediana em torno de 19,5 e com alta participação de crianças. O autor argumenta que o elevado número de nascimentos e o perfil jovem da população cativa é resultado da reprodução natural entre os mesmos (GUTIÉRREZ, 1986, p. 115). Na região dos campos de Jaguariaíva, caracterizada pela atividade pecuária e a produção de gêneros de subsistência, a presença de crianças é notável, em 1801 por exemplo, 38,1% da população cativa da localidade possuía menos de 14 anos. Na verdade, nas três primeiras décadas do século XIX, conforme dados das Listas Nominativas de Habitantes, mais de um terço da população escrava de toda a área abrangida pela vila de Castro era constituída por cativos com menos de 14 anos de idade. Desse modo, a presença marcante de crianças e adolescentes sugere uma importante reprodução natural entre os cativos como já mostrado pelo historiografia da escravidão nessa área.

Por outro lado, a análise dos dados também mostra que durante a primeira metade do Oitocentos houve a entrada de escravos "novos", sobretudo de procedência africana nas escravarias em Jaguariaíva. Em 1830 por exemplo, a fazenda Jaguariaíva de Luciano Carneiro Lobo que constituía-se a unidade com maior posse escra-

va (71 cativos), contava com 15 cativos que eram provenientes do continente africano.

De modo geral, nessa área predominava os pequenos plantéis, pois, “pouco mais de 60% dos escravistas congregavam em suas posses quatro ou menos cativos” (MELO, 2004, p. 20). Os senhores de Jaguariaíva contavam com posses consideráveis, pois, em 1830, 69% deles possuíam planteis com no mínimo cinco cativos. No levantamento populacional realizado no mesmo ano, consta o registro de 17 domicílios com presença escrava, somando 162 cativos,⁶ sendo assim, a média de escravos por proprietário era em torno de 9,5 cativos por proprietário, sendo maior que em todo o conjunto da vila de Castro, que era de 6,6 cativos por proprietário.⁷

Atuação escrava

As referências aos ofícios dos escravos são raras nos documentos aqui pesquisados (Listas Nominativas e Inventários *post mortem*). Luís Augusto Farinatti ressalta que o silêncio dos ofícios dos cativos nas fontes pode estar relacionado a forma do inventariante ou escritão designarem sumariamente os termos no documento ou ainda, pode indicar que o cativo fosse empregado em atividades diversificadas (FARINATTI, 2010, p. 353). De fato, a limitação da documentação pode ser considerada, uma vez que os ofícios dos escravos não eram variáveis obrigatórias nas Listas Nominativa de Habitantes e nem nos inventários *post mortem*.

Fernando Franco Netto afirma que:

É certo que o escravo participava ativamente de diversas atividades ligadas direta ou indiretamente ao processo produtivo. Quando necessário, e para se obterem retornos econômicos importantes, ele era utilizado de forma indiscriminada, pois como propriedade do senhor, tinha que obedecer e se sujeitar a qualquer tipo de trabalho, além de cuidar do gado e de sua manutenção, era utilizado como meio de transporte, como capataz das fazendas, até mesmo como artesão e nas atividades domésticas (FRANCO NETTO, 2011, p. 137).

6. Arquivo do Estado de São Paulo. Lista Nominativa de Habitantes da vila de Castro, 1830.

7. Idem.

Em pesquisa anterior sobre escravidão nessa região (OLIVEIRA, 2015, p. 53), pautando nos dados dos inventários e com uma pequena amostra de escravos, mostramos que os cativos desempenhavam os mais diversos serviços, como doméstico, na agricultura, na pecuária e também em outras atividades especializadas, conforme apresentado no quadro 01.

QUADRO 01 OCUPAÇÃO DOS ESCRAVOS (1820-1844)

OCUPAÇÕES	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Cozinheiro	01	--	01
Costureira	--	01	01
Fiandeira	--	01	01
Domador	02	--	02
Campeiro	03	--	03
Campeiro e domador	01	--	01
Roceiro	04	--	04
Alfaiate	05	--	05
TOTAL	16	02	18

FONTE: MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Conjunto de inventários *Post mortem* de proprietários de escravos. 1820-1844.

As informações obtidas no quadro 01 permitiram desdobrar as atividades dos escravos em diferentes ocupações, como: serviços domésticos: cozinheiro, costureiro; artesanatos: fiandeira, alfaiates; na agricultura e pecuária: roceiro, domador e campeiro. Nota-se que as atividades ligadas ao trabalho na agricultura, pecuária e alfaiates são as que sobressaíram. Foram identificados 5 cativos com ofícios de alfaiates, equivalente a 27,8% do total dos cativos declarados com ofício. Na pecuária e agricultura concentraram-se a maioria dos escravos, somando 10 cativos (4 roceiros, 2 domadores, 3 campeiros e 01 que era domador e campeiro, respectivamente), correspondendo a quase 56% do total.

Em Jaguariaíva os cativos estavam inseridos nas ocupações de campo e na lavoura, que eram atividades predominantes na localidade. Nos campos da fazenda Jaguariaíva em 1844, por exemplo,

quando faleceu João Carneiro Lobo o cativo Simão desempenhava o ofício de roceiro, Manoel de campeiro e João de campeiro e domador.⁸ E em 1828 quando foi aberto o inventário de Delfina Carneiro constava o mulato João com o ofício de roceiro e alfaiate.⁹

Os cativos com ofícios declarados e identificados nas fontes conviviam em plantéis com outros companheiros. Em 1828 o mulato João, com 22 anos de idade e propriedade de Delfina Carneiro dividia o cativeiro com mais 10 companheiros. Também foi assim com os escravos roceiros: Simão, 30 anos, Miguel, com 20 anos, Francisco, 32 anos e Matheus, com 36 anos, ambos de nação; os campeiros: Luiz, 25 anos, de nação; Bernardo, de nação, com 26 anos e o crioulo Amaro, com 12 anos; e os domadores: Manoel dos Santos, 35 anos e Francisco Ignácio, 20 anos, ambos crioulos; e o mulato crioulo João, doentio, 24 anos declarado como campeiro e domador, todos eles pertenciam a João Carneiro Lobo e em 1844 conviviam em um plantel composto por 54 escravos.

A respeito dos escravos campeiros, Helen Osório ressalta que nas estâncias sulinas eram encontrados com mais frequências nas propriedades com mais de 20 cativos. E que “na grande maioria dos casos, eram os escravos de maior valor em seus respectivos plantéis. Este seu custo mais alto deveria implicar em estratégias por parte de seus senhores para mantê-los nas estâncias” (OSÓRIO, 2005, p. 9). Nos campos de Jaguariaíva os escravos com ofícios de campeiro e domador apresentaram valores mais expressivos que os demais. Foi assim com os cativos: Simão e Bernardo, de propriedade de João Carneiro Lobo. Bernardo com 26 anos, africano, ofício de campeiro foi avaliado em 600\$000 (seiscentos mil réis) e Simão com 30 anos, também africano, roceiro foi avaliado em 300\$000 (trezentos mil réis). As tarefas dos campeiros estendiam-se desde as lidas nos currais até aos afazeres nos campos.

De modo geral, observa-se que os escravos com ofícios declarados foram avaliados na maioria dos casos com preços muito mais elevados que aqueles que não apresentaram designação de ofício.

8. MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de João Carneiro Lobo. Livro Tombo: 1840, Castro, 1844.

9. MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Delfina Carneiro. Livro Tombo: 1820, Castro, 1828.

Aqueles com ofícios de alfaiate, cozinheiro, fandeira e roceiro foram avaliados, em média, por 300\$000 (trezentos mil réis) a 500\$000 (quinhentos mil réis) cada um. Já os cativos com ofícios de campeiro e domador foram avaliados em média por 600\$000 (seiscentos mil réis) a 1:000\$000 (um conto réis), o que assinala a relevância desses ofícios naquele contexto social e período, sobretudo aos proprietário desses cativos.

Na documentação pesquisada foi identificado cativos de origem crioula e africana com especialização declarada. O que sugere que a procedência não era determinante ao tipo de trabalho desempenhado por eles. Sendo assim, a tarefa na roça, nos currais e/ou como peão nas fazendas da região era desempenhada por escravos de diferentes origens, ou seja, tanto por crioulos quanto por africanos.

Quase todos os cativos que tiveram seus ofícios registrados nos inventários eram do sexo masculino. Identificamos apenas duas mulheres com designação de ofícios, a cativa Maria, com 20 anos, costureira e Gertrudes, com 18 anos, fandeira. Essas cativas pertenciam a Francisco Xavier da Silva que teve o inventário aberto em 1829. Convém informar que conviviam em um plantel composto por 78 escravos (sendo 34 mulheres e 44 homens).¹⁰

A labuta no campo e o cotidiano do cativeiro não impediam os escravos de formarem famílias,¹¹ alimentarem seus sonhos, criarem estratégias, tecerem relações sociais para que em algum momento partirem para insubordinação ou fugirem dos domínios de seus senhores. Certamente que mesmo naquelas unidades absenteistas, em que os cativos viviam longe dos olhares de seus senhores o desejo da liberdade se fazia presente.

Da resistência escrava

A historiografia registra que as relações envolvendo senhores e escravos foram marcadas por negociações, tensões e conflitos.¹² No

10. MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO. Inventário de Francisco Xavier da Silva. Livro Tombo: 1820, Castro, 1829.

11. Sobre a formação da família escrava em Castro, ver: MELO, 2004, p. 124.

12. Sobre os conflitos envolvendo os escravos, ver: SILVA, Eduardo. Fugas, revoltas e qui-

contexto escravista para o bom andamento da relação senhor e escravo era importante o exercício de atributo senhorial, tendo o senhor por direito a tarefa de corrigir seus escravos conforme os aparatação do Estado. Obviamente que o cativo nem sempre esteve disposto a aceitar tais imposições, pois, mesmo sendo propriedade de outrem, o mesmo reagia à situação social que lhe era imposta através de manifestações de descontentamento, fugas e, em alguns casos, recorrendo a prática de crime como meio para atingir seus interesses.

Reprimir a violência e a insubordinação dos escravos era dever tanto dos senhores quanto das autoridades locais. Quando as imposições senhoriais não eram suficientes para disciplinar as rebeldias escravas, os proprietários recorriam ao Estado para intermediais tais relações. Ivan Vellasco (2004) ressalta que no oitocentos o Estado imperial concretizava um domínio e ampliava seu controle sob o caráter específico da formação social e do terreno institucional. Assim, numa “estrutura social perversa e altamente desigual, alicerçada num sistema escravocrata, a justiça assumia, em vários momentos de seu exercício, uma função diretamente relacionada às formas de dominação” (VELLASCO, 2004, p. 21).

Nesse cenário escravista do oitocentos a busca pela manutenção da ordem levava a aplicação de diversos mecanismos de controle, tanto em seus aspectos econômicos quanto sociais. O sistema escravista não impediu os cativos de estabelecerem suas redes de sociabilidade e “construírem um universo cultural próprio, no qual adaptaram e reinventaram valores morais, étnicos, visões de mundo e noções de justiça, crime, coragem, valentia e solidariedade” (REIS, 2008, p. 14).

Desse modo, muitos foram os casos em que os cativos contestaram e rebelaram brutalmente contra os lugares sociais que eram destinados, viraram o jogo, partiram para a fuga e alguns até agrediram fisicamente seus senhores. Crimes e atentados cometidos por cativos contra senhores são analisados por vários autores que estudam a escravidão, como atitudes de resistência por parte dos escravos contra as violências às quais estavam submetidos, que iam desde o

lombos: os limites da negociação. In: REIS, João José e SILVA, Eduardo (Orgs.) **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São P

próprio cativeiro até os castigos desmedidos.¹³ Maria Helena Machado destaca que a resistência escrava foi “fator constitutivo das relações sociais e da organização do trabalho nas grandes fazendas paulistas” (MACHADO, 2014, p. 61).

Ilton César Martinsem estudos sobre os delitos escravos ocorridos no Oitocentos constatou que na extensão da vila de Castro os crimes contra os senhores e/ou feitores também ocorreram e foram motivos de preocupação dos senhores (MARTINS, 2005, p. 17). Entre os diversos crimes apresentados, menciona o incidente ocorrido na fazenda Jaguariaíva envolvendo os escravos Thomas, João e Pulquéria e resultou na morte de João Carneiro Lobo (MARTINS, 2011, p. 154).

Conforme apresentado por Martins (2011), os três cativos tramaram a morte de seu senhor movidos por motivos diferentes, temor e amor. Thomas havia fugido e quando voltou o fez apadrinhado. Por conta da escapada sofreu castigos corporais, tendo que “socar alicerces de taipa até nos domingos e dias santos” (MARTINS, 2011, p. 155), o que desagradou o escravo. Já a escrava Pulquéria estava enamorada do cativo João e esse relacionamento não era permitido pelo senhor. Em depoimento a cativa explicou que foi “convencida por Thomas de assassinar aquele dito senhor [...] Ela forneceu uma faca mais apropriada para o fim que desejavam e entregou à Thomas [...]” (MARTINS, 2011, p. 156), que aguardava a oportunidade para partir para a ação. Assim,

A chance apareceu na noite de 12 de dezembro de 1843, um domingo, quando João Carneiro mandou que Thomaz tirasse a ‘carne do couro de um tigre’ o escravo atendeu a ordem, mas o senhor percebeu que a faca que ele usava não era adequado ao serviço tentou tomar-lhe. Thomas aproveitou a chance e esfaqueou seu senhor (MARTINS, 2011, p. 156).

Pelo o que tudo indica, a motivação do crime perpassa a relação conflituosa vivenciada pelos escravos e o seu senhor, sobretudo, marcada por tensões, fugas e castigos. Pelos trechos do fragmento

auto: Companhia das Letras, 1989. P.62; MACHADO, Maria Helena P. T. **Crime e escravidão**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

13. Sobre crimes escravos no século XIX, ver: LARA, 1988; ALVES, 2010; MARTINS, 2011; MACHADO, 2014; entre outros.

nota-se histórias que pontuam claramente as bases das relações extremamente violentas que sustentaram o regime escravista que tinha, entre outros componentes, a violência como ponto de equilíbrio.

Além desse caso, houveram outros conflitos envolvendo senhores e escravos na extensão da vila de Castro que resultaram em Processos-crime, dos quais revelam trechos das relações cotidianas dos senhores e escravos e o momento específico em que elas se romperam, como foi por exemplo, com os escravos Manoel, Maximiano, Dorothéa e a senhora Maria Cândida.

Era 20 de setembro de 1872 quando Maria Cândida foi assassinada. A notícia do crime espalhou-se pela redondeza e logo chegou às autoridades policiais. A culpa recaiu sobre os escravos Manoel, Maximiano e Dorothéa, que foram procurados pelas autoridades locais e recolhidos na cadeia da vila de Castro para prestarem esclarecimentos a respeito das acusações.

Conforme consta no relato dos depoentes, o crime aconteceu por volta do meio dia na residência da vítima, sendo a mesma ferida a golpe de facão. Os acusados do crime, Manoel e Maximiano eram escravos de Maria Joana (vizinha da falecida) e Dorothéa era escrava da vítima. As suspeitas recaíram sobre eles quando correu a notícia que os dois cativos foram vistos na propriedade da vítima, momentos antes do crime, conversando com a negra Dorothéa.

Pelos autos do processo, a cativa Dorothéa não foi a principal autora do crime. Ela era acusada de colaborar com o assassinato e ocultação do crime. Dorothéa estava com 19 para 20 anos de idade, era solteira e com ofício de cozinheira. Em depoimento ela negou ter atentado contra a vida de sua senhora. Declarou que momentos antes do crime estava no rio lavando roupas e que foi até a casa para fazer um café, conforme ordem de sua senhora. “Antes de chegar na casa avistou do capão de mato Maximiano e Manoelzinho, ambos pularam a cerca e dirigirem-se à casa e tramaram contra sua senhora [...] quando entrou na casa encontrou o corpo de sua senhora com cortes sobre os olhos.¹⁴

14. CASA DA CULTURA EMÍLIA ERICHSEN. Processo s/n. Caixa/Ano: 1872. Homicídio.

Dorothéa assistiu o assassinato de sua senhora e depois de presa repassou os detalhes do crime às autoridades competentes. Durante o interrogatório declarou que ao perceber que os assassinos “planejavam matar também as meninas, pegou-as pelo braço e levou para a fonte”. Em juízo, a negra apontou Maximiano como autor dos golpes de facão que levaram a morte de sua senhora e Manoel como cúmplice, que durante o crime manteve-se em observação para não serem pegos de surpresas. Além disso, informou que após o crime, “Manoel e Maximiano lavaram o facão e o guardaram embaixo do colchão da cama e saíram levando roupas e algumas pratas da residência”.¹⁵

Manoel e Maximiano eram companheiros de cativeiro e foram presos assim que as acusações recaíram sobre eles. Além do assassinato eram acusados de crime contra a propriedade (roubo de roupas e dinheiro da vítima). Na tarde do dia do assassinato de Maria Cândida os dois foram vistos portando roupas diferentes. Manoel tinha 20 anos de idade e Maximiano estava com 22 anos. Ambos exerciam o ofício de lavrador.

Em depoimento Manoel declarou que no dia do crime estava na divisa da propriedade da vítima arrumando uma cerca a mando de sua senhora. Também afirmou que passou pela fazenda da vítima na data do crime para encontrar o companheiro Maximiano que estava por lá entregando uma carga, também por ordem de sua senhora. Quando interrogado a respeito das roupas que usava, “não soube esclarecer a mudança de calça de algodão para a de riscado”.¹⁶

Na prisão Maximiano ao ser interrogado declarou que também tinha passado pela propriedade da vítima no dia do crime, mas que foi na companhia de outras pessoas, inclusive livres e que deixaram o local juntos. Afirmou que somente depois do jantar, durante as rodas costumeiras de chimarrão que havia sido informado do assassinato. Declarou ainda que quando deixava a fazenda da vítima, de fato, encontrou a negra Dorothéa entrando na casa da vítima.

15. CASA DA CULTURA EMÍLIA ERICHSEN. Processo s/n. Caixa/Ano: 1872. Homicídio.

16. Idem.

Maximiano e Manoel negaram o crime. Já Dorothéa em depoimento mencionou que os acusados pretendiam juntar os objetos roubados a suas economias para compra de suas liberdades.¹⁷ Conforme as declarações feitas por testemunhas, entre Dorothéa e Maximiano existia um relacionamento amoroso, mas foi negado por ele. O que assinala para um crime premeditado, planejado e arquitetado pelos réus tendo o relacionamento amoroso dos cativos e a questão da liberdade como fatores motivadores do crime.

No desfecho desse caso, após sentença do júri, em 04 de dezembro de 1872 o juiz José Sousa Ribas declarou sentença final, enquadrando-os no artigo 271 do código civil vigente no período, sendo assim, Dorothéa e Manuel foram condenados as galés perpétuas e Maximiano à pena de morte.

Pelos vestígios evidenciados nos autos do processo, entre as motivações dos cativos para o assassinato bárbaro de Maria Cândida aparece o sonho da liberdade, ou seja, angariar moedas para compra da alforria. Se de fato, as motivações partiram pelo desejo dos acusados em alcançar sua liberdade, não há como de fato saber. A história deles é especialmente instrutiva. Junta-se a de tantos outros escravos do seu tempo, pois, suas experiências lançam possibilidades de análise da sociedade escrava dos Campos Gerais paranaense. Jamais podermos saber de fato, as sensações e sentimentos de Dorothéa, Maximiano e Manuel diante desse ocorrido. Por outro lado, as estratégias e artimanhas dos cativos para burlar a escravidão são evidenciadas.

Conclusão

Em Jaguariaíva a população escrava esteve presente desde os primórdios da colonização, mesmo sem constituir extensos planteis participou ativamente da ocupação e formação da área, sendo a sua força de trabalho explorada pelos seus senhores. A mão de obra escrava foi, de fato, componente estrutural da sociedade campeira que formou-se na localidade.

17. Idem.

Os escravos atuaram constantemente nas atividades agrícolas e nas lidas com a pecuária. Dos poucos escravos com ofícios defendidos encontrados na documentação pesquisada, a maioria desses referiam-se a campeiros, domadores, arrieiros e lavradores. Ofícios esses que direcionam diretamente aos serviços com o gado e com a lavoura, que era o tipo de atividades desenvolvidas na localidade naquele contexto.

No decorrer deste ensaio foram apresentadas narrativas que mostram que as resistências escravas ocorreram por toda a região e variavam conforme a realidade de cada cativo. Viver como escravo/a no oitocentos era enfrentar diversas agruras, sem falar dos abusos e das humilhações dos domínios senhoriais. A condição de servidão não lhes impediam de demonstrar suas vontades, seu descontentamento aos domínios senhoriais e cada um fazia a seu modo. Apesar das histórias aqui contadas estarem situadas em fatos individuais englobam contextos mais amplos, pois, as experiências vividas pelos cativos nessa área lançam feixes de luzes sob as ações e reações dos sujeitos no cativeiro.

Referências

ALVES, Maira Chinelatto. **Quando falha o controle:** crimes de escravos contra senhores. Campinas, 1840/1870. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

CUNHA, Maísa Faleiros da. **Demografia e família escrava.** Franca - SP, Século XIX. Programa de Pós-Graduação em História. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2009.

FARINATTI, Luiz Augusto Ebling. **Confins meridionais:** família de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Santa Maria: UFSM, 2010. p. 353.

FRANCO NETTO, Fernando. **Senhores e escravos no Paraná Provincial:** os padrões de riqueza em Guarapuava. Guarapuava: Unicentro, 2011.

GUTIÉRREZ, Horácio. **Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830.** Dissertação. Mestrado em Economia. Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 1986.

GUTIÉRREZ, Horácio. Crioulos e Africanos no Paraná, 1798-1830. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.8, n.16, p.161-188, mar/ago, 1988.

HARTUNG, Mirian. Muito além do céu: escravidão e estratégias de liberdade no Paraná do século XIX. **Topoi**, v.6, n.10, jan-jun, Rio de Janeiro, 2005, p.143-191.

LUDWIG, Augustinho Argemiro; FRIZANCO, Orlando. **História de Jaguariaíva**: volume I. Itararé: Guarani Artes Gráficas, 2006.

MACHADO, Cacilda. **A trama das vontades**: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. p. 27-28.

MACHADO, Maria Helena P. T. **Crime e escravidão**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

MARTINS, Ilton César. **Veredicto culpado**: a pena de morte enquanto instrumento de regulação social em Castro – PR (1853-1888). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005.

MARTINS, Ilton César. **Eu só tenho três casas**: a do senhor, a cadeia e o cemitério: crime e escravidão na comarca de Castro (1853- 1888). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná - UFPR. Curitiba, 2011.

MELO, Kátia Andréia Vieira de. **Comportamentos e práticas familiares nos domicílios escravistas de Castro (1824-1835) segundo as listas nominativas de habitantes**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná - UFPR. Curitiba, 2004.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres**. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 1999.

OLIVEIRA, Mariani Bandeira Cruz. **Patrimônio, fortuna e escravidão nos Campos Gerais do Paraná**. Dissertação. Mestrado em História. Universidade do Centro-Oeste, Irati, 2015.

OSÓRIO, Helen. Campeiros e domadores: escravos da pecuária sulista, séc. XVIII. IN: **II Encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional**, Porto Alegre – RS, 26-28 de Outubro, 2005, p.9. (Disponível em: <http://www.labhstc.ufsc.br/poa2005/29.pdf>. Acesso dia 11/10/2008).

PINTO, Elisabete Alves. **Vila de Castro**: população e domicílios (1801-1830). Tese. Doutoramento em História Demográfica. Universidade Federal do Paraná - UFPR. Curitiba, 1992.

PORTELA, Bruna Marina. **Caminhos do cativeiro**: a configuração de uma comunidade escrava (Castro, São Paulo, 1800-1830). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

REIS, Liana Maria. **Crimes e escravos na capitania de todos os negros (Minas Gerais, 1720-1800)**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1978.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SILVA, Eduardo. Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação. In: REIS, João José e SILVA, Eduardo (Orgs.) **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SLENES, Robert. **Na senzala uma flor- Esperanças e recordações na formação da família escrava**: Brasil Sudeste, século XIX. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

VELLASCO, Ivan de Andrade. **As seduções da ordem**: violência, criminalidade e administração da justiça Minas Gerais – século 19. São Paulo: EDUSC, 2004.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Afinal, existiu ou não regime escravo no Paraná? **Revista da SBPH**, nº 13: 25-63, 1997.

Fontes:

ARQUIVOS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Foram consultadas cópias pertencentes ao Departamento de História da UEPG (Ponta Grossa-PR).Listas Nominativas de Habitantes da vila de Castro, 1801 e 1830.

MUSEU DO TROPEIRO EM CASTRO (Castro-PR). Conjunto de inventários *Post mortem* de proprietários de escravos da vila de Castro, 1820-1844.

CASA DA CULTURA EMÍLIA ERICHSEN(Castro-PR).Processo-Crime. Homicídio de Maria Cândida de Albuquerque, 1872.

CAPÍTULO 4

JAGUARIAÍVA-PR NOS TRILHOS DO PROGRESSO: A FERROVIA COMO FATOR ECONÔMICO, SOCIAL E CULTURAL

Plicila de Brito

Como se sabe, Jaguariaíva nasce junto ao percurso que os tropeiros percorriam entre os Estados do Rio Grande do Sul e São Paulo. Os caminhos eram precários, e durante muito tempo, o principal meio de locomoção eram os animais - o que tornava as viagens demoradas e demasiado cansativas. Essa realidade mudou com a chegada do que foi considerada uma das grandes invenções: o trem com motor movido a vapor.

“(...)o tropeirismo definhava, atropelado pelos trens. Trilhos em vez de trilhas.” (COUTO, 2004 p.139)

Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, é o pioneiro na exploração de linhas férreas no Brasil. Foi dada a ele, pelo Governo Imperial, a concessão para construção da primeira linha férrea no país, inaugurada em 1854, no Rio de Janeiro, com apenas 14km de extensão. A viagem inaugural foi na “Locomotiva Baronesa” - nome dado em homenagem à esposa do Barão, Maria Joaquina. A locomotiva possuía quatro vagões e realizou o percurso em 30 minutos.

A partir daí, outras estradas de ferro foram construídas em todo território nacional. O surgimento de novas linhas vieram a su-

rir a deficiência do transporte, agilizando as atividades e, com isso, o interesse até então despertado pela comercialização de mulas foi perdendo gradativamente sua função (KROETZ, 1985 p.32). A ferrovia foi, em grande parte, responsável pela transição entre sociedade rural para sociedade em vias de urbanização. (MONASTIRSKY, 1997 p.47)

No Paraná, a primeira estrada de ferro foi inaugurada entre Curitiba e Paranaguá no dia 02 de fevereiro de 1885, ligando a capital ao litoral do estado. O setor extrativo de erva-mate e de madeira estavam em expansão, sendo a linha férrea necessária para ampliar e acelerar os negócios.

Alguns dias antes da Proclamação da República, o governo Imperial, buscando intensificar a defesa do território, autorizou a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, com a finalidade de interligar os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A Companhia responsável pela obra ficava com o direito de desapropriar os terrenos de domínio particular, que fossem necessários para o leito da estrada, estações, armazéns e outras dependências (KROETZ, 1985 p.63), tendo assim, em 1901, iniciado o trabalho para a concretização do projeto.

A construção da ferrovia, cortando o solo paranaense, contribuiu para a instalação de núcleos urbanos já existentes e criou novos povoados que se formaram a partir dela, tornando-se cidades. Além disso, a linha férrea trouxe consigo mudanças no estilo de vida no âmbito social, cultural e sobretudo, econômico. As estações se tornaram ponto de encontro e, além de passageiros, recebiam moradores locais interessados nas notícias e novidades que eram trazidas pelos trens.

O trecho da linha entre Piraí do Sul e Jaguariaíva começou a funcionar a partir do dia 19 de outubro de 1905. A instalação dessa via e a construção da estação mudaram a paisagem de Jaguariaíva, uma vez que, quase em sua totalidade, os imóveis residenciais e comerciais localizavam-se na parte mais elevada do povoado, conhecida popularmente como “Cidade Alta”. Desde então, a parte baixa da cidade passou a receber um grande número de propriedades particulares e estabelecimentos comerciais nas proximidades da estação: hotéis, ba-

res, restaurantes e lojas. Foi um período marcante pelo desenvolvimento da cidade, que atraiu inúmeros investidores, a exemplo de um dos maiores industriais do século passado, o Conde Francesco Matarazzo, que instalou um complexo fabril à margem do pátio da estação.



1. Vista parcial da Cidade Baixa. Nota-se em primeiro plano o início da instalação do Ramal do Paranapanema em Jaguariaíva com a construção dos trilhos. Década de 1910.

Fotógrafo: Claro Jansson.

Ainda sobre a Companhia São Paulo – Rio Grande, o trecho partindo de Jaguariaíva no sentido a Itararé, no vizinho estado de São Paulo, teve sua inauguração concretizada oficialmente no dia 1º de abril de 1909, contando com a presença ilustre do Presidente da República Affonso Pena que, junto de uma grande comitiva de autoridades, percorreu o trecho e foi recebido com grande entusiasmo por onde passou.



2. Primeira Estação Ferroviária de Jaguariaíva. Sem data. Fotógrafo: Frederico Lange.

No ano de 1908 tiveram início os estudos para a construção da linha que daria origem ao Ramal do Paranapanema, a princípio entre Jaguariaíva e Colônia Mineira, atual cidade de Siqueira Campos. A obra foi iniciada em 1912, sendo o primeiro trecho entre Jaguariaíva e São José de Paranapanema (atual distrito de Calógeras, no município de Arapoti) inaugurado somente em julho de 1915, sem chegar a localidade prevista no projeto.

Conforme as vias férreas foram se expandindo pelo estado, Jaguariaíva tornou-se um importante entroncamento ferroviário, isto é, local onde diversas linhas vindas de lugares diferentes se encontravam: Companhia São Paulo – Rio Grande e Ramal do Paranapanema. Em 1942, houve a fusão de várias Companhias férreas, dando origem à Rede de Viação Paraná – Santa Catarina (RVPSC), inscrição presente até hoje na fachada da Estação.



3. Vista parcial da Cidade Baixa. Nota-se em primeiro plano a linha férrea do Ramal do Paranapanema já instalada. Década de 1920. Fotógrafo: Claro Jansson.

Nessa época, estavam em circulação os modelos de locomotivas com motor movido a vapor e devido à densa nuvem de vapor e fuligem expelida pela chaminé, receberam o carinhoso apelido de “Maria Fumaça”. O combustível usado nessa composição era lenha ou nó de pinho, que tinham custo elevado e comprometiam boa parte do orçamento da RVPSC.

O maquinista que conduzia esse tipo de trem, na maioria das vezes, fazia uso de quepe confeccionado em couro, material resistente ao fogo, que protegia parcialmente a cabeça do condutor. Acompanhava o maquinista, o chefe de trem e o “foguista”, cuja função era manter

e repor carvão na fornalha durante o percurso da viagem. O fogista deveria ter o conhecimento prático para distribuir o carvão, de acordo com o trajeto, gerando a pressão necessária para movimentar o trem. Essas atividades colocavam o trabalhador em situações de risco e, a longo prazo, se tornavam prejudiciais à saúde devido à grande exposição ao calor, além da possibilidade de gerar problemas pulmonares. Ambas as funções davam direito à aposentadoria especial.

As locomotivas a vapor possuíam sistema de frenagem mecânica e, para isso, existiam os “guarda-freios”, uma das funções mais perigosas no sistema ferroviário. Curiosamente, sua tarefa era andar sobre o trem em movimento, apertando e afrouxando o freio manual existente no teto de cada vagão da composição. Por meio do apito do trem, o maquinista orientava o guarda-freios sobre o momento certo de acionar ou liberar os freios.



4.Locomotiva a vapor nº 1013 e Ferroviários. Sem data.

Além dos trabalhadores braçais nos trechos, nas estações as profissões mais comuns eram de administradores, engenheiros e telegrafistas – mais tarde telefonistas. O Agente de Estação era o responsável pela coordenação e funcionamento do prédio e também por dar o “*pode*” do trem, isto é, autorização para a partida da locomotiva daquela estação.

A ferrovia foi uma das maiores empregadoras no período e, em virtude dos inúmeros benefícios ofertados aos funcionários, como por exemplo, estabilidade e ascensão de nível, tornou-se ambição de muitas pessoas fazer parte do quadro de funcionários da Rede. Havia uma lista de espera e, ao surgir uma vaga, os candidatos eram cha-

mados. Caso fossem aprovados, trabalhavam temporariamente como contratados e, após o tempo de aprendizagem e experiência, eram efetivados. Com a grande quantidade de empregos gerados, surgiu uma nova classe de trabalhadores locais: os ferroviários. Nas palavras do Delegado Sindical de Jaguariaíva e ferroviário aposentado, Jorge Francisco Mendes: “Para ser um bom ferroviário era preciso ter responsabilidade e vocação.”

Jorge Francisco Mendes foi um dos muitos “ferroviários natos”, filho de ferroviário, cresceu vendo seu pai Raul Mendes trabalhar e com ele aprendeu a manusear o telégrafo, aparelho que tinha como base a comunicação por código morse, que era fundamental para as ferrovias e estações brasileiras, pois por meio das mensagens enviadas pelos telegrafistas era que se tomava conhecimento dos acidentes, imprevistos, atrasos e horários de saída do último trem. Até a década de 1970, permaneceu sendo utilizado em locais onde as linhas telefônicas não haviam chegado. Aos 16 anos, Mendes prestou concurso para telegrafista, foi aprovado e, embora ainda menor de idade, conseguiu autorização para ingressar na ferrovia. Destacou-se por sua dedicação e honestidade no ambiente de trabalho, chegando a ocupar o cargo de Chefe de Estação e, posteriormente, foi promovido a Supervisor de Estação. Depois de 30 anos devotados ao labor, requereu sua aposentadoria em 1983, mas seu amor pela ferrovia perdura até os dias de hoje. Ele ainda possui vínculo com a ferrovia, já que desde a sua aposentadoria, ocupa o cargo de Delegado Sindical, representando aposentados e pensionistas da R.F.F.S.A. Mendes costuma dizer que “uma vez ferroviário, eterno ferroviário”.



5. Maquinista Elias Zub em partida para o trabalho. Sem data.



6. Trabalhadores da Via Permanente realizam manutenção nos trilhos sobre ponte férrea. Sem data.

A estrutura da Rede Ferroviária em Jaguariaíva ia além de trilhos e estação. O setor possuía depósito de locomotivas (posto de revisão das máquinas), posto de abastecimento das locomotivas, armazém de cargas, pátio de manobras, pernoite para funcionários com alojamento e cozinha (atual Unidade Básica de Saúde Dr. Hélio Araújo De Masi) e casas para ocupantes de cargos mais altos da ferrovia.

Também compunha a infraestrutura da Rede a “Cooperativa Mista 26 de Outubro”, que oferecia gêneros alimentícios, de higiene pessoal, limpeza, medicamentos, vestuários e outros produtos a preços mais acessíveis que no comércio local. A Cooperativa adotou o sistema de marcar na caderneta, isto é, os clientes podiam pagar a prazo, o que atraía grande número de consumidores, tornando o local referência comercial na cidade.



7. Cooperativa Mista 26 de Outubro “Sem data”.

A Rede Ferroviária também dispunha de atendimento médico. No caso de Jaguariaíva, na própria Estação havia uma sala reservada para situações de emergência e, em 1942, foi inaugurado o Hospital da Associação Beneficente 26 de outubro, localizado ao lado da Cooperativa Mista.

Na área do lazer, seguindo o exemplo de outras cidades à beira da ferrovia, nasceu um time de futebol, criado em 1938 e batizado de Esporte Clube Recreativo Ferroviário, com campo disponível para as partidas. O time marcou toda uma geração com a rivalidade existente contra a Associação Atlética Matarazzo.

Já na estação, eram oferecidos, aos passageiros que aguardavam o embarque, alguns tipos de serviços, dentre os quais um conceituado

do restaurante 24 horas e havia, ainda, a opção de adquirir produtos de vendedores ambulantes que, normalmente, circulavam pela plataforma ofertando os mais variados tipos de artigos, desde alimentos até calçados. Destaca-se aqui a figura de um menino jaguariaivense: Moysés Lupion, que logo após tomar aulas no Grupo Escolar Izabel Branco, se deslocava até a Estação Ferroviária para vender quitutes preparados por sua mãe, Carolina Lupion. Na vida adulta, Lupion foi governador do Paraná por duas vezes, Deputado Federal e Senador da República.

Pelos trilhos dos trens, passavam figuras importantes, a nível nacional, como jornalistas, políticos e artistas. Recentemente, descobriu-se que a renomada artista plástica Tarsila do Amaral passou por Jaguariaíva e deixou uma obra registrando o momento - a pintura em óleo sobre tela é nomeada “A Gare”, que em tradução livre do francês significa *Estação*. A arte datada de 1925, foi exposta no MASP (Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand) de abril a julho de 2019, na mostra “Tarsila Popular”, na qual a pintura estava assim descrita:

“A gare descreve uma estação de trem específica, a estação de Jaguariaíva, no sul do Brasil. Em 1920, uma fábrica de processamento de carne do rico industrial italiano conde Matarazzo (1854-1937) foi inaugurada bem em frente da estação, para facilitar o transporte de carne bovina e suína em vagões refrigerados para São Paulo. Ao descrever a fábrica, caracterizada pela fachada serrilhada, no centro da composição, ladeada pela chaminé à esquerda e um poste de sinalização à direita, Tarsila do Amaral faz uma conexão entre a indústria pecuária referida em algumas de suas paisagens rurais, como *Paisagem com touro* (O touro) (circa 1925) e a modernização das grandes cidades do Brasil através da ferrovia. Neste caso Tarsila do Amaral escolheu uma disposição vertical, interceptada por linhas pretas lisas, que servem como delineadores entre áreas de cor e também como representações de modernas construções em metal: trilhos ferroviários, sinalizadores, janelas e rodas de trem. (...)"

Outro personagem renomado esteve de passagem, embarcado em uma locomotiva: Getúlio Vargas. Durante a Revolução de 1930, Vargas e sua comitiva estiveram na cidade. O político foi recebido por uma multidão que o esperava no meio da madrugada com flores, homenagens e banda de música tocando o hino nacional. Vargas desceu na estação e agradeceu as forças revolucionárias a seu favor.

Nesse período era comum a presença de espiões tanto da Força Revolucionária quanto da Polícia Secreta do Governo Brasileiro que discretamente acompanhavam o movimento da Estação Ferroviária por onde passavam trens levando militares, armamento e presos. Houveram, inclusive, bombardeios na região da Estação para amedrontar as Forças Revolucionárias de Vargas, causando ferimentos em transeuntes devido aos estilhaços das bombas, o que foi relatado na ocasião de sua passagem, ao próprio Getúlio, por uma pequena estudante da cidade. Mais tarde a praça construída defronte ao prédio da Estação foi nomeada como “Praça Getúlio Vargas”, em homenagem ao líder político que permaneceu por mais de duas décadas no poder.

Assim como Tarsila e Vargas, muitas pessoas chegaram e partiram pela estrada de ferro de Jaguariaíva. O movimento era intenso e, segundo consta, eram vendidos diariamente entre 500 e 600 bilhetes de viagem, sendo que partiam oito trens de passageiros nos dias úteis e dez, aos sábados e domingos. No momento do embarque, os passageiros eram avisados dos horários de saída e locais para onde o trem partiria por meio das badaladas do sino localizado na plataforma. Conforme o número de batidas no sino, era o local para onde o trem partiria.

A princípio, os trens de passageiros eram divididos em três categorias: 1^a classe – destinada à elite, composta por bancos de couro, restaurante, dormitório e vagão de bagagem; 2^a classe – destinada à classe média, composta por assentos mais simples em madeira e, finalmente, a 3^a classe – destinada àqueles que não tinham condições de pagar pelo bilhete e faziam a viagem em pé. Essa classe era chamada de “pés descalços”.

Havia também a possibilidade de embarcar no “Trem Misto”, essa composição levava passageiros e cargas no mesmo comboio. Pelos populares, ficou conhecido como “Trem Mistro”, o erro ortográfico se espalhou e toda população, sem perceber, fazia uso do termo, que se solidificou no decorrer do tempo.

Jaguariaíva também estava no trajeto semanal do “trem internacional”, cuja linha ligava Buenos Aires, capital da Argentina a São Paulo.

A Rede Ferroviária também era responsável por realizar serviço de correio e de traslado de corpos, quando necessário, já que a cidade

não contava com carros funerários na época. O mais curioso é que, nesses casos, o funcionário da estação assinava um termo declarando que a ferrovia não se responsabilizava por morte ou fuga da fatídica “encomenda”, obedecendo ao Regulamento Geral de Transporte (RGT).

No decorrer da década de 1950, algumas mudanças significativas ocorreram no setor ferroviário. As locomotivas a vapor começaram a ser gradativamente substituídas pelas locomotivas movidas a diesel. O investimento inicial era alto, já que todo sistema de manutenção teria que ser adaptado. Nesse período, o Governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961) também incentivou o investimento de indústrias automobilísticas no país, ao mesmo tempo em que rodovias eram construídas por todo território nacional. Nesse contexto, as ferrovias começam a perder espaço, o que culminou em uma grande crise no setor. Numa tentativa de manter o sistema ferroviário, foi criada a R.F.F.S.A. – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima, vinculada ao Ministério dos Transportes, que incorporou 18 Estradas de Ferro do país, incluindo a Rede de Viação Paraná Santa Catarina.



8. Locomotiva a diesel nº1341 e Ferroviários. Sem data.

A R.F.F.S.A. comandou 22.000 km de malha ferroviária por quase 40 anos, período em que a ferrovia ficou em segundo plano

no país. À medida que a manutenção das máquinas e das linhas se tornou onerosa aos cofres públicos, iniciou-se o processo de privatização com transferência do serviço para a iniciativa privada, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

O quadro funcional da Rede Ferroviária Federal S.A. era superdimensionado, chegando a um total de 44 mil empregados na década de 1990 e, pelo menos, 70% do faturamento da R.F.F.S.A. era destinado ao pagamento de funcionários. Em estudo prévio à desestatização, chegou-se à conclusão de que reduzir pela metade o número de funcionários seria mais atrativo para empresas que tivessem interesse no leilão das malhas ferroviárias. Assim, os funcionários puderam optar entre desligarem-se voluntariamente, com o acordo de manter 100% de incentivos financeiros pelo prazo de um ano, ou transferirem-se para a nova concessionária.

Em dezembro de 1996, a “malha sul” da Rede Ferroviária Federal foi adquirida pela Ferrovia Sul-Atlântico S.A.¹, que passou a operar oficialmente em março de 1997. A empresa optou por desativar trechos considerados antieconômicos, alegando baixa demanda e otimização dos custos. A desativação atingiu vários municípios da região e os funcionários foram transferidos para centros maiores como Ponta Grossa e Curitiba.

A Estação ficou inutilizada e, presando pela conservação desse prédio histórico, a Prefeitura Municipal de Jaguariaíva conseguiu seu comodato, utilizando-a temporariamente como Departamento Municipal de Educação e Cultura.

Com a degradação cada vez maior das linhas férreas, o Ramal do Paranapanema entre Jaguariaíva e Ourinhos também teve 200 quilômetros desativados em 2001. No ano seguinte, a Associação dos Municípios do Norte Pioneiro (AMUNORPI), da qual Jaguariaíva fazia parte, juntamente com a Associação de Preservação Ferroviária de Jacarezinho (APFJ), lançou campanha para suspender o contrato de concessão à América Latina Logística (ALL). O objetivo era repassar a concessão à AMUNORPI e, posteriormente, à APFJ com o intuito de utilizá-la para fins turísticos.

1. Em 1999 a Ferrovia Sul-Atlântico S.A. adquiriu malhas ferroviárias na Argentina e, a partir daí, foi renomeada como América Latina Logística S.A. ou simplesmente ALL.

No entanto, mesmo com a mobilização de vários municípios, órgãos e instituições, a ideia não se consumou e a malha ferroviária do Ramal do Paranapanema, bem como as estações do trecho, ficaram em total abandono sem qualquer tipo de manutenção, causando a deterioração da maior parte delas.

Em contrapartida, Jaguariaíva permaneceu com a licença de uso da Estação, mantendo-a como patrimônio de uma era progressista da cidade. Entre os anos de 2004 a 2013, foi a sede do Poder Executivo Municipal e, a partir de 2014, foi criada a Estação Cidadã Agente Durvalino de Azevedo, abrigando vários serviços públicos como: Procon, Junta Militar, Centro de Informações Turísticas, Delegacia Sindical dos Ferroviários, Departamento Municipal de Habitação, entre outros. Em uma das salas da antiga estação foi instalado o *Memorial Ferroviário*, espaço criado para preservar e valorizar parte da história da ferrovia em Jaguariaíva.

As ferrovias promoveram a ampliação e a integração do mercado interno, encurtaram tempo e distâncias e foram sufocadas pela falta de manutenção estrutural, somadas ao investimento nas rodovias e à privatização do setor, culminando em sua decadência. Há quem defenda a sua volta, pelo menos no setor de cargas, alegando que os trens, mesmo alcançando velocidades baixas comparadas aos caminhões, possui capacidade maior de carregamento.

Cabe lembrar que a maioria das vias férreas da região recebeu pouco ou nenhum cuidado nos últimos 20 anos, e isso, de certa forma, inviabilizaria o retorno da passagem de trens, já que seria necessário readaptar as linhas, restaurar ou reconstruir as estações, acarretando altos custos para a empresa concessionária.

Mesmo sem definição sobre o futuro da linha férrea que cruza Jaguariaíva, não nos esqueçamos do que a ferrovia representou para o desenvolvimento do país e para a construção da identidade histórica da cidade, sendo importante que os áureos tempos de seu funcionamento permaneçam não só na lembrança daqueles viveram esse período, mas que estejam registrados para sempre nos Anais da História.

Referências

Arquivos

Arquivo do Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo (Jaguaraiá-PR) – Fotografias 1, 2, 3, 7 e 8.

Acervo particular de Miriam de Paula Machado Zub (Jaguaraiá-PR) – Fotografias 4 e 5.

Acervo particular de José Dalírio de Miranda (Jaguaraiá-PR) – Fotografia 6.

Entrevistas

Axt, José. Trabalho na ferrovia. [Entrevista concedida a] Plicila de Brito. Jaguaraiá, 22 de maio de 2012.

Ferraz, Enis. Trabalho na ferrovia. [Entrevista concedidaa] Plicila de Brito. Jaguaraiá, 10 de abril de 2012.

Prado, João Maria. Trabalho na ferrovia. [Entrevista concedida a] Plicila de Brito. Jaguaraiá, 12 de julho de 2012.

Mendes, Jorge Francisco. Trabalho na ferrovia. [Entrevista concedida a] Plicila de Brito. Jaguaraiá, 09 de maio de 2012.

Miranda, José Dalírio. Trabalho na ferrovia.[Entrevista concedida a] Plicila de Brito. Jaguaraiá, 03 de agosto de 2012.

Rosa, José Eurico. Trabalho na ferrovia.[Entrevista concedida a] Plicila de Brito. Jaguaraiá, 10 de abril de 2012.

Santo, Sebastião do Espírito. Trabalho na ferrovia. [Entrevista concedida a] Plicila de Brito e Rafael Gustavo Pomim Lopes. Jaguaraiá, 2014.

Silva, Juraci Soares da. Trabalho na ferrovia [Entrevista concedida a] Plicila de Brito. Jaguaraiá, 10 de abril de 2012.

Sobrinho, João Rodrigues. Trabalho na ferrovia.[Entrevista concedida a] Plicila de Brito. Jaguaraiá, 10 de abril de 2012.

Zub, Miriam de Paula Machado. Trabalho na ferrovia. [Entrevista concedida a] Plicila de Brito e Rafael Gustavo Pomim Lopes. Jaguaraiá, 2014.

Jornais e Revistas

A Notícia Edição 26. Curitiba, 04 de dezembro de 1905. Disponível em Hemeroteca Digital Brasileira: <http://memoria.bn.br/DocReader/doctreader.aspx?bib=187666&pasta=ano%20190&pesq=jaguaraihyva&pagfis=101> Acesso em 04 de abril de 2023.

A Notícia Edição 777. Curitiba, 08 de maio de 1908. Disponível em Hemeroteca Digital Brasileira: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=187666&Pesq=jaguaraihyva&pagfis=3486> Acesso em 04 de abril de 2023.

A Tarde Edição 652. Curitiba, 29 de outubro de 1930. Disponível em Hemeroteca Digital Brasileira: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=797596&pasta=ano%20193&pesq=jaguariahyva&pagfis=93> Acesso em 03 de abril de 2023.

A Tarde Edição 1605. Curitiba, 26 de outubro de 1955. Disponível em Hemeroteca Digital Brasileira: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=797596&pasta=ano%20195&pesq=%22filho%20do%20padeiro%20de%20Jaguaria%C3%ADva%22&pagfis=9410> Acesso em 03 de abril de 2023.

A República Órgão do Partido Republicano Paranaense Edição 193. Curitiba, 18 de agosto de 1919. Disponível em Hemeroteca Digital Brasileira: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pasta=ano%20192&pesq=jaguariahyva&pagfis=34574> Acesso em 14 de abril de 2023.

Diário da Tarde Edição 2123. Curitiba, 13 de outubro de 1905. Disponível em Hemeroteca Digital Brasileira: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20190&pesq=%22jaguariahyva%22&pagfis=7331> Acesso em 03 de abril de 2023.

Diário da Tarde Edição 2129. Curitiba, 17 de outubro de 1905. Disponível em Hemeroteca Digital Brasileira: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20190&pesq=%22jaguariahyva%22&pagfis=7344> Acesso em 03 de abril de 2023.

Diário da Tarde Edição 2805. Curitiba, 15 de maio de 1908. Disponível em Hemeroteca Digital Brasileira: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20190&pesq=%22jaguariahyva%22&pagfis=10280> Acesso em 03 de abril de 2023.

Diário da Tarde Edição 3065. Curitiba, 02 de abril de 1909. Disponível em Hemeroteca Digital Brasileira: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20190&pesq=%22jaguariahyva%22&pagfis=11364> Acesso em 03 de abril de 2023.

Diário da Tarde Edição 4978. Curitiba, 28 de dezembro de 1909. Disponível em Hemeroteca Digital Brasileira: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=%22jaguariahyva%22&pagfis=20298](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=%22jaguariahyva%20a%20colonia%20mineira%22&pagfis=20298) Acesso em 03 de abril de 2023.

Diário da Tarde Edição 5050. Curitiba, 24 de março de 1915. Disponível em Hemeroteca Digital Brasileira: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20190&pesq=%22jaguariahyva%22&pagfis=20633> Acesso em 03 de abril de 2023.

Diário Nacional: A Democracia em Marcha Edição 1012. São Paulo, 29 de outubro de 1930. Disponível em Hemeroteca Digital Brasileira: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213829&pesq=jaguariahyva&hf=memoria.bn.br&pagfis=11284> Acesso em 02 de maio de 2023.

O Estado Edição 3. Curitiba, 03 de outubro de 1936. Disponível em Hemeroteca Digital Brasileira: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830275&pesq=jaguariahyva&pagfis=39> Acesso em 18 de abril de 2023.

O Paiz. Edição 84949. Rio de Janeiro, 05 de abril de 1909. Disponível em Hemeroteca Digital Brasileira: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_03&pesq=jaguariahyva&hf=memoria.bn.br&pagfis=19192 Acesso em 17 de maio de 2023.

República. Edição 1214. Florianópolis, 19 de outubro de 1930. Disponível em Hemeroteca Digital Brasileira: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=711497x&pesq=jaguariahyva&hf=memoria.bn.br&pagfis=30803> Acesso em 04 de maio de 2023.

Revista do BNDES. Rio de Janeiro, dezembro de 1997. Disponível em: <https://web.bnDES.gov.br/bib/jspui/handle/1408/13817> Acesso em 03 de abril de 2023.

Jaguariaíva abrirá luta pela ferrovia. **Folha de Londrina**, Londrina, 11 de junho de 2002. Página 03.

Livros, artigos e separatas

AXT, José. **Do tropeirismo aos dias atuais**. Jaguariaíva: [s.n.], 2007.

CALDEIRA, Jorge. **101 brasileiros que fizeram história**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2016.

CHAVES, Niltonci Batista (Org.). **Visões de Ponta Grossa: cidade e instituições**. Ponta Grossa: Editora UEPG, Instituto Cidade Viva, 2004.

SANCHES NETO, Miguel. **No tempo do trem**. Curitiba: Sesc PR, 2019.

MENDES, Jorge Francisco. **Histórias Ferroviárias Paraná – Santa Catarina**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2021.

Legislação

Lei Federal nº 3115 de 16 de março de 1957.

Trabalhos acadêmicos

KROETZ, Lando Rogério. **As estradas de ferro do Paraná 1880-1940**. São Paulo, 1985. Tese de doutoramento – Universidade de São Paulo.

MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. **Cidade e ferrovia: a mitificação do pátio central da RFFSA em Ponta Grossa**. Florianópolis, 1997. Dissertação de Pós-Graduação – Universidade Federal de Santa Catarina.

Cultura e Comportamento



CAPÍTULO 5

“LAVORES DELICADOS” E “LEGÍTIMA POESIA”: ESCRITA FEMININA EM JAGUARIAÍVA-PR NOS SÉCULOS XIX E XX

Mariana Schulmeister Kuhn

Introdução

Considerada um “registro privilegiado de seu tempo” (Pesavento, 2003) a literatura é uma das formas pelas quais os escritores criam representações acerca de sua época. É por meio da palavra ficcionada e do lirismo de poemas, que se realiza a construção imaginária de identidades, e que temas urgentes de uma época são postos em discussão. Conhecer a produção literária de um local é, portanto, essencial para a compreensão da história e das características do povo que nele vive.

Na tradição brasileira, a prática da escrita, seja ela em prosa ou em verso, sempre esteve muito concentrada em mãos masculinas. Por um longo tempo, devido a concepções sexistas, considerou-se que cabia aos homens a expressão escrita e as atividades no meio público, enquanto às mulheres estariam relegadas as funções maternais, domésticas e o meio privado.

Rohden (2001) explica que, em meados do século XIX, concepções médicas asseguravam que a mulher não possuía as mesmas capacidades intelectuais de um homem, e que a dedicação ao estudo, algo não esperado para o sexo feminino, prejudicaria outras funções “naturais” – tais como a maternidade – para a qual ela estava destinada. A autora também afirma que, no período oitocentista, acreditava-se que as jovens senhoras brasileiras nunca chegariam a produzir algo considerável, em termos intelectuais, mesmo sob intensa dedicação.

Aventurar-se no mundo da escrita, foi, portanto, algo difícil para as mulheres. A elas foi necessário a coragem para romper com estereótipos há muito tempo consolidados e ousadia para adentrar em um mundo pouco receptivo à sua presença. Outra dificuldade, apontada por Perrot (2007), era de publicar, uma vez que havia certa resistência em aceitar que mulheres expusessem suas ideias publicamente e fossem vistas como “escritoras”, dignas de atenção e respeito.

Guebert (2018, p. 45) aponta que “os valores definidores da “boa literatura” e do “lembrável/consagrado” num determinado contexto são tributários de uma complexa rede de posições, interesses e negociações”. No Brasil, por muito tempo, o gênero, foi critério definidor na avaliação da qualidade destas obras. Desta forma, ainda que houvesse vultosas produções escritas feitas por mulheres, muitas não eram reconhecidas, ou quando recebiam atenção eram deslocadas para o nicho da “literatura feminina”.

Ainda assim, muitas foram as mulheres que, desafiando os limites de sua época, se lançaram no meio literário. De acordo com Perrot (2007), algumas escreviam em jornais, revistas femininas, obras de educação, tratados de boas maneiras, biografias e romances. Entretanto, os caminhos por elas percorridos não foram os mais fáceis.

Kamita (2004), expõe que muitas das mulheres que tomaram a ousada decisão de compor o meio letrado, o faziam por meio de pseudônimos. Esta prática, bastante recorrente, tinha como objetivo preservar a verdadeira identidade da escritora e evitar comentários inoportunos de uma sociedade pouco acostumada à presença feminina na literatura. Outra possibilidade interpretativa, é que, algumas

optavam por usar nomes – às vezes masculinos – para conseguir que seus materiais fossem aceitos com mais facilidade no meio editorial.

O fato é que, independentemente da maneira como conseguiram se inserir no mundo das letras, mulheres que viveram entre o final do século XIX e início do XX, lutaram, enfrentaram preconceitos enraizados e julgamentos, para ocupar um espaço que, até então, não era visto como o de sua pertença. Entretanto, foi graças à força de vontade e o pioneirismo destas desbravadoras, que cada vez mais jovens senhoras puderam expor suas produções, pontos de vista e, foram devidamente valorizados por eles.

Neste capítulo, o objetivo é compreender como três poetisas da cidade de Jaguariaíva, no Paraná, se projetaram na literatura de sua cidade e colaboraram na produção literária local.

Literatura feminina paranaense

Além de rica em belezas naturais e de uma bela história, a região dos Campos Gerais também possui uma fecunda e interessante lista de mulheres que, com muita coragem e inteligência, deixaram seus registros escritos.

Embora não fosse um campo predominantemente feminino, muitas mulheres paranaenses entre o final do século XIX e XX, ultrapassaram diversas barreiras e constituíram um grande arsenal literário a ser estudado. Santos (2002) explica que, neste contexto, muitas das que se tornaram escritoras, viviam em um “patriarcalismo urbano e rural [que] limitava a educação da mulher ao piano, ao bordado, a algumas frases em francês, quando não a cozinha, as lides com maridos e filhos, aos afazeres domésticos” (SANTOS, 2002, p. 29). Mesmo aquelas que possuíam ocupação remunerada era, em geral, no magistério que se encontravam.

Mesmo diante deste horizonte de expectativas limitado, algumas jovens senhoras conseguiram encontrar brechas para serem ouvidas. Santos (2002, p. 28) pontua que, mesmo a passos lentos, progressivamente “a voz da e sobre a mulher começa a se fazer ouvir com frequência”. A possibilidade de frequentar escolas, o surgi-

mento de academias e centros de letras (alguns voltados apenas ao público feminino), a conquista do direito ao voto, são algumas das mudanças sociais que também franquearam, aos poucos, o acesso a vida literária.

Além das poetisas jaguariaivenses estudadas nesse capítulo, destacam-se também outras escritoras paranaenses, dentre as quais é possível citar Anita Philipovsky. Nascida em Ponta Grossa em 02 de agosto de 1886, filha do engenheiro austríaco Carlos Leopoldo Philipovsky e de Maria do Nascimento Philipovsky, Anita, de acordo com Santos (2002), cresceu em uma fazenda, afastada da vida urbana. Sua educação ocorreu em casa, através de professoras contratadas, com as quais aprendeu o ensino básico, idiomas e artes – música e pintura.

Incentivada pelo pai, Anita adentrou no mundo das letras primeiro como leitora voraz. Na sequência, começou a se aventurar pela escrita e contribuiu com inúmeros jornais e revistas. Mulher que não se encaixava nos estereótipos de sua época, Anita escrevia sobre os costumes e “suas críticas – sempre contundentes – demonstram uma postura política transparente”, além de revelá-la como “uma ardorosa defensora dos direitos da mulher” (SANTOS, 2002, p. 38).

Quanto às suas produções, o poema *Os poentes da minha terra* é, sem dúvida, um dos mais conhecidos e divulgados, tendo sido publicado pela primeira vez, em Curitiba, no ano de 1936. De acordo com Santos (2002) acredita-se que uma novela intitulada *Eco* e outras duas, do mesmo estilo, tenha chegado a fase de editoração, porém nunca foram publicadas. Autora de contos, Anita, tentou publicar alguns em forma de livro. Porém, o editor responsável pela avaliação do material os inutilizou, causando grande frustração à autora.

A atividade intelectual de Anita¹ foi intensa entre os anos de 1910 a 1930. Após a morte do pai, com o qual tinha fortes laços afetivos, foi progressivamente deixando de lado a escrita. Santos (2002) relata ainda que, neste processo de isolamento, “num ímpeto, destruiu voluntariamente boa parte de sua produção literária, manuscritos, entre os quais existiam várias novelas inéditas” (SANTOS, 2002, p. 40).

1. Os textos publicados de Anita em revistas e periódicos foram reunidos para apreciação e estudo na obra Anita Philipovsky: a princesa dos campos, de Luísa Cristina dos Santos em 2002.

Emília Dantas Ribas também pode ser apontada como uma das mais proeminentes vozes paranaenses. Originária de Ponta Grossa, nasceu em 01 de novembro de 1907 e faleceu em Curitiba, em 19 de janeiro de 1978. Aprendeu as primeiras letras no Grupo Escolar Senador Corrêa e, já na juventude, em 1929, formou-se na Escola Normal Primária de Ponta Grossa.

De acordo com Guebert (2018), para Emilia Dantas, a escola funcionou como “locus intelectual”, uma vez que a atuação literária da autora sempre esteve muito ligada com sua prática profissional de docente. Tal afirmação se comprova quando se observa os vários “estudos e discursos na área do ensino público e do civismo” (GUEBERT, 2018, p. 50), que produziu.

Foi diretora de ensino do Colégio Júlio Teodorico, e por várias vezes, chamada a discursar em eventos públicos, evidenciando a relação de proximidade que possuía com instituições governamentais, tais como o exército, o governo municipal e estadual.

Na segunda metade da década de 1940, casou-se com Odilon Lustosa Ribas, pertencente a uma tradicional família da região. Dele emprestou o nome pelo qual ficou conhecida publicamente, principalmente a partir de 1949, ano em que publicou seu romance *A primavera voltará*, lançado pela Editora Guairá Limitada.

O livro, que trata de uma diversidade de personagens femininas atingiu grande sucesso e foi publicado, não por acaso, em um período de “expansão do horizonte de posições almejadas e assumidas pelas mulheres da elite [...] no espaço público” (GUEBERT, 2018, p. 41). O destaque conferido a Emilia pela sua obra, lhe rendeu um prêmio, concedido pelo Centro de Letras do Paraná, instituição da qual foi convidada a ser sócia, logo na sequência. Cabe também destacar que no ano de 1971, Emilia foi “nomeada titular da cadeira n. 30 da Academia Feminina de Letras do Paraná” (GUEBERT, 2010, p. 61).

Apesar de sua produção literária de destaque, Emilia, infelizmente, não é muitas vezes lembrada pela sua função de escritora. Guebert (2018), pontua que, em geral, o nome desta autora é constantemente associado à sua atividade de educadora, a qual, apesar de muito importante, representa apenas uma de suas facetas.

Também muito talentosa foi a irmã de Emília – Judith Dantas Pimentel, que nasceu em 1912. Dedicada ao magistério, essa autora atuou na área educacional, e contribuiu de maneira significativa na “implantação de escolas em Santo Antônio da Platina, Maringá e Londrina” (BACH, 2020). Quanto à sua produção literária, destaca-se a obra *Numa pequena cidade do grande mundo*, publicada em 1971, numa edição local e de pequena circulação.

De acordo com Bach (2020), nesta obra Judith narra a história da chácara da família e de como seu pai a trocou pelo desejo de morar em Ponta Grossa e por um pequeno armazém chamado “Pingo de ouro”, que ficava localizado em frente ao Grupo Escolar Senador Corrêa. Além dos eventos de sua vida privada, a autora ainda escreveu a respeito de seus vizinhos, de causos de amor, e detalhes sobre “ciganos, dos bordéis e dos comércios, tudo com muita sutileza, sombreando o texto com tintas de poesia e até mesmo certo realismo fantástico, anacrônico e precoce” (BACH, 2020)

Ainda na região dos Campos Gerais, outra figura feminina que atingiu destaque foi Leonilda Hilgenberg Justus. De acordo com Kroin (2022), a poetisa nasceu em Ponta Grossa em 19 de maio de 1923, filha de Laura e David Hilgenberg Jr. e faleceu na mesma cidade em 2012. Casou-se com Germano Justus, que sempre a incentivou em sua trajetória literária, e teve dois filhos: Ipuran e Ipojuçan.

Jornalista, contribuiu com os periódicos *Jornal da Manhã* e *Diário dos Campos*, ficando neste último, responsável pela coluna *Hipocrene*. Neste espaço, no qual analisava obras a ela encaminhadas, também começou a publicar seus poemas.

Participou de inúmeras instituições culturais. O centro de documentação de literatura de autoria feminina paranaense, destaca que ela esteve presente no Centro Cultural Euclides da Cunha, no Centro Cultural Faris Michaele – nas atribuições de fundadora e presidente –, no Instituto Histórico e Geográfico de Uruguaiana (no Rio Grande do Sul), na Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil, na União Brasileira dos Trovadores, no Centro de Letras do Paraná, no Centro Paranaense Feminino de Letras, na Sala do Poeta do Paraná, na Academia de Letras José de Alencar, na Academia de Letras

dos Campos Gerais – como idealizadora, presidente e ocupante da cadeira 16 – e na Academia Paranaense de Letras – com a cadeira 29.

Além de extremamente atuante nos círculos literários, Leonilda também obteve premiações e homenagens ao longo de sua trajetória. Recebeu o título de cidadã benemérita de Ponta Grossa/ PR e em 1994, o título de Embaixatriz da Poesia do Brasil.

Amante da poesia desde a infância, Leonilda escreveu de acordo com Kroin (2022), doze obras: *Versos para você*, (1981); *Se me amasses*, (1983); *Chamas erradias*, (1985); *Naquelas horas...* (1986); *Ponte terra infinito*, (1988); *Hipocrene* (1992); *Abstratos Concretos* (1994); *Lampejos* (1995); *Castália* (1997); *O caminho* (1999); *Pedras sem fendas* (2002) e *Coletânea dentre os doze livros publicados* (2006).

Também da região de Ponta Grossa, é a autora Nylzamira Cunha Bejes. Nascida em 18 de julho de 1927, filha de Alfredina e Aguinaldo Guimarães da Cunha, esta literata se destacou no cenário dos Campos Gerais. Casada com Raul Barbosa Bejes, teve três filhos: Araí, Araquém e Aracê.

Formada no curso de Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal do Paraná, exerceu a sua função por cerca de 35 anos e ajudou a preparar tecnicamente diversas bibliotecas.

Com um apreço especial pela poesia, Nylzamira escreveu algumas obras, dentre as quais de destacam: *Teu nome é poesia* (1980), *Sonetos em Curitiba* (2002), *Teu nome é História* (2007), *Parabéns* (2009) e *Mensagens Poéticas* (2012). Além disso, como outras autoras de sua época, foi membro de associações culturais, tais como a Academia de Letras José de Alencar – cadeira nº 16, a União Brasileira dos Trovadores, o Centro de Letras do Paraná, a Academia de Cultura de Curitiba, o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e Academia de Letras dos Campos Gerais – cadeira nº 30. Atualmente, ocupa a cadeira nº 10 da Academia Paranaense da Poesia.

Outra prodigiosa literata paranaense que pode ser citada é Idalina Bueno de Magalhães. Natural de Castro (1916-2012), passou boa parte de sua trajetória em sua cidade de origem. Formada em História e Geografia, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, criou

uma escola na fazenda de sua família, em Guararema/PR, e nesta lecionou para crianças.

Durante sua vida adulta, além da atividade docente, também trabalhou em funções administrativas, dos 19 aos 33 anos de idade, atuando por exemplo, na Prefeitura Municipal de Tomazina, como funcionária da Casa Bancária Vicente Fiorillo em Castro, na Secretaria de Estado da Educação em Curitiba, dentre outros locais.

As atividades de professora, foram retomadas por Idalina em 1949, quando ela voltou a ensinar História, Geografia e Língua Portuguesa em alguns colégios castrenses e passou a oferecer aulas particulares. Ainda na área da educação, cabe destacar que ela foi diretora da Escola Normal Colegial Amanda Carneiro de Mello, em Castro.

Muito ligada à imprensa, publicou suas crônicas em jornais paranaenses desde os 17 anos de idade e fundou o jornal *A Folha de Castro* – que circulou entre 1967 e 1975. Também trabalhou como correspondente da *Folha de São Paulo* e da *Gazeta do Povo* em Castro nos anos de 1960.

Idalina publicou diversas obras: *Pétalas de Sonhos* – crônicas (1939), *Manoel Ribas* - monografia (1954), *Rosicler* – crônicas e cartas (1957), *A data exata da elevação de Castro à Categoria de Villa* (1970), *Homenagem à Maria Elsa Carvalho de Macedo* - compilação: poesias, crônicas e discursos (1972); *Narrativas* (1999); *Minha gente* – biografias (2000); *Crônicas de ontem e de hoje* (2004) e *Álbum de Poesia* (2007).

Além de sua atuação na educação, no meio jornalístico e na literatura, Idalina fez parte de várias associações. Foi membro da Academia Feminina de Letras do Paraná – na qual ocupou a cadeira nº 33, da Academia de Letras dos Campos Gerais – cadeira número 27, da Academia de Letras José de Alencar e da Associação Profissional de Escritores do Paraná.

Também proveniente de Castro é a autora Hilda Koller. Nascida em 1938, Hilda se sentiu chamada à literatura desde muito cedo. De acordo com Kubaski (2012), a escritora, que viveu sua infância na região de Campo do Milho, sempre fora muito atenta a tudo o que a rodeava, característica que se tornou valiosa em sua trajetória como autora.

Sua estreia no meio literário ocorreu quando, “com um toque de coragem, resolveu materializar seus pensamentos doces num poema, o qual mandou, com a firme intenção de que fosse publicado, para o mesmo jornal no qual lera o poema que plantou nela o sonho de ser escritora” (KUSBASKI, 2012). Dessa primeira iniciativa, surgiram, anos mais tarde, livros, tais como: *No jardim da alma* – sonetos (1966), *Pétalas Intelectuais* – trovas e sonetos (1967), *Suspiros poéticos* – poesias (1969), *Sonhos de Primavera* – sonetos (1974), *Diário de um gato* – prosa (1980), dentre outros.

Ainda de acordo com Kubaski (2012), Hilda, conciliava suas atividades literárias à função de secretária na ACARPA – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná e depois, na Previdência Social, instituição na qual atuou por dez anos, como chefe da Região Sul do Paraná.

Hilda, recebeu ao longo de sua carreira, diversos diplomas de academias literárias e foi membro da Academia de Letras dos Campos Gerais, ocupando a cadeira de número 40. Compositora do hino de Castro, recebeu o título de cidade benemérita da cidade. Faleceu em 2011, aos 79 anos.

Por fim, cabe ainda citar Vera Vargas. Nascida em Piraí dos Sul em 17 de outubro de 1922, filha de Rivadávia Barbosa Vargas e Dalila Rolim Vargas, Vera foi advogada e professora. Em sua trajetória literária publicou, em 1968, o livro *Um barco na poça d'água* e teve importante atuação na União Brasileira dos Trovadores, instituição de chegou a presidir. Faleceu em 17 de outubro de 2000, aos 78 anos de idade.

As autoras aqui citadas representam apenas uma parcela das muitas intelectuais que destacaram na região dos Campos Gerais. Donas de mentes talentosas e da capacidade de tecer belas palavras, elas evidenciam, com suas trajetórias, a imponente presença de mulheres na literatura regional e nos demonstram a necessidade de conhecer, cada vez mais, o trabalho por elas deixado.

“Merecedoras de serem conhecidas”: as poetisas de Jaguariaíva

Embora o meio literário, no final do século XIX e XX fosse ocupado, em sua maior parte, por homens, a “bucólica” cidade de Jaguariaíva – assim chamada por Alberico Figueira² - contava com talentos femininos na poesia, que eram dignas de serem conhecidas e elogiadas. Uma destas virtuosas escritoras era Maria Cândida de Jesus Camargo.

Conhecida carinhosamente pelos sobrinhos como “Tia Candu-xa”, Maria Cândida, nasceu em Ponta Grossa em 06 de agosto de 1868 e faleceu em Jaguariaíva, em 11 de agosto de 1949. Durante toda a sua existência, esteve ligada à atividade do magistério, tendo exercido a função docente em várias cidades paranaenses, até se aposentar em 1919.

A função de professora exercida por Maria Cândida, era um trabalho comumente atribuído às mulheres, no contexto do século XX. Neste período, os homens, que até então haviam se ocupado da tarefa de ensinar, começaram a deixar as salas de aulas, abrindo espaço para que as mulheres ocupassem seus postos de trabalho. No início, a presença feminina no cargo de docente não foi apreciada, pois “para alguns parecia uma completa insensatez entregar às mulheres usualmente despreparadas, portadoras de cérebros ‘pouco desenvolvidos’ pelo seu ‘desuso’ a educação de crianças” (LOURO, 2004, p. 376). Entretanto, de acordo com Louro (2004), esta resistência logo foi quebrada quando a atividade do magistério passou a ser defendida como uma “extensão da maternidade”, e as mulheres como “naturais educadoras”. Associado a esse discurso, foi adicionada a concepção da docência como “atividade de amor, de entrega e doação”, para a qual era preciso ter “vocação” e uma série de habilidades legitimamente femininas: “paciência, minuciosidade, afetividade” (LOURO, 2004, p. 376).

Para além da atividade de ensinar, Maria Cândida também se dedicava à escrita de poemas. Segundo Kamita (2004), ela compunha

2. Jornalista e crítico literário, colaborou em vários periódicos paranaenses. Membro do Centro de Letras do Paraná.

com “facilidade e rapidez e durante a vida deixou esparsa sua produção poética através da colaboração em diversos periódicos”. Ainda de acordo com a autora, em alguns momentos, a poetisa chegou a utilizar pseudônimos, tais como “Stella Maria, Miriam, Stella de Jesus e Aimar (um anagrama de Maria)” (KAMITA, 2004, p. 156). A única obra da poetisa – *Júbilos e Mágicas*- foi publicada de forma póstuma, por meio de sua sobrinha Alaíde Camargo Turek³ e do também escritor Rodrigo Júnior,⁴ em 1958.

Apesar de pouco se saber das particularidades da vida de Maria Cândida, algumas de suas características e de suas ideias podem ser percebidas através de sua produção. Sua personalidade simples, humilde e ligada ao espiritual, é fortemente evidenciada em vários de seus poemas, através dos quais ela demonstra pouco se preocupar com as riquezas materiais, com a glória e o sucesso. Antes disso, ela preferia o sossego, o recato e o conforto de sua fé em Cristo.

Essa sua postura serena e profundamente religiosa é também corroborada através das recordações das pessoas que conviveram com ela. Kamita (2004, p. 157), em sua pesquisa sobre a Maria Cândida, destaca o relato da sobrinha Eleonora de Angelis,⁵ que lembra

3. Irmã de Mary Camargo, Alayne Camargo Turek nasceu Jaguariaíva, em 10 de dezembro de 1919, filha de Engenheiro Arquiteto Miguel Turek e da Professora Francisca de Castro Mendes Camargo Turek. Diplomou-se em bacharel em História e Geografia na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade do Paraná no ano de 1948. Exerceu a função docente, como professora do primário, no Grupo Escolar Dr. Sebastião Paraná, de Wenceslau Braz; Grupo Escolar do Bacacheri e Curso Noturno do Grupo Dr. Xavier da Silva, ambos em Curitiba. Também foi professora do ensino secundário no Instituto de Educação. Quanto à sua produção literária, publicou várias obras, dentre elas *Pélego Interior*. Faleceu ainda jovem, em 1963.

4. Rodrigo Júnior nasceu em 10 de setembro de 1887, em Curitiba, filho do poeta Francisco Carvalho de Oliveira e de Amélia Ferreira Ribeiro Carvalho de Oliveira. Ainda jovem mudou-se para o Rio de Janeiro, onde fez o curso de Odontologia, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Antes de formar-se dentista, sem aptidão, Rodrigo Júnior abandonou a faculdade. Tempos depois, cursou Farmácia e, na sequência, Direito. Conviveu com muitos literatos da época, tais como Emiliano Perneta, Emílio de Menezes, Dalton Trevisan e Helena Kolody, além de ter sido, também, um incentivador de jovens escritores. Quanto à sua produção, destacam-se obras em prosa e verso: *Estrela d'Aha* (1905); *Torre de Babel* (1906); *Alô, Alô, Curitiba - Revista em um ato levada à cena no Teatro Guairá* (1912); *Cânticos e Baladas* (1913); *Sonatinas Amorosas* (1922); *Pela Noite da Vida* (1923); *Um Caso Fatal* - novela (1926); *O Feminismo Aranca* - burlata, com a colaboração de Maria Nicolas (1937); *Juvenília* (1938); Antologia Paranaense - colaboração de Alcebíades Plaisant (1938); *Palavras, Leva-as o Vento* (1952); *Sonetos do Paraná* - colaboração de Léo Júnior (1953); *Sonetos de Minha Terra* (1953). Faleceu em 1964, em Curitiba.

5. Eleonora Amaral de Angelis (1905-1991) nasceu em Guarapuava-PR e morou durante sua vida em Ponta Grossa-PR. Formou-se na Faculdade de Filosofia de Ponta Grossa, no curso de Línguas Neolatinas. Lecionou História, Geografia e Latim na rede municipal de ensino de Ponta

de sua tia “Canduxa”, como dona de “uma alma de santa”. Descrição semelhante também é encontrada no livro *Um século de poesia: poetisas do Paraná* (1959), que caracteriza Maria Cândida como uma “personalidade de excelsas qualidades de espírito e coração, de modéstia” (KAMITA, 2004, p. 157). Por fim, outra memória da poetisa é expressa por Graciette Salmon, que recorda que ela era também chamada de “Monja”.

O apego à fé, além de ser uma característica pessoal de Maria Cândida, também era um dos principais temas de suas poesias. A escolha por se ater a este tipo de temática, é compreensível se entendemos o contexto em que esta poetisa estava inserida. Inscrever-se como escritora, sendo mulher e moradora de uma pequena cidade, era para Maria Cândida e para as contemporâneas a ela, um passo de ousadia. Desta forma, a escolha pelo tema da fé pode ser vista como um “respaldo para sua incursão” na atividade literária da época (KAMITA, 2004).

Uma análise dos demais poemas escritos por Maria Cândida, nos permite identificar que essa autora escrevia sobre temas considerados “próprios” à pena feminina na época: o amor à fé, a maternidade, a natureza, os sentimentos, os assuntos familiares e os elementos do cotidiano. Sua produção, portanto, não tinha pretensões de fazer críticas sociais ou provocar grandes alardes. Eram versos leves, sensíveis e que tinham a intenção de provocar boas sensações naqueles que tivessem o prazer de lê-los. Nem por isso, deve-se considerar Maria Cândida acomodada com sua posição social ou como uma meia conformista. Embora não fizesse uma revolução através de suas palavras escritas, a atitude corajosa dela – e de outras autoras – de escreverem, já era por si só, formas de transformação dos costumes sociais de sua época. “Canduxa”, com sua delicadeza e suavidade, deixou marcas profundas na literatura Jaguariaivense.

Outra personalidade ilustre da literatura do interior do Paraná, é Marieta Camargo Turech, mais conhecida pelo pseudônimo, Mary

Grossa. Foi diretora do Grupo Escolar Professor Júlio Teodoro. Pertenceu à Academia de Letras do Paraná, ao Centro Paranaense Feminino de Cultura, à União Brasileira dos Trovadores, ao Centro Cultural Euclides da Cunha (Ponta Grossa), à União Brasileira de Escritores e à Academia Feminina de Letras do Paraná (Cadeira nº 38). Poetisa, participou ativamente da vida cultural de sua cidade, destacando-se sua produção individual *Cristais sonoros*, de 1972.

Camargo. Nascida em Jaguariaíva, no Paraná, no dia 07 de junho de 1906, a poetisa prestou grandes serviços à sua cidade natal e, faleceu aos 76 anos, no dia 05 de junho de 1983.

“Filha do construtor Miguel Turech e da professora Francisca Mendes Camargo Turech” (LOPES, 2019, p. 7C), Marieta dedicou sua vida ao magistério. Fez o curso secundário na Escola Normal de Curitiba e chegou a iniciar seus estudos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, porém, o interrompeu. Em sua terra natal, tinha como função ensinar as primeiras letras para as crianças do ensino primário, do antigo Grupo escolar Izabel Branco. Presença importante neste meio educacional, por várias vezes os discursos de Mary Camargo foram transcritos em jornais, evidenciando a dedicação que possuía com sua atividade docente. No dia 12 de dezembro de 1935, o Jornal Correio do Paraná registrou um discurso da professora em comemoração ao fim do ano letivo. Em tom bastante festivo, ela proferiu:

Participando com inteiro prazer desta encantadora festividade a que um mimoso grupo de crianças, emprésta meiguice e graça, é me inato accentuar-vos, distintas collegas, que d'esse modo na data de hoje, após essa empolgante solenidade que acabo de assistir ao vosso lado, tendes em pról da colectividade, lançado, mais um contingente util valioso, da vossa dedicação e esforço sem medir sacrifícios!

Vindes assim de uma grande tarefa cumprida qual a do paciente agricultor que a despeito de todos os obstáculos vem de lançar, para as seáras vindouras as preciosas sementes que florescerão para enlevo da Pátria reconhecida! (CORREIO DO PARANÁ, 1935, p. 5).

As belas palavras acima descritas, denotam a perspectiva de uma professora orgulhosa de seus alunos e ciente da importância de seu trabalho como educadora. Porém, mais do que ensinar o caminho da leitura e da escrita, Mary Camargo também se consagrou uma talentosa literata.

De acordo com Lopes (2019), Mary Camargo teve, em sua trajetória literária, a influência de sua tia, Maria Cândida de Jesus Camargo – “consagrada poetisa ponta-grossense”. Dessa herança familiar, Mary cultivou bons frutos. Dedicou-se exclusivamente a escrita em poemas, e teve suas produções inscritas em diversos periódicos

– forma de publicação que, serviu de porta de entrada para que muitas mulheres ingressarem no meio literário. Lopes (2019), destaca os seguintes periódicos, para os quais Mary escreveu:

“Clube Curitibano” (Curitiba), “Jangada” (Fortaleza), “Jornal das Moças” (Rio de Janeiro), “Marinha” (Paranaguá), “O Paraná em Revista” (Curitiba), “Prata de Casa” (Curitiba), “Vida Doméstica” (Rio de Janeiro) e outras, além dos jornais: “Correio do Paraná” (Curitiba), “Diário dos Campos” (Ponta Grossa), “Jaguaraiá em Páginas” (Jaguaraiá), “Jornal de Antonina” (Antonina), “Jornal do Paraná” (Ponta Grossa), “O Dia” (de Curitiba), “O Estilete” (Jaguaraiá), “O Jaguaraiá” (Jaguaraiá), “O Nordeste” (Fortaleza) entre outros.

Também publicou alguns livros solo e outros em parceria. O primeiro deles foi *Céus de safiras e vales de esmeraldas*, que veio a público no ano de 1940. A repercussão da obra foi, em geral, muito positiva, e não faltaram elogios de críticos e jornalistas, que valorizavam a capacidade criativa e a habilidade de Mary Camargo. A revista *Gran-fina*⁶ publicou em novembro de 1940, um texto de Alberico Figueira, intitulado *Ao findar da primavera*, no qual o escritor comentava sobre as últimas novidades no mundo das letras, dentre elas, a produção de Mary Camargo. Sobre a obra da poetisa jaguaraiense, ele destacou:

Céus de safira e vales de esmeralda é uma magnífica coleção de sonetos nos quais Mary Camargo descreve com a elegância de seu formoso espírito, as mais impressionantes paisagens naturais da terra paranaense. Assim é que da coletânea de esplendidos sonetos da poetisa, destacamos: O gigante da Serra de Prata, O trem de ferro, Manhã na Praia e Véu de noiva. (FIGUEIRA, 1940, n.p).⁷

O crítico ainda aproveitou a publicação para salientar que Mary possuía uma “originalidade inspiradora”, pois, com seus versos sobre a natureza paranaense, fugia dos “arcaicos temas [...] das sétas do cupido”.

6. De acordo com Dos Santos e Teixeira (2016) a revista *Gran-fina* foi fundada em Curitiba na década de 1940, e circulava por todo o estado do Paraná. Era publicada quinzenalmente e cada edição possuía, em média 60 páginas, em preto e branco e com algumas imagens coloridas. O foco da produção eram as notícias da capital paranaense, e embora o público-alvo não fossem as mulheres, algumas matérias e seções eram direcionadas aos assuntos, considerados de interesse feminino, tais como: comportamento, cuidados com a aparência e a vida doméstica.

7. Neste texto foram preservadas as características originais das fontes. Por este motivo algumas palavras podem estar escritas de forma divergente da norma ortográfica vigente atualmente.

Neste mesmo tom elogioso, Jayme Balão Júnior, escreveu na Revista *Gran-fina*, em março de 1941, uma publicação intitulada *Mary Camargo: harpa eólica do lirismo*. Nesta, o jornalista, valoriza a sensibilidade e a delicadeza da poetisa na descrição das terras e das belezas paranaenses. Além disso, ao fim de seu texto, reconhece-a como como uma das mais importantes vozes da literatura regional:

É o livro Céus de safira e vales de esmeralda uma admirável fixação emocional de estados da alma. Materializou a grande artista o seu amor sagrado ao Paraná, gravando, em versos ternos e doces, as mais belas, mais ricas, mais vivas paisagens inspiradas pela lembrança comovida, pela nostalgia dolorida, pelos batimentos febris do coração inquietado pelas saudades crepusculares [...] Mary Camargo afirmou-se definitivamente: - é uma altíssima e suave voz lírica da nossa literatura (JÚNIOR, J. B. 1941, n.p.).

Ainda na Revista *Vida Doméstica*,⁸ uma publicação sem autoria, citou *Céus de safira e vales de esmeralda* como um “interessante livro”, cujos sonetos “são de modelar perfeição, cuidados em sua fórmula, tratados com o máximo carinho intelectual” (VIDA DOMÉSTICA, 1945, p. 99). Mary Camargo também é descrita como uma “poetisa excelente, na inspiração e na técnica”.

Se em sua primeira obra, Mary Camargo, foi aclamada de forma unânime, o mesmo não se pode dizer de sua segunda produção, o livro *Turmalinas*, publicado em 1946. Sobre este, duas críticas foram publicadas. A primeira delas, veio à tona no jornal *Diário do Paraná*,⁹ em 17 de maio de 1947. Nesta, o jornalista Oswaldo Nascimento, elogiou Mary Camargo pelo seu trabalho anterior – *Céus de safira e vales de esmeralda* – e disse que ao contrário de muitos poetas que se deixavam levar pelo brilho e pelos elogios recebidos no início de sua trajetória, tal problema não havia ocorrido com ela.

8. De acordo com Santos (2011) a Revista Vida Doméstica foi fundada em 1920, por Jesus Gonçalves Fidalgo. De circulação mensal, manteve-se no mercado até o ano de 1963. No seu princípio, a revista tinha como intenção tratar sobre assuntos relacionados à vida familiar, ao lar e aos princípios morais. Um de seus diferenciais era a utilização de uma grande quantidade de imagens coloridas, já na década de 20, quando este tipo de recurso era novidade.

9. Segundo Severino (2018, p. 9) o jornal *Diário do Paraná* foi criado em 1955 e manteve-se na ativa até 1985, com expressiva circulação por Curitiba, e pelo estado do Paraná. O periódico fazia parte dos “Diários Associados, um dos órgãos de comunicação representante da grande imprensa, pertencente ao grupo empresarial de Assis Chateaubriand. De linha conservadora, o jornal destaca-va temas do cotidiano, assuntos políticos, econômicos e culturais.

Porém, ao avaliar o livro *Turmalinas*, as palavras do crítico não foram as mais bondosas. Para Nascimento (1947, p. 3)

Turmalinas é a reunião de 40 sonetos decassílabos, de forma parnasiana e fundo acentuadamente lírico. São versos essencialmente descriptivos, sem preocupação alguma além das exigências do ouvido. As chaves de ouro primam pela doçura vasia das ideias. Não há rebuscamientos de vocabulário na simpleza pueril de palavras bonitas que soam maravilhosamente, mas sem expressão.

Para o crítico, portanto, os versos de Mary Camargo não passavam de “caprichadas composições escolares impecavelmente metrificadas e rimadas”. A frieza dos versos era, de acordo com ele (1947), decorrente da própria autora que, tinha no “peito um coração de gelo, insensível a presença da humanidade, indiferente às manifestações elevadas do espírito”. Para Nascimento (1947), Mary Camargo precisava urgentemente abandonar o lugar-comum da poesia – que insistia em tratar sobre a saudade, a melancolia, o entardecer e os riachos cristalinos – para se aprofundar nas problemáticas de sua própria época, marcada pela “bomba atômica, penicilina, helicóptero, sangue, miséria, fome e outras barbaridades” (NASCIMENTO, 1947, p. 3).

Desta forma, o que se percebe é que, se *Céus de safira e vales de esmeralda* foi bem avaliada por enaltecer as paisagens paranaenses, *Turmalinas* foi criticada justamente por se ater a estes temas. O contexto dramático do período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) – dos totalitarismos, violência, holocausto e das mortes – fez com que a poesia de Mary – apegada à descrição da natureza – fosse vista por alguns como desconectada da realidade e insensível aos sofrimentos vivenciados naquele momento histórico. Não é à toa que Nascimento (1947) finalizou a sua crítica aconselhando a poetisa a “desistir dos sonhos, por que o intelectual tem que viver acordado, de olhos muito abertos” (NASCIMENTO, 1947, p. 3).

Também em tom de crítica, porém mais branda, Alberico Figueira escreve sobre *Turmalinas* no jornal *O Dia*,¹⁰ em 25 de maio

10. Segundo Batistella (2018, p. 41) o jornal *O Dia* foi fundado em 1923 pelo jornalista e político Caio Gracho Machado de Lima, pertencente a uma tradicional família paranaense. Em 1942, Lima teve uma divergência com o interventor estadual, Manoel Ribas, e como retaliação, seu jornal foi estatizado. Em 1947, *O Dia* foi arrendado pelo empresário e político Moysés Lupion, que o utilizou o veículo informativo para fins políticos, até seu fechamento em julho de 1961.

de 1947. Em seu texto, Figueira (1947), elogia a nova produção da escritora jaguariaivense, destacando, assim como outros críticos, que os seus sonetos eram muito bem construídos. Porém, quanto ao conteúdo dos versos, mostra-se um pouco desapontado, destacando que, em “Céus de safira e vales de esmeralda, livro de estreia da poetisa” os sonetos pareciam ter “um timbre mais impressivo, o cunho original das paisagens coloridas pelos tons suaves dos poentes primaveris...” (FIGUEIRA, 1947, p. 4).

As críticas recebidas em *Turmalinas*, não foram as únicas da trajetória de Mary Camargo. Em 1975, quando veio a público o livro *Interpretação da realidade brasileira: centenário de Jaguariaíva*, de Brasilino de Carvalho, comentários pouco elogiosos foram feitos à produção da poetisa.

Carvalho (1975, p. 71) ao analisar o soneto *Jaguariaíva*, pontuou que ele possuía “14 versos, bem alinhados, divididos em duas quadras e dois tercetos, como manda o figurino”. Porém, na opinião do crítico, se a estrutura dos versos era boa, o mesmo não se podia dizer do conteúdo e das rimas utilizadas pela escritora. Segundo ele, lendo o primeiro verso, o leitor se desinteressa do resto, pois a composição era “pobre em inspiração, intrusado de lugar comum e sem categoria para figurar em livro” (CARVALHO, 1975, p. 71). Ele ainda complementa sua crítica ácida:

O que é isso, é tentativa de atingir a poesia ou é piada de mau gosto. Onde estão as águas cristalinas e que sons são esses? Onde estão a beleza, a lógica, a criatividade e o sentido da mensagem? Não conheço a autora dos versos [...], mas suponho que tenha a pele marcada de sulcos profundos resultados do esforço mental, desidratante da busca da beleza [...].

Os seus recursos verbais, as enxertias, os cacoetes a ignorância e as quebras de ritmo por defeitos de estrutura, são impróprios de uma mulher que há meio século se exercita na mecânica do verso, na angústia de alcançar a poesia (CARVALHO, 1975, p. 72).

As duras palavras dos críticos não fizeram o talento e o apreço da escrita de Mary Camargo desvanecer. Em 1951, em um trabalho conjunto com o também poeta Rodrigo Júnior, a autora lançou sua terceira obra, intitulada *Luar de Opala*. Publicada pelo Centro de Letras do Paraná, a obra era dividida em duas partes. A primeira delas –

nominada *Antes da meia-noite* – era formada por trinta versos de Mary. Já a segunda parte, intitulada *Depois da meia noite*, era constituída de trinta composições de Rodrigo Júnior. Quanto à avaliação dos críticos, muitos foram os elogios desferidos em favor da obra.

Em 06 de maio de 1951, uma publicação anônima feita no jornal *O dia*, cita o lançamento do livro *Luar de Opala*, destacando que se tratava de um livro feito em colaboração, por uma poetisa e um poeta. A reportagem ainda pontua que uma obra com aquelas características era uma “novidade” e única em seu gênero. Porém, além de destacar as boas qualidades da produção, a publicação também buscou exaltar a iniciativa da Casa de Letras do Paraná, que sob a direção de D. Leonor Castellano,¹¹ estava, de forma admirável, editorando muitas obras de autores conterrâneos.

No dia 26 de maio de 1951, outra publicação sem autoria, destacou, mais uma vez o primoroso trabalho do Centro de Letras do Paraná, que indiscutivelmente estava prestando “relevantes serviços às letras paranaenses com a publicação de vários livros” (O DIA, 1951, p. 5). Nesta reportagem, mais uma vez fica evidente como Mary Camargo, neste contexto já era uma reconhecida literata paranaense, pois ela e Rogério Júnior, são descritos como “nomes sobejamente conhecidos e admirados no meios intelectuais” e como responsáveis por terem reunido “magníficas poesias, que constituem finos labores de arte poética” (O DIA, 1951, p. 5).

Os elogios à Mary Camargo e à *Luar de Opala*, também ocorreram em outros periódicos, tais como no *Diário da Tarde*. Neste jornal, em 05 de junho de 1951, ela é descrita como uma das “mais cativantes versejadoras femininas compatriotas” (DIÁRIO DA TARDE, 1951, p. 2).

No jornal *A tarde*, no dia 17 de setembro de 1951, Alberico Figueira, dedicou longas linhas para elevar o trabalho e a capacidade criadora de Mary Camargo. Conhecedor do trabalho da poetisa, ele não poupou bons adjetivos para engrandecer os feitos da escritora:

11. Segundo Zomer (2011) Leonor Castellano nasceu em Curitiba de 25 de outubro de 1899 e faleceu em 13 de janeiro de 1869. Foi professora, atuou na imprensa curitibana, ocupou o cargo de chefe de seção na Procuradoria Geral do Paraná e foi a primeira mulher a ocupar a presidência do Centro de Letras do Paraná.

Por várias vezes, em crônicas insertas em periódicos e revistas, tenho me referido à esforçada intelectual Mary Camargo, salientando, o êstro poético de que é dotada, a sensibilidade vibrátil da sua índole romântica, a harmonia dulcíssima dos seus sonetos, após cuja leitura permanecem cantando sugestivamente nas ouças dos amantes do belo ritmo.

Quando ela deu a lume “Céus de safira e vales de esmeralda” não regateei sinceros encômios ao invejável talento de sua autora, que representa na Assembleia Apolínea Paranaense a bucólica cidade de Jaguariaíva. Além disso, em outras oportunidades tenho transcritto composições de sua lavra, por julgá-las merecedoras de serem conhecidas dos apreciadores dos sonetos impregnados de legítima poesia, do espontâneo, límpido e impressivo lirismo (FIGUEIRA, 1951, p. 5).

Uma análise geral sobre as recepções críticas da obra de Mary Camargo, nos deixam perceber que a autora conseguiu grande destaque regional por suas obras. Em alguns momentos foi vítima de duras avaliações, mas, na maioria das vezes, teve sua dedicação e produção poética extremamente valorizadas, tornando-se uma das poetisas de maior destaque de Jaguariaíva e do próprio Estado.

Na esteira de suas produções solo, além das obras já citadas, ainda constam, segundo Lopes (2019), *Beiral de Estrelas* (1962), *Flocos de espuma* (1965), uma segunda edição ampliada de *Céus de safira e vales de esmeralda* (1975) e *Paisagens Sul*, do final da década de 1970. Ainda segundo Lopes (2019), Mary Camargo contribuiu em antologias e coletâneas nacionais de poesias e trovas, tais como a coleção *Anuário de poetas do Brasil*, organizada por Aparício Fernandes, além da destacada publicação *Poetisas do Paraná: um século de poesia*, na qual foram publicados seus três primeiros livros” (LOPES, 2019, p. 2).

Como autora proeminente, também fez parte de diversas entidades literárias nacionais, o que demonstra como conseguia se integrar aos espaços de discussão intelectual da época. Destas, destacam-se: “Academia de Letras José de Alencar, Academia Feminina de Letras do Paraná, Ala Feminina da Casa de Juvenal Galeno, Centro de Letras do Paraná, Centro Paranaense Feminino de Cultura, PEN Clube do Brasil, União Brasileira de Escritores, União Brasileira de Trovadores e outras” (LOPES, 2019, p. 2).

Reconhecida em vida, pelos seus talentos, Mary Camargo chegou a receber o título de cidadã Benemérita do município de Jaguariaíva, em 04 de maio de 1978. Após a sua morte, também a Biblioteca da cidade passou a se chamar “Biblioteca Municipal Mary Camargo”. Por fim, como mais uma forma de honrar pelos seus méritos, a rua em que viveu a poetisa, ao longo de toda a sua existência, recebeu a denominação “Rua Professora Marieta Camargo”.

Dona de um talento inestimável e de uma personalidade reservada, a escritora Jaguariaivense, deixou um belo legado a ser lembrado por todos. Além de sua trajetória literária, memórias daqueles que tiveram a chance de com ela conviver, encontram-se registradas. No livro organizado por George Roberto Washington Abrão, intitulado *Jaguariaíva e seus 172 causos* (2009), interessantes momentos da vida pessoal desta autora são citados.

O texto *Vida solitária* de Lopes (2019), nos narra, por exemplo um episódio em que Marieta Camargo trocou cartas com um jovem de outra região e, acabou por ele se apaixonando. Entretanto, a relação amorosa não se efetivou pois, quando o rapaz em questão, soube que a mulher com a qual ele se correspondia era “madura”, deu fim ao contato. Contada de forma espirituosa e leve, esta memória nos deixa entrever aspectos íntimos da vida da autora.

Outra crônica igualmente interessante é a nominada *Forasteira?* *Não!* através da qual, o já conhecido comportamento arredio de Mary Camargo foi mais uma vez, evidenciado. No texto, Lopes (2019), nos narra a situação em que a Professora Francisca Maccagnani Carazzi foi visitar Mary, com a intenção de lhe oferecer uma homenagem, mas foi recebida de maneira brusca, por se tratar, na visão da poetisa, de uma forasteira na cidade. Apesar do contato inicial pouco amigável, uma bela amizade logo se estabeleceu entre as duas senhoras.

Estes outros causos marcaram as memórias da cidade de Jaguariaíva que teve o privilégio de contar com a professora e poetisa Mary Camargo.

Igualmente ricas foram as contribuições deixadas por Carlota Faria dos Santos Lima. De acordo com Araújo (2006), Carlota nasceu em Jaguariaíva, em 30 de novembro de 1928 e faleceu em Curitiba em 31 de dezembro de 1995. Filha de Eurides dos Santos Lima e de

Therezita Faria dos Santos Lima, a jovem iniciou no mundo das artes desde muito cedo, condição esta facilitada por ser proveniente de uma família de pintores, músicos, escritores e poetas.

Das poucas informações que existem sobre a talentosa autora, sabe-se que que Carlota participou de várias entidades culturais e que produziu algumas obras em verso. Em 1979, em homenagem ao 1º ano Internacional da Criança, escreveu a obra *A mãe e a criança*. Na capa deste livro, além de haver o registro do nome original da autora, ainda há a inscrição do pseudônimo que costumava utilizar – *Leila Maria*.

Dedicado aos seus filhos – Denize Maria, Deyse Mara e Renato Faria dos Santos Jr., a obra traz uma diversidade de poemas sobre o tema da infância. Em alguns, dedicados especialmente à um dos filhos, Carlota relembra sobre fatos de sua própria vivência, tais como os bilhetinhos recebidos do filho, ou ainda as peraltices das filhas. Um dos últimos poemas da obra, dedicado a Mauro César, Carlota celebra sobre as alegrias de ter seu primeiro neto.

Porém, os belos versos falando sobre a felicidade e a vivacidade dos pequenos não predominam em toda a produção. Com um olhar sensível e entristecido, a autora também produziu poesias sobre a vida difícil e de pobreza, que uma parcela das crianças brasileiras ainda estava submetida naquele período.

Quanto à produção literária, Carlota ainda deixou seus registros em outras duas produções – em 1984, com o livro *A estrela para eu sorrir*, e na *Antologia dos Trovadores do Paraná*, no qual contribuiu com algumas trovas (TABORDA, 1984).

Artista múltipla, Carlota também se dedicou à pintura. De acordo com Araújo (2006), tendo como uma de suas inspirações a pintora curitibana Maria Nicolas,¹² Carlota produziu obras em que “recriava a natureza”, tendo como enfoque “paisagens, lugarejos, casas e igrejas, seguindo uma tendência ínsita” (ARAÚJO, 2006). Em relação à técnica, utilizava óleo sobre tela e eucatex, gesso e tecido.

12. Segundo Ribeiro e Veira (2020) Maria Nicolas nasceu em 10 de setembro de 1899, em Curitiba e faleceu e, 3 de junho de 1988. Foi professora alfabetizadora, escritora, poetisa, historiadora, contista dramaturga, teatróloga, novelista, biógrafa, pesquisadora e pintora. Ficou conhecida por uma série de livros chamada “Almas das Ruas” (1977), no qual trouxe fez um estudo sobre as ruas, avenidas, vielas e outros locais públicos de Curitiba.

Dona de grandes talentos literários e plásticos, Carlota foi mais uma das mulheres que contribuíram e deixaram suas marcas na cultura paranaense.

Considerações finais

Escrever sobre mulheres escritoras, muito mais do que um desafio, é um privilégio e um dever. Ter a oportunidade de fazer conhecer o trabalho de mulheres como Maria Cândida, Mary Camargo e Carlota torna-se essencial em um contexto que buscar se lançar luz sobre as produções escritas femininas que, por muito tempo, foram vistas como menos importantes ou de segunda categoria.

Extremamente atuantes em seus contextos de existência, estas mulheres eram donas de múltiplas facetas. Foram professoras, pintoras, membros de associações e pioneiras em ocupar espaços pouco afeitos a presença feminina. Com sua escrita, valorizaram as belas paisagens do Campos Gerais do Paraná, narraram acontecimentos de sua vida privada, deram voz as emoções e deixaram belas marcas na literatura local.

Referências

Jornais

ATIVIDADES INTELECTUAIS: O DINAMISMO DO CENTRO DE LETRAS. **Jornal O dia**. Curitiba: 1951, p. 7.

CÉUS DE SAFIRA E VALES DE ESMERALDA. **Revista Vida Doméstica**, p. 1945, p. 99.

CORBELHA DE LETRAS. **Jornal O diário da Tarde**. Curitiba: 1951, p. 5.

ENCERRAMENTO DAS AULAS NO GRUPO D. ISABEL BRANCO. **Correio do Paraná**, 1935, p. 5.

FIGUEIRA, A. Em um, dois.... **Jornal da Tarde**, 1935, p. 5.

FIGUEIRA, A. Ao findar da primavera. **Revista Gran-fina**, 1940.

FIGUEIRA, A. Turmalinas. **Jornal O dia**, 1947, p. 4.

JÚNIOR, J. B. Mary Camargo: harpa eólica do lirismo. **Revista Gran-fina**, 1941.

LUAR DE OPALA. **Jornal O dia**. Curitiba: 1951, p. 5.

NASCIMENTO, O. Turmalinas. **Diário do Paraná**, 1947, p. 3.

Trabalhos acadêmicos

KAMITA, R. C. Resgates e ressonâncias: Mariana Coelho. 2004. **Tese** (Doutorado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

KROIN, V. Imaginário poético de Leonilda Hilgenberg Justus e Olga Grechinski Zeni: amor e religiosidade. 2022. 300 f. **Tese** (Doutorado em Letras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2022.

SANTOS, Liana Pereira Borba dos. Mulheres e revistas: a dimensão educativa dos periódicos femininos Jornal das Moças, Querida e Vida Doméstica nos anos 1950. 2011. 173 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SEVERINO, T. A. Além do visível: imagens de humor do suplemento cultural Anexo (1976-1977). 2018. 215 f. **Dissertação** (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

ZANQUETTA, F. S. A representação da mulher na ficção de autoria feminina paranaense: Pompília Lopes dos Santos (1900-1993). **Dissertação** (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

ZOMER, L. História de uma “boa feminista”: trajetória intelectual de Leonor Castellano em Curitiba (1924-1967). 2011. 127 f. **Dissertação** (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

Livros

ARAÚJO, A. M. **Dicionário das artes plásticas no Paraná**. Curitiba: Edição do autor, 2006.

CARVALHO, Brasilino de. **Interpretação da realidade brasileira**: centenário de Jaguariaíva. Curitiba: Grafipar, [1975?].

Paulo: [s.n], 1975.

LOURO, L. G. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, M. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

ROHDEN, F. **Uma Ciência da Diferença**: sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

SANTOS, L. C. **Anita Philipovsky**: a princesa dos campos gerais. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2002.

TABORDA, Vasco José; WOCZIKOSKY, Orlando (Org). **Antologia de Trovadores do Paraná**. Curitiba: O Formigueiro, 1984. 84 p.

Webgrafia

ANGELIS, Eleonora Amaral de. Disponível em: <http://sites.uem.br/cedoc-lafep/indice-de-escritoras/letra-e/eleonora-amaral-de-angelis>. Acesso em 31 mar. 2023.

BACH, R.W. Professor da UEPG apresenta a obra numa pequena cidade do grande mundo. Disponível em: <https://www.uepg.br/livrojudithdantas/>. Acesso em 27 out. 2022.

BATISTELLA, Alessandro. A campanha oposicionista ao governador paranaense Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955) por meio da caricatura política. **Revista de História Regional**, v. 23, n. 1, 2018.

BEJES, Nylzamira Cunha. Disponível em: <http://simultaneidades.blogspot.com/2009/10/academia-paranaense-da-po%C3%A9sia-novos.html>. Acesso em 28 out. 2022.

DOS SANTOS, J. A. H.; TEIXEIRA, N. C. R. B. A mídia como um manual de boa conduta feminina: uma análise através da revista Gran-Fina (1940). **Leituras do Jornalismo**, v. 1, n. 5, 2016.

GUEBERT, Caroline Aparecida. “Pensar pela pena que desliza, falar pela boca que se fecha”: Emilia Dantas Ribas como a primeira romancista dos Campos Gerais (Paraná, 1949). **Revista Espacialidades**, v. 13, n. 01, p. 37-63, 2018.

JUSTUS, Leonilda Hilgenberg. Disponível em: <http://sites.uem.br/cedoc-lafep/indice-de-escritoras/letra-l/leonilda-hilgenberg-justus>. Acesso em 27 out. 2022.

KOLLER, Hilda. Disponível em: <http://sites.uem.br/cedoc-lafep/indice-de-escritoras/letra-h/hilda-koller>. Acesso em 28 out. 2022.

KUBASKI, D. **A trovadora dos Campos Gerais**. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/falecimentos/a-trovadora-dos-campos-gerais-2bny5snk35bxemi4i61zvhvy/>. Acesso em 28 out. 2022.

LOPES, R. G. P. Mary Camargo, a voz do interior do Paraná. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 1º a 2 abr. 2019. Academia de Letras dos Campos Gerais. p. 7C.

MAGALHÃES, Idalina Bueno de. Disponível em: <http://sites.uem.br/cedoc-lafep/indice-de-escritoras/letra-i/idalina-bueno-de-magalhaes>. Acesso em 27 out. 2022.

PESAVENTO, S. J. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. **História da Educação**, n. 14, p. 31-45, set. 2003.

RIBEIRO, A. F. M.; VIEIRA, A. M. D. P. **Mulheres paranaenses**: Maria Nicolas, a pesquisadora da “alma das ruas”, 2020. Disponível em: <https://curitibadegraca.com.br/mulheres-paranaenses-maria-nicolas-a-pesquisadora-da-alma-das-ruas/>. Acesso em 23 set. 2022.

CAPÍTULO 6

FOTOBIOGRAFIA DA ESCRITORA MARIA CÂNDIDA DE JESUS CAMARGO

Luísa Cristina dos Santos Fontes



Maria Cândida, retratada por José Demeterco para o livro do Centro Paranaense Feminino de Cultura: **Poetisas do Paraná**: um século de poesia. 1959. P. 96.

Há, em relação à linguagem, uma progressão histórica do silêncio à verbalização, o que se observa não só na prática geral da linguagem como no discurso da ciência. Do século XIX para cá, veio se acelerando, de um lado, a produção de diversas linguagens e, de outro, a consequente contenção cada vez mais acentuada do silêncio, sobejamente no campo do discurso feminino: as palavras se desdobram ilimitadamente em mais palavras. Assim, quer se trate de dominação, quer se trate de resistência, é pela historicidade inscrita no

tecido textual que é possível aprender a presença/ausência desta escritora e suas contemporâneas na identidade cultural brasileira.

Maria Cândida de Jesus Camargo escreve para registrar a sua vivência do cotidiano, capitalizando fatos, pensamentos, conservando e eternizando momentos, procurando conter o escoar do tempo. Sua obra é a história de uma aprendizagem. Aquela que conta, alternando evocações do passado com a reflexão, conseguindo imprimir ao texto imagens da memória e trajetória de vida.

Maria Cândida de Jesus Camargo, filha de Cândido Mendes Ribeiro Ferraz de Camargo e Maria Joaquina de Sousa Castro Camargo, nasceu em 6 de agosto de 1868, em Ponta Grossa, Paraná. O casal teve onze filhos, além de Maria Cândida, Euclides, Franklin, José, Plínio, Maximiana, Francisca, Maria Luiza, Maria Augusta, Fernandina e Cândido (registros em <https://www.familysearch.org>).

Em Ponta Grossa, fez seus estudos. Foi aluna atenta de Alzira Braga dos Santos Ribas¹ e Antônio Martins de Araújo (poeta ponta-grossense, dos bons, registrado em *Vozes Campestres*), professores dedicados com os quais fez seus primeiros estudos, na primeira escola criada na cidade de Ponta Grossa. A também escritora Mary Camargo (1906-1983) – Marieta Camargo Turek – é sua sobrinha, filha de Francisca.



Profa. Alzira Braga dos Santos Ribas. Foto do livro *Educadores Ponta-grossenses – 1850-1950*, de Joselfredo Cercal de Oliveira (p. 113)

1. Conforme registra Joselfredo Cercal de Oliveira (em seu *Educadores Ponta-grossenses – 1850-1950*, Ponta Grossa, Ed. UEPG, 2002, p.113-4)), a Profa. Alzira, dotada de sólida formação intelectual, montou uma sala de aula na Praça Marechal Floriano Peixoto, Ponta Grossa, com alunos de todas as camadas sociais. Sua escola teve a honra de receber a visita do Imperador Dom Pedro II.

Seja por dom inato, seja por influência de seus mestres e pelo contexto social e cultural em que viveu, Maria Cândida dedicou-se ao magistério público primário. Lecionou em Ponta Grossa e, ainda, em Imbituva, Prudentópolis, e, por último, Jaguariaíva. Nesta cidade fixou residência definitiva, aposentou-se em 1919, e viveu, ainda, mais trinta anos. Mais tarde, numa justa homenagem, a Academia Feminina de Letras do Paraná escolheu o seu nome para Patrona da Cadeira N. 3 da agremiação, cuja primeira ocupante é Mary Camargo. Da mesma forma, a Academia de Letras dos Campos Gerais em sua fundação, em 1999, homenageou Maria Cândida de Jesus Camargo como Patrona da Cadeira N. 32, cuja Fundadora é a escritora Aldina Rocha Sallem.



Grupo Escolar Izabel Branco, 1922, Centenário da Independência do Brasil. Construída em 1911, primeira escola pública de Jaguariaíva. Uma das escolas em que a escritora lecionou. Foto postada por Paulo Marcos no Grupo “Jaguariaíva em Fotos e Videos”, em 13 de abril de 2020.

Maria Cândida Camargo, cedo, despertou para a poesia, quem sabe se por influência do mestre-poeta, ou simplesmente por seu amor à vida. E, logo, sob pseudônimos (Stela de Jesus, Stela Maria, Miriam e Aimar, e outros), no início, e mais tarde com seu nome completo, colaborou brilhante e abundantemente para jornais e revistas de cidades de todas as regiões de seu estado natal. Publicou, também, com regularidade, seus trabalhos em periódicos dos dois mais importantes estados do país, São Paulo, *Revista Feminina*, *Cidade do Matão*, *O Clarim* e Rio de Janeiro, *Copacabana*, *O Jornal*, *O Malho*. Muito embora tenha produzido incessantemente, Maria Cândida Camargo nunca viu

um livro seu editado. Alguns anos após sua morte, Rodrigo Júnior, eminent poeta, e a prof.^a Alaíde de Camargo Turech, sobrinha da poeta, reuniram em um volume seus principais escritos (49 poemas). A obra foi intitulada *Jubilos e Mágicas* e lançada em 1958.



Alaíde de Camargo Tureck, sobrinha de Maria Cândida de Jesus Camargo, responsável pela reunião de seus poemas para a publicação póstuma de *Jubilos e Mágicas*.²

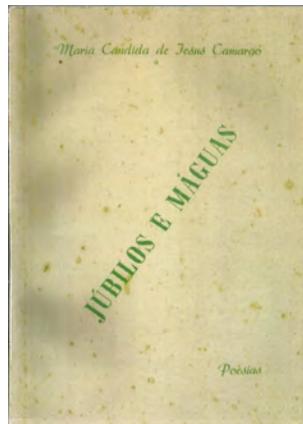


Rodrigo Junior, por Curt Freylesben³

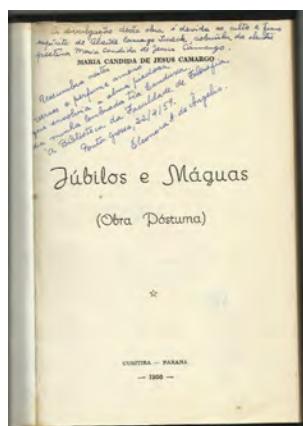
2. A primeira foto é do livro *Vultos Paranaenses*, de Maria Nicolas, 1966, p. 8. A segunda é do acervo de Rafael Gustavo Pomim Lopes. Alayde Camargo Tureck, professora, também escritora, publicou “Pélego interior”, bem aceito pela crítica. Nasceu em Jaguariaíva em 1919 e faleceu em Curitiba em 1963.

3. Retrato publicado na Tese de Doutorado de Claudécir de Oliveira Rocha. *Quadros provincianos: a obra de Rodrigo Júnior*. Universidade Federal do Paraná. Tese de Doutorado em Letras. 2019. Orientador: Rodrigo Vasconcelos Machado. P. 368.

Júbilos e Mágicas representa com exatidão a sua própria vida, seus pensamentos, os sentimentos da mulher, os costumes do seu tempo. A temática de sua obra também revela os sentimentos do cotidiano que são vividos e sofridos de forma transparente como amor/saudade/amizade/família/religião, entre outros. Fica claro que Maria Cândida compôs sua própria vida registrando com facilidade e delicadeza as peculiaridades mais relevantes e marcantes que ficam como resgate do estilo da mulher do seu tempo.



Obra póstuma publicada em 1958. Cópia dada pelo escritor Rafael Gustavo Pomim Lopes à Biblioteca Eno Teodoro Wanke da Academia de Letras dos Campos Gerais.



Na folha de rosto do exemplar da Biblioteca Central Prof. Faris Michaele, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, a apreciação da professora e escritora Eleonora Amaral de Ângelis na doação do livro.

Trazendo à luz os temas que traduzem sua própria história, no poema “Júbilos e Mágicas”, assinala Denis R. Albach, a poeta revela sua concepção mediante o mundo. E não fica aquém disso, segue ainda expressando sua ideação através do que cria sobre a vida e a eternidade. No poema desenha a vida com suas palavras quando diz que “A vida é mesmo assim.../ Toda alegre e festiva”.⁴ Mas a presença da poesia faz parte dessa vida “A poesia o seduz”.

Segue nos versos seguintes. Podemos aqui buscar outro aspecto claro e evidente em sua obra que é esse apego à poesia. É quando a presença da mãe se torna forte, permanente e implacável em sua vida e obra. Dentro dos seus 49 poemas a significância do amor materno é traduzido em diferentes modos pendentes em sua memória. A recordação da mãe traz a presença da poesia. A essa lembrança Maria Cândida denota o valor que teve sua mãe em instrui-la ao caminho da poesia. Na terceira estrofe do poema “Minha mãe” é revelado nos seguintes versos seu significado: “Em tais lições os filhos instruía / Com bondade, ternura e complacência / Sob o encanto intangível da Poesia”.⁵

Mais ainda no mesmo poema, retrata a lembrança da mãe julgando a ela a devoção que teve através dos ensinamentos religiosos que ficaram marcantes por toda sua vida e registrado em sua obra.

Julgava a Religião – Sol que a alma guia
Sublime graça – a paz da consciência.⁶



“Minha mãe”, no Diário da Tarde, Curitiba, 7 de dezembro de 1957.

4. “Júbilos e mágicas”, in: CENTRO Paranaense Feminino de Cultura. *Poetas do Paraná: um século de poesia*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1959. P. 101.

5. “Minha mãe”, idem, p. 101.

6. Idem.

O amor materno, explícito tal como sentia, faz-se comparado à união do Criador com suas criaturas. Interliga a crença em Deus com a afetividade materna. Nos versos do poema “Amor materno” a última estrofe manifesta a isso ao que se refere a fé e o amor de mãe:

Amor materno, o íris de bonança
Divino emblema de sagrada aliança
Das criaturas ao Criador Supremo.

Pela vida, Maria Cândida também expressa seu sentimento solidário. É quando retrata no poema “Pequena finada” a tristeza de sentir a dor da mãe que perde sua filha. Aflita, a mãe que vê sua filha desfalecida precisa de um conforto que lhe traga esperança e a console. Nada mais para a evocação de Deus, ainda segundo Albach, que Maria Cândida busca esse conforto. A última personagem que aparece no poema é uma Irmã (certamente sua própria personificação através da personagem que a poeta colocou para retratar sua própria concepção de morte), ela a consola e diz: “Deus a levou ao céu e ela está feliz / Entre os anjos, – por vós, roga ao Senhor.”

Sua consideração diante da morte se desprende ao simples vínculo da tristeza. O lamento que se sofre na perda de uma pessoa querida não se restringe somente aos traços de amargura e dor. O choro, a recordação agonizante e o assombro da intransquilidade dos sentimentos sucumbem a imortal saudade. Morrer é a predestinação que o homem tem desde que nasce e é uma vontade de Deus. Quando se morre, para Maria Cândida tem-se um encontro com o Divino, pois quando abandona a terra, recolhe em seus braços Jesus.

Esse encontro que se eterniza é a visão mais autêntica e clara dessa religiosidade implacável que se apresenta em sua obra. O poema “Saudade” em que a poeta dedica a uma amiga que morreu aos 17 anos vai ao encontro da visão sobrenatural que a autora salienta em seus poemas.

SAUDADE

À memória de minha querida e sempre pranteada amiga, Laura Alves Carneiro, falecida a 25 de março de 1888, em Imbituva, em Paraná, aos 17 anos de idade.

Lamentos, prantos, pesar e martírio
Lembrando a morte dessa virgem casta,
Levou-a Deus e ela está no empíreo
Longe dos males que a existência arrasta

Ah! Flor modesta que a terrestre veiga
Amenizaste como aroma puro
Ah! Quem pudera ao ver-te alegre e meiga
Adivinhar o teu fim prematuro.

Um golpe imenso ao coração materno,
Urna que guarda inexaurível dor,
Unindo sempre ao sentimento eterno
Um canto amargo de saudade e amor!

Resignar-se? Que palavra fria
Resta a uma alma angustiada assim...
Resignar-se! Se a morte sombria
Roubou-te ó flor, p'ra o celestial jardim:

Ah, mas quem sabe, se um mandado augusto
Altos mistérios do poder de Deus,
Arrebatou-te a um destino injusto
Asas te enviando para voar aos céus.

Não; não choremos; ela foi ditosa
Virgínea rosa encantadora e casta,
Deus transplantou-a aos cerúleos vales.
Longe dos males que a existência arrasta.

Deixou o tredo labirinto escuro,
 Já o futuro a não assombra mais,
 Ave inocente, procurou asilo
 Calmo e tranquilo, onde não se ouvem ais.

E, no entanto, a saudade infinita
 Meu peito agita, cruciante, atroz!
 Enfebrecido o pensamento foge
 Um canto hoje, ah, que me dera voz!

Se não me esqueço dos passados dias
 Das alegrias que o seu lar perdeu!
 Tudo que vejo, tudo quanto existe
 Recorda triste, que ela já morreu.

Morreu criança, abandonou a terra,
 Lodo que aterra, a quem aspira à luz,
 Foi tão amável inocente e boa
 Áurea coroa, lhe dará Jesus!⁷

Diferentes significações diante do mundo são simbolizadas em seus poemas. Dos temas mais comum aos raros a poeta perpassa por ideias que transcorrem em torno da vida buscando sentido para ela. O mundo em transformação antes materialista atribuía-se a razão ao poder econômico, ambicionava dominar pelo poder do superior e dessa forma decompunha a sociedade cada vez mais desunida. Mas a poeta trouxe luz à razão o que para ela era o verdadeiro significado da evolução e da civilização entre os povos. No poema “Idades” Maria Cândida narra a evolução das diferentes fases e dá seu sentido para ela:

IDADES

Quando o homem simples, bom
 Viu na terra um tesouro,
 Em searas e rebanhos,

7. “Saudade”, in: CENTRO Paranaense Feminino de Cultura. *Poetas do Paraná: um século de poesia*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1959. P. 103.

Viu passar a idade do ouro.
 Passado tempo, a ambição,
 Em sua mente retrata,
 Planos de forma e domínio,
 – Foi essa a idade de prata.
 Surgiu então a discórdia,
 Desunindo a humanidade,
 Invento de armas, a conquista
 Tornou-se de bronze – a idade.
 Ódios funestos, a vingança
 Da guerra, o mundo sinistro erro,
 Sem liberdade e sem paz
 Passou a idade de ferro.
 Seguiram-se outras idades
 Ao mundo em evolução,
 Trazendo a do Cristianismo
 A luz da civilização!⁸

O que a poeta pensava sobre o amor, esse elo sagrado que engrandece o sentimento humano, é descrito numa percepção clara, pura e infindável do sonho de um amor que não acaba. Um amor que transpassa as estações e com elas a vida até adormecer num derradeiro sono... Um amor, expresso no poema “Imutável”, que não dissipa no tempo nem se entrega ao abandono. Um sentimento indissolúvel que faz no coração o seu próprio trono.

Bendigamos-lhe a nobre persistência,
 Acrisolando o sonho da existência
 Engrandecendo o sentimento humano!⁹

Ao que tange sobre sua vivência, Maria Cândida de Jesus Camargo era simples, precisa e religiosa. Fervorosa, por muitos anos integrou o grupo do Apostolado da Oração em Jaguariaíva.

8. “Idades”, idem, p. 104.

9. “Imutável”, idem. P. 108.



Senhor Bom Jesus da Pedra Fria, padroeiro de Jaguariaíva, nomina o Santuário Diocesano. A Igreja teve sua construção concluída em 1870. Foto de Luísa C. S. Fontes.

Num dos seus mais belos poemas em que retrata sua vida, a poeta deixa eminentes os valores a que lhes atribuía e a deferência que dá a ela. Sem nenhuma ambição terrena e passageira, não se submete aos caprichos temporários da vida, mas desprende-se de qualquer analogia a que se refere aos valores desse mundo. Afina-se ao tempo que é eterno e às mensagens que perduram para uma existência superior e incorruptível. Seus desejos não anelavam à riqueza nem ao requinte das badalações de festas extravagantes. A fama e a notoriedade não lhe trariam o mesmo conforto como as noites calmas e silenciosas que lhe davam prazer. Para ela tudo o que era delirante e excepcional que trouxesse alteração no seu modo simples e puro de viver não a envolvia nem a seduzia.

Maria Cândida Camargo, a quem impressionava a amizade entre o pai e Carlos Gomes, conterrâneos e amigos de infância, nutria especial admiração pelo grande compositor e maestro. Sobre esse fato, compôs um soneto:

RECORDAÇÃO DE MEU PAI

Ao glorioso maestro brasileiro
 Sagrou meu pai imorredoura estima,
 Ao amigo de infância e campineiro,
 Ambos cultores da música – a arte prima.

Quando o gênio de Gomes o primeiro,
 Entre os notáveis, colocou-se acima,
 Meu pai o aplaudia e prazenteiro
 Louvando-o em frases que o entusiasmo anima,

Contava-nos: “No Rio a sua estréia, ...
 O Tonico me vendo na platéia
 Abraçou-me dizendo: – Estás aqui?

Sim, respondi. Vim dar-te os parabéns.
 – Penhorado agradeço e aqui tu tens
 Uma lembrança. – E deu-me o Guarani...”¹⁰

Apesar da variedade e da fecundidade de seus versos, é Maria Cândida Camargo poeta fiel a certos assuntos cotidianos e elementares: o amor, a amizade, a religião, a saudade, a família, a homenagem. A atitude diante de determinados temas traz uma perspectiva interessante e/ou útil para observar o desenvolvimento. Maria Cândida Camargo possuía facilidade e rapidez para compor poemas de melifluídas notas, é reconhecida como a “paisagista do verso”, são correntes, também, aqueles de tom eminentemente elegíaco, entretanto o que mais lhe evidencia o fazer poético, confirmando a decantada imagem de simplicidade, é que se permitiu transparecer em seus versos:

MINHA VIDA

Não ambiciono o farfalhar das sedas,
 Nem o brilho das pedras preciosas;

10. CAMARGO, Maria Cândida de Jesus. *Júbilos e máguas*. (Obra póstuma) Curitiba: Lítero-técnica, 1958, p. 13-4.

Nem passeios por vastas alamedas
Ou pelo asfalto, entre jasmins e rosas ...

Nem do capricho as armadilhas tredas
Envolvem-me nas redes ardilosas ...
Amo o sossego dessas noites ledas,
Íntimas festas, suaves, jubilosas,

Não invejo a riqueza requestada;
A vida quero simples, recatada,
E que o mundo ignore que eu existo.

O que mais eu adoro e que me encanta
É a poesia singela, pura e santa,
De uma frase evangélica de Cristo.¹¹

Profundamente católica, humilde, não de uma humildade tola e depressiva, a poeta nos deixou inúmeros versos carregados de fé, nos quais a religião configura bom solo para fincar raízes:

O PEREGRINO

Chovia. Chega à porta o peregrino...
Pelas feições parece um estrangeiro:
Claro, olhos azuis, falar benigno.
Da casa o dono o acolhe, hospitaleiro.

– Vai a São Paulo? – E além. O meu destino
Manda-me ser, no mundo, um caminheiro...
Dou conselhos, algum remédio, ensino ...
E assim vou continuando o meu roteiro.

Trouxeram-lhe o café. – “Louvado seja
Nosso Senhor, e que este lar proteja!
Dou-vos mil graças. E prossigo – Adeus!”

11. “Minha vida”, idem, p. 9-10

E quando, já na estrada ele seguia,
 Pergunta alguém: – Será o João de Maria?
 E o hospedeiro: – “Afianço: é um bom servo de Deus!”¹²

Na construção de seus poemas, o amor à terra natal desdobra-se em estrofes de luz, em perfeita sintonia com os costumes, valores e conceitos de época. O verbo da poeta pontua com precisão seu olhar embevecido por intermédio do caráter pictórico de seu texto:

PONTA GROSSA

Outrora, como a jovem campesina
 Que festiva saúda a luz d’aurora,
 Tínhas a garridice de menina
 Que no espelho da linfa s’enamora.
 Hoje, tens a beleza que fascina,
 Que a arte aperfeiçoa e o luxo adora,
 Como princesa da região sulina
 Tens a altiva presença de senhora

Paris aclamem – a Cidade-Luz,
 Roma grandiosa, a poética Veneza,
 Londres imensa, a mágica Istambul

Envolta em esplendor, mais me seduz
 A dos Campos Gerais, linda princesa,
 Astro do Paraná, jóia do Sul

Seu apego à natureza definitivamente manifestado em versos inspirados na sensibilidade de um lirismo que bem define o bucolismo das paisagens mortas realiza-se com o ritmo compassado e orgânico da natureza. Como bem diz Pompília Lopes dos Santos, em sua poesia encontramos o cheiro agreste das matas e o frescor das orvalhadas madrugadas. Introspectiva, Maria Cândida prefere os tons, sons e sensações da natureza. E na busca de desvendar em palavras os significados efêmeros dos ambientes naturais, a poeta tece os mo-

12. “O peregrino”, idem, p. 61-2.

mentos que antecedem um novo dia em estrofes que, de tão subjetivas, paradoxalmente, as impressões tornam-se reais:

MADRUGADA EM VIAGEM

Rompe a alvorada fria em céu nevoento ...
 Mádido, o campo é todo verde malva
 A cerração que envolve o firmamento
 Encobre no levante a estrela-d'alva.¹³

JUNHO

Chega a fria estação. Junho a apresenta,
 Com semblante glacial antifraterno,
 Geadas trazendo ... A terra, friorenta,
 Luz pede ao sol, embora sol de inverno ...¹⁴

Fraternal e amorosa, envolve em poesia personagens de sua vida, quando historiciza em singelo orgulho a figura de sua mãe: “No rútilo santuário da memória/ Vejo de minha Mãe o doce vulto,/ Narrando-se, serena, a fiel história/ De sua vida, e ao recordá-la exulto//”, ou quando louva o primeiro mestre e incentivador:

A PONTA GROSSA

Homenagem à memória de seu primeiro poeta
 – Antônio Martins de Araújo

Neste rincão de florações agrestes,
 Onde canta o sabiá pela devesa,
 Veio à luz quem cantou – “Vozes campestres”
 E dos Campos Gerais a alta beleza

Exercendo a missão tenaz dos mestres,
 Cultivava a bondade e a singeleza,

13. “Madrugada em viagem”, idem, p. 17.

14. “Junho”, idem, p. 19.

Não o enlevando os ouropéis terrestres,
 Nem o fausto arrogante da riqueza.
 Assim o diante ante o sepulcro santo
 De seus pais, escutando o flébil canto
 Do vento, na folhagem dos ciprestes...

E ao fazer a sua triste despedida
 Legou à nobre terra estremecida
 Como preito d'amor – “Vozes campestres”.¹⁵



Ponta Grossa, praça da Matriz, por volta de 1880. Acervo de Carlos M. Fontes Neto.



Jaguariaíva, década de 1930, fotografia postada por Reinaldo Weigert Filho no grupo de Facebook: Jaguariaíva em Fotos e Vídeos.

15. “A Ponta Grossa”, idem, p. 84-5.

Maria Cândida Camargo dispensava aos poemas sua sensibilidade criadora e sua capacidade de abrir a alma de forma simples e natural. Plena de existência, a poeta imortalizou na sua poesia as aspirações, sensações e ideais da mulher de seu tempo. A tristeza, a solidão, a fé, o amor à terra natal e o sentimento de fraternidade se desprendem de seus versos. Mais que isso, estas opções temáticas, estrategicamente, permitiram que se aprofundasse na trama do cotidiano e recuperasse expressões e experiências femininas. A imortal poeta, cándida, mas forte, viveu sua vida nos versos que compôs ou, talvez, seus versos tenham mimetizado a sua vida. Gracielle Salmon, escritora também paranaense, expressa delicadamente o talento e a índole de sua conterrânea:

Tinha nome de monja: Maria Cândida de Jesus. Nome de predeterminada para o Amor, não esse amor pequeno, instável, egoísta, limitado a uma só criatura, mas aquele que se espalha em carinho também pelos seres e pelas coisas, traduzido em bondade e compreensão, em docura e serenidade. Era simples e humilde como um fio d'água, sem o saber, alegra e enfeita o caminho. Sem ambições, nem invejas, em seus longos anos de vida foi sempre essa água fresca e pura, cristalina e cantante.

E ainda agora, quando já partiu para a caminhada, com pés de silêncio, pelos jardins da paz, sua doce voz de fonte continua a ser ouvida, porque deixou o coração esparso por aí, dissolvido em versos, desfeito em Poesia.¹⁶

É à alma que o alimento em poesia vem, é dos recantos escondidos, onde saudade e paz coexistem, que o encontro com a poesia de Maria Cândida Camargo (re)significa, e, desta maneira, compõe o *puzzle* de sua identidade. O que resta a nós, leitores, é perceber os grandes méritos dessa mulher simples que, com sutileza, registrou sua fala em linhas coloridas de verduras intensas, brancuras frias, transparências brilhantes.

16. SALMON, Gracielle. In: CAMARGO, Maria Cândida de Jesus. **Júbilos e máguas**. [obra póstuma] Curitiba: Lítero-técnica, 1958. P. 3.



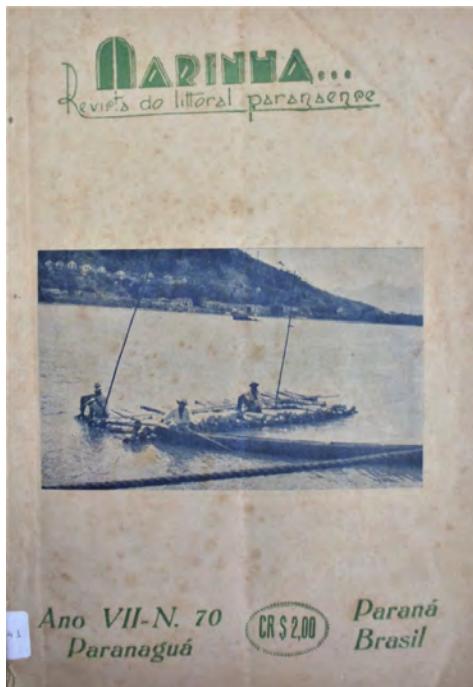
O reconhecimento: “A primeira poetisa pontagrossense” e uma das primeiras do Paraná.
A Tarde, Curitiba, 22 de setembro de 1951.

OBRA

CAMARGO, Maria Cândida de Jesus. *Júbilos e máguas*. [obra póstuma]
 Curitiba: Lítero-técnica, 1958.

COLABORAÇÃO EM PERIÓDICOS

De Ponta Grossa: *Campos Gerais*, *O Progresso*, *O Comércio*; de Guarapuava: *Guayra*; de Castro: *Dezenore de Novembro*, *Castro Jornal*; de Paranaguá: *O Itiberé*, *Marinha...* *Revista do litoral paranaense*; de Antonina: *Jornal de Antonina*; de Sengés: *O Ew*; de Tomazina: *O Tomazina*; e a capital, Curitiba: *Diário da Tarde*, *A República*, *A Cidade*, *O Dia*, *Almanaque dos Municípios*, *Jornal dos Poetas*, *Correio dos Ferroviários*, *Gazeta Paranaense*, *Correio do Paraná*, *A Tarde*, *O Mensageiro de Natal*. Do Rio de Janeiro: *Diário de Notícias*, *Copacabana*, *O Jornal*, *O Malbo*. De São Paulo: *Revista Feminina*, *Matão*, *O Clarim*.



Colaboradora assídua na *Marinha... Revista do litoral paranaense*, incentivada pelo escritor Rodrigo Júnior. Acervo da Biblioteca do Centro de Letras do Paraná.

FORTUNA CRÍTICA DA ESCRITORA

BORGES, Durval. “Júbilos e Maguas”. [Comentários Literários]. **O Dia**, Curitiba, 16 de maio de 1959. P. 7.

CAXAMBU, Emanoel Reinaldo. **A palavra é... “Cândida” desde o nome e por toda sua vida**. [livreto]

CENTRO de Documentação de Literatura de Autoria Feminina Paranaense. CEDOC. Universidade Estadual de Maringá. **Maria Cândida de Jesus Camargo**. <Dados Biográficos — Centro de Documentação de Literatura de Autoria Feminina Paranaense> (uem.br) Acesso em 23 de maio de 2022.

CENTRO Paranaense Feminino de Cultura. **Poetas do Paraná**: um século de poesia. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1959.

CHERES, Luiz Fernando. “Maria Cândida de Jesus Camargo”. In: FONTES, Luísa Cristina dos Santos; CHERES, Luiz Fernando; ZAN, Sérgio Monteiro (org.). **Biobibliografia da Academia de Letras dos Campos Gerais**. Ponta Grossa: Planeta, 2015. P. 218-9.

FERNANDES, Josué Corrêa. “06/08/1868”. **Ponta Grossa – História Mínima**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2017. P. 86 e 195. [Série Lambrequins].

FIGUEIRA, Alberico. “Musa em funeral” [Literatura e Feminilidades]. **O Dia**, Curitiba, 21 de agosto de 1949. P. 7.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. **Dicionário de Mulheres**. 2. ed. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011. P. 140. <https://www.familysearch.org>.

KAMITA, Rosana Cássia. “Escritoras Paranaenses do Período: a importância de Mariana Coelho nesse cenário.” In: **Resgates e ressonâncias: Mariana Coelho**. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, curso de Pós-Graduação em Literatura, Doutorado em Teoria Literária. 2004. [Tese de Doutorado] p. 143.

LOPES, Rafael Gustavo Pomim. História de Maria Cândida de Jesus Camargo. In: LUDWIG, Augustinho Argemiro; FRIZANCO, Orlando. História de Jaguariaíva: famílias de pioneiros (parte 1), volume II. Jaguariaíva: ULT, 2013. p. 38-41.

MARTINS, Araci. “A Primeira Poetisa Pontagrossense”. **A Tarde**, Curitiba, 22 de setembro de 1951. P. 5.

NICOLAS, Maria. **Vultos paranaenses**. Curitiba: O Formigueiro, 1966. Vol. 4.

NICOLAS, Maria. **Pioneiras do Brasil**: Estado do Paraná. Curitiba, 1977.

OLIVEIRA, Américo Lopes de. **Dicionário de Mulheres Célebres**. Porto, Portugal: Lello & Irmão – Editores, 1981. P. 190.

PETROUCIC, Roberto Moraes Rosa. “Petroucic genealogy”, database, **Genealogy Online** (<https://www.genealogieonline.nl/petroucic-genealogy/I69583.php>): Accessed May 23, 2022, “Maria Cândida de Jesus Camargo”.

RODRIGO JR & PLAISANT, Alcibiades. **Antologia paranaense**: poesia. Curitiba: Mundial/França, 1938.

ROLIM, Alvacyr. “Maria Cândida de Jesus Camargo”. [Literatura e Feminilidades]. **O Dia**, Curitiba, 21 de agosto de 1949. P. 7.

ROLIM, Alvacyr. “Maria Cândida de Jesus Camargo”. [Literatura e Feminilidades]. **O Dia**, Curitiba, 4 de setembro de 1949. P. 6.

SALMON, Gracielle. In: CAMARGO, Maria Cândida de Jesus. **Júbilos e máguas**. [obra póstuma] Curitiba: Lítero-técnica, 1958. P. 3.

SANTOS, Luísa Cristina dos. “Cândida palavra”. **Diário da Manhã**, Ponta Grossa, 4 de março de 2001. P. 11. Coluna da Academia de Letras dos Campos Gerais.

SANTOS, Luísa Cristina dos. “Maria Cândida de Jesus Camargo”. In MUZART, Zahidé Lupinacci (org.). **Escritoras Brasileiras do Século XIX**. Vol II. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. P. 484-94.

SANTOS, Luísa Cristina dos & ALBACH, Denis Rafael. Maria Cândida de Jesus Camargo – Júbilos e Mágicas. Ponta Grossa: **Uniletras**, UEPG, dezembro 2004. V. 26. P. 267-71.

SANTOS, Luísa Cristina dos & SILVA, Arlete Souza da. Maria Cândida de Jesus Camargo. Ponta Grossa: **Uniletras**, UEPG, dezembro 1999. V. 21. P. 179-80.

SANTOS, Pompília Lopes dos. **Sesquicentenário da poesia paranaense**: antologia. 2. Ed. Curitiba: Academia Feminina de Letras do Paraná, 1985.

SILVEIRA, Reynaldo Ribas. **Antologia ponta-grossense**. Ponta Grossa, [s.n.], 1960.

SILVEIRA, Tasso da. **Literatura paranaense**: notícia histórica. Álbum do Paraná. [s.l.;s.n.;s.d.]

TAVARESIO, Carlos. “Panorama Literário de Ponta Grossa”. *A Tarde*, Curitiba, 22 de setembro de 1951. P. 5.

TAVARES, Silva. “Uma baladista que se revela...” **O Dia**, Curitiba, 4 de agosto de 1946. P. 4.



Os versos de Maria Cândida de Jesus Camargo eternizados na homenagem da Prefeitura Municipal de Jaguariaíva aos Expedicionários. Foto de Rafael Gustavo Pomim Lopes.

OUTROS POEMAS DE MARIA CÂNDIDA DE JESUS CAMARGO

O DUETO¹⁷

De madressilvas, ramos flutuantes
Ornavam a janela de festões,
Ouvia-se de um piano os sons vibrantes
De um harmonioso dueto, as variações.

De vozes juvenis suaves e amantes
Produziam alegres sensações
Em acordes sonoros e cantantes
Seguindo musicais modulações.

17. CAMARGO, Maria Cândida de Jesus. **Júbilos e máguas**. [obra póstuma] Curitiba: Lítero-técnica, 1958. P. 106-7.

Diáfano brilho iluminava a sala
 Como se a luz do sol em grande gala
 Viesse aplaudir afável, com agrado,

O mavioso dueto matinal
 Que do sol, ao afago festival
 Talvez fosse o prenúncio de um noivado...

QUEIMADAS¹⁸

Torna-se o ar de todo enfumaçado
 Pelas novas queimadas. Na vivenda
 Os campeiros se reúnem, no alpendrado,
 Para o repouso e a rápida merenda.
 Fumam, prosam, e um diz: – Bem embrulhado
 Está o negócio da compra da Fazenda.
 E o outro responde: – Certo, o advogado
 Vem, a fim de impedir que haja contenda.

As mulheres escutam, e, sorrindo,
 Considera a mais velha, indo e vindo:
 – É não se apoquentar, pôr-se de fora...

Fala o dono da casa: – A prosa é boa,
 Mas voltemos ao campo, e vê, patroa,
 Se nos manda o café, que está na hora.

18. CAMARGO, Maria Cândida de Jesus. **Júbilos e máguas**. [obra póstuma] Curitiba: Lítero-técnica, 1958. P. 40-1.

A CANTIGA SERTANEJA¹⁹

Na toada da cantiga sertaneja
 Ao som dolente que a viola acompanha
 Uma queixa talvez o quer que seja
 De um oculto sentir, a força estranha

Que a alma simples interpretar deseja
 De indefinível nota mágoa tamanha,
 Que se revela em ais! Quando negreja
 A noite, que às vezes na mata o acompanha

Quando à procura d'um perdido animal
 A ventania o assombra no mundo florestal,
 Ou quando no rio joga o anzol aos peixes

Que magia o inspira, encoraja e consola?
 – A mulher e os filhos e o cantor da viola,
 Meu bem fugiu... O sabiá morto, o Não me deixes.

SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA²⁰

Renunciando o viver no lar paterno
 De luxuosa opulência e raça senhorial
 Desde jovem sentimento vivo e terno
 Revelou de pureza sem igual.

Lisboa foi seu berço e num convento interno
 Iniciou sua missão sacerdotal,
 E ali viveu até que o Pai Eterno
 Elevou-o, ainda moço, à glória celestial.

19. CENTRO Paranaense Feminino de Cultura. *Poetas do Paraná: um século de poesia*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1959. P. 107.

20. CAMARGO, Maria Cândida de Jesus. *Júbilos e máguas*. [obra póstuma] Curitiba: Lítero-técnica, 1958. P. 82-3.

Inúmeros milagres operando
Tornou-se universal no orbe habitado
Sua fama, a inspiração o iluminando,

E o povo com fervor proclamou-o, num brado,
O Santo dos Milagres – assim nomeando
Santo Antônio de Pádua, o santo muito amado.

CAPÍTULO 7

COM MARY E LEILA, PELOS CAMINHOS DO POEMA

Luiz Fernando Cheres

Introdução

Quando o estudioso da Literatura se debruça sobre a obra de determinado poeta, é aconselhável que o objetivo não seja uma análise *ideal* e *completa* dos textos, muito menos uma avaliação crítica *definitiva*. Ao contrário, a história da Crítica Literária e o bom senso recomendam que a intenção se resuma apenas a destacar algumas leituras possíveis, a partir da avaliação de livros ou poemas selecionados, por serem, na visão do crítico, trabalhos representativos das características do autor, ou ainda por apresentarem aspectos esteticamente relevantes. No entanto, a cada leitor caberá desvendar suas interpretações, seus encantamentos ou desencantos, seus julgamentos. Nenhuma crítica, por mais especializada que seja, substitui o olhar sensível do leitor. Mesmo apoiado na melhor teoria, o crítico trabalha com um material (no caso, o poema) sempre sujeito a avaliações subjetivas, visto que é uma manifestação artística.

Por outro lado, é impossível considerar a história de algum lugar sem levar em conta sua cultura, tomando-se aqui o termo *cultura* no sentido mais amplo possível, e sob o qual certamente estará também a literatura ali produzida. Considerado um dos críticos mais conceituados no Brasil, Antonio Cândido (nome sob o qual ficou

mais conhecido) ensina que, apesar de toda *obra* ser pessoal, a *literatura*, porém, é coletiva, na medida em que se serve de uma comunhão de meios para congregar as pessoas de um lugar e de um momento (MELLO E SOUZA, 2000, p. 127). Se a literatura traduz ideias e valores de um lugar, em certo momento histórico, ela também faz parte da constituição de tais valores e ideias. Nesse sentido, para se conhecer a história de uma cidade, é imprescindível conhecer seus poetas; no presente trabalho, são destacadas algumas características literárias das obras de duas poetas que nasceram e moraram em Jaguariaíva: Marieta Camargo Turech, que geralmente assinava seus trabalhos como Mary Camargo; e Carlota Faria dos Santos Lima de Campos, que costumava usar o pseudônimo de Leila Faria. Cada uma, a seu modo, participou da tradução e da construção da identidade dos locais por onde passou ou, ainda, dos lugares onde estiveram seus leitores.

É preciso levar em conta que, na tentativa de explicar as características de um poeta, ou mesmo de um único poema, para efeito de análise, pode ser interessante abordar separadamente os estratos¹ dos poemas; no entanto, todas as dimensões do poema se entrelaçam, de tal forma que, entre outras inúmeras possibilidades, um efeito fônico tem repercussão semântica; uma figura de linguagem irá interferir na sonoridade do verso; e a simples escolha por rimas ou por versos brancos ou livres² pode desnudar muito a respeito da ideologia por trás do poema.

Como é de se supor que boa parte dos leitores do presente estudo não tenha formação em Teoria da Literatura, alguns de seus principais conceitos são aqui explicados de forma sucinta. Quanto a isso, espera-se a compreensão dos familiarizados com questões teóricas.

Mary Camargo

Segundo o historiador Lopes (2019), a poeta nasceu em Jaguariaíva, em 7 de junho de 1906, e faleceu em 5 de junho de 1983; ten-

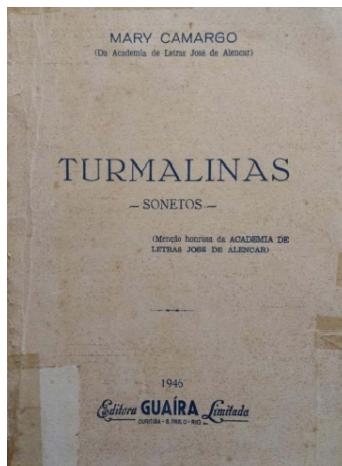
1. Para os teóricos da linha fenomenológica, estratos são as dimensões do poema apreensíveis pela consciência; assim, temos estratos fônico e ótico, entre outros.

2. Em geral, se os versos obedecem a regras clássicas de metrificação e acentuação, mas não apresentam rimas, chamam-se versos brancos. São chamados de versos livres aqueles que não seguem nenhuma regra quanto à presença ou não de rimas, à metrificação e à posição de sílabas tônicas, como se tornou comum a partir do Modernismo.

do estudado em Curitiba, retornou ao torrão natal e ali exerceu o magistério no ensino primário por longos anos. Informa ainda o mesmo pesquisador que ela era sobrinha da consagrada poeta Maria Cândida de Jesus Camargo, e que, pertencendo a diversas entidades culturais, além de seus livros, publicou em inúmeros órgãos da imprensa. Isso tudo é significativo para esclarecer o ambiente sociocultural em que viveu e produziu, além de sugerir possíveis influências. No entanto, nada substitui a análise da obra em si, o que é, na verdade, o mais importante, principalmente para o apreciador de poemas.

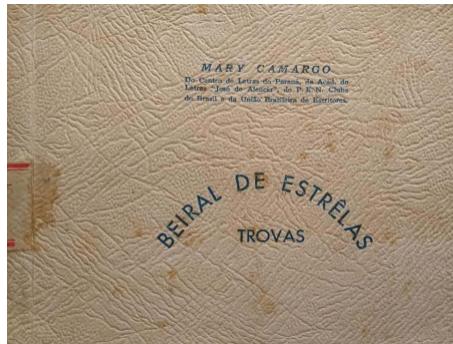
Para esse estudo, foram consultados *Beiral de Estrelas*, de 1962, livro que contém 100 trovas; *Paisagens do Sul*, de fins da década de 1970, obra de despedida da autora; e os três primeiros livros que publicou: *Céus de Safira e Vales de Esmeralda*, de 1940; *Turmalinas*, de 1946; e *Luar de Opala*, de 1951, trabalho que traz poemas de Mary Camargo e de Rodrigo Júnior. Quanto às três primeiras obras de Mary, o texto aqui utilizado foi o constante do volume *Um Século de Poesia* (1959), publicado pelo Centro Paranaense Feminino de Cultura (entidade que, no corpo deste estudo, por economia de espaço, passa a ser referenciada apenas como *CPFC*). Segundo Lopes (2019), a autora ainda publicou *Flocos de espuma*, em 1965, e a segunda edição aumentada de *Céus de Safira e Vales de Esmeralda*, em 1975. Infelizmente, não foi possível encontrar tais obras, o que acabou restringindo a análise da poesia da autora. Se *Paisagens do Sul* e *Beiral de Estrelas* nos trazem uma poeta já experiente, nas demais obras analisadas, temos, por assim dizer, o período de sua “formação” como poeta, embora a palavra “formação” talvez não seja ideal para definir os primeiros trabalhos da autora: considerando os poemas analisados, não se vê uma “aprendizagem” ou uma “evolução” entre o primeiro e o último livro da autora; parece que Mary Camargo foi uma daquelas personalidades literárias que, ao publicar seu primeiro livro, já estava completamente senhora de seus recursos e ideais poéticos, aos quais permaneceria sempre fiel. Até o início da década de 1950, Mary Camargo provavelmente convivia com uma literatura produzida na região sob forte influência de românticos, parnasianos e simbolistas: havia, por um lado, descrições objetivas e impessoais da natureza e objetos, o culto da forma, a “chave de ouro”; sob outro olhar, o metafísico e o espiritual, o vago, o diáfano e a musi-

calidade; mas tudo isso sem esquecer antigas raízes românticas, repletas de sentimentalismo e idealizações, terreno aonde compareciam Fagundes Varela e Castro Alves, entre outros. No entanto, no gosto dos cultores da poesia, Olavo Bilac, o “Príncipe dos Poetas Brasileiros”, tinha como grande rival Emiliano Perneta, o “Príncipe dos Poetas Paranaenses”. Alguns poucos trabalhos poéticos com características modernistas eram publicados, mas como exceção; entre eles, Brasil Pinheiro Machado, que chegou a publicar o seu *Paizagem de minha terra* na *Revista de Antropofagia*³ em novembro de 1928, mesmo ano em que vieram a público seus *Quatro Poemas* no *Diário dos Campos*; Anita Philipovsky, com *Os poentes de minha terra*, de 1936; e Adaldo Gambassi de Araújo, autor do *Cântico para o Século XX*, de 1952. Depois, na década de 1970, a poética modernista já era muito divulgada por aqui e praticada por paranaenses de relevo, como a consagrada Helena Kolody ou o ainda jovem Paulo Leminski; as poucas páginas de *Paisagens do Sul*, no entanto, não mostram adesão de Mary a essa estética.



Fotografia 1 – Capa de *Turmalinas*
Acervo de Rafael Gustavo Pomim Lopes

3. Esse foi um dos principais periódicos do Modernismo brasileiro; nele, publicaram Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Alcântara Machado, Guilherme de Almeida e Carlos Drummond de Andrade, entre outros.



Fotografia 2 – Capa de *Beiral de Estrelas*
Acervo de Rafael Gustavo Pomim Lopes



Fotografia 3 – Capa de *Paisagens do Sul*
Acervo de Rafael Gustavo Pomim Lopes

Se hoje é fácil tornar pública uma obra, que já não precisa mais ser impressa, bastando para tanto disponibilizá-la em redes sociais, na primeira metade do século XX, ou mesmo nos anos 70, as opções seriam a divulgação em jornais ou revistas, a leitura em emissoras de rádio ou a publicação de um livro, essa com elevados custos de impressão. Para uma mulher, no entanto, as dificuldades já se iniciavam no ambiente familiar, onde ela era destinada a obedecer, raramente a pensar, e incluíam o preconceito, generalizado na sociedade, com relação à sua capacidade intelectual, que se espraiava numa visão nada simpática em relação ao valor do texto de autoria feminina, tudo isso alicerçado ainda no fato de que a educação destinada aos meninos

era sabidamente diferente da destinada às meninas. Joseph Addison (apud FREIRE, 1929, p. 104) teria dito: “As mulheres que escrevem fariam melhor em bordar”; na mesma obra, várias outras colocações exemplificam visões semelhantes sobre o feminino, por citações de autores de renome. Na época das primeiras publicações de Mary Camargo, qual era proporção de livros publicados por mulheres em relação aos publicados por homens? Certamente poucos títulos não vinham assinados por homens. Basta uma visita a uma biblioteca para se ter uma ideia dessa realidade, notavelmente colocada por Woolf (s/d.), cuja leitura é indicada aos interessados em tais questões.

É dentro desse contexto que os três primeiros livros de Mary Camargo devem ser considerados. Não se trata de uma literatura com engajamento nas questões relativas ao feminismo, praticamente desconhecidas na região naquela época, a não ser por poucas manifestações, como as referidas por Coelho (2002), ela que foi uma das primeiras defensoras do feminismo no país, e que publicou originalmente esse seu pioneiro estudo em 1933. Na verdade, o simples ato de se expor, escrevendo e publicando poemas, já era uma corajosa manifestação daquilo que, muito mais tarde, seria popularizado na expressão “empoderamento feminino”. Nos três primeiros livros da poeta, a presença feminina no trabalho é exaltada em profissões como enfermeira, educadora ou artista; ainda, é especialmente glorificada a figura materna: “Há no lar, a afeição nunca mentida / Do santo amor de mãe, a excelsitude” (CPFC, 1959, p. 340); tudo isso, sem desmerecer a entrega feminina à vida religiosa. Nesse aspecto, é de se destacar que diversos sonetos⁴ de Mary Camargo traduzem uma delicada religiosidade, ora em poemas dedicados ao tema, ora em suaves imagens esparsas, como acontece no poema *A Última Rosa*, presente em *Luar de Opala*: “Enquanto a tarde desce amortalhada / No alvo sudário da neblina fria” (CPFC, 1959, p. 360)

Ao que parece, a visão estética da autora não aconselhava duros embates políticos ou sociais no poema. No entanto, se o livro *Turmalinas*, de 1946, nos traz o poema *A Criança*, onde a poeta exalta o tratamento dado às crianças brasileiras (CPFC, 1959, p. 350), no mesmo volume é notória a preocupação com a Segunda Guer-

4. Poema de forma fixa, com 14 versos dispostos em dois quartetos e dois tercetos.

ra Mundial, até mesmo como reflexo de um ardoroso nacionalismo presente nas três obras analisadas, o qual pode ser constatado por referências à bandeira nacional ou ainda a Tiradentes, e, muito especialmente, à paisagem brasileira.

Em termos formais, ganham destaque os seus sonetos, muito embora ela cultivasse também outras expressões poéticas, como a trova,⁵ fartamente desenvolvida em *Beiral de Estrelas*. Especialmente nos sonetos, é de se destacar a cuidadosa escolha vocabular e a correção das elegantes estruturas frasais, dignas de uma poeta que conhece profundamente os recursos do idioma, e que pratica a linguagem culta, tudo isso sem ser pedante ou hermética, buscando as expressões mais requintadas tão somente na conformidade e na medida das exigências do poema, que se constrói, preferencialmente, em decassílabos de ritmos variados, incluindo os clássicos heroico e sáfico,⁶ onde predominam as rimas graves e agudas.⁷ As inversões na ordem sintática, muito comuns em poetas que cultivam o rigor da forma, aqui jamais são violentas, mas apenas buscam o ritmo, a rima e a ênfase sobre esta ou aquela palavra ou imagem, como se verifica em exemplos tirados ao acaso: “Ao se esvair do sol a claridade” (CPFC, 1959, p. 354), “O peito sinto de prazer banhado” (CPFC, 1959, p. 354), “Do estranho artista o gênio alto e potente” (CPFC, 1959, p. 352) ou “Tinha de frutos a delícia fina” (CAMARGO, s/d).

Na construção do ritmo e da sonoridade do verso, além da preferência por formas fixas e rimas, a poeta utiliza inúmeros recursos, como a repetição dos sons nasais, as aliterações e as assonâncias.⁸ A título de exemplo, do livro *Turmalinas*, o poema *Encantamento* utiliza-se de assonâncias com destaque para a função das vogais /e/ e /i/, principalmente nos dois primeiros e nos dois últimos versos, conferindo delicada musicalidade ao texto. Ainda, é significativa repetição

5. Poema de quatro versos metrificados e rimados.

6. Como sugere o nome, decassílabos são versos com 10 sílabas poéticas. Será chamado heroico quando forem tônica a 6.^a e a 10.^a sílabas; e será sáfico se forem tônica a 4.^a, a 8.^a e a 10.^a sílabas.

7. Rimas agudas são as formadas por palavras oxítonas; rimas graves, por paroxítonas; há, ainda, as rimas esdrúxulas, que são formadas por proparoxítonas.

8. Aliteração é a repetição da mesma consoante; assonância é a repetição da mesma vogal.

da palavra “imensa” no penúltimo verso, jamais esquecendo que a repetição é da essência do lírico (e é amplamente usada pela poeta):

Do verde cedro, majestoso, em frente,
 Das aves o gorjeear, prende, cativa,
 [...]
 E pela imensa paz da esfera imensa
 Áurea estrela aparece, cintilando.
 (CPFC, 1959, p. 353).

O tempo, na poética da autora, constitui terreno propício à saudade e à reflexão, opondo discursos idealizados da infância a uma juventude repleta de sonhos e uma velhice por vezes traduzida como ruína e solidão, como no poema *Sob a Névoa de Outono*, de *Turmalinas* (CPFC, 1959, p. 352), e muitas vezes como uma idade contemplativa, já sem as esperanças e os desejos de outrora, mas repleta de aprendizagens e aceitações, presente no poema *Meia-Noite*, do livro *Luar de Opala*, onde o tempo, alicerçado na religiosidade, comparece personificado:

O Tempo, sob os zelos peregrinos
 De crença espiritual, fagueira e pura,
 A Dor transmuda em êxtases divinos,
 Trazendo olvido às horas de amargura.
 (CPFC, 1959, p. 361).

O tempo repercute na natureza e na alma humana, e é isso que efetivamente importa para a poeta. Em *Turmalinas*, o leitor encontrará *Outr'ora e Hoje*:

Havia outr'ora, aqui, quanta verdura!
 Cantavam aves pelo bosque ameno,
 Brotavam lírios junto à linfa pura
 Que refletia o céu puro e sereno...

 Ergueu-se, um dia, em meio da planura
 Daquele fertilíssimo terreno,

Aquela casa – Lar da desventura,
Mostrando, ao lado, o seu pomar pequeno.

Ainda ali, quando vem chegando o outono,
O laranjal aberto todo em flor,
Enche de aroma o sítio em abandono;

Porém o vento a murmurar baixinho
Trazer parece o cântico de dor
Que a Saudade deixou neste caminho.

(CPFC, 1959, p. 353).

Para a recriação poética do tempo, a poeta pode utilizar belas metáforas,⁹ geralmente a partir de elementos da natureza, como as águas que deslizam em *Pelos Campos Natais*, de *Luar de Opala*: “Águas leves, nos campos sussurrando, / Guardais no seio a vida inebriante / De um passado feliz que não retorna.” (CPFC, 1959, p. 360). Consultando a obra, o leitor encontrará outras refinadas metáforas, manejadas com fins diversos, como nos seguintes exemplos: em *Céus de Safra e Vales de Esmeralda*, “Vê-se de um riacho o límpido cristal” (CPFC, 1959, p. 344); e em *Turmalinas*, “Levando misteriosamente o segredo / Que esconde o velho coração do mar” (CPFC, 1959, p. 350).

Elemento fundamental da arte de Mary Camargo é a natureza, especialmente a natureza da região da poeta, como parte de um processo que traduz, na natureza, aspectos da vida humana. Note-se que os títulos dos cinco livros analisados remetem à natureza; mais que isso, remetem a elementos julgados de esplêndido valor, seja por aspectos estéticos, seja pela raridade, pelo simbolismo que carregam ou pelo apelo poético que traduzem. Paralelamente a isso, a vida no campo é idealizada em vários poemas. Enfim, temos uma poética da natureza e das paisagens (em especial, de Jaguariaíva e do Paraná, objeto de *Paisagens do Sul*) onde tais elementos, ao esconderem (no-

9. Figura essencial da poética, sobre a metáfora poderiam ser escritas muitas páginas. Em precária síntese, é uma comparação implícita, ou seja, sem a conjunção ou locução conjuntiva comparativa. Por exemplo, em vez de dizer “Maria é bela como uma rosa”, o poeta diz “Maria é uma rosa”.

tadamente por metáforas, como a do outono) a natureza humana, seu corpo, e principalmente a alma dilacerada, acabam por revelá-los, desvendando ainda o destino quase inefável de procurar a felicidade mas encontrar apenas a desventura, como no poema *O Destino do Barco*, constante de *Céus de Safira e Vales de Esmeralda* (CPFC, 1959, p. 345); ou, pior, encontrar a morte, ainda que a natureza faça, da morte, renascer a vida, como no poema *Evolução*, também de *Céus de Safira e Vales de Esmeralda*:

Que importa à Natureza, todavia,

Que tantas esperanças adoradas

Mortas se ocultem sob a terra fria?

Pois rompe, aberta em flores, odorante

Da placidez das tumbas alinhadas,

Nova força de vida palpitarde.

(CPFC, 1959, p. 345).

Na tecitura dessa poética da natureza, percebe-se uma rica presença de elementos sensoriais, muitas vezes a partir de preciosas sinestesias.¹⁰ Vê-se, em *Céus de Safira e Vales de Esmeralda*, versos unindo paladar e tato em “Com tristeza ideal, doçura leve” (CPFC, 1959, p. 339); visão e tato em “A tarde morre na neblina fria” (CPFC, 1959, p. 339); paladar e audição em “Ser poetisa é falar em doce canto” (CPFC, 1959, p. 340); e audição e visão em “E amo o silêncio azul das noites lindas” (CPFC, 1959, p. 342); em *Turmalinas*, versos com percepção de paladar e audição em “Do próprio sino a doce melodia” (CPFC, 1959, p. 349); ou paladar e visão em “Sob essa doce claridade que erra” (CPFC, 1959, p. 351); de *Luar de Opala*, podem ser retirados exemplos de sinestesias misturando visão e tato em “Abrem-se as rosas sob a luz macia” (CPFC, 1959, p. 360); ou “Ao badalar dulcíssimo dos sinos”, que confere paladar à audição. Numa poética da natureza, abundam ricas referências sensoriais e, entre elas, muitas verdadeiramente preciosas; veja-se, em *Turmalinas*: “As verdes solidões do oceano vasto...” (CPFC, 1959, p. 351), onde, diante de um oceano verde, verde se torna a solidão do navegante.

10. Figura em que a percepção de um sentido provoca reação em outro sentido.

Contendo exclusivamente trovas, *Beiral de Estrelas* é um livro merecedor de análise à parte, ainda que, guardadas as características inerentes ao gênero, mantenha recursos, temáticas e ideologia coerentes com as demais obras da autora. No entanto, pela concisão que a forma exige, e pelo seu caráter mais popular, a linguagem poética de Mary Camargo teve que ser adaptada, ganhando ares de maior intimidade; em contrapartida, as reflexões forçosamente se tornam menos aprofundadas, ainda que permaneçam agudas. É voz corrente, em Jaguariaíva, que foi dado o título *Beiral de Estrelas* em referência à casa em que a poeta residia, com frente e lateral avançadas, e toda adornada com lambrequins em formato de estrelas (informação verbal).¹¹

Observa-se que, nas trovas, também estão presentes a paisagem, a natureza, o tempo e a condição humana, todos intimamente relacionados:

Passam rápidos os dias,
Nublados e entre fulgores,
Uns nos trazem alegrias
Outros — tristezas e dores.
(CAMARGO, 1962).

Como ocorre nos sonetos, também nas trovas as imagens da natureza se prestam à tradução do tempo, podendo induzir inclusive a reflexões sobre a efemeridade da vida e dos sentimentos, ou levar à religiosidade:

Visão da noite opalina
Que como um sonho passou
Foi a estrela peregrina
Que leve o espaço riscou...
(CAMARGO, 1962).

No céu em linha indefinida
Aves emigrando vão...

11. Informação verbal prestada pelo historiador Rafael Gustavo Pomim Lopes em 12 de outubro de 2022.

Também vão de nossa vida
Os sonhos do coração.
(CAMARGO, 1962).

Contemplo as rosas do poente,
No instante da Ave-Maria,
Talvez sejam da alma crente
As preces do fim do dia...
(CAMARGO, 1962).

Ainda que, na trova, o ritmo se constitua principalmente pela rigidez da forma, limitada a uma estrofe de quatro versos, cada um com sete sílabas poéticas, a poeta utiliza outros recursos sonoros, como na trova abaixo, onde se destaca o aproveitamento musical das nasais, dando a sensação de movimento:

O sonho, lembra a ciranda,
Roda de meigo folgar,
Com ele a Esperança anda
Em um contínuo girar.
(CAMARGO, 1962).

Por todas essas virtudes e outras mais, aqui não mencionadas, Mary Camargo foi, ainda em vida, festejada como “a voz do interior do Paraná”, ela que descrevia magistralmente as paisagens e a cultura local. De tão intensas as imagens presentes em seus poemas, ao leitor parece que efetivamente a poeta ali está, e que fala de sua própria vida, suas experiências. No entanto, para muitos, pouco importa se isso é verdadeiro ou não; pouco interessa, a esse leitor, saber se o poema constitui expressão biográfica do autor. Mas é importante saber que a posição existencial apresentada é perfeitamente plausível à vida de muitos leitores, quer por terem vivido circunstância relativamente semelhante, quer por se emocionarem com situações como as apresentadas. Nisso, Mary Camargo foi perfeita e, sendo perfeita, abriu os caminhos a serem trilhados por outras poetas. Entre essas, viria a se destacar uma que assinou muitos de seus poemas sob o pseudônimo de Leila Faria.

Carlota Faria dos Santos Lima de Campos, ou Leila Faria.

Taborda (1984, p. 16) informa que Carlota Faria dos Santos Lima de Campos nasceu em Jaguariaíva e que, em segundas núpcias, casou-se com o trovador Abdno Leite de Campos; na mesma obra, consta que era também pintora, e que pertenceu a várias entidades culturais. Araujo (2006, p. 528) conta-nos que Carlota vinha de uma família de pintores, músicos, escritores e poetas. De fato, parece que, em sua trajetória, as artes sempre ocuparam lugar de destaque. A poeta faleceu em Curitiba, em 1995.

Carlota publicou duas obras bastante significativas: a primeira, sob o título *A Mãe e a Criança* (LIMA, 1979), como homenagem ao 1.º Ano Internacional da Criança; a segunda saiu em 1984, sob o título *A estrela brilhou para eu sorrir* (CAMPOS, 1984), com edição feita pelos alunos das oitavas séries do 1.º Grau do Colégio Estadual Benedicto João Cordeiro; ao fim desse último livro, Eulina Esteves, que coordenou o trabalho dos alunos, escreveu sobre as dificuldades enfrentadas para a publicação, incluindo ainda as doações de papel e tinta para a impressão. Como se vê, publicar era um árduo empreendimento. Hoje, ambas são obras encontradas em poucos locais. Há também o precioso volume *Antologia de Trovadores do Paraná* (TABORDA, 1984, p. 17 e 18), que traz algumas das trovas mais graciosas da autora.



Fotografia 4 – Capa de *A mãe e a Criança*
Acervo de Rafael Gustavo Pomim Lopes



Fotografia 5 – Capa da *Antologia dos Trovadores do Paraná*
Acervo de Luiz Fernando Cheres

Em 1979, ano da publicação de seu primeiro livro, o país já havia passado pela ilusão do “milagre brasileiro”, e a poeta não se furtou a denunciar as mais inocentes vítimas daquele período histórico, as crianças, muitas delas sem acesso a bens fundamentais. Na segunda obra, confirma-se nela uma categoria particular de poetas, aos quais não importa tanto o “como” dizer (os recursos expressivos), mas sim o conteúdo social e político do que é dito. Autora também de poemas confessadamente autobiográficos, como relata Vera Vargas,¹² Leila Faria nem por isso deixaria de ser universal; ao contrário, traduzindo em versos as suas vivências, espelha dores, alegrias e esperanças do seu tempo. Foi justamente em razão da realidade que ela fez muitos poemas, sem esconder o que de desagradável se apresentava a seus olhos. Sob a temática geral da infância, outros temas se desenvolvem, como o universo onírico, a inocência, a saudade, a família, a doença ou a escola. Infelizmente, os problemas que afetavam a criança ao tempo em que a poeta escrevia (insegurança alimentar, desamparo afetivo, falta de recursos materiais, de lar e de família, mendicância e problemas de saúde, entre tantos outros) não apenas persistem, mas se agravaram.

12. No prefácio da segunda obra de Leila Faria, Vera Vargas afirma que os versos da obra são “quase autobiográficos”. Esse caráter autobiográfico da obra fica evidente ao se comparar os poemas com fatos e pessoas que marcaram a vida da poeta.

Já falaram do sorriso,
nos lábios d'uma criança.
Disseram do paraíso,
de quem vive de esperança.
(TABORDA, 1984.)

Crianças correndo na chuva, molhadas.
Gemendo de fome, no seu desamor.
Nariz escorrendo, roupinhas rasgadas,
Tremendo de frio, sem ter cobertor.
(LIMA, 1979, p. 10).

Na literatura atual, a escolha vocabular não permite a divisão entre palavras “bonitas”, destinadas ao poema, e palavras “feias”, que não podem comparecer num livro de poemas. Quem diz que “nariz escorrendo” não se presta para a poesia?

Por outro lado, numa obra cuja temática gira principalmente em torno da criança, é natural que o feminino se mostre principalmente pela figura materna, muitas vezes idealizada:

Crianças nascendo Mães sofrendo
Crianças a chorar MÃes a rezar.
Crianças mamando..... MÃes abençoando
Crianças molhadas MÃes atarefadas
(LIMA, 1979, p. 21).

Mãe, aquela que não mede sacrifício,
ao filho que com graça lhe implora.
E apesar de infinito suplício,
é aquela que acalma o filho que chora.
(CAMPOS, 1984, p. 57).

Paralelamente a isso, e assim como em Mary Camargo, ainda que com frequência bem menor, merece destaque a temática da natureza, por vezes colocada como local feliz que se contrapõe às dificuldades da vida. Em alguns poemas, elementos da natureza espelham a alma:

Eu era uma folha morta ressequida,
Rolando qual praga no calçadão
[...]
Eu era o rio que corria silente
Debulhando lágrimas de saudade
(CAMPOS, 1984, p. 45).

E no poema que deu nome ao livro *A estrela brilhou para eu sorrir*:

Através da vidraça eu distingui
uma estrela a luzir no firmamento.
Tão paciente me olhava, eu percebi,
que ela me prescrutava o pensamento.
(CAMPOS, 1984, p. 46).

Ou em um haikai,¹³ lugar mais que apropriado para imagens da natureza:

Estrelas cadentes
embalam sonhos perdidos
pela madrugada
(CAMPOS, 1984, p. 41).

Outra temática que aparece na obra da autora envolve a religiosidade e o misticismo:

Se muito espinho há no itinerário
E eu vou contando as contas do rosário,
Das minhas queixas e nenhum lamento

Ultrapassando a todo o sofrimento,
Nessa estrada é que eu sinto a evolução,
Mesmo que não atinja a perfeição.
(CAMPOS, 1984, p. 31).

Todo o meu ser sente-se imbuído
de um misterioso encantamento.
Envolvendo todo e qualquer sentido,
num místico e intenso deslumbramento!
(CAMPOS, 1984, p. 34).

13. Haikai é uma forma poética que nasceu no Japão, tradicionalmente com três versos, 17 sílabas poéticas e com temática relacionada à natureza.

Outros poemas podem ser caracterizados como o que geralmente se denomina *poesia infantil* ou *poesia destinada a crianças*:

Eu sou um Patinho Sabido,
E meu bico é amarelo.
Quero ser muito querido
E adoro tudo que é belo.
(LIMA, 1979, p. 19).

Ainda que frequentemente prefira sonetos, em geral com dez sílabas poéticas, seus textos muitas vezes fogem da rigidez das formas fixas, chegando a praticar poemas com interessantes efeitos visuais pelo aproveitamento estético do espaço da página; nesse trajeto, ainda praticou o verso livre, a trova, o haikai e o acróstico.¹⁴ Evitando o uso de vocabulário extremamente erudito e de outros recursos da poética mais tradicional, como as inversões sintáticas e as rimas raras ou preciosas, seus versos apareciam simplicidade; no entanto, se reina a simplicidade na aparente calmaria da superfície do texto, há uma delicada elaboração nas profundezas do poema. O vocabulário de Leila Faria inclui termos regionais e de uso popular, como “guriás marotas” no poema *Peraltices de Criança* (LIMA, 1979, p. 7) e ainda a linguagem rural, como no poema *Vida de Roça*:

É bem cedinho, minha gente,
o sol tá bonito lá fora,
Vamo rezá na fé ardente,
pra Santina, Nossa Senhora.
(CAMPOS, 1984, p. 32).

A representação poética do tempo pode ocorrer pela dura repetição de termos, de forma a traduzir a infinita monotonia das horas tristes:

Horas infindas que passei cuidando
Infindas horas que passei acordada
Horas infindas que passei olhando
[...]
“Infindas horas que passei chorando
[...]
Horas infindas que passei orando
[...]
E as horas sofridas de minha vida
(LIMA, 1979, p. 5).

14. No acróstico mais usual, as letras iniciais de cada verso formam um nome.

Entre os recursos poéticos manejados pela autora, estão ainda o enjambement,¹⁵ como em “Se os cabelos branquearam no outono / Da vida, pelos nossos dissabores” (LIMA, 1979, p. 11); a sinestesia: “E tristes, como a cor dos sustenidos” (CAMPOS, 1984, p. 36), pois, ainda que o teclado tenha cor, o som não a tem; e, naturalmente, a metáfora: “Sou um navio que desliza os mares / Sozinha, sem ter porto pra atracar” (CAMPOS, 1984, p. 26).

Como se vê, na poética de Leila Faria, a aparente simplicidade esconde recursos sutis, e serve como ferramenta expressiva para cativar o leitor, um leitor que já não é mais exatamente o mesmo leitor de Mary Camargo. Nos anos de Leila Faria, o público jovem pedia uma poética com formas outras, com vocabulário mais acessível e abordando temas compatíveis com a nova realidade social.

Como se fosse uma “conclusão”

Com certeza, se esperava uma “fórmula” para interpretar os poemas de Mary Camargo e de Leila Faria, o leitor deve estar decepcionado neste momento. E ficará mais decepcionado ainda ao ler que não existem fórmulas para interpretar um texto literário. O texto literário é uma obra aberta,¹⁶ onde as leituras podem ser muito variadas e, como consequência, as conclusões podem ser diversas, até mesmo opostas. A análise literária apenas fornece algumas “pistas” para que o leitor possa julgar com mais propriedade o texto que lê. Mas nada é definitivo...

Talvez alguém possa perguntar: “Enfim, quem era melhor? Mary ou Leila?”

Não há resposta para essa pergunta. Tudo depende das preferências do leitor, de sua formação literária, das angústias e alegrias que esteja sentindo no momento da leitura.

Ao fim, talvez uma coisa possa ser considerada irrefutável: Mary e Leila (cada uma a seu modo) construíram poéticas capazes de bem

15. No enjambement, um verso continua no seguinte nos aspectos sintático e semântico, criando ainda um efeito rítmico diferenciado.

16. A expressão “obra aberta” foi cunhada por Umberto Eco para traduzir o caráter ambíguo e a pluralidade de significados da obra de arte.

representar as questões do tempo e do local em que viveram. Quanto a uma fórmula para interpretação dos textos, ou se uma era melhor que a outra, há um jeito fácil para o leitor tirar suas conclusões. Basta ler os poemas de ambas. Será, com certeza, bastante agradável.

Referências

- ARAUJO, Adalice Maria de. **Dicionário de artes plásticas no Paraná**. Curitiba: Ed. do autor, 2006, v. 1.
- CAMARGO, Mary [Marieta Camargo Turek]. **Beiral de Estrelas**. 100 trovas. Curitiba: [s.n.], 1962.
- CAMARGO, Mary. **Paisagens do Sul**. Curitiba: Lítero-Técnica, [s.d.].
- CAMPOS, Carlota Faria dos Santos Lima de. (Leila Faria). **A estrela brilhou para eu sorrir**. Curitiba: Colégio Estadual Benedicto João Cordeiro, 1984.
- CAMPOS, Geir. **Pequeno Dicionário de Arte Poética**. 4. ed. [s.l.]: Tecnoprint, [s.d.].
- CENTRO PARANAENSE FEMININO DE CULTURA. **Um Século de Poesia**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1959.
- COELHO, Mariana. **A evolução do feminismo**: subsídios para sua história. 2 ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.
- FREIRE, P (Org). **Feminal**: (O que se pensa da Mulher).2. ed. [s.l.]: Casa Garraux, 1929.
- GOLDSTEIN, Norma. **Versos, Sons, Ritmos**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1991.
- LIMA, Carlota Faria dos Santos. (Leila Faria). **A mãe e a criança**. [s.l.: s.n.],1979.
- LOPES, Rafael Gustavo Pomim. “Mary Camargo, a voz do interior do Paraná”. In **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 1.º a 2 abr. 2019. Academia de Letras dos Campos Gerais. p. 7C.
- MARTINS, Nilce Sant’Anna. **Introdução à Estilística**: a expressividade na língua portuguesa. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.
- MELLO E SOUZA, Antonio Candido. **Literatura e Sociedade**. 8. ed. São Paulo: Publifolha, 2000.
- MOISÉS, Massaud. **Dicionário de Termos Literários**. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.
- RAMOS, Maria Luiza. **Fenomenologia da obra literária**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense–Universitária, 1974.
- TABORDA, Vasco José; WOCZIKOSKY, Orlando (Org). **Antologia de Trovadores do Paraná**. Curitiba: O Formigueiro, 1984.
- TAVARES, Hênio Último da Cunha. **Teoria Literária**. 5. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Círculo do Livro, [s.d.].

Comunicação



CAPÍTULO 8

ENTRE “A CIDADE” E “O ESTILETE”: APONTAMENTOS ACERCA DA IMPRENSA ESCRITA EM JAGUARIAÍVA-PR NA DÉCADA DE 1930

Cristiane Spicalscki

“[...]. Por isso, entendemos que a relembrança de jornais grandes e pequenos, sérios ou pueris, é algo de útil no resgate da memória de qualquer povo”. (FERNANDES 2003, p. 461)”

Os meios de comunicações atuam como “ferramentas de representação cultural”. A partir destes, apresentados em diferentes suportes como o jornal ou a revista, podemos ter uma percepção geral de determinados comportamentos de uma sociedade, como também de suas ideologias, seus hábitos, suas formas de vida e seus costumes (TEIXEIRA; VALÉRIO, 2008).

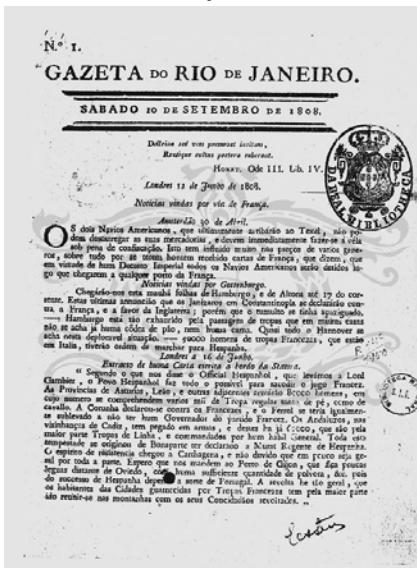
O surgimento da imprensa escrita no Brasil inicia-se com a chegada da Família real portuguesa, no ano de 1808.

A vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, no início do século XIX, impulsionou transformações políticas, econômicas e sociais do território, e possibilitou o desenvolvimento da imprensa. Ainda que no início os jornais estivessem todos sob o tacão da Coroa, que ado-

tava a censura prévia como procedimento elementar, a instalação das oficinas da Imprensa Régia e a criação de volumes impressos para propagação de notícias foi importante para o desenvolvimento e a consolidação da imprensa que figura na atualidade. (SPAN-NENBERG; BARROS, 2016, p. 234)

O desenvolvimento da imprensa no Brasil aconteceu tarde, segundo Costa e DeNipoti, 2016, p. 147 “O Brasil foi um dos últimos países a receber a tipografia sendo mais de três séculos após sua invenção em 145”. O primeiro jornal impresso foi *A Gazeta do Rio de Janeiro* e este periódico “tinha a função de divulgar toda a informação oficial emanada do Poder Real”. (CARVALHO, 1996, p.1).

Figura 01- Primeira Edição do Jornal Gazeta do Rio de Janeiro



Fonte:<https://www.gov.br/imprensanacional/pt-br/assuntos/noticias/brasil-celebra-206-anos-da-gazeta-do-rio-de-janeiro-primeiro-jornal-impresso-no-pais>

A História da Imprensa escrita paranaense permeia diferentes processos históricos, com rupturas e permanências. As primeiras formas de documentação midiática datam do período colonial e se constituíam de literatura jesuítica para informação a respeito de traços do território e da população (COSTA; DENIPOTI, 2016).

O enfoque das produções se dava em concordância com um discurso político e religioso que se amparava na catequização, na edi-

ficação de vilas e igrejas, na descrição de aspectos geográficos e da biologia, com pouco detalhamento. Porém, é somente com o surgimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) que há intencionalidade na produção de uma narrativa com resgate jornalístico da mídia impressa paranaense (COSTA; DENIPOTI, 2016).

Em se tratando de imprensa paranaense vamos ter como início da história jornalística impressa o jornal *O Dezenove de Dezembro* cuja circulação começou em 1º de abril de 1854.

Instalou-se então à Rua das Flores (hoje Rua XV de Novembro), nº 13, a “Typographia Paranaense”. No dia 1º de abril de 1854, a população curitibana e paranaense conhecia o primeiro jornal da história da província, “O Dezenove de Dezembro”, nome que faz referência à data de emancipação do Paraná. Nascia, também, o jornalismo paranaense. (KOWALSKI, 2019, p. 1)

Segundo Perissinotto (2006, 34 e 35), *O Dezenove de Dezembro* “[...]Tratava-se de um jornal semanal que se propagava neutro em questões partidárias, embora recebesse verbas pelas publicações oficiais e se negasse a publicar matérias contrárias ao governo”.

Figura 02- Jornal O Dezenove de Dezembro



Fonte:https://www.google.com.br/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fwww.pinterest.com.mx%2Fpin%2F431360470553980118%2F&psig=AOvVaw0tJpyW3-wgzAYgXoRRMQHn&ust=1652231919875000&source=images&cd=vfe&ved=0CAwQjRxqFwoTCJDK0fTh0_cCFQAAAAAdAAAAABAO

A Imprensa em Jaguariaíva

A história da Imprensa da cidade de Jaguariaíva conta com uma personalidade importante, Marcial Maciel, que foi um dos colaboradores de dois jornais de Jaguariaíva: *O Estilete* e *O Jaguariaíva*. Fundou e foi diretor do *O Estilete* mantendo o jornal por dois anos (MACIEL, 1966, p. 88). Além destes jornais paranaenses, Maciel foi colaborador de outros jornais como: *Gazeta do Povo*, *Diário da Tarde*, *Castro*, *O Dia*, *Correio dos Ferroviários*, *Correio Português*, *Jornal*, *Correio do Norte*, *Jornal de Maringá* e *Correio de Pirai*. (MACIEL, 1966, p. 3 e 4).

Figura 03- Jornal o Jaguariaíva



Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo

Com estes jornais os jaguaraivenses ficavam informados sobre notícias do Paraná e do Brasil.

O jornal O Estilete

O jornal *O Estilete* começou a circular no ano de 1933. Trazia em suas páginas um conteúdo humorístico e notícias de todo Brasil.

Figura 4 Jornal O Estilete



Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo

Um conteúdo de cunho religioso aparece nas páginas do *O Estilete*. Podemos verificar isso no periódico de dezembro de 1933.

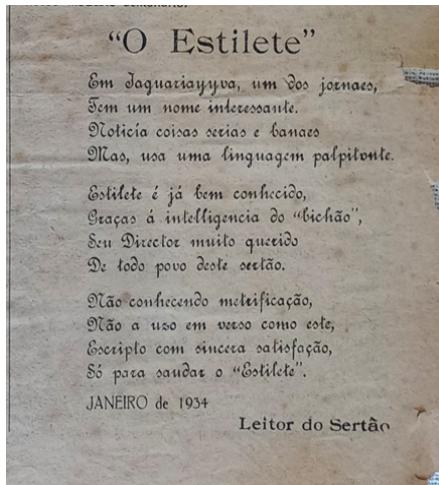
Figura 5 Jornal O Estilete



Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo

Os leitores de *O Estilete* poderiam mandar seus elogios ao jornal. Um leitor identificado como *Leitor do Setor* vai tecer elogios ao jornal como podemos ver na poema *O Estilete* publicado no jornal em janeiro de 1934.

Figura 6 Jornal O Estilete



Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo

Trazia ainda, anúncios referentes a estabelecimentos comerciais de outras cidades como Castro e Ponta Grossa, como podemos ver na imagem 03, um anúncio da *Pharmacia e Drogaria Minerva*, na cidade de Ponta Grossa e a *Pharmacia Santa Therezinha*, em Castro.

Figura 07 Jornal o Estilete (11/10/1933), p. 03



Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal
Conde Francisco Matarazzo

Figura 08 Jornal o Estilete (11/10/1933), p. 03



Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal
Conde Francisco Matarazzo

Jornal a Cidade

Figura 09- Jornal a Cidade



Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo

O conteúdo do jornal A Cidade contava com a colaboração de diversos leitores. No exemplar de N. 47 de 12 de outubro de 1930 encontramos o nome do professor Joao da Cruz Leite como Diretor Chefe do periódico.

Os leitores do *A Cidade*, ficavam informados das notícias policiais. O exemplar de 29 de dezembro de 1929 traz a notícia de um crime de Estupro praticado contra menor ocorrido na região.

Segundo a matéria escrita no jornal, a Delegacia Regional da cidade, relatou o fato ocorrido com o Sr. Paulo Oliveira, o qual tinha como labor a Agricultura. Desprovido da sua esposa, pois esta veio a entrar em estado de óbito a apenas alguns meses atrás, deixando assim os 09 filhos todos menores, dentre esses Erai, menor absolutamente incapaz.

O reclamante trabalhava e residia na Fazenda do Cercado, tendo como proprietário SR Jango Fonseca, fazenda localizada na região denominada Joaquim Murtinho, daquela comarca. O denunciante já citado, mantinha sua primogênita como empregada na casa do Sr Jango, superior de seu genitor, o qual o denunciante punha plena confiança.

Tendo que se ausentar-se ao longo de alguns dias, por motivo de viagem, o impetrante deixou sua filha, Erai, menor incapaz, aos cuidados de sua primogênita na fazenda onde trabalhava e dali tirava seu sustento e de seus filhos.

Ao ausentar-se, um dos filhos do patrão, de nome de Oswaldo Fonseca conhecido por apelido de YOYO FONSECA, aproveitou-se da situação da pobre menor, e a levou para seus aposentos sem o consentimento da irmã mais velha, retendo a menor para junto do seu poder por dois dias, assim conseguindo infelicitar a criança.

O Sr Paulo ao ter ciência do acontecido, foi de mediato até a cidade prestar queixa contra o meliante, porém foi impedido pelo réu e pelos seus comparsas.

O pai da vítima precisou abandonar o local do crime, local esse que tinha como sua moradia e de onde tirava seu próprio sustento próprio e de seus filhos. Saiu levando com ele os seus 09 dependentes.

Sem poder ter dado queixa na cidade onde o fato ocorreu, o pai da vítima procurou o delegado regional Dr Antônio Cardoso Filho, sendo a autoridade tomou providências, encaminhando a menor para realizar exames, estes os quais comprovaram que havia constatada a procedência da denúncia.

Segundo o jornal o inquérito prosseguia na delegacia, sendo que não havia testemunhas para depoimento já que as que estas, teriam sido intimadas, entretanto, sofriam ameaças da parte denunciada, sendo assim, apenas o exame médico comprovava o crime. Até o momento da reportagem o réu se encontrava-se foragido na cidade de Castro, após ter sido denegado seu pedido de Habeas Corpus, solicitado pelo delegado desta circunscisão, sem saber o real motivo do indeferimento.

Neste mesmo periódico, há um anúncio da *Casa Bachir*, segundo o anúncio:

“A Casa Mais Barateira de Jaguariahyva!”. A CIDADE, 1929, p. 4).

“A Única Casa que fornece muita mercadoria por pouco Dinheiro” (A CIDADE, 1929, p. 4).

E ainda, podemos identificar no mesmo jornal, um anúncio classificado de uma venda de uma empresa de ônibus de Santo Antônio da Platina, assim, podemos notar que o jornal A Cidade trazia notícias de outras localidades, além de Jaguariaíva.

Figura 10 - Jornal A Cidade



Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo

Jornal *O Proletário*.

Outro jornal que contribuiu para a divulgação das notícias para a cidade de Jaguariaíva foi *O Proletário*.

Figura 11 Jornal *O Proletário*



Fonte: Acervo Carlos João Thon

O periódico começou a circular em 8 de março de 1931. Dirigido por Oscar de Oliveira e gerenciado por Raul Carneiro. O seu primeiro exemplar traz a informação de que sua circulação seria nos segundos e quartos domingos de cada mês.

Jornal *O Escolar*

O Jornal *O Escolar* começou a circular no ano de 1941. O Jornal contava com a colaboração dos alunos da Escola Pública das Indústrias Brasileiras de Papel Inc., de Cachoeirinha, Distrito de Jaguariaíva neste período.

No exemplar de N. 2 do ano 1 há informações de que a Escola teria começado a funcionar em 1924, tendo como primeiro professor a lecionar na escola, João Alvez da Conceição. Este trabalhou aqui ate meados de 1926. Neste mesmo exemplar, os alunos contribuiram com uma receita culinária, reflexão sobre o papel do professor, com poemas escritos, como o poema intitulado *As árvores*, como podemos ver na imagem a seguir.

Figura 12 Jornal *O Escolar*

Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo

Anúncios publicitários também aparecem no jornal. Ainda neste exemplar encontramos um anúncio do Peitoral de Oliveira, indicado para tosse, gripe e bronquite.

Figura 13 Jornal *O Escolar*

Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo

A utilização do jornal como uma fonte histórica propiciou recuperar fragmentos de um pouco da história de Jaguariaíva. A imprensa escrita de Jaguariaíva se preocupou em trazer em suas páginas um conteúdo atrativo, reflexivo, no intuito de fazer com que a população ficasse informada de notícias locais, nacionais e até mesmo internacionais. Ao folharmos esses periódicos antigos e trazermos esses fragmentos para este artigo temos o propósito de alguma forma colaborar para a preservação da história e da cultura da cidade de Jaguariaíva.

Referências:

Brasil celebra 206 anos da Gazeta do Rio de Janeiro, primeiro jornal impresso no país. In: **Imprensa Nacional**, 29/10/2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/imprensanacional/pt-br/assuntos/noticias/brasil-celebra-206-anos-da-gazeta-do-rio-de-janeiro-primeiro-jornal-impresso-no-pais>> Acesso em 09/05/2022.

CARVALHO, Cátia de. Imprensa e informação no Brasil, século xixp. **Ciência da Informação** - Vol 25, número 3, 1996.

COSTA, Alvaro Daniel; DENIPOTI, Claudio Luiz. História do jornalismo paranaense: O inventário de Romário Martins nas comemorações do centenário da Imprensa Periódica do Paraná e os jornais em língua estrangeira (1908). **Pauta Geral**, v. 3, n. 2, p. 146-162, 2016.

KOWALSKI, Rodolfo Luis.165 anos, nascia o jornalismo paranaense. **Bem Paraná**, 31/03/19. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/ha-165-anos-nascia-o-jornalismo-paranaense#.Ynm8OozMLIU>

MARCIAL, Maciel. **Candelabro**.Curitiba: Papelaria Max Roesner Ltda, 1966.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. **Imprensa e Política no Paraná: Prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX. (Dissertação de mestrado)**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, no Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.Curitiba, 2006.

SPANNENBERG, Ana Cristina Menegotto; BARROS, Cindhi Vieira Belafonte. Do impresso ao digital: a história do Jornal do Brasil. **Revista Observatório**, Palmas, v. 2, n. Especial 1, p.230-250, maio. 2016

CAPÍTULO 9

“VINGAR COMO TUDO VINGA...”: A HISTÓRIA DA TELEVISÃO EM JAGUARIAÍVA-PR

Bruno José Yashinishi

Introdução: breve histórico da televisão no Brasil e no Paraná

O que significa a palavra televisão? Em uma definição simples quer dizer “ver à distância”. No entanto, esse termo acabou se tornando muito mais abrangente, sobretudo por designar a tecnologia desenvolvida no século XX para a transmissão e recepção eletrônica de imagens e sons instantaneamente. Com o tempo, televisão passou a designar o próprio aparelho televisor, bem como toda uma indústria e sistemas que perfazem esse meio de comunicação.

Foi no final dos anos 1940 e início dos anos 1950 que o empresário Assis Chateaubriand (1892-1968) se tornou responsável pela importação da TV em solo brasileiro (CHAVES, 2004).¹ Chateaubriand era jornalista e proprietário de um conglomerado de jornais e rádios, os *Diários Associados*. Após adquirir uma grande quantidade de equipamentos da empresa americana *RCA Victor* dedicou-se a mon-

1. CHAVES, Niltonci Batista. TV Esplanada – Canal 7: Três décadas de História. In: CHAVES, Niltonci Batista (Org.). **Visões de Ponta Grossa:** cidade e instituições. Ponta Grossa-PR: UEPG, 2004. p. 194-216.

tar sua própria emissora de TV, a *TV Tupi Difusora*, canal 3, a primeira da América Latina.

A *TV Tupi* foi inaugurada oficialmente no dia 18 de setembro de 1950 em São Paulo. Com o notório sucesso, várias outras emissoras foram fundadas no país nos anos seguintes, como a *TV Paulista* (1952), a *Record* (1953), a *TV Rio* (1954), a *TV Itacolomi* (1956) e a *TV Cultura de São Paulo* (1958), por exemplo. Porém, como salienta Sergio Mattos (2002), a primeira fase da história da TV no Brasil (1950-1964) é chamada de “elitista”, pois o televisor era um artefato de luxo e seu acesso restringia-se apenas à elite econômica.²

Alguns anos depois, principalmente após o golpe militar de 1964 e com o regime político que se desenvolveu no país até meados da década de 1980, houve uma grande expansão do setor televisivo no Brasil em todos os aspectos. Sendo assim, ao longo dos últimos setenta anos, a TV desenvolveu-se como um amplo sistema expressivo, detentor de uma linguagem, de uma ética e de uma estética próprias, que ampliaram sua própria noção conceitual de mero instrumento técnico e tecnológico para uma das mídias mais influentes da sociedade brasileira até os dias atuais (YASHINISHI, 2020).³

No Paraná, a primeira transmissão pública de televisão ocorreu em Curitiba, no Edifício Moreira Garcez, em 17 de julho de 1954. Na ocasião, uma multidão foi atraída por dois receptores instalados nas vitrines da loja *Tarobá*. A *TV Paranaense*, canal 12, de Curitiba, foi a emissora pioneira no estado, fundada oficialmente no dia 29 de outubro de 1960 pelo empresário da comunicação Nagibe Chede Abrahão (1911- 2002).⁴ Assim como no Brasil, a televisão no Paraná se expandiu, profissionalizou e se popularizou rapidamente. Com o passar do tempo, diversas emissoras foram criadas no estado, sendo que, atualmente, as maiores são a *Rede Paranaense de Comunicação* (RPC), rede de

2. MATTOS, Sérgio. História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política. Petrópolis: Vozes, 2002.

3. YASHINISHI, Bruno José. “**Uma belíssima história de amor e sangue**”: representações sociais do cangaço na minissérie *Lampião e Maria Bonita* (1982). 2020. Dissertação (Mestrado em História), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa – PR, 2020.

4. COSTA, Osmani Ferreira da. Televisão no Paraná: uma história política da implantação dos primeiros canais (1960-1985). In: XVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 1., Natal. *Anais* [...] Natal-RN, 2013.

emissoras filiadas à *Rede Globo de Televisão*, que a partir de 2010 passou a se chamar *Grupo Paranaense de Comunicação* (GRPCOM); e a *Rede Massa*, fundada em 2008, de propriedade do apresentador Carlos Massa (Ratinho) e filiada ao *Sistema Brasileiro de Televisão* (SBT).

Tão importante quanto saber sobre a expansão das emissoras de TV no Brasil é notar a proliferação do consumo de aparelhos de televisão e de seus conteúdos ao longo dos anos. Enquanto que em 1950, ano da inauguração da TV brasileira, existiam apenas 200 aparelhos de televisão no país (MATTOS, 2002), em 2016 mais de 67 milhões de domicílios possuíam o eletrodoméstico, estimado em 102.633 milhões de televisores.⁵ Em 2019, estima-se que 96,3% dos lares brasileiros possuíam pelo menos um aparelho de TV. Esses números aumentaram nos anos 2020 e 2021, sobretudo com o agravamento da pandemia da Covid-19.⁶

Nesse sentido, como diz a primeira estrofe do *Hino da Televisão*:⁷ “Vingou, como tudo vinga/ No teu chão, Piratininga [...]”, fazendo alusão ao “vingar” da TV (no sentido de se desenvolver, crescer), na comemoração do bicentenário de Jaguariaíva, esse capítulo apresenta o vingar e histórico da televisão no município, contemplando a chegada dos primeiros aparelhos de TV na cidade, a trajetória do pioneiro desse veículo de comunicação e das primeiras torres de transmissão, bem como a criação e atuação do *Serviço Jaguariaiense de Televisão*, o SERJATEL, já na década de 1960.

5. Fonte: GANDRA, Alana. Pesquisa diz que, de 69 milhões de casas, só 2,8% não têm TV no Brasil. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 21 fev. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-02/uso-de-celular-e-acesso-internet-sao-tendencias-crescentes-no-brasil>. Acesso em 25 fev. 2022.

6. Fonte: KINAST, Priscilla. **A história da TV brasileira:** A TV ainda tem importância no Brasil? Oficina na net, 21 ago. 2022. Disponível em: <https://www.oficinadanet.com.br/tecnologia/37774-a-historia-da-tv-no-brasil>. Acesso em 25 fev. 2022.

7. O Hino da Televisão foi composto por Guilherme de Almeida e Marcelo Tupinambá em comemoração pela inauguração da TV Tupi, em 1950. Hebe Camargo deveria cantá-lo na primeira exibição da TV no Brasil. Porém, a apresentadora alegou um resfriado, que anos depois foi desmentido por ela mesma, pois na verdade se tratava de um encontro amoroso. Sendo assim, foi substituída por Lolita Rodrigues que interpretou a canção: “Vingou como tudo vinga/ no teu chão, Piratininga./ A cruz que Anchieta plantou!/ Pois, dir-se-á que ela hoje acena/ Por uma altíssima antena/ Em que o Cruzeiro pousou./ E te dá, num amuleto,/ O vermelho, branco e preto/ Das contas do teu colar./ E te mostra num espelho,/ O preto, branco e vermelho,/ Das penas do teu tocar”.

“O alemão mais brasileiro”: Fritz Heuschkel e o pioneirismo da tv em Jaguariaíva⁸

Não há como pensar em uma história da televisão em Jaguariaíva sem mencionar a trajetória de Fritz Heuschkel, o pioneiro dos aparelhos televisores no município. O senhor Fritz, conhecido popularmente e de maneira carinhosa como “o alemão mais brasileiro” pelos jaguariaivenses nasceu em 14 de julho de 1911, na cidade de Hamburgo, Alemanha. Filho do casal Karl Paul Heuschkel e Alma Heuschkel, trabalhou durante sua infância com o pai na fabricação de hélices feitas de madeira, ao lado de suas três irmãs Maria, Paula e Marta.

Diante do alarmante contexto social e político da Alemanha nas primeiras décadas do século XX, que indicava o início da Segunda Guerra Mundial, o senhor Karl Heuschkel inscreveu-se na emigração para o Brasil, se mudando com a família para a cidade de Cruz Machado, no Paraná. Em solo paranaense, os Heuschkel enfrentaram grandes dificuldades no início, como doenças antes desconhecidas na Europa e a longa distância que as crianças percorriam a pé para chegarem à escola. As principais atividades dos imigrantes alemães em Cruz Machado estavam ligadas à agricultura, o que fez com que o pai de Fritz, que era marceneiro, buscassem melhores condições de trabalho nas grandes capitais, primeiro no Rio de Janeiro e depois em São Paulo, onde arrumou emprego nas *Indústrias Matarazzo*.

Alguns anos mais tarde, Paula, irmã de Fritz, se casou e mudou-se para a região de Sengés - PR e Itararé - SP. A senhora Alma Heuschkel, velando pela família unida, escreveu uma carta ao conde Atílio Matarazzo pedindo para que o marido fosse transferido para a unidade do *Frigorífico Matarazzo* em Jaguariaíva. O pedido foi aceito e a família Heuschkel mudou-se para Jaguariaíva, onde Fritz iniciou suas atividades profissionais como aprendiz de carpinteiro.

Tempos depois, em 1938, Fritz montou o seu próprio negócio, a *Casa Rumba*,⁹ que operava no comércio de móveis e eletrodomé-

8. Para a escrita dessa parte do capítulo contamos com a inestimável contribuição de descendentes do Sr. Fritz: seu filho Paulo Carlos Heuschkel e seus netos Karina Ferreira de Barros, Melina Ferreira de Barros e Romulo Heuschkel de Barrosque, que generosamente forneceram as principais informações contidas no texto, prestando uma grande e merecida homenagem à Fritz Heuschkel.

9. Vale destacar que a loja recebeu o nome de *Casa Rumba* devido ao contexto histórico dos

ticos, além de uma oficina de montagem e reparo de rádios e outros equipamentos eletrônicos. Inicialmente, a loja funcionava em um imóvel situado em frente à Praça Getúlio Vargas e se tornou um dos comércios mais importantes e frequentados da região por décadas. Imigrantes holandeses estabelecidos no município de Arapoti – PR eram assíduos frequentadores da loja, pois buscavam a ajuda de Fritz para diversas questões, já que o idioma alemão tem mais proximidade com o holandês do que a língua portuguesa.

FIGURA 1: Fritz Heuschkel entre as décadas de 1930 a 1940



Fonte: Karina Ferreira de Barros
(Acervo pessoal).

FIGURA 1: Fritz Heuschkel e a esposa Judith Amélia



Fonte: Karina Ferreira de Barros
(Acervo pessoal).

FIGURA 3: Fachada da Casa Rumba (anos 1960)



Fonte: Karina Ferreira de Barros
(Acervo pessoal).

FIGURA 4: Um folheto de propaganda da Casa Rumba



Fonte: Karina Ferreira de Barros
(Acervo pessoal).

anos 1930, onde a Alemanha vivia sob o regime nazista. Associar o nome do estabelecimento ao sobrenome alemão de seu dono não seria um bom negócio, portanto o Sr. Fritz sabiamente “abrasileirou” a denominação de seu comércio.

Assim como muitos jovens de sua época, Fritz Heuschkel frequentava os eventos esportivos e de lazer no *Associação Atlética Mata-razzo*, desenvolvendo ainda mais seu interesse pela música e comunicação em geral, sobretudo na área da eletrônica. Motivado pelo desejo de promover o entretenimento em Jaguariaíva, Fritz montou um serviço de autofalantes na atual Praça Getúlio Vargas com o nome *RCE – Rádio Clube Esportiva*, nos anos de 1940, que funcionava como um serviço para anúncios ou oferecimento de músicas no espaço público. Pouco tempo depois, Fritz vendeu os autofalantes e, junto com os amigos Dario Fortunato Darif e Francisco Galli, instalaram a emissora de rádio *ZYS2*, precursora da *Rádio Jaguariaíva*.

Nos anos 1950, cada vez mais entusiasmado com as comunicações, Fritz aprofundou seus conhecimentos sobre a área através de livros e cursos por correspondência, interessando-se pela televisão, grande novidade da época no país. Foi o primeiro jaguariaivense a comprar um aparelho de TV, da marca *ABC*, instalando a primeira antena de recepção e transmissão no alto da localidade chamada de Cajuru (sentido São Paulo). Tempos depois, Fritz montou outra torre de TV, no alto da Cidade Alta. Seu filho Paulo o acompanhava por diversas vezes nos testes com a torre, às vezes em tempos chuvosos e de frio. Ao pé da torre era instalado um pequeno televisor, atraindo uma multidão de curiosos para assistir aos primeiros sinais da *TV Tupi*.

Na década de 1960, com a instalação do *Canal 4* de Curitiba, Fritz montou outra torre, agora no alto da serra do Sertão de Jaguariaíva. Como obteve melhores resultados na qualidade de imagem e som desta vez, negocou com o então prefeito Silas Gerson Ayres (1935-2018) um empreendimento de consórcio de 50 televisores, possibilitando que diversos jaguariaienses adquirissem os eletrodomésticos, além disso, também comercializava aparelhos de TV em sua *Casa Rumba*. Essa empreitada de Fritz em fornecer sinal de TV para Jaguariaíva tornou-se um sucesso, inclusive ultrapassando os limites do município e alcançando outras cidades do Norte Pioneiro, como Santo Antônio da Platina e Jacarezinho, por exemplo. Algumas pessoas de Ponta Grossa também procuravam Fritz, pois ainda não possuíam sinal de TV em sua região, porém a transmissão da torre do

Sertão de Jaguariaíva não chegou aos campos gerais devido às questões de topografia/relevo desfavoráveis.

Figura 5: Fritz e familiares na Antena Rombônica de Jaguariaíva (ano de 1960)



Fonte: Paulo Heuschkel (Acervo pessoal)

FIGURA 6: Torre do Sertão. Abaixo, Paulo Heuschkel quando criança



Fonte: Karina Ferreira de Barros
(Acervo pessoal).

FIGURA 7: Torre e antena da Cidade Alta (sem transmissor)



Fonte: Karina Ferreira de Barros
(Acervo pessoal).

Por cerca de vinte anos, Fritz Heuschkel trabalhou duro e incansavelmente pela propagação da televisão em Jaguariaíva, atuando não só na transmissão do sinal de TV, mas também ele mesmo como comerciante de televisores e técnico na operação e manutenção de aparelhos e das torres.¹⁰ O “alemão mais brasileiro” casou-se com

10. Segundo relatos, na noite de 08 de julho de 1978, um sábado de tempestade em Jaguariaíva, Fritz ficou de vigia na receptora da Remonta cuidando para que o sinal da TV Globo não saísse

Judith Amélia Signorini Heuschkel em 1953, com quem teve os filhos Maria Tereza e Paulo Carlos. Do casamento da filha Maria Tereza com Ademar, vieram os netos Karina, Melina e Romulo. Do casamento do filho Paulo com Josiane, vieram as netas Marina e Paula. Quando tinha 94 anos, ainda conheceu o bisneta Antonio e, aos 96 anos, a bisneta Alice. A *Casa Rumba* comercializou móveis, eletrodomésticos, televisores, rádios, utensílios domésticos e itens de decoração por mais de cinquenta anos. Fritz faleceu em 30 de agosto de 2008, com 97 anos de idade, deixando o legado como pioneiro no desenvolvimento das telecomunicações em Jaguariaíva.

A criação e desenvolvimento do Serjatel – Serviço Jaguariaivense de Televisão

Em meados dos anos 1960, o sinal de TV emitido pela torre do alto da serra do Sertão de Jaguariaíva foi captado pela repetidora da *Remonta* e retransmitido para diversas cidades da região do Norte Pioneiro do Paraná, como Arapoti, Wenceslau Braz, Siqueira Campos, Santo Antônio da Platina e Jacarezinho, por exemplo.

O contexto histórico dos anos 1960 foi fortemente marcado pelo golpe militar de 1964 e a história da televisão no Brasil entrou na chamada “fase populista” (1964-1975) que, segundo Sergio Mattos (2002),¹¹ foi um período em que o próprio governo estimulou a proliferação da indústria televisiva, estabeleceu agências e leis reguladoras, incentivou a adoção de novas tecnologias para o sistema nacional de telecomunicações, bem como o acesso da população ao consumo de aparelhos televisivos.

Para a historiadora Esther Hamburguer (1998),¹² as telecomunicações foram estratégicas na política de desenvolvimento e integra-

do ar, já que na ocasião estava sendo transmitido o último capítulo da novela *O Astro* e os telespectadores estavam ansiosos para descobrirem quem havia assassinado o personagem Salomão Hayalla, interpretado por Dionísio Azevedo. Esse episódio ilustra a dedicação do Sr. Fritz em fornecer a transmissão da televisão aos jaguariaivenses.

11. MATTOS, Sérgio. *História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política*. Petrópolis: Vozes, 2002.

12. HAMBURGUER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: SCHWARCZ, Lilia Mortiz (Org.). *História da vida privada no Brasil: Contrastes da intimidade*

ção nacional do regime militar. Em 1967 foi criado o Ministério das Comunicações, que reforçou a influência direta no setor, reduzindo a interferência de organizações privadas sobre as agências reguladoras. No mesmo ano, sob a égide do Ato Institucional nº 4 e através do Decreto-Lei nº 236, o governo militar modificou o *Código Brasileiro de Telecomunicações* (Lei 4.117/62) normatizando o exercício das concessões de canais de comunicação de massa. Pessoas jurídicas e estrangeiras não tinham o direito de dirigir empresas de radiodifusão, os recursos financeiros dos interessados em concessões deveriam passar pelo crivo de aprovação e todos os atos modificativos da sociedade e contratos com empresas estrangeiras estavam sob controle do Ministério das Comunicações.

Durante todo o período da ditadura militar os bancos tiveram direção e supervisão direta do governo federal. Sendo assim, a oferta de benefícios, empréstimos, subsídios, isenção de impostos, publicidade oficial, licenças dos mais variados gêneros e concessões favoreceram aos veículos de comunicação aliados às políticas governamentais. Com o Ato Institucional nº 5, de 1968, o Poder Executivo Federal, baseado na *Lei de Segurança Nacional* determinou que todos os veículos de comunicação operassem sob restrições, censura e autocensura que perduraria até 1979 (YASHINISHI, 2020).

Em Jaguariaíva, no período supracitado, o então prefeito Silas Gerson Ayres foi um grande entusiasta das telecomunicações e engajou-se, entre outras coisas, na criação do *Serviço Jaguariaiense de Televisão*, o SERJARTEL. Silas foi eleito prefeito municipal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1963, exercendo seu mandato até 1969. Com 28 anos de idade, é, até então, o prefeito mais jovem já eleito em Jaguariaíva (LOPES, 2018).¹³

Nascido em Castro-PR, Silas, com apenas dois meses de vida, foi morar com a família na Vila Operária da então Fábrica do Papel do Distrito de Cachoeirinha (atual município de Arapoti - PR), onde viveu toda sua infância. Na adolescência e juventude voltou a Castro

contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 440-487.

13. LOPES, Rafael Gustavo Pomim. **Entre a caneta e o microfone**: breve estudo acerca da trajetória familiar, profissional, política e intelectual de Silas Gerson Ayres. Trabalho para disciplina Tópicos especiais em Cultura e Identidades: intelectuais e história intelectual (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

para prosseguir com os estudos. Desde muito jovem se interessou pelas comunicações, trabalhando como locutor na Rádio *Castro ZYS-21*, onde além das gravações em estúdio, realizava reportagens externas e narrações esportivas.

Depois de regressar a Jaguariaíva, em 1953, com 18 anos de idade, Silas exerceu diversas funções na prefeitura até sua eleição ao Executivo Municipal em 1963. Foi correspondente de diversos jornais da região, tais como *O Estado do Paraná*, *Correio do Paraná* e *O Dia*, também criou e dirigiu o jornal “Jaguariaíva em Páginas”. Nos anos 1980, foi nomeado diretor da Rádio *Jaguariaíva*, permanecendo nesta função por mais de uma década.

Como já mencionado, o SERJATEL foi criado durante o mandato de Silas através da Lei Municipal 503, de 05 de março de 1967 (alterada pelas Leis 518, de 19 de janeiro de 1969, e 563, de 19 de novembro de 1969), tendo como objetivo constituir fundos para a manutenção e melhorias da transmissão do sinal de televisão. Segundo a edição N° 26 do jornal *Jaguariaíva em Páginas*, do dia 12 de fevereiro de 1972,¹⁴ em 1967, Fritz Heuschkel atribuiu o serviço de transmissão de TV ao SERJATEL, através do qual o sinal das repetidoras alcançaria localidades ainda mais longínquas do que os sinais das próprias emissoras de televisão. Essa ampliação do sinal foi possível graças a uma turbina geradora de energia elétrica instalada por Antonio Fanchin nas dependências da então chamada *Indústria, Comércio e Cultura de Madeiras Sguálio*,¹⁵ em Jangai (Distrito Eduardo Xavier da Silva).

Além do prefeito Silas e do senhor Fritz, outros cidadãos tiveram importantes participações na criação do SERJATEL: Milton Sguálio, Flavio Eloy Tracz, Renato Ferreira de Mello, Dr. Francisco Hyczy da Costa Filho e Eurides Cunha.¹⁶

14. AYRES, S. G. **Canal 6.** *Jaguariaíva em Páginas*, Jaguariaíva, p. 1, 12 fev. 1972.

15. A origem das Indústrias Sguálio remete à instalação da empresa J. Sguálio & Cia para a produção de pasta mecânica no Distrito Eduardo Xavier da Silva, em 1940. Em 1953 foi inaugurada a fábrica de papelão, que após dois meses de funcionamento foi parcialmente destruída por uma enchente causada pelo rompimento da represa. As atividades só foram retomadas no ano seguinte e, algum tempo depois, as empresas passaram a se chamar Indústria, Comércio e Cultura de Madeiras Sguálio S/A. Nos anos 1970, receberam o nome de Companhia Sengés de Papel e Celulose, com sede em Sengés-PR. A partir de 1988, passou a ter a denominação de Milton Sguálio Indústria e Comércio de Papel e Pasta Mecânica Ltda.

16. Em 1972, Albano Ferreira de Barros, então presidente do SERJATEL, propôs ao prefeito municipal a construção de um obelisco ou de um painel no centro da Praça Getúlio Vargas em homenagem a todos aqueles que fizeram parte da história do SERJATEL. O projeto, no entanto,

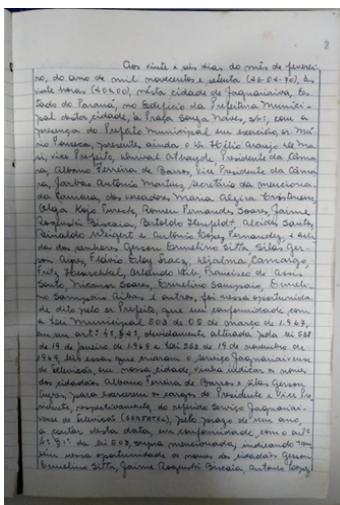
Figura 8: Capa do Jornal “Jaguariávia em páginas” de 12 de fevereiro de 1972. Na manchete, o processo de criação e instalação do SERJATEL.



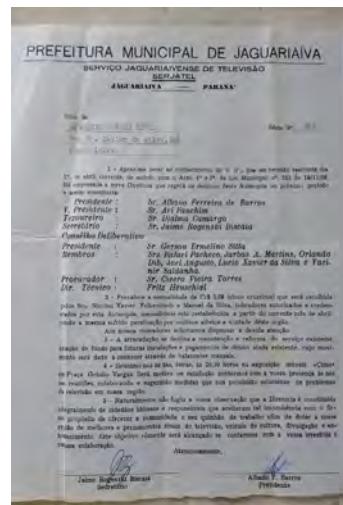
Fonte: Rafael Gustavo Pomim Lopes (Acervo pessoal)

FIGURA 9: Foto da Ata da reunião para escolha dos membros da diretoria do SERJATEL (26 de fevereiro de 1970)

FIGURA 10: Documento da prefeitura municipal sobre a escolha da nova diretoria do SERJATEL



Fonte: Câmara Municipal de Jaguariaíva
(Acervo)



Fonte: Câmara Municipal de Jaguariaíva
(Acervo)

No dia 26 de fevereiro de 1970, no prédio da Prefeitura Municipal aconteceu a reunião para a escolha dos membros da diretoria do SERJATEL. Estiveram presentes, o então prefeito Mário Fonseca (ARENA), o vice-prefeito Dr. Hélio Araújo De Masi (ARENA), os vereadores municipais e demais cidadãos envolvidos com a diretoria. Nessa ocasião foram empossados: Albano Ferreira de Barros (presidente), Silas Gerson Ayres (vice-presidente), Flavio Eloy Tracz

(secretário), Djalma Camargo (tesoureiro), Fritz Heuschkel (diretor técnico) e Dr. Hélio Araújo De Masi (procurador). O conselho deliberativo do SERJATEL foi composto por Jayme Rodrigues Biscaya, Antonio Lopez Fernandez, Orlado Dib, Francisco de Assis Santo, Cícero Vieira Torres, Jarbas Antônio Martins e Gerson Ermelino Sitta (presidente do conselho).

Em 05 de março de 1970 aconteceu a primeira reunião oficial da agora já formada diretoria do SERJATEL. A partir de então os encontros passaram a ocorrer regularmente na *Casa Rumba*, de Fritz Heuschkel. Os senhores Francisco Hyczy da Costa Filho, Dr. Domingos Cunha e Milton Sguálio foram nomeados como presidentes de honra do SERJATEL. O conselho estabeleceu que cada proprietário de aparelho de TV contribuísse com o valor de 5,00 NCr\$ (Cruzeiros Novos) que deveria ser pago mensalmente através de um carnê em prol da manutenção das torres de transmissão e da aquisição de aparelhos televisivos.

Durante vários meses, de maio de 1970 a março de 1971, a diretoria do SERJATEL cogitou a possibilidade de solicitar o fornecimento de energia elétrica para a torre do Sertão às *Indústrias Matarazzo*, já que o serviço prestado pela *Indústria Sguálio* fora considerado ineficiente. Silas Gerson Ayres foi pessoalmente conversar com o conde Francisco Matarazzo sobre essa questão e obteve seu consentimento. No entanto, após várias reuniões, a diretoria abriu mão dessa ideia devido aos altos custos demandados pelo projeto.

Vingou e ainda vinga: a televisão em Jaguariaíva no século XXI

Embora outros diversos meios de comunicação e aparelhos tecnológicos tenham sido desenvolvidos e popularizados nos últimos anos, sobretudo com a internet e as redes sociais virtuais, a TV ainda ocupa um lugar de grande destaque nos lares e na história de vida da maioria dos brasileiros (HAMBURGUER, 1998). Após mais de sete décadas no Brasil, a televisão passou e vem passando por grandes

transformações, sendo a substituição gradativa do sinal analógico pelo digital uma das mais significativas.¹⁷

O processo de implantação da TV digital no Brasil teve início em junho de 2006, com o Decreto nº 5.820/2006, onde o governo federal estabeleceu as diretrizes para a transição do sistema analógico para o de transmissão digital (VIEIRA; LEONEL; ARANHA, 2019).¹⁸ A primeira transmissão oficial do sinal digital ocorreu em 02 de dezembro de 2007 na cidade de São Paulo, em uma solenidade em que estiveram presentes mais de 2000 pessoas, vários empresários do setor das comunicações e o então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Desde então, o sinal digital vem paulatinamente se proliferando em todas as regiões do Brasil, sendo que o governo prevê o fim definitivo do sinal analógico em 31 de dezembro de 2023.¹⁹ Em 2021, o Ministério das Comunicações, através da portaria 2.524/2021, criou o *Programa Digitaliza Brasil*, que apresenta diretrizes para a digitalização dos sinais de televisão analógicos ainda restantes no país.

No Paraná, a primeira transmissão do sinal digital ocorreu em 2008, na capital Curitiba, por meio da *RPC*. Nos anos seguintes, essa tecnologia espalhou-se por todas as regiões do estado, chegando aos Campos Gerais em 2012. Mesmo que ainda não tenha atingido todos os municípios paranaenses, a TV digital vem sendo implantada através da *Seja Digital*, uma instituição não governamental e sem fins lucrativos que objetiva expandir a banda larga móvel pelo Brasil e acelerar a adoção do sinal digital em todo o país.

No final de 2021, a *Seja Digital* publicou uma lista com 97 municípios do Paraná contemplados para receberem o sinal de TV digital,

17. Segundo dados do IBGE, mais de 90% das residências brasileiras recebem canais analógicos com largura de banda de 6 MHz. Com o sinal digital a transmissão de áudio e vídeo aumenta significativamente a taxa de transmissão de dados na banda de frequências disponível, além de permitir o uso mais eficiente do espectro eletromagnético. A resolução da imagem na TV analógica que é de 400 x 400 pixels poderá ser de até 1920 x 1080 pixels.

18. VIEIRA, Vânia Lúcia Ribeiro; LEONEL, Elisa Vieira; ARANHA, Márcio Iório. **A implantação da TV digital no Brasil:** governança colaborativa como vetor de eficácia. In: Revista de Informação Legislativa, Brasília, 2019, v. 56, nº 223, p. 149-170.

19. Fonte: ANDRADE, Anderson. Brasil está preparado para concluir a implantação da TV Digital, diz secretário. Gov.br, Brasília, 04 dez. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2020/dezembro/brasil-esta-preparado-para-concluir-a-implantacao-da-tv-digital-diz-secretario>. Acesso em 08 jun. 2022.

entre os quais, Jaguariaíva.²⁰ Em 2023 foi construída uma nova torre de TV na cidade. De estilo autoportante, a torre tem 23 metros e possui uma única antena que transmite para todo o município todos os canais de televisão que têm transmissores nela.

Nesse sentido, em breve a TV em Jaguariaíva terá uma nova fase em sua história que, como visto anteriormente, foi construída por ideais, perseverança e, sobretudo, pela dedicação de vários jaguariaienses que acreditaram no potencial econômico e social da televisão.

Figura 11: Foto da construção da nova Torre de TV em Jaguariaíva (2023)



Fonte: Aguinaldo Félix da Silva (acervo pessoal)

FIGURA 12: Foto da construção da nova Torre de TV em Jaguariaíva – 2 (2023)



Fonte: Aguinaldo Félix da Silva (acervo pessoal)

O teórico italiano Umberto Eco (1993)²¹ afirmou que uma análise histórica e sociológica da televisão deve ir além da investigação

20. Fonte: <https://ampr.org.br/wp-content/uploads/2021/07/LISTA-DOS-97-MUNICÍPIOS-DO-PARANÁ-CONTEMPLADOS-PARA-RECEBER-O-SINAL-DE-TV-DIGITAL.pdf>. Acesso em 08 jun. 2022.

21. ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1993.

sobre o desenvolvimento técnico e tecnológico do aparelho televisor, mas antes considerar as intenções do remetente das mensagens veiculadas pela TV, as estruturas comunicacionais (meio e código das mensagens) e as reações daqueles que recebem as mensagens, ou seja, a situação social e histórica do público receptor e suas condições ou limitações para a decodificação da mensagem. Dessa forma, assim como a televisão vingou em Jaguariaíva, os apreços pela arte, pela tecnologia, pelo progresso e pela cultura vingaram na sociedade jaguariaivense ao longo do tempo, tornando ainda mais jubilosa sua celebração de 200 anos.

Referências

- CHAVES, Niltonci Batista. TV Esplanada – Canal 7: Três décadas de História. In: CHAVES, Niltonci Batista (Org.). **Visões de Ponta Grossa**: cidade e instituições. Ponta Grossa-PR: UEPG, 2004. p. 194-216.
- COSTA, Osmani Ferreira da. Televisão no Paraná: uma história política da implantação dos primeiros canais (1960-1985). In: XVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 1., Natal. **Anais** [...] Natal-RN, 2013.
- ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- HAMBURGUER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: SCHWARCZ, Lilia Mortiz (Org.). **História da vida privada no Brasil**: Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 440-487
- LOPES, Rafael Gustavo Pomim. **Entre a caneta e o microfone**: breve estudo acerca da trajetória familiar, profissional, política e intelectual de Silas Gerson Ayres. Trabalho para disciplina Tópicos especiais em Cultura e Identidades: intelectuais e história intelectual (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.
- MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira**: uma visão econômica, social e política. Petrópolis: Vozes, 2002.
- VIEIRA, Vânia Lúcia Ribeiro; LEONEL, Elisa Vieira; ARANHA, Márcio Iório. A implantação da TV digital no Brasil: governança colaborativa como vetor de eficácia. In: **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, 2019, v. 56, nº 223, p. 149-170.
- YASHINISHI, Bruno José. “**Uma belíssima história de amor e sangue**”: representações sociais do cangaço na minissérie *Lampião e Maria Bonita* (1982). 2020. Dissertação (Mestrado em História), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa – PR, 2020.

Fontes

ANDRADE, Anderson. Brasil está preparado para concluir a implantação da TV Digital, diz secretário. *Gov.br*, Brasília, 04 dez. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2020/dezembro/brasil-esta-preparado-para-concluir-a-implantacao-da-tv-digital-diz-secretario>. Acesso em 08 jun. 2022.

AYRES, S. G. *Canal 6. Jaguariaíva em Páginas*, Jaguariaíva, p. 1, 12 fev. 1972.

GANDRA, Alana. Pesquisa diz que, de 69 milhões de casas, só 2,8% não têm TV no Brasil. *Agência Brasil*, Rio de Janeiro, 21 fev. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-02/uso-de-celular-e-acesso-internet-sao-tendencias-crescentes-no-brasil>. Acesso em 25 fev. 2022.

KINAST, Priscilla. A história da TV brasileira: A TV ainda tem importância no Brasil? *Oficina na net*, 21 ago. 2022. Disponível em: <https://www.oficinadanet.com.br/tecnologia/37774-a-historia-da-tv-no-brasil>. Acesso em 25 fev. 2022.

Educação



CAPÍTULO 10

IZABEL BRANCO E CERA: CULTURA ESCOLAR E MEMÓRIA EM JAGUARIAÍVA-PR

Audrey Franciny Barbosa

Não é coisa que eu tenha inventado. Me foi ensinado. Não precisei pensar. Gostei. Foi para a memória. Esta é a regra fundamental desse computador que vive no corpo humano: só vai para a memória aquilo que é objeto do desejo.

(Rubem Alves)

Ao longo do século XX, o Brasil – recém – republicano viveu o surgimento de um debate educacional que materializou-se na construção de prédios escolares. Sempre em consonância com um projeto político e a uma visão de sociedade, os prédios escolares tornaram-se um dispositivo na paisagem urbana das cidades que assinalava ali a presença do conhecimento, do progresso, do futuro – e, não menos, dos governantes.

Jaguaraiá, não fugiu à regra. Afinal, como em outras cidades do Brasil, viveu a construção de prédios escolares nas primeiras décadas do século XX e fez parte de um projeto de escolarização da nação. Assim, nosso intuito para esse capítulo foi analisar a instauração da escola republicana no cenário jaguariaivense e sua permanência na cidade.

Cabe destacar que nossa intenção não foi realizar apenas um inventário de atos oficiais e legislativos que pontuem de forma cronológica a instalação de prédios escolares em Jaguariaíva. Gostaríamos de ir além. Gostaríamos de dimensionar a forma como a sociedade jaguariaivense percebe a presença de escolas em sua cidade.

Para isso, formulamos dois objetivos para este capítulo, a saber: apresentar a consolidação da instrução pública jaguariaivense em consonância com o debate nacional e regional, com destaque para as instituições de ensino Grupo Escolar Izabel Branco e Ginásio de Jaguariaíva; e compreender como tais instituições de ensino estão representadas na memória de alguns de seus ex-alunos e ex-alunas.

Assim, por meio da análise de uma série de documentos, narrativas jornalísticas e relatos pessoais concedidos sob a forma de formulários, esperamos ao fim do capítulo que tais objetivos estejam alcançados e que nossa contribuição seja significativa para a escrita de mais esse capítulo da história de Jaguariaíva.

Escolarização em Jaguariaíva

Segundo a historiadora Cynthia Greive (2002) a institucionalização da escola na República brasileira fez parte de um movimento político com vistas a integrar a nação a um projeto de civilização. De acordo com a autora, o momento da efervescência dos ideais político e social republicano demandou uma estratégia capaz de articular as esferas locais a um programa nacional, assim, a escolarização enquanto dispositivo configurou-se como uma estratégia de poder governamental. Em síntese, a escolarização definiu-se como:

uma rede que se estabelece diante de elementos heterogêneos que envolvem os discursos, o espaço escolar, as ideias, o currículo, os materiais escolares, os procedimentos administrativos etc.; a natureza das relações entre esses elementos está no âmbito das relações de poder e é de caráter estratégico, confirmando-as como produtos e produtoras de saber (VEIGA, 2002, p. 91).

Tendo em mente tal definição de escolarização, passamos a analisar como a escola jaguariaivense consolidou-se no século XX. Iniciando pela esfera regional, no Paraná o processo de escolarização

foi gradual e lento. De acordo com as historiadoras Etelvina Trindade e Maria Luiza Andreazza (2001) a partir do século XVII a região foi marcada pelas iniciativas de religiosos e letrados que possuíam licenças governamentais para lecionar em casas de ensino, uma prática marcada pelo ensinar a ler e escrever.

Data de 1745 a inauguração do primeiro colégio paranaense, o Colégio Nossa Senhora do Terço, em Paranaguá, cujo objetivo era oferecer o ensino secundário e o preparo para a vida religiosa, mas cujo funcionamento encerrou-se com a expulsão dos jesuítas pelas reformas pombalinas (ANDREAZZA & TRINDADE, 2001, p, 33-35).

Segundo Trindade & Andreazza (2001), no decorrer dos séculos XVIII-XIX foram frequentes o funcionamento de escolas públicas e privadas, além de aulas avulsas oferecidas pelo governo, com o objetivo de atender as demandas locais, mas que ainda não configuravam um projeto de escolarização no território paranaense.

A partir de fins do século XIX ocorreram tentativas de oferecer no Paraná, região já emancipada da província de São Paulo, o ensino secundário. Para isso, em 1846 foi inaugurado o Liceu Paranaense, que após reformulação, em 1876 transformou-se no Instituto Paranaense, ambas instituições de ensino destinadas apenas ao público masculino e de cunho elitista que tiveram pouco tempo de funcionamento.

No caso de Jaguariaíva, por meio da Lei nº. 292 de 04 março de 1872, assinada pelo então presidente da Província do Paraná, foram criadas as primeiras cadeiras de ensino primário na então freguesia de Jaguariaíva, uma do sexo masculino e outra do sexo feminino (BLANCH, 2000). Anos depois, quando Jaguariaíva já se encontrava elevada à condição de Vila, a Lei nº. 596 de 16 de abril de 1880, designou a criação de uma cadeira de instrução primária para o sexo feminino (BLANCH, 2000). Essas foram as primeiras experiências da instrução pública da cidade, muito em sintonia com o que se preconizava pela política imperial.

Foi apenas a partir do século XX, período marcado pelo entusiasmo pela educação dos republicanos, que a administração pública paranaense passou a fomentar a construção de prédios públicos destinados ao ensino primário e a promoção do ensino secundário

e profissionalizante (ANDREAZZA & TRINDADE, 2001, p. 81). Datam desse período dois importantes documentos que fomentaram o ensino paranaense, o “Regulamento da instrução pública paranaense” (1901) e o “Código de Ensino do Paraná” (1917), ambos tinham por premissa normatizar, promover e fiscalizar a instrução pública, e que apesar de todas as limitações impostas em sua execução contribuíram para consolidar o processo de escolarização no Paraná.

Nesse contexto, a administração pública financiou a construção de prédios escolares no interior do estado,¹ assim como, viabilizou a formação de normalistas com o objetivo de compor o quadro de professoras e professores paranaenses (NASCIMENTO, 2004). Dentre os municípios que receberam estas instituições estiveram Curitiba, Ponta Grossa, Paranaguá, Jacarezinho, Campo Largo, Araucária e Jaguariaíva, a partir da construção do prédio para abrigar o Grupo Escolar Izabel Branco² (CASTRO, 2010, p. 349) (Figura 1).

O Grupo Escolar Izabel Branco foi inaugurado na região da Cidade Alta no ano de 1911, era composto por quatro salas de aulas destinadas ao ensino primário na cidade. O prédio de arquitetura eclética foi um dos dezenove prédios escolares construídos pelo governo paranaense entre os anos de 1908-1912 e seguiu a padronização simples e racional do período, que segundo a pesquisadora Elizabeth Amorim de Castro, fez parte de uma política de construção de edifícios escolares, na qual “a economia passou a ser uma qualidade a ser incorporada ao seu caráter, manifestando na racionalidade construtiva e na utilização de projetos padronizados” (CASTRO, 2010, p. 243).

1. Ver a pesquisa de Elizabeth Amorim de Castro (2010) acerca da construção dos prédios escolares no Paraná entre fins do século XIX e início do século XX.

2. O Grupo Escolar recebeu esse nome em homenagem a Izabel Branco, mulher da elite agrária da região que em 1866 doou uma porção de terra para a construção da capela do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria. Segundo os pesquisadores Rosina Parchen e José La Pastina Filho (2006), a doação e posterior construção da capela no terreno deu “início do processo de urbanização, originando a atual cidade [...] financiou a construção da capela, que mais tarde viria a se tornar a igreja matriz” (PARCHEN & FILHO, 2006, p. 229).

Figura 1 – Grupo Escolar Izabel Branco (s/d).



Autoria desconhecida

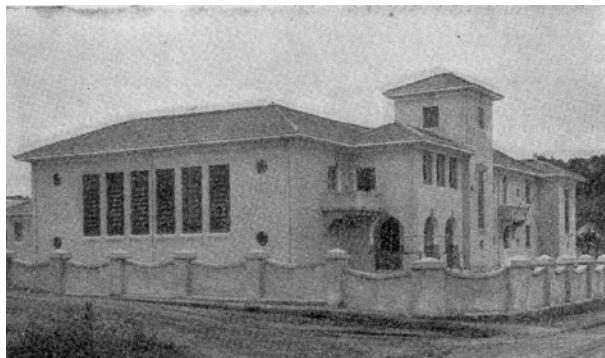
Ao longo de quatro décadas o Grupo Escolar Izabel Branco foi a instituição central no ensino de Jaguariaíva. Contudo, com o passar dos anos e a necessidade de ampliar a instrução escolar na cidade, no ano de 1949, durante o governo de Moyses Lupion, a partir do Decreto Estadual nº 6.165 foi autorizada a construção do Ginásio de Jaguariaíva, que no mesmo ano por meio do Decreto Estadual nº 9.145, de 03/12/1949 passou a contar com o Curso Normal Colegial e Curso Normal Regional.

O grande prédio construído para abrigar o Ginásio de Jaguariaíva possuía doze salas de aula, auditório, ginásio, gabinetes médicos e odontológicos, cantina, almoxarifado, museu, biblioteca e salas administrativas (Figura 2). Era uma arquitetura bem diferente dos primeiros grupos escolares do século XX, muitas vezes com espaços restritos para alunos e alunas.

Assim como o Grupo Escolar Izabel Branco em sua época, o Ginásio de Jaguariaíva seguiu o padrão das instituições de ensino do período, sobretudo, pela tendência escolanovista centrada na renovação educacional em articulação com uma formação tecnicista, cujo objetivo era formar para a sociedade industrial (MIGUEL, 2005). Nesse quadro, a instalação do Ginásio em Jaguariaíva fez parte do movimento de expansão da escola moderna e industrial no Paraná, cujos “princípios se vinculavam com a organização social do trabalho, que fazia parte da organização da sociedade urbana-in-

dustrial e era elemento de construção da nacionalidade” (MIGUEL, 2005, p. 07).

Figura 2 – Ginásio de Jaguariaíva (s/d)



Disponível em: <https://folhapr.com.br/wp-content/uploads/2019/04/CERA-003.jpg>

Nessa perspectiva, junto ao Ginásio de Jaguariaíva foram instalados o Grupo Escolar Moysés Lupion³ e dois Cursos Normal – Colegial e Regional, tornando o grande prédio um verdadeiro complexo educacional que permitia a formação integral, do curso primário ao curso secundário, não sendo mais necessário sair de Jaguariaíva para estudar em outras cidades.

No ano de 1956, período no qual o debate educacional brasileiro iniciava a os debates acerca descentralização do ensino secundário (DALLABRIDA, 2014), o então Ginásio de Jaguariaíva foi transformado em Colégio Estadual passando a ser responsabilidade do governo estadual (O DIA, 11/12/1956). Nessa nova configuração e sob a denominação de Colégio Estadual Rodrigues Alves,⁴ popularmente conhecida como “CERA”, a instituição passou cursos de primeiro e segundo grau, além de habilitações de Magistério, Contabilidade e curso Básico em Saúde, contribuindo significativamente para formar profissionais na cidade.

3. Posteriormente, através do Decreto Estadual nº 15.642 de 7 de agosto de 1964, o Grupo Escolar Moysés Lupion passou a denominar-se Grupo Escolar Tertuliano Teixeira de Freitas, cujo funcionamento encerrou-se no ano de 1978.

4. Em homenagem ao patrono da instituição, o ex-presidente Rodrigues Alves. Tal escolha ocorreu pela equipe diretiva da escola no ano de 1956.

Memórias de sua gente

Após essa incursão acerca da institucionalização dos espaços escolares em Jaguariaíva, propomos analisar a forma como o Grupo Escolar Izabel Branco e o CERA estão presentes nas memórias da sua gente. Para isso, circulamos pelos grupos de alunos e ex-alunos das instituições citadas um formulário com questões que nos permitissem compreender como essas escolas foram vivenciadas pelos jaguariaivenses (Figuras 3 e 4).

Figura 3 -Imagem do CERA (2020).



Autoria Tamara Roberta

Figura 4 -Imagem do Grupo Escolar Izabel Branco (2006).



Fonte: IPatrimônio

Ao todo, tivemos o retorno de dez ex-alunos e ex-alunas, com idades entre 40 e 79 anos que nos permitem sinalizar alguns aspectos das escolas na memória de seus ex-alunos e alunas.⁵ É significativo pontuar que tais relatos foram cedidos por alunos e alunas que frequentaram esses espaços entre os anos de 1960 e 1990, ou seja, vivenciaram diferentes configurações escolares, mas apresentam nos relatos convergência no que se refere a aspectos da cultura escolar, a saber: relações com professores e professoras, atividades artísticas e socialização do conhecimento.

Cabe destacar aqui que nosso intuito não foi construir um amplo estudo sociológico sobre as memórias acerca da escola em Jaguariaíva. Nossa intenção é sinalizar como alguns espaços escolares da cidade são rememorados por quem os vivenciou, mesmo que tal análise esteja restrita a uma pequena amostragem de dez pessoas. Sabemos que outros sujeitos podem ter memórias distintas e até mesmo contraditórias com as lembranças aqui apresentadas. Entretanto, trazemos para compor o capítulo os relatos daqueles que ao terem acesso ao formulário circulado propuseram-se a respondê-lo e contribuir com nosso capítulo.

Dito isto, ancorando-nos nas contribuições de Michael Pollak (1989; 1990), as entrevistas ainda que individuais também são coletivas, pois a memória é um fenômeno construído coletivamente a partir de acontecimentos individuais, mas também acontecimento vivenciados no coletivo – ou até mesmo não vivenciados (POLLAK, 1990). Assim, alguns espaços são “lugares de memória” que despertam lembranças do sujeito ou do grupo e que contribuem para construir e perpetuam memórias e narrativas sobre os acontecimentos – como é o caso dos prédios dos colégios Izabel Branco e CERA.

Dito isto, alguns relatos dão conta de lembranças de situações e práticas que marcaram a história particular, mas também institucional e da cidade. Por exemplo, é significativa a presença da fanfarra nas lembranças dos ex-alunos, como indica o relato: “[...] por ter uma fanfarra deslumbrante, todos queriam estudar lá” (*L. M. G. S – 61 anos*).

5. Dos entrevistados as idades variam entre 40 (quarenta) e 79 (setenta e nove) anos, sendo 7 (sete) mulheres e 3 (três) homens. Quanto a formação, 7 (sete) possuem Ensino Superior e 3 (três) Ensino Médio, alguns além de alunos foram docentes no Izabel Branco e/ou no CERA.

Figura 5 – Fanfarra do CERA em 5 de maio de 1978



Fonte: Jaguariaíva em fotos e vídeos.

A fanfarra do CERA foi criada por iniciativa do prof. Antônio Lopes Fernandes com apoio de professores da escola ainda na década de 1960, mas logo tornou-se um símbolo da cidade, concorrendo e ganhando premiações à nível nacional, o que motivou a ficar conhecida como “FERA” – Fanfarra Estudantil Rodrigues Alves. Hoje, outras escolas de Jaguariaíva apresentam fanfarras, cujos desfiles já fazem parte da cultura da cidade.

Os relatos ainda evidenciam a percepção de que as escolas foram essenciais para a formação dos setores sociais da cidade, como por exemplo:

[...] temos médicos, dentistas, engenheiros, arquitetos, etc. que estudaram no CERA [...] (M. A. S. J – 77 anos).

[...] marcou a formação da maioria dos Jaguariaivenses (J. A. G. Z – 40 anos).

[...] prédio histórico onde passaram muitas pessoas que fizeram história em suas vidas nesses ambientes (E. S. T. – 46 anos).

Assim como contribuiu para o desenvolvimento de Jaguariaíva, enfatizando um ideário da escola enquanto propulsora do progresso e do desenvolvimento (GREIVE, 2007).

[...] impactou a cultura da cidade” (P. W. – 79 anos).

[...] trouxe progresso para a cidade, luz, conhecimento e orgulho para o povo da cidade” (S. W – 77 anos).

Grande parte dos relatos evidenciam que a trajetória do Izabel Branco e do CERA confundem-se com a trajetória de seus alunos e alunas, como é o caso do entrevistado P.W (79 anos) ao enfatizar que a história dos colégios é também “[...] a minha história!” (P. W. – 79 anos). Além disso, os relatos ficam evidente a forte relação afetiva e positiva entre os sujeitos e os espaços, sempre enfatizando os bons momentos vivenciados nas escolas:

[...] Foi maravilhosa a experiência de dar aulas na Escola Normal” (M. A. S. J. – 77 anos).

[...] marcou muito a minha vida, infância, adolescência, adulto” (L. M. G. S. – 61 anos).

[...] aprendi a ler, escrever, a crescer como cidadã e me formar profissionalmente” (M. R. S. – 67 anos).

Dessa forma, a partir dos relatos evidenciam a memória construída ao redor das escolas Izabel Branco e CERA é afetuosa, repleta de bons momentos e que enfatizam a importância social para a formação escolar e para o desenvolvimento social em Jaguariaíva. Para tanto, orientamo-nos pelas discussões de Michael Pollak acerca das memórias, compreendendo que os relatos analisados estão permeados por “fatos de memórias” que muitas vezes nos dizem mais sobre “percepções da realidade do que a factualidade” (POLLAK, 1992, p. 201).

Logo, mais do que registros vividos as memórias são percepções da realidade que sofrem flutuações ao longo do tempo (POLLAK, 1989; 1990). Diante disso, mais do que percebem nos relatos analisados um reflexo real dá nos colégios pontuados compreendemos que os relatos evidenciam aspectos da cultura escolar, sobretudo, no que se refere a importância afetiva que os espaços escolares possuem na construção dos sujeitos (NUNES, 2003).

Finalizamos esse capítulo ressaltando que optamos por selecionar as duas instituições – Izabel Branco e CERA – dado a sua participação na institucionalização escolar em Jaguariaíva. Contudo, ressaltamos que ao longo desses duzentos anos diferentes escolas foram essenciais para a formação escolar, humana e social jaguariaivense.

Fontes

ATOS DO GOVERNO. **O Dia**, Curitiba, 11/12/1956.

PARANÁ, Decreto n. 17, de 09 de jan. de 1917. **Aprova o Código de Ensino para o Estado do Paraná**.

PARANÁ. Decreto n. 93 de 11 de março de 1901. **Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná**.

PARANÁ. Decreto 9145/1949. **Curso Normal Regional em Jaguariaíva**.

PARANÁ. Decreto 15642/1964. **Nomeação Grupo Escolar Tertuliano Teixeira de Freitas**.

Referências

ANDREAZZA, Maria Luiza; TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Cultura e Educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001, 129p.

CASTRO, Elizabeth Amorim de. **Arquitetura das escolas públicas do Paraná (1853-1955)**. 2010. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

DALLABRIDA, Norberto. O MEC-INEP contra a Reforma Capanema: renovação do ensino secundário na década de 1950. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 32, n. 2, 407-427, maio/ago. 2014.

LOPES, Rafael Gustavo Pomim. Colégio Estadual Rodrigues Alves: 70 anos de história em prol da educação. **Folha Paranaense**, 01/04/2019. Disponível em: <https://folhapr.com.br/2019/04/01/15211/>

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. A Escola Nova no Paraná: avanços e contradições. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, vol. 5, núm. 14, janeiro-abril, 2005, pp. 1-8. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189116241007.pdf>

MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck (Org.). **Coletânea da documentação educacional paranaense no período de 1854 a 1889**. Campinas, SP: Autores associados; SBHE, 2000.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **A primeira escola de professores dos Campos Gerais – PR**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, 2004.

NUNES, Clarice. Memória e História da Educação: entre práticas e representações. In.: LEAL, Maria Cristina; PIMENTEL, Marilia A. Lima. **História e memória da Escola Nova**. São Paulo: Edições Loyola, 2003, p. 09-24.

PARCHEN, Rosina Coeli; FILHO, José La Pastina. **Espirais do Tempo. Bens tombados do Paraná**. Governo do Estado do Paraná/ Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

Disponível em: <https://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/Pagina/Espirais-do-Tempo>.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 1992, p. 200-212.

POLLAK, Michael. Memória, silêncio, esquecimento. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 03-15.

VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. **Revista Brasileira da Educação** [online], 2002, n.21, p. 90-103.

CAPÍTULO II

A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A FUNDAÇÃO DA APAE DE JAGUARIAÍVA-PR

Bruna Alves Lopes

A partir do século XX a escola passou a ser considerada uma instituição relevante para a nação. Entre os republicanos, por exemplo, era percebida como um instrumento necessário para se alcançar o progresso; já na década de 1920 — momento marcado por agitações políticas envolvendo diferentes grupos sociais (“tenentes”, movimentos operários, ações envolvendo agremiações católicas, etc.) — acrescentou-se ao tema do progresso a percepção de que a educação era essencial para a participação política.

Importante destacar que pouco mais de 50% da população brasileira até 1959 não sabia ler e escrever (JANNUZZI, CAIADO, 2013). Tal situação, do ponto de vista econômico, não era problemática numa economia embasada na agricultura praticada em grandes latifúndios e cujas ferramentas de trabalho eram essencialmente o facão do mato, enxada e foice (JANNUZZI, 2012). Mas, com o início da construção do parque industrial brasileiro e da urbanização (no decorrer das décadas de 1930 e 1960) houve a necessidade de aquisição de novas habilidades (principalmente entre a classe trabalhadora) tais quais o domínio da leitura, escrita e a realização de contas (JANNUZZI, 2012) o que tornava o analfabetismo preocupante e a escolarização algo a ser defendido.

Entretanto, se com o avançar do século XX a educação tornou-se uma preocupação coletiva, havia um grupo que esteve às margens

desse debate público: as pessoas com deficiência que, naquele contexto eram chamadas de “excepcionais”¹ (LHMKUHL, 2018).

Conforme nos informa Borges (2015, p. 83) “[...] a realidade brasileira das crianças com deficiência era péssima. Uma parte estava confinada nos hospitais psiquiátricos, enquanto outra parte estava confinada em casa. E quando chegavam a frequentar a escola, ficavam excluídos”. Se faz necessário reconhecer, tal qual o fez Jannuzzi (2012, p. 116), que a educação de pessoas com deficiência é um assunto presente “[...] desde a primeira Constituição do Brasil independente, a de 1824, nas republicanas e também implícita no ensino fundamental da primeira LDB”; entretanto, apesar da abertura legal e do interesse de determinados políticos, médicos e educadores a educação desse público não estava no cerne das preocupações e debates políticos (LHMKUHL, 2018; JANNUZZI, 2012), nem se concretizava no cotidiano da maior parte desse grupo.

Devido ao hiato entre os discursos acerca das pessoas com deficiência e seu alcance real surgiram espaços como classes especiais, instituições, entre outros, dedicadas exclusivamente a assistir tal população. Algumas dessas ações foram elaboradas por educadoras e eram medidas separadas da chamada educação regular (JANUZZI, 2012). Também visando suprir o vazio deixado pelo Estado, na década de 1930 houve um processo de organização da sociedade civil via associações compostas por familiares de pessoas com deficiência mental e intelectual e apoiadas por pessoas da comunidade que prestavam auxílio por meio da filantropia (JANNUZZI, 2012; LHMKUHL, 2018).

Como exemplo citamos o trabalho realizado por Helena Antipoff. Em 22 de novembro de 1934 foi fundada a Sociedade Pestalozzi: instituição particular e filantrópica criada em Belo Horizonte, Minas Gerais, por iniciativa de intelectuais, médicos, educadores e re-

1. Ao longo da história vários termos foram utilizados para se referir às pessoas que não se enquadram nas normas psicológicas e àquelas em relação ao corpo. De acordo com Campos e Borges (2012) o termo excepcional foi inserido no âmbito educacional brasileiro a partir de Helena Antipoff e tinha como objetivo romper com os preconceitos que o termo “anormal” carregava. A partir dos anos 1990 passou-se a adotar a terminologia pessoas com deficiência para enfatizar que há uma pessoa que deve ser respeitada e valorizada sendo a deficiência uma de suas características sendo importante não rotular o sujeito em decorrência da sua lesão.

ligiosos e que estavam sobre a orientação da supracitada educadora (JANUZZI, 2012; CAMPOS, BORGES, 2012).

Conforme explicitado por Jannuzzi (2012) esta foi a primeira associação a cuidar da educação das pessoas com deficiência, em especial aquelas de ordem intelectual e mental. Este cuidado dizia respeito a ações visando auxiliar os alunos por meio de apoio às aulas especiais nas escolas primárias públicas e/ou por meio de cursos que tinham por objetivo capacitar familiares e professores na atenção a esse público (CAMPOS, BORGES, 2012).

As Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES) são outro exemplo do fenômeno citado (JANUZZI, CAIADO, 2013). A primeira APAE foi fundada em setembro de 1954 na então capital do país, Rio de Janeiro, numa parceria entre familiares de pessoas com deficiência e profissionais da saúde, em especial médicos. A proposta teve duas inspirações para sua criação: o trabalho de Helena Antipoff e o modelo associativo dos Estados Unidos, com destaque para a *National Association for Retarded Children* (NARC) (JANUZZI, CAIADO, 2012; JOHANN, 2011; LHMKUHK, 2018).

Ao que diz respeito à associação estadunidense, Johann (2011) informa que a organização foi criada em 1950 por familiares de crianças com deficiência intelectual e que tinham dificuldades em conseguir atendimento para seus filhos. Complementando, Lhmkuhl (2018) argumenta que o objetivo da entidade era influenciar na elaboração das políticas públicas nos Estados Unidos, além de prestar atendimento em saúde e educação.

Para que a referida entidade pudesse se transformar numa referência para o projeto que seria desenvolvido em solo brasileiro, Lhmkuhl (2018) destaca o papel do casal Beatrice e George² Bemis, membros da embaixada americana no Brasil e pais de uma criança com Síndrome de *Down*. Beatrice Bemis foi uma importante ativista nos EUA ajudando na criação “de mais de 250 associações de Pais e Amigos das pessoas com deficiência e constatou que no Brasil não existia nada semelhante” (JOHANN, 2011, p. 23).

2. De acordo com a pesquisadora, nas fontes por ela utilizadas (Revistas da APAE) o nome do homem sobre algumas alterações: em algumas matérias lê-se Robert, em outras George. Jannuzzi e Caiado (2013) usam o nome George, também adotado nesse trabalho.

No Brasil, a primeira APAE iniciou suas atividades num espaço emprestado pela Sociedade Pestalozzi e, de acordo com Johann (2011), começou atendendo 20 alunos que foram divididos em duas turmas. Embora o objetivo principal fosse incentivar e reivindicar iniciativas estatais, desde 1955, a organização tornou-se um espaço especializado de atendimento e assistência às pessoas com deficiências intelectual, física, visual e auditiva. (LHMKUHL, 2018). Tendo em vista o avanço no número de APAES no país foi criada a Federação Nacional das APAEs (FENAPES) que congrega e articula o movimento apaeano.³ A data oficial da fundação foi 1 de novembro de 1962 e, durante vários anos, a sede da federação foi o consultório médico de Stanislau Krynsky.

Concomitantemente à expansão das APAES aconteciam mudanças no cenário educacional brasileiro. De acordo com Johann (2001) o artigo 88 da Lei nº4.024/1961 possibilitou um aumento de alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais nas salas de aulas regulares. Esse fenômeno possibilitou a divisão do ensino em dois: *regular*, para os educandos considerados “normais” e a *educação especial* para aqueles que não se enquadravam no padrão esperado. Nesses casos, ainda se observava outra divisão: aquela realizada em escolas especiais e os chamados atendimentos educacionais especializados.

Em 1961 as classes especiais públicas foram normalizadas e, com o avançar da década de 1970, houve uma ampliação das ações estatais sendo importante citar a elaboração de serviços específicos nas Secretarias Estaduais de Educação e a criação pelo Ministério da Educação (MEC), em 1973, do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) que visava oferecer serviços, apoios técnicos e financeiro para a expansão da educação de pessoas com deficiência nos estados e municípios (JOHANN, 2001).

Embora tais medidas fossem importantes, a maior parte dos alunos com deficiência ainda eram atendidos nas instituições de caráter privado e filantrópicas, tal qual a APAE. O Paraná exemplifica tal situação uma vez que, “de 1939 até o ano de 1963 foram cria-

3. De acordo com o site da instituição, atualmente no Brasil existem 2.200 unidades em funcionamento no país (APAE BRASIL, 2022). Informação disponível em: <https://apaebrasil.org.br/conteudo/quem-somos>. Acesso em 04/09/2022.

das apenas sete escolas especiais, sendo cinco na capital do estado, Curitiba, e duas na cidade de Londrina (CANZIANI, 1983, p.32 *apud* JOHANN, 2011, p. 31). No referido período, praticamente todo o atendimento era isolado e realizado por entidades e/ou lideranças comunitárias, como as APAES” (JOHANN, 2011, p. 31).

Educação especial em Jaguariaíva

“Foram momentos ma-ra-ri-lho-sos! Sofridos, porque era o começo e ninguém sabia de nada [...]” (Maria Inês)

No dia 10 de outubro de 2022 tive a honra de ser recebida pela professora Maria Inês em sua residência, localizada em Curitiba. A frase descrita acima expressa o início de nossa conversa, além de demonstrar o entusiasmo de quem tem a consciência de que sua trajetória individual se entrelaça com a história da educação especial da cidade de Jaguariaíva.

Antes do nosso encontro a professora escreveu, de próprio punho, uma breve autobiografia e enviou a fim de me preparar para nossa conversa. No texto em questão foi relatado que seu interesse pela educação especial iniciou no período em que fazia o Magistério, em 1960. Dois fatores foram essenciais para seu engajamento com a temática. Sobre o assunto, assim se expressou:

1º foi pela excelente professora que tínhamos no Magistério, Rosa Simão Fernandez, que lecionava Psicologia e um dos temas da disciplina era “O deficiente mental”. E o assunto me chamou muito atenção, pois na época morávamos no Bairro Matarazzo e lá tínhamos uma família que era nossa vizinha. O pai era veterinário e a mãe dona de casa. Eles tinham cinco filhos e os dois mais velhos eram especiais. Essas crianças sempre me chamaram a atenção: que vontade de ajuda-las! Mas não conhecia nada sobre o assunto (MARIA INÉS 06 de Outubro de 2022)

Assim, as aulas ministradas por Rosa Simão Fernandez foram fundamentais para que a então aluna de magistério, Maria Inês, pudesse articular os conhecimentos adquiridos em sala de aula com a experiência em relação aos seus vizinhos. Esse diálogo instigou a mesma se aprofundar no tema. Em 1967, Maria Inês prestou um

concurso para atuar como professora pelo estado do Paraná e logo iniciou seus trabalhos “mas sempre desejando fazer um curso sobre o assunto [educação especial], o qual sempre estava lendo e era meu interesse” (MARIA INÉS 06 de Outubro de 2022).

Conforme mencionado anteriormente, durante os anos 1960 e 1970, houveram mudanças significativas no modo de se pensar a educação destinada às pessoas com deficiência. O Estado do Paraná seguiu a tendência observada no restante do país, ou seja: assistência educacional por meio dos programas especializados na rede pública estadual e via escolas especiais (JOHANN, 2011). Data desse contexto a criação do Serviço de Educação Especial que, na década de 1970, foi transformado em Departamento de Educação Especial sendo, de acordo com a professora Maria de Lourdes Canziani⁴ — que esteve à frente da coordenação durante 18 anos — o primeiro departamento do gênero no país (LANNA JÚNIOR, 2010)

Foi nesse contexto que a professora Maria Inês se aprofundou no tema do atendimento educacional às pessoas com deficiência. Naquele período as educadoras que desejavam atuar nas classes especiais no Paraná deveriam passar por uma capacitação que era realizada pela Secretaria Estadual de Educação (SEED), em Curitiba, e coordenado pela professora Maria de Lourdes Canziani. Vale destacar que, para a realização do curso, passava-se por uma seleção.

Em 1968 vim à Curitiba prestar o temido teste pois, além de ser muito disputado, tinha um grande respeito aos profissionais que o coordenava. Mas tomei coragem e embarquei para Curitiba e, qual não foi minha surpresa quando saiu o resultado e lá estava meu nome (MARIA INÉS 06 de Outubro de 2022).

4. Maria de Lourdes Canziani (1929-2022) foi um importante nome na história da educação especial no Brasil. Atuou como coordenadora do Departamento de Educação Especial na Secretaria de Estado da Educação do Paraná entre os anos 1965 e 1983. Depois trabalhou, na condição de coordenadora na Coordenadoria de Capacitação de Recursos Humanos e Tecnologia na Área de Educação Especial da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. A partir de 1986, fez parte do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), no Ministério da Educação e Cultura assumindo a função de assessora técnica no período em que o CENESP se transformou em Secretaria de Educação Especial. Entre 1990 a 1997 foi coordenadora da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), cargo que ocupou até 1997 (LANNA JÚNIOR, 2010).

Em nossa conversa a professora Maria Inês descreveu o teste como “rigorosíssimo” e “terrível” para enfatizar que os critérios na seleção eram elevados (MARIA INÊS, 10 de outubro de 2022). As candidatas passavam por inúmeras avaliações, entre elas testes de personalidade e conduta, para observar se as mesmas tinham perfil para atuar junto aos alunos com necessidades educacionais especiais. Jovens de várias cidades do estado iam até Curitiba para a realização deste teste e, posteriormente, para realizarem o curso caso fossem selecionadas. Na entrevista a professora Maria Inês mencionou que fez amizades com professoras de cidades como Ponta Grossa, Guarapuava e Wenceslau Braz.

O curso em questão tinha duração de dois anos.⁵ Na ocasião era possível dar ênfase em três grandes áreas: “deficiente auditivo, deficiente visual e deficiente mental...⁶ Na época era deficiência mental. Então, eu fui para a deficiência mental já pensando naquelas crianças que estavam lá [Jaguariaíva]” (MARIA INÊS, 10 de outubro de 2022).

Durante nossa conversa a professora reconheceu a importância dessa capacitação e do pioneirismo do trabalho desenvolvido por Maria de Lourdes Canziani naquele contexto. Essa ênfase na formação dos educadores certamente possui relação com a própria trajetória de Maria Canziani que realizou inúmeros cursos (inclusive no exterior) sendo importante mencionar a pós-graduação em Deficiência Mental ofertada pela PUC-São Paulo e que contava no quadro de professores com nomes como Stanislau Krinsky, Haim Gruspun e Olívia Pereira (LANNA JÚNIOR, 2010).

A articulação entre as iniciativas do governo do estado com ações de cunho individual possibilitou que a ideia de uma classe especial na cidade de Jaguariaíva acontecesse. Naquele contexto, para que a SEED pudesse reconhecer uma classe especial, haviam alguns critérios: a professora que estivesse à frente do trabalho precisava ser habilitada para a função, ou seja, ter realizado a formação menciona-

5. Maria Inês teve que realizar uma breve pausa nos estudos devido à necessidade de cuidar da mãe, na época diagnosticada com câncer e precisando de maior atenção e cuidado. Então, mesmo que tenha passado nos testes em 1968, conforme seu relato, só pôde prosseguir no curso no ano seguinte.

6. Atualmente utilizamos o termo “pessoas com deficiência”, entretanto, no período mencionado a nomenclatura era essa mencionada pela entrevistada.

da anteriormente; além disso os possíveis alunos eram avaliados por profissionais vindas de Ponta Grossa e Curitiba.

Quando Maria Inês retornou à Jaguariaíva, uma das primeiras tarefas por ela realizada foi um levantamento dos alunos com deficiências e dificuldades de aprendizado que pudessem ser candidatos à classe especial. Importante frisar que esse processo de avaliação e seleção seguiam as orientações educacionais do contexto mencionado.

De acordo com Borges (2015) houve no século XX uma articulação entre inteligência e escala métrica permitindo a classificação dos sujeitos a partir daquilo que era considerado níveis de inteligência. Tais testes tinham como base os estudos de Alfred Binet e Théodore Simon e foram instrumentos utilizados por profissionais da saúde e educação em vários países e, no caso do Brasil, colaboraram para orientar o destino dos alunos: salas regulares, classes especiais ou escolas especiais.

No caso de Jaguariaíva, depois de fundada a classe especial, as avaliações dos alunos aconteciam a cada seis meses — momento em que SEED enviava profissionais à cidade visando acompanhar a situação dos alunos e orientar a educadora a frente do trabalho. Aquelas que apresentavam sinais de desenvolvimento eram encaminhados para as classes regulares, apesar da resistência de alguns professores (Maria Inês, 10 de outubro de 2022).

Nesses sete anos, muitas crianças que frequentavam a C. E. [classe especial] passavam por avaliações pedagógicas e, quando aprovadas, já voltavam a frequentar o ensino regular com total apoio da equipe técnica-pedagógica que sempre procuraram por mim quando sentiam necessidade de apoio ou orientação (MARIA INÊS 06 de Outubro de 2022).

Apesar da classe especial ser uma iniciativa do estado observamos uma participação da comunidade para que esses atendimentos acontecessem. Na entrevista a professora mencionou que conseguiu uma sala para atender os alunos, mas que não contava, por exemplo, com a mobília escolar. Ciente da situação, Nerina Pessa Fanchin resolveu colaborar:

[...] ela tinha mãos de fada, fazia maravilhosos jogos de lençóis. Sempre estávamos conversando sobre a classe especial, um dia ela me

disse: “Maria Inês, estou pensando em fazer uma rifa de um jogo bem bonito para ajudar a montar a classe que você [está] trabalhando”. E não é que ela fez a rifa e obteve tanto sucesso que foi comprada as 12 mesas c/ as cadeiras, aqui em Curitiba, para dar início às aulas? Foi uma benção. (MARIA INÊS 06 de Outubro de 2022).

Na entrevista, Maria Inês ressaltou que pôde comprar em Curitiba “as melhores mesas, as melhores cadeiras [ênfase] para as crianças” (MARIA INÊS, 10 de outubro de 2022) graças ao apoio acima mencionado.

Figura 1: Classe Especial do Colégio Estadual Rodrigues Alves



Fonte: Arquivo pessoal da professora Maria Inês. Enviado por WhatsApp para a pesquisadora no dia 11 de outubro de 2022. Na imagem é possível observarmos 8 alunos, um deles com uma deficiência no braço. No canto direito da foto observamos, escrito em branco, “Ago 81”. Essa classe especial foi a primeira de Jaguariaíva e região.

Figura 2: Dia de visita



Fonte: Arquivo pessoal da professora Maria Inês. Enviado por WhatsApp para a pesquisadora no dia 11 de outubro de 2022. Na imagem vemos seis alunos sentados e posando para a foto. Em pé estão as professoras Maria Inês e a professora Maria José Carneiro Motta que fazia uma visita à classe especial na ocasião.

Ao narrar os acontecimentos envolvendo a classe especial Maria Inês também citou o nome de Judith Amélia Signorini Heuschkel que chamou de “minha grande incentivadora” e mencionou que a mesma “[...] nos ajudou muito na compra de materiais didáticos e materiais individuais para os alunos que já frequentavam a classe especial” (MARIA INÉS 06 de Outubro de 2022).

Apesar do Paraná expandir e melhorar o atendimento educacional ofertado aos alunos com deficiência haviam algumas limitações; no caso de Jaguariaíva, um ponto importante era o número de alunos atendidos e a demanda da cidade. Durante nossa conversa, a professora Maria Inês relatou que com o passar do tempo aumentava a procura por atendimento, embora a classe especial não pudesse comportar todos, pois o número limite eram de 12 estudantes.

Depois de um ano de trabalho começou a surgir mais crianças, sabe? Mais criança e mais criança e mais criança *com muita dificuldade* [ênfase] que não para a classe especial [...] comecei a reunir um grupo. A professora Eloisa, que falei para você, a professora Rosa [Simão], o professor Antonio Lopez⁷ e começamos a nos reunir para ver que solução nós poderíamos arrumar para essas crianças que precisavam, não de uma classe especial, mas sim de uma escola. E reunião daqui, reunião dali, reunião daqui, reunião dali nós chegamos à conclusão que tínhamos, sim, que fundar uma associação para que, a partir dessa associação, nós fundaríamos uma escola. [...] Então, depois de três anos, nós começamos a trabalhar mais para montar a escola (MARIA INÉS 10 de Outubro de 2022).

A criação da APAE de Jaguariaíva foi a alternativa encontrada pelo grupo acima mencionado para solucionar a demanda por atendimento existente na cidade e que não era suprida em sua totalidade pela classe especial.

APAE de Jaguariaíva

A APAE de Jaguariaíva foi fundada em 24 de novembro de 1977. Entretanto, antes da data oficial, houve a realização de alguns atendimentos educacionais, uma vez que “enquanto isso [oficialização e regulamentação da proposta] não dava para esperar, pois tinhá-

7. Nome completo: Antonio Lopez Fernandez.

mos alunos com grandes deficiências e estavam em casa.” (MARIA INÊS, 10 de outubro de 2022).

Para o início das atividades, numa ação paralela àquela da classe especial, Rafael Pacheco emprestou uma sala; quando o proprietário precisou do espaço as aulas passaram a acontecer num espaço cedido pela Escola Izabel Branco. Nesse processo, durante um tempo, os donos da Casa Bachir — Santa Filomena de Angelis Dib e Orlando Dib — cederam uma garagem para que o trabalho educacional acontecesse.

Algumas professoras foram importantes nesse processo. Além de Rosa Simão, Maria Inês e Antonio Lopez, cabe mencionarmos outros nomes. Durante nossa conversa, Maria Inês citou os nomes das professoras Eloísa de Sousa (que também foi secretária da APAE ainda quando esta não estava regularizada) e Tereza Saldanha. (MARIA INÊS, 10 de outubro de 2022). Dias depois, numa conversa informal via aplicativo (*whatsapp*), mencionou outros nomes: Edi Souza, Roseli S. Batista da Cruz e Leonilda Barros Mille,⁸ além das funcionárias Sirlei (merendeira) e Marisa (servente).⁹

Numa conversa via *whatsapp* a professora Eloísa de Souza além de lembrar de Tereza Saldanha, Leonilda Mille e Sirlei acrescentou à lista anterior os nomes de Zélia Branco Carneiro, Sofia Brugeff Monteiro (que teria colaborado nas ações dedicando tanto o seu tempo, como também colaborado financeiramente) e Maria Aparecida Domingues.

Durante o processo para a oficialização da instituição houve a realização de várias atividades para a captação de recursos como, por exemplo, a venda das hortaliças cultivadas pelos alunos (MARIA INÊS, 10 de outubro de 2022). Mesmo após a regulamentação da associação, quando passou a haver mais verbas (o que colaborou para o melhor desenvolvimento das ações desenvolvidas), ações visando ge-

8. O nome foi escrito conforme mencionado por Maria Inês, entretanto o historiador Rafael Pomim destacou que Mille é o apelido atribuído ao irmão da professora citada, sendo seu verdadeiro nome Leonilda Barros da Silva.

9. Ao mencionar essa informação a professora Maria Inês não estava segura sobre se essa era realmente a função exercida por Marisa. No caso de Sirlei, que também houve dúvidas, a professora Eloísa ao lembrar de seu trabalho disse que essa era a sua função na associação que foi exercida até a sua aposentadoria.

ração de renda ainda se faziam necessárias para garantir e aperfeiçoar o trabalho desenvolvido.

As professoras tiravam, do pouco que ganhavam, para a gente comprar alimento, comprar as coisas... daí nós fazíamos a feira da torta e a D. Maria Biscaya cedia a garagem dela, bem no centro ali, e cada um levava uma torta para vender. Mas aquelas tortas iam rapidamente! Então, aquele dinheirinho já dava para nós comprarmos os alimentos, já dava para nós comprarmos algum material [...] eu amanhecia fazendo torta de limão para poder atender aquele público. [...]A criança somente ia para a escola. Tudo, tudo era feito na escola. (MARIA INÊS 10 de Outubro de 2022).

Outro momento de captação de recursos acontecia na chamada Feira do Bezerro de Jaguariaíva. Algumas dessas iniciativas marcaram a memória da cidade. Citamos como exemplo os jantares realizados por Zulméia Lobo e o chamado Baile das Nações; ambos importantes para geração de recursos e divulgação social do trabalho desenvolvido pela APAE - Jaguariaíva.

O professor Lopez, quando foi diretor, nós fazíamos o Baile das Nações. Famosíssimo em Jaguariaíva. Nesse baile convidava-se as professoras, moças bonitas e cada uma representava uma nação, um país. Olha, gente, além do trabalho educacional nós tínhamos esse trabalho social muito bom. O professor Lopez era um artista. Ele montou num clube lá o mapa mundi enorme, enorme (ênfase) e cada país que se apresentava, saía do abrila uma porta do país... [...] então, toda a comunidade começou a ajudar porque houve credibilidade no trabalho. (MARIA INÊS 10 de Outubro de 2022).

Figura 3: Baile das Nações



Fonte: acervo pessoal da professora Maria Inês.

Figura 4: Baile das nações



Fonte: acervo pessoal da professora Maria Inês.

Figura 5: Baile das nações



Fonte: Acervo pessoal da professora Maria Inês. De acordo com a professora, “o professor Lopez era um artista!” (MARIA INÉS, 10 de outubro de 2022). Na imagem podemos observar um dos trabalhos por ele.

Do ponto de vista da equipe vinculada à APAE, a participação da comunidade era fundamental: não apenas por questões financeiras, mas também para que os demais habitantes de Jaguariaíva compreendessem a relevância do trabalho desenvolvido pela instituição,

assim como questionassem seus preconceitos. Podemos observar esses pontos no trecho abaixo:

O QUE A APAE ESPERA E PRECISA?

- Que exista integração entre a APAE e a comunidade;
 - que a comunidade se preocupe com os recursos necessários à sua subsistência;
 - que se entenda o alto custo do processo de habilitação;
 - que se oportunize a participação do deficiente (sic) na comunidade;
 - que o preconceito ceda lugar ao respeito e aceitação do deficiente.
- (QUINZENÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA, 1990, P.4)

Entre os trabalhos desenvolvidos pela APAE de Jaguariaíva merece destaque a Escola de Ensino Especial São Judas Tadeu, fundada em agosto de 1976 (QUINZENÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA, 1990, P.4), cujo objetivo era assistir as pessoas com deficiência em vários campos, incluindo a capacitação para o trabalho. Em 1990, quando Antonio Lopez Fernandez era o presidente da APAE e Rosemaria S. Lopes a diretora da EESJ Tadeu, a entidade atendia “[...]73 alunos, sendo 12 em período integral” (QUINZENÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA, 1990, P.4), mas o número chegou a 117 em 1993, sendo “90% de nossa clientela provém de famílias de nível sócio-econômico de baixa renda (QUINZENÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA, 1990, P.9) o que tornava a participação comunitária fundamental para o desenvolvimento das atividades, ainda que no período em questão a entidade tivesse convênio com a Secretaria de Educação, LBA e outras fontes de renda.

Antonio Lopez, durante seus 14 anos de trabalho na APAE de Jaguariaíva, colaborou para que a instituição adquirisse reconhecimento a nível nacional. Em uma autobiografia do professor há inúmeros exemplos de ações desenvolvidas enquanto esteve à frente da instituição. Entre as informações citamos: a informatização do sistema administrativo com computadores 386;¹⁰ implantação da infor-

10. Lançado pela Intel em 1985 e possuía uma arquitetura de memória de 32 bits. Para maiores informações: <http://ptcomputador.com/Ferragens/pc-computers/54860.html>

mática educativa com programas vindos da Alemanha, uso pioneiro da equoterapia, equipe multidisciplinar, instalação do primeiro elevador da cidade de Jaguariaíva (instalado na APAE), entre outras medidas que possibilitarem à instituição reconhecimento entre as APAES do Paraná e do restante do país. (FERNANDEZ, 2009).

Esse reconhecimento do trabalho desenvolvido pode ser exemplificado pela visita de Flávio Arns¹¹ à APAE de Jaguariaíva em maio de 1994. Em maio de 1994, o então deputado federal. Na ocasião mencionou:

Gostaria de destacar o trabalho muito bonito, que é feito com muito amor pela APAE de Jaguariaíva. O município deve se orgulhar desse trabalho [...]. Peço a todos que se empenhem ainda mais e sintam e sintam orgulho do que acontece na APAE de Jaguariaíva. (JAGUARIAÍVA EM PÁGINAS, 05 de Maio de 1994, p. 8)

Figura 06: Visita do Deputado Federal e Presidente da Federação Nacional das APAES



O deputado Flávio Arns e sua esposa, juntamente com o presidente da APAE de Jaguariaíva, professor Lopes, durante sua visita às instalações da entidade em nossa cidade.

FONTE: Publicado por Jaguariaíva em Páginas em 05 de maio de 1994.

Em 16 de agosto de 1994, Flávio Arns concedeu uma entrevista ao jornal Jaguariaíva em Páginas. Ao falar da APAE local disse

11. No ano de 1983, no governo José Richa, Flávio Arns assumiu como diretor do Departamento de Educação Especial a Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Sua atuação foi fundamental para que a Educação Especial no Paraná pudesse chegar com maior ênfase no interior do estado. Foi eleito deputado federal nos anos 1990, 1994 e 1998. No ano de 1991 assumiu o cargo de Presidente da Federação Nacional das APAEs permanecendo na função por seis anos. De acordo com o site da casa civil do estado do Paraná, Flávio Arns também esteve à frente da Federação das APAEs do Estado do Paraná por dois anos. Informações disponíveis em: <https://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Flavio-Jose-Arns>

que a mesma: “É um exemplo, um ponto de referência para o Paraná e para o Brasil, onde vemos um trabalho sério, realizado, acima de tudo, com amor. Seus professores não medem esforços e estão em constante aperfeiçoamento” (JAGUARIAÍVA EM PÁGINAS, 16 de agosto de 1994, p.04).

Entre as visitas ilustres recebidas pela associação ao longo dos anos, destacamos aquela realizada pela Rainha Sonja da Noruega no dia 09 de outubro de 2003. Na ocasião a soberana foi recebida no pátio da Escola de Educação Especial São Judas Tadeu pelo, então presidente, Antonio Lopez Fernandez, pela diretora da escola Rose-mari Soares Lopes e por Maria Tereza H. de Barros, então primeira dama do município (O QUINZENÁRIO, 22 de outubro de 2003). De acordo com o periódico O Quinzenário, na ocasião a soberana recebeu homenagens das crianças atendidas pela instituição e de funcionários (O QUINZENÁRIO, 22 de outubro de 2003).

Os exemplos acima demonstram que, com o passar do tempo, a APAE conquistou um espaço em Jaguariaíva apresentando-se como uma espécie de orgulho local. Tal situação apenas foi possível a partir do trabalho realizado por inúmeros sujeitos que viram na assistência às pessoas com deficiência uma causa digna de engajamento. Desta feita, a história da educação especial e da APAE de Jaguariaíva entrelaça-se com a trajetória de alguns sujeitos (alguns mais, outros menos lembrados), todos fundamentais para que a cidade pudesse dar os primeiros passos para a visibilização das pessoas com deficiência e suas demandas.

Fontes

Apae de Jaguariaíva recebe visita de seu mentor. Jaguariaíva em Páginas, Jaguariaíva 05 de Maio de 1994, p.8

A visita do Rei e Rainha da Noruega a Norske Skog Pisa em Jaguariaíva. O Quinzenário, Jaguariaíva, 22 de Outubro de 2003, p.6.

Como está a A.P.A.E de Jaguariaíva? **Quinzenário Oficial do Município de Jaguariaíva**, Jaguariaíva [data não legível] março de 1990, p.9.

Escola de Ensino Especial São Judas Tadeu: entidade mantenedora – A.P.A.E. **Quinzenário Oficial do Município de Jaguariaíva**, Jaguariaíva [data não legível] 1990, p.4.

Flávio Arns, uma vida lutando pelos excepcionais. **Jaguariaíva em Páginas**, Jaguariaíva 16 de Agosto de 1994, p. 04.

FERNANDEZ, Antonio Lopez. **Dados biográficos**. 2009.

Maria Inês. **Entrevista**. 10 de Outubro de 2022. Curitiba.

Maria Inês. **Educação Especial em Jaguariaíva**. 06 de Outubro de 2022.

Referências

BORGES, Adriana Araújo Pereira. **De anormais a excepcionais**: História de um conceito e de práticas inovadoras em educação especial. Curitiba: CRV, 2015.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas; BORGES, Adriana Araújo Pereira. La confluence des pratiques médicales et pédagogiques dans la construction de la psychologie appliquée au Brésil: l'exemple du Cabinet médico-pédagogique de la Société Pestalozzi de Minas Gerais (1933-1943). **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology** - 2012, Vol. 46, Num. 1, pp. 123-134.

JANNUZZI, Gilberta S. de Martino. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. 3^a ed., Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

JANNUZZI, Gilberta de Martino; CAIADO, Kátia Regina Moreno. **APAE**: 1954-2011. Campinas: Autores Associados, 2013.

LHMKUHL, Márcia de Souza. **A reconfiguração da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes) no estabelecimento da relação entre público e privado nas políticas de educação especial (1974/2016)**. Programa de Estudos Pós-graduação em Educação: História, Política e Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.

JOHANN, Jackson. **Programas de educação profissional na APAE de Toledo – Paraná**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Dissertação. 2011.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

Esporte e Lazer



CAPÍTULO 12

NOS TRILHOS DOS “GRAXEIROS”: MEMÓRIAS DO FUTEBOL FERROVIÁRIO EM JAGUARIAÍVA-PR

*Ana Flávia Braun Vieira
Thiago Savio Ingles da Luz
Miguel Archanjo de Freitas Junior*

Introdução

A produção do conhecimento histórico é construída sempre a partir de alguma fonte. Isso significa dizer que todo o saber sobre o passado é intermediado por vestígios humanos deixados às próximas gerações. De acordo com a temática investigada, pode haver maior ou menor abundância de fontes. No caso da história política e econômica, são diversos os documentos oficiais salvaguardados que possibilitam o estudo das relações sociais – o que não acontece com a história da cultura popular, sobretudo em quando se analisa os grupos com menor poder, como é o caso dos ferroviários.

Diante disso, surge o primeiro questionamento: como estudar a história destes indivíduos? Uma alternativa profícua encontrada para suprir esta lacuna foi o uso da história oral,¹ visto que a utilização das

1. A história oral é um método de pesquisa que “privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo,

memórias como fontes históricas possibilita a compreensão de temas pouco pesquisados, permitindo o relato de uma “versão alternativa” sobre fatos até então estabelecidos socialmente (MEIHY, 2011, p. 29). No entanto, cabe destacar que nem tudo fica gravado ou registrado, pois a memória é seletiva.

Conforme destacou Bosi (2009, p. 31), “o grupo transmite, retem e reforça as lembranças” e “o recordador, ao trabalha-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária e, no que lembra e no como lembra, faz que fique o que signifique”. Nesse sentido, entende-se que a memória é, sobretudo, um fenômeno coletivo e social (POLLAK, 1992). Isso porque os elementos constitutivos da memória individual e coletiva dizem respeito aos acontecimentos vividos pessoalmente, mas decorrem, principalmente, dos eventos experienciados pelo grupo ou coletividade à qual uma pessoa sente pertencer – ao que Pollak (1992, p. 02) se referiu como “memória quase que herdada”. Em outras palavras, a memória de um indivíduo sofre influência direta do seu relacionamento com a família, classe social, profissão e mesmo com time do coração.

Diante do exposto, ao iniciar o presente estudo, a pesquisa exploratória demonstrou que havia ausência de fontes para o desenvolvimento da história sobre o futebol ferroviário em Jaguariaíva. Para superar essa lacuna, optou-se pela realização de entrevista com o senhor Mário Fonseca Filho,² valendo-se de técnicas da história oral. Esta escolha foi decorrente da experiência do agente selecionado, que vivenciou parte significativa das atividades do Esporte Clube Recreativo Ferroviário (E.C.R.F), além de ter “herdado” memórias de seu pai, que atuou como presidente desta agremiação. A análise de suas narrativas extrapolou a interpretação individual, buscando observar elementos da memória coletiva e das relações de poder presentes no campo esportivo e social do município de Jaguariaíva. Entre as diferentes lembranças relatadas, a memória mais frequentemente aborda-

como forma de se aproximar do objeto de estudo” (ALBERTI, 2012, p. 18). Em sua vertente temática, a produção de fontes ocorre a partir da percepção das pessoas entrevistadas sobre um objeto e um recorte temporal específico.

2. Mário Fonseca Filho nasceu em São Paulo, em 21 de agosto de 1949. Professor aposentado, filho de um prestador de serviço às ferrovias, sente-se cidadão jaguariaívense e desde pequeno acompanhou o pai nas atividades do Esporte Clube Recreativo Ferroviário.

da foi a relação de rivalidade nas disputas de futebol entre o Esporte Clube Recreativo Ferroviário e a Associação Atlética Matarazzo.

Para analisar esse elemento, adotou-se como referencial os escritos de Norbert Elias, especialmente a teoria estabelecidos-outsiders. Assim, este capítulo partiu do pressuposto que a dinâmica da relação entre essas agremiações foi determinada mutuamente e possuía um equilíbrio instável de poder – que ora pendia para um lado, ora pendia para outro. Para compreender essa questão, inicialmente foi abordada a relação entre as ferrovias e o futebol; em seguida, foram apresentadas as características elementares do E.C.R.F. em relação ao seu antagonista A.A.M., bem como suas estratégias de diferenciação e estigmatização; por fim, foi problematizada a união das agremiações jaguariaivenses em jogos com times destacados – reconfigurando as relações de poder locais diante do anseio da sociedade em elevar o status de Jaguariaíva no cenário futebolístico.

Um relicário na história do esporte: o futebol e as estradas de ferro

Conforme as diferentes sociedades foram ampliando suas unidades territoriais, seus membros se tornaram cada vez mais dependentes uns dos outros – uma vez que as atividades relativas à sobrevivência dos grupos passaram a ser divididas por funções. Essa transformação social foi produto e produtora de mudanças na própria formação da consciência, pois foram reduzidos os níveis de violência física socialmente permitidos e o limiar de repugnância contra o seu uso (ELIAS; DUNNING, 1985). Assim, se até então era possível manifestar desafetos e mesmo desferir um golpe letal contra outrem sem sofrer severas sanções, a partir do alargamento das redes de interdependência esse comportamento tornou-se socialmente reprovável.

Constranger impulso violentos, antecipar-se as demandas evitando a degradação social, adequar-se às expectativas dos meios aos quais se faz parte gera tensões, que podem ser perigosas à ordem social. É por essa razão que – visando transformar e canalizar os “im-

pulsos e sentimentos para atividades que são, ao mesmo tempo, benéficas a outros e satisfatórias para si próprias” – diversas sociedades desenvolveram passatempos (ELIAS; DUNNING, 1985, p. 69). Nas palavras de Elias e Dunning (1985, p. 69),

a maioria das sociedades humanas desenvolve algumas contramedidas em oposição às tensões do *stress* que elas próprias criam. No caso das sociedades que atingiram um nível relativamente avançando de civilização, isto é, com relativa estabilidade e com forte necessidade de sublimação, as restrições harmoniosas e moderadas, na sua globalidade, podem ser observadas, habitualmente, numa considerável multiplicidade de atividades de lazer, que desempenham essa função, e de que o desporto é uma variante.

Inicialmente, os jogos e outros passatempos possuíam regras e organização locais, ou seja, cada sociedade, de acordo com suas necessidades específicas e limites de repugnância à violência próprios, organizava seus divertimentos. Entre outros fatores, a transformação dessas atividades em esportes, com orientações permanentes, decorreu dos processos de industrialização e de construção de linhas férreas.³ Isso porque a unificação de regras a nível (inter)nacional só foi possível a partir do momento em que os encontros para eventos esportivos “poderiam atrair participantes de uma distância maior, pois o transporte estava ficando mais rápido e mais barato”. Assim, uma vez que “pessoas desconhecidas com diferentes tradições locais” passaram a se encontrar para as competições, tornou-se imperativa a organização de regras comuns a todos os participantes (HAUT, 2022, p. 176) – como foi o caso do futebol.

Jogos com bola eram praticados desde o período medieval – com regras, objetivos e limites de tolerância à violência distintos no tempo e espaço. A transformação desses passatempos em práticas com regras unificadas – que preservam a integridade física de seus jogadores e que oferecem oportunidades justas de vitória aos competidores – ocorreu na Inglaterra a partir do século XIX.⁴ Em 1878,

3. Nas palavras de Elias (2022, p. 158), “A construção de ferrovias foi um dos fatores mais fortes na tendência recorrente para a unificação das regras de um esporte no âmbito nacional e a formação de associações nacionais para o controle”. Neste excerto Elias fez referência contexto inglês, posto que em sua interpretação o processo de despótivização ocorreu em interdependência com o processo de parlamentarização britânico (ELIAS, 2022; ELIAS; DUNNING, 1985).

4. Nesse período, as mudanças nas estruturas e poder e processos específicos de formação

O Manual of British rural sports abordou o aumento gradual da popularidade do futebol no país, evidenciado pela formação de associações regulamentadoras da prática (ELIAS, 2022). Desse período em diante, o futebol espalhou-se por todo o mundo. E assim como as ferrovias foram importantes no processo de desportivização do futebol na Inglaterra, a chegada deste esporte ao Brasil também esteve relacionada com os trilhos: a versão mais aceita academicamente relata que a primeira partida oficial realizada em território nacional ocorreu em 14 de abril de 1895 e foi disputada entre os times da São Paulo Railway e São Paulo Gaz Company, ambas empresas de origem britânica. Os ferroviários venceram de 4 x 2. (CARDOSO, 2020).

Especificamente sobre o início da prática de futebol em território brasileiro, as narrativas mais populares, também presentes em produções acadêmicas, afirmam que Charles Willian Miller, “pai do futebol”, teve contato com o referido esporte quando foi estudar na Inglaterra. Em seu retorno ao Brasil, no ano de 1894, trouxe consigo os elementos necessários para viabilizar a realização da primeira partida de futebol (SANTOS, 2002; MASSARINI, ABRUCIO, 2004; DUARTE, 2005). No entanto, essa versão não é unânime. Há outros relatos sobre a origem do futebol no Brasil – o que permite inferir que esta prática se desenvolveu concomitantemente em diversos espaços sociais. Há evidências de que o futebol já era praticado nas margens das ferrovias brasileiras antes mesmo de Miller (BUCHEMANN, 2002; GUTERMAN, 2009). Esse esporte caiu no gosto desses trabalhadores. De acordo com Buchemann (2002, p. 189), centenas de clubes ferroviários foram criados no Brasil e “Nenhum outro segmento da sociedade brasileira criou tantos clubes, em tantos lugares. Nem o comércio, a indústria, os operários. Mais que os ferroviários, não houve”.

A história das estradas de ferro e o seu papel na disseminação do futebol é plural – característica que se acentua em um país extenso e multicultural como o Brasil. Indícios mostram que os ferroviários participaram ativamente fundando os clubes, sobretudo sob

do estado levaram “as classes altas latifundiárias a desenvolverem maior autocontrole na resolução de conflitos e, ao mesmo tempo, a desenvolverem passatempos que permitiram contrariar tais restrições civilizatórias, mas em linha com as mais rígidas consciências e repugnância contra a violência” (HAUT, 2022, p. 173).

influência inglesa, como a Associação Ferroviária de Esportes em Araraquara (SP) (ALMEIDA; GUTIERREZ; FERREIRA, 2010) e o Paulista Futebol Clube de Jundiaí (SP) (GUTIERREZ; BETTINE; GARCÍA, 2020; GRANDI; ROUBICEK, 2021). Além disso, os ferroviários criaram as condições necessárias para que o futebol chegassem a mais regiões cada vez mais longínquas (OLIVEIRA; MAZO; VOZER, 2018), tornando-se uma paixão nacional.

Em outros países da América Latina, o segmento das estradas de ferro também exerceu importante papel na disseminação do futebol. Alguns desses clubes ainda estão ativos e com destaque continental, como o argentino Club Atlético Rosário Central, descendente do Central Argentine Railway Club, fundado em 1889, e o uruguai Club Atlético Peñarol, nascido como inicialmente Central Uruguay Railway Cricket Club, em 1891 (STÉDILE, 2013).

Voltando ao futebol ferroviário brasileiro, no estado do Paraná existiram alguns clubes originados do modal ferroviário, a saber: Clube Atlético Ferroviário, criado em 1930 na cidade de Curitiba, um dos clubes antecessores do hoje reconhecido Paraná Clube; Ferroviário Esporte Clube, de Wenceslau Braz, criado em 15 de julho de 1934; O Ferroviário Esporte Clube, de União da Vitória, criado em 1 de maio de 1944; Ferroviário Atlético Clube, criado na década de 1950 na cidade de Morretes, que se desenvolveu em torno dos trilhos que ligavam a capital aos dois portos do estado, Paranaguá e Antonina (BUCHMANN, 2002).

O Operário Ferroviário Esporte Clube (OFEC) da cidade de Ponta Grossa é um exemplo que ainda permanece em atividade profissional (LUZ; FREITAS JÚNIOR; OLIVEIRA, 2021), criado em 1912 a partir da organização de ferroviários da região, que era um importante entreposto comercial para a exportação de erva-mate e madeira (SANTOS; MONASTIRSKY, 2012). Para além dos casos citados, destaca-se para esta pesquisa o Esporte Clube Recreativo Ferroviário (ECRF), clube de caráter amador de Jaguariaíva, fundado em 6 de março de 1939.

Esporte Clube Recreativo Ferroviário de Jaguariaíva: características elementares

A história do Ferroviário de Jaguariaíva está relacionada com a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande na cidade. Ocorrida na virada do século XX, a construção da ferrovia atraiu muitos trabalhadores para a localidade e também possibilitou o contato com outras regiões. Sua implementação foi essencial para o desenvolvimento local, sobretudo no aspecto econômico – uma vez que tal modal ferroviário desempenhou importante papel para o escoamento da produção das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, ligando o município a diferentes pontos do país (RAMOS, 2018). Diante da relevante presença dos ferroviários na região, esses trabalhadores organizaram o Esporte Clube Recreativo Ferroviário como espaço de lazer. A principal modalidade praticada no interior da agremiação era o futebol masculino. O clube foi integrante da Liga Regional de Jaguariaíva e teve destaque em disputas amadoras.⁵ As principais atividades do E.C.R.F., como jogos e treinos dos times de futebol masculino e juvenil, ocorriam em estádio próprio, nomeado Francisco Cyrilo da Costa.

IMAGEM 1 – Portão do Estádio Francisco Cyrilo da Costa



Fonte: Acervo Rafael Pomim

5. Em 1949, na primeira edição da Liga Regional de Jaguariaíva, o E.C.R.F. sagrou-se campeão. O campeonato envolveu disputas entre as seguintes equipes: Clube Atlético Monte Alegre, por Monte Alegre (atual município de Telêmaco Borba), o Corinthians e o Grêmio por Piraí do Sul, o Guarani por Arapoti e o Ferroviário e o Matarazzo por Jaguariaíva. A realização desse torneio representava “a oportunidade longamente esperada pelos nossos craques para demonstrar o quanto são capazes”, além de permitir a projeção das equipes “no cenário desportivo paranaense” (O TIBAGI, 1949, p. 08). Além da participação neste tipo de campeonato, há registros de partidas amistosas e benéficas, como a ocorrida em prol da Igreja de São Francisco, em Jaguariaíva.

Jornais de época evidenciaram aspectos da trajetória do Ferroviário, com destaque para o comportamento do time durante as excursões e partidas. O jornal *O Tibagi*, de Monte Alegre, frequentemente elogiou o “bonito espetáculo técnico e disciplinar” do Ferroviário, campeão da Liga em 1949.⁶ Foram alguns jogadores dessa temporada: Elcio, Amazonas, Ralof, Elio, Cibelo, Odilon, Querozene, Léo, Carioca, Lima e Lanterman (*O TIBAGI*, 1949). De acordo com o periódico, “o ferroviário mereceu a vitória porque soube conquista-la, atuando sempre possuído de um espírito de luta muito acentuado e porque soube sempre aproveitar-se dos fatores que poderiam (...) conduzi-lo ao triunfo” (*O TIBAGI*, 1949, p. 06).

O Ferroviário mostrava-se “um adversário perigosíssimo” (*O TIBAGI*, 1953, p. 05), isso porque seu quadro era formado por “bons jogadores, famosos aí... Que jogaram muita bola! E que poderiam, se fossem profissionais, se tivessem saído [de Jaguariaíva], acredito que podiam jogar até em outros times aí [em referência ao futebol profissional]” (FONSECA FILHO, 2022). Parcela desses jogadores eram locais; outros, “que vinham de fora, que vinham passear ou que vinham tentar jogar aqui e mostravam bom futebol (...), eram convidados (...) para fazer parte das equipes”. Uma maneira de manter os bons jogadores no time era por meio da oferta de trabalho. Ademais, a diretoria, composta majoritariamente por ferroviários, buscava oferecer gratificações quando o quadro era bem-sucedido. As vitórias eram celebradas com festas: “cerveja e churrasco. Era dinheiro para os jogadores. Se procurava dar alguma coisa de brinde... Lá um dono de loja resolia dar uma blusa, outra coisa. Enfim, era assim que eles gratificavam na época” (FONSECA FILHO, 2022).

6. Ainda sobre as condutas do E.C.R.F. em campo, as disputadas travadas pelo time agradavam a todos, “quer pelo jogo técnico e quer pela lisura e cavalheirismo” (*O TIBAGI*, 1954, p. 05).

IMAGEM 2 - Proximidade das Indústrias Matarazzo e os trilhos de trem em Jaguariaíva (PR)



Fonte: Ramos (2018).

Diferente de outros times locais, como o da Associação Atlética Matarazzo, apoiado financeiramente pelas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, o Ferroviário possuía uma infraestrutura compatível com seus baixos rendimentos. A exemplo das gratificações, “os próprios envolvidos na diretoria e coisa saíam pedir, né? Pedir para que ajudassem... Era equipe... Era o nome do município, né?” (FONSECA FILHO, 2022). Ademais, o pagamento do casal que cuidava da sede do clube era obtido pelos próprios, que ali eram autorizados a promover bailes e jogatinas para obtenção do salário: “o clube não tinha dinheiro para pagar, para cuidar... O que eles faziam? Organizavam esses bailininhos e ali era feito... (...) explorava o jogo e essas coisas, tirava o lucro, pagava os músicos, guardava às vezes...” (FONSECA FILHO, 2022).

De acordo com o sr. Mário Fonseca Filho, as festas e jogos na sede social não tinham periodicidade certa para ocorrer em razão da intervenção policial. Além de serem atividades voluntárias dos caseiros da sede do Clube para garantir a própria remuneração, os eventos ocorriam “até dar uma briga, né? Daí dava uma briga e o delegado dava uma bronca, uma coisa. Paravam duas, três semanas, um mês, dois, e depois começava de novo” (FONSECA FILHO, 2022).

Rivalidades entre “graxeiros” e “tripeiros”

Voltado sobretudo ao âmbito amador, os embates futebolistas mais recorrentes do Esporte Clube Recreativo Ferroviário ocorreram contra equipes da região. Seu principal rival foi o time da Associação Atlética Matarazzo – agremiação coirmã jaguariaivense desenvolvida pelos trabalhadores das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo. Essa rivalidade extrapolava o campo esportivo, posto que estava relacionada às posições que os sujeitos pertencentes a cada agremiação ocupavam na sociedade de Jaguariaíva. De acordo com o sr. Mário Fonseca Filho, “a rivalidade começava por... pela função né... quem era Matarazzo trabalhava na indústria Matarazzo e ia torcer fatalmente pro Matarazzo. Quem era... trabalhava na Rede, ia fatalmente torcer pelo Ferroviário”. Embora esses trabalhadores dependessem funcionalmente uns dos outros, entre suas estratégias de diferenciação e estigmatização é possível destacar a atribuição mútua de apelidos segundo as características do ofício desempenhado: os ferroviários eram chamados pejorativamente de “graxeiros”, em referência ao trabalho nos trilhos; já os operários do frigorífico eram tratados pela alcunha de “tripeiros”, por trabalharem no frigorífico. A rivalidade era tamanha que algumas das disputas de futebol entre os clubes eram realizadas em outra cidade, em campo neutro.

IMAGEM 3 – Recortes sobre o clássico jaguariaivense Ferroviário x Matarazzo

O TIBAGI

PAGINA ESPORTIVA

A. A. MATARAZO 1 X E. C. R. FERROVIARIO 0

O Matarazzo é o campeão da zona centro

Disputando a 3.ª partida da série de melhor de três do campeonato da Liga de Futebol Regional de Jaguariaíva, jogaram domingo em Pirai do Sul as equipes da Associação Atlética Matarazzo e do Esporte Clube Recreativo Ferroviário, sendo vencedora a primeira pela contagem mínima, tento marcado pelo ponteiro direito Romãozinho.

Esta partida foi realizada em Pirai, porque ambos os clubes desejaram disputá-la em campo neutro, o qual foi escolhido por sorteio, para o que estavam indicados os campos do Guarani de Apoti e o do Grêmio de Pirai, o primeiro indicado pelo Ferroviário e o segundo pelo Matarazzo, tendo vencido este. Na sua parte técnica, esta partida foi bastante fraca, segundo

informes que colhemos com o sr. Lauro Sodré da Veiga que visitou-nos hontem e que acompanhou as embaixadas, tendo assistido ao encontro.

Entretanto, fez questão de frisar que na parte disciplinar, transcorreu otimamente, constituindo uma demonstração de lealdade e educação esportiva.

As equipes formaram assim: Matarazzo - Ganso, Julinho, e Terbio; Nazif, Alex e Tijucó; Romãozinho, Maneco, Paulino, Gonçalves e Berregua.

Ferroviário - Blindado, Amazônas e Roloff; Helio, Cibelo e Valter; Jaime, Cesar, Emídio, Sidney e Ico.

Na arbitragem esteve o sr. Ovídio Pinto, com ótima atuação.

Fonte: Jornal *O Tibagi*, 25 jan. 1949, p. 08.

Mesmo havendo pouca diferenciação entre os trabalhadores em relação às oportunidades de poder, na busca pelo estabelecimento de fronteiras entre “nós” e “eles”, a estrutura material das organizações configurava-se como um elemento que conferiu maior poder à Associação Atlética Matarazzo em relação ao Esporte Clube Recreativo Ferroviário. A A.A.M. foi apoiada financeiramente pelos patrões ao longo de sua existência. Um dos maiores exemplos da importância desse patrocínio foi o fato do estádio da A.A.M. ter sido o primeiro do interior do Brasil a receber iluminação artificial, possibilitando jogos à noite. Já o E. C. R. F. recorria aos comerciantes locais em busca de amparo. De acordo com o sr. Mário Fonseca Filho, a subvenção era obtida pelos próprios membros da diretoria, que buscavam recursos junto ao comércio local. Assim, diferente do seu antagonista, o E.C.R.F. não possuía recursos para a contratação de jogadores profissionais ou para investir na estrutura da sede social.

De acordo com a teoria estabelecidos-outsiders, “os grupos mais poderosos, na totalidade desses casos, veem-se como pessoas ‘melhores’, dotadas de uma espécie de carisma grupal, de uma virtude específica que é compartilhada por todos os seus membros e que falta em outros”. Para legitimar essa posição dominante, “os indivíduos ‘superiores’ podem fazer com que os próprios indivíduos inferiores se sintam, eles mesmos, carente de virtudes” (ELIAS, 2001, p. 20). No caso da rivalidade futebolista em Jaguariaíva, embora a A.A.M. buscasse se colocar como superior com base em suas qualidades extra-campo, com destaque para seus recursos materiais, a cada partida o E.C.R.F. poderia lutar para reequilibrar a balança de poder a seu favor – daí que as competições eram acaloradas. De acordo com as memórias do sr. Mário Fonseca Filho, as disputas locais eram semelhantes às ocorridas entre Corinthians e Palmeiras, em termos de rivalidade.

IMAGEM 04 – Recorte sobre a final da Liga Regional de Jaguariaíva de 1949



Fonte: Jornal *O Tibagi*, 06 dez. 1949, p. 06

Como até a década de 1970 a tecnologia era escassa, a televisão era um item raro e o futebol servia como uma das principais diversões da população. Assim, os dias de jogos entre Esporte Clube Recreativo Ferroviário e Associação Atlética Matarazzo eram celebrados em Jaguariaíva e configuravam-se como uma festa às famílias que iam aos campos – tanto no do Matarazzo, na parte alta da cidade, quanto no do Ferroviário, na baixada. Segundo o sr. Mário Fonseca Filho, a expectativa para os jogos era grande. Antes dos confrontos havia provocações entre os adversários e apostas sobre qual time se sagraria vencedor. Tais competições enchiam as arquibancadas: “Ia família, iam crianças... Era um dia de festa, né? E é claro que em toda festa, ainda mais naquela ali, se saísse mais de três gols era comemoração já... Já tinha tomado umas três, estava mais pra lá do que pra cá [risos] e já começavam as confusões”.

Uma das histórias que ficaram marcadas na memória do sr. Mário Fonseca Filho ocorreu no estádio do Ferroviário. De acordo com seu relato, o campo possuía uma cerca baixa e bancos de madeira para acomodar os torcedores. Em meio a arquibancada sempre estava dona Nhonha e outras mulheres protegendo-se do sol com suas sombrinhas. A depender dos ânimos da partida, “dava umas sombrinhas nos jogadores” ou saíam “atrás de torcedor adversário que mexia... porque perdeu...”. Esse excerto reforça a participação de toda a família nas torcidas de Jaguariaíva – inclusive nos jogos dos times rivais. Segundo o sr. Mário Fonseca Filho, era comum Ferroviários assistirem aos jogos dos Matarazzos e vice-versa, objetivando “secar o adversário”.

No entanto, diante de desafios maiores a rivalidade se atenuava. Nas partidas com times de fora do município, entendia-se que era preciso honrar o nome de Jaguariaíva. Assim, a competitividade nos jogos locais era deixada de lado e Esporte Clube Recreativo Ferroviário e Associação Atlética Matarazzo se juntavam em prol de um objetivo maior. Por essa razão, existiram ocasiões onde um time emprestou jogadores ao outro para reforçar o quadro contra equipes já consagradas. Nas palavras do sr. Mário Fonseca Filho,

Eles só se juntavam contra o adversário grande, porque daí a fama lá fora não ia dizer o Ferroviário de Jaguariaíva, ganhou o Matarazzo... ah, o Coritiba foi lá para Jaguariaíva e perdeu, daí era o

nome da cidade. Quer dizer, e você de onde que é? Eu sou de Jaguariaíva, não interessava se era Ferroviário ou Matarazzo. (...) As vezes quando esses times vinham para Jaguariaíva... As vezes vinham jogar com o Matarazzo, o Matarazzo tinha dois, três pontos meio fracos, mas que tinha jogador do Ferroviário... Eles davam, conversavam, davam uma gratificação para o cara jogar aquela partida para reforçar o time.

Essa passagem evidencia uma reconfiguração das relações de poder locais diante do anseio de elevar o nome de Jaguariaíva por meio do futebol. Se nas partidas cotidianas havia uma competição de poder entre “graxeiros” e “tripeiros” para saber quem era mais qualificado, essa diferenciação era suavizada visando a vitória da cidade diante dos adversários externos. Se no interior do município havia disputas para saber quem era melhor no futebol, no cenário futebolista paranaense os times de Jaguariaíva eram considerados outsiders diante das equipes estabelecidas – daí a necessidade de unir E.C.R.F. e A.A.M. buscando modificar esse equilíbrio de poder. Passada a competição em questão, voltavam à rotina de disputas.

O Esporte Clube Recreativo Ferroviário teve muitos sócios, jogadores e torcedores, ao longo de sua trajetória. No entanto, mudanças nas configurações sociais locais e nacionais contribuíram para que a agremiação fosse perdendo associados. Nas palavras do sr. Mário Fonseca Filho (2020), “diminuiu por causa da falta de rivalidade... Tudo que aonde vai terminando um pouco a rivalidade vai, né? Os ferroviários foram morrendo e foi crescendo o Caxias, que é outro time”.

O caso de Jaguariaíva demonstra um pouco da história do futebol brasileiro, que se desenvolveu junto com as estradas de ferro e a partir dos clássicos locais entre um time representante da elite e outro time representante da massa – clássicos estes que foram a mola propulsora para a manutenção das equipes, pois a rivalidade interna estimulava o adversário a procurar ser cada vez mais forte.

Em toda sua história, o Esporte Clube Recreativo Ferroviário participou apenas de duas campanhas profissionais: na terceira divisão do campeonato paranaense de 1999 logrou o vice-campeonato e consequentemente o acesso a segunda divisão do ano seguinte. Finalizada esta participação, licenciou-se das atividades profissionais em 2001 (BUCHMANN, 2002).

Considerações finais

Ainda que os times formados pelos ferroviários Brasil afora tenham contribuído para a popularização do futebol no país, mudanças políticas e econômicas transformaram a realidade e o prosseguimento das atividades dessas entidades. O investimento de transporte rodoviários em face da diminuição da malha ferroviária afetou os trabalhadores e os clubes (NUNES, 2013). Das agremiações surgidas na primeira metade do século XX, são poucas as que permanecem ativas, sobretudo em disputas profissionais. A despeito do encerramento das atividades, esses clubes foram fundamentais nas sociabilidades ferroviárias e seu estudo é essencial.

Nesse sentido, este trabalho adotou técnicas da história oral para conhecer mais a respeito da história do Esporte Clube Recreativo Ferroviário de Jaguariaíva, sobretudo suas relações de rivalidades com a Associação Atlética Matarazzo. A esse respeito foi possível compreender que o local de trabalho e a agremiação de identificação foram os principais elementos de distinção entre “nós” e “eles”. Ademais, os apelidos “graxeiro” e “tripeiro” foram utilizados como estratégias de estigmatização na estruturação das relações de rivalidade no futebol de Jaguariaíva.

Outro elemento de diferenciação/estigmatização observado, que conferia maior poder à A.A.M. em relação ao E.C.R.F., esteve relacionado à estrutura material da associação apoiada pelas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo. No entanto, como o diferencial de poder entre os times era pequeno, a cada partida o Esporte Clube Recreativo Ferroviário poderia reequilibrar essa balança a seu favor, sagrando-se vitorioso.

Tal rivalidade fomentava a atividade futebolista na cidade, mas não estava acima do desejo de elevar Jaguariaíva para o alto do pódio. Diante de rivais estabelecidos no futebol paranaense, os times locais se reuniam em busca do título máximo. Nas palavras do sr. Mário Fonseca Filho, era uma competição saudável: “isso sempre aglutinou mais do que dispersou e só trouxe... só trazia, assim, maneiras de prender a população e assistindo alguma coisa que trazia distração e era saudável”.

Referências

- ALBERTI, V. Manual de história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- ALMEIDA, M. A. B. de; GUTIERREZ, G. L.; FERREIRA, R. P. Futebol e ferrovia: a história de um trem da industrialização que parte para o noroeste paulista. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 24, n. 2, jun. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1807-55092010000200008>>. Acesso em: 13 jul. 2022.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 15 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BUCHMANN, E. **Quando o futebol andava de trem**: memórias dos times ferroviários brasileiros. 20. ed. Curitiba: dioe, 2002. 200p.
- CARDOSO, M. Os trilhos abrem caminho para o futebol brasileiro. **Revista Alterjor**, v. 02, n. 22, 2020.
- DUARTE, O. **Futebol**: regras e comentários. 1. ed. São Paulo: Editora Senac, 2005.
- ELIAS, N. **Processos de excitação**: trabalhos inéditos de Norbert Elias sobre esporte, lazer, corpo, cultura. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2022.
- ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: DIFEL, 1985.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- FONSECA FILHO, M. Entrevista oral concedida a Ana Flávia Braun Vieira, Thiago Savio Ingles da Luz e Miguel Archanjo de Freitas Junior. Jaguariaíva, 28 set. 2022.
- GRANDI, G.; ROUBICEK, M. Entre os gramados e os trilhos: a história do Paulista Futebol Clube de Jundiaí. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 1, n. 79, p. 104-123, set. 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/189945>>. Acesso em: 18 jul. 2022.
- GUTIERREZ, D. M.; BETTINE, M.; GARCÍA, B. The railway and the ball, the spread of football in São Paulo State. **Sport In History**, v. 41, n. 3, p. 309-332, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/17460263.2020.1816565>>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- GUTERMAN, M. **O futebol explica o Brasil**: uma história da maior expressão popular do país. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009. 307p.
- HAUT, J. Completando a esportivização: Elias sobre a difusão e a diferenciação do esporte na sociedade “moderna”. In: ELIAS, N. **Processos de excitação**: trabalhos inéditos de Norbert Elias sobre esporte, lazer, corpo, cultura. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2022.
- LUZ, T.S.I. da, FREITAS JÚNIOR, M.A. de.; OLIVEIRA, E. de. Das margens das ferrovias para um modelo de gestão vitorioso: o Operário Ferroviário Esporte Clube. Lecturas: **Educación Física y Deportes**, v. 26, n. 283, p. 31-46, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.46642/efd.v26i283.3073>>. Acesso em: 08 ago. 2022.
- MASSARINI, L.; ABRUCIO, M. **Bola no pé** – a incrível história do futebol. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

MEIHY, J. C. S. B. **Guia prático de história oral:** para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

NUNES, I. **Ferroviários brasileiros:** muito além do fim da linha (1950-2000). História em Revista, Pelotas, v. 19, n. 19, p. 147 160, dez. 2013.

O TIBAGI. Derrotado o Botafogo em Jaguariaíva. Monte Alegre, 26 ago. 1954, p. 05.

O TIBAGI. O C.A.M.A. disputará o campeonato da Liga Regional de Jaguariaíva. Monte Alegre, 10 mai. 1949, p. 08.

O TIBAGI. O Ferroviário disputará o título com o Matarazzo em “melhor de 3”. Monte Alegre, 06 dez. 1949, p. 06.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, 1992.

RAMOS, E. N. **A dinâmica territorial do patrimônio da ferrovia no ramal do Paranapanema (PR).** 2018. 220 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

SANTOS, E. R. dos; MONASTIRSKY, L. B. Operário Ferroviário Esporte Clube: patrimônio cultural de Ponta Grossa. **RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 24, mar. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5380/raega.v24i0.26208>>. Acesso em: 26 jul. 2022.

SANTOS, L. M. V. V. **A evolução da gestão no futebol brasileiro.** 2002, 127f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2002.

STÉDILE, M. E. Clubes de futebol operário como espaço de autonomia e dominação.

Revista Espaço Plural, Marechal Cândido Rondon, v.14, n. 29, p. 15-44, 2013.

Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/10411/7513>. Acesso em: 15 jun. 2022.

CAPÍTULO 13

O LAZER NA ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA MATARAZZO: UM ESTUDO SOBRE AS SENSIBILIDADES EM JAGUARIAÍVA-PR

*Ana Flávia Braun Vieira
Miguel Archanjo de Freitas Junior*

1. Introdução

Para estudar o desenvolvimento histórico de uma cidade é fundamental observar a relação de dependência mútua entre as transformações de suas estruturas (sociogênese) e a alteração na consciência e autocontrole individuais (psicogênese) – uma vez que modificações na organização social demandam novos comportamentos e vice-versa (ELIAS, 1993, 2011). Apesar disso, muitas são as pesquisas históricas que acabam se atendo apenas aos elementos mais factuais da existência humana, nem sempre dedicando importância às relações de poder e às sensibilidades próprias do período estudado. Isso ocorre, entre outros motivos, porque certos dados encontram-se sedimentados nas fontes de investigação, enquanto outros demandam uma abordagem teórico-metodológica própria para serem pesquisados. Assim, como compreender as emoções, os níveis de sensibilidade e os comportamentos socialmente permitidos a partir dos dados que já possuímos

sobre a história de determinada localidade? O estudo das atividades desenvolvidas na esfera do lazer é uma alternativa profícua.

Para o sociólogo Norbert Elias (1897-1900), o desenvolvimento de divertimentos é uma necessidade humana diante das pressões sociais – sobretudo em contextos urbano-industriais. Nos locais onde a divisão funcional e as redes de interdependência se tornam cada vez mais alargadas, faz-se necessária a contenção de manifestações espontâneas para a manutenção da ordem social. Segundo o autor, o ato de restringir impulsos gera um conjunto de tensões, para as quais cada sociedade desenvolveu (e segue desenvolvendo) atividades promotoras de tensão-excitação agradável, adequadas às sensibilidades coletivas das formações sociais que as elaboram (ELIAS; DUNNING, 1985). Por essa razão, a análise das práticas de lazer permite recuperar aspectos da vida afetiva de outrora (VIEIRA; FREITAS JUNIOR, 2019).

No caso de Jaguariaíva, a maior parte dos estudos tratam de seu desenvolvimento econômico, político e social – sobretudo em relação ao processo de industrialização e urbanização local (BRANDÃO, 2000) –, mas pouco foi investigado sobre as relações de poder local e as formas de pensar e sentir que intermediaram todos esses acontecimentos. Nesse sentido, esse capítulo procurou reconstituir elementos afetivos presentes na história do município, buscando compreender aspectos dos comportamentos socialmente aceitáveis na cidade.

Considerando a interdependência entre psicogênese e sociogênese, buscando conhecer os elementos mais estruturais que balizaram as relações sociais em Jaguariaíva, inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica visando historicizar o desenvolvimento da cidade. Para analisar os aspectos da constituição psíquica de seus residentes optou-se pelo estudo das práticas de lazer ali desenvolvidas, uma vez que diferentes modalidades de divertimentos correspondem aos diferentes níveis de manifestação comportamental socialmente aceitáveis da formação social na qual ocorrem (ELIAS; DUNNING, 1985).

O acesso a parcela das atividades de lazer realizadas na localidade se deu por intermédio das atas das reuniões da Associação Atlética Matarazzo. O recorte temporal de análise foi orientado em relação

à disponibilidade de fontes e se estendeu entre 1936 a 1949 e 1979 e 1981. A partir das técnicas da análise de conteúdo temática (BARDIN, 2011),¹ a interpretação dessa documentação ocorreu por meio da comparação entre esses dois momentos históricos² – buscando compreender avanços, estagnações e/ou retrocessos em relação aos divertimentos e as formas de apresentação comportamental socialmente demandadas em Jaguariaíva.

Dos procedimentos da análise de conteúdo emergiram 5 categorias (atividades de benemerência, atividades sócio esportivas, disciplina, participação das mulheres e relação com o Frigorífico) interpretadas a partir da historicização do contexto sociogenético elementar da época e pelo recurso aos referenciais teóricos de Norbert Elias sobre lazer e desenvolvimento social.

2. O lazer na perspectiva teórica de Norbert Elias

Norbert Elias consagrou-se como um dos mais importantes sociólogos do século XX pelo desenvolvimento da teoria dos processos civilizadores. Na obra, *O processo civilizador*, o autor analisou aproximadamente 700 anos de manuais de etiqueta europeus para compreender como e por que os guerreiros medievais se tornaram cortesãos. Ao colocar esse problema em contexto, observou que tal transformação comportamental se deu durante a transição da estrutura descentralizada do feudalismo (Idade Média) para a altamente centralizada do Estado monárquico francês (Renascimento). As conclusões deste estudo o levaram a entender que existe uma relação dependência mútua entre indivíduo e sociedade – não sendo um determinado por outro, mas mutuamente construídos.

1. A análise de conteúdo consiste em um conjunto de procedimentos para a análise de comunicações “visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 2011, p.48). Na sua variável temática, a análise utiliza o tema como unidade de significação.

2. A comparação de dinâmicas sociais possibilita verificar como os elementos identificados através desse método “vão variando em alguma direção mais específica – de modo que se possa identificar um certo padrão de transformações no decurso de um tempo” (BARROS, 2014, p. 18).

Na visão desse autor, à medida em que as unidades territoriais vão se complexificando, a divisão das funções e as relações de interdependência se ampliando e o poder central se estabilizando (com recurso ao monopólio da violência e dos impostos), as pessoas sentem que não podem mais expressar suas emoções de forma demasia-damente excitada, pois isso colocaria em risco sua posição social – já que o indivíduo em desacordo com as normas pode ser considerado caso de polícia ou saúde mental. Nesse novo contexto, um conjunto de comportamentos socialmente construídos e prescritos balizam a vida em sociedade e determinam as chances de sucesso social.

Se, de maneira interdependente, a cada novo incremento social há correspondentemente uma alteração na forma como as pessoas se comportam, entende-se que a sociedade está em constante transformação. Em seus estudos, Elias observou que uma das principais mudanças que vem ocorrendo na constituição psicológica dos indivíduos diz respeito aos níveis de tolerância à violência. Quanto maior e mais desenvolvidas as redes de interdependência entre as pessoas e instituições, menor a margem para comportamentos violentos socialmente aceitáveis.

Na Idade Média, onde a fragilidade do poder central implicava na ausência de regras e punições estritas, era possível se alimentar utilizando as mãos, destrinchar os animais assados à mesa e, mesmo, desferir um golpe violento contra outrem. A partir da convivência regular entre número crescente de pessoas no provimento das necessidades coletivas, tudo aquilo que causasse vergonha, repugnância ou embaraço acabou sendo banido para os bastidores da vida social (ELIAS, 2001). De igual maneira, os comportamentos considerados indevidos socialmente foram ocultados das vistas, assim como os praticantes de condutas questionáveis eram também empurrados para o isolamento. Diante do medo da perda de prestígio social, os indivíduos buscavam adequar suas maneiras às demandas externas.

Esse contínuo de transformações sociais e na personalidade dos indivíduos é característico dos processos civilizadores, “entendido como a pacificação das condutas e o controle dos afetos” (CHARTIER, 1988, p. 94) – sendo a redução nos níveis de tolerância às manifestações de violência (de qualquer natureza) um de seus

maiores exemplos. Esse processo de pacificação, no entanto, não ocorre sem conflitos – sobretudo internos. Comportar-se segundo as regras de etiqueta e decoro, resolver conflitos sem o emprego de violência e experienciar uma série de situações onde é preciso controlar os afetos para não ferir as sensibilidades alheias gera tensões que, se não forem canalizadas, podem irromper em atos considerados impróprios coletivamente, desestabilizando a ordem social. Caso o autocontrole não esteja bem desenvolvido nos indivíduos, a violência pode ser manifesta. Por essa razão, tanto as sociedades antigas quanto as sociedades urbano-industriais contemporâneas desenvolveram um grande número de atividades compensadoras – que geram tensões-excitacões agradáveis.

Para Elias e Dunning (1985, p. 115), “A agradável excitação-prazer que as pessoas procuram nas suas horas de lazer, representa assim, ao mesmo tempo, o complemento e a antítese da tendência habitual perante a banalidade das valências emocionais que se deparam nas premeditadas rotinas ‘racionais’ da vida”. As emoções desencadeadas na esfera do lazer possuem como característica comum o elemento mimético – ou seja, imitam sentimentos desencadeados em situações da “vida real”, combinadas com uma espécie de prazer. Segundo os autores, “Na excitação séria, não mimética, as pessoas podem perder o autocontrole e tornarem-se uma ameaça, tanto para si próprias como para os outros. A excitação mimética é, na perspectiva social e individual, desprovida de perigo e pode ter um efeito catártico”³ (ELIAS; DUNNING, 1985, p. 125).

Durante as práticas de lazer é possível demonstrar comportamento relativamente afetado em público (ELIAS; DUNNING, 1985). As características de tais práticas correspondem ao contexto sócio e psicogenético do local onde são realizadas. Assim, entende-se que o estágio de desenvolvimento de uma formação social é o elemento determinante das características das atividades de lazer ali desenvolvidas – podendo estas apresentarem maior ou menor índice de violência ou possibilitar maior ou menor demonstração afetiva. Como o nível de autocoação varia conforme as posições e relações

3. As atividades de lazer podem ter um efeito catártico, ou seja, em um sentido figurado, possuem um efeito curativo.

sociais, acredita-se que a adesão a uma ou outra prática de lazer seja compatível com as emoções, os níveis de sensibilidade à violência e os comportamentos socialmente permitidos da localidade (VIEIRA; FREITAS JUNIOR, 2019).

3. A Associação Atlética Matarazzo de Jaguariaíva

Jaguariaíva surgiu no início do século XVIII, em decorrência das atividades comerciais relativas ao Tropeirismo. No entanto, seu desenvolvimento econômico e social ocorreu sobretudo no início do século XX, por sua vocação pecuária, por sua posição como entroncamento ferroviário entre Rio Grande e São Paulo e pela implementação de um frigorífico das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo (IRFM) – à época, o maior grupo industrial da América Latina (CORREIA, 2015). Inaugurada em 1920, a fábrica produzia diferentes tipos de presunto, salsichas, defumados e outros derivados de porco. Tal empreendimento contribuiu significativamente para a urbanização local: em 1900, a população total da cidade era de 3.879 habitantes; já em 1920, correspondia a 15.965 habitantes (BRANDÃO, 2000).

O frigorífico de Jaguariaíva foi economicamente viável até a segunda metade do século XX. As transformações políticas e econômicas do período afetaram diretamente o empreendimento. Segundo Brandão (2000, p. 70), “A situação das IRFM torna-se cada vez mais difícil diante da afirmação do Brasil como um terreno aberto ao desenvolvimento de indústrias internacionais”. Ademais, a forma como era realizada a gestão empresarial por Francisco Matarazzo (até o ano de 1935) e seus descendentes apresentava dificuldades em se adaptar ao novo sistema de competição industrial.

A forma de administrar a empresa e tratar os trabalhadores, tanto na administração do patriarca quanto na de Matarazzo Junior, era assistencialista: “vestiários, cozinhas, refeitórios, berçários, ambulatórios médicos e dentários, postos de abastecimento com produtos mais baratos, cursos de orientação profissional e aperfeiçoamento de mão-de-obra dentro das fábricas” (BRANDÃO, 2000, p. 71). Em algumas das unidades espalhadas pelo Brasil, a IRFM implementou

também escolas para os filhos dos operários. O objetivo de tais ações era criar uma “grande família”, mas o ganho secundário era o enaltecimento da figura dos próprios Matarazzo – o que contribuiu para a criação de uma imagem quase mítica dos patrões, acompanhada do sentimento de gratidão (BRANDÃO, 2000).

No bairro da fábrica, os serviços básicos eram ofertados pela IRFM, que também foi responsável pela construção de casas para operários e funcionários, brasileiros e estrangeiros. Assim, além da relação econômica expressa pelo posto de trabalho, a educação, saúde, recreação e esportes também eram mediados pela indústria. Tudo isso, ao mesmo tempo em que se apresentava como uma vantagem aos trabalhadores, era também uma forma de controle exercida pelo empregador (CORREIA, 2015). De qualquer forma, essa relação paternal, que “provia simbolicamente tudo o que considerava essencial para a sobrevivência de seus empregados”, contribuiu para o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento, de “orgulho de fazer parte de uma indústria que revolucionou a vida de gerações” (CORREIA, 2015, p. 153).

No que diz respeito à esfera dos divertimentos, a própria IRFM incentivou a criação de uma associação sócio esportiva em Jaguariaíva – tal qual o fez em outros espaços de sua influência. A primeira Associação Atlética Matarazzo (AAM) foi criada em São Paulo e fundada em 14 de novembro de 1914. Assim que contratado pela IRFM, automaticamente o novo empregado tornava-se sócio da agremiação (ANTUNES, 1992). Com mensalidades cobradas segundo faixas salariais, todos contribuíam para o desenvolvimento da AAM – ainda que esta frequentemente apresentasse algum tipo de dificuldade financeira e recorresse à benevolência dos patrões. Justamente por essa relação, “A administração da Atlética, austera e rigorosa, era um reflexo do que ocorria na própria empresa, onde havia um controle minucioso sobre todas as atividades desenvolvidas” (ANTUNES, 1992, p. 104). A presença de encarregados da IRFM na diretoria contribuiu para a vigilância constante – já que, nesse contexto, não havia completa separação entre as esferas do trabalho e do lazer.

Em Jaguariaíva, a Associação Atlética Matarazzo, “um clube de gênero esportivo”, teve sua primeira reunião lavrada em ata no dia

12 de abril de 1936. Segundo consta, os membros seriam escolhidos entre os funcionários do frigorífico, devendo ser “compatíveis com os artigos do futuro regulamento do clube” (Ata AAM, 12 abr. 1936). Nesta reunião foi definida a diretoria, sendo nomeado como presidente honorário o próprio Conde Francisco Matarazzo e como presidentes beneméritos dois diretores da IRFM de Jaguariaíva, Antonio Pássaro e Ludgero Pavão. Entre as primeiras providências tomadas, ocorreu a construção do campo de esporte – que contou com a contribuição do Frigorífico e dos próprios sócios, que auxiliaram através de mutirões (Ata AAM, 28 abr. 1936). Jogos amistosos com times locais e vizinhos eram um dos principais divertimentos dos agremiados.

As discussões sobre a organização do estatuto constam na ata de 17 de janeiro de 1940, tendo sido escolhida uma comissão entre os membros da diretoria para a estruturação deste. Neste mesmo ano, foi iniciada a construção da sede social do clube – indicando o alargamento das necessidades dos associados para além do campo de futebol e arquibancadas. Ainda assim, o futebol foi a atividade de maior destaque, havendo oscilações entre períodos de boa ventura e de derrotas. Os bailes da AAM também eram aguardados e festejados. Tanto um como outro configuram-se como atividades onde é possível demonstrar um comportamento menos autocontrolado, permitindo experienciar uma tensão-excitação agradável. Mas, por vezes, “medidas enérgicas precisaram ser tomadas contra a torcida exaltada e insultante” (Ata AAM, 03 abr. 1941), bem como em relação aos sócios que criavam confusões nas festas (Ata AAM, 25 fev. 1942).

Embora a Atlética de Jaguariaíva fosse uma espécie de filial da primeira agremiação, o contexto local trouxe especificidades ao funcionamento da AAM, de acordo com os elementos sócio e psicogenéticos da região. A análise de conteúdo das atas permitiu visualizar 5 grandes categorias que permearam o funcionamento do clube local, apresentadas de forma relacional e comparadas. São elas: atividades socioesportivas, atividades de benemerência, relação com a IRFM, medidas disciplinares e participação das mulheres na Associação Atlética Matarazzo.

3.1 Lazer e comportamentos socialmente aceitáveis

Como qualquer outra localidade, a sociedade jaguariaivense – dadas as características de sua história, bem como de seu desenvolvimento urbano e industrial – possui uma “linguagem específica, mas também (...) um modelo específico de civilização e, portanto, formas específicas de auto regulação”, absorvidas pelos habitantes locais “mediante o aprendizado de uma linguagem comum e nas quais então, se encontra: no caráter comum do habitus social, da sensibilidade e do comportamento de seus membros” (ELIAS, 2006, p. 23). Entende-se, dessa maneira, que a constituição emocional de cada novo indivíduo se desenvolve, em maior ou menor medida, segundo os níveis de tolerância à violência específicos de seu contexto – do qual também derivam as práticas de lazer ali desenvolvidas. Nesse sentido, a análise das atividades propostas pela diretoria da Associação Atlética Matarazzo possibilita compreender elementos das sensibilidades locais, sobretudo em relação aos comportamentos socialmente aceitáveis àquela agremiação.

Segundo as atas referentes aos anos de 1936 a 1949, o futebol foi a modalidade esportiva mais praticada no clube e incentivada pela diretoria da AAM. Eram frequentes os convites recebidos para jogar amistosos, com times do interior e da capital (Ata AAM, 08 mai. 1939). Tais competições representavam receita adicional aos cofres da agremiação, posto que “findo o torneio e paga todas as despesas, o restante será dividido aos clubes disputantes” (Ata AAM, 12 fev. 1940). Além disso, havia torneios internos (entre associados), que tanto representavam mais uma oportunidade de lazer para a cidade, quanto serviam para “descobrir muito elemento de valor que podem se achar encobertos, os quais poderão vir a servir em nosso quadro esportivo” (Ata AAM, 11 mai. 1943).

Inicialmente, grande parte dos jogadores ainda possuíram algum tipo de trabalho no interior do frigorífico. Mas diante de resultados insatisfatórios, a diretoria passou a buscar jogadores em outros times (Ata AAM, 02 set. 1940). Essa decisão, assim como a contratação de um técnico de futebol, evidencia a tentativa de profissionalizar o futebol praticado no clube da fábrica. Ainda que houvesse esse esforço da diretoria para alavancar o futebol, destinando 25%

dos lucros da parte recreativa para seu financiamento (13 mar. 1947), a falta de material esportivo era um dificultador. Frequentes foram as reuniões onde constou em ata a necessidade de comprar equipamentos para a prática desse esporte, como uniformes e uma farmácia ambulante (Ata AAM, 10 fev. 1941). Em contrapartida, havia premiações com medalhas para treinador e jogadores, recompensando seus esforços para “incentivar o esporte no seio dessa associação” (Ata AAM, 11 dez. 1946).⁴

Segundo as fotografias da época e relatos, os jogos de bola atraíam muitos expectadores, fossem em amistosos ou pela Liga Regional de Jaguariaíva. Algumas vezes, especialmente nos embates entre a Associação Atlética Matarazzo e o Esporte Clube Recreativo Ferroviário (ambos times locais), as rivalidades afloravam nos jogos—sendo necessárias medidas disciplinares afim de coibir mal comportamento. De qualquer forma, a solicitação de ampliação do bar junto ao campo realizada pelo botequineiro evidencia o uso crescente do espaço (Ata AAM, 14 abr. 1941). Ao lado dos jogos profissionais e amadores adultos, em 21 de janeiro de 1949, as atas trataram do time juvenil do Matarazzo – demonstrando o envolvimento dos filhos dos trabalhadores com as atividades do clube.

Além dos jogos de futebol, as atas indicam a intenção de construção de um campo para bola ao cesto (basquete). Até a decisão final da diretoria, três foram as anotações em ata a esse respeito, com intervalo superior a seis meses entre cada uma delas. Por certo havia questões financeiras a serem consideradas, sobretudo em relação ao apoio das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, mas tal resistência permite inferir que esta modalidade não era tão apreciada pela diretoria, que dedicava seus maiores esforços ao reconhecimento da agremiação via futebol. Não foi possível identificar nas atas o ano de construção da quadra para esta modalidade, mas somente em 06 de fevereiro de 1947 registrou-se a necessidade de contratação de um treinador e um auxiliar para o time de bola ao cesto. Em 13 de março de 1947, a diretoria decidiu pela destinação 5% dos valores da parte recreativa para auxiliar nas despesas em jogos locais e em campeona-

4. O engajamento com o futebol foi também fomentado pelas ações da Rádio Jaguariaíva – a exemplo do concurso “O crack mais simpático”, realizado em 1949 (Ata AAM, 13 abr. 1949).

tos em outros municípios. Ambos os casos evidenciam o crescimento da modalidade no interior da AAM a partir do referido ano.

Jogos que exigiam maior autocontrole tanto de expectadores quanto de jogadores foram promovidos pela agremiação. Em 19 de agosto de 1942, foi registrado em ata pela primeira vez o desejo de realizar um torneio de xadrez. Em maio de 1943, volta-se a falar sobre a execução de torneios no clube. Além do xadrez, a diretoria decidiu promover também uma competição de pingue-pongue, “afim de que o ambiente social fosse mais frequentado, e também para proporcionar aos seus associados alguns momentos de satisfação”. Embora haja o registo de que a partir de 09 de maio de 1946 a sede social passou a ficar aberta todas as terças, quintas e sextas-feiras, os jogos de pingue-pongue não ocorreram por falta de sócios competidores. Isso permite inferir que as demandas de lazer estavam mais voltadas às sociabilidades no espaço do clube, e não necessariamente atrelada às novas atividades esportivas que a diretoria desejava implementar.

Outra forma de lazer no interior do clube, para além dos desportos, eram as festividades ali oferecidas na sede do clube. Grande parte das vezes, os bailes eram organizados pelos diferentes grêmios da AAM. Todos eles deveriam ser comunicados ao Sr. Gerente de Frigorífico (Ata AAM 27 mar. 1942). Além de festejos sazonais, anualmente eram realizadas festas em celebração ao aniversário da Atlética, ao Natal, ao Ano Novo, ao Carnaval e à Páscoa. Tais bailes variavam o código de vestimenta: em sua maioria, os convites solicitavam trajes de passeio, mas também ocorriam festas à fantasia. No caso de bailes extras, “é justo que os associados auxiliem nas despesas” (Ata AAM, 08 fev. 1943) – o que permite inferir que para os demais festejos não eram cobrados ingressos.

No caso da festa do sábado de aleluia realizado em 04 de abril de 1942, a diretoria decidiu que “as despesas com este baile serão cobertas com uma quota entre os sócios da classe A” (Ata AAM, 27 mar. 1942). A diretoria também realizava bailes voltados aos operários da IRFM – a exemplo da festa de 08 de agosto de 1942, organizados por quatro “pessoas de respeito”, que tiveram autonomia para realizar os convites (Ata AAM, 23 jul. 1942). A ata do dia 14 de dezembro de 1942 evidenciou ainda mais essa separação. Segundo

consta, os festejos de fim de ano deveriam ser realizados em duas noites: o primeiro para as classes A e B e o segundo para os demais sócios. Embora diferentes estratos sociais tomassem parte como membros da AAM, as informações acima permitem compreender que havia formas distintas de participação – tanto em relação à contribuição financeira, quanto sobre alguns espaços de circulação dos diferentes agremiados.

As festas eram embaladas por bandas de jazz da cidade. Em 1946, a diretoria tomou a decisão de fundar um conjunto de jazz próprio, aproveitando os funcionários do Frigorífico. Segundo constou em ata, “Como esses elementos não dispõe de instrumentos próprios, nem possibilidades de adquirir, ficou resolvido que a Diretoria os financiaria” (Ata AAM, 09 mai. 1946). Esse grupo foi composto por três músicos – sendo um deles o maestro. Além do jazz, havia uma radiola no clube, que possivelmente embalava as reuniões espontâneas de sócios na sede da Atlética. A organização de uma banda própria permite inferir que as festividades no clube eram frequentes, sendo mais vantajoso financeiramente organizar um conjunto musical particular.

Na sede do clube, em agosto de 1942, foi criada uma biblioteca – o que expressa que as atividades miméticas ofertadas pela agremiação não se resumiam apenas aos jogos e bailes, mas também ocorriam por meio da possibilidade de contato com a literatura. Para a composição da biblioteca, os associados receberam circulares solicitando a doação de livros e revistas. Ademais, foram adquiridos 92 volumes do acervo de um dos diretores, além de ter sido realizada a assinatura de revistas, especialmente sobre cultura física (Ata AAM, 19 ago. 1942).

As atividades dos agremiados, no entanto, não estavam circunscritas aos campos e à sede da Atlética, mas também envolviam eventos públicos, como os desfiles cívicos. Sobre isso, a ata do dia 19 de agosto de 1942 revelou: “Resolveu-se que os nossos esportistas e amadores tomem parte na parada cívica do dia 7 de setembro, de uniforme de esporte”. Além dos festejos da Independência, a Associação Atlética Matarazzo também se fez presente nos desfiles em comemoração ao aniversário de Jaguariaíva (Ata AAM, 17 nov.

1944). Outra forma de atuação que extrapolou os limites do campo e da sede social da AAM foram algumas ações de benemerência realizadas pela agremiação. Em 06 de setembro de 1940, registrou-se em ata as decisões sobre os jogos de futebol (melhor de três) contra o Esporte Clube Recreativo Ferroviário, em prol da construção da nova Igreja. Ainda visando beneficiar a Igreja, em 14 de outubro de 1941, falou-se realizar novo amistoso – dessa vez contra o time do Ipyranga de Palmeira. Dois anos depois, foi discutida a quantia que deveria ser ofertada à Igreja pela novena dedicada à Atlética (Ata AAM, 30 jul. 1945).⁵

Ao longo dos anos, conforme a AAM se desenvolvia, foram realizadas reformas – a maior parte delas com apoio total ou parcial do Frigorífico. As reformas de 1946, por exemplo, trataram de realizadas a cobertura da cancha de bocha; aplaínar deste espaço até a quadra de basquete, que deveria também ser reparada; consertar as cercas internas e externas do clube; construir novo vestiário, com sanitários; iluminar o campo; organizar espaço para o zelador do campo; gramar toda extensão do clube, incluindo o campo de futebol (Ata AAM, 13 jun. 1946). Outra iniciativa foi o projeto para realizar as instalações necessárias para a transmissão de jogos e noites dançantes pela Rádio Jaguariaíva (Ata AAM, 12 ago. 1948).

Sobre a relação do AAM com as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, esta foi configurada pela dependência econômica, mas também apresentou elementos de resistência – a exemplo da adaptação das cores originais do clube àquelas mais convenientes ao contexto de Jaguariaíva (Ata AAM, 22 abr. 1936). As inscrições nas cadeiras da Atlética também foi objeto de resistência. Originalmente, em tais cadeiras constava a data de fundação da primeira Associação Atlética Matarazzo, de São Paulo. Na reunião do dia 14 de julho de 1936, a diretoria votou por alterá-la para a data de fundação do clube de Jaguariaíva, em 12 de abril de 1936 – demonstrando que o clube queria construir sua própria trajetória.

5. Outras duas foram as atividades de benemerência relatadas nas atas analisadas: a cessão do clube para que uma comissão de senhoras realizasse “um baile em benefício da campanha ‘Ivo Lazares’” (Ata AAM, 9 de abr. 1947); e a arrecadação de dinheiro para a construção do “túmulo do falecido Eloi P. Martins” (Ata AAM, 07 nov. 1948).

Ainda assim, desde a construção do campo, as atas registram aspectos da influência econômica do Frigorífico sobre a AAM:

Como essa quantia deve ser paga à administração do frigorífico, a qual prontificou a nos dar o campo pronto, a assembleia acha conveniente nomear uma comissão composta de diversos membros a qual deverá entender-se perante o Sr. Antonio Passaro, gerente do frigorífico, sobre o modo de pagar essas dívidas que melhor se condicione com nossas presentes possibilidades (Ata AAM, 02 jun. 1936).

Em reunião com o gerente, essa comissão manifestou ainda o desejo de construir arquibancadas, cercas e outras instalações necessárias ao pleno funcionamento do campo. Além de Antonio Passaro afirmar que entregaria o campo no menor tempo possível, prometeu emadeiramento necessário para cercar o campo esportivo – devendo o mesmo ser realizado pelos sócios, em mutirões.⁶ No entanto, sobre a forma de pagamento das dívidas da AAM, “Este ponto ficou sem solução imediata, esperando a decisão verbal de S. E. o Conde Francisco Matarazzo (...) quando S. E. aqui vier” (Ata AAM, 09 jun. 1936). As orientações sobre como o débito deveria ser quitado vieram em 06 de novembro de 1936.

Cada nova demanda – como tapar os buracos em campo (Ata AAM, 14 abr. 1937) – requeria dos membros da diretoria uma reunião com alguns dos gerentes responsáveis pelo Frigorífico. Na ata de 02 de setembro de 1940, consta que por ocasião da ida do presidente da AAM para São Paulo, este “solicitou e obteve permissão para a construção de uma sede social e que já foram remetidos para São Paulo o projeto e orçamento, devendo ser iniciados os trabalhos em breve”. Além da autorização (e possível financiamento) para a nova sede social, a construção de um “puxado” que seria aproveitado como bar também passou pela aprovação da gerência do Frigorífico (Ata AAM, 01 mar. 1941).

Novas reformas no campo e na sede, empreendidas em 1946, foram efetuadas por conta do Frigorífico – daí que em 30 de julho

6. Para solicitar o auxílio dos trabalhadores neste mutirão, a diretoria da AAM recebeu consentimento de Ludgero Pavão, diretor técnico do Frigorífico, para fazer uma circular para os chefes de sessão, “com o fim de pedir a eles de mandarem operários [ilegível] trabalhar e nosso campo esportivo em suas horas vagas” (Ata AAM, 16 jun. 1936).

deste mesmo ano os diretores decidiram nomear como sócio benemerito o sr. Ermelino Matarazzo, filho do Conde: “A seguir o sr. Presidente propôs à Assembleia que fosse concedido o título de sócio honorário ao sr. Ermelino Matarazzo, atual diretor da S/A Indústrias Reunidas F. Matarazzo; grande amigo dos esportes e que vem apoiando a iniciativa desta diretoria” (Ata AAM, 13 ago. 1946). Além de investimentos diretos nas edificações da AAM, o Frigorífico também realizava empréstimos à agremiação. Consta em ata a necessidade de emprestar Cr\$1000,00 do Frigorífico visando a realização das festas de reinauguração do clube após reformas.⁷ Os festejos custeados por esse dinheiro ocorreram nos dias 07 e 08 de setembro de 1946 e os débitos já constavam como quitados nas anotações do mês de novembro.

Essa parceria esteve ameaçada por uma confusão relativa aos valores e responsabilidades de diferentes atividades promovidas durante a reinauguração da AAM. Para a compreensão deste episódio, faz-se necessária a completa transcrição do registro:

[...] uma quinzena após esse festival [festejos do dia 7 e 8 de setembro], [o sr. Presidente da AAM] fora procurado pelo sr. Pecci, sub-gerente do Frigorífico, para liquidação das despesas de transporte por automóveis de Itararé a Jaguariaíva e vice-versa na importância de Cr\$2600,00 e mais Cr\$787,50 de um churrasco que foi oferecido a embaixada paulista; um total portanto de Cr\$ 3387,50. Que a sua reação inicial fora francamente de surpresa uma vez que antes do dia 7 de setembro ficara acertada a não responsabilidade desta Associação quanto a este transporte, pois além da estadia, o máximo que esta associação poderia dispensar, e isso com grande sacrifício, seria o preço correspondente a um caminhão ou seja, aproximadamente Cr\$1000,00, e que quanto ao churrasco ele Presidente ou qualquer outro membro da Diretoria só tiveram conhecimento após a sua realização. Assim argumentando, foi lhe respondido que era bem verdade o que dizia, mas que a realidade era que o sr. Pecci teria que desembolsar a totalidade dessa importância, uma vez que não havia outra alternativa. O sr. Presidente respondeu então, que em absoluto, não era sua intenção causar qualquer prejuízo ao sr. Pecci, pois ele bem reconhecia a cooperação prestada por esse senhor à reforma do Clube, mas que se via a impossibilidade de prestar-se a esse pagamento porque a situação desta associação, presentemente em franco funcionamento, necessitava da totalidade de sua

7. As reformas não estavam totalmente concluídas quando da reinauguração da Associação Atlética Matarazzo.

receita para manter-se e que uma despesa dessa natureza, acarretava praticamente o fechamento de suas atividades. E com isso, pedia ao sr. Pecci procurar-se uma fórmula de evitar que fosse esta associação obrigada a assumir esses [ilegível]. Posteriormente, após muita argumentação, chegou-se a um impasse e assim exposta a situação punha o fato em discussão (Ata AAM, 05 dez. 1946).

Após muitos debates, os diretores presentes chegaram a seguinte conclusão:

[...] que afinal esta Associação deveria a própria razão de sua existência ao Frigorífico e que de maneira alguma convinha entrar em choque com a sua administração pois dela dispendera todas as eventuais reformas, conservação e melhoramentos. Assim ficou resolvido assumir-se esse compromisso, apesar dos grandes prejuízos que causará ao funcionamento desta associação, levando-se em consideração que o sr. Kuster estava autorizado pela gerência a propor pagamento em prestação de Cr\$200,00 mensais. (...) e que se começava a partir de dezembro do corrente. (Ata AAM, 05 dez. 1946).

Embora o acordo inicial fosse o pagamento em prestações, “para liquidar de vez esse malfadado assunto”, a diretoria resolveu quitar integralmente o valor cobrado (Ata AAM, 13 jan. 1947). Mesmo tendo havido um engano da gerência em relação aos gastos e responsáveis pelo pagamento de cada despesa, a relação de dependência ao Frigorífico lhes impossibilitou de questionar a procedência da cobrança, evitando criar situações desagradáveis com os representantes da IRFM em Jaguariaíva. Outra situação que deixava a AAM sem muitas alternativas, dizia respeito às promessas realizadas pela direção do Frigorífico, mas que se demoravam em sua realização – a exemplo da gramação do campo, prevista para a reinauguração em setembro de 1946, mas que ainda não tinha sido efetuada em setembro de 1947. Pela demora no atendimento das necessidades da AAM, entende-se que as relações paternalistas, características sobre tudo da gestão de Francisco Matarazzo, estavam se transformando na nova gestão.⁸

Pelos estreitos vínculos entre patrões e empregadores nas relações estabelecidas no interior da Associação Atlética Matarazzo, bem

8. De 1946 em diante, o Brasil estava se abrindo para uma fase mais democrática de sua história – acompanhada de uma nova perspectiva política e econômica, alterando elementos das relações trabalhistas personalistas anteriormente configuradas (BRANDÃO, 2000).

como pelo contexto do Estado Novo, a disciplina foi um elemento socialmente requisitado no interior da agremiação. Jogadores, sócios e até membros da diretoria foram penalizados. Em relação a estes últimos, houve a exonerado de um secretário que não comparecia às reuniões (Ata AAM, 14 jul. 1936). Em relação aos sócios, as principais medidas disciplinares eram em relação à falta de pagamento das mensalidades: aqueles que tivessem atrasos superiores a três meses eram eliminados dos quadros da AAM (Ata AAM, 30 mar. 1943). Mas havia também sanções relativas ao comportamento de pessoas exaltadas e insultantes nas torcidas. No caso da má conduta nas arquibancadas, a ata de 03 de abril de 1941 falava sobre a necessidade de serem tomadas “medidas enérgicas” visando coibir certas atitudes.

A ata de 25 de fevereiro de 1942 fez referência a agremiados cujo comportamento estava em desacordo com os estatutos. Entre aqueles que causaram distúrbios durante os bailes carnavalescos, três foram excluídos do quadro social e um quarto elemento ainda ficou sem poder tomar parte nos bailes por ter sido conivente com as ações dos demais envolvidos. Esse tipo de sanção pública servia como uma espécie de castigo exemplar. Dessa forma, em um movimento de antecipação, os demais associados adequavam suas condutas às sensibilidades e comportamentos prescritos em estatuto e socialmente requisitadas – evitando a perda de prestígio social diante de um possível afastamento das atividades promovidas pela AAM.

Em outro baile, realizado no dia 16 de fevereiro de 1946, diversas foram as queixas que chegaram até a diretoria, denunciando diferentes atos condenáveis ao contexto. A primeira situação delatada foi uma discussão entre dois associados “excedendo-se em palavras de baixo calão em flagrante desrespeito às exmas. famílias”. (Ata AAM, 18 fev. 1946). O segundo evento denunciado, mais grave, ocorreu no banheiro do salão, onde houve dois disparos com arma de fogo – “que embora sem consequências maiores, provocou um ambiente de receio entre as famílias presentes” (Ata AAM, 18 fev. 1946). Nesse baile houve ainda um ato de vandalismo, posto que um dos associados estragou parte da ornamentação do salão.

Embora a diretoria tivesse poderes para expulsá-los, não queria “negar aos sócios faltosos o direito de uma jusfificação, e também

aos demais sócios interessados em manter a boa moral dessa Associação, o direito de deliberar em assembleia sobre a penalidade a ser imposta a esses sócios" (Ata AAM, 18 fev. 1946). Assim, em 23 de fevereiro de 1946, foi realizada uma assembleia geral para discutir cada caso. Em relação à primeira situação, presente na reunião e justificada a razão da discussão, a votação decidiu pela suspensão do autor da briga por 30 dias. Sobre o segundo caso, entre os dois acusados, o verdadeiro autor dos disparos se identificou e "declarou reconhecer a imprudência injustificável de seu ato, aceitando portanto a toda e qualquer penalidade que lhe fosse imputada, uma vez que assumiria inteira responsabilidade do fato" (Ata AAM, 23 fev. 1946) – sendo apenas ele penalizado com uma suspensão de 30 dias afastado da AAM. Por fim, em relação ao vândalo que rasgou a decoração da festa, este não compareceu à reunião para defender-se e foi eliminado da agremiação por 12 votos.⁹

Este episódio permite considerar elementos da psicogênese local, onde – independente da gravidade do ato original – assumir as responsabilidades e desculpar-se poderia amenizar as consequências da infração ao estatuto. No caso do autor dos disparos durante o baile, este recebeu uma advertência verbal, mas foi também reconhecido em "sua atitude nobre não só excluindo o co-indicado, comprovando a sua inocência uma vez que assumiu a responsabilidade" (Ata AAM, 23 fev. 1946). Deste ocorrido em diante, os associados que, por "força das circunstâncias", portassem armas, deveriam deixar as mesmas sob posse do zelador durante a permanência no clube.

O sócio do primeiro caso acabou não cumprindo sua penalidade de 30 dias de afastamento da agremiação e compareceu a um baile realizado no dia 04 de março de 1946: "burlando a boa fé do portero, penetrou no recinto, chegando mesmo a dançar (...) em vista disso, por [ilegível] e de acordo com os estatutos em vigor, foi o mesmo eliminado de nosso quadro social, visando com isso manter a boa moral e a disciplina" na AAM (Ata AAM, 19 mar. 1946). Mais

9. Em 19 de abril de 1948, constou em ata seu pedido para reintegrar o quadro social (ou, ao menos, a parte esportiva). A diretoria decidiu que "o referido sócio poderá somente fazer parte dos esportes, afim de ser averiguada a sua conduta para num futuro próximo ter a regalia de constar no quadro social da A.A. Matarazzo".

tarde, essa mesma pessoa escreveu ofício à diretoria, datado de 29 de dezembro de 1947, solicitando seu reingresso na Atlética:

Há quase dois anos que estou impossibilitado de frequentar essa sociedade por motivos já conhecidos de V.S. que prefiro não mencionar, para não relembrar atos impensados cometidos em momentos de entusiasmo.

Mas, como no ofício que me foi dirigido, dado conhecimento do ato dessa Diretoria, também diz que, decorrido algum tempo em que eu demonstrasse um bom comportamento, o qual fosse digno de uma readmissão, esta poderia ser concedida mediante uma solicitação por escrito, submetida à apreciação de uma assembleia, motivo porque dirijo este à V.S. solicitando-me seja concedida a readmissão como sócio contribuinte dessa agremiação.

Prometo à V.S. e à diretoria, que saberei corresponder a essa consideração pois com a minha impossibilidade de frequentar esse recinto social, impossibilitei todos os membros de minha família a frequentá-lo. Só isso já foi o suficiente para que eu me compenetre nos meus deveres sociais e de cidadão brasileiro, sabendo respeitar o bom nome das sociedades e o das famílias que delas fazem parte.

Realizada a leitura, procedeu-se a votação, que decidiu sua reintegração aos quadros da AAM por 19 votos a 2.

O baile que gerou toda essa celeuma foi organizado pelo Grêmio Vitória Régia. Pelo que consta em ata, tratava-se de uma agremiação feminina no clube. Nas pouquíssimas vezes em que as mulheres foram mencionadas nas atas da diretoria, estavam envolvidas com atividades sociais (e não administrativas) da AAM. Em 14 de dezembro de 1942 foi mencionado o auxílio das senhoras na organização da festa de Natal, sobretudo na distribuição de doces. Em 1946, a presença das mulheres no espaço da Atlética já era maior: em nome do Grêmio Vitória Régia, compareceu à reunião Lourdes Russi para falar “sobre um plano do grêmio para a realização de uma matinê mensal por conta do mesmo” – tendo a diretoria apoiado “inteiramente esta iniciativa que virá movimentar a parte social desta associação” (Ata AAM, 29 out. 1946). Conforme exposto acima, nas décadas de 1930 e 1940, às mulheres da AAM cabia envolver-se principalmente com atividades festivas e de benemerência.

Nos anos 1980, aulas de crochê e bordado foram oferecidas pela agremiação ao público feminino. Esses encontros para aprender

e praticar o artesanato representaram o incremento da participação feminina a Atlética, bem como uma possibilidade de se reunir, falar das alegrias e mazelas da vida, mas também de pensar e atuar no interior da associação. Dadas as demandas sociais, industriais e urbanas, as mulheres foram alargando suas margens de atuação na sociedade como um todo e na AMM não foi diferente: nesse período, passaram a ser consideradas para compor o quadro da diretoria – ainda que como auxiliares (Ata AAM, 20 set. 1980). A primeira tesoureira da agremiação foi eleita em 1981, inaugurando um novo espaço de ação às associadas.

Nos anos 1980, as relações de poder e sensibilidades estavam diferentes daquelas observadas no primeiro período analisado. Com a morte do Matarazzo Junior, em 1977, houve uma maior fragilidade das IRFM, o que acarretou o encerramento total das atividades em Jaguariaíva no ano de 1981 (BRANDÃO, 2000). Assim, a Atlética não poderia mais depender da benevolência dos patrões do antigo Frigorífico e precisou desenvolver estratégias próprias para sua manutenção.¹⁰ Nessa nova fase, a condição financeira do clube era diferente daquela verificada nos anos 1930 e 1940, sob o patrocínio do Frigorífico: “quando do início desta diretoria, foi recolhida com dívidas, hoje essas dívidas foram sanadas, já com saldo positivo para novos planos” (Ata AAM, 08 nov. 1979). A ata de 08 de fevereiro de 1980 indica a construção de uma nova sede da AAM.

Nesse período, diversas foram as atividades propostas: o bar seria reativado e seria construído um parque para crianças, bem como uma cancha de bocha (que não se concretizou). O clube organizava viagens e excursões para a praia e lugares sagrados. Faziam festinhas para os aniversariantes do mês, além de jantares com familiares (Ata AAM, 11 abr. 1981). Foram realizadas também festas em comemoração ao dia das crianças e do trabalhador, este último com torneio interno de futebol e campeonato de truco. Além do futebol de campo, futebol de salão e tênis figuravam entre os divertimentos dos associados. Havia também uma piscina na AAM e seu uso permite considerar que o clube não se manteve restrito apenas aos

10. O uso do campo de futebol, da quadra de futebol de salão e de tênis era taxado; cobravam aluguel para a utilização da sede; e havia taxa para o uso da piscina por particulares.

trabalhadores do antigo Frigorífico: na reunião de 20 de setembro de 1980 foi discutida a “taxa a ser cobrada das pessoas particulares que quiserem usufruir deste lazer”. Percebe-se aqui uma valorização do elemento econômico – expresso também na ausência de atividades benemerentes entre os anos de 1979 e 1981.

Em relação à organização disciplinar da Atlética, entre os anos de 1979 e 1981 não foram identificadas medidas da diretoria a esse respeito – o que permite inferir que nenhum episódio grave, que feriu as sensibilidades dos agremiados, ocorreu neste período. Foi possível apenas observar tentativas de racionalizar administração da AAM, estipulando mensalidades iguais para todos e determinando que somente filhos de sócios menores de 18 anos “terão ingresso livre na sede e no campo. Acima de 18 anos terão que ficar sócios sobre a responsabilidade dos pais, ou então terão que pagar ingresso” (Ata AAM, 11 abr. 1981).

Por fim, é importante destacar um aspecto que evidencia a relação entre contexto social e constituição psicológica – apontados por Elias (1993, 2011). Entre 1964 e 1985, o Brasil viveu uma ditadura militar, onde as eleições eram realizadas de maneira indireta – portanto, sem a participação popular. Esse modelo também fora adotado na AAM. Em 11 de abril de 1981, momento em que o regime ditatorial já não se sustentava mais e havia sido iniciada uma reabertura “lenta, gradual e segura” rumo à redemocratização (FAUSTO, 2015), esse sistema foi questionado, mas as relações de poder no interior da Atlética ainda impediram a participação popular: “Foi proposto aos membros do conselho para que fizesse eleição democrática com todos os associados, ficou decidido que continuará como está, sendo somente os 30 membros votando para a escolha do presidente”.

4. Considerações finais

Ao procurar reconstruir elementos afetivos da história da Jaguariaíva através da análise das práticas de lazer promovidas pela Associação Atlética Matarazzo, entre os anos de 1936 a 1949 e de 1979 a 1981, foi possível observar que, no decorrer dos anos e das transformações sociais mais amplas, a AAM também sofreu alterações.

Houve expansão de suas atividades – o que demonstra o alargamento das necessidades e possibilidades de lazer em Jaguariaíva à medida em que esta crescia e se desenvolvia. Inicialmente, o futebol foi a modalidade preferida entre os agremiados. Esse esporte é considerado uma atividade mimética – tanto para quem joga, quanto para quem assiste (ELIAS; DUNNING, 1985). Sem colocar em risco a posição ocupada ou a ordem social, o futebol possibilitava o extravasamento de tensões cotidianas – como ficar horas trabalhando no interior do Frigorífico sob vigilância dos chefes e colegas. Mais tarde, outras formas de produzir tensão-excitação agradável foram promovidas pela AAM, mas tiveram variados níveis de engajamento, evidenciando que os desejos e sensibilidades da diretoria nem sempre correspondiam às demandas dos agremiados.

Algumas vezes, as emoções manifestas no espaço da Atlética extrapolaram os limites de tolerância à violência próprios da AAM, o que gerou sanções. Ainda que atitudes que romperam com os comportamentos socialmente exigidos naquela agremiação tenham ocorrido, valorizava-se sobremaneira a responsabilização pelas atitudes tomadas – possivelmente porque “todos reunidos e trabalhando com um único ideal, torna-se mais fácil concretizar o que foi planejado, porque o lema dentro da firma Matarazzo é: **UNIDOS DENTRO DAS REUNIDAS**” (Ata AAM, 14 jun. 1979). Embora as relações de dependência, sobretudo financeira, com as Indústria Reunidas Francisco Matarazzo tenham oscilado ao longo da existência da Atlética, este excerto demonstra que havia na constituição psicológica de seus membros um sentimento de gratidão às contribuições da fábrica ao clube – embora, em alguns momentos, tenham ocorrido práticas de resistência, visando estabelecer uma identidade própria para a Associação Atlética Matarazzo de Jaguariaíva.

5. Referências

- ANTUNES, F. M. R. F. **Futebol de fábrica em São Paulo**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, J. A. **História Comparada**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRANDÃO, A. **Memórias: frigorífico das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo em Jaguariaíva**. Curitiba: PNUD, 2000.

CHARTIER, R. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Portugal: Difusão Editorial, 1988.

CORREIA, B. S. **Retrofit em baldios industriais urbanos e o complexo Matarazzo, Jaguariaíva – PR**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Tecnologia. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

ELIAS, N. **A solidão dos moribundos, seguido de envelhecer e morrer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

ELIAS, N. **Escritos & ensaios**. Vol. 1: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: DIFEL, 1985.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

VIEIRA, A. F. B; FREITAS JUNIOR, M. A. Alternativa metodológica para o estudo de processos civilizadores: análise psicogenética a partir das práticas de lazer em Monte Alegre – PR. **Recorde**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 1-19, jan./jun. 2019.

Memória e Natureza



CAPÍTULO 14

DO CORTE DAS MATAS À ÁGUA NA CAMA: AS INUNDAÇÕES EM JAGUARIAÍVA-PR (1954-1997)

Tayná Gruber
Ivan Rossi

A relação dos seres humanos com os rios remonta as origens da nossa espécie. Como fonte de vida, berço da agricultura, os rios formam lugares propícios para os seres humanos iniciarem seu processo de sedentarização e urbanização. Subvertendo a lógica os rios também evocam medo, e um obstáculo a ser transposto ou “dominado” em detrimento à um suposto “progresso”. A população de Jaguariaíva no Paraná, tem experienciado a anos a linha tênue entre narrar seus rios como uma fonte de vida ou de temor, aborrecimento ou destruição.

Pertencente à região dos Campos Gerais, a cidade de Jaguariaíva está localizada na bacia hidrográfica do rio Jaguariaíva, entre os compartimentos geomorfológicos do Primeiro e Segundo Planaltos Paranaenses.

Inserida no contexto geológico da bacia do Paraná e assentada sobre rochas sedimentares areníticas da Formação Furnas, a porção noroeste do município, que compreende a sua área urbana, está localizada sobre o Segundo Planalto, apresentando relevo suave ondu-

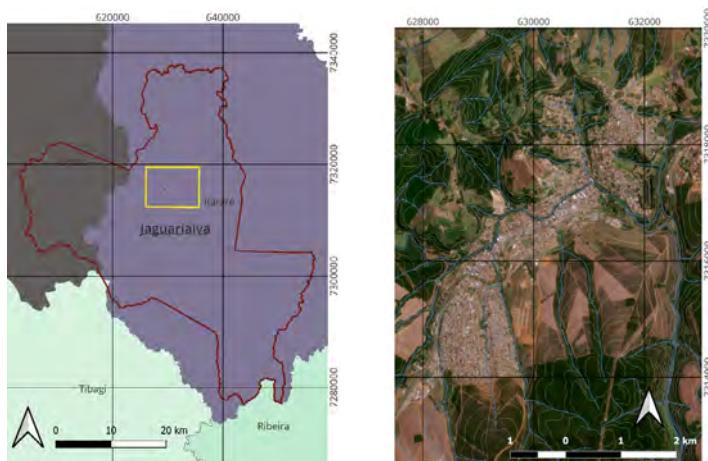
lado, com altitudes que variam de 800 a 1300 metros. Limitada pela Escarpa Devoniana, a porção sudeste está localizada no Primeiro Planalto, sendo constituída por rochas do embasamento cristalino, em relevo com variações de altitude entre 800 e 1000 metros.

O município é dotado de uma ampla rede hídrica, formadora das bacias dos rios das Cinzas, Jaguariaíva e Jaguariatú. O contexto hidrológico no qual o município está inserido se mostra favorável à ocorrência de enchentes, inundações e enxurradas, as quais são potencializadas por sua urbanização.

De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento – SNIS, aproximadamente 3,1% dos domicílios de Jaguariaíva estão sujeitos a risco de inundações, tendo sido registrados, entre os anos de 2013 a 2018, oito eventos de enxurradas, inundações e alagamentos na cidade.

Em 2013, com o objetivo de identificar e mapear áreas com potencial de riscos a enchentes e movimentos de massa no município de Jaguariaíva, o Serviço Geológico do Brasil – CPRM delimitou setores de risco no local denominado Barro Preto, com moradias de alta vulnerabilidade, edificadas em vale encaixado, sujeitas a inundações e enxurradas, demonstrando assim que o problema persiste.

FIGURA 01 – Mapa de Jaguariaíva



A esquerda, limites do município de Jaguariaíva em relação às bacias hidrográficas das Cinzas, Itararé, Tibagi e Ribeira. A direita, aproximação da área urbana do município, com sobreposição rede hídrica local e das curvas de nível. Fonte dos dados georreferenciados: Instituto Água e Terra – IAT e Agência Nacional de Águas - ANA.

Em decorrência de sua localização, histórico de ocupação e das características das drenagens naturais, a cidade de Jaguariaíva apresenta áreas consideradas suscetíveis às inundações. Esses eventos, que assolam a cidade de tempos em tempos, trazem consigo temores e destruição, e já fazem parte de uma memória que remonta mais de um século.

A fim de compreender as experiências dos moradores de Jaguariaíva com os rios e a problemática das inundações, este trabalho se propõe a realizar uma reflexão menos dicotômica entre ambientes biofísicos e humanos. Buscamos através dos relatos e imagens, compreender como foi para moradores experienciarem esses eventos que transbordavam do cotidiano e dos mapas cartográficos, e encharcavam as salas das casas, as comidas nos armários e tiraram o teto de inúmeras de pessoas ao longo das décadas.

Dialogar com a história e suas sensibilidades é tentar compreender o mundo como algo além de um amontoado de objetos sobre o qual as pessoas, em seu antropocentrismo, racionalizariam o tempo todo. É inverter o olhar e buscar ver o mundo como sugere Ingold (2012, p. 29) como uma malha de coisas que estão “sempre transbordando das superfícies que se formam temporariamente em torno delas”. Conforme aponta Maffesoli (1998, p. 15), esse tipo de abordagem “não se trata de uma fanfarronada, mas sim, do desejo de participar de um debate intelectual que ultrapasse as habituais categorias de um cartesianismo”.

Uma rota para alcançar o mundo sensível nas fontes é por meio da perspectiva da experiência, sugerida por Tuan (1983). Para ele, a “experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade” e tal construto se daria na interface entre sentimentos e pensamentos, pois “as emoções dão colorido a toda experiência humana, incluindo os níveis mais altos de pensamento” (TUAN, 1893, p. 9). Essa percepção da experiência como algo constituinte da vida dos seres humanos vai ao encontro do que Maturana e Varela (1965, p. 68) defendem quando pontuam que:

A experiência de qualquer coisa “lá fora” é validada de modo especial pela estrutura humana, que toma possível “a coisa” que surge

na descrição. Tal circularidade, tal encadeamento entre ação e experiência, tal inseparabilidade entre ser de uma maneira particular e como mundo nos parece ser, indica que todo ato de conhecer produz um mundo.

No caso de Jaguariaíva a experiência com os rios da bacia hidrográfica se dá por meio da ocupação de uma topografia que favorece as enchentes, criando uma correlação entre dominar e depender de fluxos de águas, que se interpõem no cotidiano de forma abrupta. Como aponta Swyngedouw (2001, p. 37) “a circulação de água produz uma geografia física e uma paisagem material, mas também uma paisagem simbólica e cultural de poder”. Na turbulência entre quem habita as áreas suscetíveis a inundações, e de quem vê nas águas apenas lazer e usufruto, se encontram históricos de disparidades sociais, onde se separa quem são os sujeitos que podem ser atingidos pelos riscos dos “desastres naturais”.¹

A percepção de risco trás atrelado a si a percepção de medo. Segundo Tuan (1983), o medo é um sentimento complexo, subjetivo, e comum a vários “animais superiores”, sendo possível distinguir neste sentimento dois componentes principais: o sinal de alarme e a ansiedade. O sinal de alarme é motivado por um evento inesperado e impeditivo no ambiente, diante do qual há uma resposta instintiva do corpo em enfrentar ou fugir. A ansiedade, por sua vez, é uma forma mais difusa do medo, que surge diante da habilidade de antecipação, e comumente acontece quando um animal está em um ambiente estranho e desorientador, longe do seu território.

O medo, no que lhe concerne como um aspecto da vida humana é o resultado de construções socioculturais e experiências físicas em um espaço potencialmente nocivo. Esses lugares são chamados por Tuan (1983) de “paisagens do medo” e, segundo o autor, são espaços quase infinitos, onde existem representações do caos, seja ele humano ou não. Na relação entre rios e moradores de Jaguariaíva “o medo ao risco de ocorrência de algum tipo de desastre só começou a ser percep-

1. Desastres naturais são aqueles provocados pelo impacto de fenômenos da natureza, produzidos por fatores de origem externa, atuando sobre uma região povoada, podendo, inclusive, ser agravado por atividades antrópicas (CASTRO, A. L. C. Manual de Desastres Naturais: Desastres Naturais. Vol I. Brasília, 2003)

bido a partir da observação de que algo ruim aconteceu em decorrência de eventos naturais catastróficos” (DUARTE, 2006, p. 936).

Por fim, para mapearmos as causas físicas e sociais que levam ao advento das inundações, e como essa experiência impactou ao longo dos anos de 1954 a 1964 a cidade de Jaguariaíva, o diálogo com outros campos do conhecimento se fez necessário, pois como afirma Duarte (2006, p. 930) “uma das barreiras à expansão dos estudos na atualidade, tem sido a excessiva especialização dos profissionais das várias áreas e a hiperfragmentação do saber”. Portanto, para a presente pesquisa o suporte bibliográfico de campos como a biologia, a geologia, a hidrologia, por exemplo, serão fundamentais, assim como a utilização e a confecção de mapas.

A cidade de Jaguariaíva possuí um histórico de inundações na Bacia Hidrográfica do Rio Jaguariaíva desde o início de sua ocupação, e ainda que tenha submergido eventos como o ano novo de 1936 e 1989,² adentrado por igrejas, destruído casas e moldando as relações entre pessoas e natureza, não foram identificados estudos historiográficos específicos sobre o tema. Dessa forma, o presente artigo busca trazer uma breve análise sobre como a população local experienciou esses eventos, correlacionando-as com as políticas públicas e com os aspectos geomorfológicos da região em que a cidade está inserida.

O caminho da enchente de 1954

No livro que celebra de maneira memorialista os primeiros cem anos de Jaguariaíva, o escritor Brasilino de Carvalho³ já demonstrava preocupação com a questão dos rios e suas matas ciliares, que tem um papel relevante na contenção de enchentes. Segundo o autor, na sua infância em 1923:

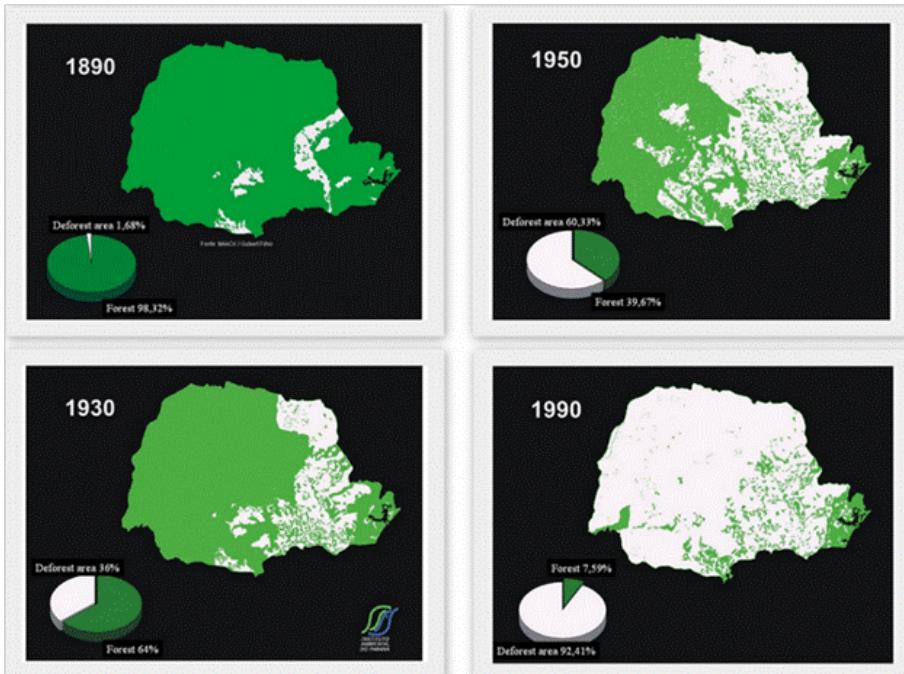
2. Segundo relato escrito de populares, no dia 01 de janeiro de 1936 a cidade de Jaguariaíva registrou uma inundação na chamada “cidade baixa” que destruiu casas e comércios, e em 29 de dezembro de 1989 passava pelo mesmo processo de enchente do Rio Jaguariaíva, que deixou dezenas de pessoas desabrigadas. (Fonte – Recursos virtuais: Facebook. MARCOS, Paulo. Jaguariaíva Memória e Fotos Atuais. Jaguariaíva, 15 de agosto de 2018)

3. O presente livro foi publicado quando das comemorações do primeiro centenário da elevação de Jaguariaíva à categoria de Vila, por força da Lei Provincial nº 423 de 24 de abril de 1875.

Até as matas, protetoras de mananciais foram sacrificadas a ambição dos madeireiros, sem patriotismo que tiraram a roupa do Brasil. Sua lei é cortar os troncos que trocam por dinheiro, não reflorestar por livre iniciativa, nem poupar o mínimo de árvores que dão pinha (CARVALHO, 197-, p. 64).

A crítica do autor possuí respaldo dentro dos números de desmatamento do Paraná, que, de acordo com Gubert Filho (1987, p. 20), na década de 1930 chegou à marca de 30%. Um percentual preocupante, mas ainda otimista perto do cenário que se desenha nas décadas 1950 e 1990, onde o número final ultrapassa os 90%.

FIGURA 02: Desmatamento no Paraná.



Fonte: GUBERT FILHO, Francisco Adyr. História do Desmatamento do Paraná e sua relação com a reforma agrária. ITCF, 1987, p. 20.

As autoras Maia e Sedrez (2011, p. 187) nos relembram que desastres como enchentes são processos históricos, que se iniciam muito antes da chegada da primeira gota de chuva, e quando analisamos os fatores que agravaram o desmatamento no Paraná, gerando o que Brasiliiano (197-, p. 65) descreve como “marcas digitais dos homens

sem leis”, figuravam a produção de erva-mate e extração de madeiras. A partir de 1930 com a chegada de imigrantes europeus para substituir a mão de obra escrava, e com o avanço das ferrovias e rodovias, a ocupação do território se expande, as serralherias pelo Estado se multiplicam, assim como lavouras e a criação de animais. Fatores que se somam como gotas d’água ao longo dos anos, até que em 18 de maio de 1954, no rio Capivari, um pouco delas transbordam.

Segundo a obra “História de Jaguariaiva – volume 1” (LUDWIG; FRIZANCO, 2006, p. 151), a enchente de 1954 causou grandes prejuízos para os comerciantes e residentes que vivem na chamada “parte baixa” do município, mudando a rotina da cidade, com vendedores tentando salvar seus produtos e moradores buscando preservar seus pertencentes. Uma descrição mais pormenorizada nos chega pelo relato de Paulo Marcos, um morador da cidade que relembra esse episódio da seguinte forma:

Dia anterior 17/05/1954: Amanheceu com chuva forte e ela persistiu até início da tarde, o rio Capivari ameaçou sair de seu leito, era grande a peregrinação dos ribeirinhos e comerciantes as margens do rio temendo nova enchente, e comentando sobre a última grande acontecida em 01/01/1936, que atingiu toda a então pequenina cidade baixa causando estragos. Final de tarde a chuva parou, o rio recuou trazendo alívio as pessoas, a noite chegou e alguns ressabidos com lanternas a querosene iam verificar as marcas que fincaram nas barrancas do rio e voltavam a suas casas tranquilos pois o rio havia baixado bem. Naquela época em sua grande maioria as casas eram todas construídas em madeira sob pilares de dormentes de imbuia muito comum devido a linha férrea, todas com certa altura do chão, já temendo enchentes que eram comum bastava uma chuva persistente e volumosa o rio já saía.

Na avenida os terrenos onde tinha as casas de comércio geralmente casas mistas frente de alvenaria e o restante madeira, os terrenos iam até as margens do rio, com quintais imensos e muitas arvores frutíferas, menos nos finais onde havia matas nativas e isso ocasionava retenção das águas nas cheias do rio, o que fazia as águas espalharem pelos terrenos e ruas da cidade. Todos dormindo quando de madrugada já quase no amanhecer ouviu-se um apito estridente de uma maria fumaça, cujo maquinista vindo do Norte ao perceber o rio já tomado a avenida e a população dormindo usou a sirene pra alertar a cidade da enchente, foi surpresa pois todos dormiram e nem sentiram as chuvas fortes de madrugada na cidade e nas cabeceiras, principalmente na região de Joaquim Murtinho, as águas vieram com correnteza forte inundando tudo, muitos pularam da cama

já com água nos pés sem dar tempo de erguerem seus pertences, e o prejuízo dos comerciantes foi imenso. Felizmente não houve vítimas fatais. A Barragem Matarazzo no vale do Codó recém construída para fornecer água a Usina hidrelétrica mais abaixo também teve danos em seu acesso.⁴

O relato de Paulo Marcos, assim como a descrição no livro de Brasilino, são rememorações do evento passados mais de 50 anos depois do seu ocorrido, e nesse sentido “cabe ao historiador matizar visões hegemônicas, desconstruindo os relatos, na medida em que a realidade não se resume àquilo que mostram” (FRANCO, 2011, p. 75). Como as enchentes são geralmente eventos traumáticos, é comum que sua narrativa seja perpetuada por diversas gerações, chegando ao mundo da literatura, ou mais recentemente as redes sociais, somatizando as diferentes lembranças, esquecimentos, conjunturas políticas, sociais, emoções e corpos, que tiveram as histórias atraçadas por essas águas. Como aponta Le Goff (1984, p. 40) “tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica”. Nas figuras abaixo, podemos entender como essa memória também se perpetua através das fontes imagéticas expostas nos jornais da época:

FIGURA 03, 04 e 05: Retratos da enchente de 1954



4. Fonte – Recursos virtuais: Facebook. MARCOS, Paulo. Jaguariaíva Memória e Fotos Atuais. Jaguariaíva, 15 de agosto de 2018.



Fonte: POMIM, Rafael. Acervo Pessoal. Cedido em 2022.

Os relatos dessa enchente demonstram que a natureza, com a criação das cidades e do advento da industrialização, deixou de ser entendida como parte da vida e se tornou algo “externo” que deve ser domado, domesticado, barrado e canalizado para o pleno usufruto humano. Os fluxos das chuvas e dos rios passam a ser inimigos e as matas ciliares se tornam empecilhos à extensão da terra e da propriedade privada, devendo ser cortadas apesar de seu potencial protetor e mitigador dos efeitos negativos das cheias. Swyngedouw (2001, p. 82) aprofunda a questão ao descrever que:

A história político-ecológica de muitas cidades pode ser escrita da perspectiva da necessidade de urbanizar e domesticar a água da natureza e da concomitante necessidade de ampliar a fronteira ecológica à medida que a cidade se expande. Assim o processo político-ecológico produz uma nova socio-natureza tanto urbana quanto rural.

Nesse sentido, a enchente de 1954 cria novas narrativas sobre os rios, que enquanto “perigo urbano” precisava ser cerceado. Como estratégia política-ecológica as novas casas de comércio da Avenida Antônio Cunha elevam os seus pisos, as vítimas são indenizadas em 2 milhões de cruzeiros, e a ponte de madeira que ligava a cidade baixa a cidade alta, destruída nessa enchente, é substituída por uma de concreto, visando aguentar o peso das águas e a passagem de cargas pesadas (LUDWIG, 2006, p.151).

Como abordaremos no tópico seguinte, apesar das medidas tomadas, uma década depois as águas do rio Capivari voltam a ser tema do noticiário local. De forma abrupta as chuvas elevam seus níveis, e as emoções começam a aparecer nos relatos de jornais, compreendidas como fruto de uma singular percepção da relação entre humanos e ambiente biofísico.

As diferentes narrativas sobre o Rio Capivari e a dragagem de 1964

Com cerca de 153 quilômetros de extensão, o rio Capivari tem sua foz no Rio Jaguariaíva, de acordo com Saint-Hilaire (1978) em suas margens viviam povos Caingangues (chamados em suas obras de “índios coroados”), com a expansão do tropeirismo esses locais passam a ser ocupados por moradores advindos de São Paulo e outras regiões do Paraná. Conforme o município é delimitado as narrativas sobre o rio se modificam, assim como a estrutura social urbana, que com a busca positivista pela modernização aumentam as distâncias entre a nova categoria social de “cidadão” com a natureza.

Como pontua Michel Pollak (1992) a memória é um elemento flutuante e mutável, porém existe nela marcos em comum que são invariantes e imutáveis, ou seja, ainda que cada pessoa conte a sua história a partir da sua experiência individual, há elementos que se repetem nas narrativas, e que contribuem com a formação da memória coletiva. De acordo com Ana C. O. Alves (2013, p. 03):

Ainda que seja uma trajetória de vida, ao analisar em conjunto com outros relatos de pessoas que participaram da mesma experiência é possível reconhecer características semelhantes nos discursos, nas sensações descritas, nas narrativas, e assim, se pode dizer que ali acontece uma relação de pertencimento entre pessoas e o lugar de memória.

Exemplo disso é o livro de memórias de infância de George Abrão (2008, p. 14) que ao descrever o rio Capivari na década de 1960, o trata como “ponto de diversão, pois me banhava e brincava sempre em suas águas cristalinas”, enquanto que o jornal Retrospectiva no mesmo período o adjetivava como “um dos maiores entraves para o progresso da cidade, motivo de permanente intransquilidade e razão da desvalorização dos imóveis”. Apesar da aparente dualidade na percepção sobre essas águas, os relatos convergem quanto muda-se a temática para as enchentes pois “o desastre, por definição, atinge coletividades, e as ações remediadoras também são geralmente coletivas (Maia; SEDREZ, 2011, p. 288). Nas lembranças infanto-juvenis de Abrão (2008, p. 15):

Quando o rio transbordava era um Deus nos acuda, pois a enchente vinha de repente, sem prévio aviso. Invadia tudo: casas, bares, lojas, levando o que havia pela frente e causando grande estrago e prejuízo material. Então os moradores não atingidos socorriam os flagelados procurando salvar o que fosse possível. Posteriormente também ajudavam na remoção dos entulhos e na limpeza dos prédios.

O relato acima trás a percepção de uma sociedade que, diante de um desastre ambiental se unem afim de mitigar os prejuízos aos afetados, porém, como Maia e Sedrez (2011, p. 289) enfatizam “as sociedades, particularmente após um desastre, reclamam de seus líderes e de seus governos uma explicação para o passado, e uma promessa para o futuro”. Nesse ponto o jornal Retrospectiva (1982) retoma que, ainda impactado pela enchente de 1954, o prefeito Silas Gerson Ayres busca auxílio do Departamento Nacional de Obras e Saneamentos para “sanear” o rio Capivari, com o auxílio de dragas e transportadoras em julho de 1964.

A dragagem apresentou resultados paliativos na contenção das enchentes, não impedindo que novos desastres ocorressem. De acordo com Oliveira (2013, p. 16 e 17) entre 1980 e 2011 quatro eventos

de cheias afetaram diretamente a população, sendo potencializados, segundo o autor, com a relutância dos moradores ribeirinhos em desocupar essas áreas sujeitas a inundação devido ao seu alto valor imobiliário, com o seguido desmatamento e assoreamento do rio Capivari, e o continuo despejamento do esgoto sanitário diretamente no curso d'água.

Dentre os eventos de cheias posteriores a dragagem, a enchente de 1989 aparece nas fontes visuais e escritas como um marco na memória coletiva da cidade de Jaguariaíva. Em letras garrafais se lê no jornal *O Quinzenário* “o terror da enchente volta depois de 27 anos!”, o redator em tom literário narra o dia 29 de dezembro de 1989 como um evento traumático, onde a “Mãe Natureza” interrompe as festividades de fim de ano subitamente, fazendo surgir entre a população ribeira “inquietação, pavor e pânico”. Nas palavras do editor o rio é personificado, ganha características humanas, fazendo o seu nível d’água subir cerca de seis metros em uma demonstração de “não estar brincando”, deixando mais de 500 famílias desabrigadas ao seu redor.⁵

FIGURA 06: Jaguariaíva em estado de calamidade pública: O terror da enchente volta depois de 27 anos. **Quinzenário Oficial do Município de Jaguariaíva**, Jaguariaíva, p. 09-11, 15 jan. 1990.



Fonte: POMIM, Rafael. Acervo Pessoal. Cedido em 2022.

5. Reportagem disponível no jornal “O noticiário”, de 31/12/1989, p. 09 a 11. Fonte: Acervo Municipal de Jaguariaíva.

A narrativa do rio Capivari como um “ser vivo” que estava à espreita para dar uma lição a população da cidade e demonstrar sua potência, vai ao encontro da perspectiva utilitarista da natureza da segunda metade do século XIX, que serviu de alicerce para as filosofias exploratórias da embrionária modernização que se instaurava no Brasil. A mesma intervenção humana que por vezes potencializou as extensões das enchentes, passa a ser vista como indispensável ao “progresso e modernização” do centro urbano, sendo requisitada pela população a garantia dos órgãos públicos que o rio seria “controlado”, e que a moral narrada pelo jornalista em 31 de dezembro de 1989 havia sido aprendida:

Parece que a Mãe Natureza e o Criador nos quiseram mostrar que é preciso não só festejar o início do Ano Novo, mas, principalmente, demonstrar solidariedade, ajudar uns aos outros, preservar rios e florestas e que, mesmo em épocas de festas, é preciso estar preparado para enfrentar dificuldades, sofrimentos e as civissitudes da vida [...]. Que Deus anos ajude a superar e trazer a solução definitiva para o sério problema de enchente em nossa cidade.

Porém, como os relatos fotográficos e a memória local remontam, em 22 de janeiro de 1997 ocorreu mais um evento de cheia do rio Capivari, considerado a segunda pior inundação enfrentada pela cidade. Agravado pelo “El nino”, os dados pluviométricos registraram 692,2 mm de precipitação no mês, sendo o dia 22 o que contempla maior volume de chuva, atingindo a marca de 98,8 mm.⁶ Como comparação, a média mensal de chuvas para janeiro na cidade é de 177 mm, demonstrando que a situação enfrentada em 1997 estava excepcionalmente acima do comum.

6. Fonte dos dados pluviométricos: Sistema de Informações Hidrológicas – IAT/PR. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Sistema-de-Informacoes-Hidrologicas>, data de acesso 21-04-2023.

FIGURA 07, 08 e 09: Retratos da enchente de 1997.



Fonte: POMIM, Rafael. Acervo Pessoal. Cedido em 2022.

Como uma forma de resposta do poder público a esta cheia histórica, em 1998 foi realizada a dragagem do rio Capivari, alargamento do vão da ponte da Avenida Antônio Cunha, o rebaixamento

da barragem em 80 cm no parque linear e a construção de comportas extravasoras (Plano Municipal de Jaguariaiva – 2021). Dessa forma o rio Capivari estava enfim a serviço da “civissitude” como esperado pelo jornalista de 1989, as casas nas margens seguiram em pé como um símbolo do triunfo das cidades, do subjugado dos “caprichos” do rio, que volte e meia geravam aborrecimentos ou desastres. Como pontuam Maia e Sedrez (2011, p. 223):

Na dicotomia campo/cidade, homem/natureza, o entendimento implícito é que no campo se está sujeito aos caprichos da natureza, e na cidade, ao contrário, se está a salvo e acima destes. Enchentes revelam essa percepção como uma falsa segurança, uma certa hubris que se desmanya na chuva como soldados de papel.

Desde 1997 não se registram enchentes de grandes proporções em Jaguariaiva, fazendo com que essas memórias traumáticas salpiquem como conta-gotas em rodas de chimarrão, *post* em redes sociais, em literaturas da região ou em livros comemorativos como este que o leitor tem agora em mãos. Lembranças que secam com o tempo e com a escassez de fontes, mas que quando retomadas rompem com a pretensa dicotomia entre seres humanos e natureza, cidades e rios, o ser e o existir.

Este artigo se finda como as águas de um rio, sem de fato se findar. As memórias das enchentes são difusas, mutáveis e efêmeras, deixando lacunas que eram comuns a historiografia de cidades consideradas “interioranas” do Paraná, dispondo como principais recursos para estudo a história oral e as fotografias. Portanto, o presente estudo busca registrar o potencial de transbordamento das memórias locais, enfatizando que as enchentes, os rios e as águas são partes constituintes da vida humana, ainda que por vezes sejam narrados como elementos isolados. Retomar as histórias dos rios e dos caminhos das águas é também retomar a história das interrelações humana com a natureza, e as complexidades que as urbanidades geram.

Referências

1.889 DIAS de trabalho do Prefeito Silas Gerson Ayres 1963-1968. **Retrospectiva**, Jaguariaíva, out. 1982. Edição Única.

ABRÃO, George. **Imagens da minha infância** (crônicas jaguariaivense). Jaguariaíva: FAJAR, 2008.

CARVALHO, Brasilino de. **Interpretação da realidade brasileira**: centenário de Jaguariaíva. Curitiba: Grafipar, [1975?].

CASTRO, A. L. C. **Manual de Desastres Naturais**: Desastres Naturais. Vol I. Brasília, 2003

CAUSAS da enchente. **Quinzenário Oficial do Município de Jaguariaíva**, Jaguariaíva, p. 1-2, 28 fev. 1990.

DUARTE, R. H. **História e biologia**: diálogos possíveis, distâncias necessárias. *História, Ciência e Saúde*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 927-940, 2009.

FRANCO, S. M. S., JUNQUEIRA, M. A. (Org.), **Cadernos de Seminários de Pesquisa** Volume II, São Paulo : Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2011.

INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizonte antropológico**. Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012.

JAGUARIAÍVA em estado de calamidade pública: O terror da enchente volta depois de 27 anos. **Quinzenário Oficial do Município de Jaguariaíva**, Jaguariaíva, p. 9-11, 15 jan. 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória. Lisboa**: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

LUDWIG, Augustinho Argemiro; FRIZANCO, Orlando. **História de Jaguariaíva**: volume I. Itararé: Guarani Artes Gráficas, 2006.

MAIA, Andréa C. N.; SEDREZ, Lise. Narrativas de um dilúvio carioca: memória e natureza na grande enchente de 1966. **História oral**, v. 2, n. 14, p. 221-254, jul.-dez. 2011.

MAFFESOLI, M. **Elogio da razão sensível**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MATURANA, H.; VARELA, F. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas do conhecimento humano. Campinas: Psy, 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL busca solução para evitar o perigo de enchentes no rio Capivari. **Quinzenário Oficial do Município de Jaguariaíva**, Jaguariaíva, p. 4, 31 jan. 1990.

SÓ MUNICÍPIOS. ano II, n. 6. Curitiba: Só Municípios, set. 1992.

TUAN, Y. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1978.

SWYNGEDOUW, E. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e — urbanizaçãocyborgl. In: ACSELRAD, H. **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: D, P & A, 2001.

CAPÍTULO 15

PATRIMÔNIO NATURAL DE JAGUARIAÍVA-PR

*Emilyn Diniz
Carlos Alexandre Rogoski*

Introdução

Jaguariaíva é um município especial, principalmente no que se refere aos seus atrativos naturais. Em decorrência de sua localização geográfica, entre grandes compartimentos geológico-geomorfológicos do estado do Paraná, o seu território é marcado por uma biodiversidade e uma biodiversidade singulares, que lhe conferem uma das maiores riquezas naturais do estado. Destacam-se os últimos remanescentes florestais dos Campos Gerais, seus cânions, escarpas, cachoeiras, relevos em forma de ruínas e cavernas, que se desenvolveram sobre um conjunto de rochas muito antigas e que tem muita história para contar.

A união entre os elementos bióticos e abióticos de Jaguariaíva torna suas paisagens únicas e representam um patrimônio ímpar, que hoje são os maiores testemunhos da formação e evolução do nosso planeta, assim como da própria história da vida na Terra. Por meio de suas rochas, formas de relevo e fósseis, conseguimos traçar essa história desde pelo menos 600 milhões de anos (quando se formavam suas rochas mais antigas, Pré-cambrianas), passando pelo surgimento

das primeiras formas de vida no mar (registrados em fósseis Siluro-Devonianos), até momentos em que grandes derrames vulcânicos cobriam a região, no período em que os dinossauros ainda dominavam a Terra (no Cretáceo, há mais ou menos 135 milhões de anos).

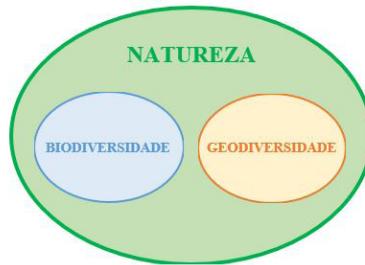
Além de toda história por trás do meio natural de Jaguariaíva, ele também foi indispensável no desenvolvimento do município, principalmente no que se refere aos seus elementos abióticos. A rota dos tropeiros, influenciada pelos fatores naturais dos Campos Gerais (LICCARDO; PIEKARZ, 2017), foi decisiva na formação da cidade. A extração de diamantes, assim como as atividades agro-silvopastoris, dependentes das suas rochas, solos e relevo, impulsionaram a economia.

Neste capítulo serão apresentados os principais elementos que compõem o patrimônio natural de Jaguariaíva, o que eles nos contam, e qual a sua importância no desenvolvimento do município. Destaca-se a predominância dos elementos da geodiversidade na composição deste patrimônio (DINIZ, 2022), representada pelas rochas, fósseis, formas de relevo, solos e hidrografia, assim como os processos envolvidos na sua dinâmica.

Natureza, Paisagem E Patrimônio

A natureza é composta por duas porções fortemente conectadas, independentes e inseparáveis (BRILHA, 2005): O meio biótico (biodiversidade) e o meio abiótico (geodiversidade) (Figura 1). A biodiversidade vem sendo discutida há mais tempo e é mais conhecida pela sociedade em geral, já a geodiversidade é um conceito relativamente recente, ainda pouco difundido.

Figura 1 – Relação geodiversidade e biodiversidade na composição da natureza.



Fonte: Adaptado de Pereira (2010).

As preocupações com a proteção e conservação da natureza surgiram com maior expressão a partir da década de 1960, porém, dando clara ênfase à biodiversidade, representada pela fauna e flora (GRAY, 2004; BRILHA, 2005). Já as preocupações com a geodiversidade surgem de maneira mais intensa a partir de 1990, quando geólogos e geomorfólogos utilizaram o termo para descrever a natureza abiótica (GRAY, 2004).

Podemos definir a geodiversidade como a variedade natural (diversidade) de elementos geológicos (minerais, rochas, fósseis), geomorfológicos (formas de relevo, topografia, processos físicos), pedológicos e hidrológicos. Também inclui suas associações, estruturas, sistemas e contribuições para a paisagem (GRAY, 2013).

Destaca-se que a vida na Terra é consequência direta da geodiversidade (BRILHA, 2005), onde antes mesmo dos primeiros organismos surgirem no planeta, várias transformações geológicas aconteceram para que ocorressem as condições para sua existência. Gray (2009) destaca que a paisagem é constituída de três camadas: Na base está a camada física (rochas, sedimentos e solos), a topografia da paisagem e os processos físicos operando na paisagem; acima, a camada biológica (flora e fauna, habitats e ecossistemas); por fim, uma camada cultural envolvendo uso do solo, construções e infraestrutura, as quais evoluíram através do tempo.

Embora a paisagem pareça estática frente à percepção humana, na realidade ela é resultante do equilíbrio dinâmico entre os elementos físicos, biológicos e antrópicos do planeta (BERTRAND, 2004). É na paisagem que a história da Terra pode ser interpretada pelos seres humanos e associada a alguns valores de uso e exploração.

Gray (2018) destaca os benefícios que a sociedade obtém a partir dos serviços ecossistêmicos da natureza, chamando atenção para os benefícios que o sistema abiótico desempenha. Da mesma forma, o autor destaca diversos valores para ela, como o científico, didático, estético, econômico, funcional e cultural (GRAY, 2004).

A partir da atribuição de valores a alguns elementos da geodiversidade e reconhecimento de seu destaque em relação a outros, seja pela sua raridade científica, cultural ou mesmo pela sua beleza estética, atribui-se o termo ‘geossítio’ a esses elementos (BRILHA,

2005). Ao conjunto dos locais mais importantes da geodiversidade dá-se a denominação de geopatrimônio, ou mesmo patrimônio geológico (GRAY, 2013).

É importante a conservação e preservação dos geossítios para a manutenção da história geológica e biológica do planeta, bem como a utilização e exploração dos recursos naturais bióticos e abióticos com responsabilidade, para manter as boas condições de vida na Terra e para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Patrimônio natural de Jaguariaíva

Jaguariaíva apresenta um substrato rochoso muito antigo, que foi decisivo no desenvolvimento das paisagens do município, nas suas formas de relevo, cursos d'água, solos e vegetação. As rochas e as paisagens são os maiores testemunhos da formação e evolução do nosso planeta, assim como da própria história da vida na Terra, onde os locais mais importantes para se contar essa história compõem o geopatrimônio local.

Podemos dizer que a história de Jaguariaíva se inicia próximo de 600 milhões de anos atrás, quando se formavam as primeiras rochas que hoje sustentam o município. Naquele intervalo do tempo geológico (Neoproterozóico) o nosso planeta era muito diferente, e as primeiras formas de vida se desenvolviam timidamente (Figura 2). Essas rochas mais antigas estão na porção sudeste do município, que está sobre no Primeiro Planalto do Paraná (o Paraná possui três Planaltos), se constituindo principalmente de granitos (rocha vulcânica), mármore e metacalcários (rochas metamórficas).

Figura 2 – Tabela do Tempo Geológico. Divide a idade da Terra (4,6 bilhões de anos) em Éons, Eras, Períodos e Épocas, relacionando com os principais acontecimentos em cada intervalo.

ÉON	ERA	PERÍODO	ÉPOCA	Milh. Ano	CARACTERÍSTICAS
CENozoico	QUATERNÁRIO	HOLOCENO	0,01		Origem do ser humano
		PLEISTOCENO	1,0		
		PLIOCENO	5,9		
		MIOCENO	21		
	PALEOZOICO	OLIGOCENO	38		Prólio-ação dos Primatas
		EOCENO	56		
		PALOCENO	66		Primeros cavalos
		CRETÁCEO	145		Apice dos dinossauros e extinção no final desse Período (66 Ma)
		JURÁSSICO	201		Primeros páramos e manglares
		TRÍASICO	252		Primeros dinosaurios
PALEOZOICO	PERMANO		299		Extinção dos trilobites
	CARBONIFERO		359		Primeros reptiles e grandes árvores
	DEVONIANO		419		Primeros anfíbios
	SILURIANO		441		Primeras plantas terrestres
	ORDOVICIANO		485		Primeros peixes
	CAMBRIANO		518		Primeras conchas / Trilobites dominaván
	PROTEROZOICO		2.500		Primeros organismos multicelulares
ARQUEANO			3.800		Primeros organismos unicelulares
	HADEANO		4.600		Formación de la Tierra

Fonte: os autores, com base em <https://stratigraphy.org>

Esse conjunto de rochas mais antigas constituiu a base (Em-basamento paranaense) para a deposição de sedimentos e derrames vulcânicos que deram origem à Bacia Sedimentar do Paraná: uma ampla área constituída de rochas sedimentares e ígneas que se depositaram desde aproximadamente 450 milhões de anos atrás (Período conhecido como Ordoviciano) até perto de 65 milhões de anos atrás (final do Cretáceo) (MELO *et al.*, 2007). Em Jaguariaíva, essas rochas sustentam a Escarpa Devoniana e os Campos Gerais do Paraná, no Segundo Planalto (Figura 3).

Figura 3 – Localização de Jaguariaíva e dos Campos Gerais do Paraná, entre o Primeiro e Segundo Planaltos do Paraná.



Fonte: elaborado pelos autores.

Como testemunho deste cenário, na porção sul de Jaguariaíva são encontradas rochas metamórficas do Embasamento paranaense (as mais antigas do estado), representadas pelo Grupo Itaiacoca. Essas rochas se formaram há milhares de anos e se transformaram quando foram submetidas a altas pressões e temperaturas, atingidas durante intrusões magmáticas que formaram os diferentes granitos do chamado Complexo Granítico Cunhaporanga (Figura 4).

Os granitos desse Complexo representam os últimos derrames do ciclo Brasiliiano (eventos colisionais ocorridos no Neoproterozóico que formaram a parte oeste do antigo supercontinente Gondwana) (RODRIGUES *et al.*, 2011). No município, estas rochas apresentam valor econômico e funcional de grande relevância, sendo muito utilizadas principalmente na construção civil.

Figura 4 – Granito do Complexo Granítico Cunhaporanga no bairro Jangai



Fonte: Diniz, 2022.

Representando a área da Bacia Sedimentar do Paraná, estão as rochas esbranquiçadas da Formação Furnas, arenitos e conglomerados formados por sucessivas camadas de areia em ambiente marinho costeiro (ASSINE, 1999). Nessas rochas são reconhecidos vestígios deixados por invertebrados marinhos que viveram há mais de 400 milhões de anos. Esses vestígios, conhecidos como icnofósseis, são encontrados em abundância no Parque Municipal do Lago Azul. Em um corte de linha férrea nas proximidades da Pisa (atual BO PAPER – indústria de papel e celulose), foram encontrados, ainda, alguns dos únicos registros fósseis de plantas terrestres devonianas (já extintas) da América do Sul (MILAGRES *et al.*, 2018).

Figura 5 – Icnofóssil da Formação Furnas encontrados em Jaguariaíva, na localidade do Santuário Santa do Paredão.



Fonte: Diniz (2022).

Sobrepostas à Formação Furnas estão as rochas da Formação Ponta Grossa (juntas, essas formações compõem o grupo de rochas chamado de Grupo Paraná, com idade disposta entre os períodos Siluriano e Devoniano – perto de 420 milhões de anos). É composta principalmente por folhelhos acinzentados, onde encontram-se fósseis de invertebrados marinhos da Fauna Malvinocáfrica (Figura 6), termo utilizado para caracterizar espécies marinhas de invertebrados ocorrentes no Hemisfério Sul (BOSETTI *et al.*, 2007). Essas rochas foram formadas em ambiente de plataforma marinha, tendo sua ocorrência em Jaguariaíva no ramal ferroviário Jaguariaíva-Arapoti. Esse local foi reconhecido pela Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP) como um geossítio de inestimável valor científico, conhecido como Sítio Jaguariaíva, recebendo inúmeros pesquisadores de todo o país.

O próximo grupo de rochas, Grupo Itararé, representa o intervalo Permo-Carbonífero da Bacia Sedimentar do Paraná (algo em torno de 300 milhões de anos atrás), sendo constituído por grande diversidade litológica (arenitos, diamictitos e outros), que refletem em sua formação grande influência glacial em diferentes ambientes deposicionais (fluvial, marinho, lacustre) (VESELY, 2006). Essas rochas estão dispostas principalmente na porção norte de Jaguariaíva e são responsáveis pela ocorrência de diamante do município. Algumas fontes afirmam que os diamantes foram originados onde hoje é a África do Sul, e com a separação dos continentes, os diamantes se

concentraram nos diamictitos, que foram erodidos e carregados para o leito dos rios (MINEROPAR, 2001).

Figura 6 – Fósseis da Formação Ponta Grossa. A esquerda, nova espécie de serpente do mar encontrada em Jaguariaíva; a direita, *Trilobita* (artrópode), encontrado em Ponta Grossa (com diversas ocorrências em Jaguariaíva).

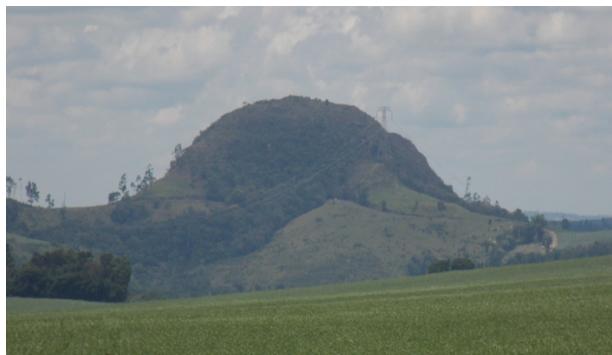


Fonte: Fraga e Vega (2020); acervo do Museu de Ciências Naturais – UEPG.

As rochas mais recentes de Jaguariaíva são os diabásios (rocha ígnea intrusiva de cor escura), que tiveram origem há aproximadamente 135 milhões de anos, em um período conhecido como Cretáceo (Era Mesozoica), quando os dinossauros ainda dominavam a Terra. Naquele período, forças internas do planeta resultaram em um soerguimento da crosta terrestre no atual território paranaense, durante a fragmentação do então supercontinente Gondwana e abertura do Oceano Atlântico Sul (Separação América do Sul-África) (MELO, 2006). Esse soerguimento originou profundas fraturas, de direção NW-SE, por onde extravasou grande quantidade de magma e resultou em uma estrutura marcante que recebeu a denominação de Arco de Ponta Grossa (pois passa próximo dessa cidade). Ao se consolidar entre as fraturas, o magma formou os diques de diabásio (verticais) e entre as camadas das rochas deu origem às soleiras de diabásio. Ao se consolidar em superfície, o magma formou uma rocha ainda mais escura, chamada de basalto, hoje disposta sobre o Terceiro Planalto Paranaense.

Destaca-se a presença de soleiras de diabásio entre as rochas do Grupo Itararé nos geossítios Morro da Mandinga (Figura 7), bairro Pesqueiro, e Túnel Fábio Rego em contato com rochas da Formação Furnas.

Figura 7– Morro da Mandinga, exemplo de morro testemunho em que a maior resistência aos agentes de intempéries permitiu sua permanência na paisagem, enquanto o entorno foi rebaixado pelo desgaste natural do relevo.



Fonte: DINIZ (2022)

O Arco de Ponta Grossa foi decisivo na configuração do relevo do Paraná e, por consequência, de Jaguariaíva, dando origens aos cânions do município, às cachoeiras, cavernas e configuração hidrológica, além de reflexos no povoamento e na economia. Cânions como o do Cadeado e Malvinas representam cicatrizes deixadas por esse episódio (já o cânion do Rio Jaguariaíva é antecedente). Foi determinante, também, na formação dos três planaltos paranaenses, separados por escarpas que formam grandes degraus topográficos, como a Escarpa Devoniana.

A Escarpa Devoniana (Figura 8) é um degrau no relevo com paredes abruptas e verticais que separa o Primeiro do Segundo Planaltos do Paraná, sendo sustentado pelas rochas da Formação Furnas. Destaca-se que a denominação “Escarpa Devoniana” se mostra inadequada, pois sugere que a idade de sua formação remete ao Período Devoniano (idade das rochas que a sustentam), porém ela é mais jovem, iniciada a partir do Mesozoico (GUIMARÃES *et al.*, 2007). Essa estrutura apresenta um comprimento de aproximadamente 43 km dentro do município, onde estão presentes geossítios como a Santa do Paredão e o Vale do Codó.

Figura 8–Escarpa Devoniana: degrau no relevo que separa o Primeiro do Segundo Planaltos do Paraná.



Fonte: Diniz (2022);

No que diz respeito aos rios de Jaguariaíva (Figura 9), a grande maioria apresenta drenagem controlada pelas estruturas de direção NW-SE, relacionadas à instalação e evolução do Arco de Ponta Grossa. No entanto, os Rios Jaguariaíva e Jaguariatu caracterizam-se como rios antecedentes aos processos que originaram o relevo atual, com trechos em direção N-S e outros NW-SW, mantendo o sentido antigo de fluxo de suas águas (MELO *et al.*, 2007).

Associado a contrastes locais e regionais do relevo, alguns rios apresentam forte gradiente, tornando-os propícios ao aproveitamento hidrelétrico com a construção de usinas. No município foram instaladas pequenas barragens ao longo do Rio Jaguariaíva, como a represa do Codó, construída em 1944, que dispõe de um sistema de tubulações para desviar o excedente hídrico para o Rio Capivari e que ficou conhecida como Usina Nova. O Rio Capivari atravessa a região urbana da cidade e abrigou a primeira usina do município, a chamada Usina Velha em 1918 e a Usina São Joaquim em 1928 (CRUZ, 2018).

Destaca-se a importância que os rios desempenharam na extração de diamantes em Jaguariaíva. Mesmo que de maneira artesanal e realizada por pequeno número de pessoas, desempenhou importante papel na economia e cultura jaguaraivense, principalmente entre 1944 e 1980. Os pontos de garimpo eram dispersos nos Rios Capivari e Jaguariaíva, além de arroios como do Butiá, Cajuru e Samambaia (CORREA; CASSOL-PINTO; LICCARDO, 2013).

Figura 9 – Rios de Jaguariaíva. (a) Rio Jaguariaíva; (b) Cachoeira no Rio Capivari e Usina São Joaquim.



Fonte: Diniz (2022)

Esses elementos da geodiversidade foram essenciais para que uma peculiar biodiversidade se desenvolvesse na região. Sobre o diversificado e antigo substrato rochoso se desenvolveram camadas de solo que sustentam uma vegetação única em todo o planeta, os campos limpos e fragmentos de cerrado (Savana) e a Floresta Ombrófila Mista, também conhecida como mata de araucárias.

Conservação da natureza em Jaguariaíva

Em âmbito nacional, como forma de proteger o patrimônio natural, a lei 9.985/2000 instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que estabelece alguns critérios para criação e gestão de unidades de conservação.

As Unidades de Conservação são divididas em duas modalidades: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. A primeira tem como objetivo principal a preservação da natureza, admitindo o uso indireto de seus recursos em atividades de pesquisa científica, educação ambiental, turismo, dentre outras. Compreende, por exemplo, os Parques Nacionais e Estaduais. Já a segunda tem por finalidade conciliar a conservação da nature-

za com o uso de seus recursos de maneira sustentável, permitindo a presença humana no território. Um exemplo são as Áreas de Proteção Ambiental.

Em decorrência do rico patrimônio natural e cultural de Jaguariaíva certos locais foram prioridade nas ações de conservação, contando com a criação de diferentes áreas protegidas que englobam as duas categorias do SNUC: Área de Proteção Ambiental (APA) da Escarpa Devoniana, Parque Estadual do Cerrado, Parque Estadual do Vale do Codó (geridos pelo Instituto Água e Terra) e os Parques Municipal do Lago Azul e Linear do Rio Capivari (geridos pela prefeitura).

A Área de Proteção da Escarpa Devoniana (APA) foi criada em 1992 tendo em vista sua importância ambiental. Sua criação teve como objetivo conservar elementos da biodiversidade e da geodiversidade, integrando 13 municípios do Paraná, entre eles, Jaguariaíva.

O Parque Estadual do Vale do Codó (PEVC) foi criado em 2007 (Figura 10), com objetivo de preservar os campos nativos, os remanescentes da Floresta de Araucária, recursos hídricos, cachoeiras, paredões e afloramentos da Formação Furnas, e o Cânion do Rio Jaguariaíva, além de integrar um corredor da biodiversidade e proteger pontos de parada e reprodução da avifauna. A extensão do Parque integra a APA da Escarpa Devoniana e do Parque Municipal Lago Azul.

Figura 10 –Mirante da Cachoeira do Butiá, com Vale do Codó ao fundo.



Fonte: Diniz (2022).

O Parque Estadual do Cerrado é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral do Paraná, criada pelo decreto Estadual 1.232/92. Apresenta remanescentes de cerrado, testemunhos pleistocênicos (entre 2,6 milhões de anos atrás e 11.700 anos) que ocupavam essa região (LICCARDO; PIEKARZ, 2017). Seu principal atrativo é o contexto biogeográfico, entretanto, ali há duas feições de destaque da geodiversidade, a cachoeira e cânion do Rio Ribeirão do Santo Antônio e o cânion do Rio Jaguariaíva (Figura 11).

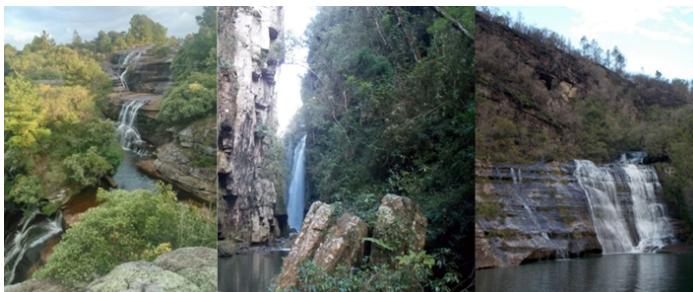
Figura 11 – Parque Estadual do Cerrado. (a) Cânion do Rio Jaguariaíva e vegetação nativa; (b) Cachoeira Ribeirão de Santo Antônio.



Fonte: Diniz (2022)

O Parque Municipal do Lago Azul integra o PEVC, criado em 1997. É drenado pelos Rios Jaguariaíva e Lajeado Grande, que apresentam, nos limites do Parque, três quedas d'água: Cachoeira do Lago Azul, Cachoeira Véu da Noiva e a Cachoeira das Andorinhas (Figura 12). Na confluência dos Rios Lajeado Grande e Rio Jaguariaíva, Oliveira e Guimarães (2006) relatam a identificação de sete afloramentos rochosos contendo icnofósseis (vestígios dos animais marinhos que viveram na região há 400 milhões de anos).

Figura 12- Parque Municipal do Lago Azul. (a) Cachoeira das Andorinhas; (b) Cachoeira Véu da Noiva; (c) Cachoeira do Lago Azul.



Fonte: Diniz (2022)

O Parque Linear do Rio Capivari foi planejado em 1997, sendo um dos locais de maior relevância patrimonial natural do município. Abriga o famoso ‘cachoeirão’, uma queda d’água de aproximadamente 10 metros de altura situada num fraturamento transversal das rochas do leito do rio (Figura 13).¹

Figura 13 - Cachoeirão, Parque Linear do Rio Capivari



Fonte: Diniz (2022)

Às margens do Rio Capivari se consolidou a divisão do município em Cidade Alta e Cidade Baixa, sendo que a Cidade Baixa se desenvolveu sobre a área de planície de inundação na margem direita, sujeita a frequentes inundações (OLIVEIRA *et al.*, 2013). O Parque foi criado com objetivo de recuperação de fundo de vale e preservação da micro bacia hidrográfica do Rio Capivari, servindo como uma zona de amortecimento de impacto ambiental, e evitando maiores impactos das cheias do rio, além de propiciar um espaço de lazer.

Destaca-se também, como medidas indiretas de conservação, trabalhos científicos realizados em Jaguariaíva que visam a valorização e conservação de sua natureza, com ênfase na sua geodiversidade (CORRÊA, 2014; MENEGUZZO, 2015; CRIST, 2017; DINIZ, 2022). Corrêa (2014) destacou a importância do geopatrimônio de Jaguariaíva, que foi reconhecido, descrito e quantificado por Diniz (2022), resultando na seleção de 30 locais especiais, os geossítios.¹

1. **Geopatrimônio de Jaguariaíva:** (1) Santa do Paredão; (2) Lago Azul; (3) Véu da Noiva;

Considerações Finais

Jaguariaíva apresenta elementos naturais que se destacam e representam um patrimônio natural ímpar. Esse patrimônio é como páginas de um livro que contam sobre a história do nosso planeta e desse território, que sem dúvidas é um dos mais interessantes do estado.

O patrimônio natural do município está presente desde o subsolo rochoso que o sustenta até suas formas de relevo, rios e a diversidade de vida que os recobrem. Esses elementos nos contam sobre momentos importantes da história do nosso planeta e da nossa origem, devendo ser conservados para as futuras gerações.

Em Jaguariaíva, a criação de unidades de conservação são meios indispensáveis na manutenção da geodiversidade e biodiversidade, tendo em vista a importância que eles desempenham para a sociedade. Destaca-se aqui o importante papel de estudos e pesquisas sobre o patrimônio natural, bem como de atividades educativas que busquem valorizar e divulgar a valiosidade desses elementos para a comunidade jaguaraivense.

Referências

- Assine, M. L. (1999). Fácies, icnofósseis, paleocorrentes e sistemas deposicionais da Formação Furnas no flanco sudeste da Bacia do Paraná. **Revista Brasileira de Geociências**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 357-370.
- Bosetti, E. P., Peyerl, D., Horodyski, R. S., Zabini, C. (2007). Formação Ponta Grossa: história, fácies e fósseis. **Simpósio de pesquisa em ensino e história de ciências da terra**, v. 1, p. 353-360.
- Brilha, J. (2005). **Patrimônio Geológico e Geoconservação**. A Conservação da Natureza na sua vertente Geológica. São Paulo: Palimage editora.

(4) Cachoeira das andorinhas; (5) Vale do Codó; (6) Cachoeira do Butiá; (7) Cachoeira da Ilha; (8) Cachoeira do Mascate; (9) Cânions do Rio Jaguariaíva (PEVC); (10) Mirante quedas do Rio Capivari; (11) Sítio Jaguariaíva; (12) Cachoeira São Joaquim; (13) Cachoeira Fazenda Trevo; (14) Cachoeira da Escadinha; (15) Morro da Mandinga; (16) Morro Cerradinho; (17) Cachoeira da Fenda; (18) Cânion Malvinas; (19) Cânion do cadeado; (20) Fósseis Pisa; (21) Túnel Fábio Rego; (22) Afloramento Bairro das Pedrinhas; (23) Contato geológico Bairro das Pedrinhas; (24) Bairro Jangai; (25) Represa Cachoeira; (26) Afloramento Campina do Elias; (27) Afloramento Cerradinho; (28) Pedreira Bairro Morro Azul; (29) Pedreira Boa Esperança; (30) Jazida Cerrado da Roseira.

- Corrêa, C. B. (2014). **Geodiversidade e patrimônio geológico de Jaguariaíva, Paraná: potencial geoturístico e didático.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa.
- Corrêa, C. B., Cassol Pinto, M. L., & Liccardo, A. (2013). Patrimônio natural e geoturismo em Jaguariaíva, Rota dos Tropeiros no Paraná/BR. In: **I Simpósio Argentino de Patrimônio Geológico, Geoparques y Geoturismo y III Encuentro Latino americano de Geoparques**, San Martín de los Andes, Argentina.
- Crist, P. (2017). **Caracterização geomorfológica do Parque Estadual do Vale do Codó, Jaguariaíva – PR: subsídios ao plano de manejo.** Dissertação (Mestrado em Gestão do Território: Sociedade e Natureza) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE-PONTA GROSSA, Ponta Grossa.
- Cruz, A. Z. B. (2018). **A implantação do fornecimento de energia elétrica em Jaguariaíva-Paraná: as quatro usinas instaladas entre 1921-1953.** Trabalho de conclusão de curso, 2018, 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa.
- Diniz, E. (2022). **Patrimônio Geológico de Jaguariaíva: estratégias de educação e geoconservação.** Dissertação (Mestrado em Gestão do Território: Sociedade e Natureza) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DEPONTA GROSSA, Ponta Grossa.
- Fraga, M. C., & Vega, C. S. (2020). Asterozoários do Devoniano da Bacia do Paraná. **Boletim Paranaense de Geociências**, v. 77.
- Gray, M. (2018). Geodiversity: The backbone of geoheritage and geoconservation. In: REYNARD, E.; BRILHA, J. **Geoheritage: Assesment, protection, and menagement**. Amsterdam: ELSEVIER, p.13-25.
- Gray, M. (2004). **Geodiversity: valuing and conserving abiotic nature.** England: John Wiley and Sons.
- Gray, M. (2013). **Geodiversity: valuing and conserving abiotic nature.** 2^a ed. Chichester: John Wiley and Sons.
- Gray, M. (2009). Landscape: the physical layer. In: Clifford, Ni., Holloway, S., Rice, S, P., & Valentine, G (Eds.). **Key concepts in Geography**. 2. ed. Londres (RUN): SAGE.
- Guimarães, G. B., Melo, M. S., Giannini, P. C.F., & Melek, P. R. (2007). Geologia dos Campos Gerais. In: Melo, M. S., Moro, R. S., & Guimarães, G. B. (Orgs.) **Patrimônio natural dos Campos Gerais do Paraná**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, cap2, p. 23-32.
- Liccardo, A., & Piekarz, G. F. (2017). **Tropeirismo e Geodiversidade no Paraná.** Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2017. 248p.
- Ludwig, A. A., Frizanco, O. (2006). **História de Jaguariaíva volume I.** Guarani Artes Gráficas Itararé, 275p.
- Melo, M. S. (2006). **Formas rochosas do Parque Estadual de Vila Velha.** Ponta Grossa: Editora UEPG. 145 p.

- Melo, M. S., Guimarães, G. B., Ramos, A. F., & Prieto, C. C. (2007). Relevo e hidrografia dos Campos Gerais. In: Melo, M. S., Moro, R. S., & Guimarães, G. B. (Orgs.) **Patrimônio natural dos Campos Gerais do Paraná**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, cap4, p. 49-58.
- Meneguzzo, I. S. (2015). Geoturismo na região do Parque Estadual do Vale do Codó, Paraná, Brasil: potencialidades e limitações. **Boletim de Geografia**, v. 33, n. 1, p. 53-63.
- Milagres, I. M., Pereira, E; Bergamaschi, S., Rodrigues, M. A. C., & Gerrienne, P. (2018). Early Devonian taphoflora record in Ponta Grossa Arch, Paraná Basin (Southern Brazil) and its palaeogeographic implications. **Journal of Sedimentary Environments**, v.3, n.2, 93-107.
- Mineropar. (2001). Minerais do Paraná s/a. Projeto riquezas minerais. **Avaliação do potencial mineral e consulta técnica no município de Jaguariaíva**. Relatório final. Curitiba: Mineropar.
- Oliveira, R. P., & Guimarães, G. B. (2006). **Caracterização dos Icnofósseis da Formação Furnas na localidade de Lago Azul, Jaguariaíva-Pr**. Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Paleontologia, n. 53, p.27-28.
- Oliveira, K. A., Miranda, L. V., Kieras, L., Mello, A., & Cassol Pinto, M. L. (2013). **Inundações Urbanas no Município de Jaguariaíva, Região dos Campos Gerais, do Paraná: Um Estudo de Eventos Históricos**. Encontro de Geógrafos da América Latina, Peru, 19p.
- Pereira, R. G. F. A. (2010). **Geoconservação e desenvolvimento sustentável na Chapada Diamantina (Bahia – Brasil)**. 317 f. Tese (Doutorado em Ciências –Especialidade em Geologia), Universidade do Minho, Braga.
- Rodrigues, S. W. O., Caltabeloti, F. P., Almeida, V. V., Brumati, M., Archanjo, C. J., Hollanda, M. H. B., Salazar, C. A., & Liu, D. (2011) Petrografia, geoquímica e geocronologia dos granitos patrimônio Santo Antônio e São Domingos (Suíte Cunhaporanga, Paraná, Sudeste do Brasil). **Geologia USP**. Série Científica, 11(3), 03-21.
- Vesely, F. F. **Dinâmica sedimentar e arquitetura estratigráfica do Grupo Itararé (Carbonífero – Permiano) no centro-leste da Bacia do Paraná**. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

Patrimônio Cultural, Identidade e Representação



CAPÍTULO 16

AS MEMÓRIAS QUE SÃO NOSSAS: A PATRIMONIALIZAÇÃO DA CASA DA CULTURA E ESTAÇÃO FERROVIÁRIA

Samara Hevelize de Lima.

*Toma este fragmento de memória
é ferro em brasa o mundo da lembrança
e o esquecimento é nuvem gorda
pronta para desabar [...]
a memória de que falo é casa híbrida
é gesta gesto gasto gosto
é tijolo pedra sonho areia
pá que rasga e remexe
cimento água desejo e trabalho
toma este fragmento de azulejo
com delicadeza ele revela tudo
(Mario Chagas, 2008 p. 12)*

Sacralizados pelo ritual do tombamento, uma certa casa, uma árvore ou um conjunto de documentos tombados expressam muito mais que sua materialidade: de ser de pedra e cal, plantada por alguém, escrito num determinado momento, uma mensagem importante... transformam-se em patrimoniais por acoplarem valores que transcendem sua materialidade e se sustentarem em referencialidades históricoculturais, senão vivenciadas pelo menos sentidas.(Márcia Kersten, 2000, p.15)

Para além de uma materialidade, quando pensamos em patrimônio, precisamos refletir sobre a influência cultural que este exerce sobre nós e sobre nosso espaço de interação. Um casarão, uma praça, uma torre, um cemitério... são arquiteturas tão ricas em detalhes, mas significam muito mais que pedra, cal e madeira: são resquícios de uma história, marcos de memória e são símbolos de sentimentos daqueles que, entorno desses significados, cresceram.

Pensar em patrimônio é pensar no local onde você nasceu, nas memórias de sua geração, ele se apresenta nas edificações, nas músicas, nas danças, nos sabores, nas tradições. O patrimônio ao ser designado como cultural, engloba diversos aspectos da identidade e da vida de cada um. Não remete a um passado distante nem a figuras.... mas sim a histórias e memórias cotidianas, símbolos que despertam o sentimento de pertencimento, fazendo com que o indivíduo se sinta em casa naquele lugar.

O patrimônio [...] funciona como um ‘aparelho’ ideológico da memória: a conservação sistemática de vestígios, relíquias, testemunhos, impressões, traços, ‘serve de reservatório para alimentar as ficções da história que se constrói a respeito do passado e, em particular, a ilusão da continuidade. Dominique Poulot faz uma constatação similar quando afirma que a história do patrimônio é a história da ‘construção do sentido de identidade’, e mais particularmente, aquela dos ‘imaginários de autenticidade’ que inspiram as políticas patrimoniais. Para esses imaginários, o relicário da memória se transforma em um relicário de identidade que se busca no passado. A reivindicação patrimonial se pensa a si própria como um elemento do patrimônio: ela é considerada como um ‘investimento identitário’ a ser transmitido. (CANDAU, 2012, p. 156-157).

Em Jaguariaíva, há diversos símbolos que significam muito mais do que estruturas com requintes: são marcos que se vinculam à memória e à identificação da comunidade jaguariaviense. Não se trata apenas de edifícios com funcionalidade pública, mas de símbolos que dialogam com a história coletiva e individual daqueles que ali constituíram seus lares. Esses espaços auxiliam na construção do senso de pertencimento local, seja ele vinculado a uma história familiar ou à própria trajetória, entrelaçando-se com a memória da cidade, vivenciada e rememorada em histórias, tradições, cultos, ações e elementos materiais.

Dentre esses locais encontram-se bens protegidos pela legislação de tombamento estadual como a Casa da Cultura “Professor Doutor João Batista da Cruz, a Estação Ferroviária, Igreja do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria¹ e o Grupo Escolar Izabel Branco,² importantes lugares de memória que representam a história local de Jaguariaíva.

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. Valorizando, por natureza, mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado. [...]. Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (NORA, 1993, p.12-13)

Mas essa construção memorial na história local, não é uma ação espontânea, ela é criada e transmitida entre gerações. São, como colocado por Nora, “restos” de ações, de oralidades, de edificações, que são transmitidas e muitas vezes relegadas ao esquecimento. Dentro de um mundo que peca pelo excesso e pela valorização do novo e moderno, nossas tradições se perdem, nosso pertencimento se liquefaz, dessa forma a manutenção de símbolos é tão fundamental para a valorização de nossas origens, para a preservação de nossas memórias e para a narração constante de nossas histórias.

Nessa perspectiva, os lugares de memória podem ser entendidos como locais de referências culturais e destinados a ritualização da memória, baseados na tríade construída por Nora, de que um lugar de memória se consolida em três sentidos: físico/material: o espaço material de consolidação da memória, o suporte que irá oferecer um sentido físico, simbólico: são as representações desta memória e da

1. Construída em 1869 na freguesia de Jaguariaíva, considerada a igreja matriz até a década de 1954. A Igreja, com forte presença na fé e na vivência dos municíipes, foi tombada a nível estadual em 29 de janeiro de 1988.

2. Sede inaugurada em 1911, sendo registrado como patrimônio paranaense em 13 de novembro de 2001.

identidade presente no suporte) e uso/funcional: o uso aplicado para a transmissão das práticas e expressões.(NORA, 1993, p.21). Essa tríade auxilia que os espaços de memória sejam inseridos na identidade coletiva da comunidade, mesmo que possuam particularidades individuais para indivíduo. O entendimento e aceitação de um patrimônio como algo coletivo auxilia nas demandas de preservação memorial, garantindo a permanência e a manutenção da história comum.

1 A memória e o tombamento do patrimônio cultural jaguariaivense

Dentre as diversas ações de preservação de nossa memória, está o tombamento patrimonial, mas o estigma existente sobre o ato de tombar ainda é muito intenso, permitindo uma falsa sensação de estagnação histórica e retrocesso material. O tombamento, porém, não deve ser limitado ao ato de ser estático, pelo contrário, ele deve ser entendido como um ritual que reveste a matéria de significados, tornando um monumento ou símbolo algo de interesse coletivo e dinâmico, que pode ser moldado pela sociedade que o cerca.

Como ato administrativo, o tombamento declara ou reconhece valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, bibliográfico, cultural ou científico, a bens que passam a ser preservados e reconhecidos como patrimônio. [...], enquanto ato jurídico, o tombamento abrange os âmbitos político administrativos: federal, estadual e municipal, e a legislação não coloca óbice a que essas três instâncias, possam, em princípio, agir em conjunto.(KERSTEN, 2000, p.42-43)

O tombamento é um instrumento das políticas públicas, que tem como objetivo a preservação do monumento, para que este não seja danificado ou destruído. Regras precisam ser seguidas, conforme a legislação que o protege, definindo quais são as intervenções permitidas e como o proprietário, em consonância com o órgão protetor, podem definir ações benéficas de proteção e longevidade de um patrimônio, salvaguardando não somente a matéria, mas toda a gama simbólica e história que permeia além do local. Nossos patrimônios estão respaldados por três níveis hierárquicos de legislação: federal, estadual e municipal, cada um responsável por ações de salvaguarda e

perpetuações, designando o que é de interesse e de responsabilidade de cada esfera.

A legislação paranaense acerca da preservação do patrimônio cultural do Estado começou a ser debatida na década de 1950, inicialmente conduzida pelas diretrizes federais. Em setembro de 1953, foi sancionada a Lei n.º 1.211, que definiu como patrimônio cultural de interesse coletivo dos paranaenses:

Constitui o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Estado e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Paraná, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico, assim como os monumentos naturais, os sítios e paisagens que importa conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. (PARANÁ, 1953, art.1)

São bens, materiais e imateriais, que se vinculam a história de todo um estado, das organizações humanas e saberes comuns que auxiliaram na construção cultural e na identidade coletiva do nosso Estado, nos identificando como paranaenses, e permitindo que através desses símbolos, consigamos narrar a nossas memórias comuns, criticar nosso passado e legitimar nossa história enquanto indivíduos.

Essa lei, citada acima, foi um passo muito importante no Estado para a proteção patrimonial coletiva, incentivando e fornecendo bases legais para a criação e consolidação de legislações municipais, inseridas nos planos diretores ou na consolidação de conselhos e comissões voltadas para a preservação e disseminação da memória histórica.

Em Jaguariaiva a proteção do patrimônio cultural está presente no Plano Diretor da cidade, elaborado em 2008, inserido no setor voltado para o desenvolvimento de políticas públicas na área da cultura e do turismo, com incisos que versam sobre a proteção, valorização e incentivo dos patrimônios históricos, artísticos, culturais, urbanísticos, arqueológicos e paisagísticos do município (JAGUARIAIVA, 2018).

Outra ação de suma importância feita pelo poder público da cidade foi a criação³ do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, por meio da Comissão Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do município em 2005, que define o que é patrimônio.

O patrimônio cultural do Município de Jaguariaíva é constituído por bens móveis ou imóveis, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, existentes em seu território e cuja preservação seja de interesse público, dado o seu valor histórico, artístico, ecológico, bibliográfico, documental, religioso, folclórico, etnográfico, arqueológico, paleontológico, paisagístico, turístico e científico.(JAGUARIAIVA, 2005, cap.1 art.2)

O Conselho foi criado para ser o órgão responsável em auxiliar o município na preservação e conservação do patrimônio de seus municíipes, dispondo sobre os processos de tombamento a nível municipal e suas respectivas ações de preservação e conservação material e imaterial, a criação de um fundo de proteção patrimonial através de doações, auxiliando em financiamentos e editais de proteção e incentivo cultural.

Porém esse conselho não se apresenta como ativo e atuante. Uma composição de suma importância não deve ser ignorada pelo poder público e pela comunidade, precisa ser revisto e implantado com intensidade, pois irá auxiliar não somente a proteção patrimonial, mas nas necessidades da comunidade em relação a sua história, onde a cultura e a memória são direitos básicos e fundamentais de todos os brasileiros.

A memória de um grupo, como do caso de Jaguariaíva, está em constante modificação, sendo ressignificadas a todo instante com dualidades entre esquecimentos e rememorações, dessa forma a preservação do patrimônio cultural comum, através da legislação de tombamento e das ações populares e políticas, permite a legitimação de memórias coletivas, a preservação cultural local e consolidação de referenciais históricos comuns.

3. A Lei Ordinária nº 1642/2005, pode ser acessada no site da Câmara Municipal de Jaguariaíva através do link: www.cmjaguariaiva.pr.gov.br/?pag=T0dRPU9EZz1PR009T1RnP-Q==&id=657

1.1 Casa da Cultura Prof. Dr. João Batista da Cruz: fragmentos de uma memória pública e cultural.

Quando pensamos no patrimônio de Jaguariaíva um dos primeiros locais que nos remete é o antigo prédio do Paço Municipal e sua significação na vida daqueles que nasceram e cresceram em torno desta história. O imóvel que hoje abriga a Casa da Cultura já serviu a diferentes fins, está localizado na “Cidade Alta” na Praça Dr. Domingos Cunha, número 35. O imponente casarão construído em dois pavimentos foi reformado, ampliado e oficialmente inaugurado em 1918 por Eurides Cunha.⁴

Foto 1 Casa da Cultura



Fonte: Casa da Cultura Dr. João Batista da Cruz

O terreno da casa pertencia a Izabel Branco e Silva segunda esposa de Luciano Carneiro Lobo, proprietário da fazenda Jaguariaíva desde 1795. (CALANDRO, 2015, p.20). Izabel⁵ doou em vida grandes extensões de terra para o desenvolvimento local, buscando o crescimento e a urbanização, um dos lotes foi doado ao poder público vigente, sendo a escritura oficializada em cartório em 20 de maio de 1913, conforme consta no Registro Geral de Imóveis da Comarca de Jaguariaíva.

4. O advogado Eurides Cunha campo-larguenses de nascimento, se estabeleceu em Jaguariaíva onde foi prefeito em dois mandatos entre 1912 e 1920; vice-governador do Estado entre 1921 e 1924 durante a gestão de Caetano Munhoz da Rocha, Cunha assumiu a gestão do estado por 3 meses na ausência de Rocha. Foi também prefeito de Curitiba entre os anos de 1928 e 1930. Vindo a falecer em Curitiba em 1955.

5. Izabel Branco e Silva faleceu em 17 de agosto de 1870, doando antes de seu falecimento diversos terrenos a entidades locais de forma não oficializada, através de cartas e acordos firmados oralmente, sendo necessário posteriormente a oficialização em cartório das escrituras.

A arquitetura da casa mescla os estilos neoclássico e arte nouveau, herdados das influências europeias no Estado, provenientes dos processos de invasão e colonização, uma combinação de estilo clássico com toques de modernidade, sendo um dos primeiros edifícios públicos da Cidade Alta de Jaguariaíva. No pavimento superior, o edifício sediou a Câmara Municipal, o Fórum e um salão de bailes voltados para atividades cívicas e culturais da elite. O pavimento inferior foi destinado à Cadeia pública e à Prefeitura Municipal.

Este modelo de construção de Casa de Câmara e Cadeia dentro do mesmo espaço é um modelo de edificação do Brasil Colônia, sendo uma herança expressiva da colonização portuguesa, no qual se concentrava os principais poderes da cidade, normalmente sua localização era próxima a principal Igreja e a praça central, definindo aquele local como um espaço “sagrado e de ordem”, hoje entendido como um local patrimonial, vinculado a história da colonização brasileira e da constituição de cidades e comunidades.

A Casa de Câmara e Cadeia pode ser considerada o edifício mais expressivo na arquitetura das cidades coloniais, Barreto (1978) afirma que as mesmas caracterizavam a elevação de um povoado à vila ou cidade, fossem portuguesas ou brasileiras e pelo seu porte imponente, demonstram toda sua grandiosidade para com a sociedade e destacava-se na ambiência que o cercava. Um verdadeiro marco referencial da localidade. (GOES; VIANNA; DE MELO FRANÇA, 2019, p.223)

São monumentos que simbolizam o marco de formações urbanas, sendo testemunhos edificados de uma trajetória histórica da política, da cultura e da economia local, definidas em suas épocas como símbolos de poder e hierarquias.

Na parte superior do edifício até meados da década de 1940, foram realizados diversos bailes, dentre eles os da *Festa de Agosto*.⁶ Estes bailes eram frequentados por membros da elite de jaguariaviense e arredores, contavam com famílias tradicionais como Família Lobo, Xavier da Silva, Machado Faria, Santos Lima, Carneiro e Barros,

6. Festa em homenagem ao padroeiro do município, Senhor Bom Jesus da Pedra Fria, comemorado no dia 6 de agosto. A festa inicia no final de julho e se estende na primeira semana de agosto com missas, novenas, procissões, cavalcada tropeira, barracas com venda de produtos locais ao entorno da paróquia.

Fonseca, Ribas e demais fazendeiros locais que detinham o poder simbólico sobre as fortunas e a cultura regional. Os demais municípios que não se enquadravam no *status* de elite, não faziam parte destes bailes, quando estavam presentes eram na condição de serviciais, como membros da comunidade negra.⁷

Em função da singularidade histórica do prédio e da influência que este exerceu no cotidiano local, em setembro de 1992 foi iniciado o processo de tombamento a nível estadual, pelo então prefeito Ademar Ferreira de Barros, em carta endereçada a Secretaria de Estado da Cultura Gilda Poli. O tombamento foi oficializado sob o processo nº. 02/92, com inscrição nº. 117, presente no Livro do Tombo Histórico e Artístico da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, garantindo a salvaguarda física e memorial do bem para o município.

Visando o uso do imóvel em prol da sociedade, em 1996 a casa passou a ser denominada Casa da Cultura Prof. Dr. João Batista da Cruz,⁸ inaugurada em 16 de dezembro de 1996, e oficialmente aberta ao público em maio de 1997 com exposição de artistas locais, valorizando a arte e a cultura local e regional.⁹

7. Dados do processo de abertura do tombamento da casa, assinados pela Curadora do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná Rosina Parchen.

8. João Batista da Cruz (1917-2003), advogado natural de Antonina, mudando-se para Jaguariaíva onde viveu até seus 86 anos. Durante esse período exerceu as atividades de delegado da cidade, advogado e professor. Eleito prefeito do município pelo partido ARENA, assumindo entre os anos de 1973 a 1977, contando com o apoio de seu antecessor Mário Fonseca. Auxiliou no projeto de captação e distribuição de água no município, favorecendo as famílias que viviam sem abastecimento de água e esgoto. Executou em sua gestão a criação do CEMEP - Centro Municipal de Ensino Profissionalizante. (1976). Além de sua vida pública, foi possuidor de um grande acervo bibliográfico que organizou durante sua vida, conhecimento este que o permitiu lecionar história no Colégio Estadual Rodrigues Alves.

9. (Informação verbal) segundo relatado pelo historiador Rafael Pomim, na cerimônia de inauguração da Casa de Cultura em 2020, no ano de 1994 o então prefeito José da Silva Reis indicou o nome de João Batista da Cruz para ser patrono da recém-criada Casa de Cultura de Jaguariaíva, inicialmente o convite foi recusado, sendo aceito posteriormente, permitindo que o mesmo fosse homenageado em vida nas duas inaugurações oficiais do espaço, em 1996 e 1997.

Foto 2 Abertura da Casa da Cultura - 20 de junho de 1997.



Fonte: Casa da Cultura Dr. João Batista da Cruz.

Foto 3 Inauguração da Casa de Cultura com o Governador Jaime Lerner



Fonte: Casa da Cultura Dr. João Batista da Cruz.

Com o crescimento urbano e as novas propostas arquitetônicas muitos prédios históricos deixam de ser objetos centrais e passam a itens cotidianos do repertório visual. De grandes e imponentes casarões, palcos de bailes e visitas ilustres, passaram a ser estruturas antiquadas que necessitam de manutenção, como o caso da sede da Prefeitura de Jaguariaíva, que, após o processo de tombamento, passou por um intenso processo de degradação, ocasionado por diversos fatores naturais, estruturais e humanos.

Foto 4 Casa da Cultura degradada



Fonte: Prefeitura Municipal de Jaguariaíva, 2019.

O processo de recuperação do histórico edifício iniciou em 2009, na gestão do então prefeito Otélio Renato Baroni, em uma ação da prefeitura de recuperação estética e funcional do prédio, porém fatores administrativos atrasaram o processo, intensificando as ações de degradação do prédio.

Foto 5 Áreas interna degradada



Fonte: Casa da Cultura Dr. João Batista da Cruz.

Com a retomada do restauro em 2019 foi possível a reestruturação total do imóvel, desde as estruturas base como forro, piso, escada, até instalações hidráulicas e elétricas, garantindo a funcionalidade e a acessibilidade, sem descaracterizar a estética, garantindo a longevidade de uma obra que se caracteriza por sua complexidade e necessidade.

Foto 6 Telhado danificado



Fonte: Casa da Cultura Dr. João Batista da Cruz.

Em 12 de agosto de 2020, na gestão do prefeito José Sloboda, “Juca”, a Casa da Cultura Prof. Dr. João Batista da Cruz foi finalizada e reinaugurada, contando com a presença de figuras importantes da administração e gestão do município, familiares do homenageado.¹⁰ Sendo um espaço pertencente a memória local que servirá de ambiente para a manifestações cultural e identitária daqueles que ali se identificam.

1.2 Estação Cidadã Agente Durvalino de Azevedo: a estação ferroviária que trilhou histórias.

Outro importante lugar de memória jaguariaivense é a Estação Ferroviária de Jaguariaíva, inaugurada oficialmente em 12 de setembro de 1936 em alvenaria, durante o apogeu da expansão ferroviária no Estado do Paraná, favorecendo o fluxo de mercadorias e pessoas,

10. Em uma cerimônia cercada de restrições em função da pandemia do Covid-19, iniciada em março de 2020.

com o propósito de desenvolvimento dos setores comerciais, agrícolas e industriais.

Foto 7 Inauguração da Estação Ferroviária em 1936.



Fonte: Acervo Augustinho Argemiro Ludwig

A primeira linha férrea a cruzar o município de Jaguariaíva foi a Estrada de Ferro São Paulo—Rio Grande, em 1901, visando a intensificação das atividades locais e a manutenção dos trens. O município inaugurou a primeira estação ferroviária em 1905, uma pequena construção em madeira, que a partir de 1911 passou a ser o início do Ramal do Paranapanema, com a finalidade de unir a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande à Estrada de Ferro Sorocaba, em Ourinhos, atravessando o Norte Pioneiro, partindo de Jaguariaíva até Ourinhos (1911)." (KROETZ, 1985. p.43)

Foto 8 Estação nova de Jaguariaíva, em 1935, em final de obras



Fonte: Relatórios RVPSC

Na década de 1930 com a expansão ferroviária foi definida a necessidade da construção de uma estação que comportasse o comércio local, impulsionado pela instalação do Frigorífico Matarazzo em 1920, e de outras indústrias que se estabeleceram no município. A necessidade de modernização e expansão impulsionou a construção da nova Estação Ferroviária de Jaguariaíva, construída em 1935 e inaugurada no ano seguinte, sendo um marco econômico e social para a cidade, auxiliando no desenvolvimento de outros investimentos como “hotéis, restaurantes, agências bancárias e uma nova igreja, construída com patrocínio do Conde Matarazzo”. (ES-PIRAIS. 2006, p.227).¹¹

Foto 9 Estação Ferroviária e ao fundo Frigorífico Matarazzo



Fonte: Cessão Rafael Gustavo Pomim Lopes

A Estação perde sua função como tal na década de 1990, através das ações de desmonte das estruturas ferroviárias em todo o país, uma ação iniciada ainda nas décadas de 1950, durante o Governo Kubitschek, de valorização das rodovias e sentenciamento das ferrovias em elementos de transporte arcaicos, não condizentes com a modernidade esperada. (MONASTIRSKY, 2006, p.40).

11. A informação presente no livro Espiraís do Tempo (2006) possui algumas divergências historiográficas, como o patrocínio dado pelo Conde Matarazzo, uma alegação que se baseia na oralidade trocada entre municípios, mas não possui uma comprovação oficial dessa ação, é importante trazer esse ressalto devido ao uso do livro como uma fonte de pesquisa, sendo necessário sempre o cruzamento entre diferentes fontes. Mesmo que esta obra, e em especial este capítulo, utilizem deste material para respaldo teórico, muitas informações precisam ser reavaliadas e criticadas, auxiliando na construção histórica.

Foto 10 Estação Ferroviária e Praça Getúlio Vargas década de 1940.



Fonte: Cessão Rafael Gustavo Pomim Lopes

O tombamento do prédio como patrimônio local aconteceu em duas esferas, no âmbito estadual, tombado pela Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC) da Secretaria de Estado da Cultura do Estado do Paraná sob o processo de número 004/98, com a inscrição nº 134, datado de 10 de outubro de 2000, e reiterado a nível federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)¹² em 10 de setembro de 2014 como Patrimônio Cultural Ferroviário Nacional.

Além de estação ferroviária, o prédio também sediou órgãos públicos, como o Departamento Municipal de Educação e Cultura, o Sindicato dos Ferroviários e após seu restauro, entre os anos de 2006 e 2012, a estação abrigou a Prefeitura Municipal de Jaguariaíva até meados dos anos de 2014, quando foi oficialmente cedida à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de promoção de atividades histórico culturais, sendo nomeada de Estação Cidadã “Agente Durvalino de Azevedo”,¹³ através de dois Decretos do ano de 2014,¹⁴ espaço voltado ao fomento sociocultural local, sendo propriedade da União Federal.

12. Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário (29/04/2022) Bens declarados valor histórico, artístico e cultural nos termos da Lei nº 11.483/07 e da Portaria IPHAN nº 407/2010.

13. Durvalino de Azevedo (1909 - 1974) natural de Tomazina (PR), chegou em Jaguariaíva na década de 1920 compondo o quadro de funcionários da Rede de Viação Paraná – Santa Catarina (RVPSC), exercendo inicialmente a atividade de telegrafista, sendo promovido a Agente da Estação a partir de 1936, cargo que exerceu por 20 anos. Foi também vereador eleito em Jaguariaíva em 1947, considerado um dos primeiros provenientes da classe ferroviária no município, assumindo a função de Secretaria da Casa, auxiliando na construção do Regimento Interno da Câmara Municipal, durante a gestão do prefeito Eduardo Xavier. Faleceu em Jaguariaíva aos 65 anos.

14. Decreto nº 139 de 26 de março de 2014: Cria a Estação Cidadã. E Decreto nº 140 de 26 de março de 2014 o qual decide nomear o espaço de Estação Cidadã “Agente Durvalino de Azeve-

Durante os festejos do II Festival Cultural de Jaguariaíva, foi inaugurado o Memorial Ferroviário na Estação Cidadã, com acervos vinculados à história e à identidade da temática na região. O espaço, localizado na Praça Getúlio Vargas número 60, ganha contornos de um espaço cultural, construído com o discurso memorial local e voltado para o diálogo com a sociedade que o cerca.

Ambos os prédios estão presentes nas narrativas jaguariaivense como locais significativos na história local e na vivência individual de cada morador. De alguma forma os municípios veem sua memória representada naqueles locais, entre histórias herdadas, em momento simbólicos, experiências e deveres, sendo além de um conjunto de tijolos, pedra e cal, tanto a Casa de Cultura como a Ferrovia são lugares que guardam memórias que são suas, são minhas, são antigas e de hoje, enfim, as memórias que são nossas.

Bibliografia

Arquivos

Casa da Cultura Professor Doutor João Batista da Cruz, Jaguariaíva.

Livros/artigos

CALANDRO, Thiago Luiz. **Memória e identidade em Jaguariaíva**, Paraná: contribuição à cartografia escolar / Thiago Luiz Calandro. - Rio Claro, 2015

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CARNEIRO, David. **História biográfica da República no Paraná**. Banestado, 1994.

CHAGAS, Mario de S. **Língua de fogo ou antes que o mundo se acabe**. Rio de Janeiro. RCT Edições e Publicações, 2008. 176 p.

GOES, Emanuelle Soares; VIANNA, Mônica Peixoto; DE MELO FRANÇA, Franciany Prudente. **Patrimônio histórico**: proposta de tombamento em nível federal para a casa de câmara e cadeia de Mata Grande-AL. Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-ALAGOAS, v. 5, n. 2, p. 217-217, 2019.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. n° 10, 1993.

do". Os dois decretos estão presentes no Semanário Oficial, edição 201, 28/03/2014, podendo ser acessado em <https://www.jaguariaiva.pr.gov.br/index.php/semanario-oficial/1103-semanario-oficial-edicao-201-28-03-2014>

Legislação

JAGUARIAÍVA. Decreto nº 140, de 26 de março de 2014. Denomina como Estação Cidadã “Agente Durvalino de Azevedo” a Estação Cidadã. Semanário Oficial edição 201, Jaguariaíva, 26 mar. 2014. Disponível em:<https://www.jaguariaiva.pr.gov.br/index.php/semanario-oficial/1103-semanario-oficial-edicao-201-28-03-2014>

JAGUARIAÍVA. Decreto nº 139, de 26 de março de 2014. Cria a Estação Cidadã. Semanário Oficial edição 201, Jaguariaíva, 26 mar. 2014. Disponível em:<https://www.jaguariaiva.pr.gov.br/index.php/semanario-oficial/1103-semanario-oficial-edicao-201-28-03-2014>

JAGUARIAÍVA. Lei Municipal nº 1642/2005 de 10 de novembro de 2005. Dispõe sobre a preservação do patrimônio cultural e natural do município de Jaguariaíva, cria a comissão municipal do patrimônio histórico, artístico e natural e dá outras providências. 2005.

JAGUARIAÍVA. Lei Municipal nº2758 de 24 de dezembro de 2018.EMENTA: Institui o Plano Diretor Municipal de Jaguariaíva.2018. Disponível em: <https://www.cmjaguariaiva.pr.gov.br/temp/28032023154924lei275818pl06918instituionplanodiretorpdf.pdf>

PARANÁ. Lei Estadual nº 1.211 de 16 de setembro de 1953: Dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná. Palácio do Governo em Curitiba. 1953. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/arquivos/File/Leis_e_Decretos/LEI1211.pdf

Trabalhos acadêmicos

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os rituais do Tombamento e a escrita da História:** Bens Tombados no Paraná entre 1938-1990. 2000. Tese de Doutorado.

KROETZ, Lando Rogério. **As estradas de ferro do Paraná.** 1985. Tese de Doutorado. Tese de doutorado. São Paulo.

MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. **Ferrovia:** patrimônio cultural estudo sobre a ferrovia brasileira a partir da região dos Campos Gerais (PR). 2006. Tese de Doutorado.

Webgrafia

JAGUARIAÍVA. LEI Nº 1642/2005. Dispõe sobre a preservação do patrimônio cultural e natural do município de Jaguariaíva, cria a comissão municipal do patrimônio histórico, artístico e natural e dá outras providências. Diário Oficial Municipal. Jaguariaíva, 10 nov. 2005. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/j/jaguariaiva/lei-ordinaria/2005/165/1642/lei-ordinaria-n-1642-2005-dispoe-sobre-a-preservacao-do-patrimonio-cultural-e-natural-do-municipio-de-jaguariaiva-cria-a-comissao-municipal-do-patrimonio-historico-artistico-e-natural-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 30 de outubro de 2022.

JAGUARIAÍVA. Lei N° 1820 /2008. Institui o Plano Diretor Municipal de Jaguariaíva. Diário Oficial Municipal. Jaguariaíva, 29 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.cmjaguariaiva.pr.gov.br/?pag=T1RFP09HWT1PRFE9T1RNPU9UUT1PRFk-9T0dJP09UST1PV0k9T1RBPU9XWT1PV009T1dZPQ>. Acesso em: 30 de outubro de 2022.

MEMORIAL ferroviário. Campos Gerais do Paraná, Ponta Grossa, 2022. Disponível em: <https://www.camposgeraisdoparana.com.br/cidades/jaguariaiva/memorial-ferroviario/>. Acesso em: 30 de outubro de 2022.

PREFEITURA Municipal de Jaguariaíva. Prefeitura dá andamento às obras de restauração da Casa da Cultura. Jaguariaíva, 1 de novembro de 2019. Disponível em:<https://www.jaguariaiva.pr.gov.br/index.php/26-noticias/smih-infraestrutura-e-habitacao/1430-prefeitura-da-andamento-as-oberas-de-restauracao-da-casa-da-cultura>. Acesso em: 30 de outubro de 2022

CAPÍTULO 17

SIMBOLOGIA E REPRESENTAÇÃO DE UM POVO: O PALACETE MATARAZZO DE JAGUARIAÍVA-PR

Plicila de Brito

Paralela a construção do Frigorífico Matarazzo, numa área nas proximidades da indústria, com vista privilegiada da cidade, foi construído um complexo contendo três casas: a primeira, com acesso próximo ao portão de entrada, serviria para habitação do Gerente da Fábrica, bem como de seus familiares; mais adiante, centralizada no jardim, a casa principal, que serviria para a estadia da família Matarazzo em suas vindas à cidade e, ao fundo do terreno, a casa onde durante muitos anos residiu o casal responsável pela manutenção do imóvel e seu entorno: Carlos Theodoro Augusto Timm e Maria Timm.



1. Construção do Palacete Matarazzo. 24 de maio de 1924.

De origem alemã, o casal Timm, foi designado para a função aproximadamente em 1924, tão logo as residências ficaram prontas e se dedicaram quase meio século a esse trabalho. Naquele mesmo local, viram nascer a filha: Alice Timm Alves, que hoje conta com 88 anos de idade.¹ Alice é personagem fundamental para a descrição detalhada do Palacete à época e também relatora do cotidiano da família Matarazzo em suas raras vindas a Jaguariaíva, uma vez que viveu de perto essa história desde o seu nascimento até o ano de 1972, quando vai residir na vizinha cidade de Arapoti.



2. Maria Timm, Servente do Palacete Matarazzo. Sem data.



3. Carteira Profissional de Carlos Timm como Jardineiro da Indústria Matarazzo. 20 de outubro de 1924.

Além de Alice, também concedeu entrevista o seu cônjuge João Batista Alves (*in memorian*),² outra importante testemunha ocular. A história do casal se confunde com a história da Indústria Matarazzo, onde se conheceram trabalhando no escritório administrativo, ela como Secretária, ele como Auxiliar de Escritório e Office Boy.



4. João Batista Alves e Alice Timm. Fotógrafa: Mirella de Jesus Honorato. 10 de março de 2010.

1. Alice Timm Alves faleceu no dia 19 de abril de 2022, quando este capítulo já estava em andamento.

2. João Batista Alves faleceu em 2012.

Os relatos de ambos, dão conta principalmente dos anos em que o Conde Francisco Matarazzo Júnior, o Conde Chiquinho, presidiu as Indústrias Matarazzo (1937-1977) e, segundo Alice Timm, diferentemente do que muitas pessoas acreditam, a família Matarazzo jamais fixou residência na cidade. Ao contrário, as vindas eram esporádicas, até mesmo anuais e geralmente realizadas entre os meses de julho e agosto. Durante os quatro ou cinco dias em que permaneciam em Jaguariaíva, acomodavam-se na casa principal, que ficou popularmente conhecida como “Palacete Matarazzo”, considerado atualmente como um dos símbolos da cidade.

Em pesquisa no Dicionário Online de Português é possível encontrar definições de palacete como “palácio pequeno e imponente” ou até mesmo “residência ou moradia muito luxuosa e grande” e, levando-se em consideração a data da construção, a fachada emponderada e o deslumbrante paisagismo dos jardins, a nomenclatura para se referir a casa da família Matarazzo em Jaguariaíva, propagou-se.

Alice e João Batista contaram que alguns dias antes da chegada do Conde Chiquinho, o palacete era preparado de forma a estar apto a receber a família da maneira mais confortável possível. Além da zeladora Maria Timm, outros funcionários da fábrica acabavam sendo encaminhados para auxiliá-la na limpeza interna e externa ou até mesmo para renovar a pintura da casa.

Normalmente o Conde Chiquinho vinha acompanhado da esposa, a Condessa Mariangela, de outros familiares e de dois motoristas, que conduziam a comitiva. A caravana não passava despercebida na chegada, já que carros luxuosos não eram costumeiramente vistos na região.



5. Conde Chiquinho Matarazzo (ao centro) e comitiva em frente ao Palacete.
Década de 1940.

Além de cuidar de negócios ligados a fábrica, o Conde também aproveitava suas vindas para desfrutar de momentos de lazer, saindo para caçar ou visitar suas propriedades. A família possuía três fazendas nas redondezas: Curral Redondo, Rio das Cinzas e Rio do Peixe, essa última foi cenário de uma grande tragédia em 1963, quando houve um incêndio que vitimou dezenas de pessoas.

Era de praxe que uma cozinheira ficasse à disposição 24 horas para preparar as refeições e para esse fim foi escolhida a senhora Maria dos Anjos, chamada carinhosamente de “Maria Negrinha”. Moradora do Bairro Cidade Alta, Maria Negrinha dormia em um quarto no sótão do palacete durante a estadia da família Matarazzo e, sendo cozinheira primorosa conquistou o paladar do Conde que estando de partida sempre a orientava a enviar-lhe biscoitos. Ela preparava os quitutes e os enviava mensalmente em trens que seguiam rumo a São Paulo. Esta senhora também era a responsável por preparar o banho para o Conde, enchendo a banheira da suíte e vez ou outra colocando o cotovelo na água para conferir se a temperatura estava agradável. Em seguida, a pedido do próprio Conde Chiquinho, trazia-lhe um copo de whisky alegando que a bebida “fazia bem para a pressão”.

Não raro, moradores antigos de Jaguariaíva visitam o local trazidos pela memória afetiva causada pela lembrança dos áureos tempos em que a Indústria Matarazzo estava em funcionamento. É importante salientar, que o acesso a esse complexo de casas era estritamente restrito e, por tanto, a maioria desses cidadãos só teve acesso ao interior da casa após a residência se tornar patrimônio municipal em meados dos anos 2000.

Muitos habitantes relatam que quando crianças, movidos pela curiosidade, atravessavam sorrateiramente as cercas e espiavam pelos vidros das janelas e portas para tentar desvendar os segredos do casarão, mas que muitas vezes acabavam descobertos pela zeladora que os expulsava enquanto proferia palavras em alemão. Ao invés de amedrontá-los, essa atitude incutia ainda mais a imaginação dos pequenos sobre os mistérios que envolviam aquele lugar. Assim, muitas teorias e ideias foram se espalhando entre a população, muitas vezes de forma equivocada, como por exemplo, a existência de um túnel subterrâneo que ligava a casa diretamente a fábrica ou até mes-

mo que o Conde Matarazzo tenha deixado um tesouro enterrado no subsolo da casa.

Como dito anteriormente, o palacete era acessível somente para algumas poucas pessoas. Entre as quais destacam-se autoridades e negociantes locais como o imigrante italiano João Pessa que fornecia tijolos a Matarazzo, Antonio Fanchin que comercializava madeira para a fábrica, além do barbeiro da cidade Jair Vieira Torres, chamado para fazer a manutenção de barba e cabelos do Conde Chiquinho. A barbearia localizada em lugar estratégico na Avenida Antonio Cunha era ponto de encontro e, por certo, local de grande troca de notícias e informações da cidade. Outrossim, Jair mantinha o Conde informado dos últimos acontecimentos.

Essas e outras histórias, despertam o interesse da população acerca da edificação e desde a sua construção, em 1924, chama atenção por sua imponência. Com cerca de 481m² de área construída, à primeira vista o Palacete causa impacto. A formação do telhado, a grande janela de vidro na área da frente, bem como o gramado enchem os olhos e atraem turistas ao longo dos anos. A obra centenária é formada por quatro pavimentos, divididos entre porão, área nobre, sótão e ainda um mirante no alto da casa.



6. Palacete Matarazzo. Nota-se a beleza arquitetônica da casa em suas características originais, bem como a cerca viva de cedro em primeiro plano. Década de 1940.



7. Carlos Paulo Heuschkel, Alice Timm e Maria Timm. Vista lateral do Palacete Matarazzo e, ao fundo, a casa da Servente e do Jardineiro. Sem data.

Para surpresa da maioria do público que visita a casa, o interior da edificação não era tão luxuoso quanto se imagina. Os móveis em sua maioria eram simples e foram confeccionados pelo carpinteiro Carlos Paulo Heuschkel, avô de Alice Timm. Trabalhador das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo, Carlos era o responsável pela fabricação das caixas de madeira para armazenar a produção. Da mobília original só restaram alguns armários de madeira embutidos, o restante foi retirado quando o Palacete foi vendido na década de 1990 para o grupo Bamerindus HSBC.

Doravante, o exterior e o interior do palacete será descrito conforme as informações compartilhadas por Alice Timm e João Batista Alves, desde a distribuição dos cômodos, bem como o mobiliário e a decoração que o compunha: a entrada da casa se dava por meio de duas escadas de lados opostos que davam acesso à varanda frontal da casa, onde a Condessa Mariangela tinha o hábito de colocar bancos para apreciar a vista e o pôr-do-sol, além de ler ou bordar nas horas vagas. Dali é possível ver com precisão estratégica a chaminé da indústria que ficava a alguns metros de distância. Reza a lenda que dali o Conde conseguia controlar o trabalho dos funcionários apenas observando se havia presença ou ausência de fumaça na chaminé.

Na lateral direita da área ficava a porta principal e onde outrora foi a sala de estar. Nela ainda hoje existe a lareira que mantinha o ambiente aquecido, ladeada por estantes embutidas, idênticas a cristaleiras. O móvel da esquerda era dividido por prateleiras onde se guardavam livros e um pequeno aparelho reproduutor de filmes que a família Matarazzo trazia nas viagens. Já o armário da direita camufla uma porta que dá acesso a uma “sala secreta”, que nada mais é do que um pequeno escritório. Na sala ainda haviam sofás verdes com desenhos de pássaros e uma poltrona grande de vime sobre tapete azul e vermelho. Nesse cômodo também ficava um móvel inusitado, em formato de piano, que era usado para guardar alguns objetos.

A diante ficava a sala de jantar, ambiente amplo e confortável. Cada canto desse dessa sala era ladeado por colunas de madeira entalhadas, semelhante a colunas romanas e, ao fundo, uma lareira de tijolos, com detalhes em madeira, bronze e mármore. No meio do cômodo, sobre um tapete verde e bege, ficava uma grande mesa com

cadeiras e um guarda-louças e, completando a decoração, eram expostos pratos de porcelana coloridos, pintados com temas variados.

Saindo da sala de jantar chegava-se a três suítes. Cabe ressaltar, que estrutura residencial com sanitário, chuveiro, banheira e até mesmo água encanada era privilégio somente da elite.

A primeira suíte, à direita, era destinada para crianças, o quarto ao lado era reservado para as visitas e a suíte principal, onde dormiam o Conde e sua esposa, ficava à esquerda.

Curiosamente, no quarto do casal haviam apenas duas camas pequenas de solteiro, feitas de ferro e cobertas com roupas de cama brancas. Nas palavras de Alice Timm: “as camas eram extremamente simples e se assemelhavam a leitos hospitalares”. Havia ainda um roupeiro embutido que escondia em uma de suas portas a entrada de um banheiro espaçoso, equipado com banheira.

Em meio aos quartos encontra-se um corredor estreito, nele havia um armário onde eram guardadas as roupas de cama: lençóis, fronhas, cobertores e toalhas. No fim do corredor ficava a porta da copa e cozinha. A copa possuía uma adega especialmente de whiskys e a cozinha era provida de mesa de mármore e fogão à lenha.

Entre um cômodo e outro uma escada levava ao porão, área reservada aos serviços. O porão dividia-se em dois quartos onde os motoristas pernoitavam, banheiro, adega de vinhos, despensa para guardar mantimentos e uma pequena sala onde a zeladora passava as roupas.

Por fim, o sótão com entrada na área de trás da casa. Uma grande escada leva ao único quarto ali existente. Também é pelo sótão o acesso ao telhado, as caixas d’água e ao mirante. Por muito tempo, acreditava-se que ali ficavam vigilantes, porém o que é relatado por Alice Timm, desmistifica essa ideia. Ela conta que na realidade, os seguranças circulavam por toda propriedade e arredores, vinte e quatro horas por dia, revezando-se em turnos de oito horas e que o mirante era apenas um observatório que raramente foi utilizado.

Do jardim cultivado por muitos anos e com tanto zelo por Carlos Timm, pouco restou. Apenas se mantém alguns poucos eucaliptos no caminho que leva ao Palacete. O que se vê em fotografias

de época é um show à parte: um belíssimo jardim ornamental em estilo europeu, composto principalmente por cedrinhos podados simetricamente que circundavam a casa, formando um verdadeiro labirinto natural.

Variedades de flores compunham os jardins, cujas sementes eram cuidadosamente escolhidas pelo senhor Timm, em viagens realizadas a cidade de São Paulo. Cravinas, roseiras e alamandas amarelas eram algumas das espécies ali encontradas. Também haviam floreiras logo abaixo das janelas do palacete onde eram plantados gerânios vermelhos dando colorido a fachada. Na entrada principal floresciam jasmins que cresciam com a ajuda de arames e a mureta de pedras em frente à casa ficava encoberta por uma espécie de planta trepadeira, chamada “unha de gato”.



8. Palacete Matarazzo. Em primeiro plano nota-se a formação de um labirinto natural que contornava os arredores da residência. Década de 1940.

No entorno da casa ainda era possível encontrar uma quadra de tênis e um pomar repleto de árvores frutíferas, entre as quais destacam-se as parreiras, as quais as uvas eram comercializadas. Próximo dali, arriscaram na plantação de “tungue” para produção de óleo impermeabilizante, mas não levaram adiante o empreendimento.

Como já mencionado, na primeira casa do terreno alternaram-se pessoas que gerenciaram a fábrica Matarazzo na cidade, sendo designado para a primeira década de funcionamento do frigorífico o italiano Santo Scaciota. Contador por formação, foi convidado a administrar os anos iniciais da empresa em Jaguariaíva, vindo a residir com a esposa e seus filhos. A pedido do Conde Matarazzo, após doze

anos de trabalho regressou a São Paulo e em seu lugar foi nomeado Gerente o senhor Antônio Pássaro. Passados alguns anos, Pássaro foi destituído da função e Scaciota volta ao seu cargo de origem, completando mais de vinte anos trabalhados nas IRFM.

Já Maria Timm, tendo completado quase cinquenta anos de trabalho junto ao grupo Matarazzo, foi convidada na década de 1970 a embarcar para São Paulo para receber justa homenagem a tanto tempo de cuidados dedicados a manutenção da propriedade em Jaguariaíva. Algum tempo depois, a família Timm deixou a residência que ocupava nos fundos do palacete e dando continuidade ao serviço de zelador foi nomeado o funcionário Rosário Vieira Papa.

Em 1981, a Indústria Matarazzo vendeu boa parte de suas fábricas, entre elas, a de Jaguariaíva que nesse momento operava como Fiação e Tecelagem. A partir daí, a família Matarazzo não retornou mais a cidade e o palacete permaneceu fechado.

Nos anos 90, o grupo Bamerindus adquiriu a casa e, posteriormente, repassou a empresa Inpacel Agroflorestal que tornou-a residência particular e, em dado momento, cedeu-a por meio de locação, por um curto período, para o funcionamento de um Hotel Fazenda. A ideia era atrair turistas não só pelas belezas naturais da cidade, mas chamar atenção para construções antigas existentes na cidade, como foi publicado no Jornal O Estado do Paraná, em matéria de 10 de julho de 1992.



9. Vista lateral do antigo Palacete Matarazzo. Observa-se a presença do busto do Conde Francisco Matarazzo, que posteriormente foi furtado do local. Sem data.

Passados alguns anos a Inpacel Agroflorestal restaurou completamente o palacete e entendendo a importância histórica e cultural da edificação para a cidade de Jaguariaíva, doou a área à Prefeitura Municipal no dia 05 de maio de 2002, sendo o repasse da escritura oficializado no dia 03 de setembro do mesmo ano. A solenidade aconteceu no Horto Florestal da empresa e contou com a presença do Diretor da Inpacel João Galbério, do Prefeito Municipal Ademar Ferreira de Barros e de outras autoridades. Na ocasião o Prefeito definiu o momento como “o maior presente que Jaguariaíva já recebeu” e ainda enalteceu a visão dos diretores da empresa sobre o valor e representação do palacete.

No ano seguinte a abertura do palacete ao público foi marcado por um grande evento multicultural com apresentações, jogos, exposições e culinária. A estimativa é que naquele dia cerca da 5 mil pessoas tenham comparecido.

Anos mais tarde, em lei de autoria do vereador Fábio Benatto, o palacete foi nominado “*Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo*”, porém sem estrutura museológica e sem equipe técnica especializada, a instituição tornou-se local de exposições e visitação somente em maio de 2010, com a abertura da mostra fotográfica “O trabalho nas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo em Jaguariaíva”, sob a coordenação da Museóloga Mirella de Jesus Honorato e pesquisa da autora deste capítulo. As fotografias expostas foram cedidas por Lívia Maria Bercht, filha do Conde Attilio Matarazzo e, por consequência, neta do Conde Francesco Matarazzo e sobrinha do Conde Chiquinho.

A antiga residência dos caseiros encontrava-se em situação de abandono e ficou muitos anos sem receber qualquer tipo de cuidado. O Poder Público Municipal realizou o trabalho de revitalização, sendo entregue em maio de 2011. A partir dessa data, passou a funcionar ali, o Departamento de Cultura da cidade, passando a casa a ser denominada “*Espaço Cultural Maria Timm*”, homenageando a senhora que ali viveu quase cinquenta anos e formou sua família.

O palacete enquanto instituição museológica foi criado formalmente através da Lei Municipal nº2561/2015, com o objetivo principal de preservar e difundir a história desse espaço cultural tão sig-

nificante para o município de Jaguariaíva que, embora, praticamente inacessível no auge da empresa Matarazzo, surpreendentemente se tornou um dos símbolos de representação da cidade - uma busca rápida em meios digitais traz dezenas de imagens e citações relacionadas a ele. Esse fenômeno pode ter sido desencadeado por vários fatores: a casa pertencia a um famoso industrial com título de nobreza; a bela arquitetura diferenciada para os padrões da época em que foi construído; a lembrança de um período marcante para a história industrial da cidade e até mesmo a curiosidade que o palacete despertava no imaginário popular.

Atualmente, o casarão que completou seu primeiro centenário em 2024, abre suas portas para que o público tenha a oportunidade de conhecer os encantos do palacete ao mesmo tempo em que desmistifica uma série de histórias que só existiram na imaginação de quem não teve a chance de ver de perto esse lugar que se tornou cartão postal de Jaguariaíva e, mais que isso, ponto de referência e de memória afetiva para a maioria da população jaguariaivense.

Referências

Arquivos

Arquivo do Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo (Jaguariaíva-PR) – Fotografias 4, 5, 6, 9.

Acervo particular de Alice Timm (Arapoti-PR) – Fotografia 2, 3, 7.

Acervo particular de Hélia Maria Sampaio (Jaguariaíva-PR) – Fotografia 8.

Arquivo particular de Lívia Maria Bercht (Itu-SP) – Fotografia 1.

Entrevistas

Alves, Alice Timm. Palacete Matarazzo de Jaguariaíva. [Entrevista concedida a] Amanda Colodel, Mirella de Jesus Honorato e Plicila de Brito. Arapoti, 10 de março de 2010.

Alves, João Batista. Palacete Matarazzo de Jaguariaíva. [Entrevista concedida a] Amanda Colodel, Mirella de Jesus Honorato e Plicila de Brito. Arapoti, 10 de março de 2010.

Wasilenski, Margarida. Frigorífico Matarazzo de Jaguariaíva e Palacete Matarazzo. [Entrevista concedida a] Mirella de Jesus Honorato e Plicila de Brito. Jaguariaíva, 09 de dezembro de 2009.

Jornais e Revistas

Palacete do Conde Matarazzo é Patrimônio Histórico. **Classi & Ofertas O Quinzenário de Jaguariaíva**, Jaguariaíva, 20 de maio de 2002. Edição nº 70, ano IV, página 1.

Palacete Matarazzo é aberto ao público. **Informativo Regional**, Arapoti, 1 a 30 de Março de 2003. Edição nº133, ano XII, página 6.

Palacete Matarazzo Patrimônio Histórico Municipal. **Classi & Ofertas O Quinzenário de Jaguariaíva**, Jaguariaíva, 31 de março de 2003. Edição nº 88, ano V, página 2.

Prédio Histórico é doado ao município de Jaguariaíva pela INPACEL. **Classi & Ofertas O Quinzenário de Jaguariaíva**, Jaguariaíva, 18 de setembro de 2002. Edição nº 77, ano IV, página 6.

Livros, artigos e separatas

ABRÃO, George Roberto Washington; LOPES, Rafael Gustavo Pomim. 300 Causos de Jaguariaíva. Maringá, 2013.

BRANDÃO, Ângela. Memórias: Frigorífico das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo em Jaguariaíva. Curitiba: PNUD, 2000.

PACHECO, Conceição Scaciota. A família Scaciota e o Frigorífico Matarazzo. São Paulo, 2011.

Legislação

Lei Municipal nº 2314 de 11 de fevereiro de 2011.

Lei Municipal nº 2561 de 03 de julho de 2015.

Trabalhos acadêmicos

SILVA, Fernanda da. Memórias acerca do incêndio no ano de 1963 no Paraná: narrativas do passado à luz do presente. Ponta Grossa, 2018.

Religião e Espiritualidade



CAPÍTULO 18

DO ORÁTORIO PARTICULAR À ELEVAÇÃO DA CAPELA E FREGUESIA: DEVOÇÃO E REPRESENTAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO SANTUÁRIO DO SENHOR BOM JESUS DA PEDRA FRIA DE JAGUARIAÍVA-PR.

Ronualdo da Silva Gualume

As sesmarias e o tropeirismo

As concessões de sesmarias em terras do Paraná se deram desde o início do século XVIII. Conforme Alvará datado de 19 de março de 1704, Pedro Taques de Almeida, seus filhos e genros, todos representantes das principais famílias paulistas, requereram por sesmarias as terras que abrangiam vasta extensão territorial situada dentro dos atuais municípios de Jaguariaíva, Piraí do Sul, Castro e parte de Ponta Grossa. PINTO (1992, p. 39-40) descreve a função do sesmeiro:

“Os sesmeiros não se deslocavam com suas famílias, mandavam seus prepostos, com alguns escravos, tomar posse das terras onde conduziam algumas cabeças de gado (...)

A fazenda ficava então, sob a administração de um capataz que tinha denominação de “fazendeiro”. A população e a produção dessas sesmarias ligavam-se apenas a São Paulo e, por intermédio desta, aos centros consumidores. Viviam completamente alheia dos de Curitiba”.

A partir de 1713 o nome de José de Goes e Moraes torna-se um dos maiores sesmeiros com a área entre os rios Pitangui e o Iapó. Os sesmeiros usavam da alegação de ‘ocupação anterior’ para requerer suas partes, esses vindos das cidades de São Paulo, Santos e Paranaguá.

Em agosto de 1727, José de Goes e Moraes fez doação da sesmaria do Itaiacoca, também denominado Pitangui, à Companhia de Jesus e a 4 de novembro do mesmo ano, da sesmaria do Rio Verde aos religiosos de São Bento da Casa de Nossa Senhora do Desterro da Vila de Santos.

PINTO (1992 p. 41) observa sobre as ordens religiosas na administração das sesmarias:

“Os jesuítas de Pitangui, vendo o crescente movimento de tropeiros e viandantes, apressaram-se na construção de uma capela e a dedicaram ao orago de Santa Bárbara, para onde afluiam todos os moradores das fazendas vizinhas, “a receberem o santo pasto espiritual”.

Os religiosos de São Bento não construíram capela, em virtude da existência da vizinha em Pitangui, mas movimentaram extraordinariamente a sua fazenda, criando gado e invernando tropas”.

Já a fazenda do Capão Alto “na passagem do Iapó” foi requerida por Timóteo Correa de Goes em 1751, nela constava 1400 cabeças de gado bovino, cavalos e mulas além de três senzalas cobertas de palhas e três currais. Logo em seguida foi arrematada por José Goes e Moraes com todos os seus bens e transferiu a administração para os religiosos e Nossa Senhora do Carmo,¹ de São Paulo. PINTO (1992, p. 42) estabelece a relação da fazenda Capão Alto com o nascimento da Vila de Castro em meados do século XVIII:

1. Em 1785, com a reforma carmelita, o convento do Rio de Janeiro, sede da Província do Carmo e casa capitular, pediu aos seus conventos que realizassem inventários de seus bens. A Província do Carmo do Rio de Janeiro pertenciam os conventos do Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Angra dos Reis, Mogi das Cruzes, Vitória, além dos hospícios de Itu e Lisboa. O convento do Carmo de São Paulo possuía seis fazendas e 18 moradas de casas (SILVA, 2013, p. 147).

“Ao redor da fazenda, pouco a pouco, foi se formando um povoado, cujos habitantes se dedicavam a atender às necessidades dos tropeiros, os quais permaneciam vários dias no “pouso do Iapó” para então seguir viagem. O trabalho desenvolvido pelos carmelitas na região foi importante, pois, além, da administração de suas fazendas, dedicavam-se ao atendimento religioso da população fixa ou flutuando do Iapó, na capela do Capão Alto, realizando batismo, casamentos e atos fúnebres. Este atendimento perdurou até a construção da capela de Sant’Ana do Iapó”. (PINTO, 1992, p. 42 apud BORBA, 1972, p. 12).

As concessões das sesmarias tiveram forte relação com as paradas das tropas, fator esse que colaborou com a intenção dos sesmeiros em possuir terras conforme PINTO (1992, p. 40 apud MOREIRA, 975, p. 927), relata:

“A abertura da estrada do continente do sul, em 1730, contribuiu para que as sesmarias pertencentes aos jesuítas, localizadas na região abrangida pela futura vila de Castro, se tornasse centro de movimento de tropas vindas do sul e de Curitiba, com destino a São Paulo e no intercâmbio das fazendas circunvizinhas. A estrada das tropas passou a ser um percurso compreendido: de Jaguariaíva ao rio Tibagi, passando o rio Pirai, o Iapó e Rocha, na fazenda Maracanã, Pitangui, Itaiacoca, Cambijú, etc, deixando ao lado as futuras cidades de Castro e Ponta Grossa”.

As novas áreas de mineração no interior do país, que se constituíram no principal eixo econômico do Brasil colonial, atraíram um grande número de pessoas, estabelecendo rapidamente um importante mercado para o abastecimento das populações que nelas se adensavam. Este mercado e suas necessidades impuseram a formação de núcleos para a sustentação das atividades ligadas à mineração. (RITTTER, 1980, p. 248). Para suprir as necessidades criadas pelos povoados de mineiros, os comerciantes criaram um sistema de transporte onde os muares eram peças fundamentais. Foram as atividades econômicas do tropeirismo ligadas ao transporte, comércio e criação de animais entre as regiões do sul do país, São Paulo e as regiões mineradoras do século XVIII, que tornaram a ocupação dos Campos Gerais de forma viável.

Para atender as necessidades de caminhos de ligação entre estas regiões, foi inaugurado, em 1731, o Caminho do Viamão, que

ligava os campos do Rio Grande a Sorocaba e cruzava os Campos Gerais do Paraná. Em levantamento no ano de 1772, em toda a extensão dos Campos Gerais, tendo por eixo a “estrada das tropas”, existiam 50 grandes fazendas de criação. (PINHEIRO MACHADO, 1968, p. 29)

As tropas em direção aos campos de Sorocaba paravam ao final do dia para o pernoite, estabelecendo “pousos”, ao longo dos caminhos, correspondendo a um dia de percurso. Nestes pousos instalaram-se negociantes, construíram-se cercados para os animais e novos moradores chegaram para a prestação de serviços aos tropeiros e fazendas, transformando-se com o tempo em vilas. Estas deram origem as atuais cidades como a Lapa, Palmeira, Ponta Grossa, Castro, Piraí do Sul e Jaguariaíva. No correr das primeiras décadas do século XIX, a sociedade campeira estava estabilizada, com a grande família residindo nas fazendas à base do trabalho escravo, às vezes, indígena.

Catolicismo Tradicional e a Vila de Castro

Sob o jugo da coroa portuguesa, afirma-se que o catolicismo foi imposto no Brasil como religião oficial do Império, desde o início do processo colonizatório, sendo a única com permissão para realizar cultos públicos ou domésticos. NEGRÃO (2008, p. 262) confirma que essa aliança entre a casa real portuguesa e o Vaticano possibilitou ao Império Português legitimar seus interesses temporais e seus métodos de atuação, sob o pretexto da salvação de almas e da difusão da fé e cultura cristã. Durante o período colonial, houve um “catolicismo guerreiro”, segundo HOORNAERT (1974, p. 31-65), intimamente ligado à conquista e à preservação da nova terra e ao empreendimento colonial.

As cidades do Brasil e, principalmente, as localizadas no estado do Paraná, nascidas no período Colonial, foram definidas e estruturadas através da influência do catolicismo luso brasileiro. Após a chegada dos Portugueses ao Brasil a partir do século XVI, a delimitação do território (por motivos sociais e econômicos) esteve fortemente ligada ao fator religioso, com o catolicismo tradicional. Observa-se que as formas de evangelização desenvolvidas pelas ordens clericais

estavam intimamente interligadas ao processo de alargamento de fronteiras, de construção de vilas e povoados. Assim, o “papel dos religiosos, do sacerdote, tinha função díbia de explorar os territórios e fundamentá-los na construção/ocupação e de legitimar o caráter religioso e devocional da população” AQUINO (2011, p. 63). Faz-se mister mencionar que NEGRÃO (2008, p. 262-263) contribui ao estudar o papel fundamentador do sacerdote no período colonial, expressando de que “no resto da colônia, nos pequenos vilarejos e nos bairros rurais, onde vivia dispersa uma população de baixa densidade, raramente havia párocos locais.” O padre passava por eles apenas de quanto em quando, às vezes apenas uma vez ao ano, para o ‘desobriga’: batizar os nascidos, casar os ajuntados, ouvir as confissões, rezar a missa. Neste sentido ANDRADE (2012, p. 240) *realça* afirmando que as cidades existentes no Estado do Paraná apresentam a “Igreja Matriz como marco fundador e socializador das cidades, palco dos ofícios religiosos, da vida cotidiana”. Ao fundar um povoado, uma vila, o europeu colonizador erigia às pressas uma capela (muitas vezes pequena e de forma improvisada), para a legitimação do povoado, através da denominação católica determinava a ocupação territorial, econômica e social daquela região.

De acordo com Vera Irene Jurkevics (2004, p. 89), as múltiplas manifestações religiosas envolvendo a devoção aos santos constituem-se numa das mais antigas práticas do cristianismo. Da veneração aos primeiros mártires cristãos aos dias de hoje, o culto santoral sistematicamente ocupou um lugar de destaque, quer arraigado em antigas tradições, quer se renovando, se recriando para adaptar-se a novos contextos.

Assim, as primeiras Freguesias no Paraná Colonial foram erigidas no tocante marcado pelos primeiros habitantes que recebiam as Sesmarias do Governo Imperial para a composição e povoamento da 5^a Comarca da Província de São Paulo,² definição estabelecida para o Paraná, que pertencia, na época, a Província de São Paulo. O

2. Em 1660, o governo do Rio de Janeiro criava a Capitania de Paranaguá, extinta em 1710, sendo incorporada à Capitania de São Vicente e Santo Amaro, posteriormente à Capitania de São Paulo. Devido à grande extensão, a capitania foi dividida em duas comarcas, ficando ao sul com sede em Paranaguá; em 1812 a sede foi transferida para Curitiba, denominando-se Comarca de Curitiba a Paranaguá. Emancipou-se pela Lei nº 704, de 29/08/1853, surgindo assim a Província do Paraná (WACHOWICZ, 1972, p. 79-85).

povoamento dos Campos Gerais teve início no Século XVIII e a principal característica que fundamenta o nascimento das primeiras Freguesias foi o movimento econômico do Tropeirismo juntamente com a concessão de Sesmarias, ligando o Rio Grande do Sul à cidade de Sorocaba. A travessia das tropas dava início aos primeiros povoados e núcleos urbanos, nos quais muitos tropeiros edificaram suas moradas formando currais, rincões e coxilhas nas fazendas espalhadas pelo caminho das tropas. DITZEL et al. (2013) contribui para a melhor compreensão:

“Motivados por um interesse na exploração do comércio pecuário, os pedidos para concessão de sesmarias nos Campos Gerais atingiram um total superior a 90 até meados do século XVIII. Tais pedidos, porém, não indicavam necessária intenção dos sesmeiros em estabelecer residência fixa na região. Isso se comprova pelo alto índice de absenteísmo dos sesmeiros que, não residindo em suas terras, entregavam a administração aos “fazendeiros”. As sesmarias se diferenciavam pela extensão e localização, formando fazendas, sítios e chãos urbanos. O recenseamento de 1772 indicou a existência de 50 grandes fazendas e 125 sítios na região dos Campos Gerais. Foi o gradativo processo de partilha dessas sesmarias, por venda, herança e doação, que contribuiu para a valorização da terra e fixação das populações campeiras. A respeito da origem dos sesmeiros, as diferentes análises existentes permitem concluir que tinham procedência múltipla - São Paulo, Santos, Paranaguá e Curitiba - pertencendo a famílias ricas e poderosas desses locais. As sesmarias eram concedidas pela Coroa portuguesa, através de seus representantes na administração colonial. Impunha-se como condição para a doação que o pretendente comprovasse dispor de cabedais. Sua concessão conferia o direito de uso da terra, reforçando o prestígio e poder das famílias proprietárias e ampliando as distinções sociais”.³

Um dos centros mais importantes nos Campos Gerais do Século XVIII era a Vila de Castro. Sobre sua história para constituição de vila e freguesia, José Pedro Novaes Rosa importante memorialista em seu livro sobre “A Fundação da Cidade de Castro” (1993) apresenta que o governador da capitania de São Paulo, D. Luiz Antônio de Souza Botelho e Mourão, estimulou a vida dos núcleos, determinando a Afonso Botelho, a construção de igrejas para aquelas que já haviam reservado os dízimos contemplando “o pouso do Iapó”

3. DITZEL, Carmencita de Holleben Mello; LAMB, Roberto Edgar. **Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais**. Disponível em: <http://www.uepg.br/dicion/verbetes/a-m/campos_gerais_ocupacao.htm>. Acesso em: 13 de junho de 2022.

com a construção de uma. ROSAS, 1992, p. 16: Em carta dirigida ao Conde de Oeiras, a 27 de março de 1770, depois de comunicar-lhe as festas de outras igrejas, acrescentou: “E no seguinte mês se cantou primeira missa em dia de Santa Ana (26 de junho de 1769) na nova capela e povoação que com o nome da mesma Santa mandei principiar sob o rio Iapó”.

Em 27 de janeiro de 1770, D. Luiz mandava a Afonso Botelho, a autorização do Vigário Capitular de São Paulo, para elevar o pouso do Iapó à categoria de freguesia.

As novas divisas da freguesia foram determinadas pelo bispo da Capitania, Frei Manoel da Ressurreição em 5 de março de 1775, correndo para o norte, a cidade de São Paulo pelo rio Itararé, correndo para o sul a vila de Curitiba pelo rio Tibagi, direto à fazenda de Santa Cruz e todo o sertão.

A Freguesia de Santa Ana do Iapó prosperava, possuía regular número de moradores, companhia de cavalaria, sob o comando do capitão Francisco Carneiro Lobo, fazendas povoadas e comércio promissor. No entanto, tal alegria da freguesia é abalada pela notícia da passagem de um grande contingente de homens para reprimir a ação militar dos espanhóis em Santa Catarina e Colônia do Sacramento (Rio Grande do Sul). A Câmara de Curitiba ajudou com recursos próprios e apelos às autoridades para que nada faltasse à tropa.

“A 14 de maio de 1777, chegaram à freguesia 6000 homens armados e muniçados, para espanto geral, ali se demorando, apenas para o cumprimento de seus deveres religiosos. Forte foi a sangria requisitória de 9300 alqueires de milho, 4650 alqueires de farinha, 3000 animais arreados com suas cangalhas, 1200 reses gordas, 500 pessoas para arreieiros e peões, 20 bruacas de sala e 20 couros de surrões”. (ROSAS, 1992, p. 19).

Já em 1780 a freguesia contava com “688 almas, sendo 479 pessoas livres e 290 escravos”, abrangendo vasto território e estava subordinada administrativamente à Câmara da vila de Curitiba.

Em 1788, o Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca de Paranaguá, Francisco Leandro de Toledo Rondon, pediu a elevação da “Freguesia do Iapó” à vila. No dia 20 de janeiro de 1789 foram realizadas as solenidades de elevação da Freguesia à Vila, estando presen-

tes ao ato o Ouvidor Francisco e as principais pessoas do local: “A Freguesia do Iapó foi elevada com o nome de Vila Nova de Castro, em homenagem a Martinho de Mello e Castro, Secretário de Estado dos Negócios Ultramarinos, que com seu demasiado zelo tanto tem beneficiado à estes povos” (ROSAS, 1992, p. 21).

No auto de ereção da Vila Nova de Castro, também foram estabelecidos os limites de sua jurisdição, como segue:

(...) o qual confinado com o de Curitiba será pelas cabeceiras do rio Tibagi, a saber da parte norte a cabeceira, que nasce do pé dos matos de Santa Ceuz, e corre entre a fazenda dos Porcos, e a de Cambijú, e da parte do sul o Ribeirão de Santa Rita, que nascendo dos matos da banda do Rio Grande do Registro (Rio Iguaçú) corre por entre a fazenda de Santa Cruz, e o bairro de Carrapato, e se vai meter no tido Tibagi, e confinando o termo com o da Faxina servirá o mesmo limite da Comarca até aqui praticado (..)

A localização aproximada da área de abrangência da vila de Castro, região povoada nos anos de 1800-1830, a qual se estendia pelos atuais municípios de Ponta Grossa, Tibagi, Piraí do Sul, Jaguariaíva e Sengés.

Coronel Luciano Carneiro Lobo e Dona Izabel Branco e Silva: da doação da sede da Freguesia à construção da Matriz do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria

Auguste De Saint-Hilaire foi um botânico naturalista francês que fez suas primeiras expedições científicas no Brasil Colônia entre os anos de 1816 a 1822 período em que a corte portuguesa estava instalada na cidade do Rio de Janeiro. Na sua obra “Viagem à comarca de Curitiba” (1820), Saint-Hilare descreve de forma minuciosa os rincões dos Campos Gerais, as fazendas, as vilas e freguesias, a formação dos distritos e das cidades. Sua obra é conhecida como uma das primeiras fontes físicas a narrar a “fazenda de Jaguariaíva”, sua sede, características físicas, geográficas e do povo que a circundava.

“Após haver passado a noite à margem do Jaguariaíba, subi a colina bastante íngreme que se eleva ao lado desse rio; penetrei em um bosque inteiramente constituído de pinheiros, atravessei, em seguida, um campo; e cheguei logo depois à fazenda de Jaguariaíba, propriedade do coronel Luciano Carneiro, a quem eu havia sido recomendado por várias pessoas e do qual já tinha dito alguma coisa. Da alta elevação do terreno, onde se achava situada a sua casa, descontina-se um dos mais amplos panoramas até então por mim admirados. O terreno é ondulado e oferece à nossa vista, em todas as direções, pastos imensos entremeados de alguns mosqueteros de araucárias. Ao longe, alteiam-se vários morros que fazem parte das terras ocupadas pelos índios”. (SAINT-HILARE, 1964, p. 43 e 44).

Percebe-se que o botânico naturalista descreve com riqueza de detalhes a travessia entre o leito do rio “Jaguariaíba” até a sede da fazenda de “Jaguariaíba”, sendo as elevações e colinas as mesmas que atualmente encontra-se o Santuário do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria na região da cidade alta. Saint-Hilare continua descrevendo a fazenda e sua sede:

“A fazenda de Jaguariaíba compunha-se de uma dúzia de ranchos destinados aos negros e de algumas choças cujos moradores trabalhavam no domínio e na casa do proprietário... Ao chegar, entava-se por um extenso corredor, onde havia três quartos pequenos e escuros reservados aos hóspedes. O apartamento das mulheres também se comunicava com esse corredor, existindo em cada extremidade uma saleta, numa das quais instalaram o oratório. O prédio não era forrado e as paredes dos quartos destinados aos hóspedes não iam até o telhado. Um renque de árvores da espécie denominada figueira do campo e de aroeiras abrigava a casa dos ventos do quadrante sul, frequentemente violentíssimos nessa elevação, e dava boa sombra. Atrás dessas árvores, ficavam os currais, onde, por ocasião de minha viagem, se encontravam avultado número de animais”. (SAINT-HILARE, 1964, p. 43 e 44).

A fazenda de Jaguariaíva era vasta em terras e subdividiu-se em várias outras fazendas pertencentes aos filhos descendentes do Coronel Luciano Lobo, agregando outros moradores que foram ganhando dinheiro e prestígio com a criação e comercialização de gado para as tropas que visitavam. ROSAS (1992, p. 80) em sua obra “A Fundação de Castro” detalha a transformação da fazenda de Jaguariaíva em pouso para as tropas:

“O desenvolvimento do pouso de Jaguariaíva, foi lento e demorado, mas a presença do Coronel Luciano em sua fazenda, famoso pela sua fortuna, boas maneiras, esclarecimentos e extensas relações, atraía outros comerciantes de tropas que o procuravam para negociar, apenas movimentando o pouso de Jaguariaíva, sem desenvolvê-lo.

As suas relações, dentro e fora da Província de S. Paulo, concederam-lhe fôro de prestígio notável, recebendo da Câmara de Castro a delegação de representá-la na chegada de D. João VI a S. Paulo, com quem estreitou relações de amizade que se prolongaram com D. Pedro I”.

Entretanto, a Proclamação da Independência em 1822 alimentou o sentimento patriótico e o pertencimento, a repercussão atingiu os lugares mais longínquos. “Pensava-se, falava-se e escrevia-se sobre liberdade e independência por toda a parte, constituindo um assunto favorito das palestras...”. Não obstante, “os núcleos de Ponta Grossa, Jaguariaíva e Tibagi, sentiram a idéia dominante e procuraram libertar-se do fôro de Castro”. (ROSAS, 1992, p. 79).

Através da honrosa amizade com a coroa portuguesa, Coronel Luciano e dos sentimentos de liberdade e emancipação inspirou-se a intenção de elevar o pouso de Jaguariaíva à categoria de Freguesia do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria de Jaguariaíva, “o que conseguiu a 15 de setembro de 1823, embora sem capela paramentada, alfaias, e sede demarcada, apenas prevalecendo o seu prestígio e amizade a D. Pedro I” (ROSAS, 1992, p. 80). É importante ressaltar que na fazenda do Coronel Luciano existia um oratório⁴ particular dedicado ao Senhor Bom Jesus (Ecce Homo), que era muito bem visitado. Lembrando que para transformar uma vila, bairro ou pouso em freguesia as exigências civis e clericais no catolicismo tradicional do padroado era a construção de uma igreja colada, de uma matriz, com a presença eminentemente eclesial de um padre e as honrarias e devoções há um padroeiro (a) protetor (a), algo que naquele momento não existia, mas, mesmo assim houve um pedido de provisão pelo Coronel Luciano assinado e outorgado o alvará de criação da freguesia como consta:

4. Muito antes da fundação de Salvador, já havia oratórios e igrejinhas em Vila Velha por volta de 1536, e em Vitória chegou-se até a celebrar casamentos em uma delas. Na própria cidade de Salvador existiu de primeiro a igrejinha de Nossa Senhora da Conceição da Praia, a qual permaneceu como capela até 1623, e depois foi levantada a que seria a primeira Sé de palha, Nossa Senhora da Ajuda. (TORRES-LONDONO, 1997, p. 51 – 52).

“D. Manoel Joaquim Gonçalves d’Andrade, por Mercê de Deus, e confirmação da Santa Fé Apostólica Bisco de S. Paulo, e do Conselho de S. Magestade Imperial, etc, Aos que esta Nossa Prov. virem, saúde e Benção em o Senhor. Fazemos saber, que atendendo Nós ao q’por sua pam. Representaram o Cel. Luciano Carneiro Lobo, outros moradores nas vizinhanças de Jaguariahyva do Termo da Vila de Castro, deste nosso Bispado, e acharem-se munidos de Alvarás de Sua Magestade Imperial, da criação de uma nova Freguezia nas Visinhanças da Capella de Jaguariahyva do dito Termo. Havemos por bem pela presente conceder-lhe pa. que possa fundar, erigir e edificar Sua Igreja Matriz, com a Invocação do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria no lugar mais conveniente nas vizinhanças da Capella de Jaguariahyva do Termo da Villa de Castro com tanto que seja um lugar decente, alto, livre de humildades, desviado quanto possa ser de logares imundos e sórdidos, e de caças particulares, não sendo porém, em logares ermos e despovoados, o qual será assinalado pelo Mto. Revdo. Vigário da fita Villa de Castro, aquém pr. esta man. Ihe damos Coman., e observará o que determina a Constituição do Bispado, e deps. de acabada senão poderá nela dizer Missa sem nova licença. [...] aos 28 de maio de 1830. Eu e o Pdre. Ferd. Lopes de Camargo, Escrivão Ajudante da Camara de S. Excia. Revma. a escrevi”. (ROSAS, 1992, p. 83).

A Freguesia de Jaguariaíva não fez os quesitos exigidos pela Constituição do Bispado e foi preciso uma nova provisão solicitada a 7 de janeiro de 1832, sendo outra vez a tentativa de elevar a Freguesia sem satisfazer os requisitos mínimos.

Coronel Luciano Carneiro Lobo, infelizmente não viu seu sonho ser realizado, até o ano de 1853 a Freguesia de Jaguariaíva não possuía Igreja e foi a missão da viúva D. Izabel Branco e Silva em 15 de fevereiro de 1853, conseguir provisão para um oratório particular em sua fazenda, onde mais tarde seria a sede da paróquia da cidade de Jaguariaíva.

A importância do Coronel Luciano Lobo e D. Izabel Branca para a construção da capela estava na representação do poder no universo colonial da época. Para TORRES-LONDONO (1997, p. 53): “No século XVII, ao sul, elas simbolizaram, juntamente com o curral, as bandeiras paulistas”. Por trás de uma capela que vingava estava um grupo de colonos interessados em ser enterrados como cristãos, um senhor de engenho preocupado com a salvação de sua alma, ou

um bandeirante que queria ter reconhecido o seu arraial junto às instâncias do poder colonial.

Uma outra tentativa foi a mudança do local para a construção da sede da igreja, determinando pelo Vigário Damaso José Correa de Castro em 1832 não agradou o Governo Provincial de São Paulo, que, “por lei de 7 de setembro de 1848, autorizou a sua remoção para outro local que melhor servisse a outros moradores próximos, visto ser local escolhido em terrenos de D. Izabel, mas nenhuma providência foi tomada neste sentido até 18 de junho de 1854”. (ROSAS, 1992, p. 83).

Em meados de 1855, uma comissão da câmara dos vereadores de Castro “composta por Joaquim Carneiro Silva e Cornélio Rodrigues de Mello, a 23 de dezembro de 1855, esta apresentou o seu parecer, opinando pela mudança da sede para o bairro da Cinza, no lugar Enxovia”.⁵

Por portaria de Governo Provincial, de 6 de fevereiro de 1856, Joaquim Carneiro e Silva Lobo foi encarregado de promover a desapropriação das novas terras para a fundação da Freguesia, porém a desapropriação do terreno contrariava o desejo de D. Izabel Branco e Silva que era de elevar seu oratório particular em capela.

5. Termo de desapropriação do terreno para a construção da capela conforme documento transscrito do [Museu do Tropeiro de Castro](#) em novembro de 2022:

1854

Autuação de uma portaria do Excelentíssimo Presidente desta Província para desapropriação do terreno para a Capela do Senhor Bom Jesus.

Autuação

Ano do nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e cinqüenta e cinco, aos doze dias do mês de novembro do dito ano nesta Vila de Castro e em meu cartório e ali faço autuamento de uma portaria que me foi apresentada pelo Dr. Juiz Municipal João Miguel de Melo Taques que tudo ao diante sevê. E para constar faço este termo de autuação eu João Vicente Leite de Sampaio. Escrivão que escrevi.

Palácio do Governo do Paraná em 6 de fevereiro de 1856.

Atendendo ao que Vossa Mercê me representou em seu ofício de 23 de dezembro do ano próximo passado sobre o qual mandei ouvir a Câmara Municipal da Vila de Castro autorizo a promover a desapropriação do terreno necessário para a paróquia do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria de Jaguariaíva no lugar denominado Enxovia no bairro da Cinza, visto ser esse lugar mais populoso e mais abundante de matos e aguadas e, portanto, preferível aos terrenos pertencentes a Luis Ferreira de Almeida.

Espero que Vossa Mercê proceda nesse particular com toda a diligência ao seu alcance. Deus guarde Vossa Mercê.

Sendo assim, D. Izabel requereu ao Bispo de São Paulo a provisão para a construção da matriz das mãos de Frei Mathias em 17 de junho de 1864, percebendo que apenas a doação do terreno solucionaria os entraves da construção da igreja matriz. Conforme segue o alvará de doação:

[...] Eu abaixo assinado, tendo fervorosa devoção pela Sagrada Imagem do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria, orago desta Freguezia de Jaguariayva, desejando que se levante com a decência possível um templo com que os fieis devotos a adoremos, declaro por meio desta, que por minha livre espontânea vontade dô, como de facto doador tenho, por esmola à dita Imagem, para lhe ficar servindo de patrimônio, o terreno em que está ergindo a Capella do mesmo nome, nesta minha fazenda, com as divisas seguintes.[...] E por ser esta a minha vontade, nascida da minha devoção, passo esta escritura, feita a mero rogo por Paulo José Nunes da Cunha, e por mim assinada perante as testemunhas abaixo declaradas, e pessoal, e rogo se cunpra tudo quanto nella se contem, dando por expressas todas as formulas de direito porventura omitidas. Fazenda de Jaguariahyva, 20 de abril de 1866. Izabel Branco e Silva, Testemunhas, que este fiz e vi assinar, Paulo José Nunes da Cunha, Frederico de Almeida Mascaranha Camello, Xavier da Silva". (ROSAS, 1922, p. 98).

No primeiro livro tombo⁶ da Igreja Matriz da “Freguezia do Senhor Bom Jesus da Villa de Jaguariahyva”, datado de 4 de julho de 1879, o Vigário Foraneo Pe. Bráz Magaldi registra o episódio da doação do terreno com o “Attestado da Doação”:

“Certifico, que revendo o primeiro livro de Tombo d’esta Parochia de Castro, nelle as fls. 970 vê-se a Doação, que faz D^a Izabel Branca e Silva do terreno, em que se acha a Matriz da Freguezia de Jaguariahyva e seo subúrbio, ao Senhor Bom Jesus da Pedra Fria, Ora-

6. “O bispo, fiel ao espírito das Constituições Primeiras, pretendia fazer do “Livro de Tombo” um registro geral da administração da paróquia. Praticamente nada deveria escapar do registro, constituindo-se o livro numa fonte sobre a vida paroquial a ser consultada pelo ordinário cada seis meses. Mesmo com deficiências e lacunas, vários dos livros davam conta de importantes aspectos da vida paroquial. Regulamentadas pelo Concílio de Trento como um dos principais instrumentos de reforma da Igreja, as visitas pastorais deveriam ser anotadas no “Livro de Tombo”. Por meio de seu registro, bispos e visitadores podiam conferir o grau de obediência às determinações das constituições, das pastorais e das próprias visitas. Os “Livros de Tombo” mostram as múltiplas tensões da vida paroquial no período colonial e no século XIX. Entre estas se percebe claramente os problemas regionais surgidos da fixação de limites da jurisdição paroquial; a tensão com respeito aos privilégios e à autonomia de capelas e irmandades; os atritos entre os fieis e o pároco e as dificuldades econômicas que atravessavam as paróquias. Os “Livros de Tombo” nos trazem ainda, o inventário da cultura material das paróquias, santos e alfaiaias, cálices, sinos e velas”. (TORRES-LONDONO, 1994, p. 95-103).

go desta freguesia de Jaguariahyva desejando que se levante coma desencia possível um templo com que os fieis devotos, adoremos, declaro por meio desta, que por minha livre, vontade digo e expon-tea vontade do, como de facto doado tenho, por esmola a dita Imagem para lhe ficar servindo de Patrimonio, o terreno em que esta erigido a Capela do mesmo nome n'esta minha fazenda, 20 de abril de 1866”.⁷

Porém, mesmo com a doação do terreno para construção a Freguesia de Jaguariaíva passava por grandes dificuldades para erigir a capela tal como ROSAS, (1992, p. 96) complementa:

“A Parochia de Jaguariahyva ainda não tem Igreja Matriz e nem projeto dela. A Pia devoção de D. Izabel Branco e Silva agradece os fieis o acharem uma capela que reunidos assistem algumas missas anuais e satisfazem assim os mandamentos de Deus. Tudo dependendo de auxílio da Assembléia Provincial”.

As ponderações da Câmara Municipal impressionaram os membros da Assembléia Provincial, a situação precária da Igreja exigia o auxílio franco e generoso do Governo, que destinou determinada verba para auxiliar a construção da Igreja de Jaguariaíva, iniciado por D. Izabel Branco e Silva, e já a 17 de junho de 1864, D. Sebastião Pinto do Rego, Bispo de S. Paulo, expedia provisão de benção da matriz de Jaguariaíva, atendendo ao que requereu D. Izabel Branco e Silva, sua principal e devotada protetora, cuja benção, por autorização do padre Damaso, procedeu-a Fr. Matias a 17 de junho de 1864”.

Infelizmente o auxílio da Província não foi possível ficando a cargo da Câmara de Castro requerer, providenciar e administrar o término e ampliação da Igreja Matriz da Freguesia de Jaguariaíva com o intermédio e articulação iniciada pelo Padre Damasio.

ROSAS (1992, p. 99) observa o papel dos padres colados na freguesia:

“O Padre Damaso trabalhava sempre, resignado e confiantes no tempo e em sua perseverança, não lhe faltando a colaboração dos seus valorosos coadjutores: 1º o Ver. Manoel Quintilhano Teixeira, 2º o Ver. Francisco Paes da Silva Tavares, 3º, desde 31 de dezembro de 1855, o abnegado capuchinho Fr. Matias de Genova. Este homem extraordinário, exemplo de renúncia e desprendimentos, virtuoso, altruísta e digno, percorreu campos e sertões, esmolando e pedindo em benefício da Igreja, e, os donativos vários que obtinha, colocava-os em leilões, convertendo-os em dinheiro para empregá-

7. Primeiro Livro Tombo da Parochia do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria, Jaguariahyva, 1879 – 1908, p. 3.

-lo na construção do grande templo. Escultor, pintor, aproveitava os momentos de permanência na Cidade no trabalho das imagens, que hoje ornam os altares da Matriz”.

A Matriz da Freguesia de Jaguariaíva dependia dos padres da Comarca Eclesiástica de Castro, que faziam visitas extemporâneas para o “desobriga”,⁸ mesmo com todas as dificuldades ao erigir a Igreja Matriz, faltava o símbolo da Freguesia, um padre colado que residisse na comunidade de forma efetiva. Enquanto isso, foram os padres vigários que percorriam os rincões, levando dias para chegar de Castro a Jaguariaíva.

O Livro Tombo da Capela de Jaguariaíva, 1879, p. 11 a 12 narra como eram as visitas dos padres vigários,

“O Padre João Evangelista Braga, Presbytero Secular do Bispado de S.Paulo, ex-professor de Eloquência As-grada e ex Director Espiritual no Seminário Episcopal, Vigário Geral Forense do Paraná por Provisão da S. Exm^a. Revdm^a. o Sr. Bispo Diocesano Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, etc. Faço saber que continuando o serviço de vizitação das Parochias da Comarca de Castro, depois de haver visitado as parochias de Ponta Grossa; Candeas, Imbituva, Castro e Pirahy, desta ultima, aos vinte dias do mez de Abril de mil oito centos oitenta e sete annos, pelas quatro horas da tarde, segui para a parochia do Senhor Bom Jesus da Villa de Jaguariahyva daquelle mesma Comarca, e no dia seguinte pelas tres horas da tarde, cheguei á sede da Freguesia, em Companhia do Reverendíssimo Senhor Cônego Sisenando da Crus Dias, Vigário da Vara da Comarca, e Vigário En-commendado das parochias de Castro e (...) de Pirahy e Jaguariahyva. No dia vinte e dois daquelle mez; ou no dia imediatamente ao da minha che-gada, após a celebração do Santo Sacrificio da mis-sa, na igreja matriz, em presença do Revdm^o Vigario Conego Sisando da Crus Dias, e numeroso círculo de fieis, ahí a visita, cujo serviço continuei até vinte quatro á noite, por ter de fazer a visita á parochia vizinha ou de São Jose da Boa Vista, e regressando desta, a tres de Maio encerrei a visi-ta do (...) durante a visita e do mais quelhe- concerne julgo dever em Provimento (...) algumas considerações, alem do que deixara em capi-tulos especiaes”⁹.

Nessas visitas dos padres colados da Comarca Eclesiástica de Castro, o vigário Brás Magaldi, narra no livro tombo o resumo de

8. Batizar os nascidos, casar os ajuntados, ouvir as confissões, rezar a missa.

9. Primeiro Livro Tombo da Parochia do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria, Jaguariahyva, 1879 – 1908, p. 11 e 12.

umas das visitas à Freguesia de Jaguariaíva e como eram as condições encontradas da igreja matriz, “verificou-se haverem sido chrismadas, no tempo da vizitação, 1,564 (mil quinhentos e sessenta e quatro pessoas), sendo 1,078 na igreja matriz de Jaguariahyva, 80 pessoas no Bairro da Cinza e 406 na capellinha do Serrado”.¹⁰

“Na séde da Freguesia ha somente um templo, que é a igreja matriz parochial, que acha-se collocado em um dos lados do fundo do pateo, tendo um inter-vallo entre as casas da ma que feicham o largo da matriz, seguindo-se do lado E – duas nas de casas. Não é muito grande, mas basta para a população que costuma frequental-a. Alem do altar-mór há alguns altares lateraes nos lados, para dentro das arcadas do Tem altar, um pequeno trono, onde está collocado a Imagem do Padroeiro; e uma pequena sachristia no fundo. Conserva-se e estava a igreja decente e com ordem. Na sachristia a uma mesa com ga-vêtas e um bahú de folha, na falta de arcas, em paramentos e o mais necessário para a celebra-ção da missa; entre os paramentos há alguns finos da sede e deixados. A pia baptismal é decente, está em lugar separado. corpo da igreja. A matriz exige alguns retoques e melhoramentos, com que não só se tornará mais bella, mas ainda mais duravel. No corpo da igreja, lado da epistola, conchegado á parede lateral há um carneiro, em que jazemos restos mortaes da Exm^a. Sr^a. D^a. Izabel Branca e Silva, nascida em Parana-guá em 1795, que ficara viuva por falecimento de seo 1º marido o Coronel Luciano Carneiro Lobo, e falecida a 17 de agosto de 1870, fora fundadora da ora extincta Capella de Jaguariahyva”.¹¹

O livro tombo¹² também narra a 1^a visita de Dom José de Camargo Barros, Bispo da recém-criada diocese¹³ de Curitiba. A primeira visita deu-se em 30.10.1897, vindo de “Pirahy” de carro, ficou

10. Primeiro Livro Tombo da Parochia do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria, Jaguariahyva, 1879 – 1908, p. 12.

11. Primeiro Livro Tombo da Parochia do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria, Jaguariahyva, 1879 – 1908, p. 12.

12. Primeiro Livro Tombo da Parochia do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria, Jaguariahyva, 1879 – 1908, p. 35.

13. Criação da diocese de Curitiba, a primeira do Paraná, em 27 de abril de 1892 pela Bula Ad Universas Orbis Ecclesias (Para as Igrejas Universais do Mundo) pelo Papa Leão XIII. Desmembrada da diocese de São Paulo (território do Paraná) e da Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro (território de Santa Catarina), a diocese paranaense abrangia um território com 295.485 km², com uma população de 700 mil habitantes e 78 paróquias nos dois Estados e nove curatos no Paraná. Depois de instalada, a diocese de Curitiba passou a pertencer à arquidiocese do Rio de Janeiro até 1908 quando se tornou sufragânea da arquidiocese de São Paulo. Elevada a essa condição em sete de junho do mesmo ano teve como primeiro bispo Dom José de Camargo Barros (1858-1906), empossado somente em 1894 e tendo governado até abril de 1904 quando foi transferido pelo Papa Pio X para a diocese de São Paulo. (FEDALTO, 2014, p. 145).

instalado na casa do Coronel Manoel Ruivo que ficava próximo a matriz. Foram um total de 5 dias, sendo a celebração de missas todos os dias; a prática e estudo do catecismo; 1^a comunhão; novenas; procissão aos mortos e examinação dos livros paroquias. Saldo de 350 pessoas crismadas e 20 casamentos. Já na 2^a visita datada de 22.06.1903 foram 8 dias, devido à uma forte chuva que caía as celebrações foram prolongadas com saldo de 223 pessoas crismadas e 120 que fizeram a 1^a comunhão.

Os bispos, em suas visitas feitas pessoalmente, ou através dos visitadores eclesiásticos, ou ainda por meio dos informes dos párocos, exerceram uma vigilância sobre o cotidiano, paroquial e, por extensão, sobre a vida dos fiéis. Verifica-se, assim, a presença da ordem, que, partindo da matriz das paróquias, deveria se estender também às capelas e irmãndades, alcançando através dos bispos até mesmo as ordens religiosas.

Centro da Missão dos Capuchinhos no Paraná – Jaguariaíva “A Porciúncula Missionária”

A primeira missão capuchinha no Paraná ocorreu ainda no século XIX, com frades italianos. Em seguida, em 1911, outros três religiosos, Frei Timóteo de Castelnovo, Frei Matias de Gênova e Frei Luis de Cimitile, vindos do Comissariado de São Paulo foram enviados para reativar o aldeamento de São Pedro Alcântara e o aldeamento de São Jerônimo, na região de Jataí, às margens do Rio Tibagi, porém, permaneceram na região apenas durante um ano, sendo então removidos para outras regiões, devido à grande extensão territorial e à falta de sacerdotes para atender a todas as necessidades do Estado.

A região permaneceu até o ano de 1919 sem a presença de missionários capuchinhos, quando, em maio do mesmo ano, o bispo de Curitiba, Dom João Francisco Braga, em visita a Roma, marcou audiência com o papa Bento XV (1914-1922), com o objetivo de solicitar missionários para ocupar os postos da diocese que se encontrava carente de sacerdotes. Antes, porém, se encontrou também com frei Lucas de Pádua, pregador apostólico capuchinho em Roma, e este o

aconselhou a conversar com o Provincial de Veneza, frei Serafim de Údine. Sabendo do encontro, o papa autorizou Dom João a fazer a petição ao prelado de Veneza em seu nome.

Quando o bispo de Curitiba chegou a Veneza, frei Serafim convocou os irmãos da Família Capuchinha, espalhados nas diversas residências da cidade para assistirem a uma Conferência proferida pelo religioso brasileiro sobre a política, a moral, o cotidiano e o trabalho apostólico a ser realizado nas áreas de responsabilidade da diocese de Curitiba, no Paraná.¹⁴

Após a Conferência, quatro padres foram enviados à missão no Paraná e, em 17 de setembro de 1919, embarcaram em Gênova rumo ao porto do Rio de Janeiro, quando, ao desembarcar, foram recebidos pelos confrades da Província de Messina. Permaneceram na então Capital Federal até o mês de dezembro, quando partiram a São Paulo, para aguardar as ordens do bispo de Curitiba e então tomarem posse da missão.

“Chegados ao Paraná os primeiros Capuchinhos foram lhe confiadas pelo então bispo de Curitiba (que o era do Paraná Inteiro) D. João Francisco Braga, as Paróquias de Cerro Azul e de Tomazina, pertencendo a esta a atual paróquia de Siqueira Campos”. (RIBEIRO PRETO, 1948, p. 25).

Em janeiro de 1920, os frades venezianos iniciaram a missão no Paraná e, com menos de um ano de permanência em solo brasileiro, outros quatro frades foram enviados de Veneza para ajudar na obra paranaense, e nos próximos anos, a missão recebeu outros nove frades, entre eles, cinco padres. De 1931 até 1940, são enviados de Veneza um total de 26 religiosos, incluindo padres, freis e estudantes.

Nesses primeiros anos de missão, a obra dos capuchinhos no Paraná enfrentou uma série de entraves como a falta de estrutura, a pequena quantidade de missionários para atender o território a eles

14. Até 1892, o Paraná integrava a diocese de São Paulo, quando então foi criada a diocese de Curitiba, com jurisdição sobre todo o território do Paraná e de Santa Catarina. História da Província Capuchinha do Paraná e Santa Catarina 2 Em 1908, tomou posse o segundo bispo de Curitiba: D. João Francisco Braga. Homem de grande cultura e tino pastoral, preocupou-se com a carência de clero. Por isso, viajou à Europa a fim de contatar Ordens e Congregações religiosas para ajudá-lo no Paraná. Consegiu trazer os Passionistas, os Estigmatinos, os Josefinos e os CAPUCHINHOS italianos da Província Vêneta, Itália.

confiado, a falta de recursos econômicos e, o mais grave, se considerando o objetivo missionário, que era enquadrar a Igreja Católica brasileira no processo de romanização, pois o interior estava repleto de representações típicos do catolicismo popular e ainda, principalmente em áreas de colonização alemã, influências do protestantismo luterano, além de algumas regiões onde a religiosidade se caracteriza pelo

“espiritismo com sua carga de trapaças e loucuras. A Maçonaria disfarçada e hipócrita, afastando de Deus e da Igreja a famigerada elite, envolvendo-a em suas malhas pelo Rotary Club. Não faltam os que desvirtuam a santidade do Sacramento do matrimônio, defendendo e propagando só o contrato civil, sem Deus. Completam a fila os que passam a vida em divertimentos mundanos, ridicularizando as almas boas e religiosas”. (RIBEIRÃO PRETO, 1948, p. 81).

No início de 1938, seguindo a vontade do superior provincial de Veneza, foi implantado na missão do Paraná, um centro de estudos filosóficos e teológicos, com o objetivo de iniciar a formação de futuros religiosos em território brasileiro.

Durante os anos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Província não enviou missionários para o país, porém, logo que o conflito terminou, mais cinco jovens foram enviados e, em 1947, uma última leva com sete frades. Durante este período, não só chegaram franciscanos à Custódia do Paraná, mas outros regressaram a Província de Veneza e outros faleceram em terras brasileiras.

A paróquia de Jaguariaíva pertencia a Diocese de Curitiba, que também foi entregue aos cuidados da Ordem Capuchinha que, a partir de 1920, começou seus trabalhos na região, liderados por frei Ricardo de Vescovana.

Jaguariaíva se tornou a primeira sede da Missão, onde foi erigida canonicamente a *casa religiosa*, aos 22 de julho de 1922, para residência do Superior Regular. A igreja que fora construída em 1870, era dedicada ao *Ecce Homo* (Bom Jesus da Pedra Fria), sendo considerada, desde o começo por todos os missionários, como a “*Porciúncula Missionária*”.¹⁵

15. “Foi ali que São Francisco ouviu o Santo Evangelho do envio missionário dos 12 apóstolos e, após pedir explicações ao padre ao final da Missa, exclamou: ‘É isso que desejo e quero!’. É o local da grande descoberta da vocação, é também onde Santa Clara se consagrou e os frades se congregavam para tomar decisões, rezar, se encontrar. Ali nasceu a forma franciscana de vocação à

Figura 1 - Jaguariaíva - A primeira sede superior regular da missão.



Fonte: Página inicial dos Freis Capuchinhos no Paraná.

Cerro Azul foi o primeiro campo missionário dos freis, junto à Paróquia dedicada à Nossa Senhora da Guia, erigida em 1872 e confiada aos capuchinhos em 1920. Anos mais tarde, foram construídos uma escola elementar e um hospital, favorecido pela abertura da estrada que interligava Jaguariaíva a Cerro Azul, dando forte impulso à cidade.

O segundo grupo italiano, com quatro freis Vênetos, vieram para o Brasil em 1920, chegando em Jaguariaíva em 02 de setembro de 1920: Frei Donato de Valleggio, Frei Juliano de Fonzazzo, Frei Bentivoglio de Treviso e Frei Gotardo de Mondelebotte. Aos 23 de novembro de 1923, foi iniciada a construção do primeiro convento no bairro das Mercês, em Curitiba-PR, onde também foi instalado o primeiro seminário, que vem a ser inaugurado em 1925 e passa a ser a sede oficial dos missionários Capuchinhos, contando com a benção do Ministro Geral Padre José Antonio de S. Giovanni in Persiceto que realizou a primeira visita canônica à Missão.

Sob a regência de Dom Francisco Braga e graças a seus esforços, aos 10 de maio de 1926, a Diocese de Curitiba foi elevada à Província Eclesiástica do Paraná, tornando assim Arquidiocese, pela Bula “*QUUM IN DIES*”, do Papa Pio XI. Nesta mesma bula são criadas as dioceses de Paranaguá, Jacarezinho e a Prelazia de Foz do Iguaçu e a Diocese de Ponta Grossa. A Igreja das Mercês, inaugurada

vida evangélica. Quando falamos em Porciúncula, reunimos todos os elementos e valores da nossa espiritualidade; representa a essência do carisma.”

no dia 29 de setembro de 1929, veio a solidificar a devoção à Nossa Senhora das Mercês.

A partir de 1926, a Paróquia do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria, começa a ser administrada pela a Diocese de Jacarezinho¹⁶ tendo como primeiro bispo Dom Fernando Taddei.¹⁷

Foi fundado na paróquia pelos capuchinhos uma gruta em 1942 pelo Frei Teófilo de Thiene conforme imagens abaixo:

Figura 2 - Frei Theófilo de Thiene juntamente com paroquianos



Fonte: Santuário Diocesano do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria.

Figura 3 - Jaguariaiva (Gruta construída em 1942. Vig. Fr. Teofilo, Ajud. Fr. Tomaz, Diret. Col. Irmã Matilde, Ajud. Irmã Afonsa. Autor da obra José Carrer)



Fonte: Santuário Diocesano do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria.

16. A arquidiocese de Curitiba contava então com 29 paróquias, Ponta Grossa com 12, Jacarezinho com 9 e Foz do Iguaçu com uma.

17. Enquanto a Diocese ainda não tinha bispo, Dom João Francisco Braga, Arcebispo de Curitiba, ficou sendo o Administrador Apostólico. A escolha do bispo recaiu sobre o padre italiano Fernando Taddei, da Congregação da Missão², sendo sagrado bispo no Rio de Janeiro na Igreja do Colégio da Imaculada Conceição aos 29 de junho de 1927.

Figura 4 - Jaguariaiva - (Freis Damião de Thiene, Tomás de Moruzzo, Paulino de Premaniaci, Teófilo de Thiene, Basílio de Montecchio-29.3.1947) -



Fonte: Santuário Diocesano do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria.

Também foi erguido o Educandário Bom Jesus, construído pelo frei Irineu de Pádua, com o auxílio da população local e entregue aos cuidados das Irmãs da Sagrada Família e, já no primeiro ano de funcionamento, mantinha um total de 160 alunos matriculados.

E a pedra fundamental para a construção da igreja de São Francisco de Assis na região da cidade baixa em meados de 1954.

Figura 5 - Construção da Igreja São Francisco de Assis - cidade baixa.



Fonte: Santuário Diocesano do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria.

Figura 6 - Igreja S. Francisco de Assis e Sta. Terezinha - cidade baixa



Fonte: Santuário Diocesano do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria.

Santuário Diocesano do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria

A igreja funcionou como Matriz, paróquia da cidade até 1964, quando essa função foi atribuída à Igreja São Francisco de Assis,¹⁸ construída na parte baixa da cidade, área para a qual se deslocara o centro social e econômico.

Elenca-se aqui um breve histórico que a igreja matriz sofreu até sua elevação como santuário diocesano a partir do resgate histórico da Rota do Rosário.¹⁹

Figura 7 - Praça Dona Izabel e ao fundo a Paróquia do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria (1940).



Fonte: Santuário Diocesano do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria.

18. Idealizada pelos Freis Menores Capuchinhos quando estiveram à frente da administração eclesiástica e pastoral.

19. Santuário Diocesano do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria – Rota do Rosário. Disponível em: <rotadorosario.org>. Acessado em 27.12.2022.

Figura 8 - Praça Dona Izabel e a Paróquia do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria.



Fonte: Santuário Diocesano do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria.

Figura 9 - Interior da Paróquia do Senhor Bom Jesus da Pedra fria. Quaresma. Frei Beda de Gavello.



Fonte: Santuário Diocesano do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria.

A perda da sua função de matriz provocou sua desativação por alguns anos. Em 1964 com os padres da Congregação dos Marianos da Imaculada Conceição, foi reaberta com vida paroquial, mas sem o decreto diocesano, por força da pressão da comunidade e ação das autoridades eclesiásticas locais, que procederam a sua reforma e ampliação. O decreto foi efetivado pela autoridade diocesana no ano de 1986.

02/02/1986 – Reativação da Paróquia Santuário do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria, pelo Bispo Coadjutor e Administrador Apostólico Dom Conrado Walter, SAC e a nomeação do pároco Padre Genézio Bertinatti, passando aos cuidados dos padres Diocesanos de Jacarezinho o pastoreio da referida paróquia de Jaguariaíva-Pr.

08/01/2012 – Toma posse, como pároco, o Padre Cezar Augusto Garcia, este por sua vez, recebeu no dia 01 de agosto de 2012 como vigário paroquial Padre Arnaldo Inocêncio Pires, para colaborar nas funções pastorais do Santuário. No período de sua administração foi a pedra fundamental da nova casa paroquial e iniciada a construção tendo o seu quase término, devido a antiga casa paroquial ter sido reestruturada como novo escritório paroquial do Santuário.

01/01/2016 – Toma posse como Pároco e Reitor o Padre Maycon Jose da Silva e como Vigário Paroquial Padre Antônio de Pádua Silva Alencar. Neste período iniciou as obras de restauração do Santuário, que ainda permanecem. Algo importante a destacar neste início de trabalho paroquial, é a elevação solene por meio de decreto diocesano de Dom Antônio Braz Benevente, Bispo Diocesano de Jacarezinho, a paróquia do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria oficialmente como Santuário Diocesano, pertencente à Diocese de Jacarezinho. Na mesma data foi dedicada a Igreja e consagrado o novo altar e ambão, realizado o lançamento do Brasão do Santuário.

Figura 10 - Interior do Santuário do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria (2022)



Fonte: Acervo próprio.

Figura 11 - Busto de Dona Izabel Branco e Silva, praça com o mesmo e o Santuário do Bom Jesus da Pedra Fria. (2022)



Fonte: Acervo Próprio

O programa arquitetônico tradicional da nave: Duas torres, capela-mor e sacristia. A composição plástica revela o confronto entre um arcabouço luso-brasileiro com um vocabulário neogótico, em voga na arquitetura religiosa da segunda metade do século XIX, notadamente no estado do Paraná, por influência do clero de origem alemã. Contrapõem-se, assim, nossa igreja, uma volumetria e uma disposição de cheios e vazios típicos da tradição lusitana, com as envasaduras ogivais e os zimbórios delgados da torre, característicos da contribuição do imigrante do Norte da Europa. (ROTA DO ROSÁRIO, 2022).



20

20. Brasão elaborado pelo Heraldista Raul Breno Marquardt e instituído em 14 de agosto de 2016.

Escudo esquartelado. O primeiro de goles (vermelho) com uma pomba do Divino Espírito Santo de prata, aureolada e radiante de ouro; o segundo de goles com o clássico monograma de Maria, formado pelas letras “A” e “M” de prata e sobrepostas; o terceiro de prata com um tropeiro montado em uma mula, tudo ao natural, firmada sobre um contra chefe de sinopla (verde); o quarto de prata com uma araucária ao natural, plantado em um contra chefe de verde; e brocante sobre os traços do esquartelado e firmada nos bordos do escudo, uma cruz trebolada de ouro, carregada de cinco rubis redondos, um em cada ponta da cruz e um no seu centro. O escudo está assentado sobre a cruz processional de ouro, de apenas uma haste horizontal. Sob o escudo um listel de prata, forrado de vermelho com os dizeres “SANTUÁRIO DIOCESANO DO SENHOR BOM JESUS DA PEDRA FRIA” escrito em letras maiúsculas de sable (preto). (ROTA DO ROSÁRIO, 2022).

Ó Senhor Bom Jesus, aqui me tendes aos vossos pés, para implorar-vos um olhar de misericórdia, que inflame o meu pobre coração. Abri vossos lábios que jorram vida eterna e que eu escute aquela voz poderosa que operou tantos milagres na terra: abriu os olhos aos cegos, curou os doentes, deu vida aos mortos, acalmou as tempestades, consolou os aflitos e converteu os pecadores. Ó Senhor Bom Jesus, fonte inesgotável de perdão e de caridade, concedei-me todas as graças de que necessita a minha alma, para viver sempre na vossa amizade e no vosso amor. Assim seja.

Referências

ANDRADE, Solange Ramos de. **O culto aos santos**: A religiosidade católica e seu hibridismo. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano III, n. 7, Mai, 2010.

AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização: a criação de dioceses no Estado do Paraná durante a Primeira República (1892-1926). **Revista espaço da sophia**, v. espec., p. 63-82, 2011.

DITZEL, Carmencita de Holleben Mello; LAMB, Roberto Edgar. **Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais**. Disponível em: <http://www.uepg.br/dicion/verbetes/a-m/campos_gerais_ocupacao.htm>. Acesso em: 13 de junho de 2022.

- FEDALTO, P. A. M. (Dom). **História da Igreja no Paraná**: contribuição de Dom Pedro Antônio Marchetti Fedalto para a celebração do Jubileu de Ouro do Regional Sul 2 da CNBB. Curitiba: Serzegraf Indústria e Editora Gráfica Ltda, 2014. 588 p.
- HOORNAERT, Eduardo. **Formação do Catolicismo brasileiro: 1550-1800**. Petrópolis: Vozes, 1974.
- JURKEVICS, Vera Irene. **Os Santos da Igreja e os Santos do povo**: devoções e manifestações religiosidade popular. Curitiba, 2004. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual do Paraná.
- NEGRÃO, Lírias Nogueira. Pluralismo e multiplicidades religiosas no Brasil contemporâneo. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 23, n. 2, p. 261-279, maio/ago. 2008.
- PINTO, E. A. **Vila de Castro**: população e domicílios (1801 – 1830). 1992. Tese (Doutorado) – Curso em História Demográfica, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1992.
- PINHEIRO MACHADO B. 1968. Formação histórica. In: BALHANA AP, PINHEIRO MACHADO B (Eds.), **Campos Gerais**: Estruturas Agrárias. Curitiba: Faculdade de Filosofia, Universidade Federal do Paraná, p.29-54.
- RIBEIRAO PRETO, P. Frei Inácio de. **A custódia Provincial dos padres capuchinhos nos estados do Paraná e Santa Catarina de 1920 até os dias de hoje**. Santo Antônio da Platina. Convento de Santo Antônio, 1948.
- ROSAS, J. P. N. **A fundação da cidade de Castro**. 2ª edição. Castro: 1992.
- RITTER, Mariana Lourdes. **As sesmarias do Paraná no século XVIII**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico Etnográfico Paranaense, 1980. 248p.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Comarca de Curitiba**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.
- TORRES-LONDOÑO, F. Cotidiano paroquial e livros tombos. **Revista de Cultura Teologica**. PUC: ano II, nº 7, ABR/JUN de 1994.
- TORRES-LONDOÑO, F. **Paróquia e comunidade no Brasil – Perspectiva histórica**. São Paulo: Paulus, 1997.

Fonte

Primeiro Livro Tombo da Parochia do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria, Jaguariahyva, 1879 – 1908

CAPÍTULO 19

DO CENTRO ESPÍRITA ALLAN KARDEC AO LINS DE VASCONCELLOS: O ESPIRITISMO EM JAGUARIAÍVA-PR

Fábio Mauricio Holzmann Maia

Introdução

As manifestações de fé e religiosidade são características marcantes da cultura de uma sociedade. Nesse sentido a arena religiosa apresenta muitas possibilidades, vindo a constituir-se o universo da fé numa diversidade considerável de formas de crer em um ser superior, e ainda na busca de explicar as origens do universo e do ser humano, bem como dos sofrimentos por que se passa e especialmente a questão mais temida pela humanidade: a morte.

Também a filosofia busca desde tempos recuados explicar quem somos, de onde viemos e para onde vamos. Ou seja, tanto as religiões quanto a filosofia vêm desde há muito tentando encontrar respostas para as inquietações humanas.

Todas essas reflexões de caráter filosófico, ou religioso tem encontrado diferentes respostas conforme o agente que tenta explicá-las. Dentre as diversas manifestações de fé existentes, encontramos o Espiritismo.

O Espiritismo, nasceu na França do século XIX, a partir da busca de respostas, não por um padre, pastor ou teólogo, mas de um cientista e professor chamado Hyppolyte-Léon Denizard Rivail, que se tornaria mundialmente conhecido pelo pseudônimo Allan Kardec.

De formação Positivista/Illuminista, o professor Rivail, foi convidado no ano de 1855 a observar com alguns curiosos a fenômenos que estavam muito em voga em Paris. Eram as “Mesas Girantes”. Trata-se de reuniões onde as mesas “respondiam” a partir de um código por pancadas a perguntas formuladas pelos espectadores. Allan Kardec, assim escreveu sobre esse fenômeno:

“O primeiro fato observado foi a movimentação de objetos diversos. Designaram-no vulgarmente de mesas girantes ou dança das mesas. Este fenômeno, que parece ter sido notado primeiramente na América, ou, melhor, se repetiu nesse país, por quanto a história prova que ele remonta à mais alta antiguidade, se produziu rodeado de circunstâncias estranhas, tais como ruídos insólitos, pancadas sem nenhuma causa ostensiva. Em seguida, propagou-se rapidamente pela Europa e pelas outras partes do mundo. A princípio quase que só encontrou incredulidade, porém ao cabo de pouco tempo, a multiplicidade das experiências não mais permitiu lhe pusessem em dúvida a realidade”¹.

Depois de muito relutar, o professor Rivail compareceu a uma dessas reuniões, em que observando o fenômeno deduziu que por traz daqueles objetos inanimados que pareciam ganhar vida deveria haver uma inteligência e passou então a formular questões de caráter filosófico que resultaram dois anos após o início das pesquisas na obra “O Livro dos Espíritos”, que teve sua primeira edição publicada em Paris contendo 501 perguntas e respostas. Esta obra foi lançada em 18 de abril de 1857. Já a partir da segunda edição a obra passou a ter 1019 questões.

Allan Kardec ainda publicou outros quatro livros que passaram juntamente com o Livro dos Espíritos a compor o chamado Pentateuco das obras básicas da Doutrina Espírita. São eles, O Livro dos Médiuns, publicado em 1861, O Evangelho Segundo o Espiritismo, publicado em 1864, O Céu e o Inferno, publicado em 1865 e A Gênese, publicado em 1868.

1. KARDEC, Allan. **O Livro dos Espíritos**. Introdução. P. 21

Além dessas obras que como já foi dito constituem a base doutrinária do Espiritismo, Kardec publicou entre 1858 e 1869 a Revista Espírita com edições mensais, e também os seguintes livros: O que é o Espiritismo; Viagem Espírita – 1862; Instruções Práticas Sobre Manifestações Espíritas; O Espiritismo na Sua Expressão Mais Simples; Resumo da Lei dos Fenômenos Espíritas; Caráter da Revelação Espírita; Catálogo Racional das Obras para se fundar uma Biblioteca Espírita.

Allan Kardec faleceu em 1869, entretanto, o Espiritismo iria se consolidar do outro lado do Atlântico.

O Espiritismo no Brasil

Desde o período colonial, a influência do catolicismo no Brasil foi de alta significação. Mesmo após a independência a Igreja Católica manteve-se ligada ao Estado Brasileiro e o catolicismo era a religião oficial do Império conforme ficou estabelecido pela Constituição de 1824 em seu artigo 5º

“Art. 5. A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma de exterior do Templo”.²

O que se percebe, é que embora o catolicismo gozasse do privilégio de ser a religião oficial do Estado Brasileiro, havia na lei a possibilidade de se desenvolver outros cultos, o que explica a chegada do Espiritismo no país ainda durante o Segundo Reinado em 1865.

De acordo com o Historiador Flamarion Laba da Costa,

“(...) há unanimidade entre os autores que pesquisam sobre os primórdios do Espiritismo no Brasil de que o primeiro grupo espírita foi organizado por Luis Olímpio Teles de Menezes na cidade de Salvador na Bahia em 1865 e denominou-se ‘Grupo Familiar de Espiritismo’.³

2. Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm

3. COSTA, Flamarion Laba da. **Trabalho, Solidariedade e Tolerância** (A Sociedade Espírita Francisco de Assis de Amparo aos Necessitados – 1912 - 1989). P. 40

Mais tarde, em 1873, foi fundada no Rio de Janeiro a “Sociedade de Estudos Espíriticos Grupo Confúcio”, e onze anos mais tarde, Augusto Elias da silva fundava também na mesma cidade a Federação Espírita Brasileira – hoje instituição maior na unificação do movimento Espírita no Brasil – com o objetivo de promover o estudo, a prática e a difusão da Doutrina Espírita, fundamentando-se nas obras básicas da codificação Kardequiana.⁴

Durante as comemorações do Centenário de nascimento de Allan Kardec em outubro de 1904 foram aprovadas as “Bases da Organização Espírita”, documento norteador do Movimento Espírita no Brasil. Também se definiu naquele momento pela criação de órgãos federativos estaduais, nas capitais dos estados brasileiros, visando ao fortalecimento do Movimento Espírita Nacional.⁵

O Espiritismo no Paraná e nos Campos Gerais

No Paraná, as primeiras notícias do Espiritismo foram trazidas por Manoel José da Costa Cunha, por volta de 1870. Dedicado ao estudo das obras de Alan Kardec, foi ele o fundador do Centro Espírita de Curitiba. Fundou também a primeira “Assistência aos Necessitados”, voltada à distribuição de gêneros, roupas e dinheiro aos pobres de Curitiba.⁶

Em 1902, foi a vez de um grupo de idealistas pela unificação do Movimento Espírita no Estado criarem um órgão federativo. Surgia assim a Federação Espírita do Paraná.

A primeira sessão pública de Federação Espírita do Paraná aconteceu no dia 3 de outubro de 1904, na sede da Associação dos Empregados do Comércio, e foi presidida pelo Dr. Sebastião Paraná, então presidente da FEP.⁷

4. Federação Espírita Brasileira. **Revista Reformador**. Fevereiro de 1954. P. 45

5. MAIA, Fábio Mauricio Holzmann. **Os Trabalhadores da Primeira Hora**: um olhar sobre os cem anos de Espiritismo nos Campos Gerais. P. 24

6. Mundo Espírita – Órgão de divulgação da Federação Espírita do Paraná. Nº 1665 – ano 90.

7. MAIA, Fábio Mauricio Holzmann. **Os Trabalhadores da Primeira Hora**: um olhar sobre os cem anos de Espiritismo nos Campos Gerais. P. 25

A partir de 1905, visando à difusão do Espiritismo pelo interior do estado, a Federação Espírita do Paraná passou a realizar uma série de visitas a cidades como Ponta Grossa, Paranaguá, Antonina e Piraquara.⁸

Em 1907, a Federação já contava com sua sede própria, e iniciou as atividades de sua primeira escola dominical para evangelização das crianças de acordo com o ensino Espírita.⁹

Se no Paraná o Espiritismo vinha se desenvolvendo principalmente na capital, a região dos Campos Gerais, passa a ter notícias do Espiritismo principalmente a partir da chegada a Ponta Grossa do jornalista fluminense Hugo Mendes da Borja Reis.

Hugo Reis chegou a Ponta Grossa no ano de 1908, e passou a fazer parte do time de editores do jornal *O Progresso* – hoje Diário dos Campos – onde divulgava os primeiros conceitos sobre o Espiritismo. Espírita convicto, Hugo Reis entendia que através do jornal, tinha uma poderosa ferramenta de divulgação doutrinária.¹⁰

A influência de Hugo Reis colaborou para a adesão ao Espiritismo de ponta-grossenses de destaque local como Jacob Holzmann, José Pedro da Silva Carvalho (Juca Pedro), Flávio Carvalho Guimaraes, Epaminondas Holzmann, entre outros.

Hugo Reis organizou em 1915, o II Congresso Espírita Paranaense e I Congresso Espírita Brasileiro em Ponta Grossa, contando com as presenças dos presidentes da federação Espírita Brasileira Manoel Quintão e da Federação Espírita do Paraná, José Nogueira dos Santos, além da presença de diversas autoridades municipais.¹¹

A consolidação do Espiritismo na Região dos Campos Gerais se fez com a fundação do Grupo Espírita Allan Kardec em 1911 pelos militares do 5º Regimento de Infantaria e no ano seguinte com a fundação do Grupo Espírita Francisco de Assis.

Passados cinquenta anos da criação do Grupo Espírita Francisco de Assis que passou mais tarde a denominar-se Sociedade Espírita Francisco de Assis de Amparo aos Necessitados, por iniciativa da

8. Ibid.

9. Ibid.

10. Ibid.

11. Ibid.

Federação Espírita do Paraná ocorreu no ano de 1965 a criação das Uniões Regionais Espíritas para que a FEP tivesse através de um processo de descentralização a condição de atender a todas as regiões do estado através das chamadas UREs, que seriam a presença federativa em cada região do Paraná.

Nos Campos Gerais foi criada a União Regional Espírita – 2^a Região, ou URE 2. A área de abrangência da URE – 2, alcançava não somente os municípios dos Campos Gerais, mas estendia-se inicialmente desde a cidade de Sengés até a divisa do estado com Santa Catarina na cidade de União da Vitória.

A URE Campos Gerais, com sede em Ponta Grossa, inicialmente congregava as seguintes cidades da região: Sengés, Jaguariaíva, Piraí do Sul, Castro, Ponta Grossa, Palmeira, São João do Triunfo, Rebouças, Rio Azul, Mallet, Paula Frontim, Paula Freitas, União da Vitória, Cruz Machado, Irati, Imbituva, Ivaí, Cândido de Abreu, Manoel Ribas, e Ortigueira.¹²

O primeiro presidente da União Regional Espírita – 2^a Região foi Guaracy Paraná Vieira que esteve no exercício do respectivo cargo durante quatro gestões.

Desde a criação da União Regional Espírita, o Centro Espírita Lins de Vasconcellos esteve filiado a essa regional, pois desde sua fundação foi filiado à Federação Espírita do Paraná e sendo a URE um braço da FEP, o Centro Espírita Jaguariaivense esteve sempre ligado a essa instituição.

Chegada do Espiritismo em Jaguariaíva

A chegada do Espiritismo em Ponta Grossa se deu com um cidadão Fluminense, natural da cidade de Valença no estado do Rio de Janeiro. Seu nome era Hugo Reis, como já vimos no capítulo anterior. Em Jaguariaíva também um carioca, Geraldo Martinho Gaudêncio, que se radicou naquela cidade foi o precursor do Espiritismo na localidade.

12. MAIA, Fábio Mauricio Holzmann. **Os Trabalhadores de Primeira Hora:** um olhar sobre os cem anos de Espiritismo nos Campos Gerais. P. 26

Fundado por Geraldo Martinho Gaudêncio em 8 de abril de 1953, o Centro Espírita Lins de Vasconcellos, que inicialmente teve sua denominação de Centro Espírita Allan Kardec em homenagem ao codificador da Doutrina Espírita passou a ter a denominação atual homenageando um dos maiores expoentes do Espiritismo em terras paranaenses. Artur Lins de Vasconcellos Lopes.

O Patrono da Instituição

O patrono que empresta seu nome a essa instituição espírita de Jaguariaíva, Arthur Lins de Vasconcellos Lopes, era natural da cidade de Teixeira na Paraíba, estado do nordeste brasileiro, onde nasceu em 27 de março de 1891.¹³

De família pobre, trabalhou desde muito cedo na lavoura, tornou-se mais tarde tropeiro e mudando-se para Recife foi caixeario-viajante.¹⁴

Em 1912, transferiu-se para o Paraná, fixando residência em Curitiba onde assentou praça no Exército Brasileiro tendo chegado à graduação de Sargento. Ainda no ano de sua chegada a Curitiba, integrou-se à Federação Espírita do Paraná, entidade federativa da qual foi secretário geral e presidente por seis gestões, cargo este que exerceu durante dezoito anos.¹⁵

Sua preocupação com o desenvolvimento humano, fez com que propusesse a integração da Federação Espírita do Paraná à Liga Brasileira Contra o Analfabetismo.

O pensamento de Lins de Vasconcellos, e seu olhar sobre os problemas humanos pode ser encontrado em textos por ele escritos no jornal Mundo Espírita da Federação Espírita do Paraná. Na edição nº 739 de 22 de abril de 1950, em artigo intitulado Humildade e orgulho, Lins de Vasconcellos escreveu:

13. VIANA, Mônica. **Seareiro**. Julho/agosto de 2019. P. 38 in: <https://www.searabendita.org.br/datafiles/revistas/164-personalidades-do-espiritismo.pdf>

14. Idem

15. Federação Espírita do Paraná. **Biografias presidentes** in:<http://www.feparana.com.br/topicos/?topico=575>

“Devemos buscar cumprir, todos nós, rigorosamente, ou o melhor possível, os ditames da Doutrina Espírita e do Evangelho, convictos de que o futuro da humanidade depende do exercício contínuo da virtude, tratando cada um de melhorar a si mesmo, para alcançar a perfeição.¹⁶

As palavras de Lins de Vasconcellos refletem seus ideais de busca pelo melhoramento moral do indivíduo para que possa ocorrer verdadeiramente a transformação da sociedade para melhor.

No movimento espírita, Lins de Vasconcellos foi um incansável batalhador pela unificação do Espiritismo no Brasil tendo participado ativamente da Caravana da Fraternidade, em busca desse objetivo. Também foi patrocinador de inúmeras obras assistenciais, as quais auxiliou financeiramente como o “Lar Hercília Vasconcellos” que abrigava meninas órfãs em Ponta Grossa¹⁷ e o Hospital Espírita de Psiquiatria Bom Retiro em Curitiba.¹⁸

Lins de Vasconcellos faleceu na cidade de São Paulo em 21 de março de 1952, sendo seu corpo transladado para Curitiba e sepultado no jardim do Hospital Bom Retiro.¹⁹ Posteriormente, em 2012, com a venda do hospital, seus restos mortais foram transladados para o Recanto Lins de Vasconcellos da Federação Espírita do Paraná em Balsa Nova, a 20 quilômetros da capital paranaense.

O Espiritismo em Jaguariaíva: Centro Espírita Lins de Vasconcellos

Como foi dito anteriormente, o Centro Espírita Lins de Vasconcellos foi fundado em 8 de abril de 1953 por Geraldo Martinho Gaudêncio tendo inicialmente o nome de Centro Espírita Allan Kardec numa referência ao codificador da Doutrina Espírita, e três anos

16. FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO PARANÁ. **Lins neste mundo e no outro.** Curitiba: Editora FEP, 2004 p. 86

17. MAIA, Fábio Mauricio Holzmann. **Os Trabalhadores da Primeira Hora:** um olhar sobre os cem anos de Espiritismo nos Campos Gerais. P. 78

18. VIANA, Mônica. **Seareiro.** Julho/agosto de 2019. P. 39 in: <https://www.searabendita.org.br/datafiles/revistas/164-personalidades-do-espiritismo.pdf>

19. Federação Espírita do Paraná. **Biografias Presidentes** in: <http://www.feparana.com.br/topicos/?topico=575>

mais tarde seria rebatizado com o nome de um dos principais benfeiteiros do Espiritismo no Paraná, Artur Lins de Vasconcellos Lopes.²⁰

Nestes sessenta e nove anos de existência da instituição o Centro Espírita Lins de Vasconcellos enfrentou inúmeras dificuldades, entre elas a falta de trabalhadores vinculados à causa Espírita. Esse fato talvez se explique porque em muitas cidades onde o Movimento Espírita se implantou, enfrentou resistências significativas tanto por parte de autoridades eclesiásticas quanto por parte das pessoas que por desconhecerem a Doutrina codificada por Allan Kardec, agem muitas vezes de forma preconceituosa com relação àquilo que lhes é desconhecido.

Conta a presidente da instituição que por muitos anos o Centro Espírita Lins de Vasconcellos teve suas atividades paralisadas, retornando somente em 1983. Afirma Elizabeth que *“No reinício das atividades, os vidros das janelas eram constantemente quebrados quando ainda estava estabelecido no antigo endereço à Rua Prefeito Aldo Sampaio, 133 na Cidade Alta”*.

A respeito desses problemas de intolerância e das dificuldades encontradas pelo Espiritismo em Jaguariaíva como no restante do Brasil, Lins de Vasconcellos fez a seguinte referência em uma de suas crônicas publicada no Jornal Mundo Espírita:

“(...) se por um lado (o Espiritismo) encontrou pessoas de boa vontade dispostas a compreender as coisas e a assimilar as verdades novas ou, melhor, revividas em termos modernos, por outro lado teve de enfrentar o farisaísmo e a incompREENSÃO, a má vontade e o ridículo, quando não a ameaça, a intimidação e a violência (...).”²¹

Percebe-se pelo texto de Lins de Vasconcellos que os acontecimentos citados sobre a intolerância com o Espiritismo na cidade de Jaguariaíva estavam presentes em todo o país.

Apesar de todas as dificuldades, a persistência dos Espíritas Jaguariaivenses manteve aceso o ideal do fundador da instituição.

Na atualidade, vencidos os obstáculos o Centro Espírita Lins de Vasconcellos desenvolve diversas atividades que tem por objetivo

20. Depoimento de Ademir Antonio dos Santos

21. Jornal Mundo Espírita. 15/12/1951

tanto a divulgação da Doutrina espírita quanto a assistência espiritual às pessoas que buscam auxílio naquela Casa Espírita.

Para alcançar tais objetivos desenvolve o Estudo sistematizado da Doutrina Espírita – ESDE – curso que oferece subsídios para quem deseja conhecer o Espiritismo e seus princípios básicos. Esse estudo possibilita a quem ainda não conhece ou não comprehende a doutrina codificada por Allan Kardec adquirir um conhecimento sólido sobre o tema, e de forma didática.²²

O Centro Espírita Lins de Vasconcellos também oferece para as crianças a Evangelização Infantil, que tem por objetivo ensinar de forma didática o Espiritismo para jovens e crianças.

A instituição também oferece para o público palestras e passes, atividades essas que são desenvolvidas por todas as Casas Espíritas em todo o território nacional.

Ao longo destes anos estiveram na presidência o Centro Espírita Lins de Vasconcellos, Geraldo Martinho Gaudêncio, Verônica Graiewski, Ademir Antonio dos Santos, Josias Zacharow Pedroso, Sandra Regina, Dirley Timóteo, Roberto Giovanetti, Alexandre do Amaral, Alan Miranda e a atual presidente Elizabeth Alves Ferreira.

A Casa da Esperança

Quando Allan Kardec codificou o Espiritismo na França, buscava uma explicação para fenômenos que hoje são catalogados como paranormais, ou popularmente chamados de sobrenaturais, sendo para os profitentes do Espiritismo chamados de Fenômenos Mediúnicos, o que pressupõe um fenômeno que permite a comunicação entre o mundo dos vivos e o mundo dos chamados mortos. Assim, a Doutrina Kardequiana buscava através da experimentação desvendar o que acontece após a morte, e por vezes, Allan Kardec, se refere ao Espiritismo em algumas de suas obras como “Ciência Espírita.”

No Brasil, entretanto, o Espiritismo ganhou um caráter mais amplo. Não ficou limitado à investigação de fenômenos, mas desenvolveu um caráter religioso e de modo muito especial, buscou ter

22. Depoimento de Ademir Antonio dos Santos.

como bandeira um princípio atribuído por Kardec que diz que “Fora da Caridade não há salvação.”

Dessa forma, o Movimento Espírita brasileiro tem realizado durante seus mais de 150 anos um amplo trabalho na assistência aos necessitados, suprindo muitas vezes a ausência do Estado no atendimento aos excluídos ou desfavorecidos da sorte. Foram implementadas ações que vão desde a distribuição de sopa, confecção de enxovais para crianças recém nascidas, a fundação de creches, hospitais, e toda uma gama de atividades de assistência social. Em uma crônica publicada no jornal Mundo Espírita, Lins de Vasconcellos escreveu:

“(...) O que importa são as boas ações. Façamos a campanha das boas obras. Amparemos as mães, a infância, a velhice, os enfermos, os infelizes de toda a sorte, não nos esquecendo de alfabetizar os menores e adultos do Brasil. Como espíritas e como cristãos saibamos seguir as pegadas do Cristo e cumprir o nosso dever.”²³

Esses princípios de assistência social aos necessitados também passaram a fazer parte das atividades do Movimento Espírita em Jaguariaíva através da Casa da Esperança – CAES - , entidade benficiante, fundada em 30 de abril de 1994 e mantida pelo Centro Espírita Lins de Vasconcellos, quando presidia a instituição Elizabeth Alves Ferreira, sendo o vice-presidente Dirlei Mendes Timóteo.²⁴

A ideia inicial era de oferecer uma sopa fraterna aos sábados no horário das 11:30 horas, seguida de uma explanação do Evangelho para as famílias que ali viessem.²⁵

Posteriormente, devido a participação de um grande número de crianças, as atividades se ampliaram através de campanhas para arrecadação de doces para as comemorações do Dia da Criança, bem como arrecadação de brinquedos para serem distribuídos a crianças carentes no Natal.

A Casa da Esperança, passou também a distribuir enxovais para gestantes carentes. Passou ainda a realizar bazar. Atualmente, conta com a parceria da Braspine que realiza doações para a Casa da Esperança através do Projeto “Comida na mesa”. Antes da Pandemia da covid-19, eram atendidas pela Casa da Esperança entre 80 a 100

23. Mundo Espírita. 12/02/1949

24. Depoimento de Elizabeth Alves Ferreira.

25. Depoimento de Elizabeth Alves Ferreira.

pessoas para a sopa fraterna e no natal as campanhas de arrecadação de brinquedos chegavam a aproximadamente 250 crianças. Mesmo durante a pandemia, a sopa continuou sendo servida através de marmitex, tendo retornado o atendimento presencial no mês de outubro de 2022.

A Casa da Esperança também recebe adolescentes em liberdade assistida que ali vem desenvolver atividades. É importante também destacar que a Casa da Esperança tem cadeira no conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, e no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.²⁶

Como se percebe, as atividades do Movimento Espírita em Jaguariaíva, são dinâmicas e envolvem desde atividades no campo doutrinário quanto no campo assistencial, fazendo do Centro Espírita Lins de Vasconcellos e da Casa da Esperança, núcleos de fraternidade a serviço da comunidade de Jaguariaíva.

Bibliografia

COSTA, Flamarion Laba da; MARCHI, Euclides. **Trabalho, solidariedade e tolerância:** a Sociedade Espírita Francisco da Assis de Amparo aos Necessitados - 1912-1989. Curitiba: [s.n.], 1995.

FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO PARANÁ. **Lins:** neste mundo e no outro. Curitiba: FEP, 2004

KARDEC, Allan. **O Livro dos Espíritos.** Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2008

MAIA, Fabio Maurício Holzmann. **Os trabalhadores da primeira hora:** um olhar sobre os cem anos de espiritismo nos Campos Gerais. Curitiba: Federação Espírita do Paraná, 2011.

Fontes

Livros Ata do Centro Espírita Lins de Vasconcellos de Jaguariaíva-PR.

Jornal Mundo Espírita.

Depoimento de Elizabeth Alves Ferreira.

Depoimento de Ademir Antonio dos Santos.

<https://www.febnet.org.br/portal/>

<http://www.feparana.com.br/>

26. Depoimento de Elizabeth Alves Ferreira.

Saúde e Assistência Social



CAPÍTULO 20

A MEDICINA CHEGOU DE TREM: O HOSPITAL DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE 26 DE OUTUBRO NA CIDADE DE JAGUARIAÍVA-PR

Michelle de Paula Pupo

No dia 28 de fevereiro de 1942, é inaugurado o primeiro hospital da cidade de Jaguariaíva-PR, o Hospital da Associação Beneficente 26 de outubro. Segundo Kapp e Chaves (2013), a palavra hospital vem do latim *hospes* (hóspedes), que na antiguidade era utilizado para designar as casas de assistência que recebiam e abrigavam pobres, peregrinos, mendigos, débeis e enfermos. Atualmente esse termo se associou a palavra grega *nosocomium* (receber adoentados), ao qual seu significado está ligado ao tratamento de doentes. Segundo o Ministério de Educação e Saúde Pública de 1944:

Hospitium era chamado o lugar em que se recebiam hóspedes. Deste vocábulo derivou-se o termo hospício. A palavra hospício foi consagrada especialmente para indicar os estabelecimentos ocupados permanentemente por enfermos pobres, incuráveis e insanos. Sob o nome de hospital ficaram designadas as casas reservadas para tratamento temporário dos enfermos. *Hotel* é o termo empregado com a acepção conhecida e universal...

O hospital tem sua origem em época muito anterior à era cristã, não obstante a opinião de autores que se tem esforçado para demonstrar

o contrário. Não há dúvida, porém, que o cristianismo impulsionou e desvendou vários horizontes aos serviços de assistência, sob mais variadas formas.(MINISTÉRIO DA SAÚDE pública, 1944, *apud*, KAPP e CHAVES, 2013, p. 17)

De acordo com Kapp e Chaves (2013), somente nos anos novecentos com os avanços científicos, a melhor formação dos médicos, o aperfeiçoamento das instalações hospitalares e técnicas cirúrgicas que essa perspectiva muda pois, até então os hospitais atendiam os desvalidos, miseráveis e portadores de doenças incuráveis, o comum era que as pessoas com recursos mínimos fossem tratados em casa e aqueles completamente sem recursos é que acabavam recorrendo aos hospitais, que estavam muito mais associados à ideia de espaço de morte do que de cura e preservação da vida.

No Paraná, de acordo com Ronclagio (2001), a partir do século XX, pequenas cidades paranaenses começam a despontar como centros de trocas comerciais e atividades culturais. É devido a esse desenvolvimento das cidades no Paraná, que o estado começa a se preocupar com a saúde pública. A questão da saúde pública no Brasil é algo que vem sendo discutido desde muito antes da Proclamação da República, mas é a partir dela que essas discussões se acentuam. Segundo o historiador Sidney Chalhoub (2001), em seu livro *Cidade Febril: Corticos e epidemias na corte imperial*, o período imperial já demonstrava conflitos gerados pela demolição das moradias populares devido ao aumento de transmissão de febre amarela e varíola na cidade do Rio de Janeiro na metade do século XIX, aqui já percebemos as primeiras intervenções do conhecimento científico na perspectiva do saneamento.

Na Primeira República essas intervenções se intensificam e as autoridades públicas promoveram um intenso combate as moradias populares tidas como principais responsáveis pelas epidemias que atingiam a cidade do Rio de Janeiro. Segundo Chaves (2020), neste contexto as questões relativas a saúde pública, higienização, saneamento urbano e controle epidemiológico provocaram conflitos entre a população e o poder público e falta de um modelo sanitário efetivo deixava o Brasil às margens de diversas epidemias.

De acordo com Herschmann (1996), a medicina era um campo científico em construção e queria se colocar como o saber que resolveria os problemas do país. Mesmo possuindo um perfil inovador e com caráter científico, mas também eram perpassados pelo caráter moral e religioso.

Os chamados “homens da ciência”, segundo Herschmann (1996), que durante a passagem do século XIX para o século XX, tinham em discussão a construção de um ideário moderno brasileiro, essa temática interessava e atingia vários campos intelectuais, como: a medicina, o direito, higienistas, sanitários, engenheiros e políticos brasileiros em geral, com o objetivo de “salvar” a nação e recuperar o atraso brasileiro. Esses intelectuais não ficavam restritos apenas a sua especialidade, mas interferiam em vários campos ou esferas sociais. Isso faz com que a medicina e o campo médico se desenvolvam no país.

Segundo Bertolli Filho (2001), a saúde na era Vargas (1930-1945) trazia uma nova organização que anuncia o compromisso do Estado de zelar pelo bem-estar da população, a área da sanitária passou a compartilhar com o setor educacional um ministério, o Ministério da Educação e da Saúde Pública, esse ministério remodelou os serviços sanitários do país com a pretensão de controlar esses serviços com uma estratégia de centralismo político-administrativo. As lideranças políticas estaduais receberam a notícia de diferentes modos, nas áreas onde havia pouco ou nenhuma assistência hospitalar foi bem aceita, já os estados mais ricos que já possuíam os serviços de saúde organizados a intervenção estatal foi considerada desnecessária e centralizadora mais dificultando que ajudando.

1.1 A ferrovia e a assistência hospitalar: saúde pública no Paraná

No Paraná, os primeiros hospitais foram instalados em meados do século XIX, em Curitiba e Paranaguá, com estrutura sanitária precária e as doenças mais frequentes eram febre amarela, tuberculose e afecções cardíacas.

Segundo Chaves (2020), o Paraná na época era o estado mais jovem brasileiro e passava por consideráveis mudanças no seu perfil populacional, ocupação do território e capacidade produtiva.

No início do século XX, poucos médicos atendiam nos Campos Gerais, a maioria se concentrava na cidade de Castro. Então era muito comum a procura de curandeiros e benzedeiras, a chegada da ferrovia é um fator importante para chegada dos médicos em outras regiões trazendo uma validade ao campo médico científico.

Segundo Johansen (2004), com o objetivo de atender as necessidades primárias principalmente na área hospitalar, cerca cem ferroviários pertencentes à Companhia de Estrada de Ferro de São Paulo- Rio Grande fundaram em 26 de outubro de 1906 a Associação de Socorro de Pessoal da Estrada de Ferro de São Paulo- Rio Grande na cidade de Ponta Grossa-PR, que foi denominada Associação Beneficente 26 de Outubro.



Figura 1- Hospital da Associação Beneficente 26 de Outubro de Ponta Grossa-PR

Fonte: Acervo de Carlos Mendes Fontes Neto

De início se instalou em um prédio alugado, mas em 25 de janeiro de 1931, a Associação Beneficente 26 de outubro construiu uma das mais bem montadas casas de saúde no Paraná, também foi considerada uma das mais eficientes do país em vários aspectos como assistência médica, farmacêutica e hospitalar junto com o serviço de vacinação aos associados e sua família.

Com o passar do tempo houve um crescimento da associação para outras cidades, com casas de aluguel para instalação dos postos

médicos e a área de atuação passou a abranger cidades de quatro estados desde Ourinhos no estado de São Paulo até Marcelino Ramos no Rio Grande do Sul.

Ainda segundo Johansen (2004), a cidade de Ponta Grossa-PR era a cidade sede da Associação e recebia um número elevado de doentes vindo do norte do Paraná e de outros estados. As cidades de Jaguariaíva, Joaçaba, Marcelino Ramos, Wenceslau Braz, Ourinhos, Cornélio Procópio e Porto União possuíam postos médicos para casos emergenciais e além dos postos médicos os trabalhadores também dispunham de atendimento médico ao longo das linhas férreas.

A coordenação do Hospital central estava sob controle das irmãs de São José Chambery e em caso de falecimento a associação indenizava a família do associado, prestava auxílio funeral e pagava pecúlios aos herdeiros, isso gerava um déficit que era coberto com o lucro promovido pela venda de produtos em armazéns existentes nas cidades de Ponta Grossa, Porto União, Videira, Itararé, Ourinhos, Wenceslau Braz, Cornélio Procópio e Jaguariaíva.

Em 1930 a Associação precisou hipotecar seus bens. Com isso em 1935, construiu um edifício para torrar café, fabricar massas alimentícias, canjica e sabão que era vendida nos armazéns a preços acessíveis para os beneficiados.

Em 1941 e 1943, ampliou-se as instalações dos Hospitais de emergência de Jaguariaíva-PR e União da Vitória-PR, mas o atendimento especializado como pediatria, ginecologia, oftalmologia, otorrinolaringologia e radiologia era mantido em Ponta Grossa.

1.2 O hospital da Associação Beneficente 26 de Outubro de Jaguariaíva

Segundo o jornal *o Dia*, da capital paranaense publicado no dia 7 de março de 1942 a inauguração Hospital da Associação Beneficente 26 de outubro em Jaguariaíva-PR aconteceu com a presença de algumas autoridades.

ATO INAUGURAL

Precisamente às 9 horas da manhã do dia 28 de fevereiro último, no edifício da nova casa de saúde, realizou-se a cerimônia de benção das dependências da mesma, pelo vigário da paróquia de Jaguariaíva, frei Teófilo. Usou da palavra, nessa ocasião o dr. Ari Aires de Melo, consultor jurídico da “26 de outubro”, que inaugurou o novo próprio em nome da diretoria da Associação, convidando o sr. Cap. Prefeito Municipal para cortar a fita simbólica.

Em seguida os presentes vistiram todas as dependências do Hospital Inaugurado, recebendo boa impressão de tudo que lhes foi dado examinar.

Usou da palavra, ainda o dr. João Estevam dos Santos, Promotor Público da Comarca, para o fim de congratular-se com a população local, principalmente com a classe ferroviária pelo util melhoramento levado a efeito. (JORNAL O DIA, 7 de março de 1942).



Figura 2- Capitão Adherbal Fortes de Sá cortando a fita de inauguração do Hospital da Associação Beneficente 26 de Outubro.

Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo de Jaguariaíva-PR.

O relato do Jornal, traz algumas informações sobre como aconteceu a inauguração do hospital na cidade de Jaguariaíva-PR e na imagem acima temos o prefeito da cidade Capitão Adherbal Fortes de Sá cortando a fita de inauguração do prédio, ao fundo da imagem vemos a população Jaguariaivense e algumas autoridades presentes no local na inauguração.

No ato inaugural além da população jaguariaivense, também estiveram presentes algumas autoridades como o prefeito da cidade Capitão Adherbal Fortes de Sá, Dr. Newton Costa juiz de direito, Dr. João Estevam dos Santos promotor público, Tenente Benedito Magalhães Delegado Regional de Polícia, Tenente Eugênio Martins De-

legado da Junta de Alistamento Militar, Dr. João Manuel Ribeiro dos Santos e Jorge Humphreys médicos da estrada de ferro, Sr. Ludgero Pavão diretor regente do Frigorífico Matarazzo, Dr Ernani Guimaraes Lima engenheiro da estrada de ferro, Dr. Lineu do Amaral e Dr. Aroldo Meister representando os ferroviários de Itararé e os diretores da Associação Beneficente “26 de outubro” Sr. Nelson Cata Preta o presidente, Alfredo Cercal o tesoureiro, Joaquim Martins o secretário, Alvino Dales Carbonar o diretor comercial, Dr. Ari Aires de Melo consultor jurídico e Aleides Alesi e Juvenal Marques e outros membros da diretoria.

Após concluir as solenidades da inauguração a Associação Beneficente “26 de outubro” ofereceu uma churrascada aos presentes. (O DIA, 7 de março de 1942).

Abaixo vemos a fachada do Hospital de Emergência da Associação Beneficente “26 de outubro” construído na cidade de Jaguariaíva-PR um prédio de madeira localizado na rua Amando Ribas à beira da ferrovia.



Segundo a reportagem do jornal *o Dia* (1942), as instalações do hospital eram modestas e simples, mas aparelhado para atender as necessidades da região. Contava com duas enfermarias, quartos para doentes do sexo masculino e feminino, três quartos para atendimento particular, uma sala para curativos e pequenas intervenções cirúrgicas, dois consultórios médicos e uma farmácia completa, as instalações eram novas e construídas em conformidade com as modernas exigências de saúde e higiene.

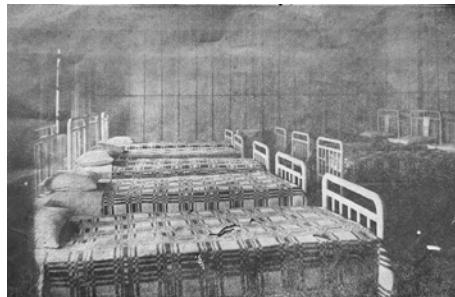


Figura 4- Enfermaria do Hospital da Associação Beneficente 26 de outubro de Jaguariaíva

Fonte: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE 26 DE OUTUBRO.

Relatório de 1941. Ponta Grossa: [S.I.], 1942.

Acervo do Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo da cidade de Jaguariaíva-PR.



Figura 5- Farmácia do Hospital da Associação Beneficente 26 de Outubro.

Fonte: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE 26 DE OUTUBRO.

Relatório de 1941. Ponta Grossa: [S.I.], 1942.

Acervo do Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo da cidade de Jaguariaíva-PR.



Figura 6- Sala de curativos do Hospital da Associação Beneficente 26 de Outubro de Jaguariaíva.

Fonte: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE 26 DE OUTUBRO.

Relatório de 1941. Ponta Grossa: [S.I.], 1942.

Acervo do Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo da cidade de Jaguariaíva-PR.

Segundo os relatórios da Associação Beneficente “26 de outubro”, o hospital de Jaguariaíva-PR foi construído devido a um surto epidêmico de malária que acometia os associados.

O hospital de Jaguariaíva pretendíamos construí-lo após ficar definitivamente traçada a variante Itararé-Cilada; porém o surto epidêmico da Malária, que, durante o ano de 1941, invadiu toda região Norte do Paraná, nos obrigou, dado o grande número de associados acometidos desse mal, a construirmos naquela localidade um Hospital de Emergência.

Com boas instalações e comportando o internamento de 36 doentes, a construção desse Hospital ficará concluída no próximo dia 28 de fevereiro, quando então será inaugurado. (RELATÓRIO DE 1941, ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE 26 DE OUTUBRO, 22 de fevereiro de 1942).

Segundo Barata (2000), na década de 40 as taxas de incidência de malária são extremamente altas no estado de São Paulo com maior intensidade no litoral e nas áreas novas de ocupação mais recente próximas à divisa do estado com o Mato Grosso e o Paraná. Há três grandes epidemias nesse contexto em 1935, 1940-1941 e 1945. As epidemias coincidem com períodos de disseminação dos criadouros de *A. darlingi* ao longo dos rios Tietê, Paraná e Paranapanema e de seus principais afluentes.



Figura 7- Corpo médico e de enfermeiros do Hospital da Associação Beneficente 26 de Outubro de Jaguariaíva.
Fonte: Acervo de Tadeu Kulesza.

Na imagem acima temos as irmãs religiosas pertencentes a Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria, enfermeiras e funcionários do Hospital 26 de outubro de Jaguariaíva e Dr. Michael Wahrhaftig um dos médicos que atuou neste Hospital. A foto foi tirada tendo por fundo o muro do hospital.

Dr. Michael Wahrhaftig chegou a cidade de Jaguariaíva-PR em 1952, inicialmente passou a exercer a medicina domiciliar, depois passou a trabalhar no único Hospital da cidade o da Cooperativa Mista 26 de outubro Ltda, onde desempenhou as funções de cirurgião, obstetra, ginecologista e clínico geral e de 1953 a 1964 desempenhou a função de Diretor do hospital.

Um dos primeiros médicos a atuar no Hospital da Associação Beneficente 26 de Outubro foi o Dr. José Manoel Ribeiro dos Santos, natural do município de Sete Lagoas de Minas Gerais, começa a atuar como em Jaguariaíva-PR desde os anos 1920. No final da década de 1940, foi nomeado como secretário de estado da saúde pública do governo do estado do Paraná do então jaguariaivense Moysés Wille Lupion de Troya e resolveu autorizar a construção de um Hospital Regional na sede do município de Jaguariaíva o atual Hospital Carolina Lupion.



Figura 8- Dr. José Manoel Ribeiro dos Santos.

Fonte: CENTRO DOS REPORTERES DO PARANÁ. Álbum do Centro dos Reporteres do Paraná em homenagem aos componentes da Assembléia Constituinte do Paraná de 1947.

Curitiba: Grafipar, 1947.

Acervo do Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo de Jaguariaíva-PR.

Segundo Johansen (2004), em 13 de agosto de 1944 a Associação Beneficente 26 de outubro precisou se enquadrar nos Decretos-

-lei 5.893 e 6.724 e transformou a entidade em Cooperativa Mista Limitada. Durante a década de 1940 a 1950 ocorreram várias ampliações nos armazéns e nos hospitais, construíram casas para serem vendidas ou alugadas para os associados gerando uma renda complementar. Inauguraram também uma alfaiataria que confecciona uniformes, ternos, calças e guarda-pós que eram vendidos a preço de custo aos cooperados.

Após a década de 1940 a ferrovia começa a entrar em processo estagnação e decadência, o que levou a Cooperativa a um gradual processo de falência e em 1989 o Hospital central na cidade de Ponta Grossa-PR teve suas atividades finalizadas.

Com a inauguração de um novo hospital mais moderno e equipado na cidade de Jaguariaíva o Hospital Carolina Lupion em 1959, na década de 60 as atividades do Hospital 26 de outubro são encerradas e o hospital desativado se torna uma casa escolar com o objetivo de sanar a falta de vagas na escola das cidades em 1966.

A Casa escolar “26 de Outubro”, começou a funcionar em agosto do mesmo ano em que o hospital foi desativado e no ano de 1971 através do Decreto Estadual 1291/71 passou a denominar-se Grupo Escolar “26 de Outubro” funcionando em salas adaptadas até 1972, quando foi transferida para um novo prédio construído pelo governo do Estado em terreno doado pela Empresa Matarazzo e inaugurada em 10 de junho de 1972, com a denominação de Escola Padre José de Anchieta.

Fontes

- Acervo do Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo da cidade de Jaguariaíva
- Acervo de Tadeu Kulesza.
- Acervo de Carlos Mendes Fontes Neto.

Referências

BARATA, Rita Barradas. Cem anos de endemias e epidemias. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 333-345, 2000. Disponível em: <http://old.scielo.br/pdf/csc/v5n2/7099.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2022.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. **História da saúde pública no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 2001.

CALANDRO, Thiago Luiz. **Memória e identidade em Jaguariaíva, Paraná**: contribuição à cartografia escolar. 2015. 195 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/139391/000864198.pdf;jsessionid=C5F78EFAC09B8D4C87962DC060B176D2?sequence=1>. Acesso em 17 jun. 2022.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: corticos e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAVES, Niltonci Batista. **Médicos- Educadores**: um diálogo entre história, a educação e a saúde (ponta grossa- pr 1931-1953). Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

DOSSE, François. **A história em migalhas: dos “Annales” à Nova História**; tradução Dulce da Silva Ramos; prefácio Elias Thomé Saliba. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

HERSCHMANN, Micael. Entre a insalubridade e a ignorância: A construção do campo médico e do ideário moderno do Brasil. In: KROPP, Simone; HERSCHEMANN, Micael; NUNES, Clarice. **Missionários do progresso**: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro 1870-1937. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. p. 11-67.

JOHANSEN, Elizabeth. Associação Beneficente 26 de outubro: presença ferroviária. In: CHAVES, Niltonci Batista (org.). **Visões de Ponta Grossa**: cidades e instituições volume 3. Ponta Grossa: Editora Uepg, 2004. p. 31-34.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MAUAD, Ana Maria. **A vida das crianças de elite durante o Império**. In: PRIORE, Mary del. História das crianças no Brasil. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 137-176.

PAULILO, Maria Angela Silveira. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 2, n. 1, p.135-148, 1998. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/n1v2.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2022.

SONEGO, Márcio Jesus Ferreira. **A fotografia como fonte histórica. Historiae**, Rio Grande, v. 1, n. 2, p. 113-120, dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2366/1248>. Acesso em: 17 jun. 2022.

VIEIRA, Luiz Maciel Mourão. **O uso do jornal como fonte de pesquisa**. In: XVII SEMANA DE HISTÓRIA DA UECE, 17., 2013, Itaperi. **Anais [...]** . Itaperi: Uece, 2013. p. 1-16.

CAPÍTULO 21

"O MAIOR E MAIS MODERNO NOSOCÔMIO DO INTERIOR DO ESTADO": O HOSPITAL CAROLINA LUPION E A SAÚDE PÚBLICA EM JAGUARIAÍVA-PR

Michelle de Paula Pupo

No dia 12 de setembro de 1959, foi inaugurado na cidade de Jaguariaíva o Hospital Carolina Lupion, sob o governo estadual do jaguariaivense Moysés Wille Lupion de Troya. Segundo Lopes (2019), o plano de governo de Lupion se focava na infraestrutura do Estado, visando dotá-los de condições materiais nas mais diversas áreas, inclusive a da saúde. Na época o médico José Manoel Ribeiro dos Santos foi nomeado secretário de estado da saúde pública e resolveu autorizar a construção de um Hospital Regional no município de Jaguariaíva-PR, orçado na ocasião em mais de um milhão de cruzeiros. Este hospital visava atender as demandas da área de saúde clínica do município de Jaguariaíva e região com um atendimento de mais de o atendimento de mais de oitenta mil habitantes.

Antes mesmo de sua inauguração, o Hospital Carolina Lupion já era notícia na imprensa paranaense. Segundo o jornal o Dia, publicado no dia 3 de abril de 1949, o governador Moyses Lupion visitou a cidade de Jaguariaíva-PR, para inaugurar as obras do Grupo de en-

sino e ginásio escolar e aproveita para visitar a obra do Hospital Carolina Lupion que na época estava em construção e era considerado moderníssimo. (O DIA, 3 de abril de 1949).

Desta forma, o projeto saiu do papel devidamente assinado pelo engenheiro civil e arquiteto Ayrton João Cornelsen, que conduziu a obra de 3.500 metros quadrados de área construída toda em alvenaria de tijolos com quatro corpos em dois pavimentos e um central com três pavimentos, com capacidade real para 110 leitos, além de dependências administrativas, ambulatório, centro cirúrgico, farmácia, necrotério, cozinha e refeitório.



Figura 1- Construção do Hospital Carolina Lupion (sem data)

Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo da cidade de Jaguariaíva-PR

A inauguração do Hospital Carolina Lupion foi noticiada por alguns jornais paranaenses como O Dia, Correio da Noite e Diário do Paraná. Apresentaremos aqui como foi noticiado nesses jornais o acontecimento da inauguração.

Segundo o jornal o Dia, publicado no dia 12 de setembro de 1959, a inauguração do Hospital Carolina Lupion é uma das importantes obras públicas que foram inauguradas, a obra foi projetada e iniciada no primeiro período governamental de Moyses Lupion. O hospital seria o maior estabelecimento gerenciado pela Secretaria de Saúde Pública. Suas acomodações contavam com 300 leitos e 2 salas de cirurgia e estaria também preparado para atender os municípios vizinhos.

No dia seguinte a inauguração, outra reportagem é publicada no Jornal o Dia, na sua capa a seguinte manchete “Em festa a cidade de Jaguariaíva – Desfile escolar – “Hospital Carolina Lupion” – outras inaugurações”, segundo a notícia não foi somente o Hospital que foi inaugurado na cidade nesta data, mas também outras obras públicas como o Fórum local, Delegacia regional e a Cadeia Pública.

No dia da inauguração do hospital, também houve um desfile escolar para homenagear o Governador do Estado Moyses Lupion e contava com a presença de algumas autoridades como o Prefeito Municipal Aristides Soares e outras autoridades civis e militares da região.

Na Av. Antonio Cunha, da cidade de Jaguariaíva-PR, foi montado um palanque para receber o então governador, que foi homenageado com um desfile escolar, formado por todos os estabelecimentos de ensino locais e pela banda da Polícia Militar do Estado que foi especialmente para a ocasião.

Dirigiu-se após o Governador e sua comitiva ao hospital <Carolina Lupion>, o maior e mais moderno nosocômio do interior do Estado. Foi cortada a fita simbólica da inauguração, pela esposa do sr. Waldir Maingué, falaram na ocasião os sr. Ribeiro dos Santos e sr. Michael Wahrhaftig, que salientaram a importância dessa magnífica obra do governo do Estado. O desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa e o prefeito Aristides Soares que desceram as placas comemorativas alusivas ao acontecimento tendo falado o Governador Moyses Lupion. Foi percorrida, a seguir, todas as instalações do hospital, sendo abençoado o novo prédio pelo padre José de Castro. (O DIA, 13 de setembro de 1959).



Figura 2- Autoridades e médicos no dia da inauguração do Hospital Carolina Lupion em 12 de setembro de 1959.

Fonte: Acervo de Marcela Wahrhaftig de Souza.

Após a inauguração foi oferecido ao governador e sua comitiva uma churrascada pelas autoridades locais no estádio da Associação Esportiva Recreativa Ferroviária. Algumas autoridades discursaram agradecendo a presença do Governador do Estado e seus acompanhantes que ao final discursou agradecendo as gentilezas naquela cidade.

No jornal Diário do Paraná encontramos a mesma notícia do jornal o Dia, apenas com a manchete diferente: “Inaugurados em Jaguariaíva três prédios públicos pelo governador”, publicada também no dia 13 de setembro de 1959. Porém, no dia 12 de setembro dia da Inauguração do hospital foi publicado uma nota da empresa A Cia. T. Janér no jornal, que contribui para equipar o Hospital. Segundo Morona (2006), a empresa A Cia. T. Janér é uma empresa paulista e teve sua fundação em 1926 e atuou em diversas atividades papéis comerciais, aços finos suecos, máquinas de trabalhar metais e madeiras, máquinas para lavanderias, instrumentos cirúrgicos, raio-X, motores marítimos e estacionários, aviões, navios, perfuração de poços para captação de água e máquinas para fabricação de papel.

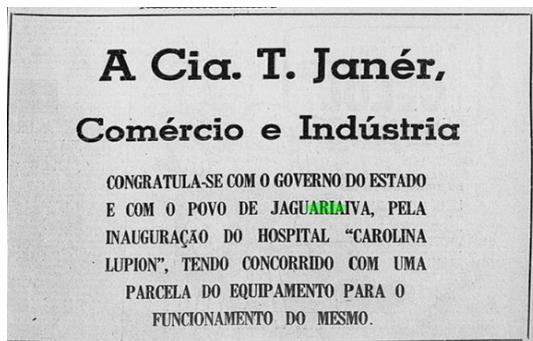


Figura 3- Nota da empresa A. Cia T. Janér Comércio e Indústria sobre a inauguração do Hospital Carolina Lupion.

Fonte: Jornal Diário do Paraná de 12 de setembro de 1959.
 Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira (Fundação Biblioteca Nacional).

No jornal Correio da Noite, a notícia da inauguração do Hospital foi publicada apenas no dia 19 de setembro de 1959, sete dias após sua inauguração, com um pequeno texto em sua capa e uma notícia mais detalhada no interior do seu caderno. Na capa temos a seguinte chamada com uma foto do Hospital Carolina Lupion:



Figura 4- Recorte do Jornal “Correio da Noite” de 19 de setembro de 1959.
Fonte: Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira (Fundação Biblioteca Nacional).

Em seu texto mais detalhado do jornal Correio da noite, a notícia traz mais detalhes sobre a inauguração do Hospital e das demais obras na cidade de Jaguariaíva-PR, “Novo marco de progresso em Jaguariaíva importantes obras entregues ao público”.(CORREIO DA NOITE, 19 de setembro de 1959).

Segundo o Jornal, no último sábado dia 12 de setembro de 1959, o então governador do Estado, Moysés Lupion esteve em visita na cidade de Jaguariaíva, inaugurando algumas obras em benefício desse município acompanhado pelo Chefe do Executivo Estadual o Governador Geral do Estado Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, o secretário da Saúde o Dr. José Manoel Ribeiro dos Santos e o sub-chefe da Casa Militar Coronel Manoel Dias Paredes.

Chegando na cidade de Jaguariaíva-PR foi bem recebido e homenageado com um desfile escolar integrado por todos os estabelecimentos de ensino locais, precedidos pela banda da Polícia Militar, pelas autoridades locais como o prefeito Aristides Soares, o presidente da Câmara de Vereadores Alcides Sampaio Ribas e os prefeitos de Sengés e Arapoti Dorval Jorge e Rubens Gase, como também outras autoridades civis e militares locais.

[...] AS INAUGURAÇÕES

Dando início as inaugurações programadas visitou o governador do Estado o hospital “Carolina Lupion” cuja fita simbólica de inauguração foi cortada pela esposa do sr. Waldir Maingé. O nosocomio então inaugurado e cuja benção foi precedida pelo padre José de Castro é o mais moderno de todo o interior do Estado, circunstânc-

cia ressaltada por quantos usaram da palavra na ocasião, salientando a importância magnífica obra governamental.

Logo em seguida, foram inaugurados sucessivamente as novas instalações do Fórum local e os novos edifícios da Delegacia Regional e da Cadeia Pública.

CHURRASCO COMEMORATIVO

Terminadas as inaugurações durante as quais o governador do Estado teve oportunidade de dizer da satisfação de ver o progresso que se vem processando aquele município, o sr. Moyses Lupion e os membros de sua comitiva foram homenageados com uma churrascada oferecida pelas autoridades locais, no estádio da Associação Esportiva Recreativa Ferroviária. Discursaram na ocasião o prefeito Aristides Soares e os srs. Mário Fonseca, Durval Ataíde e João Cruz, este último candidato a prefeito. Por último, agradecendo as homenagens de que fora alvo durante sua estada em Jaguariaíva, usou da palavra o governador do Estado. (CORREIO DA NOITE, 19 de setembro de 1959).



Figura 5- Hospital Carolina Lupion na década de 1960.

Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo da cidade de Jaguariaíva-PR

1.1 “O mais moderno de todo o interior do estado “: Hospital Carolina Lupion saúde pública e o campo médico jaguariaivense

Segundo Lopes (2019), inicialmente atuaram no Hospital Carolina Lupion médicos vindos do Rio Grande do Sul como Dr. Otaviano Pacheco e Dr. Rubens Jazar, posteriormente assumiu a direção do hospital Dr. Walter Goetz e como médico geral Dr. Michael Wahraf-

tig. Outros nomes também foram importantes para o funcionamento e desenvolvimento da instituição como Dr. Domingos Cunha, Dr. Djalma Kalil Fadel, Dr. Américo de Carvalho, Dr. Carlito Bezerra de Menezes, Dr. Marcos Hyczy da Costa, Dr. Vitorio Nanni, Dr. Paulo, Dr. Rosano, Dr. Antonio, Dr. Damião.¹

No ano seguinte a inauguração, atuaram no hospital os seguintes médicos: Otaviano Pacheco e Rubens Jazar juntamente com Walter Goetz então diretor e Michael Wahrhaftig.

Dr. Michael Wahrhaftig foi muito importante para a construção do campo médico jaguariaivense, ele nasceu na cidade de Curitiba no dia 12 de dezembro de 1927, filho de Adele e Natan Wahrhaftig, cursou o primário na Escola Americana em Curitiba. Estudou o curso científico no Colégio Estadual do Paraná e o curso CPOR de Cavalaria e recebeu a Espada Oficial da Reserva. No ano de 1946, ingressou na Faculdade de Medina na Universidade Federal do Paraná formando-se médico em 1951.

Recém-formado ele escolheu a cidade de Jaguariaíva-PR para se fixar em setembro de 1952. Inicialmente ele abriu seu consultório particular e se hospedou no Hotel Salvador, localizado na rua Antônio Cunha esquina com a rua Marechal Floriano, passando a exercer medicina domiciliar, percorria a cidade e o interior do município para atendimentos aos doentes. Na época o único Hospital existente na cidade de Jaguariaíva-PR era o da Cooperativa Mista 26 de Outubro Ltda., neste Hospital, Dr. Michael também atou e desempenhou as funções de Cirurgião, Obstetra, Ginecologista e Clínico Geral e durante o período de 1953 a 1964 foi o seu diretor. Após três anos da sua chegada na cidade de Jaguariaíva Dr. Michael casou-se com a jaguariaivense Delma Xavier da Silva filha de uma família “conceituada e tradicional” da cidade de Jaguariaíva. Delma era filha de Eduardo Xavier da Silva e Maria Antonia Cunha Xavier. Eduardo Xavier da Silva conhecido como Dudu, foi prefeito da cidade de Jaguariaíva de 1947 até 1951 e o único distrito da cidade leva o seu nome. O casal Dr. Michael e Sr. Delma tiveram dois filhos chamados Michael e Karla.

Exerceu a medicina durante 37 anos na cidade de Jaguariaíva e região. Ficou enfermo por quase dois anos e faleceu aos 61 anos de

1. Em 1º de maio de 1960, o Hospital internou o primeiro paciente, o Sr. José Picos.

idade no Hospital Nossa Senhora da Graças em Curitiba. Hoje uma das ruas da região central da cidade de Jaguariaíva leva o nome do Dr. Michael Wahrhaftig.



Figura 6 - Dr. Michael Wahrhaftig em sua cerimônia de graduação em Medicina, realizada em 1951.

Fonte: Acervo de Marcela Wahrhaftig de Souza.

Na década de 1970 segundo Lopes (2019), o Hospital Carolina Lupion, se tornou referência no campo da tuberculose, onde se destaca o trabalho do médico Dr. João Calil Fadel ele e seu irmão Dr. Djalma Kalil Fadel foram importantes nomes para a medicina paranaense. Ambos eram naturais da cidade de Jaguariaíva.

Segundo o Conselho Regional de Medicina (2015), Dr. João Calil Fadel formou-se em medicina no ano de 1953 pela Universidade Federal do Paraná. Em 2003 ele recebeu o Diploma de Mérito Ético-Profissional pelos 50 anos de dedicação exemplar à atividade de médico, especializou-se em pneumologia no Rio de Janeiro e dirigiu por mais de 20 anos o hospital da Lapa e por outros tantos anos o Hospital Sanatório de Pinhais, falecendo no ano de 2015.

Dr. Djalma Kalil Fadel era um cidadão emérito da sua cidade natal Jaguariaíva, Formou-se em medicina no ano de 1955 pela Universidade Federal do Paraná, fazia campanha contra a lepra e lutava pela discriminação da mesma. Durante os anos de 1953 a 1975 atendeu o posto de saúde na antiga Fábrica de Papel, Imbrapel, da família Lupion, no município de Arapoti, e foi também diretor do Hospital Carolina Lupion de 1975 a 1989. Durante 1990 até 2008,

atendeu postos de saúde pelo Paraná afora e também no Tocantins. Em setembro de 2019, em meio aos festejos dos 196 anos da cidade de Jaguariaíva e de comemoração dos 60 anos do Hospital Carolina Lupion, o Dr. Djalma esteve presente à solenidade como convidado de honra. Veio a falecer em janeiro de 2021 na cidade de Curitiba. (CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA, 2019).



Figura 7- Sala do Centro Cirúrgico do Hospital Carolina Lupion (década de 1970).

Fonte: Acervo de Jane Domingues.

Na fotografia temos a sala do centro cirúrgico entre as décadas de 1960/1980. De costas o Dr. Michael Wahrhaftig, auxiliado nesta cirurgia pelo médico anestesista Dr. Américo, Paulo Washington do Raio X e em pé observando enfermeira Dirce Domingues.

1.2 Profissionais em formação e o funcionamento do Hospital Carolina Lupion

No dia 1º de outubro de 1959, segundo o jornal Diário do Paraná , o Hospital Carolina Lupion nos próximos 90 dias estava formando seu pessoal especializado, de acordo com o jornal um grupo de enfermeiros e auxiliares especializados de São Paulo e Curitiba estavam indo para Jaguariaíva-PR para criar uma escola dentro do Hospital e treinar os funcionários para o atendimento.

Porém, a notícia comete um pequeno equívoco ao publicar o nome do Hospital ele denomina Hospital Hermínia Lupion e não

Carolina Lupion, “o hospital Hermínia Lupion de Jaguariaíva, será local de experiência nova dentro da medicina paranaense”. (DIÁRIO DO PARANÁ, 1º de outubro de 1959). Hermínia Lupion era a esposa do Governador Moyses Lupion, mas o hospital foi nomeado Carolina Lupion em memória a mãe do Governador Carolina Döepfer Wille Lupion, falecida em 15 de fevereiro de 1952.

Ainda segundo a notícia do Diário do Paraná, o Hospital entraria em funcionamento em 20 dias e de início teria o funcionamento de apenas 10 leitos aumentando outros 10 a cada mês até atingir 100 leitos, depois disso iria duplicando até atingir a capacidade máxima de 300 leitos. Esse sistema de funcionamento tinha por objetivo fazer estudos básicos sobre alimentação e gastos hospitalares, seguindo o exemplo do Hospital das Clínicas de São Paulo, que levou dezesseis anos para atingir sua capacidade total. (DIÁRIO DO PARANÁ, 1º de outubro de 1959).²

No dia 19 de dezembro de 1959, o jornal o Dia, chama a atenção para a situação da Saúde Pública no Paraná e apontam a saúde como um problema sério no Estado principalmente por conta da tuberculose e das doenças mentais. O Hospital Carolina Lupion seria um dos mais bem equipados hospitais do interior do Paraná e que a sua inauguração e funcionamento descongestionaria outros hospitais do Estado especialmente o Hospital de Clínicas de Curitiba na capital paranaense. O jornal em uma entrevista com o Secretário de Saúde Pública o Dr. José Manoel Ribeiro dos Santos traz a seguinte fala sobre o Hospital de Jaguariaíva-PR:

– 900 leitos poderão melhor ser atendidos os indigentes que nos chegam do interior. Também com os hospitais regionais de Jaguariaíva e Tibagi, já em fase de funcionamento, os doentes do interior poderão ser encaminhados à hospitalização nessas cidades, facilitando, assim, o problema dos doentes que chegam do interior. O hospital de Jaguariaíva – o maior e mais completo hospital do interior do Estado – já está equipado e já está equipado e já foi inaugurado e tem capacidade para 300 leitos”. (O DIA, 19 de dezembro de 1959).

2. Segundo Lopes (2019), no dia 19 de novembro de 1961 nasce o primeiro bebê no Hospital uma menina, filha de Eulália de Melo e em homenagem ao nome do Hospital recebeu o nome de Carolina. Trata-se de Carolina Isabel de Mello, auxiliar de Enfermagem que trabalhou no Hospital até o ano de 2016 quando da sua aposentadoria.

O período de treinamento seria de 90 dias e já estava em andamento. Tiveram a vinda de duas enfermeiras consideradas de alto padrão e uma dietista vindas da cidade de São Paulo e também uma enfermeira e uma auxiliar de cirurgia vindas da cidade de Curitiba e a medida de especializar o pessoal para trabalhar tinha como objetivo evitar o deslocamento de enfermeiras de Curitiba, e formar o pessoal especializado na cidade que estava com falta de profissionais.

Uma dessas figuras importantes foi a enfermeira Maria Alzira Christensen que chefiou o primeiro corpo de enfermeiros do Hospital Carolina Lupion. Natural do município de Lapa-PR veio para a cidade de Jaguariaíva-PR para ministrar um curso de técnica de enfermagem. Formou-se em enfermagem no ano de 1959 na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). No ano seguinte a sua formação foi nomeada para assumir a função de Enfermeira Chefe, onde permaneceu até o ano de 1977, posteriormente assumiu a Chefia do Serviço de Enfermagem do Hospital São Lucas do município de Ponta Grossa-PR durante seis meses.³

Exerceu vários cargos de importância na área da saúde na cidade de Jaguariaíva em 1978 foi nomeada Coordenadora do Serviço de Enfermagem da Unidade Sanitária, durante 1986 e 1987 exerceu meio período da Chefia do Serviço de Enfermagem através da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP). Também em 1987, tomou posse na Diretoria Administrativa do Hospital Carolina Lupion. Posteriormente no ano de 1990, reassumiu suas funções de chefia no setor de enfermagem do hospital permanecendo em na função até sua aposentadoria da Secretaria Estadual de Saúde, no ano de 1994. Mesmo após sua aposentadoria foi nomeada Chefe da Divisão de Saúde do Hospital Carolina Lupion.

3. Também ministrou aulas nas disciplinas de Ciências Biológicas, Puericultura, Técnica de Enfermagem e Higiene na Escola Normal Secundária “Paula Gomes” e diversas palestras diversas palestras com a temática de saúde para as turmas do curso ginásial do Colégio Estadual Rodrigues Alves (CERA).

Para o curso de magistério ministrou as seguintes disciplinas: Básico em Saúde, Técnico em Contabilidade e Propedéutico, as seguintes aulas: Programa de Saúde, Fundamento de Assistência e Saúde; Anatomia e Fisiologia; Noções de Saúde, Microbiologia e Parasitologia, Nutrição, Noções de Saúde e Bem-estar Social. E também ministrou aulas no curso de Atendente de Enfermagem promovido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) no Hospital Carolina Lupion (Jaguariaíva), Hospital e Maternidade Sengés (Sengés), Hospital São Lucas (Ponta Grossa) e Hospital Bom Jesus (Castro).

Porém, Maria Alzira não se limitou só ao campo da saúde, junto com sua colega também enfermeira Olga Kojo Turek, candidataram-se para o cargo de vereadora pelo partido da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), no ano de 1968 e foram vitoriosas e se tornaram as primeiras mulheres a serem eleitas para Câmara Municipal de Jaguariaíva-PR e reeleitas no ano 1972. Segundo Lopes (2019), neste cargo Maria Alzira foi a primeira mulher e única a ser presidente da Câmara de vereadores na cidade, também participou de comissões de saúde, higiene e assistência social. Trouxe mudanças significativas na área da saúde e assistência social em geral, higiene e profilaxia sanitária, assistência sanitária, alimentação, nutrição, práticas esportivas e de lazer.



Figura 8- Enfermeira Maria Alzira Christensen.

Fonte: Acervo de Patrícia Christensen Werneck

Faleceu aos 77 anos de idade, no dia 15 de fevereiro de 2019 e teve seu corpo velado no plenário da Câmara Municipal de Jaguariaíva e sepultado na cidade da Lapa sua terra natal, no jazigo de sua família.

No mês de novembro de 2021, com o objetivo de enaltecer a classe dos profissionais da saúde a administração municipal da cidade de Jaguariaíva homenageia a Enfermeira Maria Alzira Christensen com a nomeação do prédio da Secretaria Municipal de Saúde.⁴

4. Fonte: <https://www.jaguariaiva.pr.gov.br/index.php/estrutura-de-governo/secretarias/semus/3236-administracao-municipal-homenageia-enfermeira-maria-alzira-christensen-com-denominacao-no-predio-da-semus>. Acessado em 17 de junho de 2022.



Figura 9- Vista aérea do Hospital Municipal Carolina Lupion.

Fonte: Acervo de Amália Cristina Alves.

1.3 Da regionalização à municipalização do Hospital Carolina Lupion

Segundo Lopes (2019) na década de 1970, o hospital passou de Divisão de Organização Hospitalar para Fundação Hospitalar e passou posteriormente para FAEP (Federação de Agricultura do Estado do Paraná) e depois para o Instituto de Saúde do Estado do Paraná e se tornou referência no tratamento da tuberculose onde recebeu uma ala de isolamento instalada pela Divisão Nacional de Tuberculose, posteriormente denominada como Divisão Nacional de Pneumologia Sanitária (DNPS). No ano de 1976 o Hospital Carolina Lupion recebeu recursos do Ministério da Previdência e Assistência Social e um aparelho de Raio X modelo 500-MA, no valor de 256 mil cruzeiros.

No ano de 1992 o Hospital Carolina Lupion é transferido ao município de Jaguariaíva-PR pelo governador Roberto Requião de Mello e Silva, através da Lei Estadual nº 10.079, todos seus bens imóveis, móveis e semoventes, permanecendo integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS).

O hospital passou por uma revitalização externa no ano de 2013, e neste ano passou a atender exclusivamente via SUS Sistema Único de Saúde. Entre 2016 e 2017 recebeu novas obras de infraestrutura como a substituição do telhado e forro do prédio como instalações elétricas e hidráulicas, troca de revestimentos nos banheiros, ins-

talação de rampas de acessibilidade e ampliação da largura das portas e no ano de 2019 a instituição comemorou 60 anos de existência.

Atualmente possui um total de 79 leitos e um corpo clínico que atua nas áreas de: anestesiologista, clínico geral, cirurgia geral, fonoaudiologia, obstetrícia/ginecologia, ortopedia e pediatria, bem como outros profissionais capacitados, tais como enfermeiros, técnicos de enfermagem, nutricionistas, assistente social, farmacêuticos/bioquímicos e técnicos em radiologia, além de funcionários administrativos, higiene, limpeza, manutenção e transporte. (LO-PES, 2019, p. 1).

Fontes

- Acervo do Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo de Jaguariaíva
- Acervo Pessoal do historiador da cidade Rafael Gustavo Pomim Lopes.
- Acervo Pessoal de Carlos Alexandre Milckeski.
- Acervo Pessoal de Marcela Wahrhaftig de Souza.
- Acervo Pessoal de Jane Domingues.
- Acervo Pessoal de Patrícia Christensen Werneck.
- Acervo Pessoal de Amália Cristina Alves.
- Jornal Diário do Paraná- Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira (Fundação Biblioteca Nacional).
- Jornal o Dia- Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira (Fundação Biblioteca Nacional).
- Jornal Correio da Noite- Acervo do Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo de Jaguariaíva.

Referências

ALBUQUERQUE, Marli Brito M.; KLEIN, Lisabel Espellet. Pensando a fotografia como fonte histórica. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 297-305, jul/set. 1987. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/XgLLG7wGBm5TG3hccWz9TTt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2022. Acesso em: 17 jun. 2022.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA. CRM-PR registra com pesar falecimento de três ilustres médicos. 2015. Disponível em: <https://www.crmpr.org.br/CRMPR-registra-com-pesar-falecimento-de-tres-ilustres-medicos-11-46488.shtml>. Acesso em: 17 jun. 2022.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA. Pesar pelo falecimento do médico Djalma Calil Fadel (CRM-PR 847), de 93 anos e 65 de formação. 2021. Disponível em: <https://www.crmpr.org.br/Pesar-pelo-falecimento-do-medico-Djalma-Calil-Fadel-CRM-PR-847-de-93-anos-e-65-de-forma-11-55597.shtml>. Acesso em: 17 jun. 2022

KRENISKI, Gislania Carla P.; AGUIAR, Maria do Carmo Pinto. O jornal como fonte histórica: a representação e o imaginário sobre o “vagabundo” na imprensa brasileira (1989-1991). In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 26., 2011, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Anpuh-Sp, 2011. p. 1-14. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300663138_ARQUIVO_artigovagabundos-1.pdf. Acesso em: 17 jun. 2022.

MORONA, Mario. T. Janér 80 anos. Rio de Janeiro: **Reeler**, 2006. Disponível em: <https://issuu.com/regobert/docs/tjalivro-final>. Acesso em: 17 jun. 2022.

LOPES, Rafael Gustavo Pomim. Maria Alzira Christensen: uma vida de dedicação à saúde. **Folha Paranaense**. p. 1-1. fev. 2019. Disponível em: <https://folhapr.com.br/2019/02/19/maria-alzira-christensen-uma-vida-de-dedicacao-a-saude/>. Acesso em: 17 jun. 2022.

LOPES, Rafael Gustavo Pomim. A história dos 60 anos do Carolina Lupion. **Folha Paranaense**. p. 1-1. set. 2019. Disponível em: <https://folhapr.com.br/2019/09/12/a-historia-dos-60-anos-do-carolina-lupion/>. Acesso em: 17 jun. 2022.

Sociedade e Política



CAPÍTULO 22

REVOLUÇÃO DE 1930: JAGUARIAÍVA NO CAMINHO DE GETÚLIO VARGAS

Jessica Leme Santos

Ao pensarmos o Brasil nos anos de 1920, requer que tenhamos um olhar para vários setores da sociedade sendo principalmente o econômico e social. Nossa país detinha uma jovem república, ainda caminhando de maneira nada democrática, onde mulheres, negros, analfabetos e homens brancos de baixa renda não podiam votar.

Nas primeiras décadas do século XX, a política brasileira era realizada dentro de um sistema de acordos entre as elites da época, representadas principalmente pelos cafeicultores e produtores de leite de nosso país. Estes estavam localizados nas regiões do estado de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A partir disso se formou o que conhecemos hoje como a “política do café e leite”.

Dentro dessa lógica, os presidentes brasileiros da chamada Primeira República, eram eleitos a partir de uma alternância de poder entre esses estados que controlavam nossa política e economia. Sendo assim, políticos de outras regiões do Brasil nunca tinham chance no páreo para o maior cargo político do país, além de que não existiam espaços para a implementação de outras políticas públicas e econômicas, que não fossem voltadas a sustentar a economia cafeeira.

O contexto brasileiro da década de 1920, segundo Fausto (1998.p.305), era assim como de boa parte do mundo, de uma eco-

nomia afetada pela Primeira Guerra Mundial, em nosso caso, tivemos a ascensão de uma classe média urbanizada que estava em busca de participar mais da política do país. Havia o interesse que as eleições fossem de fato limpas e democráticas, assim como, esperava se que as políticas econômicas seguissem as vertentes liberais.

Como já mencionado nesse texto, a política brasileira que caracterizava a Primeira República, era feita pelas oligarquias do campo, o que já não agradava grande parte da burguesia urbana industrial brasileira, que ficava a mercê das políticas públicas sempre voltadas a essa camada da sociedade.

Nas eleições que iriam suceder o então presidente Washington Luís no ano de 1929 veio à surpresa do nome de Júlio Prestes, candidato de origem paulista tendo sido o indicado pelo presidente atual Washington Luís. O que surpreendeu a todos que aguardavam um candidato mineiro, visto que as eleições eram decididas antes mesmo do pleito eleitoral acontecer diante do acordo existente entre Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Segundo FAUSTO (1998, p.319), essa manobra política do presidente Washington Luís acabou por fortalecer a aliança entre Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que em meados de 1929 lançaram a candidatura de Getúlio Vargas à presidência e para vice João Pessoa. Os dois saíram candidatos pela chamada Aliança Liberal, formada por democratas paulistas e por parte da cisão formada por Minas Gerais.

A campanha eleitoral às eleições presidenciais de março de 1930 abriu-se em fins de julho de 1929, com o lançamento da candidatura de Getúlio Vargas e a formação da Aliança Liberal. A iniciativa partiu de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, que se opuseram à chapa governista Júlio Prestes-Vital Soares, com a posterior adesão da Paraíba. (FAUSTO, 1983, p.29).

As eleições aconteceram e como já era esperado Júlio Prestes, candidato paulista indicado pelo presidente vence as eleições. Não podemos nos esquecer do contexto político da época, onde os estados mais abastados do nosso país eram Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, todos os demais tinham políticos de pouca expressividade no cenário brasileiro, assim como Getúlio Vargas era um nome pouco conhecido das elites e considerado um forasteiro.

Segundo Fausto (1998), o então governador do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, congratulou o candidato eleito pela vitória e ainda ofereceu apoio ao novo governo como sinal de respeito à decisão das urnas, mesmo que as eleições fossem sabidamente fraudadas.

Porém, a Aliança Liberal, partido o qual Getúlio Vargas havia sido candidato, rejeitou de forma contundente a vitória, segundo o historiador Skidmore (2010), outras eleições já vinham sofrendo questionamentos alegando fraudes nos resultados. Com a situação política já complicada, ocorre no nordeste o assassinato de João Pessoa, o candidato à vice-presidência pela chapa de Getúlio Vargas (FAUSTO, 1998). O crime não teve motivação política, porém foi um estímulo a articulação para iniciar a revolta política contra a eleição presidencial.

Revolução de 1930: a trajetória até a tomada do poder

A organização para a revolta se baseia inicialmente no Rio Grande do Sul, onde Getúlio Vargas teve apoio de grande parte dos políticos influentes da época, como Borges de Medeiros, governador do estado e o qual ficou responsável pela “chefia” da Revolução. Nesse momento Getúlio Vargas lança um manifesto onde declara que a resolução da contenda está nas mãos do povo brasileiro, “entreguei ao povo a decisão da contenda, e este, cansado de sofrer, rebela-se contra os seus opressores”. (NETO, 2012, p.468).

Segundo o biógrafo de Getúlio Vargas, NETO (2012), a Revolução já seguiu com ares de vitoriosa, ainda no Rio Grande do Sul motivo esse porque recebeu apoio do Exército gaúcho e também da população. Algumas guarnições do Exército que tentaram esboçar alguma resistência e apoio ao governo de Washington Luís acabaram por cair.

A partir disso a comunicação passou a ser cortada com demais postos do Exército para que nada fosse divulgado e assim a comitiva de Getúlio Vargas pode seguir sem ser desmantelada facilmente.

A Revolução segue seu caminho pelo sul do Brasil, até que os revoltosos chegam ao Paraná por volta do dia 05 de outubro na cidade de Curitiba. O Estado foi um apoiador do movimento, o que segundo muitos pesquisadores deram oportunidade a vitória do mesmo.

Em 1930, a Revolução contou com grande apoio do Paraná. Forças militares federais sediadas no estado deram significativo apoio ao movimento. A participação e o envolvimento de importantes grupos de apoio no estado do Paraná, ao lado da grande movimentação política nacional, colaboraram na vitória do movimento revolucionário. (OLIVEIRA, 2000, p. 47).

Segundo Oliveira (2000), as movimentações a favor da Revolução de 1930 no Paraná iniciaram-se a partir da figura do Major Plínio Alves Monteiro Tourinho, este um engenheiro do Exército e professor na Universidade Federal do Paraná na época. Naquele momento muitos contatos foram realizados entre integrantes das forças do Exército tanto no estado do Paraná como em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Como por exemplo,

Contatos foram feitos entre a oficialidade das principais unidades da 5ª Região Militar (Paraná e Santa Catarina). Havia simpatizantes no 15º Batalhão de Caçadores, no 9º Regimento de Artilharia Montada, no IV/5RCD Esquadrão de Cavalaria e no 5º Grupo de Artilharia, todos localizados em Curitiba (Sede do Comando da RM). O 13º Regimento de Infantaria de Ponta Grossa também contava com simpatizantes deste movimento. A unidade de Palmas, o 5º Batalhão de Engenharia e o 13º Batalhão de Caçadores, de Porto União, seguiram com o movimento revolucionário. A Polícia Estadual do Paraná também aderiu. (OLIVEIRA, 2000, p. 48).

Com todo esse apoio a Revolução de 1930 foi vitoriosa no Paraná, tendo como nos cita Oliveira (2000), uma intensa comemoração das classes operárias curitibanas assim como o apoio de políticos paranaenses que simpatizavam com a Aliança Liberal.

Alguns pontos do Sul do Brasil, como alguns regimentos militares em Santa Catarina e em Castro no Paraná, ainda tentaram manter-se fiéis ao presidente Washington Luís, mas logo quando perceberam o maior número de revoltosos declinaram e passaram a integrar o grupo.

Um dos motivos que levaram ao levante ter sido vitorioso e em pouco tempo, se deu ao deslocamento dos revolucionários via estradas de ferro. Com o Paraná favorável à Revolução o caminho estava livre para que as tropas de Getúlio Vargas avançassem em direção ao Estado de São Paulo.

Memórias: o que nos contam os personagens que presenciaram a Revolução de 1930

A cidade de Jaguariaíva detinha naquele período espaço estratégico para as tropas de Getúlio Vargas, pois se localizava muito próxima à fronteira com o Estado de São Paulo e detinha uma estação de trem bem estruturada, que serviu não só como ponto de encontro como também como espaço de acampamento para os revoltosos.

Dentro da historiografia não temos tantas fontes que possam ser citadas acerca dos dias em que transcorreu a Revolução de 1930 no espaço da cidade de Jaguariaíva, porém, memorialistas da região retrataram em várias obras momentos vividos nesse período e curiosidades desse conflito.

A historiadora Maria Lourdes O. Pedroso, em seu artigo intitulado, “*Civis e Combatentes. De como cidade provinciana se levantou primeiro*”, nos fala sobre a movimentação que a Revolução de 1930 causou na cidade, afinal as tropas do Sul passavam pela Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande que cortava a cidade, e tiveram ali seu Quartel General montado por Miguel Costa.



Estação da cidade de Jaguariaíva - 1906

Ainda segundo a autora, Jaguariaíva teve um Hospital de Sangue da Cruz Vermelha, onde recebia os feridos mais graves, diante da proximidade com a fazenda Morungava, localizada próxima à cidade de Sengés, onde os conflitos mais violentos aconteceram.

A Cruz Vermelha organizou, no Grupo Escolar, um hospital de sangue. Civis, homens e mulheres de todas as idades, se apresentaram para servir como voluntários. Uns na frente de batalha, outros, no hospital. Tudo era azáfama, boataria e susto. Muita gente, apavorada, abandonou a cidade. Tinham razão de ter medo, afinal, os mais sangrentos combates da Revolução, no Paraná, aconteceram ali bem perto, em Sengés e Morungava, duas localidades, na ocasião, ainda pertencentes ao Município de Jaguariaíva. Um aviãozinho paulista, de cor escura, sobrevoou a cidade e deixou cair sobre ela três bombas. Felizmente, os petardos não causaram danos de importância. Motivaram apenas grande comoção psicológica, nada mais. (PEDROSO, Maria Lourdes Osternach, p. 50, 2002).



Imagen 01: Corpo clínico e equipe de voluntários no Hospital de Sangue, estabelecido nas instalações do Grupo Escolar Izabel Branco, localizado na Cidade Alta. Fotógrafo desconhecido. Acervo pertencente ao Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo.



Imagen 02: Corpo clínico e equipe de voluntários no Hospital de Sangue, estabelecido nas instalações do Grupo Escolar Izabel Branco, localizado na Cidade Alta. Fotógrafo desconhecido. Acervo pertencente ao Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo.

Segundo a publicação intitulada “Cinquentenário da Revolução de trinta no Paraná”, realizada pelo Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná (1980), a Cruz Vermelha organizou na cidade de Jaguariaíva dois hospitais e mais frentes humanitárias, que contaram com o trabalho voluntário de moradores da cidade, em sua maioria mulheres.

A Cruz Vermelha, organizada em Jaguariaíva, teve como presidente a Exma. Sra. D. Geni Ribeiro dos Santos e como auxiliares a professora normalista D. Anna Ferreira de Souza, D. Flora Marieta Camargo, e os cidadãos Felipe Mussi, Inácio Alves de Souza, diretor do Grupo D. Izabel Branco, e outros, servindo todos com louvável solicitude. Pela Cruz Vermelha foram organizados os Hospitais de Sangue Avenida, no Hotel Avenida, e D. Izabel este no Grupo Escolar. No Colégio Particular, sob a direção dos professores Inácio Alves de Souza e Ana Ferreira de Souza, foi instalado um departamento de operações, com suficiente material cirúrgico e farmacêutico. Os referidos professores agasalharam carinhosamente em sua residência o corpo médico gaúcho, chefiado pelo Coronel Dr. Sant-Pastout, notável professor de cirurgia da Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Mais de 100 feridos foram pensados nos hospitais de Jaguariaíva, sendo, após o triunfo revolucionário, transferidos para o Hospital de Ponta Grossa, onde havia melhores recursos. (IHGE-PR, p. 326, 1980).

Outro memorialista, que nos trás traços sobre a Revolução de 1930 na cidade de Jaguariaíva é Orlando Frizanco, o autor é descendente da Família Frizanco, formada por imigrantes italianos que residia na cidade na época, publicou livro intitulado *História da Revolução de 30 em Jaguariaíva* (2005). Em seu texto, destaca se o papel da Chácara Passo Velho, como espaço de abrigo das tropas durante a Revolução de 1930.

Naquele momento, segundo o autor a Chácara Passo Velho serviu como acampamento para as tropas sulistas, a mesma se localizava próxima a Estrada de Ferro, se estendendo até os limites do frigorífico Matarazzo que se localizava de frente a Estação. Ao se instalarem ali, as tropas cavaram trincheiras e posicionaram suas armas no local.

No auge dos acontecimentos, durante os bombardeios, as metralhadoras disparavam na tentativa de derrubar os aviões biplanos, que sobrevoavam a região, vindos de São Paulo. Os vôos provavelmente saíam em missão de reconhecimento e ataque, a partir do campo de

aviação de Itapetininga, Estado de São Paulo. Em algumas incursões, os aviões soltaram bombas, visando atingir a ponte da Estrada de Ferro por onde passavam as tropas em direção a São Paulo. (FRIZANCO, p.35, 2005).

Segundo Frizanco (2005), a família continuou vivendo na Chácara Passo Velho durante o conflito, porém, realizaram a construção de uma espécie de abrigo antiaéreo onde a família poderia se esconder em momentos de ataques. Aproveitou se uma região da chácara rica em árvores para se construir uma espécie de trincheira também utilizando velhos dormentes da Estrada de Ferro.

A cidade de Jaguariaíva se tornou durante o período da Revolução um ponto estratégico para os gaúchos e um ponto de preocupação para os paulistas, que passaram a usar cada vez mais aviões para reconhecimento da região através de sobrevoos e também na tentativa de destruir através de bombardeios as pontes de acesso às fronteiras com o Estado de São Paulo e os acampamentos de tropas gaúchas.

Os bombardeios tinham como alvo as tropas, que ficavam acampadas nas proximidades da estação ferroviária de Jaguariaíva e, também a ponte metálica da estrada de ferro, existente na época na foz do rio Jaguariaíva como o rio Capivari, que corta a cidade. (FRIZANCO, p.51, 2005).

Segundo Frizanco (2005), os aviões que sobrevoavam e por vezes atingiam a cidade de Jaguariaíva com explosivos, saíam do campo de avião de Itapetininga no Estado de São Paulo. Nesse período o Estado de São Paulo possuía aviões que podiam ser usados para ataques dessa natureza, como o modelo Curtiss Fledgling. Ainda segundo Frizanco (2005), o morador da época Noredim Cardoso, que lhe concedeu entrevista no ano de 2005, acerca dos acontecimentos de 1930, ressaltava que a cor dos aviões era vermelha e por isso eram chamados de “vermelhinhos”. O avião era um monomotor, sendo utilizado como correio aéreo naquele período.

O cidadão Noredim Cardoso, entrevistado na obra *“História da Revolução de 30 em Jaguariaíva”*, escrita por Frizanco (2005), ainda trás relatos sobre os dias da Revolução, visto que o mesmo tinha apenas 21 anos de idade durante o conflito.

“(...) naqueles dias da Revolução de 1930, os aviões soltaram diversas bombas em Jaguariaíva que caíram e estouraram em vários locais. Algumas explodiram nas proximidades da estação da estrada de ferro, outras próximo do antigo Grupo Escolar Isabel Branco, na parte alta da cidade. Algumas caíram nas proximidades do antigo matadouro municipal. Um dos alvos visados era a ponte da antiga estrada de ferro situada no encontro dos rios Jaguariaíva e Capivari. O Grupo Escolar Isabel Branco, na época, tinha sido transformado em hospital militar onde ficavam os doentes e feridos vindos da frente de combate de Itararé e que estavam mal. Acho que o hospital era um alvo porque os pilotos viam o movimento de soldados revolucionários nas proximidades do local. (FRIZANCO, p.56, 2005).

Ainda segundo relatos do morador Noredim Carneiro, destacados a Frizanco (2005), uma das bombas lançadas pelos “Vermelinhos”, atingiu o pátio da Estação da Estrada de Ferro, tendo ferido gravemente um homem que estava passando pelo local naquele momento.

Mesmo que a historiografia destaque que os ataques ocorreram em boa parte na região da fazenda Morungava em Sengés, divisa com o Estado de São Paulo, os bombardeios eram ouvidos pelos moradores da cidade de Jaguariaíva, como destaca a publicação do IHGEP (1980),

Desde 9 a 23 de Outubro, excepto os dias chuvosos, Jaguariaíva foi bombardeada pelos aviões da polícia paulista, os quais, de grande altura, livres do alcance das metralhadoras pesadas, lançavam bombas inflamáveis sobre a cidade mártir naquela fase trágica e dolorosa. Diariamente, entre as 15 e 17 horas, as formidáveis máquinas de guerra adejavam pavurosamente sobre aquele centro de população. Então ouvia-se o alarido estridente da fuzilaria de dezenas de metralhadoras e concomitantemente escutavam-se os estampidos formidáveis dos temíveis projéteis arremessados a esmo ou com defeituosa pontaria, pois que, apesar de numerosos, nenhum prédio da cidade foi atingido. Apenas 3 pessoas foram sacrificadas por estilhaços, durante a fúria dos bombardeios aéreos! Os pontos mais alvejados eram as imediações da gare, onde diariamente aglomeravam-se milhares de soldados com destino ao Itararé e ao Ramal de Paranapanema. (IHGEP, p.326,327, 1980).

A Revolução de 1930, em Jaguariaíva teve seu início no dia 03 de outubro, mesmo dia em que eclode no Rio Grande do Sul. Neste dia houve a tentativa de tomada do prédio da Prefeitura, onde tam-

bém ficava a Câmara dos Vereadores. Um grupo de revolucionários comandados pelo Coronel Joaquim Carneiro Lobo tentou invadir o prédio, porém, foram desmantelados pela Força Policial Militar, encabeçada pelo Sargento Motta.

O autor destaca que após a Revolução findada, descobriu se que na cidade de Jaguariaíva, havia dois espiões revolucionários, um deles trabalhando no Hotel Pessa como garçom. Este foi reconhecido fardado ao lado da comitiva de Getúlio Vargas.

A finalização dos combates e o desfecho da contenda política

No Estado de São Paulo as tropas legalistas se organizaram na região de Itararé, aproveitando se da geografia do local que proporcionava que as tropas se posicionassem de maneira a se proteger nas escarpas. Do lado Paranaense boa parte das tropas se organizou na chamada Fazenda Morungava, localizada na cidade de Sengés.

Em questões numéricas as tropas legalistas contavam segundo Oliveira (2000), com 2.400 homens, enquanto os revoltosos detinham 4.200 homens. Do lado paulista da revolta, outras frentes avançaram pela região do Vale do Ribeira e do Varadouro. Os sulistas pelo contrário tinham dificuldade na organização de suas tropas, devido à distância. Nesse momento o Paraná se torna espaço crucial para o desenvolvimento da Revolução tendo seus regimentos favoráveis a Getúlio Vargas facilitando a movimentação dos soldados.

Dessa forma, portanto, a participação militar do Paraná, ao contrário do que ocorrera nos movimentos político-militares anteriores, conferiu grande impulso à Revolução de 1930, contribuindo enormemente para a sua vitória. (OLIVEIRA, 2000, p. 49).

Para FAUSTO (1998), a Revolução foi realizada por uma camada social nova dentro do cenário político brasileiro, ligada a burguesia industrial. Essa classe social deu fôlego à Aliança Liberal, em busca de políticas que a beneficiassem e não mais apenas a classe produtora de café.

Dentro do Paraná a Revolução seguiu sem grandes problemas, tendo o apoio da população e do Exército. Na ocasião, o governo do Paraná presidido por Affonso de Camargo foi derrubado, dando espaço para dias de comemoração ao lado dos revolucionários.

em 1930, a Revolução contou com grande apoio do Paraná. Forças militares federais sediadas no estado deram significativo apoio ao movimento. A participação e o envolvimento de importantes grupos de apoio no estado do Paraná, ao lado da grande movimentação política nacional, colaboraram na vitória do movimento revolucionário. (OLIVEIRA, 1997, p. 47)

Para Oliveira (1997) a região Paranaense beneficiou os revoltosos que não tiveram dificuldades em seguir a viagem de trem rumo à cidade de Itararé, já no Estado de São Paulo.

o Paraná teve um grande papel estratégico muito destacado na vitória da Revolução. A rota ferroviária para São Paulo estava aberta. As extensas pontes sobre os rios Iguaçu e Negro estava incólumes. Se fossem destruídas, poderiam atrasar em meses o deslocamento logístico e militar das tropas gaúchas da 3º Região Militar, dando grande fôlego para a resistência no Catete. Os legalistas contavam apenas com o apoio do 5º Regimento de Cavalaria Divisionária de Castro, sem um esquadrão que ficava em Curitiba e apoiava o movimento. Em Florianópolis o General Nepomuceno Costa, enviado pelo Catete para comandar a RM, desembarcou tropas de Fuzileiros Navais que deveriam garantir a situação legal no litoral catarinense. (OLIVEIRA, 1997, p. 16).

Para o historiador SKIDMORE (2010), o presidente Washington Luís acreditava que o Exército estaria ao seu lado na proteção de seu governo. Porém, diante da grandiosidade da revolta nos estados do Sul do país Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, o Exército decidiu tomar a presidência no dia 24 de outubro de 1930, instaurando uma junta provisória.

25 DE OUTUBRO – Expedido de Sengés o seguinte “ultimo” às forças paulistas: “Exército Revolucionário – Setor Norte do Paraná – Grupo do Destacamento “Miguel Costa” – Quartel General em Sengés. 25 de outubro de 1930 – Sr. Coronel Paes de Andrade: “Em nome do comandante em chefe das Forças Revolucionárias, Dr. Getúlio Vargas, Presidente eleito da República, temos a hora de levar ao nosso conhecimento, o teor, por cópia, dos radiogramas que anunciam a deposição do Sr. Washington

Luís e a constituição de uma Junta Governativa, no Rio de Janeiro. (IHGEP, p.338,339, 1980).

Segundo o IHGEP (1980) como a revolta tinha forte apoio popular, além de apoio das Forças Armadas, a deposição das armas foi entendida como essencial para evitar um derramamento de sangue desnecessário, visto que a situação política de Washington Luís era de deposição da presidência.

O Major Plínio Tourinho, responsável pela revolta no Estado do Paraná, destaca em seu telegrama datado do dia 29 de outubro de 1930, endereçado ao General Miguel Costa, congratulações pela vitória da Revolução.

“A Revolução triunfante teve e tem em vós um seu padrão de honra a quem o regime decaído por essa mesma circunstância procurou ultrajar, retirando-vos a cidade de que nos orgulhamos. Satisfeitos de vossa glória, nos da Quinta Região Militar, cujos sentimentos interpresso, acompanhamos todos os passos da vossa bravura e do vosso patriotismo. Aceite nossas efusivas congratulações na certeza em que estamos de que sabereis tornar efetiva a vitória como soubestes sempre empenhar a vida pela pátria e pela República. Plínio Tourinho, Comandante da Quinta Região Militar”. (IHGEP, p. 344, 1980).

O Exército foi importante para que a vitória da Revolução de 1930, mas também não podemos acreditar que todo ele estivesse ao lado de Getúlio Vargas naquele momento para FAUSTO (1983), o Exército foi imprescindível na vitória, porém existiam aqueles que se mantinham contrários à chegada de Getúlio Vargas à presidência.

A partir da retirada forçada do presidente Washington Luís da presidência, uma junta de governo formada por militares tomou conta o governo brasileiro. Acredita-se inclusive que a intenção do Exército era de se manter no poder, porém com a pressão popular criada a partir da Revolução de 1930, optou-se por ceder o espaço a Getúlio Vargas, que ao chegar à cidade do Rio de Janeiro, cede do governo naquele período, veste-se com as roupas típicas gaúchas (bombacha e lenço vermelho), numa clara atitude de afirmação de sua origem e poder naquele momento.

Como em 1889, quando a República substitui o Império, a cúpula militar assumiu o controle num momento crítico, transferindo-o em seguida a um grupo de líderes políticos. Em 1930, os comandantes do Exército e da Marinha se viram numa posição que se tornaria cada vez mais familiar na história subsequente do Brasil: o papel de árbitro da política nacional. (SKIDMORE, 2010, p. 39).

Para DECCA (1981) o episódio de 1930, que historicamente ficou denominado como Revolução, o autor nos questiona sobre as características burguesas que fizeram parte desse movimento, onde apenas algumas classes sociais fizeram parte dele.

Nessa memória histórica sobrelevam-se apenas alguns agentes sociais ao passo que os outros são de uma vez por todas suprimidos, não se tornando estranho, tanto para a ótica do poder constituído nos anos trinta como para a historiografia, a inexistência da ação política dos dominados durante esse período histórico. (DECCA, 1981, p.75.76).

Outro aspecto levantado por DECCA (1981), questiona o fato do episódio ter sido chamado de Revolução pela historiografia, agindo para que o imaginário popular se esquecesse do fato de que um presidente eleito de maneira democrática fosse deposto, para que outro tomasse lhe o lugar de maneira arbitrária.

Para FAUSTO (1983), a Revolução de 1930, quebra uma hegemonia da política brasileira totalmente voltada ao espaço rural, principalmente na figura dos produtores de café. Não necessariamente dando maior espaço ao setor industrial, mas sim mexendo com a estrutura política existente até então.

A Revolução de 1930 mudou o cenário político nacional, mas também deixou na região de Jaguariaíva uma memória de batalhas, bombardeios, acampamentos, generais, soldados feridos, entre outros personagens que são inerentes a situações de guerra. Os dias de Revolução colocaram a cidade de Jaguariaíva e toda região dentro do cenário histórico político de nosso país e independente do tempo que transcorra do episódio essa será sempre uma memória de orgulho para aqueles que conhecem essa história.

Referências

Livros:

BARROS, João Alberto Lins de. **Memórias de um Revolucionário**. Editora Civilização Brasileira S/A. Rio de Janeiro. 1953.

Cinquentenário da Revolução de trinta no Paraná. 2. Ed.rev.e ampl. Curitiba, Inst. Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1980.

COSTA, Samuel Guimarães da. A Revolução de 1930 no Paraná. In: **História política da Assembléia Legislativa do Paraná**. Curitiba: Assembléia Legislativa, 1994, v. I.

DECCA, Edgar. **1930 o silêncio dos vencidos**. Editora Brasiliense, 1981.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. Historiografia e História. 9º edição, 1983. Editora Brasiliense.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil** – 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1998.

FRIZANCO, Orlando. **História da Revolução de 30 em Jaguariaíva**/ Orlando Frizanco – Curitiba : O Frizanco, 2006. 88p. il; 21cm.

Paraná, Espaço e Memória: Diversos olhares histórico-geográficos / autores Scortegagna [et.al]; organizadores Cláudio Joaquim Rezende , Rita Inocêncio Triches. Curitiba : Editora Bagozzi, 2005.

PEDROSO, Maria Lourdes O. **De como aconteceu** 2. Ponta Grossa: Gráfica Planeta, 2002.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Revistas e Artigos

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, UFPR, n. 9, 1997.

SANTOS, Jessica Leme. A Era Vargas no Paraná: análise historiográfica. ANPUH XIII Encontro Regional de História- **A escrita da História**. Londrina, 2012.

SALLAS, Ana Luiza Fayet. BEZERRA, Rafael Ginane. Da trajetória de um fotógrafo e da legibilidade da fotografia: esboço interpretativo sobre o trabalho de Claro Jansson. **Discursos fotográficos**, Londrina, v.4, n.5, p.59-80, jul./dez. 2008.

Trabalhos Acadêmicos

SANTOS, Jessica Leme. **Obra Simbólica do Brasil Novo: Representações Fotográficas De Getúlio Vargas na “Terra dos Pinheirais” em 1944**. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, p. 127. 2017. Link <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/395> acesso 23/10/2022

CAPÍTULO 23

JAGUARIAÍVA NO FRONT: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOBRE A ATUAÇÃO DO JAGUARIAIVENSE MÁRIO MONTANHA TEIXEIRA NA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

Caroline Loise Dähne

Entre os anos de 1939 e 1945 o mundo vivenciou a Segunda Guerra Mundial, uma disputa que mobilizou exércitos e populações de diversos países, transformando não só a tecnologia bélica como também a cultura de guerra do século XX. O Brasil não ficou de fora desse conflito. Embora inicialmente o governo do então presidente Getúlio Vargas tenha optado por uma postura aparentemente “neutra”, buscando manter as relações econômicas e políticas que tinha tanto com os Estados Unidos quanto com a Alemanha, enfim em 1942 o país reconheceu o Estado de Beligerância ao lado das forças dos Aliados.¹

1. Diversos historiadores se dedicam a entender as nuances da escolha de Getúlio Vargas em entrar no conflito ao lado dos Aliados (EUA, Inglaterra, França e URSS), tendo em vista que o governo brasileiro adotava uma postura autoritária no chamado Estado Novo, o que se assemelharia às políticas adotadas pelos países do Eixo. De acordo com Ferraz (2005), o que colaborou para a escolha da aliança com os EUA foram os acordos de financiamento e construção de uma siderúrgica

Alguns historiadores como Roney Cytrynowicz (2000) e Francisco César Ferraz (2005) apontam que inicialmente a participação brasileira no conflito se restringiu a mobilização humana para a extração de matéria-prima e a produção de recursos que seriam utilizados na guerra, o que é comumente chamado de “batalha da produção”. Em seguida, o governo estadonovista forneceu a concessão do uso de bases aéreas e marítimas no Norte e Nordeste brasileiro às Forças Armadas norte-americanas, locais importantes na geopolítica da guerra por conta da sua posição estratégica na América Latina.

Foi somente no ano de 1943 que o Brasil finalmente mobilizou suas Forças Armadas para o conflito. E mesmo assim, somente no ano seguinte que a Força Expedicionária Brasileira (FEB) criada através da Portaria Ministerial nº 4744 em 13 de agosto de 1943, foi enviada para o combate na Europa. Nesse sentido, de acordo com Ferraz (2005), a ideia inicial era de mobilizar um efetivo de cerca de 60 mil militares brasileiros. Porém, devido a algumas exigências físicas e intelectuais, o número de selecionados foi de apenas 25.334 soldados.

Ainda de acordo com o autor, essas exigências, tais como, ser alfabetizado e ter altura igual ou superior à 1,60 metro, foram relaxadas para que conseguissem chegar a uma convocação efetiva. O fato de não atender às expectativas, retrata aspectos da realidade sanitária brasileira do período, com diversas pessoas desnutridas e com algum problema de saúde.

Outro aspecto ressaltado pelo autor, foi a dispensa de vários homens de classe média ou alta beneficiados por estratégias que burlavam a convocação. O que resultou num contingente de jovens de classes populares, muitos deles trabalhadores rurais, com pouca escolaridade e um mínimo entendimento sobre o que se tratava aquela guerra. Nesse sentido, o autor usa o termo “cidadãos-soldados”, já que a maioria dos integrantes da FEB nunca tinha empunhado uma arma antes da formação desse grupamento.

Do Paraná partiram, de acordo com o historiador Dennison de Oliveira (2013), 1542 jovens integrantes da FEB para combater na Itália, o que correspondia a 6,61% do total do efetivo brasileiro. No entanto, o autor também aponta que se contarmos com os migrantes

nacional e o fornecimento de armamentos e recursos para organizar a defesa do Brasil.

de outros estados brasileiros que tinham se fixado em nosso território, principalmente para trabalhar no Ciclo do Café, esse número aumentaria para 2500 pessoas, correspondendo a 10% do total de integrantes da FEB. Alguns desses soldados paranaenses nasceram em Jaguariaíva, interior do Paraná.

De acordo com a historiadora Francielle Uchak (2020), não existem muitos estudos historiográficos específicos sobre a formação da cidade de Jaguariaíva, porém em sua dissertação do mestrado, a autora realiza uma breve contextualização sobre a cidade no início do século XX. Através da Lei nº 811 de 05 maio de 1908, Jaguariaíva foi elevada à categoria de cidade, segundo a autora, sua posição geográfica centro-oriental paranaense e a proximidade com a fronteira do estado de São Paulo fez com que a região se desenvolvesse. Caminho de passagem dos Tropeiros e região de grandes latifúndios de produção agrícola e criação de gado, Jaguariaíva passou a se desenvolver ainda mais com a criação da “Estação Jaguariaíva” e da estrada de ferro que ligava Sul ao Sudeste do país, em meados de 1905.

Essa posição estratégica contribuiu para a instalação do frigorífico das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo em 1920, época em que, segundo o IBGE, a cidade contava com 15.965 habitantes. Ainda de acordo com Uchak (2020) a instalação da organização fabril na cidade contribuiu para atrair trabalhadores de diversas partes do país, bem como imigrantes de diversas nacionalidades, que passaram a compor a população local.

Da cidade de Jaguariaíva, partiram 14 homens para integrar o Corpo Expedicionário Brasileiro. De acordo com um levantamento realizado pelo historiador José Axt (2013) no Museu do Expedicionário, foram eles: Major Mário Montanha Teixeira; 2º Sargento Dionízio de Moura Reis; Cabo Palmiro Ferreira Tavares; Cabo Luiz Gonzaga de Melo; Cabo Moacyr de Jesus Martins; Cabo Narciso Marques; Cabo Oscar Pereira de Camargo; Soldado Antônio Alves dos Santos; Soldado Benevides Furquim de Camargo; Soldado José Maria de Carvalho; Soldado Juvenal de Oliveira Santos; Soldado Jaime Woitas, Soldado Stefano Felipe; Soldado Eduardo Adaimoré.

Os memorialistas que escreveram sobre os militares paranaenses na FEB divergem sobre a cidade de origem de alguns deles, isso

devido ao desmembramento de alguns distritos e a elevação deles à categoria de município. Como é o caso da cidade de Arapoti, que de acordo com Cavalheiro (2022), só foi considerada uma cidade a partir de 1955 e que algumas partes do seu território integravam Jaguariaíva anteriormente.

Nesse sentido, o número de militares que partiram de Jaguariaíva para integrar a FEB pode aumentar se levarmos em conta outros soldados que nasceram no Distrito da Cachoeirinha, que na época fazia parte do território de Jaguariaíva e posteriormente passou a fazer parte da cidade de Arapoti, foram eles: Soldados Manoel Padilha Sobrinho, Constantino Perez, Vitoldo Zelazowski e José Hryniwicz.

A divergência sobre a origem dos militares pode ser percebida também no livro “Bravos Brasileiros” do memorialista José Batista Alves, criador da Casa do Lembrador em Arapoti. No livro, o autor atribui os seguintes militares à cidade criada após a guerra: Soldado Benevides Furquim de Camargo; Soldado Eduardo Adaimoré; Soldado Constantino Perez; Soldado José Hryniwicz; Soldado Manoel Padilha Sobrinho; Cabo Narciso Marques; Soldado Stefano Felipe e Soldado Vitoldo Zelazowski. Divergências à parte, todos os militares listados pelos memorialistas partiram de Jaguariaíva para representar o estado do Paraná na Força Expedicionária Brasileira.

Ainda segundo as memórias de Axt (2013), a FEB marcou a rotina da cidade de Jaguariaíva no ano de 1944, já que por ela passava a linha férrea em direção à Itararé e por essa ferrovia transitavam os soldados do sul do país que estavam a caminho do Rio de Janeiro para embarcar nos navios que os levariam até a Itália. Além disso, na cidade eram realizadas paradas desses trens para que os soldados realizassem suas refeições no pátio da estação, o que segundo o autor, causava uma certa aglomeração da população para observar a partida desses combatentes. O que demonstra que a ferrovia foi importante não só para a economia local, mas também para o transporte dos soldados que partiam a caminho da guerra e para a demonstração do patriotismo da população jaguariaivense, segundo os memorialistas.

Ao chegarem no Rio de Janeiro, os soldados convocados passaram por um breve período de treinamento, que principalmente visava a substituição dos métodos franceses, característicos do nosso

Exército, para o padrão norte-americano. O primeiro embarque em direção à Nápoles aconteceu, segundo a historiadora Sirlei de Fátima Nass (2005), em 16 de julho de 1944. Chegando lá, os militares brasileiros foram incorporados ao V Exército Americano, uma força multinacional com soldados de diversos países aliados.

Já que grande parte do efetivo da FEB vinha da vida civil em regiões rurais do interior do país, ao chegar na Itália esses soldados precisavam se adaptar à vida militar, além da diferença de costumes e das temperaturas baixas no rigoroso inverno europeu. Inicialmente, suas missões eram de patrulha em regiões de montanhas e vales na Itália, o que levava a um deslocamento lento das tropas.

Dentre as ofensivas realizadas pelos brasileiros, a mais famosa foi a tomada de Monte Castelo, ela é ao mesmo tempo “o maior símbolo e mito das ações da FEB” no ponto de vista de Ferraz (2005, p. 64). Já que o processo de conquista desse território é geralmente descrito ressaltando os supostos aspectos heróicos realizados pelos brasileiros.

Monte Castelo ficava em uma região que era dominada pelos alemães e que levou meses até que os brasileiros conseguissem conquistá-la, em 21 de fevereiro de 1945, numa manobra que envolveu a artilharia, a Força Aérea Brasileira (FAB) e a Divisão de Montanha americana.

Foi nessa conquista de Monte Castelo que um dos jaguariaivenses que fazia parte da FEB, o então 1º Tenente R.2 Montanha² foi ferido em combate em 1944. De acordo com o veterano de guerra Agostinho José Rodrigues (1953), Montanha teve a perna fraturada, o que o fez ser enviado novamente ao Brasil. Ao chegar em solo brasileiro, foi condecorado com a Cruz de Combate de 1ª Classe e Medalha de Sangue do Brasil. Na fotografia a seguir, vemos Montanha já em solo brasileiro, ainda em recuperação dos seus ferimentos de batalha, acompanhado de uma enfermeira e recebendo suas medalhas das mãos do próprio presidente Getúlio Vargas.

2. Após a guerra, Mário Montanha Teixeira permaneceu no Exército Brasileiro, até ser reformado como Major. Ao longo do texto utilizamos as duas patentes para nos referirmos a ele, de acordo com cada período citado.



Imagen 01: Mário Montanha Teixeira condecorado com a Cruz de Combate de 1^a Classe e Medalha de Sangue do Brasil pelas mãos do presidente Getúlio Vargas.

Fonte: Acervo do Museu do Expedicionário, Curitiba-PR.

O caso de Montanha não foi isolado, diversos brasileiros foram feridos em combate ou desenvolveram algum problema de saúde no campo de batalha. Segundo Nass (2005) no período em que a FEB permaneceu na Itália, a clínica médica atendeu 9.234 militares, a maioria com problemas respiratórios devido às temperaturas negativas.

Sobre a atuação dos brasileiros da FEB em solo italiano, Ferraz (2005) reconhece que ela não foi decisiva para a vitória dos Aliados, assim como não foi insignificante. O autor ressalta a importância de entendermos que essa era apenas uma das 24 divisões presentes no mesmo Teatro de Operações naquele território. Os discursos que evidenciam a importância e retratam a conquista de Monte Castelo e demais ações desses militares de maneira épica, tendem a representar o aspecto memorialista das narrativas. Já os que retratam como uma participação “simbólica” tendem a ir de encontro com os discursos que buscavam descredibilizar os febianos após o seu retorno ao Brasil.

Ainda que as celebrações, desfiles e discursos jornalísticos da época passassem a ideia de que o retorno dos combatentes da FEB foi bem recebido pela sociedade e de que esses militares tiveram o seu trabalho reconhecido, na realidade as comemorações foram ape-

nas uma estratégia do governo. Nesse sentido, Nass (2005) aponta que as festas criadas para receber os chamados “heróis da Pátria”, correspondiam à política de massas do governo varguista que buscavam reforçar o nacionalismo brasileiro durante o Estado Novo.

A desmobilização da FEB aconteceu quando o efetivo desta ainda estava na Itália, através da Portaria nº 8250 de 11 de maio de 1945, que estipulava que ao retornar para o Brasil os pracinhas deveriam devolver os seus uniformes, receber os pagamentos devidos e as medalhas, em seguida retornando para as suas vidas civis. Essa rápida dissolução da FEB feita pelo governo é entendida por Nass (2005) como uma forma de prevenir uma possível revolta organizada por esses militares para mudar a ordem vigente.³ Para os ex-combatentes restou a busca por se adequar novamente à vida civil e, em muitos casos, um ressentimento quanto à desvalorização dos seus feitos.

Para Ferraz (2005, p. 68), ao retornar para o Brasil, os pracinhas precisaram encarar que sua principal recompensa para a luta foi o esquecimento. Embora no processo de recrutamento tenha sido prometido que eles seriam reintegrados à sociedade, na prática não foi isso que se observou. Muitos dos ex-combatentes não tinham formação e não conseguiam se colocar no mercado de trabalho. Fora os que tinham as leis de retorno aos empregos cumpridas, mas que logo depois eram dispensados com as mais variadas justificativas, dentre elas a ideia de que sofriam de “neuroses de guerra”. Em meio ao abandono que receberam do governo e da sociedade brasileira, só lhes restava o apoio daqueles que também tinham feito parte da FEB e lutado na Europa.

Embora hoje haja um interesse maior da historiografia local sobre esse assunto, a maioria das informações sobre os combatentes paranaenses na Segunda Guerra Mundial ainda são encontradas em livros escritos por memorialistas, sejam eles ex-combatentes ou admiradores que começaram a escrever baseados em conversas com esses soldados e a população local. Daí a entonação heroica presente nessas narrativas, que ressaltam os atos dos militares da FEB de maneira grandiosa e demonstram um sentimento de identidade estadual entre eles.

3. De acordo com Nass (2005) no entendimento das autoridades, os soldados da FEB eram uma “ameaça” ao governo por terem lutado ao lado dos Aliados por ideais democráticos, enquanto que o Brasil vivia um governo autoritário. No entanto, a autora salienta que poucos desses ex-combatentes tinham essa consciência e a possibilidade dessa revolta era praticamente inexistente.

O historiador Maico José Moura (2012), realizou uma pesquisa analisando diversos livros escritos por esses memorialistas veteranos, dentre eles, “*O Paraná na FEB*” de Agostinho Rodrigues. A partir da análise dessas obras, o autor questiona essa suposta identidade estadual, demonstrando que quando comparada com a pesquisa historiográfica sobre o tema e entrevistas de veteranos, a noção de pertencimento era muito mais forte com a unidade da FEB da qual eles participaram, do que dos seus estados de origem.

No entanto, esse vínculo entre os pracinhas, demonstrado na identidade estadual, não é de todo uma noção equivocada. Embora durante o conflito o local de origem não tenha determinado os laços de companheirismo entre os militares, na volta para o Brasil e na consequente reintrodução à sociedade paranaense, os ex-combatentes construíram associações locais. Nesses espaços, Moura (2012) salienta a construção de “comunidades de memórias”, ou seja, os veteranos ao se juntarem em busca de lutar por seus direitos também começaram a produzir memórias de sua participação no conflito, e nesse sentido a identidade regional começou a ser fortalecida.

Sobre a tentativa da criação de uma identidade febiana e da fabricação dessa noção dos combatentes da FEB como “heróis brasileiros”, a historiadora Caroline Martins Ojeda (2015), ressalta que a origem desse movimento parte da construção de vínculos entre os veteranos após seu retorno para o Brasil. Desde o momento de sua criação, a FEB foi vista por parte da sociedade brasileira como algo limitado àquele conflito e com poucas chances de efetivamente ser enviada para a batalha, daí o famoso ditado sobre a cobra fumar.⁴ Com a volta dos combatentes para o país, o clima de festejo foi rapidamente suprimido pelo abandono, e as associações criadas pelos veteranos buscavam então a valorização dos seus feitos e o reconhecimento social.

Nesse sentido, Nass (2005) aponta que a imprensa paranaense ao veicular notícias sobre o retorno dos pracinhas da FEB ao Brasil, utilizou um discurso adequado ao imaginário Paranista,⁵ criando en-

4. O símbolo adotado pelos militares da Força Expedicionária Brasileira consiste no desenho de uma cobra fumando um cachimbo. Tal escolha seria uma resposta à ideia popular de que era mais fácil uma cobra fumar do que o Brasil combater na Segunda Guerra Mundial.

5. Movimento intelectual do início do século XX que buscava criar a ideia do estado do Paraná como progressista, com um passado glorioso e destacar a sua imagem no cenário nacional.

tão uma noção de um “herói regional”. Noção essa, que foi fortalecida ao longo dos anos através da união dos ex-combatentes em prol dos interesses dos veteranos.

Dessa união surgiu uma associação, criada no estado do Paraná em 1946, a Legião Paranaense do Expedicionário, que teve como um de seus fundadores o jaguariaivense Mário Montanha Teixeira. Quando realizamos o levantamento de fontes sobre o Major e demais combatentes originários de Jaguariaíva nos deparamos com diversas citações sobre os seus grandiosos feitos e medalhas recebidas, o que poderia nos induzir a tratar essa temática de forma memorialista. Mas, a partir do momento que entendemos sua atuação na criação dessa associação e na luta pelos direitos dos paranaenses ex-membros da FEB, percebemos como essa construção de memória foi uma forma de significar a trajetória desses homens na guerra e enfrentar o desamparo do governo brasileiro com o retorno dos ex-combatentes ao país.



Imagen 02: Fotografia de Mário Montanha Teixeira

De acordo com Oliveira (2013), a Legião Paranaense do Expedicionário (LPE) funcionou como um lugar de acolhida para os ex-combatentes paranaenses da FEB. Na sua pesquisa, o autor analisou 836 Fichas Individuais de Atendimento a Ex-Combatentes preenchidas pela Secretaria de Assistência Social da LPE, e constatou que as ações da instituição visavam o atendimento médico, auxí-

(NASS, 2005, p. 70-71).

lio financeiro, assistência jurídica, bem como suprir outras necessidades dos veteranos.

No que se refere à assistência jurídica, Mário Montanha Teixeira que tinha se formado em Direito em 1938 antes da guerra, prestou diversos atendimentos aos veteranos. Em entrevista concedida à pesquisadora Maria do Carmo Amaral (2001) em 16 de junho de 2000, ele comentou que além das demais atividades que desempenhou na LPE, também atuou como advogado dos ex-combatentes, pessoas humildes que o procuravam em busca de ajuda nas mais variadas situações.

Outro ponto fundamental da assistência realizada pela LPE foi a criação da Casa do Expedicionário em Curitiba no ano de 1951. Segundo Oliveira (2013), esse espaço tinha como objetivo hospedar os ex-combatentes que estavam na capital, principalmente, em busca de atendimento médico. Aliás, o pesquisador salienta que na chegada dos militares ao Brasil, enquanto a FEB era rapidamente desmobilizada pelo governo Vargas, apenas os que eram considerados “incapacitados” foram encaminhados à Comissão de Readaptação dos Incapacitados das Forças Armadas (CRIFA). Deixando assim, os demais doentes abandonados à própria sorte e novamente na condição de civis.

Coube então à associações de veteranos, como a LPE, o atendimento a esses ex-febianos. No caso do Paraná, ainda segundo Oliveira (2013), 719 ex-combatentes foram atendidos nos 13 primeiros anos da Legião, desde atendimentos médicos básicos até mesmo auxílio funeral para as famílias dos militares. Os motivos dos pedidos de ajuda eram variados, muitos veteranos tiveram dificuldade de se colocar no mercado de trabalho nesse processo de reintegração social, vale lembrar que diversos deles eram analfabetos, o que dificultava encontrar vagas de emprego. Sem mencionar ainda os problemas de saúde decorrentes da guerra que só apareceram nos anos seguintes à volta ao Brasil, como pneumonias causadas pela exposição às baixas temperaturas da Itália e até mesmo os problemas psicológicos originados dos traumas de guerra.

A preocupação por atender às demandas dos ex-combatentes e consequentemente realizar a sua reintegração à sociedade, levou di-

versos veteranos a participarem da política-partidária no Brasil, concorrendo a diversos cargos políticos nas eleições que seguiram aos anos do pós-guerra. No caso do Paraná, o historiador Dennison de Oliveira (2013) fez um levantamento de alguns desses militares que ingressaram na carreira política e eram membros dirigentes ou associados à LPE.⁶ Nesse sentido, o pesquisador ressalta que embora a Legião adotasse uma narrativa na qual se dizia “apolítica e não partidária”, os dados sobre eleições e veteranos demonstram o contrário. Devido a diversidade de partidos aos quais esses ex-combatentes se filiaram e concorriam a cargos no governo paranaense, Oliveira (2013) propõe o uso do termo “suprapartidária” ao analisar a LPE.

Um desses veteranos que ingressou na carreira política foi justamente o jaguariaivense Mário Montanha Teixeira. Ainda segundo os dados levantados por Oliveira (2013), enquanto atuou como Secretário Geral da LPE entre 1947 e 1951, bem como Vice Presidente da organização em 1951/1952, Montanha também atuou na política paranaense. Embora não tenha sido eleito diretamente em nenhuma das eleições em que concorreu, ele garantiu a vaga de suplente para Deputado Estadual em todas elas.⁷

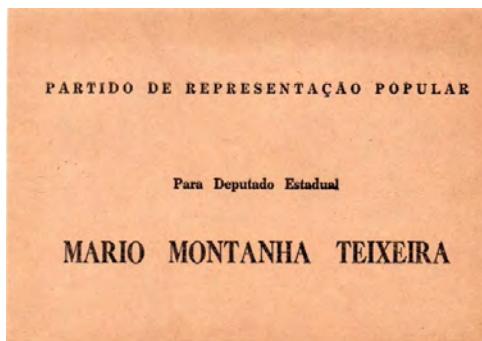


Imagen 03: Propaganda Política de Mário Montanha Teixeira

6. Embora no artigo, o historiador Denisson de Oliveira (2013) aponte demais dirigentes e associados da LPE que participaram das disputas eleitorais, tais como Filipe Aristides Simão e Agostinho José Rodrigues (veteranos que tiveram importante atuação na organização da instituição e na produção de memória sobre os paranaenses na FEB, respectivamente), optamos por apenas demonstrar os dados acerca da participação política do jaguariaivense Mário Montanha Teixeira. Demais dados podem ser consultados no artigo do professor referenciados ao final do texto.

7. De acordo com dados disponibilizados por Oliveira (2013) Mário Montanha Teixeira garantiu uma vaga de suplente na eleição de 1947 com 369 votos pelo Partido de Representação Popular (PRP). Nas eleições de 1954, obteve 5925 votos pela União Democrática Nacional (UDN) e em 1958 novamente pelo PRP com 438 votos, sendo suplente para Deputado Estadual nas três eleições.

De acordo com Ferraz (2005) foi só depois de muita luta que em 1988 a nova Constituição Brasileira determinou o reconhecimento dos serviços prestados pelos ex-combatentes na guerra através do direito à uma pensão especial. No entanto, o autor ressalta a demora na conquista desse benefício, uma vez que apenas cerca de 10 mil dos veteranos ainda estavam vivos nesse período.

Certamente, dentre todos os combatentes que partiram de Jaguariaíva rumo à guerra na Europa, o nome do então 1º Tenente R.2 Montanha não passa despercebido quando o assunto são os febianos paranaenses. Mais do que sua atuação na guerra, seus feitos posteriores na luta pelos direitos dos ex-combatentes são os mais lembrados.

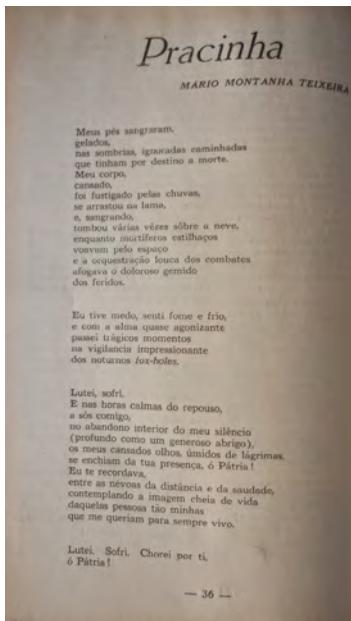


Imagen 04: Poema “Pracinha” de Mário Montanha Teixeira

Fonte: REVISTA EXPEDICIONÁRIO, 1948, p. 36.

No poema “Pracinha”, Montanha ao recordar sobre sua atuação no conflito escreveu: “Lutei. Sofri. Chorei por ti, ó Pátria!” (REVISTA EXPEDICIONÁRIO, 1948, p. 36). E essa luta não se encerrou no Teatro de Operações Bélicas na Itália, ele, assim como outros pracinhas jaguariaivenses, paranaenses e do restante do Brasil precisaram ao longo da sua vida realizar ações em busca dos seus direitos como ex-combatentes e pela valorização da memória febiana. Talvez

áí esteja uma oportunidade para os pesquisadores da História Militar do Brasil, de se debruçar cada vez mais nas organizações e na união dos ex-combatentes de regiões do interior do país em busca do resgate da memória e dos significados que as cidades de origem tiveram para esses militares.

Referências

Jornais e revistas

AXT, José. Jaguariaíva na Segunda Guerra Mundial. **Revista Sugestivo Jaguariaíva**. Jun. 2013. Disponível em: <https://issuu.com/guajaguariaiva/docs/sugestivo.junho.2013>

LEGIÃO PARANAENSE DO EXPEDICIONÁRIO. **Revista do Expedicionário**. Curitiba, 1948.

Livros, artigos e separatas

ALVES, João Batista. **Bravos Brasileiros**: soldados da Força Expedicionária Brasileira. Arapoti presente na Itália.

CAVALHEIRO, Antônio Carlos Mathias (Org.). **Patrimônio cultural de Arapoti**. Curitiba, PR: Farol dos Reis, 2022.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra**: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Geração Editorial/ Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

FERRAZ, Francisco César. **Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

RODRIGUES, Agostinho José. **O Paraná na FEB**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1953.

Trabalhos acadêmicos

AMARAL, Maria do Carmo. **O Museu do Expedicionário**: um lugar de memórias. Curitiba, 2001. Dissertação (Mestrado em História) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná.

NASS, Sirlei de Fátima. **Legião paranaense do expedicionário**: Indagações sobre a reintegração social dos febianos paranaenses (1943-1951). Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

UCHAR, Francielle Aparecida. **Trabalhadores e Trabalhadoras do Frigorífico Matarazzo em Jaguariaíva (PR):** cotidiano, experiência e resistência (1920-1940). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2020.

Webgrafia

MOURA, Maico José; FERRAZ, Francisco. Memória sobre a guerra: pracinhas paranaenses na Segunda Guerra Mundial. In: SANTOS, Ariovaldo de O. (org.) et al. **Anais do IX Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas.** Londrina: UEL, 2012. p. 959-969.

OLIVEIRA, Dennison. Custos humanos da desmobilização da força expedicionária brasileira (FEB): A Legião Paranaense do Expedicionário (LPE) e os feridos, doentes e mutilados da Segunda Guerra Mundial (1947-1956). **Vozes, Pretérito & Devir.** Ano I, Vol. I, Num. I (2013).

OLIVEIRA, Denisson. Veteranos da Segunda Guerra Mundial e política-partidária no Brasil (1945-1985). Anais do **XXVII Simpósio Nacional de História:** Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364519130_ARQUIVO_VeteranosdaSegundaGuerraMundialePolitica.pdf

OJEDA, Caroline Martins. Força Expedicionária Brasileira: memórias de guerra e formação de Identidades. **XXVIII Simpósio Nacional de História-** Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434397281_ARQUIVO_artigo-anpuh2.pdf Acesso em: 11/06/2022.

CAPÍTULO 24

Contribuições para a história do Legislativo Municipal nos primórdios de Jaguariaíva-PR

Cleófas Abraham David Kalil Fadel

Breve introdução histórica

De acordo com dados históricos extraídos do site da Câmara dos Deputados, mostra-se que a história de criação do Poder Legislativo no Brasil se deu pela primeira Constituição Brasileira de 1824, que por imposição de D. Pedro 1º, a Constituição do Império veio instituir a Assembleia Geral Legislativa (6 de maio de 1826), três anos e meio após a independência do Brasil, onde era composta por 50 integrantes de mandato vitalício na Câmara dos Senadores e 102 integrantes escolhidos nas eleições indiretas, dos quais compunham a Câmara dos Deputados, ou seja, desde lá, já nascia o sistema bicameral brasileiro, do qual vigora até os dias atuais.

Nesse contexto histórico de criação do Legislativo, deu-se após um período turbulento onde o imperador criara uma Assembleia Legislativa para elaboração da primeira Constituição Brasileira, da qual foi dissolvida seis meses depois por razões de confrontos com os parlamentares, tudo isso, contido na história da Constituinte de 1823.

Finalizado o período da monarquia e da Proclamação da República, em 1889, foi dado início ao Congresso Constituinte, do qual promulgou a primeira Constituição republicana no Brasil, em 1891, onde até hoje, se

mantém os nomes dados às Casas do Poder Legislativo, ou seja, o tão conhecido Congresso Nacional.

Seguindo a história de maneira um pouco mais específica, no que vem permear ao Poder Legislativo Paranaense, o “Paraná era até 1853 uma das comarcas da Província de São Paulo, a Comarca de Curitiba. Sua emancipação deu-se pela edição da Lei nº 704, de 29 de agosto de 1853” Bósio (2005, p. 41-63), que diante de um cenário agitado em meio às tentativas políticas de emancipação da nova Província do Paraná, com até mesmo rechaços parlamentares baseados em cunhos econômicos, sociais, com evidentes interesses estratégicos voltado à preservação dos domínios territoriais, historicamente conquistados pelo Brasil, apraz constatar que durante vários debates e manifestações de presságios dos senadores de 1850 e de deputados em 1853, em seus pronunciamentos, não restou qualquer indício de que seus votos, naquela época, seria futuramente motivo de lamentação (Cf. BÓSIO, 2005, p. 59).

O Deputado baiano, ex-conselheiro de estado e ex-ministro da Marinha, Zacarias de Góes e Vasconcelos, foi nomeado pelo ministério da conciliação, como primeiro presidente da Província do Paraná, o que logo em seguida, como seu ato inicial, implantou o governo da Província na cidade de Curitiba, instalando-se posteriormente, a Casa Legislativa em 15 de julho de 1854. Seu primeiro ato legislativo foi a Lei nº 1, de 26 de julho de 1854, fixando Curitiba como a capital da Província (Cf. BÓSIO, 2005, p. 59).

Na primeira eleição parlamentar, contava-se com cinco colégios eleitorais, dentre os quais, Castro com Ponta Grossa, **Jaguaraiá** e Tibagi, com 17 eleitores, que juntamente com os demais colégios eleitorais, culminou que 135 paranaenses votaram naquele ano e elegeram os primeiros 20 deputados de sua Assembleia Provincial, representando uma população de pouco mais de 62.000 habitantes, distribuídos no meio rural e dos centros urbanos.

De acordo com (PRIORI, 2012, p. 22), Jaguaraiá compunha uma das seis freguesias da Província do Paraná, conforme segue:

O Presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos manteve Curitiba como Capital da Província do Paraná e a dividiu em três comarcas: Curitiba, Paranaguá e Castro. Nesse momento, o Paraná tinha em seu território duas cidades – Curitiba e Paranaguá –, sete vilas

– Guaratuba, Antonina, Morretes, São José dos Pinhais, Príncipe (Lapa), Castro e Guarapuava –, seis freguesias – Campo Largo, Palmeira, Ponta Grossa, Jaguariaíva, Tibagi e Rio Negro – e cinco capelas curadas – Guaraqueçaba, Iguaçu, Tindiquera (atual Araucária), Votuverava (Rio Branco) e Palmas.

Vereador – etimologia com apontamentos sociais

Nos países de língua portuguesa, vereador é um membro representante de um órgão colegiado que representa um município, tendo como forma a ação executiva ou legislativa, dependendo do país de onde se detém, exercendo suas funções, normalmente, em uma câmara municipal.

Suas origens remontam à idade média, em especial a Portugal, que a partir do século XX, evoluíram para função parlamentar e legislativa no Brasil, e, executiva, em Portugal. Como sinônimo de vereador, pode-se equivaler ao termo edil.¹

Segundo Houaiss (2001), a sua “etimologia é “verear” + sufixos (-or, -ção, etc.). E para “verear”, do português arcaico veréa, por vereda + -ar: que significaria “legislar ou administrar (algo) na qualidade de vereador”. Entretanto, outros autores apontam a possibilidade de “vereador” ser uma contração de “verificador”: A palavra Vereador vem, segundo Constancio em seu Diccionario,² do verbo verear, contracção de verificar, i.e., vigiar sobre a boa polícia da terra, reger e cuidar do bem público;(...)"

Ainda, dentro da terminologia, (WIKIPÉDIA, 2022), “(...) diz na obra publicada em 1806,³ “Privilégios da Nobreza e Fidalguia em Portugal”, que estes cargos eram considerados próprios da Nobreza e como tal, deviam ser exercidos pelas pessoas Nobres da localidade”.

Dentro da organização municipal de cada cidade, pela evolução na legislação e regulamentação uniforme do Reino de Portugal, houve as Ordenações compiladas em códigos, como “Afonsinas (mea-

1. Conceito ainda utilizado para o termo “Edil”, ou seja, sinônimo de “Vereador ou Vereadora”.

2. Seria o “Novo diccionario critico e etymologico da lingua portugueza” de Francisco Sôlano Constâncio, de 1873.

3. Livro “Privilégios da Nobreza e Fidalguia em Portugal”, “Vereadores na página 63”.

dos do século XV), as Manuelinas (1521) e as Filipinas (1603)” (Cf. WIKIPÉDIA, 2022).

Por exemplo, nos termos do Código Filipino, “aos vereadores cabia a responsabilidade (carrego [fardo]) de gerir e normatizar (reger) a vida no Município (terra), zelar pelo bem-estar dos moradores, notificar as autoridades competentes quando informados de quaisquer irregularidades”.

Assim como, atualmente, o vereador deve zelar pelo bem-estar da população, no seu caráter primário em legislar e secundário, fiscalizar, fazendo jus ao aspecto de sua representatividade municipal.

Breve início do legislativo Jaguariaivense

Apesar de não ser um dos primeiros documentos locais e iniciais do Legislativo Jaguariaivense, mostra-se importante como breve introdução de um contexto histórico local, tendo em vista que as atas daquela época tratavam de assuntos como decisões judiciais principalmente no âmbito criminal, eleições locais, tanto de vereadores como de prefeitos e juízes de paz, além da escolha de parlamentares distritais e federais, contribuindo até mesmo na escolha de Presidentes do Brasil.

A título de exemplo, tem-se por registro uma ata escrita em 1º de julho de 1886, mantido nos arquivos da Câmara Municipal de Jaguariaíva, Estado do Paraná, onde, de acordo com o texto redigido por Gaudencio Christovão Machado, o qual foi designado para ser mesário e secretário, e, naquele momento, tinha-se por objetivo geral, a eleição de vereadores e juiz de paz.

A reunião se deu na “*Villa de Jaguariahyva, Província do Paraná, em casa de Donna Anna Perpetua de Mello, servindo de passo da Camara Municipal (...) parochia*” – trecho extraído da ata original (ATA, 1886), tendo por seus protagonistas Pedro Rodrigues de Mello, primeiro Juiz de Paz e, como Presidente, além dos mesários, Jose Bernardes de Marendas, Gaudencio Christovão Machado, Capitão Antonio Appolinaro da Cunha e Eduardo da Silva Ribas.

Não se tem conhecimento do paradeiro da(s) página(s) que finaliza(m) o documento. No entanto, por esse motivo, não deixa de ser uma rica fonte histórica ao município de Jaguariaíva, em especial, ao que tange o Poder Legislativo, onde se deu a dita reunião, que na época, o local era denominado como “parochia” (Paróquia), conforme se pode ver na transcrição literal da respectiva ata, enumeradas como imagens 1, 2, 3 e 4:

Copia Authenticā

Acta da eleição. Ao primeiro dia do mês de julho, de mil oito centos e oitenta e seis, nesta Villa de Jaguariahyva, província do Paraná, em casa de Donna Anna Perpetua de Mello, servindo de passo da Camara Municipal, lugar designado para reunião da Mesa eleitoral desta parochia, ás nove horas da manhan, reunidos os cidadãos Pedro Rodrigues de Mello, primeiro Juiz de Paz, como Presidente que tomou assento á cabeceira da Meza, e em torno dela os mesários Jose Bernardes de Mascarenhas, Gaudencio Christovão Machado, Capitão Antonio Appolinario da Cunha e Eduardo da Silva Ribas, anunciou o Presidente que se iria proceder a eleição de Vereadores e Juizes de Paz, em cumprimento do disposto no artigo vinte e cinco da lei numero três mil e vinte e nove de nove de janeiro e artigo cento e cinquenta e um do decreto numero oito mil duzentos e treze de treze de Agosto tudo do Anno de mil oitocento e oitenta e um e foi publicada por Editaes, desegnou a mim Gaudencio Christovão Machado, mesário, para servir de Secretario e mesário Capitão Antonio Appolinario da Cunha para fazer a chamada dos eleitores, o que fazendo o dicto mesário pelas copias pereciaes do alistamento eleitoral desta parochia, remettido pelo Doutor Juiz de Direito da Comarca, por quarteirões e segundo a ordem, em que os nomes dos eleitores que se achão inscritos em dictas copias, cada eleitor a proporção que seo nome era lido entrou no lugar em que funcionara a meza que era separada por uma divisão do recinto destinado á reunião da a Assembléa eleitoral e, apresentando o seo título depositou na urna, por uma simples abertura, que se achava fixada á chave sobre a meza, duas cédulas, sendo uma com o rótulo “para juizes de Paz”. Assignarão em seguida o seo nome, digo sendo uma com o rotulo “Para Vereadores” e outra com o rotulo “Para juízes de paz”. Terminado o recebimento digo Assignarão em seguida o seo nome no livro para esse fim destinado. Terminado o recebimento das cédulas e lavrado no livro das assinaturas dos eleitores, em seguida a assinatura do ultimo que votara e o termo declarando o numero dos eleitores inscriptos no dicto livro mandou o presidente separar as cédulas com o rotulo “para vereadores” das cédulas com o rotulo “para juízes de Paz”, sendo contadas as cédulas, digo sendo contadas em seguida as cédulas uma á uma, em

numero de cinquenta e quatro para vereadores e igual numero para juizes de paz, publicando-se o seo numero. Immediatamenti o prezidente anunciou que se passava a proceder á apuração do masso com o rotulo “para Vereador” e desegnou o mezario Cunha para as ler, repartindo as letras com dois digo do alfabeto pelos outros trez mezarios, cada um dos quais foi escrevendo em sua relação os nomes dos votados e o numero de votos por algarismos susseessivos da numeração natural de maneira que o ultimo numero de cada nome mostram a totalidade dos votos que este havia obtido, publicando em alta voz os numeros a proporção que as lia escrevendo. Terminada a leitura das cédulas, em numero de cincuenta e quatro, eu Secretario sem interrupção das relações dos trez mezarios, formei uma lista geral contendo os nomes de todos os cidadãos votados, segundo a ordem do numero de voto dadas a cada um destes, desde o maximo até o minimo e publiquei em voz alta os nomes e numeros, a qual lista o prezidente da meza mandou immediatamenti publicar por editaes, na porta da Igreja Matriz e é a que adiante vai transcripta como segue: Jose Bernardes de Mascarelhas, negociante, oito votos; Capitão Antonio Appolinario da Cunha negociante, oito votos; Pedro Xavier da Silva negociante, oito votos; Joaquim Teixeira Lobo Nene, negociante, oito votos; Fortunato Pereira de Quadros, negociante, sete votos; Manoel Ferreira Carneiro, negociante, sete votos; Pedro Rodrigues de Mello, negociante, sete votos; e Antonio Pedro de Oliveira, artista um voto. Em acto sucessivo anunciou o prezidente da meza que se passava a proceder a apuração das cedulas do masso com rotulo “Para Juízes de Paz” o que se fez pelo modo e formalidades seguidas em relação as cedulas para vereadores. Terminado a apuração das relações escriptas pelos outros três mezarios , eu secretario, firmei uma lista geral, contendo os nomes de todos os cidadãos votados seguindo a ordem do numero de votos dados á cada um desde o maximo até o minimo, publicando em voz alta os nomes e numeros, à qual lista foi por ordem do prezidente da meza; imediatamente publicada por edital affixado na porta da igreja matriz e é a que segue transcripta: Solidomino Rodrigues de Mello negociante vinte nove votos; Luiz Ferreira de Mello, fazendeiro, vinte e nove votos; Capitão Emiliano de Almeida Farias, fazendeiro, vinte nove votos; Pedro Carneiro de Mello, negociante, vinte nove votos; Manoel Xavier da Silva, negociante, vinte cinco votos; Capitão Rufim da Silva Ribas, negociante, vinte cinco votos; Antonio Christovam Pacheco de Medeiros, negociante, vinte quatro votos; Bernado de Assis Martins, fazendeiro, vinte quatro votos; Aurelio Carneiro Lobo, negociante, um voto; Capitão Eduardo da Silva Ribas, negociante, um voto. Não comparecerão os eletores: Antonio Joaquim de Araujo, João Paulo Ferreira Lobo, Fermino Xavier da Silva, Francisco Jose Xavier da Silva, Ermelino Xavier da Silva, Felicio Jose de Ananhaia, Fermino Jose Xavier da Silva, João Jose Xavier da Silva, Dario Xavier da Silva, Gabriel Carneiro Lobo, João Eleuterio da Cunha, Antonio Rolim de Moura,

Paulino Rolim de Moura, Fortunato Pedroso de Almeida, Fortunato Rodrigues de Mello, Francisco Correa de Mello, João Martins da Costa Passos, João Ribeiro de Mello, João Fabricio da Silva Pinto e Gaspar Fructuoso Lobo Junior. Em presensa (...)

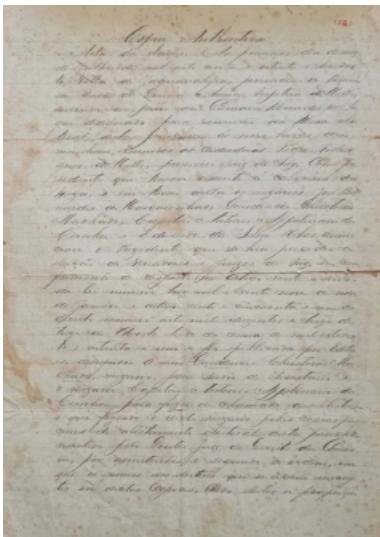


Imagen 1

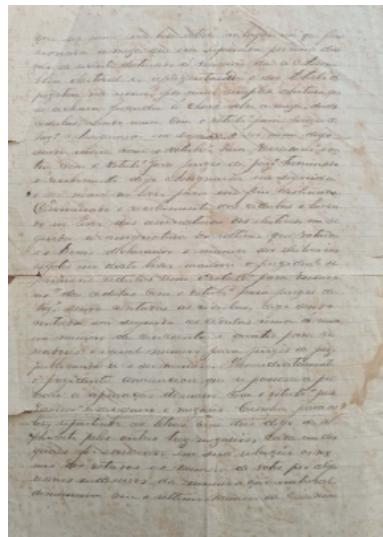


Imagen 2

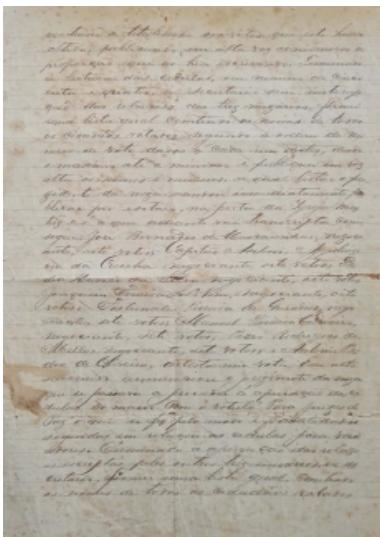


Imagen 3

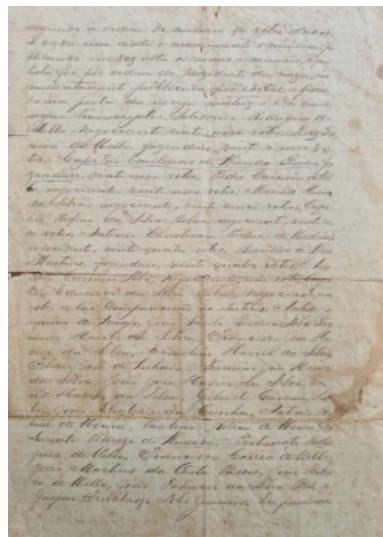


Imagen 4

O legislativo municipal – primórdios de 1878 a 1908

Ao tentar buscar uma linha cronológica, sem adentrar em detalhes mais específicos e históricos, tem-se por algumas datas importantes: em 15 de setembro de 1823, por meio do Alvará Régio (determinado pelo Império), Jaguariaíva foi elevada à categoria de Freguesia; 24 de abril de 1875, por meio da Lei Provisória nº 423, a de Município; 16 de abril de 1880, por meio da Lei Provisória nº 585, a de Comarca, vindo a ser instalado definitivamente em 15 de abril de 1907, pela Lei nº 674; e, em 5 de maio de 1908, a sede municipal foi elevada à categoria de Cidade, pela Lei Estadual nº 811.⁴

Sendo assim, durante alguns períodos já mencionados, conforme o que se pode encontrar no “Livro de Actas” da Câmara Municipal, o Legislativo, nos idos de 1878 a 1901, exercia também a função judiciária, constando em “*Sessões do Júri em Jaguariaíva*”, condenando e absolvendo réus, por diversos “*delictos*”, ou até mesmo, crimes. A título de curiosidade, cita-se em um dos Livros de Atas o nome de alguns ilustres cidadãos, dos quais compunham o corpo de jurados na data de 18 de setembro de 1901, *in verbis*:

João Paulo Lobo (Presidente);

Candido Carneiro de Melo (Secretario);

Manoel Xavier da Silva;

Antonio Moreira de Abreu;

Saladino Mascarenhas;

Francisco Corrêa Machado;

Joaquim Pedroso de Camargo;

Francisco Salvador Barbosa;

Patrício Ferreira da Luz;

Alberto Augusto Tureke;

Tristão Jose de Mattos;

João Baptista Mendes

4. Documentos que podem ser encontrados no Arquivo Público do Paraná (Decretos, Regulamentos, Leis e Actos do Governo do Estado do Paraná de 1890 a 1892); Museu Paranaense (Jornal “O Dezenove de Dezembro”).

Nesse aspecto, alguns cidadãos aparecem de modo frequente nas atas do Legislativo Jaguariaivense, tendo por parâmetro do estudo levantado até 1908, que em sua maioria, são relacionadas às atas de Constituição e Instalação da Mesa Eleitoral, eleições para deputados e senadores do Congresso Constituinte do Estado do Paraná e também Federal.

Em residências ou Escola Pública do sexo masculino, denominavam-se interinamente como Paço da Câmara (1878-1908), tendo em vista que frequentemente aparecem esses nomes, uns como vereadores e presidentes de mesa, outros como mesários, fiscais, secretários e escrivães *ad hoc*.

Seguem os nomes e, possivelmente, os cargos que exerciam naquele momento, dos quais estão descritos nas atas nos anos de 1878 a 1908:

1878 (Paço da Câmara Municipal)

Jose Ignacio de Miranda – Presidente interino da Câmara

Antonio Appolinario da Cunha - Vereador

*Inocencio Jose de Aranjo – Secretario *ad hoc* e escrivão interino*

Major Virgilio Xavier da Silva – eleitor da “Parochia”

1886 (Local designado: Casa de D^a. Anna Perpetua de Mello servindo naquele momento como Paço da Câmara Municipal) – eleição para Vereadores e Juízes de Paz

Pedro Rodrigues de Mello – Primeiro Juiz de Paz e Presidente da Mesa Eleitoral

Jose Bernardes de Mascarenhas

Gaudencio Christovão Machado

Capitão Antonio Appolinario da Cunha

Eduardo da Silva Ribas

1891 (Paço da Câmara Municipal)

Manoel Xavier da Silva

Fortunato Pedroso de Almeida

Pedro Xavier da Silva

Tertuliano Mascarenhas e Silva

Pedro Carneiro de Mello

Antonio Appolinario da Cunha

Constantino F. da Silva Pinto

21/09/1892 (Paço da Câmara Municipal) – eleição para Prefeito, juízes distritais e camaristas (vereadores)

Manoel Xavier da Silva – Presidente da Mesa

Bernardo de Assis Martins – Mesário

Ermelino Antonio de Oliveira

Jose Ferreira de Pontes

Antonio de Jose de Sampaio

Marcelino Jose de Almeida

1893 (Paço da Câmara Municipal)

Manoel Xavier da Silva

Bernardo de Assis Martins

1895 (Casa de Bernardo de Assis Martins⁵ – Obs. Local designado pelo Prefeito da Câmara Municipal)⁶ *Distrito de Jaguariahyiva – Comarca da Boa Vista*

Bernardo de Assis Martins

Antonio Jose de Sampaio

Antonio Pedro de Oliveira

Antonio Moreira de Almeida

Joaquim de Sampaio Vianna

Miguel Jose Borges

João Paulo Ferreira Lobo

Joaquim Ferreira Lobo Nenê

Pedro Luiz da Silva

Rufino da Silva Ribas

Francisco Corrêa Machado

5. Era comum o Paço da Câmara Municipal funcionar em residências ou Escola Pública Masculina, escolhidas pela Mesa da Câmara ou pelo respectivo Presidente.

6. Exatamente como está descrito em uma das atas.

1896 (Casa de Manoel Xavier da Silva servindo de Paço da Câmara Municipal)

Manoel Xavier da Silva
Manoel dos Santos Lima Ruivo
Plínio Maximo Ribeiro de Camargo
Candido Ignacio de Miranda
Eduardo da Silva Ribas
José Soares de Gusmão
Jose Anacleto da Fonseca
Antonio Moreira de Almeida
Capistrano Xavier da Silva

Em 21/08/1896

Eduardo da Silva Ribas recebeu 48 (quarenta e oito) votos para Prefeito

Para Camaristas: Antonio Appolinario da Cunha – Fazendeiro (32 votos); Antonio Moreira de Almeida – Negociante (32 votos); Hippolyto Xavier da Silva – Negociante (32 votos); Francisco Ignacio Ferreira – Negociante (32 votos); Braulio de Mascarenhas – Negociante (32 votos); Manoel Ferreira Lobo – Negociante (32 votos);

José Soares de Gusmão secretariou essa Sessão (Villa de Jaguariahyva, Comarca de Boa Vista, Estado do Paraná)

1897 (Casa de Eduardo da Silva Ribas servindo de Paço da Câmara Municipal)

Eduardo da Silva Ribas – Presidente da Câmara Municipal
José Soares de Gusmão - Secretário
Jose Anacleto da Fonseca
Antonio Moreira de Almeida
Manoel dos Santos Lima Ruivo – Mesário

1898 (Casa de Virgilio Caxambú servindo de Paço da Câmara Municipal)

Eduardo da Silva Ribas – Presidente da Câmara Municipal

Capistrano Xavier da Silva – Secretário

Nicolao Paz de Almeida – Mesário

Manoel dos Santos Lima Ruivo – Mesário

Timotheo Marcolino Xavier – Mesário

Jose Anacleto da Fonseca

José Soares de Gusmão – Secretário

Antonio Moreira de Almeida

Antonio Maria da Rocha Fico

1899 (Paço da Câmara Municipal)

Rufino da Silva Ribas

Hippolyto Xavier da Silva

Paulino Xavier da Silva

Zacharias Xavier da Silva

Emiliano de Almeida Faria

Joaquim Carneiro Lobo

1900 (Residência do Capitão Eduardo da Silva Ribas servindo de Paço da Câmara Municipal)

Hippolyto Xavier da Silva

Paulino Xavier da Silva

Antonio Xavier da Silva

Joaquim Ferreira Lobo Nenê

Manoel Xavier da Silva

Virgilio Caxambú

Manoel Ferreira Lobo – Presidente

Joaquim Fonseca – Secretário

Emiliano de Almeida Faria – Mesário

Joaquim Carneiro Lobo – Mesário

Joviniano Carneiro Lobo

Eduardo da Silva Ribas

1902 (Casa de D^a. Libania Xavier da Silva servindo de Paço da Câmara Municipal)

Jose Anacleto da Fonseca – Presidente

Eduardo da Silva Ribas

Hippolyto Xavier da Silva

Capistrano Xavier da Silva

Manuel dos Santos Lima Ruivo

Manoel Leopoldo Carneiro

Fermino Xavier da Silva

Herculano Carneiro de Mello

Joaquim Ferreira Lobo Nenê

Norberto Ferreira de Mello

Paulino Xavier da Silva

Miguel Tureck

Antonio Xavier da Silva

1903 (Casa de D^a. Libania Xavier da Silva servindo de Paço da Câmara Municipal)

Joaquim Ferreira Lobo Nenê

Joaquim Ferreira Lobo Nenê Sobrinho

Paulino Xavier da Silva

Miguel Tureke

Joaquim Fonseca – escrivão ad hoc

Leonidas Ferreira Lobo

Emiliano Almeida Faria

Pedro Xavier da Silva

Jose Anacleto da Fonseca – Presidente

Manoel Xavier da Silva

Hippolyto Xavier da Silva – Secretário

Roberto Régnier – Secretário

Oscar Pereira de Souza

Virgílio Caxambú

Waldemar Barddal – Secretário

1904 (Residência de D^a. Libania Xavier da Silva servindo de Paço da Câmara Municipal)

Joaquim Ferreira Lobo Nenê

Joaquim Ferreira Lobo Nenê Sobrinho

Luis Fidelis Baroni

Paulino Xavier da Silva

Euclides Ferreira de Mello

Manoel Xavier da Silva – Mesário

Hippolyto Xavier da Silva

Virgílio Caxambú

Fortunato Pereira de Quadros

Pedro Xavier da Silva – Secretário

Jose Anacleto da Fonseca – Presidente

Capistrano Xavier da Silva – Mesário

Oscar Pereira de Souza

Waldemar Barddal – escrivão ad hoc

Roberto Régnier – Secretário e escrivão ad hoc

Antonio Moreira de Almeida

Jose Soares de Gusmão

Francisco Ignacio Ferreira

João Henrique de Carvalho

Miguel Tureck

20/07/1904 (Eleição para Prefeito, Camaristas, Juízes Distritais e um Deputado Estadual)

Joaquim Ferreira Lobo Nenê (obteve 21 votos para Camarista)

Joaquim Ferreira Lobo Nenê Sobrinho (eleito como Secretário)

Antonio Moreira de Almeida (obteve 14 votos para Camarista)

Jose Soares de Gusmão (obteve 14 votos para Camarista)

Francisco Ignacio Ferreira (obteve 14 votos para Camarista)
João Henrique de Carvalho (obteve 14 votos para Camarista)
Miguel Tureck (obteve 13 votos para Camarista)
Paulino Xavier da Silva (Camarista)
Herculano Carneiro de Mello (Camarista)
Joaquim Sobrinho (Camarista)
Leonidas Ferreira Lobo (Camarista)
Manoel Xavier da Silva (obteve 21 votos para Juiz Distrital)
Hippolyto Xavier da Silva (obteve 21 votos para Juiz Distrital)
Virgílio Caxambú (obteve 21 votos para Juiz Distrital)
Fortunato Pereira de Quadros (obteve 21 votos para Juiz Distrital)
Pedro Xavier da Silva (obteve 21 votos para Prefeito)

1905 (Casa de Libania Xavier da Silva, Escola Pública e residência de Eduardo da Silva Ribas servindo de Paço da Câmara Municipal)

Jose Anacleto da Fonseca – Presidente
Roberto Régnier – Secretário
Manoel Xavier da Silva
Manoel Leocadio de Carvalho – Mesário
Olympio Ferreira Lobo – Mesário
Antonio Jose de Sampaio – Mesário
Joaquim Fonseca – Mesário (suplente)
Emiliano de Almeida Faria – Mesário
Virgílio Caxambú – Presidente
Militão Pacheco de Medeiros
Antonio Christovão Pacheco de Medeiros
José Maria de Calvario
Capitão Eduardo da Silva Ribas – Presidente
João Paulo Ferreira Lobo – Secretário
Waldemar Barddal – Mesário
Miguel Tureck – Mesário
Luiz Fidelis Baronni – Mesário

Hippolyto Xavier da Silva – escritão ad hoc

Paulino Xavier da Silva

Octavio de Almeida Faria

1906 (Escola Pública servindo de Paço da Câmara Municipal)

Manoel Xavier da Silva

Manoel Leocadio

Pedro Xavier da Silva

Paulino Xavier da Silva

Euclides Cunha

Virgílio Caxambú

Pedro Carneiro de Mello

Telemaco Carneiro de Mello

Francisco de Paula Carneiro do Amaral

Antonio Pereira de Souza

Julio Veiga

Bento Balduino – Fiscal

Amaral de Freitas Germano – Fiscal

1907 (Paço da Câmara Municipal)

Fortunato Pereira de Quadros

Silverio Baptista Carneiro

Jose Anacleto da Fonseca

Benedicto Zacharias de Mello

Rufino da Silva Ribas

Waldemar Barddal

Herculano Carneiro de Mello

Antonio Ribeiro dos Santos – Suplente

Augusto Barbosa da Silva – Suplente

José Soares de Gusmão

Athanagildo da Silva Ribas

1908 (Edifício da Escola Pública do sexo masculino também servindo de Paço da Câmara Municipal, além de citar algumas vezes como “*Edifício da Câmara Municipal*”)

Virgílio Caxambú – Presidente

Pedro Carneiro de Mello – Secretário

Telemaco Carneiro de Mello – Mesário

Antônio Christovão Pacheco de Medeiros – Mesário

Manoel José Bueno Vianna – Mesário

Jonas Meira de Vasconcelos – Fiscal

Rufino da Silva Ribas - Presidente

Waldemar Barddal

Herculano Carneiro de Mello – Mesário

Antônio Ribeiro dos Santos – Mesário

Antônio José Sampaio – Mesário

Em 21/06/1908 houve eleição para Prefeito, Camaristas e Juízes Distritais, que de acordo com documento de ata, Rufino da Silva Ribas foi eleito Presidente da Câmara e Virgílio Xavier da Silva para Prefeito, do qual recebeu 38 votos. Houve outros nomes com respectivas votações para Camaristas, citando-se apenas os primeiros e mais votados, até onde se pode compreender a escrita.

Cap. Rufino da Silva Ribas – 25 votos

Cap. José Soares de Gusmão – 20 votos

Antônio Ribeiro dos Santos – 20 votos

Tertuliano Mascarenhas – 18 votos

Herculano Carneiro de Mello – 18 votos

Dr. Eurides Cunha – 18 votos

Felipe Antonio – 16 votos

Cândido Ignacio – 12 votos

(...)

De acordo com a ata de 07/12/1908, cita-se como “*eleitos na forma da lei*” os camaristas:

Rufino da Silva Ribas - Presidente

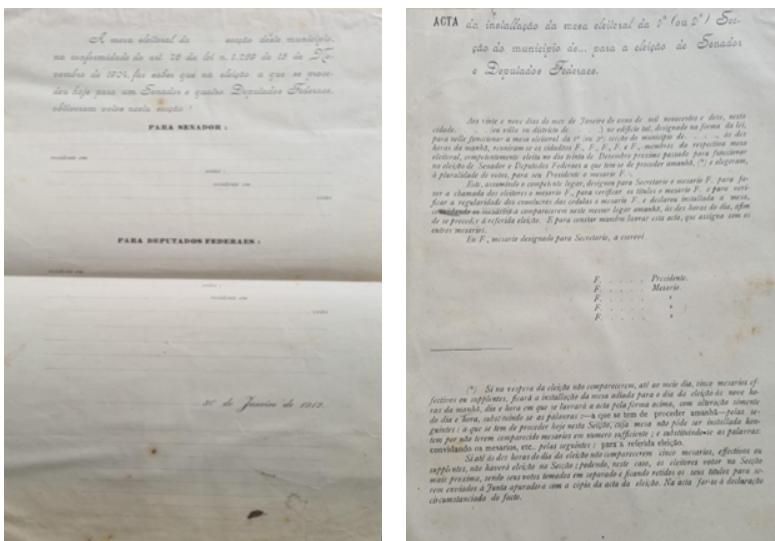
Waldemar Barddal - Secretário

Herculano Carneiro de Mello - Mesário

José Soares de Gusmão - Mesário

Athanagildo da Silva Ribas - Mesário

Apesar deste trabalho se limitar às pesquisas até 1908, segue figura com foto de uma cédula de votação da época e modelo de ata para eleição da mesa, impressas para as eleições de 1912:



Palavras finais

Por fim, resta-nos apenas agradecer pela participação em poder contribuir, minimamente talvez, com a história do Município de Jaguariaíva, em especial, do Legislativo Municipal.

Contribuição esta que não tem a pretensão de esgotar o assunto, muito menos emudecer aos nobres e profícuos futuros pesquisadores, que com certeza se farão importantes na construção histórica municipal, dando continuidade ou enriquecendo a presente pesquisa, servindo-se até mesmo de um ponto de partida para se aprofundar

de maneira mais abrangente, acrescendo aos fatos históricos ocorridos naquelas épocas.

O Legislativo de Jaguariaíva sempre foi atuante, participando de maneira determinante nas decisões importantes da cidade, desde os primórdios até os dias atuais. Provavelmente, talvez pela falta de conhecimento, é comum ouvir rechaços e desmerecimentos à edilidade, por meio de uma ideologia baseada nas aparências fáticas, e não no profundo conhecimento e contexto histórico, do qual não se pode perder, muito menos negar.

A história deste município está profundamente entranhada à participação de ilustres cidadãos e cidadãs que passaram pela Câmara Municipal, aos que estão e aos que ainda irão se tornar parte dessa rica história.

Aproveita-se para tornar esse contexto histórico em uma singela homenagem aos nobres camaristas, vereadores e vereadoras que fizeram a diferença, cada um em sua época.

Agradecemos profundamente pela coragem e determinação de todos aqueles que se consagraram vereadores ou vereadoras, em tornar Jaguariaíva um lugar melhor para se viver e morar, tanto para os que aqui passaram como aos que por aqui ficam.

Referências

ACTA DA ELEIÇÃO. COPIA AUTHENTICA. ANAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA. ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 1º DE JULHO DE 1886. FOTOS 1, 2, 3 E 4.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. **HISTÓRIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA: A ORIGEM DO PODER LEGISLATIVO PARANAENSE**. Assembleia-historia. Curitiba/PR. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/assembleia/historia>. Acesso em: 13 jun. 2022.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ (Decretos, Regulamentos, Leis e Actos do Governo do Estado do Paraná de 1890 a 1892).

BÓSIO, A. L. Contribuições para a história legislativa da criação da província do Paraná. **Revista de informação legislativa**, v. 42, n. 166, p. 41-63, abr./jun. 2005.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **HISTÓRIA E ARQUIVO**: CONHEÇA A HISTÓRIA DA CÂMARA. Câmara dos Deputados. Brasília/DF. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/historia-e-arquivo/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

CAMPINAS, Ricardo da Costa. A emancipação política e as alternativas de poder. In: SCORTEGAGNA, Adalberto; REZENDE, Cláudio Joaquim; TRICHES, Rita Inocêncio (Org.). **Paraná, espaço e memória: diversos olhares histórico-geográficos**. Curitiba: Bagozzi, 2005. p. 130-157.

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

“Privilégios da Nobreza e Fidalguia em Portugal”, “Vereadores na página 63”.

OLIVEIRA, César (direção), História dos Municípios e do Poder Local, da Idade Média até à União Europeia, Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

Ordenações Filipinas. **Livro I, Título LXVI (Dos Vereadores)**, nota de rodapé. Edição de Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro de 1870. <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l1p144.htm>, acesso em 1 de junho de 2022.

PARANÁ. Páginas escolhidas: história. Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná, 2003. Edição alusiva aos 150 anos da Criação Política do Paraná.

PRIORI, A., et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX** [online]. Maringá: Eduem, 2012. A emancipação política do Paraná. p. 22.

MUSEU PARANAENSE. (Decretos, Regulamentos, Leis e Actos do Governo do Estado do Paraná de 1890 a 1892). Jornal “O Dezenove de Dezembro”.

“Novo dicionario critico e etymologico da lingua portugueza” de Francisco Solano Constâncio, de 1873.

Trabalho e Industrialização



CAPÍTULO 25

FIDES, HONOR, LABOR: AS INDÚSTRIAS REUNIDAS FÁBRICAS MATARAZZO EM JAGUARIAÍVA-PR

Plicila de Brito

Comparada aos países europeus, a industrialização brasileira foi tardia, surgindo entremeio a abolição da escravidão e o nascimento de um novo modelo de governo com a proclamação da República. Anteriormente, a força mecanizada já era utilizada em engenhos de açúcar no Nordeste e até mesmo na produção de erva-mate no Paraná, contudo somente no final do século 19 as indústrias aparecem como fator preponderante para o crescimento da economia que passava da mão-de-obra escrava para a mão-de-obra assalariada.

Num primeiro momento, a concentração fabril ficou principalmente no eixo Sudeste do Brasil, não por coincidência, uma vez que o país passava pelo período que ficou conhecido como “República do Café com Leite”.¹

No estado de São Paulo, surge eminentemente a figura do aspirante industrial, recém chegado da Itália: Francesco Matarazzo,² que de

1. Consistia na alternância entre os estados de São Paulo e Minas Gerais para ocupar o cargo na Presidência da República. Os dois estados eram os maiores produtores de café e leite do país na época.

2. Francesco Matarazzo foi Presidente das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo até o seu falecimento ocorrido em 1937, posteriormente quem assume a presidência é seu filho Francisco Matarazzo Júnior, também chamado de Conde Chiquinho.

mascate, em Sorocaba, torna-se um dos maiores empresários do século passado. Francesco iniciou, ainda em Sorocaba, a produção e venda de banha de porco e expandiu o negócio para cidades vizinhas. Em 1890, muda-se definitivamente para São Paulo capital e, a partir daí, a empresa se multiplica pelo Brasil, tornando-se o maior complexo industrial da América Latina.

A indústria Matarazzo, buscando expansão territorial, monta em 1913, um escritório no Paraná, mais precisamente em Curitiba e, posteriormente, implanta um moinho de trigo e porto na cidade de Antonina, no litoral do estado. Alguns anos mais tarde, Jaguariaíva seria o local eleito para a instalação de um novo empreendimento, dessa vez, um frigorífico.

Muito se questiona quanto à escolha de Jaguariaíva para a construção da fábrica, o que fez com que surgissem histórias a respeito disso. No decorrer dos anos, criou-se na memória coletiva a visão mítica de que o Conde decidiu construir uma indústria na localidade, após encantar-se com a beleza natural:

“Ouvi contar que o Conde, passando por aqui, achou o local bonito, perto do rio, ponto próximo à divisa de São Paulo, Itararé, achou interessante construir esta indústria que ajudou muito a cidade.” (BRANDÃO, 2000, p.57)

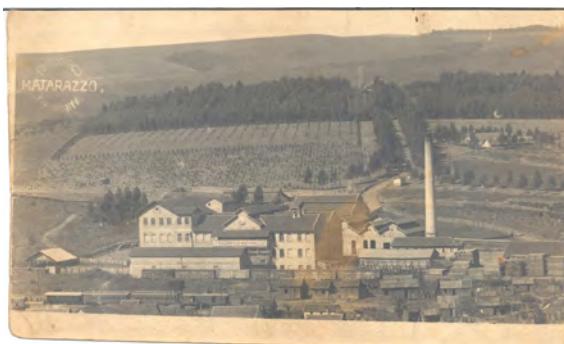
Entretanto é necessário desmistificar essa ideia, já que a indústria Matarazzo tinha diferentes possibilidades no Norte Pioneiro do Estado, cuja principal atividade econômica no início do século 20 era a suinocultura.

Em várias cidades desta região a criação extensiva de porcos acontecia no sistema de safra que consistia em ocupar uma área com plantação de milho, abóbora e batata doce. Quando o milho começava a amarelar, o safrista soltava grande quantidade de porcos no milharal para engorda, ficando ali por mais de 1 ano, até atingir a marca de 7 a 8 arrobas. (WACHOWICZ, 1987, p. 96).

A princípio a escolha da empresa para construção do frigorífico era a cidade de Tomazina, um dos locais mais importantes na criação de suínos na região. Assim como Jaguariaíva, aquela localidade possuía os requisitos considerados fundamentais para a construção da fábrica: água para geração de energia elétrica, matéria-prima e, por

fim, a ferrovia nas proximidades para escoar a produção. O plano não se concretizou após empresa e Prefeitura não entrarem em acordo quanto a isenção fiscal requerida pela indústria Matarazzo.

Em contrapartida, o Poder Público jaguariaivense na pessoa do Prefeito Eurides Cunha,³ entendendo as vantagens que a instalação de uma indústria de grande porte traria à cidade, aceitou a proposta e, em seguida, foi criada a lei nº 67 de 30 de agosto de 1919, concedendo benefícios à empresa pelo prazo de 10 anos. Desse modo, a construção do frigorífico, em Jaguariaíva, se tornou um negócio favorável economicamente para o grupo Matarazzo que, tendo acertado todos os trâmites legais, começou as obras das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo (IRFM) no início da década de 1920.



1. Frigorífico Matarazzo e ao fundo vista parcial do Palacete. Nota-se a frente da fábrica vagões de carga, provavelmente utilizados para transporte de suínos. Sem data.

Com a chegada da ferrovia, a cidade já vivia um certo processo de desenvolvimento e a construção do frigorífico veio a impulsionar ainda mais a economia local e, consequentemente, o crescimento urbano e populacional.

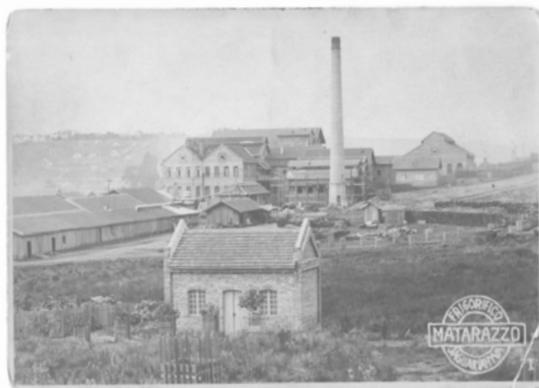
“Um dos grandes factores de prosperidade da cidade é o Frigorífico Matarazzo, que é uma cidade dentro da cidade, taes os predios que tem e que servem aos seus auxiliares, como os grandes edificeos em que estão as suas machinas.” (KARAM, Elias. Nos penates do Dr. Eurides Cunha. Diário da Tarde, Curytyba, 30 de abril de 1929)

Nesse período, Jaguariaíva recebeu grande número de migrantes e também imigrantes, boa parte vindos da Europa para trabalhar em diversas funções.

3. Eurides Cunha foi Prefeito Municipal de Jaguariaíva por duas gestões: 1912 a 1916 e 1916 a 1920.

A parte burocrática de contratação de funcionários, tanto para a construção da edificação, como para a produção do frigorífico ficou nas mãos do imigrante italiano Santo Scaciota. Ele foi contratado para gerenciar os primeiros anos da indústria na cidade. Conhecedor das dificuldades que os imigrantes enfrentavam no novo país, Scaciota foi responsável por integrar as famílias e fornecer condições favoráveis de adaptação. Uma dessas ações foi a criação de um armazém, onde eram vendidos os mais variados produtos, facilitando a compra para os funcionários que tinham dificuldades de comunicação em língua portuguesa. Também partiu dele a iniciativa para a construção de um grupo escolar que atenderia aos filhos de trabalhadores durante o dia e aos próprios operários no período noturno. Até então, o único estabelecimento de ensino na cidade ficava longe da indústria, tornando-se inviável a quem vivia próximo à fábrica.

O Grupo Escolar Matarazzo foi edificado a poucos metros do frigorífico e a própria empresa fornecia material escolar para os alunos, além de custear parcialmente os professores, entre os quais destacamos o Professor Ignácio Alves de Souza Filho. Renomada figura do magistério paranaense, foi convidado a vir a Jaguariaíva para assumir a Direção do Grupo Escolar Izabel Branco em 1930 e, posteriormente, o Grupo Escolar Matarazzo, lecionando por mais de três décadas nessa instituição. A escola foi desativada ainda na época de funcionamento do frigorífico e, por razões desconhecidas, seu prédio acabou demolido.



2. Em primeiro plano o Grupo Escolar Matarazzo e ao fundo Frigorífico Matarazzo. Sem data.

Quanto à parte estrutural da fábrica, ficou por conta do imigrante italiano João Pessa. Ele chegou ao Brasil em 1913 e atuou como construtor na cidade de São Paulo. Posteriormente, foi contratado para a construção do moinho de trigo das IRFM, em Antonina, onde residiu por alguns anos até ser designado para a construção do Frigorífico Matarazzo em Jaguariaíva. Percebendo o potencial de desenvolvimento da pequena cidade, João Pessa adquiriu terras próximas à estação ferroviária e à IRFM, onde montou empreendimentos comerciais que atendiam vários segmentos: hotel, armazém, padaria, olaria, torrefação e moagem de café, moinho de fubá, engarrafamento de bebidas e funerária. Estabeleceu-se em Jaguariaíva, consolidando-se como construtor e comerciante de sucesso.

Além dos já citados armazém e grupo escolar, ao redor da fábrica criou-se uma infraestrutura colossal contendo usinas hidrelétricas, via férrea com acesso direto à indústria, vila operária e, ainda, um clube social e esportivo, contendo salão de baile, campo de futebol, quadra de basquete, quadra de futebol de salão, sauna e piscina.

O clube mencionado chamava-se Associação Atlética Matarazzo (AAM) e para ter acesso aos seus benefícios, os funcionários das IRFM deveriam estar associados, tendo descontadas as mensalidades em folha de pagamento. Moradores da cidade, que não faziam parte do quadro de funcionários da Matarazzo, também podiam associar-se, porém ficavam excluídos das eleições ou premiações concedidas pelo clube.

Os funcionários da indústria tinham os horários de entrada e saída controlados de duas formas: pelo som emitido na sirene da fábrica, anunciando o início ou fim do expediente, e por meio da portaria, também chamada de “chapeira”. Quando contratados, os empregados recebiam uma “chapinha” de bronze amarelo contendo um número de identificação, que deveria ser apresentado na portaria diariamente. Dessa forma, a empresa mantinha o controle sobre os horários de entrada e saída, bem como da frequência dos trabalhadores.

No que diz respeito à produção fabril, a Matarazzo de Jaguariaíva passou por dois momentos distintos: de 1924 a 1964, atuou no ramo frigorífico (principalmente de suínos e, em menor escala, de aves

e bovinos) e de 1965 a 1981, operou no setor de fiação e tecelagem (inicialmente de juta e rami e, em seguida, incluiu o algodão).

1.1 Frigorífico

O Frigorífico Matarazzo funcionou até o ano de 1964 e, sobre esse período, os registros documentais são escassos, restando apenas algumas fotos, reportagens e o relato de alguns poucos trabalhadores da época. Um dos maiores responsáveis por contar essa história à luz de suas lembranças foi Otávio Loureiro, popularmente chamado de “Seu Tavinho” (*in memorian*).⁴ Ele ingressou na empresa no ano de 1944, aos 18 anos de idade, e lá permaneceu por 30 anos até a sua aposentadoria. Ao longo dessas três décadas, desempenhou as mais variadas funções em diferentes setores da fábrica: iniciou como “barbeiro de porcos”⁵ e chegou a bombeiro da empresa, já na época de fiação e tecelagem. Ele relatou que, apesar de ter exercido múltiplas funções na fábrica, os honorários não sofreram alteração, recebendo o valor mensal de um salário mínimo em todos os setores pelos quais passou. Isso nos faz pressupor que a remuneração não era tão satisfatória quanto as pessoas acreditavam, não havendo possibilidade de ascensão financeira como acontecia com os trabalhadores da ferrovia, por exemplo.

Inclusive durante o período de funcionamento na cidade, a indústria enfrentou movimentos grevistas por parte dos funcionários. Um desses episódios, ocorreu em 1936 quando a categoria de trabalhadores paralisou as atividades, reclamando dos baixos salários, bem como sobre o não pagamento de horas-extras por parte do frigorífico Matarazzo. Foi necessária intervenção de um representante do Ministério do Trabalho no Paraná para fazer os funcionários voltarem ao trabalho com a promessa que a situação se resolveria da melhor forma possível.

Voltando ao trabalhador mencionado anteriormente, ele foi levado ao prédio da antiga fábrica e detalhou o funcionamento do

4. Otávio Loureiro faleceu no dia 07 de agosto de 2015.

5. “Barbeiros de porcos” eram os funcionários responsáveis pela remoção dos pelos restantes no porco com uso de maçarico.

frigorífico desde a chegada dos suínos. Otávio Loureiro relatou que os suínos vinham de várias regiões: os que vinham de criatórios de cidades próximas chegavam tocados a pé,⁶ enquanto que os oriundos de cidades distantes chegavam nos trens, em vagões específicos, denominados “gaiolas”. Chegando na fábrica, os animais passavam um período em um cercado, o “mangueirão”, uma espécie de chiqueiro, que ficava nos fundos da indústria, até o momento em que alcançassem o peso adequado para o abate. Nesse momento, seguiam por uma cerca estreita, chamada “chiringa”, que dava acesso à sala de matança.



3. Em primeiro plano o “chiqueirão” e ao fundo o Frigorífico Matarazzo. Sem data.



4. Porcos na chiringa seguindo para a sala de matança. Sem data.

6. Os tropeiros de porcos ou porcadeiros ficaram em atividade em muitos lugares até meados do século 20, devido a carência de recursos e infraestrutura, como estradas precárias e alto custo de outros meios de transporte.

Autores e memorialistas entram em contradição quanto ao abate diário realizado no frigorífico. Os números estimados variam de 400 a 1700 abates de porcos por dia, não sendo possível estabelecer o número real dessa soma. O que se sabe é que, de fato, a quantidade de suínos abatidos era variável conforme a época do ano, bem como do período de safra.



5. Porcos na linha de carretilha. Sem data.

No setor da matança, os porcos já chegavam presos pelos pés, por meio de uma carretilha elétrica, que conduzia os animais para as etapas de produção: “sangria”, na qual os porcos eram abatidos e, “pelagem”, que consistia em jogar o animal em água fervente e, posteriormente, passavam pela “peladeira”: máquina que removia grande parte dos pelos dos porcos. Livres dos pelos, o animal seguia para uma mesa para a retirada dos cascos.

As IRFM tinham como uma de suas características o reaproveitamento de matéria-prima. Desse modo, o pelo removido que tivesse um bom comprimento era enviado para São Paulo e reutilizado na fabricação de escovas. O casco, alguns ossos e até mesmo os chifres bovinos tinham destinação em fábricas que confeccionavam botões.

Depois de todo processo de limpeza externa dos porcos, começava a etapa de cortes e retirada dos miúdos (coração e fígado). Nessa fase, veterinários da Inspeção Federal vistoriavam a carne. Por meio dos órgãos internos era possível identificar uma série de doenças, que tornavam a carne imprópria para o consumo. Nesse caso, o animal

não era totalmente descartado, os retalhos podiam ser reaproveitados na fabricação de adubo ou de sabão. A carne saudável continuava o processo dentro da fábrica.

Nesse ponto, cabe salientar que a Matarazzo adotou em suas indústrias um sistema organizado, semelhante ao criado por Henry Ford, em sua fábrica de automóveis, no ano de 1914, nos Estados Unidos: linha de montagem e produção em massa. Em resumo, quanto mais agilidade na fabricação, maiores são os lucros.

Trabalhando dessa forma, na “sala de picação”, local onde as partes do porco eram divididas, cada funcionário executava somente um corte: o responsável pelo pernil, aquele que separava o lombo, o que retirava as paletas e assim por diante. Desse modo, o trabalhador aprendia de tal forma a execução de determinado corte que o fazia com extrema rapidez, garantindo alta produtividade.

A banha também era produzida em larga escala, sendo um dos principais produtos da fábrica. Ela era feita a partir de retalhos da carne dos porcos e era acondicionada em latas, que eram confeccionadas no próprio frigorífico, variando os tamanhos em: latas de 1 quilo ou latas de 5 litros. A banha era usada no preparo de alimentos ou até mesmo para armazenamento de pedaços de carne, por longo tempo, sem o risco de putrefação.

Merece também destaque a variada gama de embutidos e defumados, considerados “carros-chefe”⁷ do frigorífico Matarazzo: presunto italiano, presunto parma, mortadela, linguiça, salame, toucinho, bacon, copa, paio, entre outros. Também eram produzidos e comercializados língua de porco, fígado e coração entalados em conserva.

Segundo Otávio Loureiro, o setor da câmara fria, onde os produtos finalizados ficavam armazenados, localizava-se no subsolo da fábrica. Para a conservação das carnes eram utilizadas barras de gelo, produzidas a partir de sal grosso, amoníaco e um produto semelhante à soda cáustica para o resfriamento. As baixas temperaturas eram permanentes nesse ambiente e, por esse motivo, geralmente eram contratados trabalhadores estrangeiros, de origem europeia, já que teriam maior resistência ao frio devido à região de onde vieram.

7. Elemento que se destaca por ser o principal.



6. Produtos do Frigorífico Matarazzo de Jaguariaíva.
Sem data.



7. Anúncio de produto fabricado no Frigorífico Matarazzo de Jaguariaíva.
Sem data.

Parte da produção era encaminhada para o armazém da fábrica onde eram comercializadas carnes, embutidos, banha, gelo e outros artigos para a população jaguariaivense. A maior parte dos produtos saía da câmara fria direto para os trens frigoríficos, próprios da empresa Matarazzo, e levados a São Paulo, onde eram destinados a outros lugares, inclusive ao exterior do país.



8. Antigo Armazém e Escritório no andar superior. Sem data.



9. Composição de trem frigorífico passando pelo setor da Câmara Fria do Frigorífico Matarazzo. Sem data.

1.2 Fiação e Tecelagem

A grande estiagem ocorrida em 1963, aliada ao deslocamento da criação de suínos para o sudoeste do Paraná e à reformulação econômica com o início do regime militar, deixou o frigorífico Matarazzo de Jaguariaíva em situação difícil. Para sobreviver ao período de instabilidade, seria necessário reestruturar a empresa.

Em 1964, o frigorífico encerrou suas atividades fabris, impactando diretamente a economia local. A indústria era uma das maiores empregadoras do município, e com seu fechamento, houve uma grande crise de desemprego.

O Governador do Estado do Paraná, Ney Braga (na gestão 1961-1965), criou no início do seu mandato a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento do Paraná),⁸ cujo objetivo era conceder crédito a obras de infraestrutura, incentivando o setor industrial e agropecuário. Por meio desse projeto, o grupo Matarazzo obteve financiamento no valor de 700 milhões de cruzeiros para implantar uma nova atividade fabril na cidade de Jaguariaíva, dessa vez no segmento têxtil.

O acordo foi firmado em meados de 1965, em solenidade que reuniu o Governador Ney Braga, os Diretores da CODEPAR Adeodato Volpi e Otelo Lopes, João Chalbaud Biscaya, representando o Conde Francisco Matarazzo Júnior, o Secretário de Estado da Fazenda, Algacyr Guimarães e o Prefeito Municipal de Jaguariaíva, Silas Gerson Ayres (gestão 1963-1968).

Na ocasião, destacou-se a importância do incentivo que o Governo Estadual estava proporcionando às empresas do Paraná, buscando evitar maiores danos em decorrência da retração econômica que atingia o país desde que os militares tomaram o poder.

Com o financiamento, o grupo Matarazzo pode implantar a nova indústria que utilizaria a mesma estrutura predial do antigo frigorífico. Inicialmente, a produção era focada na confecção de sacos de armazenamento de grãos e cereais, utilizando juta e rami.⁹

8. Em 1968, a CODEPAR se tornou Banco de Desenvolvimento do Paraná.

9. Ambas possuem como características fibras longas e resistentes, ideais para a confecção de sacaria.

Além de investir em maquinário novo, também foram reaproveitados equipamentos usados vindos de outra fábrica da indústria Matarazzo localizada no Bairro do Brás, em São Paulo, que foram trazidos para complementar a estrutura de produção. O plano era empregar 320 funcionários e confeccionar anualmente em torno de 6 milhões de sacos de juta e rami.



10. Máquinas do período em que a fábrica passou a ser Fiação e Tecelagem. Sem data.

Quase uma década depois, apostando na diversificação da produção, o grupo Matarazzo conseguiu novo financiamento do BADEP (Banco de Desenvolvimento do Paraná), no valor de 1 milhão e seiscentos e noventa mil cruzeiros, que foram investidos em fiação e tecelagem de algodão. Com isso, a indústria possibilitaria a criação de duzentas novas vagas de trabalho. Os resultados foram relativamente positivos, chegando à produção anual de 7 milhões de sacos de juta e rami e 800 mil metros de tecidos de algodão cru. Entretanto, os rendimentos já não eram satisfatórios, a indústria Matarazzo acumulava uma dívida milionária e, consequentemente, caminhava a passos largos em direção ao declínio.

O grupo Matarazzo não conseguiu acompanhar o acelerado ritmo de crescimento industrial com a chegada de empresas multinacionais no país, a partir da década de 1950, ou mesmo com empresas nacionais que concorriam diretamente com a Matarazzo. Ao longo dos anos, as IRFM tornaram-se ultrapassadas e seus produtos obsoletos.

O conglomerado produzia uma infinidade de produtos, mas já não era líder de vendas de nenhum deles. (NOGUEIRA e TRINDADE, 2010, p.7 e 9).

No ano de 1977, depois de 40 anos à frente das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo, o conde Francisco Matarazzo Júnior veio a falecer, ficando a Presidência nas mãos de sua filha caçula, Maria Pia. Ela teria o grande desafio de dar continuidade ao patrimônio familiar de fábricas criadas há décadas por seu avô Francesco e por seu pai Francisco. Não foi o que aconteceu.

Duramente criticado por má gestão e não conseguindo mais arcar com as obrigações financeiras, o grupo Matarazzo pediu concordata¹⁰ da maioria das empresas e vendeu outras tantas para quitar dívidas, como foi o caso da Fiação e Tecelagem de Jaguariaíva.

Em matéria de outubro de 1981, do Jornal Matarazzo, a empresa lançou comunicado oficial de venda do complexo têxtil das Indústrias Matarazzo do Paraná (IMP), como parte do programa de fortalecimento financeiro e reestruturação administrativa das demais empresas do grupo. Ainda no texto, a empresa disse que “encerrar suas atividades no setor têxtil constituiu para a Matarazzo uma penosa decisão”.

Na mesma negociação, foram acertadas as vendas das fábricas de Ribeirão Preto (SP), Rio Claro (SP), Apucarana (PR) e Jaguariaíva (PR) para o Grupo Severino Pereira, por meio da CIANÉ (Companhia Nacional de Estamparia). No acordo de compra e venda ficou definido que seriam repassadas as estruturas prediais, todos os equipamentos de trabalho e também ficou estabelecido que a maioria dos funcionários seria redirecionado para a nova empresa.

Encerrava-se a história da indústria que marcou gerações de jaguariaivenses e que foi considerada por muitos deles como “a alma da cidade”. (BRANDÃO, 2000, p.146)

A centenária construção de tijolinhos vermelhos, que outrora funcionou como frigorífico e fiação e tecelagem, continua em pé pa-

10. Trata-se de acordo firmado entre empresa e credores para congelamento das dívidas, juntamente com a elaboração de plano de recuperação com prazo estipulado de 2 anos. Ao final do prazo se a empresa não conseguir quitar suas dívidas, é decretada a falência. Atualmente o termo foi substituído pela expressão “recuperação judicial”.

ra nos lembrar a trajetória dos quase 60 anos de Indústria Matarazzo em Jaguariaíva. Olhar para a antiga fábrica é como ser transportado pelo tempo e reviver as memórias dos trabalhadores que ali deixaram suor e tiraram seu sustento. Olhar para ela é compreender que a história é feita de ciclos e que eles, inevitavelmente, têm um fim.

Referências

Arquivos

Arquivo do Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo (Jaguariaíva-PR) – Fotografias 1, 3 e 10.

Acervo particular de Everton Calício (São Paulo – SP) – Fotografia 9.

Acervo particular de Lívia Maria Bercht (Itu-SP) – Fotografias 4, 5, 6 e 8.

Acervo particular de Rafael Gustavo Pomim Lopes (Jaguariaíva-PR) – Fotografias 2 e 7.

Entrevistas

Loureiro, Otávio. Frigorífico Matarazzo de Jaguariaíva. [Entrevista concedida a] Adelmar Ziemmer Batista da Cruz, Amanda Colodel, Mirella de Jesus Honorato e Plicila de Brito. Jaguariaíva, 03, 12 e 16 de março de 2010.

Marcos, Paulo. Fiação e Tecelagem Matarazzo e Associação Atlética Matarazzo. [Entrevista concedida a] Plicila de Brito. Jaguariaíva, 14 de outubro de 2010.

Wasilewski, Margarida. Frigorífico Matarazzo de Jaguariaíva e Palacete Matarazzo. [Entrevista concedida a] Mirella de Jesus Honorato e Plicila de Brito. Jaguariaíva, 09 de dezembro de 2009.

Jornais e Revistas

A República: Órgão do Partido Republicano Paranaense. Edição 215.

Curitiba, 12 de setembro de 1919. Disponível em Hemeroteca Digital Brasileira: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pasta=ano%20191&pesq=matarazzo&pagfis=34664> Acesso em 11 de abril de 2023.

Comércio do Paraná: Folha Matutina de Circulação Diária. Edição 3684.

Curitiba, 28 de abril de 1922. Disponível em Hemeroteca Digital Brasileira: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=765309&pasta=ano%20192&pesq=%22matarazzo%22&pagfis=399> Acesso em 03 de abril de 2023.

Comércio do Paraná: Folha Matutina de Circulação Diária. Edição 3714. Curitiba, 03 de junho de 1922. Disponível em Hemeroteca Digital Brasileira: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=765309&pesq=%22jaguariahyva%22&pagfis=519> Acesso em 03 de abril de 2023.

Diário da Tarde Edição 10438. Curitiba, 30 de abril de 1929. Disponível em Hemeroteca Digital Brasileira: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20192&pesq=matarazzo&pagfis=33814> Acesso em 03 de abril de 2023.

Diário da Tarde Edição 12544. Curitiba, 24 de novembro de 1936. Disponível em Hemeroteca Digital Brasileira: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20193&pesq=matarazzo&pagfis=48551> Acesso em 03 de abril de 2023.

Diário da Tarde Edição 12546. Curitiba, 26 de novembro de 1936. Disponível em Hemeroteca Digital Brasileira: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20193&pesq=matarazzo&pagfis=48569> Acesso em 03 de abril de 2023.

Fábrica de sacaria irá produzir 6 milhões por ano e dará 320 empregos. **Diário do Paraná**, Curitiba, 6 de agosto de 1965.

Fon Fon Semanário Alegre, Político, Crítico e Espusiente. Edição de Natal. Rio de Janeiro, dezembro de 1923. Disponível em Hemeroteca Digital Brasileira: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=259063&pasta=ano%20192&pesq=matarazzo&pagfis=47444> Acesso em 18 de maio de 2023.

História da industrialização em Jaguariaíva. **Classi & Ofertas - O Semanário do Paraná**. Jaguariaíva, 12 de setembro de 2005. Ed. 142. Página 03.

Industrialização em Jaguariaíva. **Classi & Ofertas - O Quinzenário**. Edição Experimental. Jaguariaíva, 10 de março de 1999. Ano 01 – Nº 02. Página 03.

João Pessa. **Quinzenário Oficial**. Jaguariaíva, 30 de setembro de 1989. Edição 13. Página 01.

Jaguariaíva, paz e ar puro. **Jornal Matarazzo**, novembro de 1980. Ano 1. Nº 1.

Mais um passo no plano de desmobilização: a IMP negocia suas fábricas. **Jornal Matarazzo**, outubro de 1981. Ano 1. Nº 12.

Memória Industrial – Trabalhadores do Frigorífico Matarazzo em Jaguariaíva contam história do local que foi a maior indústria paranaense do século e a segunda construção das Indústrias Reunidas no Estado. **Gazeta do Povo**. 22 de abril de 2001.

O caso do império – Vítima de seu próprio gigantismo, o grupo Matarazzo sucumbe, com uma concordata, depois de cinco anos de sufoco financeiro. **Revista Veja**, São Paulo, 27 de julho de 1983.

O Dia. Edição 839. Curitiba, 28 de março de 1926. Disponível em Hemeroteca Digital Brasileira: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932&pasta=ano%20192&pesq=%22%20frigorifico%20matarazzo%22&pagfis=7038> Acesso em 03 de abril de 2023.

O Estado Edição 48. Curitiba, 26 de novembro de 1936. Disponível em Hemeroteca Digital Brasileira: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830275&pesq=matarazzo&pagfis=582> Acesso em 18 de abril de 2023.

O Estado do Paraná. Edição 60. Curitiba, 21 de março de 1925. Disponível em Hemeroteca Digital Brasileira: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=811688&Pesq=jaguariahyva&pagfis=496> Acesso em 18 de abril de 2023.

Livros, artigos e separatas

AXT, José. **Do tropeirismo aos dias atuais**. Jaguariaíva, 2007.

BACH, Arnoldo Monteiro. **Porcadeiros**. 1ª edição. Do autor: Palmeira, 2009.

BRANDÃO, Angela. **Memórias**: frigorífico das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo em Jaguariaíva. Curitiba: PNUD, 2000.

CALDEIRA, Jorge. **101 brasileiros que fizeram história**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2016.

COUTO, Ronaldo. **Matarazzo [A Travessia]**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2004.

COUTO, Ronaldo. **Matarazzo [Colosso Brasileiro]**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2004.

PACHECO, Conceição Scaciota. **A Família Scaciota e o Frigorífico Matarazzo**. São Paulo, 2011.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam. **Norte Velho, Norte Pioneiro**. Gráfica Vicentina Ltda. Curitiba, 1987.

Trabalhos acadêmicos

Barabach, Marisa Pereira. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo: **O mito do desenvolvimento econômico (Jaguariaíva, 1920-1981)**. Monografia de Pós Graduação – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2003.

Bondarik, Roberto. Kovaleski, João Luiz. Pilatti, Luis Alberto. Origens e Características do Fordismo. IV Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção. Ponta Grossa, 2014.

Nogueira, Cleber Suckow. Trindade, Dorival de Paula. **A visão empreendedora no processo de sucessão – O caso das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo**. Santos, 2010.

Ribeiro, Andressa de Freitas. **Taylorismo, Fordismo e Toyotismo**. Salvador, 2015.

Uchak, Francielle Aparecida. **Trabalhadores e Trabalhadoras do Frigorífico Matarazzo em Jaguariaíva (PR): cotidiano, experiência e resistência (1920-1940)**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2020.

Webgrafia

<https://www.suno.com.br/artigos/concordata/> Acesso em 21 de novembro de 2022.

CAPÍTULO 26

“A GENTE VIA O VAI E VEM DE PESSOAS QUE TRABALHAVAM NA FÁBRICA”: EXPERIÊNCIAS EM COMUM DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO FRIGORÍFICO MATARAZZO EM JAGUARIAÍVA-PR (1920-1940)

Francielle A. Uchak

“Um historiador deve estar decididamente interessado, muito além do permitido pelos teleologistas, na qualidade de vida, nos sofrimentos e satisfações daqueles que vivem e morrem em um tempo não redimido”

A Peculiaridade dos Ingleses - Edward Palmer Thompson

O município de Jaguariaíva foi uma das cidades mais importantes do Estado do Paraná no século XX, principalmente pela sua localização geográfica devido a sua proximidade com o Estado de São Paulo e também por ter sido uma das principais rotas dos tropeiros que saíam do Rio Grande do Sul rumo a Sorocaba-SP.¹ Os caminhos para analisar todas as

1. “No século XVIII, essas terras eram passagem de inúmeros rebanhos de gado, principalmente de mulas, e tropeiros, que percorriam o Caminho do Viamão, desde o Rio Grande do Sul até as feiras de São Paulo. O antigo fluxo desses viajantes exerceu fundamental importância na formação cultural e econômica do Paraná, uma vez que a partir das idas e vindas dos tropeiros começaram a surgir aldeias, que se transformaram em vilas e, por fim, cidades. (...) As cidades históricas, surgidas

questões envolvidas na ocupação e transformação da região de Jaguariaíva, como a própria constituição do município e as ligações com a Família Matarazzo são complexas mas, através das fontes históricas e principalmente o destaque para as narrativas das “pessoas comuns”² e o “*vai e vem de pessoas que trabalhavam na fábrica*”³ entendemos a importância desses sujeitos “além da fábrica”, isso não desmerece a importância das Indústrias Matarazzo para Jaguariaíva, mas as pessoas que ouviam o “apito da fábrica” devem ser elucidadas como protagonistas históricos e sociais daquele período.⁴

Os interesses para os investimentos da Matarazzo no território paranaense esteve ligado especialmente aos benefícios e concessões dadas pelo Governo do Estado do Paraná, bem como incentivos fiscais e privilégios oferecidos ela administração pública municipal o que beneficiaram e aparecem como um aspecto extremamente significativo e estratégico para a escolha de Jaguariaíva para a instalação do frigorífico,⁵ ficando claro que sem estes os acordos realizados entre a administração pública e a Matarazzo, outra cidade poderia ser escolhida para fixar o frigorífico.⁶

em função do pouso de tropeiros, [são]: Palmeira, Castro, Tibagi, Jaguariaíva, Arapoti, Sengés e Pirai do Sul”. Governo do Estado do Paraná. Secretaria do Esporte e do Turismo. **Campos Gerais do Paraná**. Disponível: <http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=250>. Acesso em 20/05/2022.

2. Frase utilizada pelo historiador britânico Edward Palmer Thompson em seus estudos sobre homens, mulheres e crianças operárias na Inglaterra do século XVII.

3. Entrevista do Sr. José Axt. Apud: BRANDÃO, Ângela. Memórias: Frigorífico das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo em Jaguariaíva, p. 141.2000.

4. Esse texto aborda parte dos resultados obtidos durante a pesquisa de dissertação de mestrado realizada na Universidade Federal Fluminense entre anos de 2018-2020 e teve como objetivo demonstrar as ações dos trabalhadores e trabalhadoras que exerceram suas funções em uma das maiores indústrias que se instalaram no Brasil durante no século XX: Indústrias Reunidas Matarazzo, especialmente o Frigorífico de Suínos instalado no interior do Paraná, na cidade de Jaguariaíva.

5. É importante destacar que a região era um dos principais polos de criação de suínos no Estado do Paraná, isso aguçou os interesses para a construção do Frigorífico. Sobre as isenções fiscais ver: Lei Municipal n. 67 de 30/08/1919. Lei consultada e disponível no Arquivo Físico da Câmara Municipal de Jaguariaíva. O Jornal A República publicou as leis concedidas Matarazzo. A República. Ed. 00215. 30/08/1919. Disponível Hemeroteca Digital: <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/3915605579035/I003466420Alt=002010Lar=001330LargOri=004840AltOri=007314.JPG>. Acesso: 11/06/2022 Lei Municipal nº88, de 27/12/1920. Lei consultada e disponível no Arquivo Físico da Câmara Municipal de Jaguariaíva.

6. Um forte indício dessa perspectiva se mostra no fato de que, segundo Ruy Wachovski, a Matarazzo teve primeiramente interesse em fixar-se na cidade de Tomazina-Pr. Contudo, por falta do acordo de isenção de impostos, o projeto foi rejeitado. Wachovski ressalta que o prefeito de Tomazina não autorizou essa iniciativa, não ofereceu barganhas à Matarazzo e por esse motivo, Jaguariaíva teria sido o lugar escolhido para a construção do Frigorífico de Suínos. Para maiores deta-

Consideramos que as manobras para que o frigorífico – assim como outras indústrias do conglomerado Matarazzo – fosse fixado no Estado do Paraná participavam de um dinamismo mais vasto de empenho de investimentos e as primazias avistadas por um Estado iniciando seu processo de industrialização. Por outro lado, sem dúvida essa negociação foi vantajosa também para a empresa com a obtenção de subsídios, acesso à matéria prima abundante na região com a produção extensiva de suínos e, também, à mão de obra necessária e barata (UCHAK,2019. P. 188).

As pesquisas da História Social sobre trabalhadores e trabalhadoras vem crescendo cada vez mais nos últimos anos e as perspectivas partindo dessa área se torna fundamental para entender os modos de trabalho dos funcionários (as) do Frigorífico Matarazzo em Jaguariaíva em um momento de efervescência do Movimento Operário no Brasil. Através do cotidiano, experiência, resistência e principalmente pela luta dessas pessoas, oriundas de várias localidades do mundo, do Brasil e do Paraná entendemos como eram as dinâmicas e as atuações nos espaços que ocupavam dentro e fora da fábrica.

Apesar das dificuldades encontradas de acesso a fontes específicas sobre a Matarazzo, principalmente sobre os trabalhadores e trabalhadoras, a construção das análises sobre os mesmos se deram através das evidências e do material disponível em acervos históricos distintos. A imprensa paranaense, curitibana, dos anos 1920-1940 se tornou uma fonte rica e fundamental para conhecemos como essas pessoas articulavam-se e mobilizavam-se nas greves que organizaram, os conflitos que emergiram na relação entre eles e com a direção do frigorífico, bem como a resistência que conseguiram opor contra seus patrões. Os ricos registros fotográficos e um Livro de Registro de Empregados de 1939, também auxiliaram na compreensão sobre quem eram essas pessoas, sua origem, ocupações de trabalho e respectivos salários recebidos.

Os verdadeiros protagonistas

O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras do frigorífico era composto por imigrantes e trabalhadores nacionais, homens, mulheres e crianças brancos e negros. Isso demonstra a diversidade étnica, etária e de gênero. Como já destacado anteriormente, a falta de documentos sobre o funcionamento do frigorífico e informações mais detalhadas e específicas quanto aos contratos de trabalho não impede a confirmação de que sem eles, e sem as suas histórias, nada faria sentido no processo da constituição social de Jaguariaíva marcada pela ação de uma elite local e, pela chegada das Indústrias Matarazzo na cidade.

Além do aumento populacional na região ser influenciado pela chegada da ferrovia e, em seguida com a instalação do frigorífico, diversas nacionalidades constituíram um novo ambiente social na cidade, além dos serviços que passaram a funcionar sob o monopólio da Matarazzo. Os dados sobre a contratação de trabalhadores e trabalhadoras pelo frigorífico, foram analisados através de um Livro de Registros de Empregados com data de abertura de 1939.

Tal fonte histórica fez parte da documentação interna do frigorífico, o único acessado que foi possível o acesso dentre tantos que poderiam ajudar a compreender melhor quem eram os trabalhadores e trabalhadoras que fizeram parte do quadro de funcionários da indústria. Partindo das informações coletadas a informações verificou-se os locais de nascimento e idade, além de salários e cargos além da presença de membros da mesma família. É importante ressaltar que as informações não seguem uma ordem lógica, sequencial ou cronológica, ou seja, não são padronizadas quanto à sequência das contratações.

Ressalto que a fundação do frigorífico se deu em 1922 e a única fonte sobre contratação de trabalhadores é datada praticamente uma década posterior. Alguns funcionários registrados foram contratados nos primeiros anos das atividades, mas não significa que foram os únicos. Esses registros descritos em 1939 apresentam somente 98 funcionários contratados entre 1923-1948, o que não confere ser o número total de trabalhadores no período das atividades da Matarazzo.

Tabela 1. Número de trabalhadores por ocupação

Gerente	1	Chefe de Matança	1
Almoxarifado		Chefe de Oficinas	1
Aportar	1	Chefe de Plantação	1
Auxiliar	1	Chefe de Salgadeira	1
Auxiliar da sessão de conservas	1	Chefe do Almoxarifado	1
Auxiliar da Sessão de Salgadeira	2	Comprador de Suínos	9
Auxiliar de Armazém	2	Criador de Porcos Brancos	3
Auxiliar de Contabilidade	1	Diretor do Frigorífico	1
Auxiliar de Escritório	1	Embarque	1
Auxiliar Stock Test	1	Empregado de Armazém	2
Caixa	3	Encarregado de Diversas Sessões	1
Caixeiro	1	Encarregado de Propaganda de Porcos Brancos	1
Caixeiro de Armazém	1	Encarregado de Vagão	2
Chefe da Matança e Picação	1	Escriturário	16
Chefe da sessão de caixaria e carpintaria	1	Matança	1
Chefe da Sessão de carga e descarga	1	Pagador	1
Chefe da Sessão de Eletricidade	1	Salameiro	1
Chefe da Sessão de Lataria	2	Secretário auxiliar da sessão de banha e expedição	1
Chefe da sessão de Salameria	1	Secretário Auxiliar da sessão de expedição	1
Chefe da Turma de fora	1	Secretário da Salgaderia	1
Chefe das Câmaras Frias	2	Secretário de Sessão	1
Chefe de Armazém/Chefe de Pessoal	1	Servente	1
Chefe de Compradores	1	Sessão de Tráfego	1
Chefe de Compras	1	Técnico de Conservas	1
Chefe de escritório	1	Não consta	2
Chefe de expedição e banha	1		

Fonte: Livro de Empregados do Frigorífico Matarazzo, 1939. Acervo Particular.

Apesar das limitações e a desorganização do livro pois não há uma ordem de registros, essa fonte permitiu reconhecer em parte o perfil dos trabalhadores do frigorífico, questionar certezas difundidas e indicar a possível manutenção da origem étnica e social dos trabalhadores nacionais desde os primeiros anos de funcionamento do frigorífico. Ainda que esse documento não seja suficiente para analisar o perfil total dos trabalhadores e nem oportuniza generalizar para além dos anos de contratação ele possibilita questionar a afirmação de que os trabalhadores estrangeiros a preponderaram no interior do frigorífico como afirmam Ângela Brandão.(BRANDÃO, 2007) e as pessoas selecionadas para entrevistar.

As informações apresentam 98 empregados dos quais 76 eram brasileiros, isto é, a imensa maioria era constituída por trabalhadores nacionais. Desses, 33 eram provenientes de diversos estados brasileiros, 11 eram da própria cidade de Jaguariaíva e 14 eram paranaenses de distintos municípios. Os 22 estrangeiros registrados são sugestivos da diversidade da origem dos imigrantes e que talvez sejam representativos do conjunto dos trabalhadores estrangeiros contratados ao longo dos anos de funcionamento do frigorífico. Compreende-se que os trabalhadores estrangeiros eram significativos pela diversidade étnica e não especificadamente pelo quantitativo numérico, por outro lado os trabalhadores brasileiros destacam-se como maioria, de várias cidades do Paraná e de outros estados.

É complexo delinear a trajetória de vida de cada trabalhador, por isso entende-se que alguns podem ter chegado ao Brasil motivados e contratados para trabalhar no frigorífico, como Brussiani Gualtieri que, de acordo com o próprio Livro de Registros, entra no país em 30/11/1923 e um mês depois seus dados de contratação já constam no livro. As contratações dos demais foram realizadas em intervalos de 2 a 40 anos da chegada ao Brasil e, mas não significa não pudessem estar empregados no frigorífico e foram registrados somente alguns anos depois.⁷. É possível que os contratados alguns

7. O Art 12 do Decreto nº 21.186, de 22 de março de 1932 definiu a obrigatoriedade dos livros de registros de empregados: “Os empregadores são obrigados: a ter livros de registo conforme modelos aprovadas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nos quais serão anotadas, acerca de cada empregado, as interrupções do trabalho e respectiva causa, o número de horas perdidas e todas as prorrogações concedidas na conformidade deste decreto, com a importância das remunerações devidas”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/>

anos e/ou décadas depois da chegada no frigorífico pudessem ser provenientes das Colônias que se instalaram na região dos Campos Gerais, então não são escassas as possibilidades de deslocamentos desses trabalhadores para o Jaguariaíva. Por outro lado, é possível dimensionar a rotatividade dentro da indústria em relação contratações e demissões que ocorrem nas décadas de seu funcionamento.⁸

O primeiro era responsável pelos registros da empresa, além das tarefas. Administrativas e o outro pelo fluxo de animais e, neste caso, as distâncias significativas dos criadores de porcos impunham muitos e longos deslocamentos. Não podemos descartar a hipótese de que o frigorífico também contratava funcionários sem registro para a realização de funções subalternas. É nítido que nesse livro de registro estão os funcionários que exerciam as atividades e posições mais elevadas e não compõem a totalidade do quadro de profissões que existiam no frigorífico.



Trabalhadores do setor de Desossa.

Arquivo do Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo.

decreto-21186-22-marco-1932-524876-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 10/10/2022.

8. Considerando as funções para as quais os trabalhadores foram contratados, destaca-se que elas se dividiam em 51 ocupações diferentes, algumas com maior quantidade e outras com apenas um trabalhador. O cargo de escrivário era o que aparentemente demandava mais funcionários, entre homens e mulheres (16), seguido da função de compradores de porcos (9) e auxiliar de escrivário (4). Os escrivários e a compra de porcos eram funções que exigiam mais trabalhadores para realizar as tarefas, em grande medida, porque eram setores que não utilizavam maquinários.



Trabalhadores junto a máquina “peladeira”.
Arquivo do Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo

Essas imagens dos trabalhadores em algumas sessões, em uma variedade de tarefas e que, possivelmente, compartilhavam suas experiências dentro do ambiente de trabalho, e mesmo não havendo mais dados sobre cada um, sabemos da importância que tiveram. É nítido também que os únicos homens “limpos” eram os chefes, seus jalecos estão brancos e aparecem para demonstrar sua hierarquia perante os demais que usam aventais manchados de sangue e outros detritos.

Salários e exploração

Os valores mensais dos salários registrados para as diferentes ocupações variavam em função do grau de especialização e demanda pelo trabalho realizado. O menor salário registrado era 50\$ mil reis e referia-se ao cargo de auxiliar de armazém e o mais alto 3\$000,000 milhões de reis ao diretor e ao gerente do frigorífico. De acordo com os dados a maioria dos trabalhadores recebia o mesmo salário de 600\$000 mil réis mesmo em ocupações distintas como auxiliar de escritório, comprador de suínos, escriturário, pagador e auxiliar de contabilidade. Entretanto, alguns trabalhadores realizavam a mesma tarefa e não recebiam a mesma remuneração. Empregados de armazém recebiam entre 50 e 130 réis; o salário de criador e de compradores de porcos também variavam entre 500 e 700 réis e isso pode demons-

trar que havia hierarquias internas entre trabalhadores com a mesma tarefa/ocupação que poderia vir a provocar tensões, pois realizavam o mesmo trabalho, mas eram remunerados de forma diferente. Essa diferença salarial também pode estar ligada ao tipo de contrato a que o trabalhador foi submetido podendo ser remunerado por hora, dia ou mês de trabalho.

De 1883 à 1942 a moeda no Brasil era o reis⁹ e os trabalhadores são registrados entre 1923-1948, então o poder de compra vai diferenciando ao longo dos anos, bem como as condições de vida em Jaguariaíva. Para se ter uma ideia do poder de compra do salário mensal mais frequente, por exemplo, 600\$000 mil reis, levando em consideração que o trabalhador constituía uma família com filhos, ou que os solteiros (as) auxiliavam nas despesas de casa, é preciso comparar com os preços de alguns itens fundamentais para a sobrevivência e que impactavam o custo de vida. Em uma propaganda do jornal *Diário da Tarde*, em 1931, há uma seleção de itens de consumo vendidos 92 por um armazém, que permite constatar que o preço de 1kg de açúcar custava 950 reis, um pacote de café 1\$300 mil e trezentos réis, 1 kg de açúcar 450 reis.¹⁰ Os valores desses itens básicos eram elevados no período e os trabalhadores que eram remunerados com o valor inferior ao preço deles, viviam uma situação muito pior, pois os salários quase não dariam para suprir o custo de vida que já estava alto. Não é de estranhar que mais tarde este veio a ser um dos motivos de reivindicações por parte dos funcionários do frigorífico, pois os salários não supriam as necessidades básicas em Jaguariaíva.

O valor de compra do salário de 600\$000 mil reis, mas se notarmos as informações listadas abaixo, através da variação dos salários, conseguimos dimensionar que a remuneração era baixa em praticamente todos os setores, levando em consideração os ofícios mais pesados ou aqueles que demandavam uma maior quantidade de mão de obra. Além dos valores não serem compatíveis, é preciso ressal-

9. É importante destacar que os valores dos salários bem como sua grafia foram extraídos diretamente das informações que o Livro de Registros nos trouxe, então descrevemos como estava nessa fonte.

10. **Diário da Tarde**. Ed. 10904. Curitiba, 02 de julho de 1931. Disponível Hemeroteca Digital: <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/574804265818/1003563720Alt=001859Lar=001330Lar-gOri=004567AltOri=006384.JPG>. Acesso: 11/06/2022.

tar ainda uma jornada de 10 horas semanais e possivelmente horas extras não computadas, tornando nítidas as situações de exploração dos trabalhadores.

Greves de 1930 e 1936

O século XX ficou marcado com as lutas dos trabalhadores pelas melhorias das condições de trabalho, aumento de salários e redução da jornada. O operariado brasileiro ganha destaque principalmente entre 1917 e 1920, período em que as principais cidades brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, foram tomadas por greves, essas que só começaram a ser vistas como um direito depois da Constituição de 1946, antes disso era tratada como um delito que ameaçava a ordem pública (SILVA, L.A, 2011).

O movimento operário adquiriu características diferentes de acordo com a região a qual pertencia. O historiador Claudio Batalha expõe que “as diferenças de região, de ramo de atividade de grau de qualificação e de salários tinham uma influência direta nas condições de vida e de trabalho do operariado”.²²² As péssimas condições de vida como reflexo dos baixos salários e a exploração da mão de obra de homens, mulheres e crianças levaram os trabalhadores brasileiros a reivindicar pelos seus direitos através das greves que se alastraram pelo país nas primeiras décadas do século XX (BATALHA, 2000, p.9).

Os trabalhadores do frigorífico Matarazzo se mobilizaram por melhorias nas condições de trabalho em duas greves, uma em 1930 e outra em 1936. Seja por negligenciar outras memórias de trabalhadores ou por falta de pesquisa histórica, comete-se um equívoco no livro “Memórias do Frigorífico Matarazzo” quando se generaliza a partir do depoimento de um único trabalhador, o qual afirma que “nunca houve greve no frigorífico, a cidade era muito pacata não tinha essas coisas”.¹¹ Esta foi uma questão que perdurou durante muito tempo

11. O trabalhador José Axt, que coloca essa informação, exercia função no escritório da Matarazzo nos anos 1940, disse nunca ter visto alguma greve ou participado de algum ato grevista. Entrevista do Sr. José Axt. Apud: BRANDÃO, Ângela. **Memórias: Frigorífico das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo em Jaguariaíva.** Op. Cit.p.119.

no decorrer da presente pesquisa, houve ou não greve no frigorífico? Como uma indústria tão grande e com tantos funcionários não vivenciou tensões decorrentes de reivindicações por melhorias de condições de trabalho ou de salários? A memória desse trabalhador deve ser considerada em toda sua complexidade, entre lembranças e esquecimentos, porém não pode ser tomada como a única informação para reconstituir os levantes de trabalhadores no frigorífico.

É importante ressaltar também que as entrevistas realizadas pela pesquisadora tinham uma finalidade e um objetivo: demonstrar a importância do “império” Matarazzo para Jaguariaíva e as memórias relatadas foram um fator significativo para colocar em destaque o mito Matarazzo. Ou seja, tudo o que pudesse vir a contradizer as características positivas das ações da referida indústria em Jaguariaíva, foi ocultado ou “esquecido”. Uma greve realizada no frigorífico em 1930 foi noticiada em uma edição de um periódico que circulava em Jaguariaíva chamado *A Cidade*, único exemplar que conseguimos resgatar e felizmente é o que menciona a greve.

O periódico era de propriedade do jornalista João da Cruz Leite, residente na cidade de Antonina, no litoral do Paraná, dono também do *Jornal de Antonina*, o qual foi um importante veículo de notícias que incansavelmente noticiou os feitos da chegada das Indústrias Matarazzo, com a instalação do Moinho de Trigo na cidade de Antonina, além de não poupar homenagens para o Conde Matarazzo em diversas páginas do periódico.¹² Em 30 de novembro de 1930, esse jornal publicou na primeira página em destaque “Ainda é greve dos operários do frigorífico Matarazzo”, texto redigido pelo próprio João da Cruz Leite,

Há dias de manifestações, nesta cidade um movimento grevista de caráter pacífico, entre os operários do Frigorífico Matarazzo.

12. As edições do Jornal de Antonina estão disponíveis no Arquivo Histórico Municipal de Antonina. Não estão digitalizados e estão preservados em sua forma original. João da Cruz Leite foi diretor e proprietário do Jornal de Antonina, Revista de Antonina e do Almanaque de Antonina. Não há informações precisas que delineiam como surge o jornal A Cidade que circulou em Jaguariaíva, contudo pelas publicações sobre a Matarazzo em Antonina, possivelmente sua aproximação e interesses e a relação com a empresa eram estreitas. Isso se deve, como já mencionado, pelas inúmeras publicações e homenagens feitas ao Conde Matarazzo em várias edições do Jornal de Antonina. Cruz Leite era mencionado pela imprensa paranaense quando estava em passagem pela capital do Estado como uma importante figura da sociedade antoninense.

Os operários, *com exceção dos seus respectivos chefes e encarregados de sessões*, deixaram suspensas suas atividades em represália ao fato de não terem sido prontamente atendidas as reclamações *referentes ao aumento de horas de trabalho e de salários*.

Em vista disso, aqui chegou um pequeno contingente de polícia, sob o comando do distinto oficial tenente Antônio Azevedo, que além de tomar as medidas que lhe pareceram de conveniência à estabilidade e garantia da ordem pública, convocou os operários em greve para uma reunião às 13 horas do dia 22 do corrente mês, a qual compareceram todos os grevistas.

O tenente Azevedo, usando da palavra, com palavras refletidas e criteriosas fez ver aos presentes as dificuldades por que ora atravessam todas as organizações industriais do país, bem como, em consequência, as classes produtoras operárias, terminando por propor um acordo que de certo modo, veio conciliar, posto que provisoriamente, os interesses de ambas as partes.¹³

João da Cruz Leite encerra a notícia afirmando que “os operários jaguariaivenses foram dignos de encômios pela atitude digna que assumiram durante a greve, permanecendo em perfeita ordem e dando assim um exemplo de que sabem respeitar os direitos alheios assim como sejam respeitados os seus”.¹⁴ Por termos apenas esse fragmento sobre a greve de 1930 em Jaguariaíva, não tendo informações sobre o real cumprimento do acordo. No entanto, os operários voltaram a reivindicar novamente o aumento de salários em 1936, o que evidencia que nesse espaço de tempo poucas alterações ocorreram quanto as suas reivindicações.

A notícia da Greve realizada pelos trabalhadores do frigorífico em 1936 foi estampada nas páginas de um único jornal curitibano, o *Diário da Tarde*, durante três dias, nas edições de 21, 24 e 26 de novembro de 1936, com uma matéria do repórter policial Mario Potin,¹⁵

13. A Cidade. “Ainda é greve dos operários do frigorífico Matarazzo Jaguariaíva”. Ed. 31. 30 de novembro de 1930. Acervo particular.

14. Idem.

15. Mario Potin foi um repórter policial que frequentemente aparecia em colunas de alguns jornais da imprensa paranaense. Trabalhou por muitos anos no jornal *Gazeta do Povo* deixando-a em 1946 para assumir o cargo de Secretário da Prefeitura do município de Lapa, próxima à Curitiba. Fez parte da Diretoria do Centro de Repórteres Policiais do Paraná e suas matérias aparecem em alguns periódicos curitibanos entre 1930-1950 como *Diário da Tarde*, *O Dia* e *Diário do Paraná*. Seu nome verdadeiro era Dário Pinto, mas usava o pseudônimo de Mario Potin com o qual assinava as colunas com as notícias publicadas pelos jornais. Em várias edições dos periódicos citados, o repórter era elogiado e visto como uma figura importante para a sociedade Curitibana, aparecia nas

que estava na região. No dia 21 do referido mês, Potin entrevistou o trabalhador, tratado pelo repórter como “grevista-chefe”, Nahyr de Andrade para entender quais eram as reivindicações dos operários e as argumentações que fundamentavam a paralização do dia 18 de novembro. Essa reportagem²³⁷ aparece na 5^a página do Jornal como “*A Greve dos Operários do Frigorífico Matarazzo, em Jaguariaíva*” e o correspondente salienta que iria ouvir, além de Nahyr, o superintendente do frigorífico, Antônio Pássaro e o Inspetor Regional do Trabalho, Jacy Magalhães,¹⁶ que chegou em Jaguariaíva para acordar o fim da greve com os empregados:

O Brasil, no momento atual, isto é, no estado de guerra, no qual se encontra, não comporta greves de espectro alguma. Todavia, as greves, dado a este ou aquele motivo, de operários de um momento para outro. Ora, é numa fábrica, ora no comércio, ora nas ferrovias. As vezes são greves originadas por questão de salários e outras vezes, por questão de horário. O frigorífico Matarazzo de Jaguariaíva, não escapou de uma greve de caráter puramente pacífico, estando à margem a paralização dos serviços do frigorífico. Deixando de lado o comentário acima, vamos penetrar na descrição. Chegando de longínqua e exausta viajem do norte do Estado, na tarde de ontem, 19, fui inteirado tão logo desembarquei do expresso-Norte, sobre a existência de uma greve de caráter pacífico no frigorífico Matarazzo desta cidade. Foi então que me ocorreu a mente, ouvir em primeiro lugar a palavra do sr. Nahyr de Andrade, o chefe grevista idealizador do movimento.

De frente ao hotel Salvador, às 21 horas, encontrei-o à frente de uns 100 dos seus companheiros de trabalho, indagando-lhe:

M-Pode o sr. Me dizer das razões que determinaram o movimento grevista?

N- Com quem tenho o prazer de falar, por favor?

colunas sociais de agradecimentos de seus serviços prestadas a imprensa, bem como sempre lembrado pelo seu aniversário. Pelo Diário da Tarde foi elogiado por ser “Uma alma simples e boa, observador dos fatos, companheiro leal, espírito empreendedor, Dário Pinto, repórter dinâmico, soube cultivar vasto círculo de solidas amizades.” Diário da Tarde Curitiba, 04 de setembro de 1949, Ed. 16829. Disponível Hemeroteca Digital: <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/4854008681299/I007710720Alt=001819Lar=001330LargOri=004532AltOri=006198.JPG>. Acesso em: 14/06/2022.

16. Jacy Magalhães atuou durante o Governo Vargas com um cargo de Fiscal da Nacionalização do Trabalho, com a função da aplicação da chamada Lei de Sindicalização e viu o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio começar a funcionar no Brasil. A historiadora Ângela de Castro Gomes realizou uma entrevista com Jacy em 1984, como parte das fontes que utilizou na sua tese de doutorado. O entrevistado demonstrou sua trajetória e sua atuação como Inspetor Regional do Trabalho em alguns estados do país e como se deu o processo de criação dos Ministérios da Saúde, da Educação e do Trabalho.

M-Sou um repórter. Desejo saber quais os motivos que o levaram à chefia desse movimento, para descrever com precisão, a verdade dos fatos.

N- Pois não. Direi em quatro palavras o objetivo direto que me colocou à frente da greve que iniciamos ontem [18/11/2019]. Trata-se nada mais, nada menos, da *questão do salário por nós, há tempos pleiteando*. (Avançando mais no assunto, o moço declarou com firmeza): Já fizemos entre todos os colegas de serviço uma petição ao superintendente do frigorífico, sr. Antônio Pássaro, pedido esse que não foi atendido. Achando, como é lógico, dada à carestia da vida, os nossos ordenados não cobrem as despesas e muito, embora trabalhe-se como trabalhamos, 8 ou mais horas por dia, o ordenado é o mesmo, sem extraordinários, sem coisa alguma, sem mesmo uma esperança de melhores dias.¹⁷

A demanda principal como é demonstrado na fala de Nahyr é o aumento dos salários que já havia sido solicitado ao Diretor do Frigorífico, Antônio Pássaro, o qual não acatou o pedido dos trabalhadores. Ou seja, 6 anos após a primeira greve as mudanças parecem não terem sido sentidas. A maneira encontrada, então, foi paralisar as atividades da indústria para que dessa forma os funcionários que se mobilizaram em prol do interesse coletivo fossem ouvidos. Impossível não ser relevante uma paralisação por 24 horas da produção do frigorífico, pois foram os trabalhadores do “chão da fábrica”, os mais explorados, que cruzaram os braços insatisfeitos com as condições do trabalho.

Tudo indica que não foram os funcionários com os cargos mais elevados que aderiram à greve, assim como aconteceu em 1930. A polícia, por sua vez, tomou as rédeas para manter a ordem pública, mesmo reafirmando que a greve era pacífica. Nesse sentido, os trabalhadores eram considerados uma ameaça potencial à ordem pública e isso fica evidente na rapidez nas negociações para pôr fim à greve, com a informação de que seus pedidos foram aceitos. Outra evidência pode ser destacada no jornal, ao comentar que o Tenente Azevedo propôs um acordo aos operários, o que nos leva a acreditar que possivelmente a Matarazzo acionou a polícia para atuar na condução do caso.

17. Diário da Tarde 21/11/2019. Ed. 12542. Disponível Hemeroteca Digital: <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/5998209872335/1004853720Alt=001907Lar=001330LargOri=004437AltOri=006363.JPG> Acesso: 14/06/2022.

Desse modo, retomando a questão da memória, a ação dos grevistas é fundamental para demonstrarmos que por mais que na experiência individual de alguns trabalhadores a memória tenha registrado que o trabalho no frigorífico “era muito bom e o funcionário era valorizado”, haviam aqueles conscientes de que estavam sendo explorados e que era necessário expressar que estavam descontentes e se mobilizar para reivindicar direitos.

A história dos trabalhadores e trabalhadoras feita por eles mesmos

Sem os trabalhadores e trabalhadoras do frigorífico essas explicações não fariam sentido e, por isso, eles são os sujeitos e objetivo principais desta pesquisa. Apesar todas das limitações de fontes, procurei demonstrar quem eles eram, de onde vieram, como viviam e resistiam e 173 como foram essenciais para as transformações que surgem após a fixação da Matarazzo. A existência de um contingente de trabalhadores imigrantes, provenientes de vários locais do mundo, não pode apagar o fato de que os trabalhadores nacionais eram a maioria da força de trabalho no frigorífico como verificamos no único livro de registros de funcionários disponível.

Os 98 funcionários registrados nesse livro não correspondem ao total de trabalhadores que faziam o frigorífico produzir, o que indica que havia funcionários com outros tipos de contratos ou, até mesmo, a possibilidade de trabalhadores sem contrato formal de trabalho. Através desse documento – limitado em função do número de trabalhadores registrados e pelo período de tempo que abrange, conseguimos verificar que os imigrantes eram na maioria os chefes dos setores de produção e os brasileiros ocupavam cargos mais subalternos. Ele também demonstrou a presença de crianças, assim como saber que os salários não variavam apenas de um cargo para outro, mas que existiam funções iguais com remunerações diferentes. Partindo dessas constatações, podemos considerar que provavelmente a Matarazzo contratava, mas nem sempre registrava todos os funcionários, o que permitiria driblar o cumprimento das leis em caso de acidentes

de trabalho, férias, etc. Por outro lado, um conjunto de fotografias permitiu descobrir como internamente era o Frigorífico e conhecer detalhes como, por exemplo, setores da produção onde homens e mulheres dividiam o mesmo espaço de trabalho.

As imagens demonstram que mesmo com todo o maquinário, o trabalho manual ainda tinha uma grande importância e exigia um número significativo de trabalhadores para realizar as funções. Além disso, as fotografias nos mostraram a diversidade de trabalhadores e trabalhadoras, a presença significativa de negros, que no início dessa pesquisa não apareciam na documentação, reforçando a evidência de que os imigrantes não eram maioria e, muito menos, que havia somente brancos no quadro de funcionários. Ao contrário, no interior do frigorífico conviviam e trabalhavam homens, mulheres e crianças de várias nacionalidades. Outra descoberta importante foram as ações de greve realizadas nos anos 1930 e 1936, uma realidade silenciada em toda a documentação consultada no início da pesquisa inclusive nas entrevistas com ex-trabalhadores realizadas por Brandão, no livro de memórias sobre o frigorífico.

Por todos esses aspectos explanados ao leitor, demonstramos que as memórias dessas pessoas comuns foram determinantes para entender as dinâmicas e a construção social da cidade de Jaguariaíva, também do próprio Paraná, não se deve exclusivamente a instalação da Matarazzo, mas pelos trabalhadores e trabalhadoras que compunham esse meio em que viviam através do seu cotidiano, experiência e vivências em comum. Ainda temos um grande caminho para aprofundar as inquietações que os Mundos do Trabalho apresentam, mas, dar voz a aqueles que por muitas vezes foram silenciados é um passo importante para compreensão do passado que se faz tão presente. Além disso, demonstramos que os trabalhadores e trabalhadoras paranaenses estão no mapa da historiografia do trabalho e de lá não saem mais.

Fontes

A Cidade. “Ainda é greve dos operários do frigorífico Matarazzo Jaguariaíva”. Ed. 31. 30 de novembro de 1930. Acervo particular.

A República. Ed. 00215. 30/08/1919. Disponível Hemeroteca Digital: <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/3915605579035/I003466420Alt=002010Lar=001330LargOri=004840AltOri=007314.JPG>. Acesso: 11/06/2022

BRANDÃO, Ângela. **Memórias: Frigorífico das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo em Jaguariaíva.** Curitiba: PNDU, 2007.

Diário da Tarde 21/11/2019. Ed. 12542. Disponível Hemeroteca Digital: <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/5998209872335/I004853720Alt=001907Lar=001330LargOri=004437AltOri=006363.JPG> Acesso: 14/06/2022.

Diário da Tarde Curitiba, 04 de setembro de 1949, Ed. 16829. Disponível Hemeroteca Digital: <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/4854008681299/I007710720Alt=001819Lar=001330LargOri=004532AltOri=006198.JPG>. Acesso em: 14/06/2022.

Diário da Tarde. Ed. 10904. Curitiba, 02 de julho de 1931. Disponível Hemeroteca Digital: <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/574804265818/I003563720Alt=001859Lar=001330LargOri=004567AltOri=006384.JPG>. Acesso: 11/06/2022.

Governo do Estado do Paraná. Secretaria do Esporte e do Turismo. **Campos Gerais do Paraná.** Disponível: <http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=250>. Acesso em 20/05/2022.

Referências

BATALHA, C.H.M. **O movimento operário na Primeira República.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p.9

CARVALHO, M. M. X. ; NODARI, E. S. A Lumber, o Contestado e a história do desmatamento da floresta de araucária (1911-1950). In: IV Encontro Nacional da ANPPAS. **Anais do IV Encontro Nacional da ANPPAS.** Brasília. p.2. 2008.

MATOS NETO, Osvaldo Carneiro de. Pesquisa Histórica, Primeiros Passos: Cotidiano e Sociabilidades No Distrito De Cachoeirinha-Pr dos Anos 1930-1940. **Projeto História,** São Paulo, PUC/SP, v. 62, Mai-Ago, pp. 426-439, 2018.

SILVA, L. A. Legislação grevista no Brasil de 1930 a 1937. In: V Colóquio de História Perspectivas Históricas: historiografia, pesquisa e patrimônio. 2011, Recife. **Anais Eletrônicos do V Colóquio de História e Perspectivas Históricas: historiografia, pesquisa e patrimônio.** Pg. 745.

THOMPSON, E. P. **A peculiaridade dos ingleses e outros artigos**/ E.P. Thompson; organizadores: Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. -2^a ed- Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012.Pg. 262.

THOMPSON, E. P. **A. Costumes em comum:** Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

THOMPSON, E. P. **A. Senhores e caçadores. A origem da Lei Negra.** Trad. Denise Bottmann. 2 eds. Col. Oficinas da História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

UCHAK, F.A. **Trabalhadores e Trabalhadoras do Frigorífico Matarazzo em Jaguariaíva: cotidiano, experiência e resistência (1920-1940).** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói. 188.p.2020.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Norte Velho, Norte Pioneiro.** Curitiba: Editora Gráfica Vicentina Ltda, 1987.

CAPÍTULO 27

A FILHA AUSENTE: CHEGADA, RETORNO E DESPEDIDA FINAL DA CIANÊ

Juliane Roberta Santos Moreira

Em 1981, como um passo decisivo na desmobilização de ativos iniciada em 1979, as Indústrias Matarazzo do Paraná (IMP) venderam as fábricas de fiação e tecelagem de Jaguariaíva e Apucarana, bem como as instalações situadas nas cidades paulistas de Ribeirão Preto e Rio Claro, junto aos equipamentos têxteis da fábrica do Belenzinho, localizada na cidade de São Paulo e da já desativada Fiação Lídia, de São Bernardo do Campo (SP), para a Companhia Nacional de Estamparia, a Cianê, pertencente ao Grupo Severino Pereira. (JORNAL MATARAZZO,1981).

De acordo com publicação do *Jornal Matarazzo* (outubro de 1981, s/p), a “penosa decisão” de efetivar a venda do complexo têxtil, encerrando as atividades nesse setor, foi essencial para fortalecer a estrutura financeira do Grupo Matarazzo, e promover uma reestruturação administrativa que colaborasse para o desenvolvimento e continuidade de suas empresas nos setores de alimentos, papel, embalagem, açúcar, álcool, química, plásticos e mineração. O valor relativo ao negócio foi, de acordo com comunicado assinado por Maria Pia

Matarazzo e Severino Pereira da Silva, de Cr\$ 4,5 bilhões. (JORNAL MATARAZZO, 1981).

As fibras da história da Indústria Matarazzo em Jaguariaíva se enlaçam às fibras que formam a espessa corda da história do município, visto que sua atuação data do início do século XX em terras jaguariaívenses, tendo o Frigorífico em atividade entre 1920 a 1964 e, posteriormente, com a mudança de ramo, a Fiação e Tecelagem em funcionamento de 1965 a 1981, de modo a ser uma das maiores empregadoras locais.

Assim, ao noticiar a venda das fábricas e equipamentos para a Cianê, foi destacada na publicação do periódico que houve preocupação quanto a manutenção dos empregados das quatro fábricas negociadas, sendo atestado pelo vice-presidente de Coordenação Geral, Roberto Calmon de Barros Barreto, que “ao longo das negociações com o Grupo Severino Pereira, os interesses e o futuro dos funcionários estiveram sempre presentes, devendo uma grande maioria ser absorvida pela empresa compradora, a critério desta”. (JORNAL MATARAZZO, 1981).

O *Jornal Matarazzo* (1981) corroborou a afirmação, aludindo à contratação de mais de 1700 dos 1948 funcionários pela nova empregadora, no entanto, não abordou em específico as mudanças que poderiam vir a ocorrer em cada unidade fabril. De acordo com Brandão (2000, p. 137), na troca de administração, empregados integrantes de “famílias fiéis à antiga empresa Matarazzo foram transferidas para outros centros do mesmo grupo, em São Paulo”, e muitos dos trabalhadores que atuavam no escritório da fábrica e alguns funcionários de outros setores preferiram não dar continuidade às suas funções na Cianê.

A compra das instalações pela Cianê foi noticiada em outubro de 1981 e em novembro do mesmo ano já era dado continuidade as atividades. Em entrevista cedida a Brandão (2000), os funcionários da empresa em ambas as administrações, Eurico de Oliveira Ferreira e Antônio José Guimarães expuseram que “quando a Cianê comprou as instalações da Fiação e Tecelagem de Juta Confecção Indústria Matarazzo do Paraná, pagou todos os atrasados aos funcionários, assumindo os encargos”. (BRANDÃO, 2000, p. 137).

A Cianê empregou, em Jaguariaíva, cerca 600 funcionários na produção de tecidos de algodão entre 1981 a 1990, quando fechou as portas pela primeira vez. Em publicação que buscava expor os feitos assertivos da gestão municipal chefiada pelo prefeito Ademar Ferreira de Barros e o vice-prefeito Eduardo César Nanni, a revista *Só Municípios* (1992, p. 17), edição especial Jaguariaíva, expunha que o fechamento da Cianê concentrava o “maior problema” da administração, devido ao consequente número de desempregados.

A esperança manifestada pela gestão municipal era de que a empresa voltasse a operar na unidade fabril situada no centro da cidade, ou que outras empresas pudessem assumir o prédio, atendendo a demanda da população por emprego. (SÓ MUNICÍPIOS, 1992). De fato, a Cianê voltou a operar na cidade, após uma reforma ser empreendida no prédio pela Prefeitura.

O retorno da Cianê

Em entrevista cedida à Angela Brandão (2000, p. 138), os antigos funcionários da Cianê, Antônio José Guimarães e Eurico de Oliveira, relataram que a empresa havia experimentado um “primeiro fracasso” em 1988, quando demitiu e posteriormente readmitiu parte dos trabalhadores da fábrica, e esteve em funcionamento até dezembro de 1989, fechando as portas de vez em 1990.

Segundo os entrevistados, antes de declarar o encerramento das atividades em Jaguariaíva, a Cianê fez novas tentativas de recuperação quando, em 1993, tentou reativar a fábrica introduzindo maquinário novo, com a perspectiva de trabalhar com o fio pronto para a tecelagem. (BRANDÃO, 2000).

Nesse momento, a questão da industrialização ocupava as páginas do jornal local, denotando a preocupação da população quanto a geração de empregos e da classe política quanto ao incremento de rendas ao município.

Em 01 de dezembro de 1984, foi inaugurada a Papel de Imprensa S.A. (Pisa) no Distrito Industrial de Jaguariaíva, possibilitada pela Lei nº 807, de 18 de fevereiro de 1980, sendo compreendida

como “uma grande arrancada” no desenvolvimento do setor. (JAGUARIAÍVA EM PÁGINAS, 17 mai. 1993, p. 5). A Pisa veio a ser a maior empresa do período, superando a relevância da Cianê e aliviando a dependência empregatícia de apenas uma grande fábrica na cidade, contudo, continuava sendo desejável e incentivada a retomada das atividades da fiação e tecelagem.

Em 16 de junho de 1993, o jornal *Jaguaraiáva em Páginas* publicou trechos do pronunciamento realizado pelo então prefeito José da Silva Reis na Rádio Jaguaraiáva no quinto dia do referido mês, no qual ele comunicou sobre a dívida de 15 bilhões de cruzeiros contraída pelo município ao comprar o estádio de futebol, piscina e equipamentos esportivos da Cianê. Informou também que, por meio de concorrência pública, conseguiu vender as casas pertencentes à fábrica no bairro Matarazzo. (JAGUARIAÍVA EM PÁGINAS, 16 jun. 1993). Essa compra foi justificava como um modo de incentivar a empresa a permanecer ativa no município. Reis pronunciou que:

A grande notícia é que a Cianê quer que o município, para pagar a dívida, reforme o prédio, as instalações, fazendo reparos na cobertura, instalações elétricas, hidráulicas, pisos, enfim, readequação do prédio. Graças a Deus, não vou dizer por mérito meu, mas foi Deus quem mandou abrir a Cianê. Pelo que tudo indica não haverá recesso, está tudo praticamente certo, mas para tanto, eles querem que o município se disponha a pagar a dívida, que é grande. (REIS, José da Silva. In: *Jaguaraiáva em Páginas*, 16 jun. 1993, p. 3).

A expectativa da gestão municipal era que ao reabrir a produção com o prédio fabril reformado no prazo de seis meses, fossem ofertados à população cerca de 500 empregos e crescesse a arrecadação de impostos da indústria. Em sua previsão, Reis afirmou que “será uma fábrica de fiação e tecelagem bem mais moderna do que a que esteve aqui”. (JAGUARIAÍVA EM PÁGINAS, 16 jun. 1993, p. 3).

Nas matérias do *Jaguaraiáva em Páginas* publicadas no segundo semestre de 1993, o tom era favorável à Cianê e às obras empreendidas pela Prefeitura nas instalações da fábrica. Em 1º de setembro, com destaque na primeira página do periódico, a manchete sobre a reforma salientava que: “as obras de readequação da Cianê estão sendo feitas a todo vapor pela Prefeitura, para sua reabertura o mais

rápido possível”, e direcionava para uma cobertura mais aprofundada sobre o assunto na terceira página do exemplar.

A fotografia a seguir acompanhou o texto da primeira página da edição do jornal, os operários não foram identificados um a um pelo redator. Foi informado que cerca de 70 homens trabalhavam na reforma, sendo alguns funcionários da Prefeitura e outros trabalhadores de empreiteiras contratadas pela própria administração da Cianê. (JAGUARIAÍVA EM PÁGINAS, 1 set. 1993, p. 3).

FIGURA 1 – Operários na reforma do prédio da Cianê



Os operários que estão trabalhando na reforma do prédio da CIANÊ

Fonte: Jaguariaíva em Páginas. Ano VI, nº 64. 1 de set. 1993, p. 1.

Sob o título de “Reforma da Cianê em Andamento”, o jornal detalhou as melhorias que estavam ocorrendo, como a substituição das janelas, construção de vigas, demolição de paredes, rebaixamento de pisos, etc., bem como aquelas que seriam implementadas em seguida. Essa matéria foi finalizada com as palavras do prefeito José da Silva Reis que, mais uma vez, reiterava que a obra era um modo da Prefeitura saldar a dívida com a fábrica ao mesmo tempo que a incentivava a reabrir as portas, fornecendo ao menos 500 empregos na cidade. (JAGUARIAÍVA EM PÁGINAS, 1 set. 1993, p. 3).

A esperança depositada pela administração municipal na reabertura da fábrica era estimulada pela própria empresa. Em visita às instalações em Jaguariaíva no dia 2 de setembro de 1993, o gerente

de Engenharia da Cianê, Telmo Pereira Cardoso, cedeu entrevista ao *Jaguariaíva em Páginas*, respondendo afirmativamente às questões relativas a reabertura da produção de tecidos e à consequente criação de empregos. O engenheiro elogiou o apoio da prefeitura e o andamento das obras, demonstrando a expectativa de que a estrutura estivesse pronta e com maquinário instalado até o final daquele ano, para que “até janeiro já consigamos produzir e fazer fumaça na chaminé da fábrica de Jaguariaíva”. (JAGUARIAÍVA EM PÁGINAS, 16 set. 1993, p. 3).

Ao responder à pergunta de quantos empregos seriam oferecidos pela fábrica na reabertura, o engenheiro expôs que o projeto inicial da Cianê previa a contratação de 550 funcionários trabalhando diretamente na unidade, e deixou no ar que, se houvesse colaboração da prefeitura, mais 100 empregos poderiam ser gerados com a transferência de uma unidade de produção de tecidos para sacaria para a cidade. (JAGUARIAÍVA EM PÁGINAS, 16 set. 1993, p. 3).

No que podemos analisar nas publicações do jornal local da época, a redação expressou otimismo em relação a industrialização do município, que foi elencado como tema primordial da política municipal, visto os investimentos realizados no Distrito Industrial, na própria Cianê e de melhorias em infraestrutura para atrair novas empresas. O fortalecimento do setor industrial e a esperada geração de empregos, atrelado à ação da gestão político-administrativa foi abordado de modo recorrente nas páginas do *Jaguariaíva em Páginas* e, posteriormente, no *O Quinzenário*, na segunda metade da década de 1990, ambos atuantes na propagação das ações favoráveis da Prefeitura.

Em 1º de outubro de 1993, na seção “Rapidinhas”, foi informado em uma pequena nota que equipamentos estavam sendo instalados e testados na Cianê, com o intuito de que a produção pudesse iniciar no citado mês, com mão de obra conchedora dos processos, visto que estavam sendo contratados parte dos ex-funcionários. Foi salientado pelo jornal que devido ao grande número de desempregados, não haveria vagas para todos que esperavam empregar-se na fábrica. (JAGUARIAÍVA EM PÁGINAS, 1 out. 1993).

A reabertura da Cianê foi descrita com emoção no *Jaguariaíva em Páginas*, que afirmava: “Para Jaguariaíva é uma benção. Quase todo

mundo achava que não havia mais esperança, eis que surge uma luz e brilha o sol novamente". (*JAGUARIAÍVA EM PÁGINAS*, 1 out. 1993, p. 6). Na data dessa publicação, em que o prédio continuava em reforma, o jornal indicou que o salão para o qual estava planejada a instalação de 120 teares, já contava com 30 teares montados e prontos para produzir sacos para armazenamento de açúcar. Essa era uma novidade bem-vinda, pois não constava nos planos iniciais da fábrica, figurava apenas como uma possibilidade na entrevista cedida pelo engenheiro Telmo Pereira Cardoso, publicada na edição de 16 de setembro do mesmo ano.

Em meados de outubro, o Jaguariaíva em Páginas anunciou que em novembro seria iniciado o funcionamento da Cianê, que já havia contratado mais 33 funcionários, e além dos 30 teares instalados e prontos para funcionar sob a supervisão do encarregado Jovair,¹ estavam em fase de testes no local 4 escapuladeiras. O gerente da unidade local, João Batista César Filho, já estava contratado e em visitas periódicas ao prédio. (*JAGUARIAÍVA EM PÁGINAS*, 16 out. 1993).

FIGURA 2 – Escapuladeiras instaladas na unidade Cianê de Jaguariaíva



As escapuladeiras já estão instaladas no prédio da CIANÊ e estão funcionando em fase de testes.

Fonte: *Jaguariaíva em Páginas*. Ano VI, nº 68. 1 de nov. 1993, p. 3.

Em 1 de novembro de 1993, o *Jaguariaíva em Páginas* anunciamava o tão aguardado início da produção sob a matéria de primeira página intitulada "Cianê retoma desenvolvimento: hoje começa a pro-

1. O periódico informou apenas o primeiro nome do encarregado.

dução”. Foi atribuído ao Executivo Municipal, na figura do prefeito José da Silva Reis, a iniciativa para “a retomada de desenvolvimento” no município. (JAGUARIAÍVA EM PÁGINAS, 1 nov. 1993, p. 1).

Nessa matéria, foi divulgada a previsão de que, ao contrário do exposto anteriormente, seriam instalados na unidade de Jaguariaíva 170 teares em vez de 120, sendo que 28 estavam em funcionamento no primeiro dia de novembro de 1993. A produção do setor de secaaria estava previsto para 1.000.000 de sacos ao mês, quando todas as 170 máquinas estivessem em pleno funcionamento. No entanto, explicitou-se que o carro-chefe da unidade seria a produção de popeline para camisaria destinado à exportação, com data de início prevista para 1994. (JAGUARIAÍVA EM PÁGINAS, 1 nov. 1993). Ao longo do mês de novembro, as obras continuaram, e a fábrica estava em processo de recebimento e instalação de maquinário.

Em 17 de novembro foram publicadas as palavras do prefeito José da Silva Reis ao visitar as instalações da Cianê no dia 4 do mesmo mês:

Embora ainda tenha alguns incrédulos, a Cianê hoje é uma realidade. Tanto que as primeiras máquinas já estão produzindo. A Cianê representa, para Jaguariaíva, um novo horizonte que se abre para o futuro. A direção da empresa tem muita amizade, muita consideração pelos trabalhadores daqui. A Cianê é hoje um baluarte do progresso de nossa cidade. (JAGUARIAÍVA EM PÁGINAS, 17 nov.1993, p. 3).

As animadoras palavras do gerente da unidade local, João Batista César Filho, também foram registradas na mesma oportunidade: “Temos muito serviço pela frente, mas tenho certeza que a Cianê escolheu o lugar certo, pelo tipo de pessoas com quem estamos convivendo e trabalhando”. (JAGUARIAÍVA EM PÁGINAS, 17 nov.1993, p. 3). A visita foi finalizada, de acordo com o periódico, com uma cerimônia de bençãos ministrada pelo Padre Genésio Bertinatti.

Diante da convicção constantemente reforçada pela administração municipal no *Jaguariaíva em Páginas*, o mês de dezembro iniciou com muita expectativa em relação à Cianê. Na edição do dia 1, sob a manchete “Jaguariaíva sorri e abre os braços para receber a Cianê!”, constava na primeira página um agradecimento do pre-

feito à direção da empresa e um breve histórico dela no município, acompanhado de informações do que seria produzido a partir da reabertura e da previsão de gerar 512 empregos, reafirmando que “Jaguariaíva recebe de braços abertos a filha ausente”. (JAGUARIAÍVA EM PÁGINAS, 1 dez. 1993, P.1).

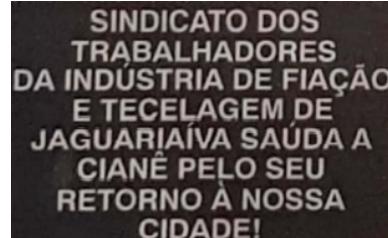
Nessa edição de número 70, podemos falar sem medo de um grande destaque ao retorno da Cianê, ela figurou quase como uma edição comemorativa do fato. Muitas empresas locais, de diferentes segmentos, publicaram mensagens felicitando o feito e desejando sucesso na nova fase da fábrica.

FIGURA 3 – Nota da PISA



Fonte: Jaguariaíva em Páginas. Ano VI, nº 70, 1 dez. 1993, p. 1

FIGURA 4 – Nota do Sindicato dos Trabalhadores



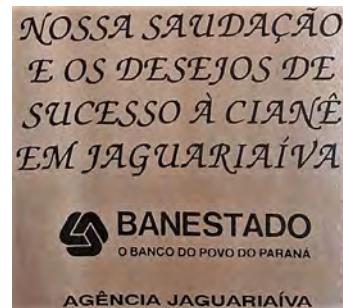
Fonte: Jaguariaíva em Páginas. Ano VI, nº 70, 1 dez. 1993, p. 2

FIGURA 5 – Nota Ferragens Benato



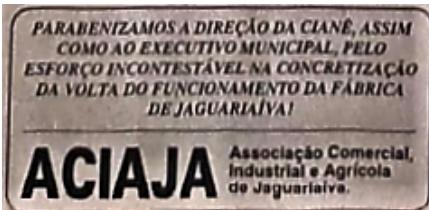
Fonte: Jaguariaíva em Páginas. Ano VI, nº 70, 1 dez. 1993, p. 2

FIGURA 6 – Nota do Banestado



Fonte: Jaguariaíva em Páginas. Ano VI, nº 70, 1 dez. 1993, p. 2

FIGURA 7 – Nota da ACIAJA



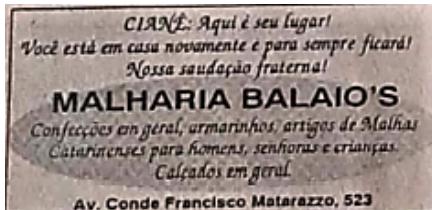
Fonte: Jaguariaíva em Páginas. Ano VI, nº 70, 1 dez. 1993, p. 3

FIGURA 9 – Nota da Farmácia Brasília



Fonte: Jaguariaíva em Páginas. Ano VI, nº 70, 1 dez. 1993, p. 4

FIGURA 8 – Nota Malharia Balaio's



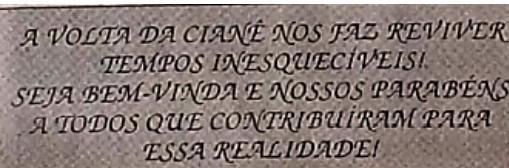
Fonte: Jaguariaíva em Páginas. Ano VI, nº 70, 1 dez. 1993, p. 4

FIGURA 10 – Nota da Loja Leãozinho

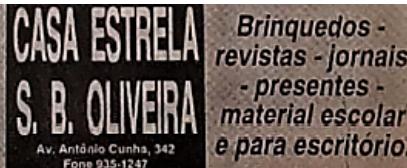


Fonte: Jaguariaíva em Páginas. Ano VI, nº 70, 1 dez. 1993, p. 3

FIGURA 11 – Nota da Casa Estrela



Fonte: Jaguariaíva em Páginas. Ano VI, nº 70, 1 dez. 1993, p. 4



A despeito da expectativa e comoção demonstradas no *Jaguariaíva em Páginas*, a efetiva retomada aconteceu no primeiro semestre de 1994 com pouco fôlego, visto que de acordo com Guimarães e Ferreira, no mês de maio do mesmo ano “não havia mais solução” aos problemas enfrentados pela fábrica. (BRANDÃO, 2000, P. 138).

Visto de dentro da atividade, Guimarães e Ferreira expuseram que parte da motivação para a derrocada da Cianê foi a redução da grande demanda de sacaria de algodão para armazenamento do açúcar com a difusão dos sacos plásticos. Eles explicaram que o armazenamento de açúcar em sacos de algodão era obrigatório, mas com o advento do plástico, durante o governo do presidente Fer-

nando Collor de Mello, de 1990 a 1992, essa obrigação foi extinta (BRANDÃO, 2000).

Esse período histórico do Brasil foi mencionado também por Silva, ao colocar a abertura econômica alargada no país durante a curta gestão Collor, ao lado da falta de investimentos na empresa e da disputa engendrada pelos herdeiros após o falecimento do proprietário Severino Pereira da Silva no apontamento de motivos para a falência da Cianê, que seguiu liquidando bens ao longo dos anos de 1990. (SILVA, 2009).

Com uma curíssima atuação em 1994, a empresa, considerada uma filha de Jaguariaíva se ausentava novamente, fechando a produção em decorrência de dificuldades financeiras e dívidas com o Banco do Brasil. O prédio desocupado e a falta de empregos retornavam, então, ao rol de preocupações da Prefeitura e da população.

Cianê: do complexo ao Condomínio Matarazzo da Prefeitura Municipal de Jaguariaíva

Como pudemos perceber, em 1993, cada passo dado em direção a reabertura da Cianê foi anunciado com grande expectativa de sucesso pelo jornal local *Jaguariaíva em Páginas*, desde o anúncio da reforma promovida pela Prefeitura como modo de saldar a dívida contraída com a empresa, cada avanço das obras empreendidas, visitas de representantes da Cianê, chegada e testes de máquinas, previsões de contratação de mão de obra, até a reabertura efetiva foram divulgadas ao longo do segundo semestre para a população leitora do periódico.

No entanto, o período em que a fábrica esteve em funcionamento compreendeu apenas alguns meses, abalando as expectativas depositadas em sua reabertura. No primeiro semestre de 1994 a Cianê tornava a fechar suas portas em Jaguariaíva e, de acordo com Silva (2009), foi o ano que marcou a falência quase total da empresa.

No *Jaguariaíva em Páginas*, nas edições publicadas em 1994, foram realizadas menções tímidas sobre a Cianê, contrastando com aquelas realizadas no ano anterior. Em uma delas, uma nota intitulada

“Cianê deverá reabrir em 90 dias”, informava que o prefeito José da Silva Reis havia recebido uma ligação da direção da empresa de Sorocaba, anunciando o retorno das atividades em Jaguariaíva em três meses, para produzir jeans. Explicava que o fechamento ocorreu devido a uma dívida contraída com o Banco do Brasil, mas que a instituição havia isentado a empresa do pagamento de juros pelo prazo de dois anos, o que possibilitaria a reabertura da unidade Jaguariaíva. (JAGUARIAÍVA EM PÁGINAS, 1994). O jornal sinalizou que mais detalhes seriam publicados nas próximas edições, mas isso não ocorreu, como não houve reabertura da Cianê.

Em 1997 assumia o executivo municipal o prefeito eleito Ademar Ferreira de Barros, que já havia sido gestor do município de 1989 a 1992, e foi quem selou a compra de parte dos bens da Cianê em 10 de outubro de 1991, cujo pagamento em forma de obras para a melhoria do prédio fabril foi utilizado pelo seu sucessor como modo de incentivar o retorno das atividades da fábrica no município.

De acordo com a reportagem do *O Quinzenário*, em sua primeira edição, do dia 23 de fevereiro de 1999, a compra de 20 alqueires correspondente a área da fábrica por 1,5 milhão de reais foi anunciada pelo prefeito junto ao secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Lubomir Ficinski, no dia 15 de janeiro na Casa da Cultura Dr. João Batista da Cruz. Segundo o prefeito, Ficinski intermediou a participação de Jaguariaíva no Programa Paraná Urbano, do governo estadual, pelo qual foi realizado o financiamento que possibilitou a aquisição do prédio da Cianê.

A compra das dependências da Cianê foi autorizada por meio da Lei nº 1400/99,² sancionada pelo prefeito em 11 de janeiro de 1999. Ficou nela estabelecida a desapropriação amigável dos imóveis da Companhia Nacional de Estamparia e Patrimonial Imobiliária pelo valor de 1.700.000,00 milhões de reais a serem pagos em cinco parcelas de 340.000 reais, valor distinto do exposto no jornal. (JAGUARIAÍVA, 1999).

Nessa aquisição, a equipe do *O Quinzenário* enfatizou que o prefeito foi “respaldado por representantes de vários segmentos da

2. Esta lei sofreu algumas alterações dispostas na Lei nº 1445/2000, de 1 de setembro de 2000.

comunidade jaguariaívense”, e que o mandatário expôs a opção de levantar o necessário ao pagamento do valor financiado através da realização de um loteamento, com 800 lotes, na área que foi adquirida ao lado da fábrica, e explicitou os planos pensados para as instalações, como: abrigar alguns setores da administração pública, uma escola municipal e empresas de pequeno e médio porte. (O QUINZENÁRIO, 23 fev. 1999, p. 2).

A fábrica da Cianê passou a se chamar oficialmente Complexo Municipal Conde Matarazzo, aludindo ao primeiro proprietário do imóvel e figura importante à história de Jaguariaíva. Em seu discurso no anúncio da compra do prédio e demais áreas antes pertencentes à Cianê, Barros frisou:

[...] acho que, de tudo o tem [sic] acontecido nos últimos anos, não poderia ter acontecido nada melhor do que foi a compra deste imóvel que, sem sombra de dúvida, representa o progresso para Jaguariaíva. Progresso em todos os setores, mas, acima de tudo progresso industrial. Por tudo isso nós agradecemos ao secretário Lubomir, porque a aquisição deste prédio é mais importante do que qualquer obra que possamos realizar de imediato. (O QUINZENÁRIO, 23 DE fev. 1999).

Ao que foi complementado por Lubomir Ficinski:

[...] voltei a Jaguariaíva num momento importante, eu diria até crucial e novamente aqui estou, 30 dias depois, para cumprir a minha palavra. A partir daqui, espero que aquele edifício, aquela área, represente tudo aquilo que nós queríamos, que nós sonhamos e o Prefeito pode ter certeza que nós o apoiaremos em todas as suas decisões, que certamente serão as mais sábias e de melhor interesse para o município. (O QUINZENÁRIO, 23 fev. 1999).

O prédio foi então pensado para abrigar empresas distintas, na toada de incentivar o potencial industrial do município, tema levado a cabo pelas gestões municipais durante toda a década de 1990. Durante as duas gestões do prefeito Otélio Renato Baroni, de 2009 a 2016, novas readequações foram empreendidas e o prédio passou a ser designado como Condomínio Matarazzo.

A grande instalação foi repartida e ocupada por setores da prefeitura, sendo: almoxarifados das secretarias de Saúde, Educação, Infraestrutura e almoxarifado geral, os departamentos de Elétrica,

Limpeza e Serviços Públicos, Agricultura Familiar, Usina do Leite, Manutenção Patrimonial, Marcenaria, a Escola de Música Euzita Jorge Cunha e a Garagem e Oficina de veículos leves. Em 2011, abrigava também o Departamento de Arquivo e Patrimônio e estavam iniciadas no último andar do prédio as obras do Cine Teatro Municipal Valéria Luercy, inaugurado no ano seguinte. (O INTERIOR, 2011). Atualmente, espaços estão sendo ocupados também por empresas comerciais e prestadoras de serviços, e continuam sendo realizados incrementos pela atual gestão municipal administrada pela prefeita Alcione Lemos e o vice-prefeito Adilson Passos Felix, como a Galeria Matarazzo, entregue em 2022 para a população.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

O imóvel, localizado na área central da cidade, é uma presença que denota muitas ausências: da primeira indústria de Jaguariaíva, o frigorífico, depois a tecelagem dos Matarazzo e então da Companhia Nacional de Estamparia. Daquilo de que se esperou muito, vislumbrou-se o sucesso e desencadeou uma decepção, quando em meados da década de 1990 a Cianê retomou muito brevemente suas atividades para fechar as portas em definitivo em 1994.

Tecer em palavras sobre a trajetória da Cianê em Jaguariaíva, esbarra em muitas dificuldades em relação à documentação e questões obscuras quanto a acontecimentos e suas datas exatas. Ainda assim, a materialidade da fábrica se expressa pelo prédio que ocupou, sua existência permanece na lembrança de quem foi contemporâneo a ela e ressoa no “apito da Cianê” em um intervalo de cinco em cinco horas durante o dia. Informando à população que já são sete horas da manhã, meio-dia ou cinco horas da tarde, a filha ausente é manifestada no cotidiano do jaguariaívense.

Referências

- 25 DE MAIO – Dia da Indústria. **Jaguariaíva em Páginas**, Jaguariaíva, 17 mai. 1993.
- BRANDÃO, Angela. **Memórias**: frigorífico das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo em Jaguariaíva. Curitiba: Pnud, 2000.
- CIANÊ: a reforma. **Jaguariaíva em Páginas**, Jaguariaíva, ano VI, nº 64. 1 set. 1993.
- CIANÊ: as obras continuam. **Jaguariaíva em Páginas**, Jaguariaíva, ano VI, nº 68, 1 nov. 1993.
- CIANÊ DEVERÁ reabrir em 90 dias. **Jaguariaíva em Páginas**, Jaguariaíva, ano VII, nº 82, 30 set. 1994.
- CIANÊ INICIARÁ em novembro. **Jaguariaíva em Páginas**, Jaguariaíva, ano VI, nº 67, 16 out. 1993.
- CIANÊ INVESTINDO em tecnologia. **Jaguariaíva em Páginas**, Jaguariaíva, ano VI, 17 nov. 1993.
- CIANÊ RETOMA desenvolvimento: hoje começa a produção. **Jaguariaíva em Páginas**, Jaguariaíva, ano VI, nº 68, 1 nov. 1993.
- DA SILVA, Wesley Carlos. **Cianê**: do auge, decadência e outras histórias. Sorocaba – SP: Edição do Autor, 2009.
- DIRETORIA DA Cianê apostava no potencial de Jaguariaíva. **Jaguariaíva em Páginas**, Jaguariaíva, ano VI, 16 set. 1993.
- JAGUARIAÍVA, **Lei nº 1139, de 10 de outubro de 1991**. Autoriza a aquisição de bens da CIANÊ – Companhia Nacional de Estamparia e dá outras providências. Disponível em: LEI Nº 1453/2000 (jaguariaiva.pr.gov.br). Acesso em 08 set., 2022.
- JAGUARIAÍVA. **Lei nº 1400/99, de 11 de janeiro de 1999**. Revoga a Lei Municipal nº 1399/99, autoriza o Chefe do Poder Executivo a proceder a desapropriação amigável dos imóveis pertencentes às empresas COMPANHIA NACIONAL DE ESTAMPARIA – CIANÊ e dá outras providências. Jaguariaíva: Prefeitura Municipal de Jaguariaíva, 1999.

JAGUARIAÍVA SORRI e abre os braços para receber a Cianê. **Jaguaraiáva em Páginas**, Jaguaraiáva, ano VI, nº 70, 1 dez. 1993.

MAIS UM PASSO no plano de desmobilização: a IMP negocia suas fábricas. **Jornal Matarazzo**, ano 1, nº 12, out. 1981.

MUNICÍPIO COMPROU fábrica da Cianê. **O Quinzenário**, Jaguaraiáva, 23 fev. 1999.

PROCESSO DE industrialização de Jaguaraiáva. **Só Municípios**: Jaguaraiáva, Curitiba, ano II, 6 set. 1992.

RAPIDINHAS: Cianê. **Jaguaraiáva em Páginas**, Jaguaraiáva, ano VI, 1 out. 1993.

REFORMA DA Cianê em andamento. **Jaguaraiáva em Páginas**, Jaguaraiáva, ano VI, nº 64, 1 set. 1993.

REIS FALA à população. **Jaguaraiáva em Páginas**, Jaguaraiáva, ano VI, 16 jun. 1993.

UTILIZAÇÃO do Condomínio Matarazzo. **O Interior**. Ano 01 – Edição Especial, nov. 2011.

CAPÍTULO 28

TRILHOS, MARQUISES E TENSÕES SOCIAIS: A FÁBRICA DE PAPEL E A URBANIZAÇÃO EM JAGUARIAÍVA-PR (1920-1940)

Osvaldo Carneiro de Matos Neto

Para o observador que assiste à fuga do tempo, nada é atual.

Graça Aranha

A chegada da Brazil Railway e da Southern Lumber

Desde a primeira década do século XX, a região dos Campos Gerais do Paraná vinha experimentando certa transformação com a inserção do capital estrangeiro que chegava a partir da construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, chefiada pela empresa norte-americana Brazil Railway Company (receptora de capitais ingleses e franceses) e por sua subsidiária, responsável pela exploração da madeira e pelo loteamento das terras desmatadas, a Southern Brazil Lumber and Colonization Company (CARVALHO; NODARI, 2008).

A concessão para a construção e exploração da via férrea possuía uma vigência de 90 anos, a partir de 1889, quando em 9 de no-

vembro foi aprovado o Decreto Imperial 10.432, que, entre outras vantagens, doava à empresa 30 quilômetros a cada margem da via. No entanto, com a instauração do governo provisório da República, a concessão foi revista em 7 de abril de 1890, passando a doação fundiária a ser de 15 quilômetros a cada margem. Foi então criada a Southern Lumber and Colonization, como subsidiária da Brasil Railway, justamente para a exploração de madeira nas terras marginais e para o direcionamento das terras desmatadas para a colonização, por meio da venda de lotes (MACHADO, 2004).

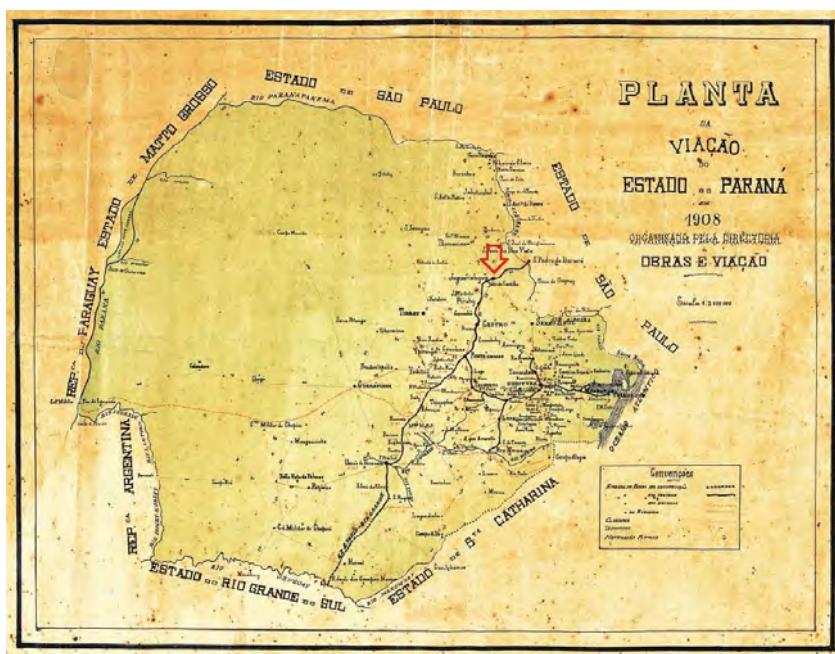


Figura 1 - Planta da viação do estado do Paraná em 1908.¹

No traçado mais escuro que corta a “planta” na orientação Norte-Sul, tem-se o trecho da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande já construído em território paranaense na primeira década do século XX. Entre as localidades em que a via férrea já estava disponível, “em

1. PARANÁ. Relatório do Secretário de Viação e Obras do Estado do Paraná. Curitiba, 1908. Arquivo Público do Estado do Paraná (APEP). Marcação do autor. A cartografia revela as ambições territoriais do Paraná, que buscava fazer valer seu domínio sobre os espaços que disputava com Santa Catarina e que obtiveram desfecho apenas no ano de 1916, quando os rios Negro e Iguaçu foram definitivamente reconhecidos como divisa entre os estados, alterando a configuração territorial apresentada neste mapa.

tráfego”, como especifica a legenda, encontravam-se Ponta Grossa, Castro e Piraí, os principais municípios dos Campos Gerais. Na marcação em vermelho se pode observar a cidade de Jaguariaíva, como importante entroncamento da ligação entre Paraná e São Paulo.

Jornais paranaenses, editados em Curitiba e de ampla circulação no estado, divergiam em suas reportagens a respeito das vantagens ou desvantagens trazidas pela empresa estrangeira. Na década que se seguiu à inauguração da via férrea, entre 1910 e 1920, repercutiram e interviram nos debates políticos em torno das isenções fiscais e demais vantagens requeridas pela madeireira às casas legislativas do Estado.

O *Diário da Tarde* defendia que a “ameaça à fortuna florestal” do estado se dava pelo fato de que “o não aumento por 15 anos dos impostos que recaem sobre estabelecimentos ou usinas destinados ao fabrico mecânico de móveis e outros artefatos de madeiras”² alargaria os lucros da Lumber, em detrimento dos valores arrecadados pelo fisco. Dessa maneira, tal congelamento dos impostos, ainda que abrangesse as demais serrarias, surgia, na perspectiva dos editores do jornal, como um “favorecimento”, pondo à vista o “monopólio mal encoberto” exercido pela Lumber:

Não é natural portanto que com o desenvolvimento crescente da indústria, com a sua posse definitiva dos mercados de consumo, com o alargamento da sua exportação que concorrentemente trará a devastação das nossas florestas, mantenham-se o imposto reduzido que atualmente vigora. Seria admitir-se que se fosse consumido esse vasto e rico patrimônio do Estado sem proveito algum para ele, porque sendo estrangeira a companhia que pede a concessão, os lucros que poderão produzir os nossos pinheiros abatidos, as nossas imbuías derrubadas, sairão do país, deixando o território paranaense devastado sem vantagens compensadoras (DIÁRIO DA TARDE, 1912).³

Enquanto ocorriam esses debates na capital do Estado, a Lumber já operava a sua maior serraria, construída no “planalto contestado”, em 1910 (TOMPOROSKI, 2013). Situava-se na vila de Três Barras, território paranaense contestado por Santa Catarina

2. DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 02 abr. 1912. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN).

3. DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 23 mar. 1912. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN).

e anexado àquele estado após a resolução da questão dos limites, em 1916 (ver figura 1, marcação em azul). Além disso, animada talvez pelas concessões alcançadas com a lei recém-sancionada, iniciou o processo de construção de um novo núcleo de exploração, nos Campos Gerais do Paraná, município de Jaguariaíva, distrito de Cachoeirinha. Edificação que foi mencionada pelo *Diário da Tarde*, em fevereiro de 1916:

Além dessas companhias ferroviárias a Brazil Railway explora o serviço de colonização nas margens da S. Paulo Rio Grande; superintende a imensa serraria Lumber; está construindo a maior serraria da América do Sul no município de Jaguariaíva; tem fazendas de criação em diversos pontos do Estado [...] (DIÁRIO DA TARDE, 1916).

Outros documentos, por sua vez, apontam que a serraria da Brazil Lumber instalada em Jaguariaíva foi construída nas margens do “Ramal Paranapanema”, inaugurado em 1910, pertencente à Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, a qual era ligada à via principal da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande (ALMANAQUE LAEMMERT, 1918). Circunstância essa que contribuía para o escoamento da madeira, na maioria das vezes em seu estado bruto, ainda em toras. Aquele ramal ligava regiões mais interioranas, como os distritos de Cachoeirinha, São José do Paranapanema (futuramente Calógeras) e São José da Boa Vista. Todos pertencentes à comarca de Jaguariaíva. Em tais localidades existiam extensas faixas de matas de araucária e demais tipos de pinheiros, que eram explorados em larga escala.

Documentos oficiais da indústria, examinados por estudiosos do Contestado, descortinam as ações da Southern Lumber na região. Em um relatório mensal de 1917, um dos gestores salientou a efetividade da posse e da produção do Engenho de Cachoeirinha, que havia se iniciado em 1916, evidenciando as vantagens que se podiam obter, dada a boa localização em que fora instalada. Os dados apontam ainda que, no primeiro ano de suas atividades, o Engenho destinava a São Paulo e ao Rio de Janeiro uma produção média de 70 m³ de madeira serrada por dia (NOLTING, 1917).

Tal eficiência não se dava apenas por seu potencial extrativo, mas também pela possibilidade de reutilização das terras desmatadas,

como revela o seguinte trecho de um dos relatórios: “[...] o terreno em Cachoeirinha é de muito boa qualidade e poderá ser vendido por um preço maior do que pagamos mesmo depois de ter removido a madeira” (BISHOP, 1917b apud CARVALHO; NODARI, 2008). Assim, fica demarcada, por meio do discurso do gestor, a intenção colonizadora das atividades da Brazil Lumber, como pregava o próprio nome da empresa. Sendo digno de nota ainda a inexistência de qualquer menção a políticas institucionais de reflorestamento. A tônica da exploração dos pinheirais era desmatar e lotear.

Desse modo, uma região cujas atividades anteriormente eram voltadas à movimentação mercantil do tropeirismo e à agricultura de subsistência viu-se impactada por relações industriais e capitalistas.

A urbanização e a nova trama social de Jaguariaíva

Era 1924 e Jaguariaíva começava a lidar com os elementos trazidos pela convivência urbana. Através da legislação promulgada pela casa de leis do município, é possível notar a crescente preocupação com a delimitação dos espaços, com a moralização dos costumes e até mesmo com o trânsito. Os “automóveis de praça e particulares” (PARANÁ, 1925, p.276) se acumulavam nos arredores da Estação Ferroviária de três a quatro vezes por dia, nos momentos em que as locomotivas vindas de “diversas zonas” e da capital ali chegavam e dali partiam, com exceção dos fins de semana, quando o movimento de trens era reduzido.

Isso fazia com que as ruas ficassem estreitas para a circulação, exigindo dos condutores uma habilidade que talvez não tivessem, acabando, inevitavelmente, por gerar “abalroamentos”. Não sendo raras as ocasiões em que os guardas civis precisavam abandonar suas funções de vigilância para auxiliar na recomposição do tráfego. A situação teria assumido tal nível de urgência que a Câmara Municipal, por intermédio do delegado, criou “uma lei especial” que regulava o “trânsito de automóveis; instituindo-se também uma escola prática para a formação de chauffeurs” (PARANÁ, 1925, p.276).



Figura 2 – Vista do Centro (cidade baixa) de Jaguariaíva na década de 1930⁴

Em uma cidade fabril, contemplada com uma via férrea movimentada e conectada com os grandes centros, a circulação de pessoas e o cotidiano das ruas e estabelecimentos comerciais trouxe novas preocupações ao poder público e às forças policias. Além de organizar o trânsito de automóveis para evitar acidentes, as autoridades se viram na missão de vigiar as interações sociais para evitar tensões e delimitar os comportamentos.

Nesse sentido, ao se analisar o que estava sendo regulamentado na Câmara Municipal naquele período, salienta-se um decreto de 1913 e um projeto de lei de 1923. O primeiro, aprovado em 2 de abril de 1913, apontava: “Art. nº 1 – A Câmara municipal decreta – O comércio desta cidade fechará as portas de suas casas comerciais aos Domingos ao meio dia” (JAGUARIAÍVA, 1913). Em 16 de fevereiro de 1923, sobre a mesma temática, foi apresentado pelo “fazendeiro” Joaquim Carlos de Gouveia um projeto de lei “para os negociantes fecharem as portas de seus estabelecimentos em São José do Paranapanema às cinco horas da tarde aos domingos” (JAGUARIAÍVA, 1923, p. 24).

4. Na imagem estão presentes Emilio e Israel Jansson. Autor: Klas Gustav (Claro) Jansson.

Essas leis, com características de código de postura, passam a ter novo sentido se observadas pelo viés da “campanha moralizadora” empreendida pelos órgãos policiais do município na primeira metade da década de 1920. Em seu relatório anual, encaminhado à Chefatura de Polícia do Estado, o delegado Clodoaldo de Abreu detalhou as atividades da delegacia de Jaguariaíva em 1924, expondo os dados da Cadeia e do Gabinete de Identificação. Um dos tópicos a que dedicou algumas palavras intitulava-se “Jogo e alcoolismo”. A sua conclusão sobre os trabalhos acerca desse ponto era a de que a delegacia havia “agido severamente para debelar esses males sociais, não tendo poupado esforços para extinguí-los, cuja diminuição de adeptos ao vício já se vai sentindo” (PARANÁ, 1924, P.74).

Os números apontados pelo delegado no relatório anual mostram que do movimento total de entradas e saídas da cadeia, correspondente a 121 ocorrências (entre roubo, furto, libidinagem, homicídio, etc), 79 se referiam a “embriaguez e desordens” (PARANÁ, 1924, P.74). No entanto, tal “campanha moralizadora”, promovida provavelmente em parte da década de 1920, e melhor documentada entre os anos de 1924 e 1925, não tinha como alvo apenas as casas de jogos, onde ocorriam beberagens e desordens. Variados sujeitos cujas atitudes atentavam contra aquilo que era tido como a “sã moral”, ou contra a maneira ideal de comportamento exigida por aquela sociedade, também receberam especial atenção das autoridades municipais. Um dos casos refere-se às “meretrizes”:

O meretrício – Outro mal, que estava assumindo proporções nesta cidade, era o meretrício. Em Agosto p. p. existiam nesta cidade 32 meretrizes e três bordéis. A ação policial se fazendo sentir, não dando tréguas à devassidão, conseguiu acabar com os bordéis e fazer com que as meretrizes procurassem uma ocupação honesta dentro de certo prazo, sob pena de proceder com os rigores da lei. E assim se fez. Poucas são hoje as mulheres que ainda vivem, nesta cidade, a mercadejar o corpo (PARANÁ, 1924, p.24).

O levantamento feito do número exato de meretrizes e bordéis existentes em Jaguariaíva dá indícios da existência de campanhas de saneamento e higienização desses espaços, dada a preocupação com as doenças venéreas que tendiam a acometer aquele grupo (ENGEL, 1989; AGUIAR, 2016). Entretanto, os termos pejorativos di-

reacionados às mulheres envolvidas em tal atividade evidenciam as situações de violência e preconceito a que eram submetidas (SOIHET, 1989; BENNATI, 1997), sendo tomadas, por um lado, como corpos dispostos à sexualidade masculina e, por outro, como ameaça à instituição familiar.

Por meio do que foi narrado pelo chefe da polícia local, percebe-se que no ano de 1925 houve uma mudança de conduta em relação ao meretrício. Em vez de “acabar com os bordéis”, como se tinha propalado no ano anterior, o objetivo da polícia no ano seguinte, de acordo com o delegado, “foi *o afastamento* de bordéis que infestavam os centros da Cidade; localizei-os em lugares bastante afastados do centro da Cidade” (PARANÁ, 1925, p.276). Mediante essa mudança de atitude, é possível notar que o meretrício tinha uma função social naquele contexto, sendo que os homens que se utilizavam da atividade não recebiam as mesmas sanções coercivas e moralizadoras que as mulheres que a ofereciam.

Pois bem, retornando às leis que previam os horários de funcionamento do comércio local e à “campanha moralizadora” empreendida pela polícia de Jaguariaíva, busca-se destacar tais medidas como sendo formas de regular os costumes da população, através do controle social promovido pela polícia, por meio de prisões correcionais e outras formas de vigilância.

Parecia haver o intuito de incutir a percepção de um domingo como dia apenas de descanso físico e de preces, tendo em vista a tradicional missa celebrada naquele dia. Além disso, segunda-feira era o dia em que se iniciava a semana de trabalho, e o(a) trabalhador(a) precisaria estar disposto(a), capaz de alcançar a produtividade esperada. Tal legislação certamente incidia sobre os botequins, bares e armazéns, onde os trabalhadores costumavam se reunir. Vale ressaltar que nessa categoria “trabalhadores(as)” inseriam-se os mais diversos ofícios, não apenas os operários fabris, mas sobretudo os lavradores (CHALHOUB; SILVA, 2009).

Esses são os pormenores encontrados em documentos como as atas e leis da Câmara Municipal de Jaguariaíva, os relatórios da delegacia de polícia e também os processos judiciais. Evidências do aumento da circulação populacional na cidade, com muitos recém che-

gados. Uns de outros estados e países, outros que vinham do interior para trabalhar nas grandes indústrias que se instalaram na cidade no início do século XX. Na sede do município um grande contingente de operários se ocupava na produção frigorífica das Indústrias Matarazzo. No interior, mais especificamente no Distrito de Cachoeirinha, que a partir de 1955 emancipou-se políticamente dando origem ao município de Arapoti-PR, as atividades fabris ficavam à cargo da indústria papeleira. É sobre ela que se falará adiante.

A fábrica de papel, papelão e celulose

A fábrica em questão teve sua instalação projetada para os primeiros anos da década de 1920. A primeira menção a seu respeito se deu no dia 3 de março de 1920 e pode ser captada através da seção intitulada “Congresso Legislativo do Estado”, existente no já mencionado jornal *A República*. Replicavam-se os registros da Ata da 18^a Sessão do Congresso, que dispunha: “Expediente – Ofício de The Oversea Company of Brazil, pedindo favores para a instalação de uma fábrica de papel, feito com resíduos do pinheiro. – Vai às comissões de Indústria e Fazenda” (A REPÚBLICA, 1920).

Exatamente um mês depois, no dia 3 de abril de 1920, na seção “As Novas Leis”, também dedicada ao congresso estadual, no mesmo periódico, publicava-se a “Lei 1949 de 24 de março de 1920”, que dispunha o seguinte:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a “The Oversea Company of Brasil”, para a montagem de uma fábrica de papel de madeira e anexos, aproveitando como matéria prima o pinho do Paraná e outra madeira, os favores constantes [...].

Art. 2º - A construção da fábrica deverá ser começada dentro do prazo de um mês contando da data da assinatura do contrato, que deverá ser assinado dentro do prazo de 90 dias da data da presente lei, concluída a instalação dentro de um ano e seis meses após o início das obras (A REPÚBLICA, 1920).

O *Diário da Tarde*, periódico também já mencionado, repercutiu no mês de março daquele ano os interesses apresentados pela indústria estrangeira, fornecendo outras informações a seu respeito:

Essa importante companhia, com sede em Christiania, na Noruega, é organizada por importantes capitalistas noruegueses e ingleses, sendo na atualidade uma das mais poderosas empresas que exploram a indústria do fabrico do papel. A "Oversea Company of Brazil" pretende empregar em nosso país seus capitais disponíveis, elevando-se a dez mil contos, indo agora montar em Jaguariahyva a fábrica de papel, com o aproveitamento do nosso pinheiro e de outras madeiras, que se prestem para essa indústria (DIÁRIO DA TARDE, 1920).

Situada na capital da Noruega, atualmente denominada Oslo, a Oversea ora aproveitava-se dos territórios antes desmatados pela Southern Lumber, ora adquiria novos para a constituição de seu "horto florestal". Entretanto, coexistiu com essa última indústria até determinado período, a qual seguia atuando enquanto serraria (ALMANAQUE LAEMMERT, 1918). A fábrica de papel, então, não tardou para ser inaugurada. Dia 20 de março de 1922, em cerimônia que congregou grande número de autoridades locais e da capital, foi oficialmente apresentada a linha de produção de papel, também com representantes dos principais jornais do estado, entre eles *A República*. Este estampou na metade esquerda da primeira página da edição do dia seguinte uma reportagem intitulada "Uma nova indústria do Pinho - Inaugurou-se a grande fábrica de papel de Ca-choerinha" (A REPÚBLICA, 1922), como se pode observar a seguir.



Figura 3 - Jornal *A República*, 21 mar. 1922.

Entre os principais aspectos narrados nas reportagens, nas quais a empresa era nomeada “Companhia Indústrias Brasileiras de Papel”, salienta-se a grande admiração gerada nos expectadores pela usina hidroelétrica, por terem sido “captados diversos arroios e represados”, gerando tração para movimentar uma “máquina geral de 1.200 cavalos, [...] pesando 15 toneladas”. Chamava atenção também a boa qualidade dos ramais ferroviários, que ligavam, numa distância média de 8 km, a sede da indústria à Estação de Cachoeirinha (A REPÚBLICA, 1922). Esta última situada no Ramal Parapanema, que por sua vez conectava-se a Jaguariaíva, então sede do município, e à Estrada de Ferro S. Paulo-R. Grande.

Sobre a edificação da fábrica, os observadores apontaram que ela era composta por “um vasto edifício, constituído ao sopé de um morro, de madeira, coberto de zinco”. Em seu interior existiam várias seções para o tratamento do pinho, desde as “moendas ou trituradores”, que transformavam a madeira em uma “polpa”, até o momento em que esta era “resfriada e peneirada”, convertendo-se em uma “finíssima e leve massa amarela”. Daí em diante outras máquinas, como as “calandras”, procediam à adequação da espessura do papel e do papelão, seu corte e seu “enfardamento” (A REPÚBLICA 1922).



Figura 4 - Perspectivas da fábrica de papel e papelão e habitações ao fundo.⁵

5. Imagem recortada. Extraída do material de divulgação institucional das Indústrias Brasileiras de Papel Incorporadas. 1940-1948. Acervo pessoal de Antonio Miumiu.

Acerca das habitações para os operários, verifica-se a existência de 80 ou 90 “casinhas” nos arredores da indústria, “montadas pela fábrica”. O jornal *Commercio do Paraná* frisava ainda que todas possuíam “higiene e, embora pequenas, satisfaziam plenamente” (COMMERCIO DO PARANÁ, 1922). No entanto, esse quadro tenderia a mudar, levando a questão da higiene, possivelmente, a outros patamares, pois a indústria continuou o seu processo de produção no decorrer da década, angariando novos mercados e atraindo novos trabalhadores. Tal processo de crescimento, tanto da fábrica quanto da vila em seu entorno, parece ter encontrado o ponto mais alto em meados da década de 1930.

Foi mais especificamente em julho de 1934 que a fábrica de papel e papelão passou por mudanças para congregar também uma fábrica de celulose em seu interior. Um empreendimento de destaque não só no estado, mas também em relação aos demais países da América do Sul, segundo a visão expressa no jornal *Correio do Paraná*, um impresso do Partido Liberal Paranaense:

A fábrica de papel [...] foi progredindo sempre e agora atinge seu apogeu, com a construção da 1ª fábrica de celulose da América do Sul, para se libertar da importação do elemento básico da fabricação do papel, e se tornar assim a produtora de um artigo eminentemente nacional. [...] O que é a fábrica de celulose? – Imenso laboratório erguido no meio da fábrica de papel e papelão de Caçoeirinha, onde o pinho do Paraná entra triturado por máquinas e se desfaz pelo aquecimento com lixiviás de cal e enxofre produzindo a celulose que substitui a similar estrangeira, até agora importada por todas as fábricas de papel da América do Sul (CORREIO DO PARANÁ, 1934).

Mais de dez anos haviam se passado desde o início das atividades da fábrica de papel, em 1922, e o número de funcionários teria chegado a 400, dividindo-se na produção de papel, papelão e celulose. As casas destinadas à habitação desse grupo já eram 200, todas “iluminadas à eletricidade”, e “se enfileiravam ao longo das ruas adjacentes à grande tenda de trabalho” (CORREIO DO PARANÁ, 1934).

Processos criminais, no entanto, lançam luzes sobre os pormenores que constituíam tais habitações e as interações cotidianas

entre seus habitantes. De um deles é possível extrair as seguintes observações:

Sendo a Fábrica de Papel um aglomerado de casas, em redor do estabelecimento industrial, onde uma casa é construída de dez metros, e até menos, uma da outra, torna-se impossível que um homem transite naquele lugar sem ser visto, e muito precisamente entre as cinco horas e meia até as seis, em que todo o operariado se movimenta, seja porque vai começar seu serviço do dia, ou porque está abandonando o trabalho iniciado na noite que havia findado (JAGUARIAÍVA, 1940, p. 17).

Essas relações de vizinhança eram incrementadas pela circulação nos demais espaços de sociabilidade existentes na vila, como os “armazéns, açougue, hotel, padaria, cinema, escola”, o Barracão de Residência para Solteiros, a Associação de Trabalhadores, chamada “Nosso Clube”. Todos esses espaços configuravam-se como epicentros das mais diversas relações e tensões sociais, desde os momentos festivos, com canto e dança, permeados de afetos e desafetos, que ora ou outra culminavam em desordens, agressões e homicídios.

Diante do exposto, deve-se ter em mente que a municipalidade de Jaguariaíva, na primeira metade do século XX, era bastante extensa e sua atividade industrial ia além do já conhecido Frigorífico Matarazzo. Como revelado acima, a Fábrica de Papel do distrito de Cachoeirinha, vinculada à grandes empresas multinacionais, chegou a ser destaque continental, segundo a visão dos jornais da época. Nessas instituições o operariado era vasto, bem como eram diversas as suas culturas e inúmeros eram seus anseios.⁶ Um patrimônio cultural único que na atualidade possui raízes territoriais no município de Arapoti-PR, mas, que a memória é profundamente partilhada com a bicentenária Jaguariaíva.

6. Uma análise mais ampla sobre essa temática desenvolvo no meu livro MATOS NETO, O. C. **Cotidiano, Crime e Cultura:** vivências da “gente comum” no interior do Paraná (1920-1945). São Paulo: E-manuscrito, 2022.

Fontes e Bibliografia

Arquivos

- Arquivo da Câmara Municipal de Jaguariaíva
- Arquivo do Fórum da Comarca de Jaguariaíva
- Arquivo Público do Estado do Paraná
- Arquivo Público do Estado de Santa Catarina
- Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Documentação oficial

BISHOP, S. Relatórios da Southern Brazil Lumber and Colonization Company. 1917a. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC).

BISHOP, S. Relatórios da Southern Brazil Lumber and Colonization Company. 1917b. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC).

JAGUARIAÍVA. Livro de Atas da Câmara Municipal de Jaguariaíva. Jaguariaíva, de 1910 a 1930.

JAGUARIAÍVA. Processo Crime por Homicídio. Requerente: A Justiça Pública. Requerido: Julio G. 1940.

NOLTING, W. T. Relatório da Southern Brazil Lumber and Colonization Company. 1917. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC).

PARANÁ. Relatório apresentado pelo Presidente da Província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos, na Abertura da Assembleia Provincial de 15 de junho de 1854. Curitiba: Typ. Paranaense, 1854.

PARANÁ. Relatório do Secretário de Viação e Obras do Estado do Paraná. Curitiba, 1908.

PARANÁ. Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Paraná. Exercício Financeiro de 1912-1913. Curitiba: Typ. da Livraria Econômica, 1914.

PARANÁ. Relatório apresentado ao Secretário Geral do Estado. Relatório da Chefatura Estadual de Polícia. Curitiba: Typ. da Penitenciária do Estado, 1924 a 1927.

PARANÁ. Relatório apresentado ao Secretário de Interior, Justiça e Instrução Pública. Curitiba: Tip. da Penitenciária do Estado, 1933.

RIBAS, M. Relatório do Interventor Federal no Estado do Paraná (1932-1939). Curitiba, 1940.

RIBAS, M. Relatório do Interventor Federal no Estado do Paraná (1940-1941). Curitiba, 1942.

Jornais, revistas e almanaques

a) Almanaque

ALMANAQUE LAEMMERT. Rio de Janeiro, ed. A00074, 1918.

b) Jornais

A NOITE. Rio de Janeiro, 1918 a 1920. A REPÚBLICA. Curitiba, 1910 a 1934.

COMMERCIO DO PARANÁ. Curitiba, 1920 a 1922.

CORREIO DO PARANÁ. Curitiba, 1934.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 1912 a 1934.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 1918 a 1920.

Livros, artigos e separatas

BENNATI, A. P. **O centro e as margens:** prostituição e vida boemia em Londrina (1930-1960). Curitiba: Aos Quarto Ventos, 1997.

ENGEL, M. **Meretrizes e doutores:** Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro, 1840-1890. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CHALHOUB, S; SILVA, F. T. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**. Campinas, v. 14, n. 26, 1º sem. 2009.

MACHADO, P. P. **Lideranças do Contestado:** a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Editora Unicamp, 2004.

MATOS NETO, O. C. **Cotidiano, Crime e Cultura:** vivências da “gente comum” no interior do Paraná (1920-1945). São Paulo: E-manuscrito, 2022.

SOIHET, R. **Condição feminina e formas de violência:** mulheres pobres e ordem urbana, 1890- 1920. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

Legislação

JAGUARIAÍVA. Livro de Decretos e Leis da Câmara Municipal de Jaguariaíva. Jaguariaíva, de 1910 a 1950.

Trabalhos acadêmicos

TOMPOROSKI, A. A. **“O polvo e seus tentáculos”:** A Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940. Tese (Doutorado em História), UFSC, Florianópolis, 2013.

TOMPOROSKI, A. A. “O pessoal da Lumber!”: Um estudo acerca dos trabalhadores da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* e sua atuação no planalto norte de Santa Catarina, 1910 - 1929. Dissertação (Mestrado em História), UFSC, Florianópolis, 2006.

Webgrafia

AGUIAR, N. E. M. **Um incômodo moral:** o meretrício e seus meios de controle em Curitiba (1929-1937). Dissertação (Mestrado em História), UFPR, Curitiba, 2016.

CARVALHO, M. M. X; NODARI, E. S. A Lumber, o Contestado e a história do desmatamento da florestaaraucária (1911-1950). **Rede Brasileira de História Ambiental.** 2008. Disponível em:<http://www.historiaambiental.org/a-lumber-o-contestado-e-a-historia-do-desmatamento-da-floresta-de-araucaria1911-1950/#_ftn3>. Acesso em: 10/09/2015.

Documentos institucionais

Material de divulgação institucional das Indústrias Brasileiras de Papel Incorporadas. 1940- 1948. Acervo pessoal de Antonio Miumiu.

CAPÍTULO 29

MEMÓRIA DAS LUTAS E VIVÊNCIAS DO COTIDIANO, DURANTE A FORMAÇÃO DA VILA OPERÁRIA DO BAIRRO JANGAI E OS PRIMÓRDIOS DAS INDÚSTRIAS SGUÁRIO.

Rafaela de Miranda

A zona rural de Jaguariaíva é constituída por pequenos povoados, formando assim o Distrito Eduardo Xavier da Silva, de acordo com fontes do IBGE (2010), a população era de cerca de 1638 habitantes, esse Distrito (conhecido popularmente com Sertão), tem como principal atividade econômica a extração de madeira (pinus, eucalipto), e secundariamente agricultura e pecuária, sendo de grande relevância para o município de Jaguariaíva, em decorrência de seu potencial econômico e social.

É nessa localidade, entremeio às plantações de pinus e florestas de araucárias, cercada por imensos paredões que localiza-se o Bairro Jangai, vilarejo fundado graças a fábrica de papelão que ali foi construída e atraiu famílias da redondeza, ali iniciaram suas famílias e hoje veem o bairro e a memória de seus antepassados caminhando para um fim eminente, caindo no esquecimento que chega com o futuro,

os avanços da tecnologia, e a necessidade de fixar residência nas “cidades”, na busca de oportunidades para a nova geração.

Nesse “pedacinho” do Sertão, em meados da década de 1950, Luiz Sguálio, construiu sua primeira fábrica de papelão e pasta mecânica, motivado pela abundante disponibilidade de água e a proximidade das florestas de araucárias que era a principal matéria prima na produção do papelão.

Luiz Sguálio, iniciou suas operações com o comércio de exploração, transporte e comercialização de toras, principalmente toras de imbuia e araucária, precisamente no ano de 1924 na região de São José dos Pinhais – PR, fundando assim a J. Sguario & Cia, na busca de expandir seus negócios iniciou a construção de sua primeira fábrica de papelão.

De acordo com os relatos de antigos moradores do bairro, ele era um homem simples, mas visionário, onde não media esforços para alcançar suas metas. O patrimônio de Luiz Sguálio contava nesse período com algumas serrarias, umas frotas de caminhões com aproximadamente 70 veículos movidos a gasogênio, reservas florestais, uma fábrica de cabos de vassouras e palitos de fósforos, entre outros bens em Jaguariaíva e Sengés, no Paraná, e Itapeva e Itapetininga, no estado de São Paulo. Somava-se aos seus feitos empresariais a construção de aproximadamente 500 km de rodovias.

De acordo com Jorge Ferreira de Miranda, um dos primeiros funcionários da Sguálio , a imagem que se tinha de Luiz Sguálio era;

“ ...quando ele falou que iria arrombar a serra, todos falavam, quando ele vai conseguir fazer uma estrada aqui, era só mato, nem cavalo entrava, como que ele iria entrar com um caminhão? E ele foi, com o enxadão pra cortar o mato, e explodindo as pedras, e eu ficava me perguntando como que ele vai conseguir? E não é que ele deu um jeito, fez curvas pra isso construiu um paredão de concreto, quando terminou foi uma admiração pro povo, e demoro pouco tempo, tudo que ele fazia era ideia de sua cabeça, quem trabalhava com ele tinha que concordar com essas ideias, se falasse que não dava certo ele mandava embora mesmo, nós dois dava certo, porque eu também era curioso, tudo que ele inventava perguntava pra mim, será que dá certo? Eu falava, é claro que dá sim, vamos tentar, de um jeito ou de outro dá certo”¹.

1. Entrevista concedida por Jorge Ferreira de Miranda (in memórian)

As fotos a seguir demonstram o patrimônio “dos Sguários”, deve-se salientar que, durante o período, era custosa a aquisição de veículos, nota-se também que eram caminhões e tratores com as mais avançadas tecnologias da época, tudo para facilitar a colheita da madeira, visto que, era difícil o acesso através de estradas praticamente inexistentes.



Imagens 01,02,03: Fotografias demonstrando o patrimônio (maquinários) das Indústrias Sguário.

Nesse período, a localidade onde atualmente está situado o Bairro Jangai era majoritariamente composto por mata fechada, portanto, Luiz Sguário recrutou trabalhadores de bairros adjacentes para desmatar espaços onde seriam iniciadas as construções da fábrica e das casas dos moradores. Parte desse processo é relatado nesse trecho da entrevista com João;

“..., os primeiros que vieram pra cá pra trabalhar foram, o Juca Melo, Tuca, os Meleki, e o Virgílio, esses vinham da Boa Esperança. Daí tinha o Silas Borges, Tavico Borges, Juvelino e o Arbino Xixo, eram do Espigão Alto. Os primeiros moradores foram o Silas e o Tavico Borges, a primeira casa foi construída pelo Ananias Bueno. E daí foram pegando gente de fora e todos que aparecia e queriam trabalhar a empresa já ia fichando, era tudo mato, capoeira, assim que terminaram de limpar já começaram a construção da barragem, nessa época já tinha bastante gente, pra vc ter uma ideia vi no escritório uma vez, que tinha 340 funcionários fichados nesse ano, fora os empreiteiros que trabalhavam sem ficha... Enquanto uma turma construía a barragem, outra construía a fábrica, outra às casas, essas casas de dois andares aí quem construiu foi um tal de Sebastião Vidraça, do outro lado do bairro o Nerso Lima construía a pensão e o armazém, eu era piá nessa época lembro bem...”²

Dessa maneira, o Jangai foi sendo construído, com o propósito de ser uma vila operária, os moradores eram trabalhadores da fábrica de papelão Sguálio. O trabalho na construção do bairro acolheu não apenas moradores de localidades próximas, mas também pessoas de outros estados como Santa Catarina e São Paulo, a demanda de material era tão grande que havia uma oficina localizada no bairro Cacheira, próximo às obras, que destinava-se apenas para produção de telhas e tijolos para a fábrica e as casas que eram construídas.

Finalmente, no dia 02 de janeiro de 1950 foi inaugurada a Fábrica Sguálio & Cia, sendo o motivo de satisfação de Luiz Sguálio, e de todos aqueles que haviam trabalhado na construção. Toda energia utilizada na Fábrica era gerada através de uma represa local, a força e pressão da água eram controladas por turbinas, mas em decorrência de chuvas houve uma enchente no ano de 1954 e ocorreu o rompimento da barragem, destruindo assim parte da fábrica de papelão. Luiz Sguálio, de acordo com entrevistas coletadas junto aos moradores do bairro, abalou-se com essa ocorrência, mas rapidamente foi iniciada a reconstrução da fábrica e a reforma das turbinas, no entanto, antes de concluída a obra, uma outra enchente rompeu a represa novamente, devastando toda a estrutura da fábrica.

2. Entrevista concedida por João Maria dos Santos; conhecido popularmente por todos no bairro como João Leiteiro, a origem do apelido refere-se aos seus tempos de menino em que era um dos “leiteiros” responsáveis por entregar leite nas casas do bairro.



Imagens 05,06: Trabalhadores durante a construção da represa/barragem.

Acima vemos imagens de trabalhadores durante a construção da represa e também ela depois de pronta. Diante dos seguintes infortúnios, os trabalhadores encontravam-se desmotivados, mas Luiz Sguálio não desistiu, iniciou mais uma vez a construção daquilo que havia sido a razão para o surgimento do Bairro Jangai, mostrando assim sua perseverança diante das adversidades e também sua fé, pois segundo relatos de antigos moradores, ele decidiu simultaneamente com a reconstrução da fábrica, construir a primeira capela do bairro, como forma de “promessa” a Nossa Senhora Aparecida.

A nova represa ficou pronta e a construção da capela seguiu-se, a represa ficou resistente ao ponto de superar inúmeras enchentes e permanecer intacta, inclusive até os dias atuais, de acordo com as entrevistas dos moradores, foi graças a “promessa do Seu Luiz” que a fez permanecer.

E assim, após a reinauguração da fábrica em 1955 o Bairro Jangai começou a ter um aumento significativo em seu número de moradores. Aqueles que conseguiam uma oportunidade de emprego traziam a família para o Jangai, pois a empresa oferecia residência para moradia dos funcionários e seus familiares. A partir de então foi dado início a uma nova fase da Sguálio & Cia e também de uma realidade distinta para a localidade, visto que muitas pessoas migraram a fim de trabalhar na fábrica, que chegou a contar com 340 funcionários registrados de forma direta e outros tantos indiretamente. Muitos dos novos funcionários, quando chegavam ao bairro, ficavam hospedados em uma pensão que era de propriedade da empresa até conseguir moradia fixa e, assim, conseguir trazer o restante da família. Nessa pensão também permaneciam aqueles que vinham de ou-

tras cidades para prestar serviços como empreiteiros por um período pré-determinado

Além da moradia os trabalhadores tinham outros benefícios como demonstrado a seguir no trecho da entrevista com João dos Santos:

“A firma foi construindo casas e colocando o povo, ninguém pagava aluguel, a energia era da fábrica não precisava pagar, água também era de graça, os terrenos nós plantava o quanto quisesse, criava o que quisesse, sem pagar nada...O salário da firma era pouco, mas eles ajudavam muito.”



Imagens 07, 08: Fotografias de antigos moradores do Bairro Jangai.
(foto da direita: família Paes de Miranda)

Vivência, lazer e cotidiano

O aumento demográfico do bairro exigiu mudanças em sua estrutura pois, era necessário ajustes para dar suporte às famílias, uma dessas necessidades foi construir uma escola para os filhos dos funcionários, dessa forma, como não havia professora, a gerência da empresa se encarregou de trazer de outra cidade, Maria Célia Mainardes, que foi a primeira professora responsável por ensinar às crianças do Bairro Jangai e é lembrada de forma afetuosa por seus antigos alunos até os dias de hoje, nesse período a lei³ vigente determinava que o empregador garantisse escolaridade aos filhos de seus funcionários

3. Tal lei refere-se a seguinte atualizada dentro artigo 389 da CLT”; § 1º - Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres com mais de 16 (dezesseis) anos de idade terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação.

§ 2º - A exigência do § 1º poderá ser suprida por meio de creches distritais mantidas, diretamente ou mediante convênios, com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário,

caso o empreendimento ultrapassasse o número de 100 (cem) empregados, portanto a Escola do Jangai era de responsabilidade das Indústrias Sguário.



Imagen 09: fotografia com alunos da Escola do Jangai, professoras Maria Célia e Vamira F. da Luz. Arquivo pessoal Clarir Maynardes.

O Bairro Jangai durante a década de 1950 tornou-se referência para os demais bairros, pois oferecia as casas comerciais mais próximas dos demais bairros rurais, visto a distância e o difícil acesso a área urbana de Jaguariaíva, era também uma oportunidade de emprego formal, coisa rara naquela época.

Outro diferencial do bairro era a existência de uma farmácia, cujo farmacêutico responsável era Alcebíades Ferreira de Miranda. Alcebíades chegou ao Jangai com o objetivo de empregar-se na empresa Sguário, trabalhou durante um tempo na extração de areia para a construção da represa, contudo, sua profissão foi modificada visto seu conhecimento hospitalar e farmacêutico, adquiridos durante o período que permaneceu no batalhão do exército no qual esteve responsável pela enfermaria, se mostraram úteis aos moradores, sua farmácia era o socorro mais próximo em situações de emergência

Seu Alcebíades, como era conhecido, tinha credibilidade junto aos médicos que atuavam na época em Jaguariaíva, os doutores Domingos Cunha e Michael Wahrhaftig, que lhe davam suporte quando necessário;

“(...) assim após a criação do Ministério da Saúde em substituição ao então Ministério da Educação e Saúde Pública, Alcebíades por iniciativa do médico Domingos Cunha, seguiu para capital Curitiba a fim de obter uma formação técnica para exercer seu trabalho, visto ser esta uma das exigências do novo Ministério que buscava para o país uma assistência médica estruturada. Realizado o curso, Alcebíades já experiente pela vida, mas agora outorgado pelo Ministério continuou suas atividades, o que perdurou até meados da década de 1980, dedicando assim mais de três décadas de sua vida aos cuidados da saúde do homem do campo.”

Sua farmácia não se restringia apenas a venda de medicamentos, Seu Alcebíades recebia um salário da empresa para prestar socorro e consultas aos moradores. Ele realizava os primeiros socorros aos trabalhadores que se acidentavam na fábrica, até que esses conseguissem ir até o hospital na área urbana. Vale salientar que, eram raras as situações em que se locomoviam até a área urbana, visto a dificuldade para realizar tal viagem, como descreveu João dos Santos:

“ Era muito difícil hospital naquela época, para chegar em Jaguariaíva tinha que ir um caminhão da firma pra levar aqueles que precisavam de um atendimento de emergência, mas era muito raro irem no hospital, a viagem era muito sofrida e demorada. Seu Arcebide era quase médico, trabalhou na enfermaria do exército durante a II Guerra Mundial, mas nem chegou a sair do Brasil, ficou por aqui memo, a quantia de coisas que ele fazia naquela farmácia era de ficar bobo, o povo dava graças porque era o socorro de todos, ele ia até nas casas daqueles que estavam muito doentes e não saiam da cama, atendia de tudo, doenças, machucados. Muito lá de vez em quando um médico de verdade vinha até aqui era o Dr Domingos Cunha, mas era muito raro.

Alcebíades não era visto apenas como um simples profissional, tinha o respeito, a admiração e principalmente a gratidão dos moradores, os quais em inúmeras situações tiveram um atendimento na sua farmácia e saíram com esperanças renovadas e fé na prescrição médica do farmacêutico, afinal cada atendimento além da medicação, seguia-se uma oração/reza como forma de entrega e pedido para que houvesse melhorias daqueles que o procuravam. Esse sentimento de gratidão pode ser visto no relato de uma antiga moradora Dona Aline;

“ Minha mãe caiu do cavalo uma vez e ficou muito mal, estava quase morrendo e não tinha como levar ela até a cidade, levamos na

farmácia do Seu Alcebíades, e ele passou os remédios, muitos deles era feito com ervas ali mesmo na farmácia, minha mãe estava com algum tipo de hemorragia interna, e graças a ele melhorou. Um dia ganhei de presente uns livros que ele usava na farmácia, tenho até hoje e já ajudei muita gente com suas receitas."



VENENO CONTRA VENENO?

O sistema de medicina mais usado, no presente, é o aléptico. A homeopatia está igualmente bem divulgada. O mercurismo acha-se entre os menos praticados.

A aléptica visa combater as doenças mediante medicamentos que produzem efeitos contrários às mesmas.

A homeopatia visa tratar as doenças por meio de agentes terapêuticos que, tomados em pequenas doses, tam, ou se supõe terem, a propriedade de produzir sintomas semelhantes aos dessas doenças.

O naturalismo tem em vista a cura das enfermidades pelo remédio das suas causas. "Sublata causa tollit effectus", diz um velho hescardio. Vista pôr o organismo em condições de defendê-se e restaurar-se a si mesmo.

O sistema aléptico emprega drogas, antibióticos, vacinas, óleos, etc.

Cabe-nos, aqui, todavia, fazer alguma advertência.



400 AS PLANTAS CURAM

life e a morte. As setecentas de origem medicamentosa são citadas pelo mercurismo, alquimia, arácnida, cobra, fármacos, veneno, que itabadas por operários que se consideram quase todos tomados por via bucal ou venosa sob a forma de pastéis, terapêuticas, fármacos: camomila-damascena, cura-brava, escarola, jengibre, hortelã, hortelã, mel, sementes, tancharagem. — Ver bônus. — Ver term. bônus.

ESTRANGULIA. — Dificuldade extrema de urinar, acompanhada de dor e tensão vesical contínua, saíndo a urina apenas pôr a boca em virtude do estreitamento da uretra. — Remédios: pericárdio. — Consultar um médico.

ESURINOS — Plantas que têm a propriedade de excitar a fome. — Ver impéndulos.

EXANTEMAS — Qualquer erupção cutânea. — Ver pôle.

EXPECTORANTES — Ver rias respiratórias.

FARINGITE — Inflamação da faringe. — Remédios: camu, jambu, limão. — Ver compreensões frias termodérgicas. Gargarejos com chás quentes de plantas medicinais, de hora em hora. Compreensões quentes à garganta, várias vezes por dia. Compreensões frias termodérgicas, à noite. Pincelar a garganta com suco de limão diluído em água. — Ver bônus frios, banhos de trevo.

FERRÉS — Estado mórbido caracterizado pela aceleração de pulos, aumento do calor do corpo, mal estar geral e perturbação de diversas funções. — Remédios: alfarroba, anil, erfemaria, canela, milho torrado, centevo-de-brasil, centevo-de-menor, cravá, eucalipto, fôlmano, gaxo, jatobá, limão, marapú-de-campo, melão-de-limão, mil-ceramia, paripórhoa, pericárdio, pleco-das-praia, tancharagem, tijucana. — Ver banhos frios, banhos de trevo.

FERRÉS ADINÂMICAS — Remédios: erva-de-cobras.

ÍNDICE DAS ENFERMIDADES E APLICAÇÕES 401

FEBRE DE BARCELONA — Remédios: limão.

FEBRE CATARRAL — Remédios: flôr-da-noite. — Ver catarral.

FEBRES INTERMITENTES — (malaria) — Remédios: aguinaldo, angélica, anjelico, caffara, rado-santu, assentaria, centevo-de-brasil, centevo-de-menor, cestaria, curação-de-jesus, escarola, fôlmano, jatobá, jurebeis, limão, marapú, mil-muçanga, pilão-da-praia, pilão-de-santana, tancharagem, tancharagem. Fazer jejum durante 7 ou 8 dias, pelo menos, não fumando nem tomando alimento. Tomar purgante e lavagem intestinal diariamente. Não tomar 3 dias de tratamento, tomar duas lavagens intestinais diárias, uma de manhã e outra à noite. Exprimar, no águas de cada lavagem, a súco de 2 limões. Tomar diariamente um banho de repouso. Tomar de 2 a 3 dias horizontais, com súco de limão diluído em água, mola ou mela. Quando há calafrios, tomar banho quente completo; quando dâ sensação de calor, tomar banho de tronco em água fria. Com este tratamento pode curar-se a doença dentro de poucos dias.

FEBRE DE MALTA — Remédios: limão.

FEBRE PUERPERAL — Doença infecção cujo agente mais comum é o bactério gonococo, que causa grande inflamação, mas que a maior parte das vezes é introduzido pelo sangue ou por instrumento durante a operação de parto. O microbiano pode invadir a moela óstrea, qualificar os anasus, as pectílicas, e penetrar no sangue. A febre, precedida de calafrios, declarar-se ordinariamente, desde o terceiro ao quinto dia. — Remédios: cascaíla, limão. Haver água em abundância. Aplicar, de hora em hora, 20 minutos de cada vez, uma bolha de gelo na parte inferior do abdômen. — Chamar o médico.

FEBRE REUMATISMAL — Remédios: flôr-da-noite. — Ver reumatismo.

As Vidas das Crenças — 25

Imagens 10, 11: Fotografia de um dos livros utilizado pelo antigo farmacêutico Alcebíades Ferreira de Miranda. Acervo pessoa de Aline Domingues de Oliveira.

A movimentação de pessoas no Bairro era intensa, além dos moradores havia aqueles que vinham dos arredores na farmácia e já aproveitavam para fazer compras no armazém. O intenso fluxo de

moradores não era restrito apenas durante os dias da semana, pois sábado e domingo iniciavam os momentos de lazer dos trabalhadores, visto que o trabalho na fábrica era de segunda a sexta-feira. Durante a segunda metade da década de 1950, entre 1955 e 1958, havia iniciado a construção da Capela Nossa Senhora Aparecida. Para angariar fundos para a construção eram promovidas festas aos finais de semanas com jogos, churrascadas, e outras formas de entretenimento

O período que se estende do ano de 1960 até meados de 1980 a empresa foi comandada por Milton Sguálio,⁴ ele morava no bairro e era extremamente popular entre os moradores, padrinho de muitas crianças que nasciam no Jangai, aqueles que não eram afilhados por batismo eram por casamento. Ativo em toda a comunidade, era um incentivador das festas e jogos de futebol. Teve participação na política local como vemos a seguir no relato do João dos Santos;

“Seu Milton foi candidato a vereador, teve 333 votos e a dona Olga Turek teve 414, ela era uma enfermeira, ele achou que ganharia em primeiro lugar pra ser o presidente da câmara, por ter ficado em segundo ele renunciou o cargo, não aceitava ficar de suplente, ainda mais tendo perdido pra uma mulher”.⁵

Durante muitos anos o Bairro Jangai foi “referência” na região no quesito festa, sua fama precedia até mesmo nas cidades vizinhas, de onde vinham famílias para as famosas quermesses e torneios organizados por ele.

“Seu Milton era um animador, todo final de semana tinha matine, ali tudo que era vendido ia pra construção da capela, era baile, festa, e o seu Milton dançando no meio da turma, fizesse chuva ou sol, lá tava ele, sem falar da fartura que era, todo final de semana tinha um porco e um boi, pra vende pra turma e ia tudo não sobrava nada, foi indo que teve que aumenta pra dois bois e dois porcos, e tudo comprado sem dinheiro, só no “boró”...⁶

As festas foram promovidas inicialmente com o objetivo de angariar fundos para a construção da capela, de modo que eram oferecidas ações que visavam não apenas lucro, mas também o lazer

4. Filho de Luiz Sguálio Sguálio, permaneceu juntamente com seu irmão Celso Sguálio, durante muitos anos sendo o responsável pela fábrica do Bairro Jangai.

5. Entrevista concedida por João

6. Entrevista concedida por Seu Jorge Ferreira de Miranda (in memória)

entre os moradores, tinham dedicatórias de música no alto falante, quermesses com jogos de cartas, bebidas, alimentos, e principalmente a venda de churrasco direto no espeto de madeira, segundo moradores, eram de duas a três vacas assadas todo o final de semana para dar conta de alimentar todos os participantes da festa.



Imagens 12, 13: Fotografia das “famosas” Festas na Capela Nossa Senhora Aparecida.
Acervo pessoal de Amarildo Borges.

Após a construção da Capela as festas foram mantidas, era um momento de socialização entre os moradores tanto do Bairro Jangai quanto dos demais povoados da redondeza, visto que naquele período eram escassos os momentos de lazer. Os trabalhadores da fábrica trabalhavam durante semana e já ficavam na expectativa de “festar” o final de semana, a festa mais animada do bairro era a da Padroeira da Capela, o dia 12 de outubro era comemorado com missa em louvor a Nossa Senhora Aparecida, baile com muita dança e finalizado com um bolo imenso com metros de comprimento e que fazia alegria das crianças em alusão a data comemorativa, segundo moradores o ponto ápice da festa era o momento do corte do bolo com todas as crianças ao redor da mesa esperando um pedaço, Milton fez desse momento uma tradição repetida nos anos vindouros mesmo após sua morte.

Além das festas, Milton mantinha uma paixão por futebol, os torneios promovidos por ele no campo do bairro eram animados e quase em sua maioria vencidos pelo time da casa, o Jangai Futebol Clube, isso porque montou uma “verdadeira seleção particular”, como relatado por João dos Santos;

“(…) Tinha torneios de futebol, o Seu Milton se interessou no negócio de um jeito que até comprou um caminhão, um Ford S600, só para levar os jogador, fez umas mudanças, colocou um toldo para não molhar os jogador, e levava o time pra todo o lugar, quando ele ficava sabendo de algum jogador que jogasse bem ele buscava onde fosse e trazia para trabalhar na fábrica, não precisava nem render serviço, mais tinha que jogar bem os jogos. O time do Jangai tinha mais de 120 troféus, não tinha de quem não ganhasse, dificilmente perdia uma partida…”



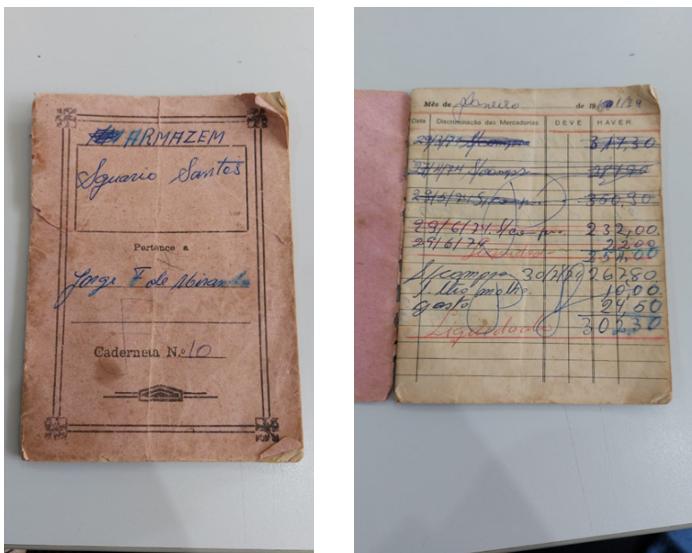
Imagens 14, 15: Fotografia dos jogadores do Jangai Futebol Clube.
Arquivo pessoal de Amarildo Borges.

O Jangai Futebol Clube teve sua “fama” consolidada, ficando na memória de todos os moradores, a habilidade dos jogadores e os torneios vencidos pelo time da casa, esses eram motivos de muita festa e também brigas entre as torcidas rivais, eram frequentes as confusões após o resultado das partidas, mas nem esses percalços ofuscaram a trajetória dos eventos esportivos promovidos no bairro.

Os moradores do bairro eram muito simples, sendo em sua grande maioria funcionários da fábrica de papel que viviam quase que exclusivamente do pequeno salário pago pela empresa, complementando sua renda com criação de animais (porcos, galinhas...), e também com o plantio de pequenos “roçados” que ajudavam na subsistência da família, que eram numerosas. A empresa tinha uma maneira diferenciada de pagamento onde era concedido um vale no

início do mês com o valor total do salário, só que não era em espécie e sim uma “moeda” local chamada de “boró” e faziam o controle com uma caderneta;

“O Boró era um cartão marrom(alaranjado), tinham o valor de 20, 50, 10, era o dinheiro que a turma usava para fazer negócio, comprar no armazém, e também era o que nós usava nas festas, tanto nos jogos quanto pra comprar ás prendas. Eles davam no começo do mês para nós ir gastando e ia ficando no armazém, na farmácia, quando não gastava tudo, o que sobrava no final do mês nós pegava o dinheiro. O “Boró” era tão popular que aceitavam até mesmo em alguns comércios de Jaguariaíva, porque sabiam que no final do mês nós pagava.”



Imagens 16, 17: Fotografia da caderneta utilizada no Armazém para controle das mercadorias compradas. Arquivo pessoal de Jorge Ferreira de Miranda.

A vida dos moradores não era fácil, vivia-se para o trabalho, e na luta incessante de criar seus filhos com muitas dificuldades, grandes perdas ocorreram nessas famílias isoladas nesse longínquo interior, como foi o caso da epidemia de sarampo que matou dezenas de crianças;

“Era umajudiação de ver, ficavam doentes todas as crianças da casa, não escapava nem uma, pelo menos um morria, teve família que chegou a perder todos os filhos, não tinham o que fazer, aqui em casa graças a Deus não perdemos nenhum, mas os quatro tiveram o sarampo, quase todo dia era choro na rua”.⁷

7. Entrevista concedida pela Senhora Maria Ferreira de Miranda

Além das doenças houve também períodos de crises financeiras Sguálio & Cia., a qual sem ter condições de pagar os salários liberaram às compras no armazém apenas com o “boró” sem receberem no final do mês, mas essa medida durou pouco tempo, pois, o estoque do armazém foi acabando e não havia dinheiro para abastecer, momentos de angústias, a escassez de alimentos só não foi mais trágico graças ao pouco que cultivavam em suas pequenas plantações, e os manteve até que a situação normalizasse.

A fábrica passou por muitas dificuldades financeiras, em várias ocasiões houve perdas de maquinários e também de material, devido às chuvas, a questão meteorológica também interferia na produção, pois dependia-se do sol para que secassem o papelão nos secadores, esse trabalho de secagem era de responsabilidade das trabalhadoras.



Imagen 18: Fotografia de uma enchente que atingiu o Bairro e consequentemente a empresa.



Imagen 19: Fotografia dos secadores de papelão.



Imagens 20, 21: Fotografias de Trabalhadores da Fábrica de Papelão.
Arquivo pessoal de Amarildo Borges.

Em 1974 a Sguário & Cia., sofreu um incêndio que consumiu parte dos secadores e do papelão produzido para a venda, o que gerou transtornos para a produção daquele ano, pois demandou tempo e mão de obra para a construção de novos secadores.



Imagen 22: fotografia do Incêndio que destruiu os secadores de papelão.

Durante um longo período a fábrica foi administrada por Milton Sguálio, dedicava-se também ao bairro sendo a autoridade do lugar por consideração dos moradores, de modo que tornou-se um dos benfeiteiros mais lembrado do lugar, tendo sido homenageado com atribuição do seu nome ao primeiro colégio estadual da região, que é responsável desde 1992 até a presente data, por atender alunos do Jangai e de bairros próximos.

Com o passar dos anos Milton Sguálio presenciou uma nova crise na empresa, quando estava prestes a abrir falência, passou a administração para seu filho Márcio, que agiu vendendo todo material acumulado para reestruturar o empreendimento familiar. Devido ao falecimento de Márcio Sguálio em um acidente e posterior falecimento de seu pai, a empresa passa a ser dirigida pelo irmão de Milton, Celso Sguálio, até que por motivos de saúde precisou afastar-se deixando suas filhas na diretoria das empresas (Cemil, Sengés agrícola e florestadora, Sengés papel).

Dessa forma a fábrica de papelão dos Sguálios se manteve em pleno funcionamento por 60 anos atravessando períodos de crises e de bonanças. No ano de 2010 a Sguálio & Cia, encerrou suas atividades e demitiu cerca de cinquenta funcionários, assim, teve fim a empresa que foi pioneira no processo de formação do grupo Sguálio, o qual hoje conta várias vertentes da pequena e rústica fábrica que se iniciou na década de 1950.

A maioria dos trabalhadores que perderam seus empregos com o fechamento da fábrica no Jangai, já encontravam com idade próxima a aposentadoria, homens e mulheres que passaram sua vida em apenas um local de trabalho, herdeiros daquelas primeiras famílias de trabalhadores que aqui chegaram com a missão de construir uma fábrica na localidade.

Com isso muitas famílias deixaram o Jangai e seguiram para a área urbana de Jaguariaíva na busca de empregos, poucos permaneceram no bairro, que hoje ainda mantém seus casarões antigos, a represa responsável pela funcionamento da fábrica, que em meio às corredeiras oferecem um belo espetáculo com uma natureza exuberante, a capela de Nossa Senhora Aparecida também se encontra no mesmo local, preservada, mas raramente missas são celebradas nela,

as festas que iniciaram para sua construção permanecem apenas na memória de quem as vivenciaram.

O Jangai das festas, dos torneios que outrora tivera fama, foi aos poucos sendo esquecido, mas esse pequeno vilarejo ainda mantém um patrimônio histórico com belezas naturais que merecem ser preservados e revisitados, além de um sentimento de nostalgia e gratidão por todos aqueles que fazem parte da história desse “cantinho” tão querido e amado por quem um dia aqui morou, valorizando a trajetória de seus antepassados e suas lutas na busca de prover o sustento de sua família através do trabalho, suas trajetórias deixaram um legado às gerações vindouras os quais demonstram o sentimento de pertencimento e orgulho de sua história.

Referências

Entrevistas

OLIVEIRA, Aline Domingues. **Farmácia do Bairro Jangai.** [Entrevista concedida a] Rafaela de Miranda. Jaguariaíva, 25 de janeiro 2023.

SANTOS, João Maria. **Início das Indústrias Sguálio e a formação do Bairro Jangai.** [Entrevista concedida a] Rafaela de Miranda. Jaguariaíva, 12 de Abril 2022.

MIRANDA, Maria Arzelina. **Vivência e sociabilidade do Bairro Jangai.** [Entrevista concedida a] Rafaela de Miranda. Jaguariaíva, 20 de Junho de 2022.

MIRANDA, Maximino Martins. **Construção da Fábrica e casas dos trabalhadores.** [Entrevista concedida a] Rafaela de Miranda. Jaguariaíva, 03 de maio de 2022.

MIRANDA, Jorge Ferreira. **Trabalho e cotidiano dos funcionários das Indústrias Sguálio.** [Entrevista concedida a] Rafaela de Miranda. Jaguariaíva, 20 de julho de 2013.

AGRADECIMENTOS

Desde o instante em que anunciei meu projeto de criar um livro comemorativo pelos duzentos anos da elevação de Jaguariaíva à condição de Freguesia, fui agraciado com algo que vai além de palavras: a união de trinta amigos e autores, que, juntos, deram vida a cada página, e o apoio generoso de inúmeras pessoas e instituições que, de maneira espontânea, se prontificaram a auxiliar na extensa coleta de documentação. Essa contribuição inestimável enriqueceu, de forma profunda, cada capítulo desta obra.

Ao Professor José Axt, meu respeito e reconhecimento. Sua incansável dedicação em preservar a história de Jaguariaíva é uma inspiração. Este livro é, também, um testemunho do seu esforço e paixão por manter viva a rica herança de nossa cidade. Obrigado, Professor, por seu inestimável contributo para que nossas raízes permaneçam intactas.

Ao Professor Augustinho Argemiro Ludwig, meu profundo agradecimento pelo incansável trabalho como memorialista, sempre empenhado no resgate da memória de Jaguariaíva. Seu compromisso em preservar nossa história foi uma luz indispensável nesta jornada, iluminando detalhes e histórias que dão vida e sentido às páginas deste livro.

Ao escritor George Abrão, minha gratidão pelo incentivo à escrita e por todo o trabalho que já realizou com a publicação de suas memórias de infância e juventude sobre Jaguariaíva. Sua sensibilidade em retratar nossa terra e nossa gente é uma fonte de inspiração para todos que amam esta cidade e valorizam sua história. Que suas palavras continuem a ecoar por gerações, preservando a essência de Jaguariaíva e enriquecendo nossa cultura.

À Academia de Letras dos Campos Gerais, em especial à Presidente Neuza Helena Postiglione Mansani, por sua sensibilidade marcante em abrir portas e janelas para viabilizar esta realização, deixo minha mais sincera gratidão. À Acadêmica Dra. Aída Mansani Laval-

le, pelo generoso prefácio, meu profundo agradecimento. Sua dedicação em preservar nossa história local é inestimável.

Gostaria de destacar, com gratidão, as famílias e pessoas que generosamente compartilharam informações preciosas e abriram seus arquivos, contribuindo para que este livro conecte as gerações presentes e futuras com suas origens. Esse gesto representa um presente eterno para nossa comunidade e um compromisso inabalável com a preservação da memória local. Em especial:

À família de Fritz Heuschkel, representada por Karina Ferreira de Barros, Melina Ferreira de Barros, Romulo Heuschkel de Barros e Paulo Carlos Heuschkel, que, junto com o historiador Bruno José Yashinishi, trouxeram à tona a notável trajetória do “Pai da Televisão em Jaguariaíva”.

À Família do Dr. Michael Wahrhaftig, através de Adalberto Alves de Souza, Karla Wahrhaftig de Souza, Maiara Wahrhaftig de Souza e Marcela Wahrhaftig de Souza, que abriram o baú de memórias da saudosa “Dona Delma”, iluminando a história de um dos maiores médicos de nossa cidade, com registros essenciais para os capítulos da historiadora Michelle de Paula Pupo.

Da mesma forma, as entrevistas concedidas por Aline Domingues de Oliveira, Amarildo Borges, Clarir Maynard, João Luciano de Miranda Neto, João Maria dos Santos (João Leiteiro), Jorge Ferreira de Miranda (em memória), Maria Arzelina Ferreira de Miranda e Maximino Martins de Miranda (em memória) à historiadora Rafaela de Miranda Melo trouxeram à tona os bastidores da vida cotidiana do Bairro Jangai e das Indústrias Sguário.

À Professora Maria Inês Amaral Delgado, uma educadora cuja atenção às questões locais é memorável, agradeço por compartilhar suas lutas e experiências com a fundação da APAE em Jaguariaíva junto à historiadora Bruna Alves Lopes. Seu compromisso é verdadeiramente inspirador.

Ao Professor Mário Fonseca Filho, o querido “Professor Marinho”, por sua calorosa acolhida aos historiadores Ana Flávia Braun Vieira, Thiago Sávio Ingles da Luz e Miguel Archanjo de Freitas Junior.

Sua hospitalidade enriqueceu nossos estudos sobre o Esporte Clube Recreativo Ferroviário, proporcionando uma visão única e afetiva.

À Elizabeth Alves Ferreira, a eterna “Beth” (em memória), e Ademir Antonio dos Santos, por sua assistência ao historiador Fábio Maurício Holzmann Maia, que, com seu apoio, registrou a história do Espiritismo em Jaguariaíva. A contribuição de ambos foi fundamental e inestimável.

À Emidia Alice da Silva e José Marcos Pessa Filho, nosso querido “Marquito”, Presidente da Câmara Municipal, cuja generosidade permitiu que Cleófas Abraham David Kalil Fadel concretizasse seu trabalho sobre a história do parlamento local.

Ao Paulo Marcos, excepcional memorialista, cuja generosidade em compartilhar sua vasta coleção de fotografias enriquecedoras é admirável. Cada imagem é o resultado de sua incansável busca para contar a história de Jaguariaíva.

Ao Vendelino Hauer e à equipe da Editora Texto e Contexto, pela excepcional atenção aos detalhes durante a edição desta obra, deixo minha gratidão sincera. A dedicação de cada um foi essencial para que este projeto se tornasse realidade.

Pela dedicação e carinho recíproco a toda prova, Fernanda Souza merece um parágrafo à parte nos agradecimentos deste livro que, no final das contas, não existiria sem o seu apoio incondicional e recíproca consideração.

Há, ainda, uma enorme dívida de gratidão com outras pessoas que, de um ou outro modo, tiveram participação decisiva na realização deste livro. Pelas sugestões, incentivos, dicas, apoios, ajudas e guaridas, o meu muito obrigado a Amália Cristina Alves, Ana Cláudia Rodrigues de Mello, Anderson Skiba, Andrea Skiba, Beliz do Rocio Ayres Skiba, Berenice Ayres Carneiro, Branca Xavier da Silva Fanchin, Bruna Mayara Luck Baumayer, Carla Priscila Fadel Schimiguel, Carlos João Thon (em memória), Carlos Mendes Fontes Neto, Derick Moura Jorge, Dirce Dizievieski de Barros, Diva Bonk Giacomet, Diva Tereza Mendes de Mello, Edson Carlos Jacobs, Fátima Lodi, Geni Umezu, Giovana de Miranda Jacobs, Hélia Maria Sampaio Fronha de Xerez, Hissashi Umezu, Ismênia Cunha Drinko, Ivani Bonk,

João Carlos Lozeski Filho, Jorge Francisco Mendes, José Mário Ferreira de Mello, Josiane Augusto (Dode), Leline Ferreira de Barros, Luiz André Sartori, Luiz Antonio Rocha Pedrosa (em memória), Márcio Schimiguel, Maria Ângela Ferreira de Mello (em memória), Maria Lucélia Batista de Bortoli, Mariana Andretto Balloni, Marina Augusto Heuschkel, Marisol Gouveia, Nestor Brizola de Miranda, Neusa Maria Gomes, Norma de Fátima Mattos, Orlando Dib, Osires Alves Bueno, Oswaldo Jorge Cunha, Padre Maycon José da Silva, Patrícia Christensen Werneck, Paula Augusto Heuschkel, Reinaldo Weigert Filho, Rejane Azevedo Augusto, Roberto Werneck, Rosana Araújo Lopes, Rosangela da Graça Martinski, Rosenei Aparecida Silva, Rozângela Ginaqui Pomim, Rozélia Maria Carneiro, Rubens de Gouveia, Said Zendim, Saladino de Castro, Seide Mari Barreto Taques, Silas Gerson Ayres Filho, Silmari de Oliveira, Simone Leite Cunha, Tatiane Inocência de Paiva, Thiago Luiz Pomkerner, Vânia de Miranda Campos, Vera Lúcia Anunciação, Vera Lúcia Lopes Monteiro, Vinícius Nadal De Masi, Vinícius Schadner Pereira e Zulméia de Mello Lobo.

Por fim, exatamente pela necessidade da merecida ênfase, cabe aqui um agradecimento especial aos meus pais, Regina e José Roberto, agradeço pelo constante incentivo, compreensão e amor incondicional ao longo deste projeto.

Rafael Gustavo Pomim Lopes
Jaguaraiá-PR, no verão de 2023.

SOBRE OS AUTORES

AMÉLIA PODOLAN FLÜGEL

Licenciou-se em História em 1996, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa e pós graduou-se em História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Atuou profissionalmente desde 1992 no Arquivo Histórico do município de Castro-PR e no Museu do Tropeiro, lecionando também na rede pública de ensino. Colaborou com suas pesquisas em várias publicações do Museu do Tropeiro como os cadernos educativos *“Tropeirismo”* 1 e 2, Álbuns *“Sesmarias, Velhas Fazendas e Quilombos”*, *“Castro – Patrimônio Cultural e Arquitetônico”* e *“Sant’Ana do Iapó: Castro nasceu aqui”*. Publicou pesquisa intitulada *“História da Paróquia Nossa Senhora do Rosário”* e produziu em conjunto com a historiadora Milena Santos Mayer o artigo *“Entre a crônica, o conto e o causo: Oney Borba e as histórias dos Campos Gerais”* como colaboração para o livro *“Historiadores de Castro”* de Fidélis Bueno. Atualmente chefia o Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Castro, coordena o Museu do Tropeiro, trabalha com a paleografia de documentos e efetua pesquisas genealógicas.

ANA FLÁVIA BRAUN VIEIRA

Pós-doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2023) é doutora em Ciência Sociais Aplicadas (2020) e doutoranda em Educação pela mesma instituição. Atua como professora nos departamentos de Educação e História da UEPG. É membro dos grupos de pesquisa “Esporte, Lazer e Sociedade”, “A sociologia figuracional de Norbert Elias” e “História, intelectuais e educação no Brasil e no contexto internacional”. Tem experiência com pesquisas em Sociologia Figuracional e História Regional, perpassando temas como esporte/lazer, identidade e meios de comunicação. É autora do livro *“Para além do papel: o jornal O Tibagi e a construção do discurso fundador de Telêmaco Borba – PR”*. Em suas pesquisas atuais investiga a educação feminina de elite entre as décadas de 1940 e 1960, bem como suas práticas de lazer.

AUDREY FRANCINY BARBOSA

Doutoranda em Educação, Licenciada (2017) e Mestra (2019) em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Atualmente, é professora de História da rede pública do Paraná. Integrante do Grupo de Pesquisa História e Intelectuais: Cultura, Política e Memória (CNPq) – GPHI. desenvolve pesquisas relacionadas a produção, consumo e circulação de fotografias em Ponta Grossa-PR durante o século XX, articulando as discussões da História da Educação e da História Cultural.

BRUNA ALVES LOPES

Graduada em Licenciatura em História, além de ser mestre e doutora em Ciências Sociais Aplicadas – todos pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Possui pós-graduação em Autismo com base no modelo de ensino estruturado pela Faculdade Pólis Civitas. Atualmente faz parte, na condição de conselheira da Onda-autismo: Organização neurodiversa pelos direitos dos autistas. Atua profissionalmente como professora colaboradora do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Suas pesquisas são voltadas para as seguintes temáticas: autismo, ativismos maternos, deficiência, infâncias/crianças.

BRUNO JOSÉ YASHINISHI

Doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bolsista da CAPES/UEL. Mestre em História, Cultura e Identidades pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Especialista em Humanidades pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Especialista em Docência no Ensino Superior, Metodologias de ensino de História e Geografia e Ensino de Filosofia e Sociologia pela UNINA. Graduado em História pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Graduado em Filosofia pelo Centro Educacional Claretiano Studium Theologicum. Graduado em Sociologia pela Universidade Paulista (UNIP). Autor de diversos artigos científicos e trabalhos acadêmicos nas áreas de Educação e Ciências Humanas. Colunista dos jornais A Gralha, de Siqueira Campos-PR e Contratempo, de Ourinhos-SP. Membro do Grupo de Pesquisa Processos Civilizadores (UEL). Professor de História, Filosofia e Sociologia para as séries do Ensino Médio e para o Ensino Superior.

CARLOS ALEXANDRE ROGOSKI

Licenciado em Geografia (2018) e especialista em Geoprocessamento (PUC/MG - 2024). É mestre em Gestão do Território (2020) e Doutor em Geografia (2024), ambos pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Geografia Física. Seus principais temas de interesse são: análise ambiental, cartografia e geotecnologias, biodiversidade, geoconservação e geoparques, além de educação geocientífica. Atualmente é professor na Educação Básica paranaense, membro do grupo de trabalho do projeto Geoparque Prudentópolis e faz parte da equipe de execução e comissão científica do Museu de Ciências Naturais (MCN) da UEPG.

CAROLINE LOISE DÄHNE

Mestre em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), com a Dissertação “Patriotismo e nacionalismo no Front interno: os discursos do jornal Diário dos Campos acerca da Segunda Guerra Mundial (Ponta Grossa- 1942 e 1944)”. Graduada em Licenciatura em História pela mesma universidade (UEPG) 2008/2011. Realizou Pós-Graduação em Processos Inovadores de Ensino e Aprendizagem na Educação Básica pelas Faculdades da Indústria (2020) e a Pós-Graduação “Práticas de Sala de Aula no Modelo Finlandês” pela InterEDTech em parceria com a Universidade de Helsinki (2023). Atualmente atua como professora de História no Ensino Médio e Fundamental na rede particular e pública de ensino na cidade de Curitiba- PR. É criadora e produtora de conteúdo sobre o ensino de História no site, canal do YouTube e Redes Sociais do “Nas Tramas de Clio”, desde 2018.

CLAUDIA INÊS PARELLADA

Graduou-se em Geologia, em 1987, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde se tornou Mestre em Antropologia Social, em 1997. Em 2006, concluiu o Doutorado em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP). Desenvolve atividades no Museu Paranaense desde 1984, e a partir de 1990 coordena o Departamento de Arqueologia do Museu Paranaense, realizando projetos de pesquisa, curadoria de coleções arqueológicas e comunicação de acervos. É autora de diferentes publica-

ções, tanto científicas como didáticas, em periódicos nacionais e internacionais. Desde 2021, é professora dos Cursos de Mestrado e Doutorado em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Paraná. Atua no Brasil, especialmente no Paraná, nas áreas de arqueologia pré-colonial, arqueologia histórica, arqueologia forense, métodos em arqueologia, arqueologia da paisagem, arte rupestre, geoarqueologia, etnoarqueologia, arqueometria, arte indígena, arte paranaense, gerenciamento de acervo, educação patrimonial, e curadoria de exposições. Consultora científica de documentários sobre arqueologia, e palestrante, em 2019, no Pint of Science UFPR – Curitiba, e no TEDX UFPR, sobre “Arte rupestre: entre-lançando narrativas, espaços e tempos”.

CLEÓFAS ABRAHAM DAVID KALIL FADEL

Bacharel em Direito pela ULT-FAJAR. Advogado. Graduado em Gestão Pública pela Universidade Estadual do Norte Pioneiro (UENP). Pós-graduado em Gestão Pública pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Pós-graduado em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Técnico Legislativo da Câmara Municipal de Jaguariaíva-PR, por mais de 15 anos. Instrutor Sênior de Krav Maga - Arte Marcial Israelense para Defesa Pessoal, pela maior escola de Krav Maga do mundo, a Bukan School of Krav Maga. Autor do artigo acadêmico “Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade na aplicação de pena por ato de improbidade administrativa praticado por gestor público”, publicado pela Revista Científica Semana Acadêmica, v. 01, p. 1-22, 2018.

CRISTIANE SPICALSKI

Mestre em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Possui graduação em Bacharelado e Licenciatura em História e graduação em Letras, Português- Espanhol pela mesma instituição. Possui Pós-graduação em Arte e Educação pela Faculdades Integradas do Vale do Ivaí (UNIVALE). Pós-graduação em Neuropedagogia na Educação pela Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí (FATEC) (2015). Cursou Pós-graduação em Filosofia, Sociologia e Ensino Religioso pela Faculdade de Ensino Superior Dom Bosco (2014). Atua como professora contratada pela Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná (SEED-PR) desde 2008, ministrando as disciplinas de História, Sociologia e Ensino Religioso.

EMILYN DINIZ

Licenciada em Geografia (2012-2016) e Mestra em Gestão do Território (2020-2022) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Especialista em Tutoria em Educação à distância, Ensino de História e Educação Especial e Inclusiva. Realiza pesquisas e desenvolve trabalhos sobre o ensino, geodiversidade e patrimônio geológico de Jaguariaíva-PR. Atualmente desenvolve estudos sobre educação geocientífica e atua como professora de educação especial da rede pública estadual do Paraná e anos iniciais no município de Ponta Grossa-PR.

FÁBIO MAURICIO HOLZMANN MAIA

Professor, Historiador, Músico, Militar, Mestre em Ensino de História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Sua trajetória acadêmica teve início em 1996, quando ingressou no curso de História da UEPG. Cursou Especialização em Cultura e História pela mesma instituição. Em 2004 publicou o capítulo “Orquestra Sinfônica de Ponta Grossa”, na obra “Visões de Ponta Grossa: cidade e instituições” pela editora UEPG. Coautor do livro “Diário dos Campos: memórias de um jornal centenário” publicado pela editora UEPG em 2007. Em 2011, publicou o livro “Os Trabalhadores da Primeira Hora: um olhar sobre os cem anos de Espiritismo nos Campos Gerais” pela editora da Federação Espírita do Paraná. É membro efetivo da Academia de Letras dos Campos Gerais ocupando a Cadeira nº 13. Em 2017, publicou a obra infantil “Santos Dumont veio a Ponta Grossa”. Em 2018 concluiu o Mestrado na UEPG com a defesa da Dissertação intitulada “Bandas de Música – Tradição, Identidade e História em Ponta Grossa: uma possibilidade para o ensino da História Local”. Dessa pesquisa resultaram os livros “Bandas de Música: patrimônio cultural de Ponta Grossa”, e o Livro infantil “Conversa Entre Instrumentos Musicais” ambos pela ABC Projetos. Em 2023, publicou seu primeiro romance intitulado “A Filha do Barão e os Orixás” pela Editora Dialética. “A Orquestra que plantou arroz” pela editora Arte Telúrica em 2024.

FRANCIELLE APARECIDA UCHAK

Doutoranda em História Social pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense, com pesquisa na área de História Social do Trabalho abordando temas como: cotidiano, experiência, resistência e a Justiça do Trabalho no Paraná. Graduada em História pela Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro), desenvolveu pesquisa na área de História da Ciência e História Intelectual junto ao grupo: Intelectuais, Ciência e Nação, com os temas: Eugenia, Raça, Miscigenação e Antropologia Física. Desenvolveu pesquisa junto ao Laboratório de Cultura, Sociedade e Política (LACSO) na área de História Social. Atuou como bolsista no Programa de Educação Tutorial (PET-HISTÓRIA- UNICENTRO). É membro do grupo de pesquisas: Infância, História e Movimentos Sociais.

IVAN ROSSI

Graduado em Geologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e especialista em Direito Ambiental pela mesma instituição. Com atuação profissional voltada à área ambiental, por mais de quatro anos desempenhou atividades junto ao Instituto Água e Terra. Desenvolveu trabalhos relacionados ao licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras e degradadoras do meio ambiente, tendo participado de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho com enfoque no desenvolvimento dessas atividades em unidades de conservação e áreas especialmente protegidas. Foi autor ou coautor das seguintes publicações: “Geoconservação nas aulas de história: possibilidades para a conscientização sustentável”, publicada nos Anais do IV Simpósio Brasileiro de Patrimônio Geológico, 2017; “Estudo multi-metodológico aplicado a ocorrência de ouro em amostras de diferentes depósitos auríferos”, publicada nos Anais do X SSBG, 2017; “Mapeamento geológico em escala 1:25000 e caracterização faciológica, Presidente Nereu-SC”, publicada nos Anais do X SSBG, 2017; “Microtomografia computadorizada de raios X aplicada ao estudo de mineralizações auríferas”, publicada nos Anais do 48o CBG, 2016.

JESSICA LEME SANTOS

Graduada em Pedagogia pela UNINTER 2020/2022. Mestre pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, (UEPG) com pesquisa intitulada “Obra simbólica do Brasil novo: Representações fotográficas de Getúlio Vargas na terra dos pinheirais em 1944”. Graduada em História também pela UEPG 2008/2011. Participou de projetos nas áreas de Cultura Juvenil e Cidadania. Criadora de conteúdo no site “Nas Tramas de Clio” desde 2018, onde produz e divulga material didático na área de História, assim como metodologias ativas de ensino na área das Ciências Humanas. Atualmente professora e coordenadora na rede estadual de São Paulo para ensino fundamental e médio.

JULIANE ROBERTA SANTOS MOREIRA

Licenciou-se em História em 2016 pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e pós graduou-se no Mestrado em História, em 2018, pela mesma instituição. Em 2020, graduou-se em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER), especializando-se em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional. Presentemente, desenvolve estudos em Educação e Neurociências e atua como professora das séries iniciais e finais do Ensino Fundamental em rede pública e privada de ensino em Jaguariaíva-PR.

LUÍSA CRISTINA DOS SANTOS FONTES

Doutora em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina, Tese sobre a escritora Helena Kolody, e Mestre em Linguística, Análise do Discurso Literário, pela mesma instituição. Professora aposentada da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Dirigiu por oito anos as revistas acadêmicas: Uniletras e Publicatio UEPG. Por oito anos, supervisionou a Editora UEPG. Pesquisadora do GT Nacional A Mulher na Literatura, da ANPOLL. É Fundadora da Cadeira 5 da Academia de Letras dos Campos Gerais, cuja Patrona é a escritora Anita Philipovsky; e Segunda Ocupante da Cadeira 2 da Academia Feminina de Letras do Paraná, sucedendo a notável escritora Helena Kolody. Publicou os livros Anita Philipovsky – a princesa dos campos (Ed. UEPG); Literatura e mulher – das linhas às entrelinhas (Ed. UEPG); A literatura de autoria feminina em suas interdi(c)ções (Ed. Estúdio Texto, em co-autoria com Marly C. Soares); Roteiro Literário –

Helena Kolody (Biblioteca Pública do Paraná); Mulher e literatura – vozes consequentes (Editora Mulheres, em co-autoria com Rosana C. Kamita); Biobibliografia da Academia de Letras dos Campos Gerais (Ed. Planeta, em co-autoria com Luiz Fernando Cheres e Sérgio M. Zan), O percurso de um poema – Os poentes da minha terra de Anita Philipovsky (Ed. Estúdio Texto); Relicário de Anita (Ed. do autor); co-autora de Novelo (UEPG) e A Xícara (Editora Estúdio Texto). Os lançamentos mais recentes são: Vozes de Emília – a trajetória da escritora Emilia Dantas Ribas (Texto & Contexto, co-autoria com Jefferson Mainardes e Karina R. Campagnoli); As janelas de Leonilda – a trajetória da escritora Leonilda Hilgenberg Jus-
tus (SESC - PR, co-autoria com Carlos M. Fontes Neto, Icléa S. da Cunha, Indianara P. M. Milléo, Luiz Fernando Cheres e Neuza Helena P. Mansani); Estudinhos sobre a origem da saudade (Editora Estúdio Texto, em co-autoria com Róbison B. Chagas; Mário de Sá-Carneiro – ensaios sobre a prosa (Edições Esgotadas-Portugal, com Fabio Mario da Silva e Cléuma C. Magalhães). É editora, organizadora e autora do Memorial do Bicentenário de Ponta Grossa e Jaguariaíva – Edição Comemorativa (Fecomércio PR – SESC PR). Some-se: inúmeros capítulos em outros livros, e-books, artigos em revistas científicas e não científicas, jornais, prefácios, apresentações, orelhas, capas e contracapas. Colunista do jornal Diário dos Campos, desde 2009, onde assina a coluna da Academia de Letras dos Campos Gerais.

LUIZ FERNANDO CHERES

Formou-se, pela UEPG, bacharel em Administração, licenciado em Língua Portuguesa e Literatura da Língua Portuguesa, bacharel em Direito e especialista em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura. Na Academia de Letras dos Campos Gerais, além de ser Fundador da Cadeira 11, foi orador, assessor da Memória Acadêmica, secretário-geral em quatro gestões, vice-presidente em duas gestões e presidente no período de 2017 a 2019. Recebeu inúmeros prêmios em concursos literários e fez parte de várias comissões julgadoras. Entre 1993 e 1998, manteve coluna de crítica literária no jornal Ponta a Ponta, veículo em que, entre 1994 e 1998, fez parte do Conselho Editorial. Entre 1999 e 2001, foi organizador da Coluna da Academia de Letras dos Campos Gerais, publicada no jornal Diário da Manhã. É autor de quatro peças teatrais encenadas, e também de prefácios, orelhas e apresentações de livros de diversos autores. Participou de todas as Antologias da Academia de Letras dos Campos Gerais. Em 1995 participou da “Antologia de poetas e prosadores ponta-grossenses” (Centro

Cultural Faris Michaele, Planeta), e foi um dos autores do livro de poemas Novelo (UEPG). Em 2002 foi um dos autores de “Literatura e Mulher: das Linhas às Entrelinhas” (UEPG) com o estudo “Procura do Azul: a fenomenologia do poema em Thereza Cristina Pusch”. No ano de 2009 publicou os livros “Amar não é Preciso”, de poemas, e “Um Beijo Longe dos Lábios”, de contos (ambos pela PROEX UEPG). Em 2013 foi um dos autores de “Contos e Crônicas da Prática Jurídica” (Flamma). Em 2015 foi coautor e organizador do livro “Biobibliografia: Academia de Letras dos Campos Gerais” (Planeta). Em 2018, foi um dos autores de “A Xícara” (Estúdio Texto). Em 2021 foi coautor de “As janelas de Leonilda: a trajetória da escritora Leonilda Hilgenberg Justus” (Fecomércio PR) e publicou crônicas no portal NCG News. De 2013 até 2022 manteve uma página de crônicas na Revista D’ponta.

MARIANA SCHULMEISTER KUHN

Licenciou-se em Licenciatura em História em 2017, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Obteve o Mestrado em História, Cultura e Identidades, na mesma instituição, em 2019. Atualmente faz parte do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR), no curso de Doutorado em História. Realizou pesquisas sobre a obra literária de José de Alencar, tendo um capítulo publicado na obra “José de Alencar in cena: estudos da dramaturgia alencariana”. No momento, dedica-se ao estudo das representações dos crimes passionais na obra de Júlia Lopes de Almeida e na imprensa do final do século XIX e início do XX. Atua como professora de História em colégios particulares do estado de São Paulo.

MARIANI BANDEIRA CRUZ OLIVEIRA

Possui bacharelado e licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), concluídos em 2010 e 2019, respectivamente. É especialista em História, Arte e Cultura em 2013 e em Sociologia no Ensino Médio no ano de 2018 pela mesma instituição. Possui mestrado em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), título obtido em 2015. Dedica-se aos estudos sobre a escravidão nos séculos XIX e XX. Dentre os projetos desenvolvidos estão: “Família Afro-Brasileira: história e memória de uma comunidade quilombola no espaço de

os Palhanos em Jaguariaíva-PR, século XX”; “Comunidades Quilombolas: descendência afro-brasileira da família Ferreira nos Campos Gerais do Paraná no século XX” e “Lidas Campeiras e Escravismo:um estudo sobre a presença de mão de obra escrava em inventários post mortem na Comarca de Castro, 1826-1856”. É autora do livro “Patrimônio, fortuna e escravidão: Campos Gerais do Paraná, 1820-1844”. Publicou o manuscrito: “Terra, gado e escravo: fortunas escravistas nos Campos Gerais paranaenses, 1826-1850”, como capítulo de livro. Atualmente desenvolve pesquisa de doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

MICHELLE DE PAULA PUPO

Possui graduação em Ciências Sociais pela Faculdade Sagrada Família (FASF) em 2015; Mestrado em História, cultura e identidades pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em 2019, possui especializações nas seguintes áreas: Metodologia do ensino religioso e Filosofia (2016) Psicopedagogia escolar (2017) e Educação Especial (2017) pela Faculdade de Pinhais (FAPI) e Sociologia no ensino médio pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em 2018. Estudos nas áreas de gênero e sexualidade, medicina e saúde. Atualmente é professora na Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná (SEED-PR) na disciplina de sociologia e do município de Curitiba.

MIGUEL ARCHANJO DE FREITAS JUNIOR

Possui doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) (2009), mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) (2000). Professor do Departamento de Educação Física da UEPG, professor do Programa Stricto Sensu em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG); Líder do Grupo de Pesquisa Esporte, Lazer e Sociedade; membro do grupo de Pesquisa Futebol e Sociedade, ex-Diretor da Agência de Inovação e Propriedade Intelectual da UEPG, atualmente Pró-Reitor de Graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Tem experiência na área de Educação Física, com ênfase em História, Sociologia, Antropologia da Educação Física e do Esporte, atuando principalmente em pesquisas ligadas a questões históricas e sociais do futebol.

MILENA SANTOS MAYER

Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), concluída em 2011, e em Museologia pelo Claretiano Centro Universitário, finalizada em 2021. Obteve o mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG em 2015 e o doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Assis, em 2022. Desenvolve pesquisas nas áreas de História e Museologia, com ênfase em temas como história dos museus e da museologia, patrimônio cultural, cultura material, História do Paraná e políticas públicas. Atuou como servidora do município de Castro, onde trabalhou no Museu do Tropeiro. Atualmente, é membro da Associação de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural (APPAC) e professora colaboradora do Colegiado de Museologia do Campus de Curitiba I da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).

OSVALDO CARNEIRO DE MATOS NETO

Doutorando e Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Graduou-se em História em 2016, na Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro), tendo participado nesse período da elaboração do livro de entrevistas “Trajetórias Acadêmicas de Historiadoras e Historiadores”. Possui especialização em Docência do Ensino Superior. Lançou em 2022 o livro “Cotidiano, Crime e Cultura: vivências da ‘gente comum’ no interior do Paraná (1920-1945)”. Dentre os principais artigos publicados estão “As marcas do tempo no espaço: diálogos entre história e geografia” – Revista Projeto História; “Pesquisa Histórica, primeiros passos: cotidiano e sociabilidades do Distrito de Cachoeirinha-PR (1930-1940)” – Revista Projeto História; “Livro didático, professor e estudante: os cadernos como elemento para uma microanálise” – Revista Labirinto; “Entre conceitos e contextos: J. B. de Lacerda, as teorias raciais e o debate sobre miscigenação no início da República” – Anais do VII Congresso Internacional de História/UEM. Atualmente, é professor no ensino básico e superior e coordenador do Museu Imigrante Holandês de Arapoti-PR.

PLICILA DE BRITO

Licenciada em História, pela FAFIJA (Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho – PR), atual UENP (Universidade Estadual do Norte do Paraná), no ano de 2004. Especialista em “História, Cultura e Sociedade: o Fenômeno Religioso” também pela FAFIJA, em 2006, com a monografia intitulada “Norte Pioneiro: Celeiro de Contradições”. Especialista em “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” pela UNINTER (Centro Universitário Internacional) no ano de 2024. Atuou de 2005 a 2009 como Professora de História e Geografia do Ensino Fundamental e Ensino Médio na Escola Dom Bosco de Wenceslau Braz-PR e na Rede Estadual de Ensino nos municípios de Wenceslau Braz-PR e Arapoti-PR. Concursada como Historiadora do Município de Jaguariaíva-PR desde 2009, atuando junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (SMECEL), desde então coordena a guarda, organização e manutenção do Arquivo do Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo, bem como é responsável pela curadoria de exposições no espaço museológico. Planeja e coordena equipes de pesquisa no curso de Monitoria Turística no Programa Jovem Aprendiz do Departamento de Ensino Profissionalizante, para o Festival Cultural de Jaguariaíva-PR. Em parceria com o Departamento de Turismo, realiza o Projeto “Descubra Jaguariaíva” com alunos da rede estadual e particular de ensino. Desenvolve e executa o Projeto “Ação Educativa no Museu” com estudantes da rede municipal de ensino, através de guiaamento de grupos em espaços histórico-culturais. Em 2017, ministrou a palestra “Do Tropeirismo ao Ciclo Industrial: breves apontamentos acerca da história de Jaguariaíva” para Professores do Ensino Fundamental. Atualmente segue a linha de pesquisa com ênfase em História Regional, principalmente nas áreas de formação e desenvolvimento de cidades, religiosidade, transporte através das tropas e das ferrovias, urbanização e industrialização locais.

RAFAEL GUSTAVO POMIM LOPES

Bacharel em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Chefe de divisão do setor de estudos historiográficos do Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo entre os anos de 2012 a 2016, no qual foi o responsável direto pela chefia de todo trabalho de pesquisa de documentos, tais como manuscritos, impressos, gravações, filmes, objetos, fotografias entre outros, bem como curadoria de exposições e na organização e promoção de cursos livres. Posteriormente exerceu no ano de 2017 a direção do Departamento Municipal de Cultura de Jaguariaíva-PR e desde 2021 a Direção do Departamento Municipal de Turismo do mesmo município. Tem experiência na área de História, com ênfase em História e Historiografia Regional. Publicou os livros: Sabores de Jaguariaíva: resgate gastronômico/cultural (Gráfica Guarani) e Jaguariaíva e seus 300 causos (Gráfica Maranata), ambos em co-autoria com George Abrão; Na primeira página: as representações de JK no fotojornalismo da Revista Manchete entre 1955-1961 (Poesias Escolhidas). Tem artigos, reportagens e entrevistas editadas em vários jornais e revistas locais e regionais, tais como: A Hora dos Campos (Jaguariaíva), Classi&Ofertas JD – Jornal Daqui (Jaguariaíva), D'Pontaponta (Ponta Grossa), Diário dos Campos (Ponta Grossa), Folha Extra (Wenceslau Braz), Folha Paranaense (Jaguariaíva), Gazeta dos Campos (Jaguariaíva), Jaguar News (Jaguariaíva), Jornal Bem Brasil (Jaguariaíva), Jornal da Manhã (Ponta Grossa), Página Um (Castro), Primeira Notícia (Piraí do Sul), Tribuna do Povo (Jaguariaíva) entre outros. Na Academia de Letras dos Campos Gerais é o primeiro ocupante da Cadeira 4, participando da Diretoria da casa atualmente como vice-presidente da gestão 2023-2025.

RAFAELA DE MIRANDA

Licenciou-se em História em 2014 pelas Faculdades Integradas de Itararé (FAFIT) e especializou-se em Educação Especial e Inclusiva, Educação no Campo, Educação a Distância e Metodologia do Ensino Religioso. Atualmente, é mestrandona PROFHISTÓRIA – Mestrado Profissional em Ensino de História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Desde 2014, atua como professora de História e Educação Especial na Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná (SEED-PR). Atualmente, leciona no Colégio Estadual do Campo Milton Sguário, localizado no município de Jaguariaíva-PR.

RONUALDO DA SILVA GUALIUME

Licenciou-se em História em 2004, pela FAFIJA (Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho-PR), atual UENP (Universidade Estadual do Norte do Paraná), e pós graduou-se em “História, Cultura e Sociedade”. Também possuiu licenciatura em Ciências Sociais em 2014, pela UNIMES (Universidade Metropolita de Santos) e licenciatura em Pedagogia em 2021 pela UNICESUMAR (Centro de Ensino Superior de Maringá). Atua profissionalmente desde 2010 no SEED como professor de História e Sociologia na Educação Básica e no EJA em Santo Antônio da Platina-PR, também no Curso de História - EAD da Universidade Estadual de Ponta Grossa pela UAB como tutor e professor formador com pesquisa na área de História das Religiões e Religiosidades, em 2014 como professor de História, Sociologia e Filosofia no Ensino Médio no Colégio SESI em Ponta Grossa-PR, em 2014 na Escola Evangélica de Castrolanda em Castro-PR como professor de História no Ensino Fundamental Anos Finais, em 2017 no Colégio Luterano em Imbituva-PR como professor de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio, em 2018 no Marista Escola Social Santa Mônica em Ponta Grossa-PR como Articulador Docente da área de Ciências Humanas no Ensino Fundamental Anos Iniciais, Anos Finais e Ensino Médio. Atualmente é Consultor Educacional de História e Filosofia no Marista Brasil atuando na PUC-PR, campus Curitiba com Criação/Inovação/Projetos, Formação Continuada de Professores, análise e produção de materiais didáticos pedagógicos.

SAMARA HEVELIZE DE LIMA

Doutoranda em Museologia pela Universidade Lusófona (Lisboa, Portugal), no âmbito da Cátedra UNESCO Educação, Cidadania e Diversidade Cultural. Mestre em História com área de concentração em: História, Cultura e Identidades pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Bacharel em História pela mesma instituição (2014). Especialista em Museografia e Patrimônio Cultural e (2017) Bacharel em Museologia pela Rede de Ensino Claretiano (2019-2021). Atuou de 2016 a 2023 como historiadora responsável pelo acervo do Centro Cultural de Castrolanda, em Castro-PR, exercendo atividades de conservação e preservação de acervos museológicos, pesquisa e exposições museais. Desde abril de 2023 atuo como consultora técnica da Secretaria Municipal de Cultura de Ponta Grossa, desenvolvendo atividades de gestão e conservação de acervos museais;

pesquisa; expografia; ministrante de oficinas técnicas e demais atividades vinculadas ao Museu Municipal Aristides Spósito. Possuo experiência como pesquisadora na área de História, com ênfase em Museus, Patrimônio Cultural, Memória, Museologia de gênero e Identidades.

TAYNÁ GRUBER

Graduada em História Licenciatura pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), mestre em História e Cultura pela mesma instituição e graduada em Pedagogia. Entre os anos de 2013 a 2015 foi pesquisadora pela Fundação Araucária, atuando como historiadora no Museu Campos Gerais da UEPG, onde desenvolveu projetos culturais, monitorias aos visitantes e organização de eventos em museus. No projeto “Entre os urros das feras e a música soturna do vento: homens e animais nos caminhos das tropas”, pesquisou sobre o tropeirismo, entre as décadas de 1890 a 1930, e suas simboses com os fatores bióticos e abióticos da Mata Atlântica característica de Ponta Grossa (PR). Foi parecerista na Revista Ateliê, da PPGH da UEPG entre 2017 e 2019. Também foi orientadora de Trabalhos de Conclusão de Curso em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa e, atualmente, atua como professora de história no Ensino Fundamenta Anos Finais e Ensino Médio, além de desenvolver pesquisas na área de História Ambiental e História do Paraná.

THIAGO SAVIO INGLES DA LUZ

Possui graduação em Educação Física pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Bacharelado em Educação Física pela UNIFATECIE, Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Atualmente é doutorando do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas na UEPG e pesquisador do grupo de estudos Esporte, Lazer e Sociedade, onde desenvolve estudos sobre gestão e história do esporte, com ênfase ao futebol.

CONSELHO EDITORIAL:

Drª. Larissa de Cássia Antunes Ribeiro (UNICENTRO)

Dr. Fábio Augusto Steyer (UEPG)

Drª. Silvana Oliveira (UEPG)

Dr. Anderson Pedro Laurindo (UTFPR)

Drª. Marly Catarina Soares (UEPG)

Drª. Naira de Almeida Nascimento (UTFPR)

Drª Letícia Fraga (UEPG)

Drª. Anna Stegh Camati (UNIANDRADE)

Dr. Evanir Pavloski (UEPG)

Drª. Eunice de Moraes (UEPG)

Drª. Joice Beatriz da Costa (UFFS)

Drª. Luana Teixeira Porto (URI)

Dr. César Augusto Queirós (UFAM)

Dr. Valdir Prigol (UFFS)

Drª. Clarisse Ismério (URCAMP)

Dr. Nei Alberto Salles Filho (UEPG)

Drª Ana Flávia Braun Vieira (UEPG)

Dr. Marcos Pereira dos Santos (UTFPR)

Ms. Álvaro Daniel Costa (UNIOESTE)

Autores

Amélia Podolan Flügel
Ana Flávia Braun Vieira
Audrey Franciny Barbosa
Bruna Alves Lopes
Bruno José Yashinishi
Carlos Alexandre Rogoski
Caroline Loise Dähne
Claudia Inês Parellada
Cleófas Abraham David Kalil Fadel
Cristiane Spicalski
Emilyn Diniz
Fábio Maurício Holzmann Maia
Francielle Aparecida Uchak
Ivan Rossi
Jessica Leme Santos
Juliane Roberta Santos Moreira

Luísa Cristina dos Santos Fontes
Luiz Fernando Cheres
Mariana Schulmeister Kuhn
Mariani Bandeira Cruz Oliveira
Michelle de Paula Pupo
Miguel Archanjo de Freitas Junior
Milena Santos Mayer
Osvaldo Carneiro de Matos Neto
Plicila de Brito
Rafael Gustavo Pomim Lopes
Rafaela de Miranda
Ronualdo da Silva Gualiume
Samara Hevelize de Lima
Tayná Gruber
Thiago Sávio Ingles da Luz

APOIO CULTURAL:



ISBN 978-65-6080-053-3



9 786560 800533